

REN 

# RELATÓRIO & CONTAS **2011**



# REDES DE CONFIANÇA



## HÁ UMA REDE QUE LIGA PORTUGAL DE NORTE A SUL.

Por onde passa toda a energia que nos traz conforto e que faz crescer o país. Uma rede que garante o fornecimento de eletricidade e gás natural a 10 milhões de habitantes. Que contribui para o desenvolvimento das pequenas e grandes empresas com rigor, experiência e segurança. Uma rede atenta ao que a rodeia, ao ambiente e às energias renováveis, centrada em oferecer um futuro melhor e mais sustentável para todos.

REN. A REDE QUE NOS UNE



## ÍNDICE

MENSAGEM  
DO PRESIDENTE

4

A REN  
NUM RELANCE

01. PERFIL	8	05. ESTRUTURA ACIONISTA	15
02. ESTRUTURA SOCIETÁRIA	11	06. MARCOS EM 2011	18
03. ESTRUTURA ORÇÂNICA E FUNCIONAL	12	07. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO	20
04. ATRIBUIÇÕES DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS	14	08. ACTIVOS RECALADOS	24
		09. INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS	33

01  
RELATÓRIO  
DE GESTÃO

01. ENVOLVENTE	42	05. DESEMPENHO FINANCEIRO	76
02. ELETRICIDADE	52	06. AUDITORIA INTERNA	87
03. CÁS NATURAL	61	07. PERSPETIVAS 2012	89
04. OUTROS NECÓCIOS	70	08. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	89

02  
SUSTENTABILIDADE  
NA REN

01. ABORDAGEM DE SUSTENTABILIDADE	92	05. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	124
02. COMPROMISSOS	97	06. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA	129
03. DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS	99	07. DESEMPENHO AMBIENTAL	135
04. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO	109		

03  
GOVERNO  
SOCIETÁRIO

0. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO	156	05. SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO	203
01. ESTRUTURA DO GOVERNO SOCIETÁRIO	168	06. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	223
02. RELAÇÃO COM O MERCADO	181	07. ANEXOS	230
03. AÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS	185		
04. PARTICIPAÇÃO ACIONISTA	198		

04  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS


01. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	302	04. RELATÓRIOS E PARECERES DOS AUDITORES	
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS	387	05. EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL	
03. RELATÓRIOS E PARECERES DA COMISSÃO DE AUDITORIA			

## ANEXOS

I. RELATÓRIO DE GESTÃO	433	III. CLOSSÁRIO	451
II. SUSTENTABILIDADE NA REN	435		

## CONTACTOS

454

A portrait of Rui Cartaxo, a middle-aged man with grey hair and a beard, wearing a dark blue suit, a light blue shirt, and a yellow tie. He is standing with his arms crossed, looking directly at the camera with a slight smile. The background is a dark grey gradient with abstract geometric shapes in shades of grey and white.

▼ A REN OBTEVE UM  
BOM RESULTADO EM  
2011, NUM ANO EM  
QUE AS CONDIÇÕES  
ECONÓMICAS FORAM  
MUITO DIFÍCEIS ▼

**Rui Cartaxo**

Presidente do Conselho de Administração  
e da Comissão Executiva

**REN** Redes Energéticas Nacionais

# MENSAGEM DO PRESIDENTE



Caros Acionistas,

A REN obteve um bom resultado em 2011, num ano em que as condições económicas foram muito difíceis. O resultado líquido atingiu 121 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10% em relação a 2010. Com uma estrutura organizativa mais otimizada, a empresa apresentou pelo segundo ano consecutivo uma significativa redução de custos operacionais em 2011: -3,7%. Mas esse esforço não nos impediu de acelerar a conclusão dos investimentos em curso, o que resultou num máximo de sempre de entradas de ativos em exploração: 390 milhões de euros. Da conjugação do esforço do lado dos custos operacionais com o aumento dos proveitos associado à expansão da base de ativos, resultou um sólido crescimento do EBITDA, em 9,5%.

Na vertente de qualidade de serviço, a REN registou em 2011 o seu melhor desempenho de sempre: na rede elétrica 16 segundos de interrupção na totalidade do ano, e na rede de gás natural zero segundos.

O respeito pelos princípios do desenvolvimento sustentável continua a ser uma das prioridades estratégicas da REN. Em 2011 aperfeiçoámos as nossas linhas de atuação neste domínio, tendo para o efeito desenvolvido, mais uma vez, um processo formal de auscultação dos *stakeholders* mais relevantes da empresa no território nacional. O resultado deste processo permite-nos alinhar ainda melhor as nossas decisões e ações com as expectativas e preocupações desses *stakeholders*.

O trabalho que a REN tem vindo a desenvolver no domínio da responsabilidade social corporativa

e o nosso contributo em prol do desenvolvimento sustentável das comunidades com quem interagimos foi reconhecido a nível internacional, em 2011, por duas agências independentes de renome, que classificaram a REN como uma das empresas de referência, no mundo da energia. Este reconhecimento, que é um motivo de orgulho para todos nós, constitui também um incentivo para continuarmos a desenvolver a nossa atividade tendo como referência os princípios do desenvolvimento sustentável, bem como da iniciativa *Global Compact* das Nações Unidas, que subscrevemos e apoiamos incondicionalmente.

Durante o ano de 2011 a notação financeira de *rating* atribuída à REN foi fortemente penalizada pelas sucessivas descidas do *rating* da República, o que nos levou a perder o estatuto de *investment grade* junto das duas agências. Com o mercado das emissões públicas completamente fechado, a REN conseguiu, ainda assim, obter novos financiamentos de médio prazo em 2011 junto de três bancos internacionais, na modalidade de *private placement*. Relativamente ao crédito bancário, foi possível alongar a maturidade de várias das linhas existentes, mediante renegociação com os nossos bancos. O peso do financiamento externo no total do financiamento da REN aumentou para perto de 90%.

Uma outra medida que adotámos para fazer face à dificuldade crescente de acesso a financiamento, foi a de abrandar o ritmo dos novos investimentos a partir de meados do ano.

Graças a este conjunto de medidas, a nossa empresa está preparada

para enfrentar um ano de 2012 que se apresenta extremamente difícil. Sabemos que o consumo de energia elétrica em Portugal está a decair como nunca tinha acontecido no passado. No conjunto do ano de 2011 o consumo de eletricidade diminuiu quase 4%, e este ano a quebra será ainda mais acentuada. Também a procura de infraestruturas elétricas se está a reduzir, nomeadamente em face do inevitável abrandamento da construção de parques eólicos.

Neste contexto interno recessivo, a prioridade da REN é encontrar outras vias de crescimento e de criação de valor. Estamos a lançar projetos e a estabelecer alianças que nos permitirão vender serviços de engenharia e planeamento energético, bem como investir em novas concessões elétricas e gasistas em mercados de alto potencial. O futuro da nossa empresa passa pela internacionalização, mantendo sempre os níveis de excelência nas atividades *core* em Portugal. As competências tecnológicas que acumulámos ao longo dos anos tornam a empresa especialmente vocacionada para ajudar a planear, construir e operar redes de energia que permitirão aos Países hospedeiros integrarem os novos centros de produção elétrica que tiram partido das suas riquezas em recursos primários. Permitir-lhes-ão igualmente acelerar o esforço de eletrificação, que é um requisito essencial do desenvolvimento e bem-estar.

A segunda fase da privatização da REN vem dar um impulso extraordinário a este esforço de internacionalização. Com a entrada no capital de dois novos parceiros estratégicos – a State Grid Corporation of China, e a Oman Oil Company – a nossa empresa

ganha uma dimensão internacional que não é ainda habitual em empresas europeias de transporte de energia. É uma grande oportunidade para todos os que trabalham na REN, para todos os que nela investiram, e ainda para as centenas de empresas nacionais que trabalham connosco de norte a sul do País, ajudando-nos a construir e a manter as nossas infraestruturas de eletricidade e de gás natural.

A estrutura acionista, que já contava com um núcleo privado que tem desempenhado um papel fundamental na transformação da empresa, fica deste modo reforçada e mais internacionalizada. Ficou assegurada uma estrutura acionista estável e favorável ao crescimento e à criação de valor.

A empresa entrou em 2012 numa nova fase da sua vida. Estou certo de que todos os que cá trabalham estarão à altura do desafio e da tremenda oportunidade que se nos apresenta.

É devido um agradecimento aos Trabalhadores da empresa, que foram de um profissionalismo incedível num ano de grandes dificuldades, e para os Acionistas, cujo apoio continuado tem sido decisivo para a transformação da REN numa empresa moderna e internacionalizada.

Um agradecimento final é também devido à Comissão de Auditoria, que tem contribuído incansavelmente para o aperfeiçoamento das práticas e procedimentos da empresa.



**Rui Cartaxo**

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva



RENK

# REN NUM RELANCE



## PERFIL

### BREVE DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE DA EMPRESA

A REN tem como atividade principal a gestão de sistemas de transporte de energia, marcando presença nas áreas da eletricidade e do gás natural. Na Europa é um dos poucos operadores com esta característica:

- na eletricidade, através do transporte em muito alta tensão e da gestão técnica global do sistema elétrico nacional, na medida em que a REN – Rede Elétrica, S.A. é titular da concessão de serviço público por 50 anos, situação que vigora desde 2007; e
- no gás natural, através do transporte em alta pressão e da gestão técnica global do sistema nacional de gás natural, da receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito e do armazenamento subterrâneo de gás, sendo a REN Gasodutos, a REN Atlântico e a REN Armazenagem titulares de concessões de serviço público por 40 anos desde 2006.

A REN, através da REN Trading, promove a gestão da energia a adquirir a dois centros eletroprodutores, no âmbito de contratos de aquisição de energia que não foram objeto de cessação antecipada.

Desde 2002, a REN está também presente no setor das telecomunicações através da RENTELECOM, constituída para explorar a capacidade excedentária das redes de telecomunicações de segurança, essenciais ao suporte do transporte de eletricidade e de gás natural.



Desde 2002, a REN está também presente no setor das telecomunicações através da RENTELECOM, constituída para explorar a capacidade excedentária das redes de telecomunicações de segurança, essenciais ao suporte do transporte de eletricidade e de gás natural.





Em outubro de 2010, o Estado Português atribuiu à ENONDAS, uma sociedade detida integralmente pela REN, uma concessão para a produção de energia das ondas numa zona piloto a Norte de São Pedro de Moel. A concessão tem um prazo de 45 anos e inclui a autorização para a implantação das infraestruturas de ligação à rede elétrica pública.

Um conjunto de funções de negócio do Grupo é executado pela REN Serviços, designadamente funções de apoio às concessões e de *back-office*. Para além destas ações de suporte, a REN Serviços funciona como extensão comercial da REN, prestando serviços de consultoria e/ou de engenharia, dentro do setor energético, a terceiros.

De forma a potenciar o alargamento do objeto social da REN Serviços, bem como o relevante papel que esta sociedade passou a ter no grupo REN, foi prevista uma reestruturação societária e funcional, em duas fases, que visa

fomentar a eficiência da atividade operacional do grupo.

A primeira fase desta reestruturação foi concluída em 2011, tendo sido constituída a sociedade REN Gás, S.A., encarregue da gestão e coordenação das atividades do setor do Gás Natural, que passou a ser detida diretamente pela REN Serviços.

Na segunda fase desta reorganização será constituída uma sociedade com funções idênticas para as concessões do setor elétrico.

#### ▸ PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Dando sequência ao acordo entre a República Portuguesa e o Reino da Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico da energia elétrica, a REN deixou de ser acionista maioritário do OMIP, SGPS, S.A., tendo no final do exercício de 2011 uma participação de 35% no capital social daquela empresa, devendo esta participação ser reduzida

até chegar aos 10%. Em outubro de 2011, na sequência da venda da maioria do capital social do OMIP, SGPS, S.A., as contas desta sociedade deixaram de ser consolidadas no seio da REN SGPS.

No âmbito do referido acordo entre os Estados Ibéricos, a REN adquiriu, em outubro de 2011, 10% do capital social do OMEL, a sociedade de direito espanhol contraparte do OMIP, SGPS, S.A..

Através destas participações no capital social do OMIP, SGPS, S.A. e do OMEL – cujas participadas OMIP, SGMR, S.A. e OMIE gerem o mercado ibérico de eletricidade – a REN promove o desenvolvimento do mercado da energia na península ibérica.

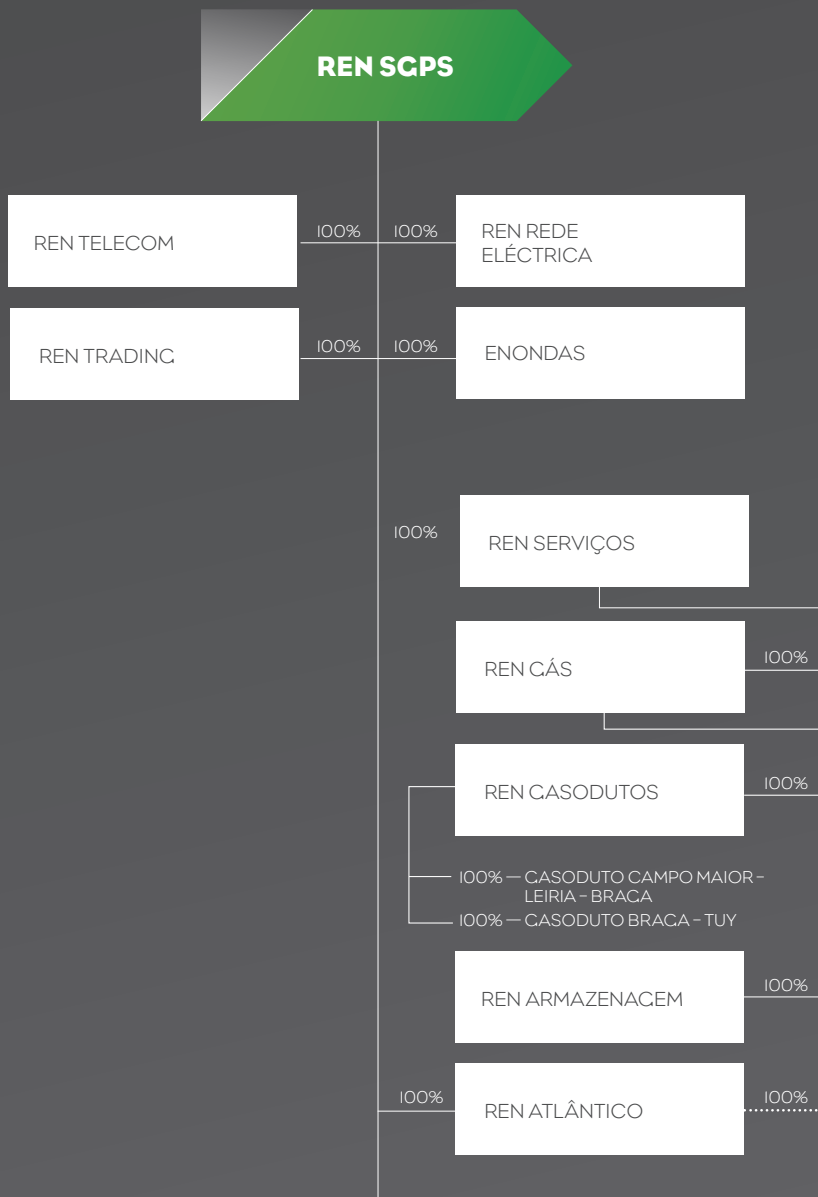
Realça-se também a importância que as parcerias estratégicas têm para a REN, como as que têm vindo a ser desenvolvidas com a Red Eléctrica Corporación e com a Enagás, sociedades em que a REN detém 1% do capital social.



# 0.2 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

(ORGANOGRAMA REPRESENTATIVO DO UNIVERSO DE EMPRESAS REN)

GRUPO  
**REN**



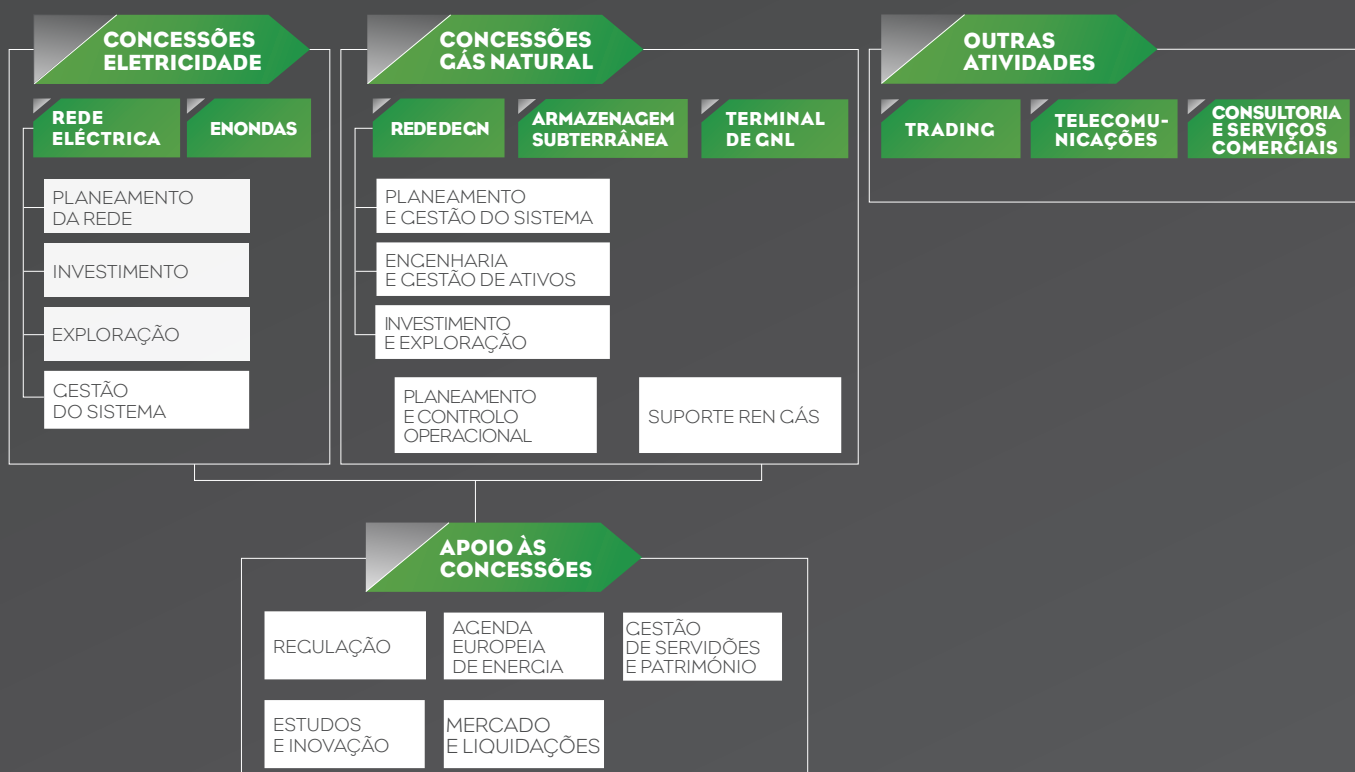
—— PRESENTE ——  
 ..... FUTURO .....

# 0.3 ESTRUTURA ORÇÂNICA E FUNCIONAL (ORGANOGRAMA SINTÉTICO)

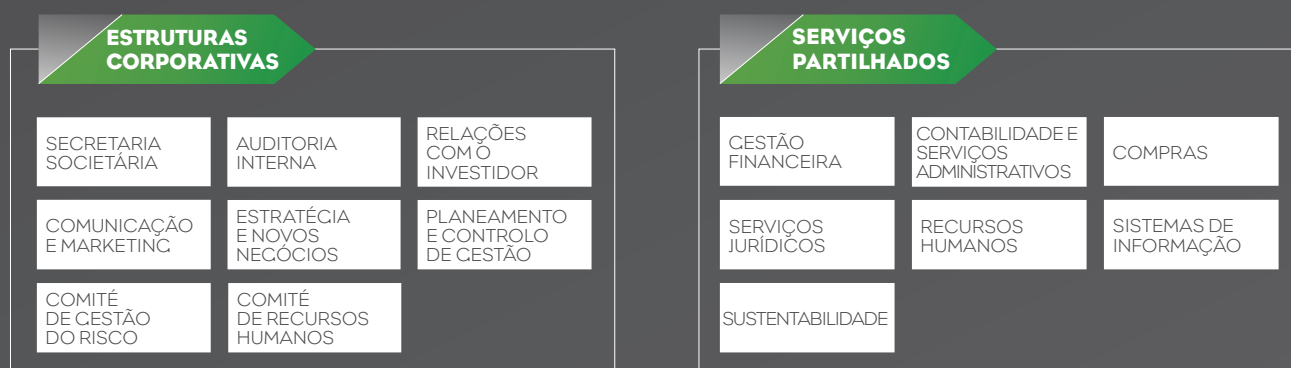
GRUPO  
**REN**



**UNIDADES DE NEGÓCIO**



## ESTRUTURAS CORPORATIVAS E DE SUPORTE



# 04. ATRIBUIÇÕES DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS



## 4.1 DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS

Tendo em vista a otimização da eficiência da gestão, os membros da Comissão Executiva repartiram entre si a responsabilidade pelo acompanhamento direto de áreas específicas de atuação da Sociedade, nos termos que

constam do gráfico seguinte, os quais permaneceram em vigor até 1 de janeiro de 2012 (em virtude da renúncia do Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma):

	RUI CARTAXO Presidente	ANÍBAL SANTOS Vogal	JOÃO CONCEIÇÃO Vogal	JOÃO PALMA Vogal	PLÁCIDO PIRES Vogal
<b>SOCIEDADES</b>		Rede Eléctrica Enondas	REN Gás REN Trading REN Telecom		REN Serviços OMIP
<b>ESTRUTURAS CORPORATIVAS</b>	Comité de Recursos Humanos Estratégia e Novos Negócios Comunicação e Marketing Relações com o Investidor			Comité de Gestão do Risco Planeamento e Controlo de Gestão	
<b>APOIO ÀS CONCESSÕES</b>	Agenda Europeia de Energia	Mercado e Liquidações Gestão de Servidões e Património	Regulação Estudos e Inovação		
<b>SERVIÇOS PARTILHADOS</b>	Consultoria e Serviços Comerciais Recursos Humanos	Serviços Jurídicos		Gestão Financeira Compras Contabilidade	Sistemas de Informação Sustentabilidade Serviços Administrativos

Na sequência da renúncia acima referida, o presidente da Comissão Executiva, Rui Manuel Janes Cartaxo, passou a

acumular as funções anteriormente desempenhadas pelo Administrador João Nuno Palma.

# 05. ESTRUTURA ACIONISTA



## 5.1 ÓRGÃOS SOCIAIS (MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS)

### ▸ MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Agostinho Pereira de Miranda, presidente  
Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos, vice-presidente

### ▸ CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Janes Cartaxo, presidente  
Aníbal Durães dos Santos, vogal  
João Caetano Carreira Faria Conceição, vogal  
João Manuel de Castro Plácido Pires, vogal  
João Nuno de Oliveira Jorge Palma, vogal<sup>1</sup>  
Luís Maria Atienza Serna, vogal<sup>2</sup>  
Gonçalo Xavier de Araújo, vogal<sup>2</sup>  
José Manuel Félix Morgado, vogal<sup>2</sup>  
José Isidoro d'Oliveira Carvalho Neto, vogal  
Luís Guedes da Cruz Almeida, vogal  
José Luís Alvim Marinho, vogal  
José Frederico Vieira Jordão, vogal  
Fernando António Portela de Rocha Andrade, vogal

### ▸ COMISSÃO EXECUTIVA

Rui Manuel Janes Cartaxo, presidente  
Aníbal Durães dos Santos, vogal  
João Caetano Carreira Faria Conceição, vogal  
João Manuel de Castro Plácido Pires, vogal  
João Nuno de Oliveira Jorge Palma, vogal<sup>1</sup>

### ▸ COMISSÃO DE AUDITORIA

José Luís Alvim Marinho, presidente  
José Frederico Vieira Jordão, vogal  
Fernando António Portela de Rocha Andrade, vogal

### ▸ REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, SA, efetivo  
Carlos Luís Oliveira de Melo Lourenço, ROC, suplente

### ▸ SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Pedro Cabral Nunes, efetivo  
Mafalda Rebelo de Sousa, suplente

### ▸ COMISSÃO DE VENCIMENTOS

José Emílio Castel-Branco, presidente  
Francisco Manuel Marques Bandeira, vogal  
José Alexandre Oliveira, vogal

<sup>1</sup> Renunciou ao cargo com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2012

<sup>2</sup> Designados pelas empresas que foram eleitas na assembleia geral anual, realizada em 15 de abril de 2011, para o cargo de vogal do Conselho de Administração, designadamente a EGF, S.A., a OIren, SGPS, S.A., a Gestmin, SGPS, S.A. e a Red Eléctrica Corporación, S.A.

## 5.2 DIRETORES-GERAIS E RESPONSÁVEIS (TITULARES)

### ▸ DIRETORES-GERAIS

Jorge Manuel Martins Borrego  
Maria José Pacheco Clara  
Victor Manuel da Costa Antunes  
Machado Baptista

Isabel Maria Nazaré  
Carvalho Figueira\*

\*Diretora, com funções de assessoria

### ▸ RESPONSÁVEIS

#### Estruturas corporativas

##### Auditoria Interna

Gil Vicente Jorge Marcelino

##### Estratégia e Novos Negócios

Jorge Manuel Martins Borrego

##### Comunicação e Marketing

Ana Margarida Ferreirinha da Silva

Batista Moreira Rato

##### Relações com o Investidor

Ana Rosa Fonseca Pereira Fernandes Matos

##### Planeamento e Controlo de Gestão

João Escobar Henriques

#### RENTELECOM

##### Direção

Rui Manuel M. G. Franco

#### REN Trading

##### Administração

Susana Lagarto e Nelson Cardoso

#### REN – Rede Eléctrica Nacional

##### Planeamento da Rede

José Manuel Medeiros Pinto

##### Investimento

António Albino Alencão Marques

##### Exploração

Albertino José Cerejo Meneses

##### Gestão do Sistema

José Júlio Amarante dos Santos

#### ENONDAS

##### Direção

João Paulo Maria Freire Cardoso

#### REN Serviços

##### Consultoria e Serviços Comerciais

Jorge Manuel Pais Marçal Liça

#### Apoio às concessões

##### Regulação

Vitor Manuel Vigário Pinto Vieira

##### Agenda Europeia de Energia

João Pedro da Silva Ricardo

##### Estudos e Inovação

avocado por Maria José Pacheco Clara

##### Mercado e Liquidações

Armando Jorge Patrão Reto

##### Gestão de Servidões e Património

João Pedro Gomes Gaspar

#### Serviços partilhados

##### Gestão Financeira

Nuno Miguel da Silva Alves do Rosário

##### Contabilidade e

##### Serviços Administrativos

Gerardo Gonçalves

##### Compras

Alexandra Margarida Vieira Reis

#### Serviços Jurídicos

Maria Elvira Teixeira Borges

#### Recursos Humanos

Elsa Maria Pinto de Carvalho Domingos

#### Sistemas de Informação

António Manuel Faria de Sousa Fonseca

#### Sustentabilidade

Rui Manuel Vicente Martins

#### REN Gás

#### REN Casodutos

##### Planeamento

##### Planeamento e Controlo Operacional

Pedro Manuel Amorim La Puente Furtado

##### Suporte REN Gás, avocado por

Rui Manuel Cardoso Vicente Marmota

##### Planeamento e Gestão do Sistema

Rui Manuel Cardoso Vicente Marmota

##### Engenharia e Gestão de Ativos

António Ferreira Marques

##### Investimento e Exploração

Luis Manuel Ferreira

#### REN Atlântico

##### Direção Terminal GNL

Paulo Fernando Pereira Mestre

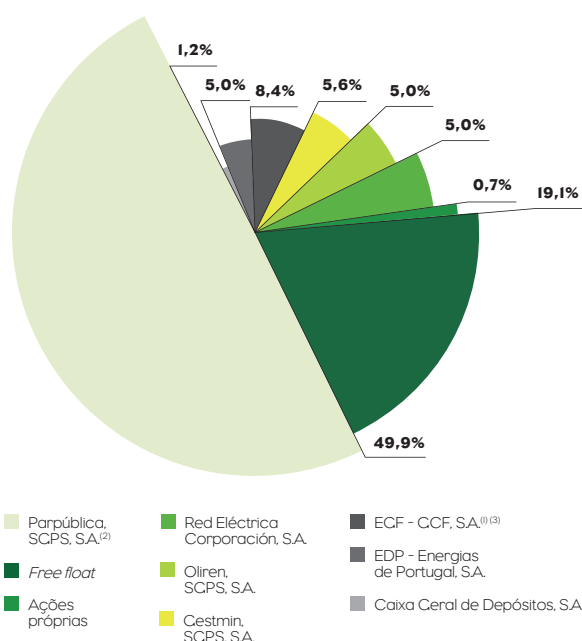
#### REN Armazenagem

##### Direção Armazenagem Subterrânea

José Manuel Pedro Mota Duarte



## 5.3 DIREITOS DE VOTO DA REN A 31 DE DEZEMBRO DE 2011



<sup>(1)</sup> NOVA DENOMINAÇÃO DA LOGOPLASTE – GESTÃO E CONSULTORIA FINANCEIRA, S.A.

<sup>(2)</sup> A SOCIEDADE CAPITALPOR – PARTICIPAÇÕES PORTUGUESAS, S.G.P.S., S.A., QUE DETINHA 46% DO CAPITAL SOCIAL DA REN, FOI EXTINTA A 26 DE DEZEMBRO DE 2011, POR OPERAÇÃO DE FUSÃO POR INCORPORAÇÃO NA PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS SGPS, S.A.

<sup>(3)</sup> EM 3 DE JUNHO DE 2011 FOI COMUNICADO AO MERCADO QUE A EGF E O MILLENNIUM BCP CONTRATARAM ENTRE SI UM DIREITO DE DISPOSIÇÃO AO ABRIGO DOS ARTIGOS 9.º E 10.º DO DECRETO-LEI N.º 105/2004, DE 8 DE MAIO, O QUAL TEVE POR OBJETO 28 131 422 AÇÕES ESCRITURAIS, NOMINATIVAS, REPRESENTATIVAS DE 5,27% DO CAPITAL SOCIAL DA REN. TODAVIA, EM CONFORMIDADE COM O REFERIDO CONTRATO, À EGF CONTINUARÃO A SER IMPUTADOS OS RESPECTIVOS DIREITOS DE VOTO, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 20.º DO CVM, MANTENDO O DIREITO AOS DIVIDENDOS, PELO QUE O EXERCÍCIO DE TAL DIREITO DE DISPOSIÇÃO POR PARTE DO MILLENNIUM BCP NÃO AFETA A ATUAL PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA DA EGF NA REN, QUE SE COMPUTA EM 8,41% DO CAPITAL SOCIAL E DOS DIREITOS DE VOTO NA REN.

A participação imputável à Morgan Stanley respeita, para além de uma percentagem de ações detidas diretamente (0,79% do capital social da REN), a instrumentos financeiros relativos a ações da REN (correspondentes a cerca de 3,18% do capital social da REN) que foram

celebrados pela Morgan Stanley para cobertura da posição curta resultante dos instrumentos financeiros relativos a ações da REN estabelecidos com o Banco Comercial Português, S.A., na sequência das transações comunicadas em 3 de junho de 2011.

As ações e consequentemente os direitos de voto devem ser transferidos para o BCP se este ou a Morgan Stanley fizerem cessar os instrumentos financeiros relevantes.

# MARCOS EM 2011

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

### GRUPO REN



**JAN**

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Alcochete que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento.

**FEV**

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Rio Frio, que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento.
- Reestruturação Funcional do Grupo REN

**MAR**

- Construção e colocação em exploração da estação de RNTGN de Maceira, que sofreu melhorias operacionais para aumentar a segurança do abastecimento;
- Renúncia ao cargo de vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (“REN SGPS”) dos administradores Filipe de Botton, Luís Maria Aienza Serna, Manuel Carlos Mello Champalimaud e Gonçalo José Zambrano de Oliveira;
- Constituição da sociedade REN Gás, S.A., que passou a deter as concessionárias do setor do Gás Natural (numa primeira fase a REN – Gasodutos e a REN Armazenagem, estando em curso o processo relativo à REN Atlântico) e início da reestruturação societária, em que a REN Serviços passou a ter um papel de destaque no Grupo REN.

**ABR**

- Procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular junto de dois bancos internacionais de primeira linha, no montante de 100 M€, sem garantias, com prazo de três anos e seis meses.
- Assembleia Geral Anual da REN SGPS, realizada em 15 de abril de 2011, onde foram eleitos os seguintes novos administradores da sociedade para o remanescente do período do mandato 2010/2012 em curso:
  - EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (anteriormente designada Logoplaste, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.);
  - Gestmin, SGPS, S.A.;
  - Oliren, SGPS, S.A.; e
  - Red Eléctrica Corporación, S.A.

**JUL**

- Procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular junto de um banco internacional de primeira linha, no montante de 50 M€, sem garantias, com prazo de três anos.
- A EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. nomeou Luís Guedes da Cruz Almeida para o desempenho, em nome próprio, do cargo de administrador da REN SGPS durante o mandato em curso (2010-2012).

**ACO**

- Foi realizada, no terminal de Sines, uma operação de *Gas-In e Cooldown* ao navio metaneiro *LNG Wilgas*;
- Entrada em exploração das linhas a 400 kV entre as subestações de Portimão e de Tavira, e entre esta e a fronteira espanhola. É de realçar o volumoso investimento na expansão da rede na região do Algarve.

SET

- A OLIREN – SGPS, S.A., a Gestmin, SGPS, S.A., e a *Red Eléctrica Corporación, S.A. (REE)* procederam à nomeação de, respetivamente, Gonçalo Xavier Araújo, José Manuel Félix Morgado e Luís Maria Atienza Serna para exercer o cargo, em nome próprio, de Administrador da REN SGPS durante o mandato em curso (2010-2012).

OUT

- Início do processo de alienação de ações representativas do capital social do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP) pela REN, com a venda de 50% do capital social da sociedade acima referida, a entidades que atuam ou detêm participações em empresas do setor energético na Península Ibérica, em lotes de 5%;
- Aquisição pela REN de ações representativas de 10% do capital do OMEL, a um conjunto de oito acionistas desta entidade. Com a aquisição dessa participação, a REN passa a deter no OMEL uma posição acionista equivalente à detida por este no capital do OMIP (10%).

NOV

- Concluído o posto de transição de Valongo;
- Conclusão dos trabalhos de lixiviação da Cavidade TGC-2, propriedade da Transgás Armazenagem. Estes trabalhos foram executados pela REN Armazenagem, enquanto proprietária das instalações de lixiviação.
- Decisão do *Cour d'Appel* de Paris, no âmbito do Recurso de Anulação do Acórdão CCI que a REN intentou contra a Amorim Energia, que indeferiu o pedido de anulação formulado pela REN;
- O Governo aprovou, nos termos do Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de novembro, a 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN SGPS, tendo determinado, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do referido decreto-lei, a possibilidade de realização de uma venda direta de referência, de uma venda direta institucional e de uma oferta pública de venda no mercado nacional.

DEZ

- Foi concluída a 2ª fase do projeto de expansão do terminal de Sines, a qual permitiu o aumento da sua capacidade de emissão para 1.300.000 m<sup>3</sup>(n)/h;
- Concluída a nova linha entre Lavos e Paraimo, na região Centro;
- Entraram em exploração as novas subestações interiores blindadas nas zonas urbanas da grande Lisboa (Zambujal e Fernão Ferro) e no grande Porto (Ermesinde e Prelada);
- Construção e colocação em exploração da estação de regulação e medida (GRMS) de Benavente, que sofreu um aumento de capacidade de entrega;
- No âmbito dos projetos de ligação à Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural e a clientes, verificou-se a conclusão e entrada em exploração dos seguintes pontos de entrega:
  - Vila Nova de Cerveira, para assegurar o abastecimento à EDP-Gás;
  - Soure e Lares, para assegurar o abastecimento à Lusitaniagás;
  - Chaparral, para abastecer a refinaria de Sines.
- O administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma comunicou à REN SGPS, a 29 de dezembro de 2011, a sua renúncia ao cargo de administrador executivo e *Chief Financial Officer*, com efeitos em 1 de janeiro de 2012, tendo sido deliberado que o *Chief Executive Officer* e Presidente do Conselho de Administração, Rui Manuel Janes Cartaxo, irá acumular tais funções até à designação de um novo CFO;
- O Conselho de Ministros determinou, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-A/2011, de 7 de dezembro, que a venda direta de referência prevista no artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 106 -B/2011, de 3 de novembro, tem por objecto um máximo de 213 600 000 e um mínimo de 26 700 000 de ações, representativas de um máximo de 40 % e um mínimo de 5 % do capital social da REN SGPS. Para além disso, aprovou o respetivo caderno de encargos, no qual se estabelecem os termos e condições específicos a que obedece a venda direta.

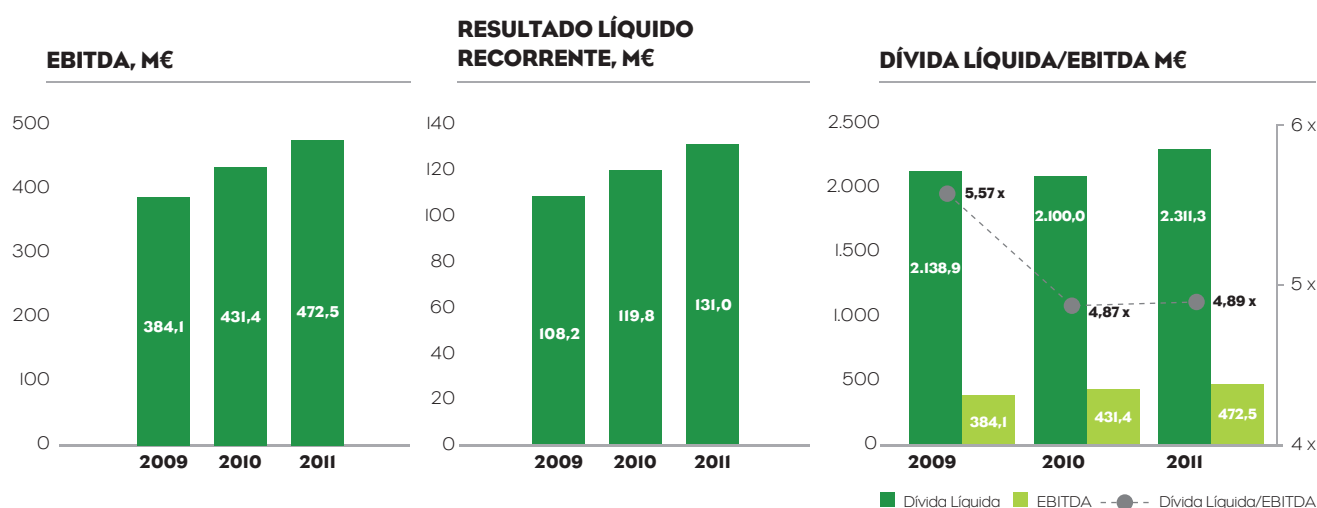
# 07. PRINCIPAIS INDICADORES DE DESEMPENHO



## 7.1 INDICADORES FINANCEIROS

RESULTADO DA EXPLORAÇÃO  
[milhões de euros]

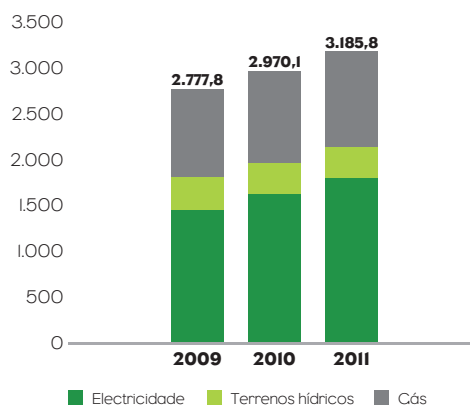
	09	10	11
EBITDA	384,1	431,4	472,5
EBIT	258,7	250,5	283,2
Resultados financeiros	-73,8	-83,9	-103,4
Resultado antes de impostos	184,9	166,6	179,8
Resultado líquido	134,0	110,3	120,6
Resultado líquido recorrente	108,2	119,8	131,0



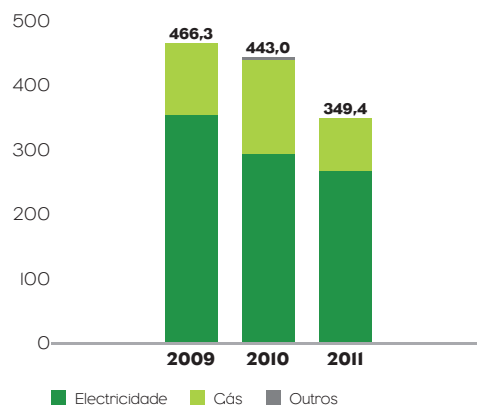
ATIVO, INVESTIMENTO E DÍVIDA  
[milhões de euros]

	09	10	11
Taxa média remuneração do RAB, %	7,12%	6,89%	7,61%
Investimento (Capex), milhões de euros	466,3	443,0	349,4
Dívida líquida, milhões de euros	2.138,9	2.100,0	2.311,3
Dívida líquida/EBITDA, x	5,57x	4,87x	4,89x

**RAB MÉDIO, M€**

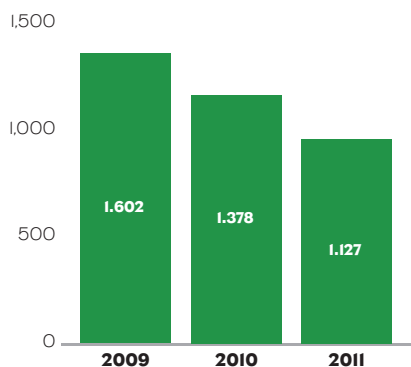


**INVESTIMENTO, M€**

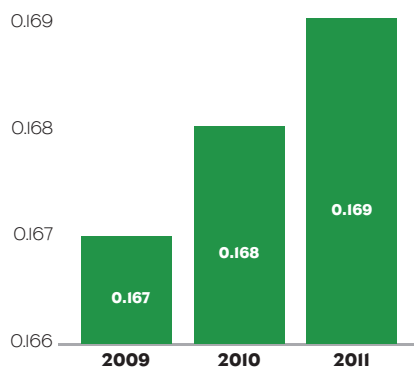


AÇÃO REN	09	10	11
Cotação no final do ano, euros	3,000	2,580	2,110
Retorno acumulado da ação, %	18,2%	7,4%	-7,4%
Capitalização bolsista, milhões de euros	1.602	1.378	1.127
Resultado líquido por ação, euros	0,25	0,21	0,23
Dividendo por ação, euros	0,167	0,168	0,169
<i>Payout ratio, %</i>	66,5%	81,4%	74,8%
<i>Dividend yield, %</i>	5,6%	6,5%	8,0%

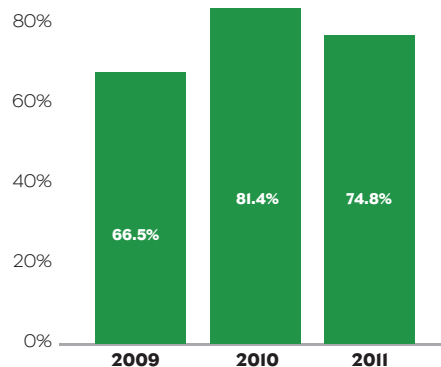
**CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA, M€**



**DIVIDENDOS POR AÇÃO, EUROS**



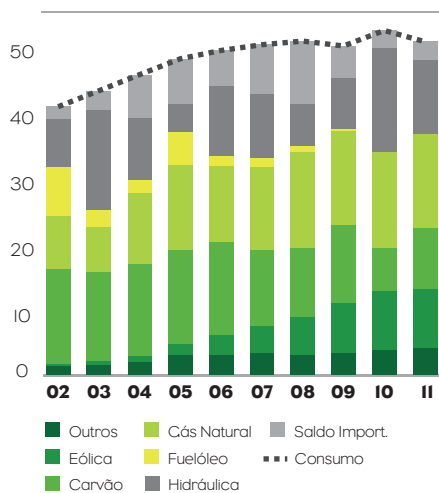
**PAYOUT RATIO, %**



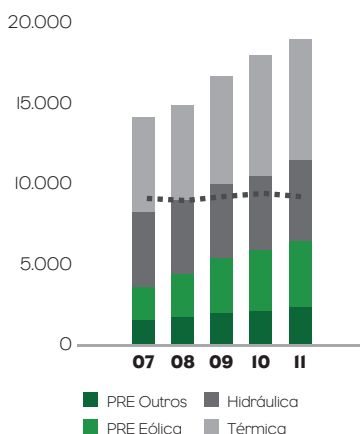
## 7.2 INDICADORES TÉCNICOS ELETRICIDADE

	07	08	09	10	11
Varição anual do consumo de eletricidade, %	1,8	1,1	-1,4	4,7	-3,2
Potência instalada, MW	14.073	14.852	16.643	17.904	18.900
Tempo de interrupção equivalente, minutos	0,74	1,29	0,42	1,15	0,27

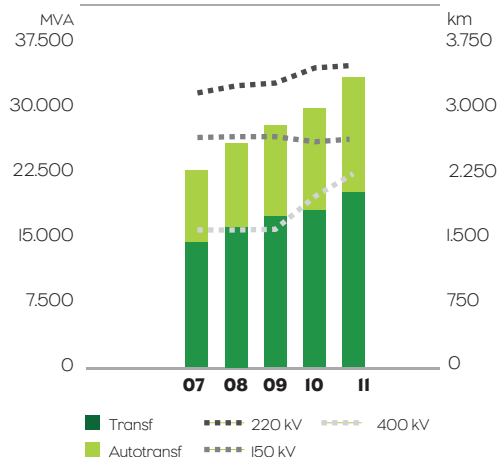
SATISFAÇÃO DO CONSUMO, TWh



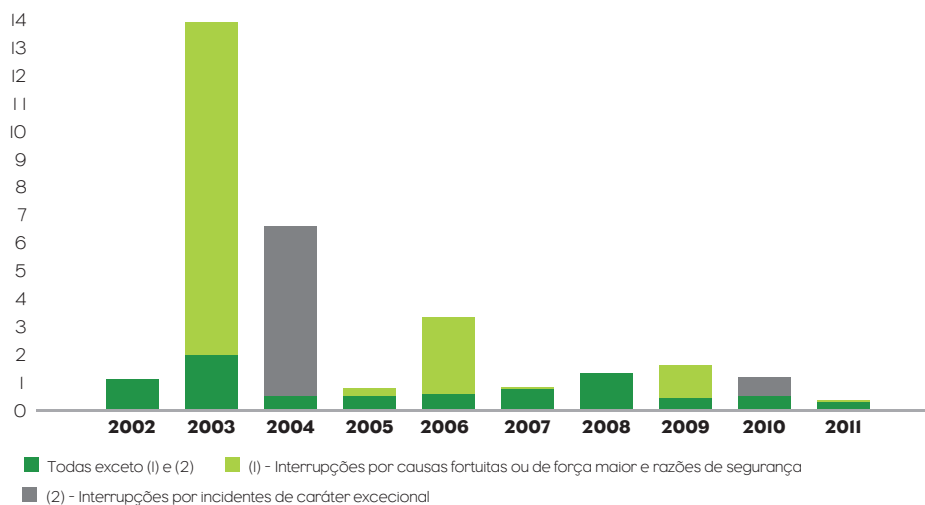
EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA, MW



COMPRIMENTO DE LINHAS E POTÊNCIA DE TRANSFORMAÇÃO



EVOLUÇÃO DO TEMPO DE INTERRUPTÃO EQUIVALENTE (TIE), minutos

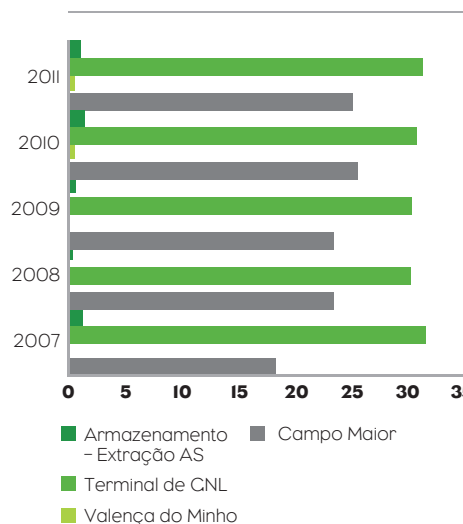


## 7.3 INDICADORES TÉCNICOS GÁS NATURAL

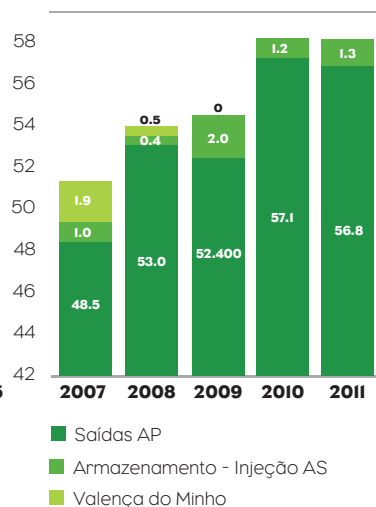
	07	08	09	10	11
Varição anual do consumo de gás natural, %	6,5%	9,4%	-1,0%	9,1%	-0,5%
Entradas na RNTGN, TWh	51,1	53,9	54,3	58,3	58,1
Saídas da RNTGN, TWh	51,3	53,9	54,4	58,3	58,2
Expansão da RNTGN, km	1.218	1.248	1.267	1.296	1.298
Capacidade de Armazenagem Subterrânea de Gás (Mm <sup>3</sup> ) (*)	66,3	66,3	138,2	138,2	132,7

(\*) O VOLUME INDICADO EXPRESSA A CAPACIDADE MÁXIMA DISPONÍVEL PARA FINS COMERCIAIS, A QUAL É CONDICIONADA PELA TERMODINÂMICA ESPECÍFICA DA ARMAZENAGEM DE GÁS NATURAL EM ALTA PRESSÃO EM CAVIDADES SALINAS.

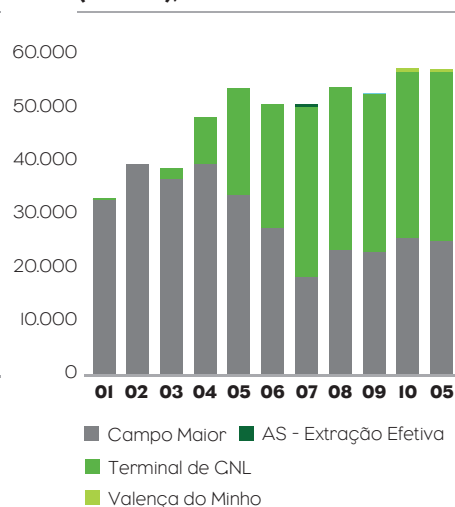
### ENTRADAS NA RNTGN, TWh



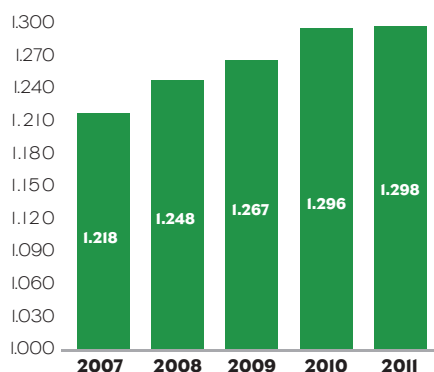
### SAÍDAS DA RNTGN, TWh



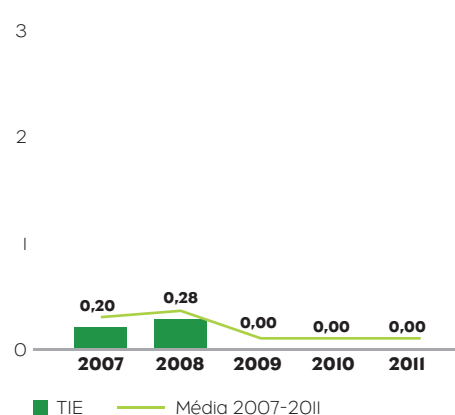
### SATISFAÇÃO DO CONSUMO (RNTGN), GWh



### COMPRIMENTO DOS GASODUTOS, km



### TEMPO DE INTERRUÇÃO EQUIVALENTE (TIE), minutos



# 08. ATIVOS REGULADOS



## 8.1 ELETRICIDADE

O Grupo REN exerce no setor elétrico três atividades reguladas:

- Gestão Global do Sistema;
- Transporte de Energia Elétrica;
- Compra e Venda de Energia Elétrica do Agente Comercial, que consiste na atividade de *trading*, no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), da produção proveniente dos Contratos de Aquisição de Energia Elétrica (CAE) não cessados, através da REN Trading.

Os proveitos permitidos das duas primeiras atividades são recuperados pela aplicação de duas tarifas reguladas: a tarifa de Uso Global do Sistema (UGS) e a tarifa de Uso da Rede de Transporte (URT).

Os proveitos da terceira atividade são essencialmente provenientes da venda em mercado da produção dos CAE não cessados, refletindo a tarifa UGS a diferença, positiva ou negativa, entre o custo correspondente no âmbito dos CAE adicionado dos incentivos à otimização da gestão dos CAE e à gestão eficiente das licenças de emissão de CO<sub>2</sub> e o proveito da venda em mercado da energia e serviços de sistema fornecidos pelas respetivas centrais.

Ambas as tarifas são fixadas anualmente pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) com base em dados previsionais energéticos e económicos,

respeitantes nomeadamente à procura, custos, proveitos e investimentos.

A atividade de Gestão Global do Sistema é regulada por taxa de remuneração aplicada aos ativos intangíveis afetos à atividade, líquidos de depreciações e subsídios e ainda por custos aceites.

A atividade de Transporte de Energia Elétrica é regulada por incentivos: (i) incentivo ao investimento eficiente na rede de transporte, (ii) incentivo à eficiência nos custos de exploração através do estabelecimento de um limite máximo destes custos acrescido de uma componente em função do nível de atividade da empresa, (iii) incentivo à manutenção em exploração de equipamento em fim de vida útil e, (iv) incentivo ao aumento da disponibilidade dos elementos da Rede Nacional de Transporte (RNT).

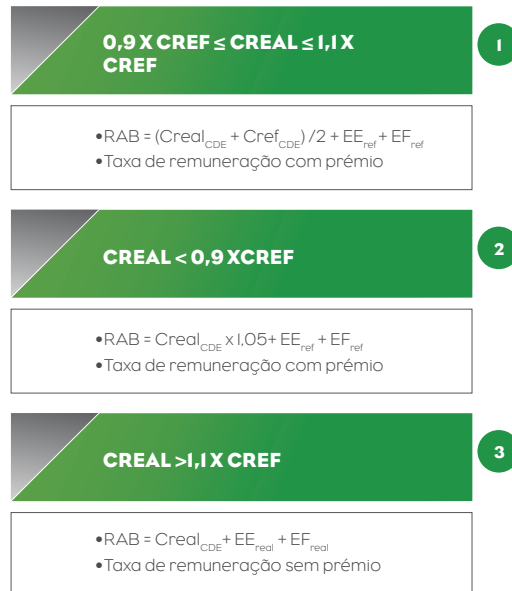
O incentivo ao investimento consiste na determinação da base de ativos a remunerar (RAB) e da respetiva taxa de remuneração em função do nível de eficiência obtido pela empresa.

O mecanismo introduzido pela ERSE consiste na comparação entre os custos de investimento incorridos pela empresa (Creal) e o custo equivalente valorizado a custos de referência (Cref). As figuras seguintes sintetizam a forma de cálculo da base de ativos e da respetiva taxa de remuneração, para os ativos que entrarem em exploração a partir de 1 de janeiro de 2009. Para os restantes



ativos mantém-se a aplicação sobre o montante líquido de amortizações

e subsídios da taxa de remuneração sem prémio.



No caso de obras em subestações que entram em exploração antes de 2006 aplica-se o seguinte mecanismo.



Nas situações 1 e 2 a base de ativos aceite tem um tratamento extra contabilístico e o seu valor difere do escriturado nas contas estatutárias (artigo 7.º e n.º 3 do artigo 8.º).

Apesar de o tratamento de alguns custos continuar a ser de *pass through*, como é o caso dos custos

no âmbito do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental, dos custos com compensações entre operadores das redes de transporte e de outros custos decorrentes de alterações legislativas, a grande parte dos custos de operação e manutenção (OPEX) ficam sujeitos a uma regulação por *revenue cap*.

O montante de custos aceite fixado para o 1.º ano do período de regulação evolui nos anos seguintes com a taxa de variação do Índice de Preços implícito no Produto Interno Bruto, deduzida dum meta de eficiência determinada pela ERSE que para 2010 e 2011 foi de 0,5%. A este montante acresce a variação do OPEX decorrente do crescimento anual da rede de transporte (em quilómetros de linhas e em número de painéis nas subestações), calculado com os correspondentes custos incrementais, também fixados pela ERSE.

O incentivo à manutenção em exploração do equipamento em fim de vida útil pretende estimular a continuidade em serviço de ativos que ainda apresentem condições técnicas de funcionamento, mas que já se encontrem em final de vida útil económica. Para 2011, o valor deste incentivo foi de 7 M€.

O incentivo ao aumento da disponibilidade da Rede Nacional de Transporte de eletricidade, introduzido em 2009, tem como objetivo promover a eficiência da operação e manutenção da infraestrutura de rede. Este incentivo é calculado com base em valores ocorridos, pelo que é recebido com um diferimento de dois anos, o que significa que o incentivo relativo a 2011, no montante de 560 milhares de euros, apenas se refletirá nas tarifas de 2013.

As tarifas fixadas pela ERSE refletem ainda desvios tarifários que, dois anos depois, reconciliam (na medida em que sejam justificáveis e aceites pela ERSE) valores previstos e ocorridos de custos e proveitos e desvios de procura.

De seguida apresentam-se os vários constituintes dos proveitos permitidos das atividades de Transporte de Energia Elétrica e Gestão do Sistema.

CUSTO COM CAPITAL		CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	INCENTIVO À MANUTENÇÃO EM EXPLORAÇÃO DO EQUIPAMENTO EM FIM DE VIDA ÚTIL	INCENTIVO AO AUMENTO DA DISPONIBILIDADE DOS ELEMENTOS DA RNT	*/- DESVIOS DE ANOS ANTERIORES	PROVEITOS PERMITIDOS DO ANO <sub>N</sub>	PROVEITOS A RECUPERAR COM APLICAÇÃO DAS TARIFAS DO ANO <sub>N</sub>
(OT <sup>(1)</sup> + 300 p.b.) X RAB	[OT <sup>(1)</sup> +300 p.b.+ 150 p.b. (prémio)] x RAB	Atividade Transporte: - Crescimento OPEX limitado ao (IPIB <sup>(2)</sup> - 0,5%) OPEX adicional induzido pelo crescimento da atividade (extensão da rede e n.º de painéis) com base em custos incrementais fixados pela ERSE - Custos com PPDA, limpeza de florestas e com o mecanismo de compensação entre ORT tratados como custos aceites. Atividades CCS: Custos	Incentivo à manutenção de equipamento totalmente depreciado, mas em condições técnicas de continuar em exploração	Promover a disponibilidade enquanto fator determinante para a qualidade de serviço associado ao desempenho da RNT	Desvios tarifários do ano <sub>n-2</sub> x (1+Euribor I ano <sub>n-2</sub> + spread <sup>(3)</sup> ) x (1 + Euribor I ano <sub>n-1</sub> + spread <sup>(3)</sup> )		
+ Amortização	+ Amortização						

<sup>(1)</sup> OT – OBRIGAÇÕES DO TESOIRO A 10 ANOS (CALCULADO COM BASE NA MÉDIA DAS RENDIBILIDADES DIÁRIAS DAS OT A 10 ANOS NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE SETEMBRO DO ANO<sub>n-2</sub> E 31 DE AGOSTO DO ANO<sub>n-1</sub>, 4,56% EM 2011).

<sup>(2)</sup> ÍNDICE DE PREÇOS IMPLÍCITO NO PRODUTO INTERNO BRUTO.

<sup>(3)</sup> SPREAD: 1,25% EM 2010 E 2,0% EM 2011.

Assim, em 2011, o RAB médio sobre o qual incide a taxa com prémio, de 9,06%, é de 594 milhões de euros, sendo os restantes 1170 milhões de euros remunerados à taxa sem prémio de 7,56%

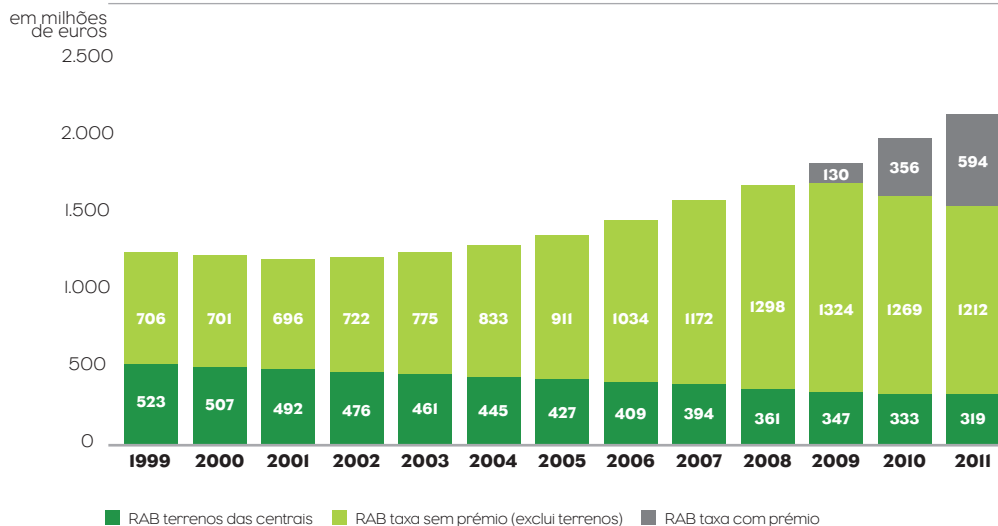
A base de ativos regulados (RAB) da eletricidade compreende o ativo líquido de subsídios afeto às atividades de Transporte de Energia Elétrica e de Gestão Global do Sistema. Para efeitos de cálculo da remuneração, a ERSE utiliza a média aritmética dos valores do RAB no início e no final de cada ano.

Para a atividade de Transporte de Energia Elétrica, e como anteriormente referido, com a publicação do Despacho n.º 14430/2010, de 15 de setembro, a base de ativos a remunerar contempla a aplicação do mecanismo de valorização dos novos investimentos da RNT a custos de referência com efeitos a 1 de janeiro de 2009. Assim, em 2011, o RAB médio sobre o qual incide a taxa com prémio, de 9,06%, é de 594 milhões de euros, sendo os restantes 1170 milhões de euros remunerados à taxa sem prémio de 7,56%.

Na atividade da Gestão Global do Sistema, o princípio de valorização do RAB está assente numa base de custos históricos, sendo nestes casos aplicada a taxa de remuneração de 7,56%. O RAB médio da atividade da Gestão Global do Sistema era, em 2011, de 42 milhões de euros. Ao ativo afeto a esta atividade pertencem ainda os terrenos do domínio público hídrico cuja remuneração é dada pela taxa *swap* interbancária de prazo mais próximo ao horizonte de amortização legal dos terrenos em causa, verificada no 1.º dia de cada período, divulgada pela Reuters, acrescida de 50 *basis point*, nos termos da Portaria n.º 542/2010, de 21 de julho. Em 2011, o RAB médio dos terrenos do domínio público hídrico foi de 319 M€ e a taxa de remuneração foi de 3,91%.

O gráfico seguinte apresenta o valor do RAB para os diferentes grupos de ativos:

#### EVOLUÇÃO DO RAB DESDE 1999 ATÉ 2011



No final de 2011, o saldo dos desvios tarifários para o conjunto das três atividades reguladas desenvolvidas pela REN no setor elétrico era de 70,7 milhões de euros a devolver às tarifas.

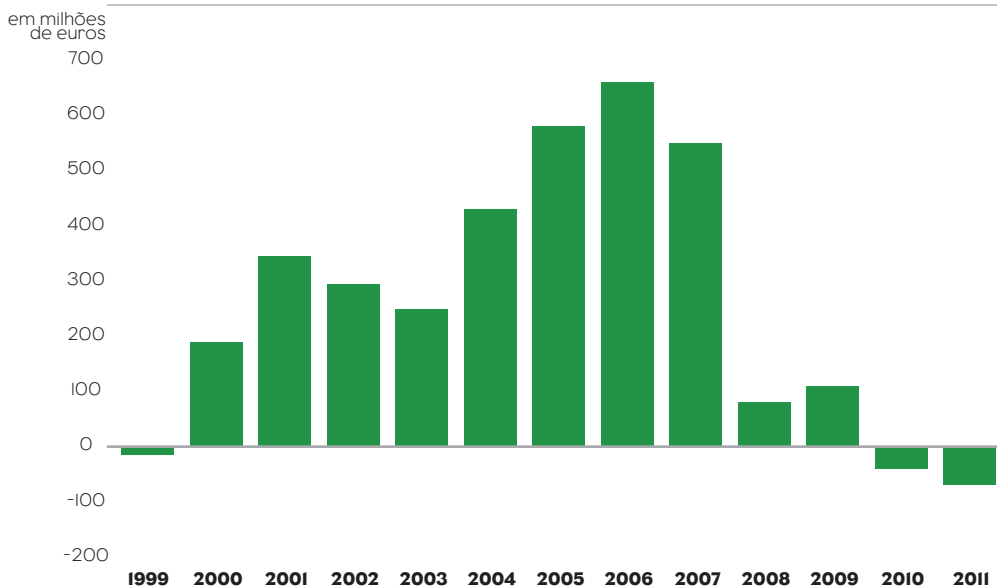
O saldo das contas de desvios tarifários relativo às atividades de Transporte de Energia Elétrica e de Gestão Global do Sistema era de 51,4 milhões de euros a devolver às tarifas.

O desvio de 2011 resultou essencialmente de uma sobrestimação dos consumos e uma subestimação dos custos com interruptibilidade por parte do regulador.

O saldo da conta de desvios tarifários da atividade de Compra e Venda de Energia Elétrica, em 2011, é de 19,3 milhões de euros a devolver às tarifas.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do saldo das contas de desvios tarifários no final de cada ano, para o período entre 1999 e 2011:

**SALDO DE CONTAS DE BALANÇO DE DESVIOS TARIFÁRIOS NO FINAL DE CADA ANO**



O saldo do desvio tarifário desde 2008 tem apresentado valores bastante inferiores aos ocorridos em anos anteriores. Para esta redução contribuiu em grande medida, a cessação da

atividade de Aquisição de Energia Elétrica, que, devido à dificuldade de previsão dos preços de combustíveis, justificava sempre uma grande parte do desvio tarifário.



## 8.2 GÁS NATURAL

Em 2011, o RAB conjunto das empresas da REN no gás natural evoluiu positivamente na sequência dos investimentos para aumentar a capacidade do sistema.

### ATIVIDADES NO GÁS NATURAL

O setor do Gás Natural (GN) em Portugal apoia-se na rede e infraestruturas de alta pressão da REN, essenciais na viabilização do mercado de GN, através de três empresas associadas a concessões de serviço público integralmente detidas pela REN:

- REN Gasodutos – rede nacional de transporte em alta pressão;
- REN Armazenagem – armazenamento subterrâneo;
- REN Atlântico – terminal de receção, armazenamento e regaseificação de GNL.

A rede de transporte em alta pressão constitui uma plataforma de rotação logística entre as fontes de abastecimento do país, as duas interligações com a rede espanhola por gasoduto, o terminal de Sines e as infraestruturas de armazenamento subterrâneo. Através da rede de alta pressão é assegurado o abastecimento de gás natural às redes de distribuição, às centrais de produção de energia elétrica e às indústrias diretamente ligadas à alta pressão, independentemente da sua proveniência.

O Decreto-Lei 30/2006, o Decreto-Lei 77/2011, que o republicou, e o Decreto-Lei 140/2006 enquadram juridicamente o exercício das atividades destas empresas, que detêm, desde 2006, um contrato de concessão de serviço público por um período de 40 anos. Em particular, a REN Gasodutos tem a exclusividade do transporte de gás natural em território continental.

A atuação destas empresas respeita a legislação e os regulamentos nacionais e comunitários em vigor, bem como os contratos de concessão de serviço público, e a regulamentação técnica emitida pela Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG). Exercem, ainda, atividades sujeitas a regulação económica aplicada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) de que se destacam:

- Transporte de gás natural em alta pressão;

- Gestão técnica global do SNGN;
- Receção, armazenamento e regaseificação de GNL;
- Armazenamento subterrâneo de gás natural.

À REN Gasodutos, para além do transporte em alta pressão, cabe o papel de gestor técnico global do Sistema Nacional do Gás Natural (SNGN) e, desde o início de 2009, por imposição regulamentar, o de gestor do processo de mudança de comercializador.

As empresas da REN, com atividades reguladas no GN, têm total independência jurídica de decisão e de propriedade relativamente às empresas que exercem a atividade de comercialização de gás, em linha com a Diretiva 2009/73/EC do Conselho Europeu, que define as regras do mercado de gás natural e que entrou em vigor a 3 de março de 2011.

As infraestruturas de gás natural detidas pela REN têm um papel essencial na satisfação da procura e na gestão dos riscos de abastecimento aos consumidores. A elevada integração e interdependência dos mercados da eletricidade e do gás natural, em particular a preponderância da geração de eletricidade no mercado ibérico como veículo de valorização do uso do gás natural, colocam a REN numa posição única por integrar de forma coordenada nas suas atividades as infraestruturas de transporte de energia elétrica e o sistema logístico de gás natural em alta pressão e em particular o seu planeamento e gestão.

Em 2010 foi publicado o Regulamento Europeu 994/2010 relativo a medidas destinadas a garantir a segurança de abastecimento de gás natural. Um documento que, para além de introduzir nas infraestruturas e redes de gás natural o conceito de segurança "N-1", obriga a assegurar o abastecimento em caso de falha de uma infraestrutura, ao estabelecer critérios para definição, constituição e utilização de reservas de segurança a determinar pelos estados membros da UE. Este ponto encontra-se em fase de estudo e implementação.

Nos termos previstos no Regulamento Tarifário, a ERSE apresentou, em junho de 2011, as tarifas e os preços de gás natural para o Ano Gás 2010-2011 com base nos novos parâmetros de regulação, publicados em 2010, para o período de regulação de 2010-2011 a 2012-2013. Ali estão definidos os proveitos permitidos a cada uma das atividades reguladas, bem como os preços para as tarifas praticadas.

O período regulatório 2010-2013, iniciado em julho de 2010 e que termina em junho de 2013, encontra-se a meio em dezembro de 2011. Neste contexto é relevante assinalar que, tendo sido fixado o ano civil como o período a considerar para efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013.

Ao longo do mesmo período, foram introduzidos incentivos à eficiência para os custos de operação e manutenção (OPEX) associados à atividade de rede de transporte, na REN Gasodutos e na REN Atlântico e a todos os custos operacionais regulados associados à atividade de receção, armazenamento e regaseificação.

Os custos operacionais foram repartidos pelo regulador em valores fixos, sujeitos a uma abordagem regulatória do tipo proveito máximo (*revenue cap*), enquanto os restantes foram indexados às dimensões relevantes das infraestruturas e sua utilização. Trata-se, por isso, de variáveis, sujeitas a uma abordagem do tipo preço máximo (*price cap*).

Quer uns quer outros irão evoluir nos anos seguintes com base na taxa de variação do Índice de Preços do Produto Interno Bruto (IPIB), deduzida duma meta de eficiência X determinada e publicada pela ERSE para cada período regulatório, o que limitará o fator de crescimento permitido dos custos operacionais a  $1+IPIB-X$ . No atual período regulatório a ERSE fixou o valor de X em:

- 3,8% em 2010, 0% em 2011 e 0% em 2012 para os proveitos permitidos da atividade de transporte da REN Gasodutos e em
- 1% em 2010, 2011 e 2012 para os custos operacionais das atividades da REN Atlântico.

**PERCENTAGENS APROXIMADAS DAS COMPONENTES DO OPEX QUANDO DA SUA FIXAÇÃO PELA ERSE:**

TIPO / EMPRESA	REN GASODUTOS	REN ATLÂNTICO
<b>Revenue Cap</b>	45%	45%
<b>Price Cap</b>	40% associado ao comprimento em km dos gasodutos;	30% energia regaseificada
<b>Price Cap</b>	10% número de GRMS	25% capacidade técnica de emissão
<b>Price Cap</b>	5% energia total transportada	

### REMUNERAÇÃO DOS ATIVOS REGULADOS DE GÁS NATURAL

A remuneração das empresas da REN com atividades reguladas no setor do gás natural é determinada no Regulamento Tarifário pela definição dos proveitos permitidos, com um período de regulação de três anos, estabilização dos parâmetros nesse período e revisão anual de tarifas em função das estimativas de quantidades do regulador.

Os proveitos relativos ao capital investido decorrem da remuneração dos ativos fixos em exploração, líquidos de amortizações e subsídios (RAB), a uma taxa definida pela entidade reguladora para cada período de regulação adicionada das correspondentes amortizações.

**8%  
ATÉ 31 DEZ 2012**

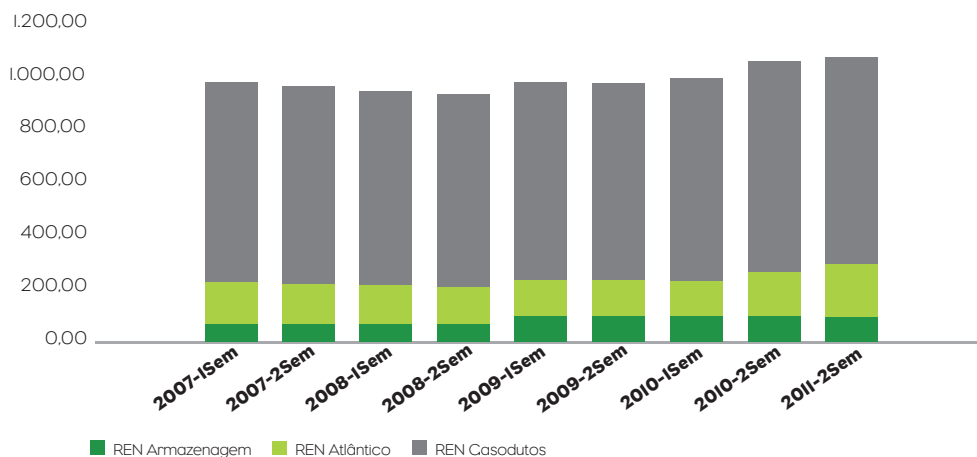
REMUNERAÇÃO DO RAB	RECUPERAÇÃO DO OPEX	DESVIOS TARIFÁRIOS DE ANOS ANTERIORES	RESULTADOS PERMITIDOS URT/ UGS/ UTRAR/ UAS
+ ROR * Base de Ativos Regulados (RAB)	Para o transporte e terminal de GNL: <i>Revenue cap</i> – para o OPEX o aumento é limitado a $(1+IPIB-X)^{(2)}$ • O OPEX induzido pelo crescimento e operação é sujeito a <i>price cap</i> com crescimento limitado a $(1+IPIB-X)^{(2)}$	Desvios tarifários no ano s-2 $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 1\%)$ $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 2\%)$ e Desvios tarifários em s-1 $\times (1 + \text{Euribor 3M} + 2\%)$	
+ Amortizações (liquidadas de subsídios) +/- Mecanismo de alisamento <sup>(1)</sup>	Para a Gestão Global do Sistema e para o armazenamento subterrâneo: • Custos aceites		

**NOTAS:**

<sup>(1)</sup> O EFEITO DE ALISAMENTO APLICA-SE APENAS AO TERMINAL ATÉ 2016

<sup>(2)</sup> REN GASODUTOS: X = 3,8% PARA O PRIMEIRO ANO E 0% PARA OS SEGUINTE; PARA A REN ATLÂNTICO: X = 1% PARA O PERÍODO REGULATÓRIO X APLICA-SE A TODOS OS COMPONENTES DO OPEX, TANTO AO "REVENUE CAP" COMO AO "PRICE CAP"

O RAB médio semestral das empresas de gás natural teve a seguinte evolução até ao final de 2011:



Em 2011, o RAB conjunto das empresas da REN no gás natural evoluiu positivamente na sequência dos investimentos para aumentar a capacidade do sistema, em que o consumo tem crescido acima da média do dos países europeus mais próximos, mesmo em períodos de crise económica como entre 2009 e 2011. O aumento do RAB reflete, em particular, o projeto de ampliação da capacidade do terminal de GNL, que teve em 2011 a conclusão da segunda fase com a entrada em operação dos novos sistemas de regaseificação e correspondendo a um investimento de cerca de 49 milhões de euros. A conclusão deste projeto está prevista para 2012, com a entrada em exploração do 3.º tanque de armazenamento de GNL.

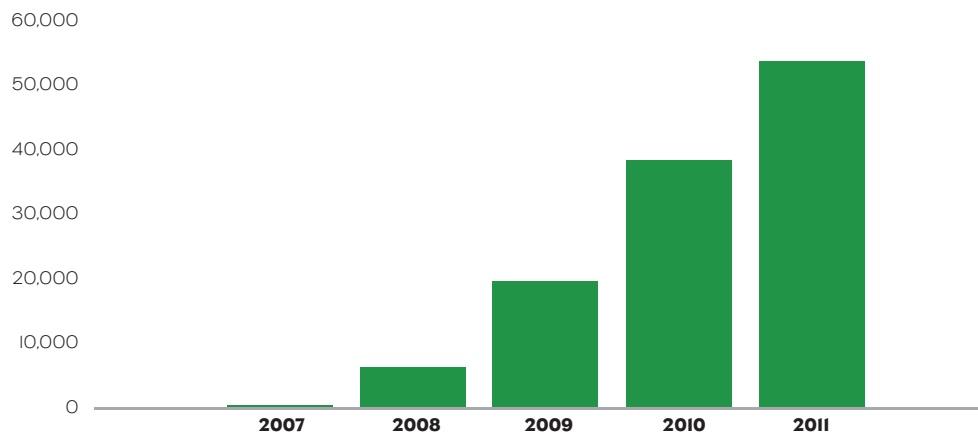
esse valor remunerado a uma taxa regulada igual à média da Euribor a 3 meses verificada em cada período até ao ano da recuperação, acrescida de 200 pontos-base para o período imediatamente anterior e de 100 pontos-base para os desvios incorridos anteriormente.

O regulamento tarifário contempla também um mecanismo de antecipação do processo de recuperação/devolução dos desvios estimados do ano anterior ao ano das tarifas a que se aplica uma taxa regulada igual à média da Euribor a 3 meses verificada no ano acrescida de 200 pontos-base.

O saldo dos desvios tarifários tem a seguinte evolução:

Os desvios são recuperados/devolvidos dois anos depois de ocorrerem, sendo

**SALDO ACUMULADO DESVIOS LÍQUIDOS M€**





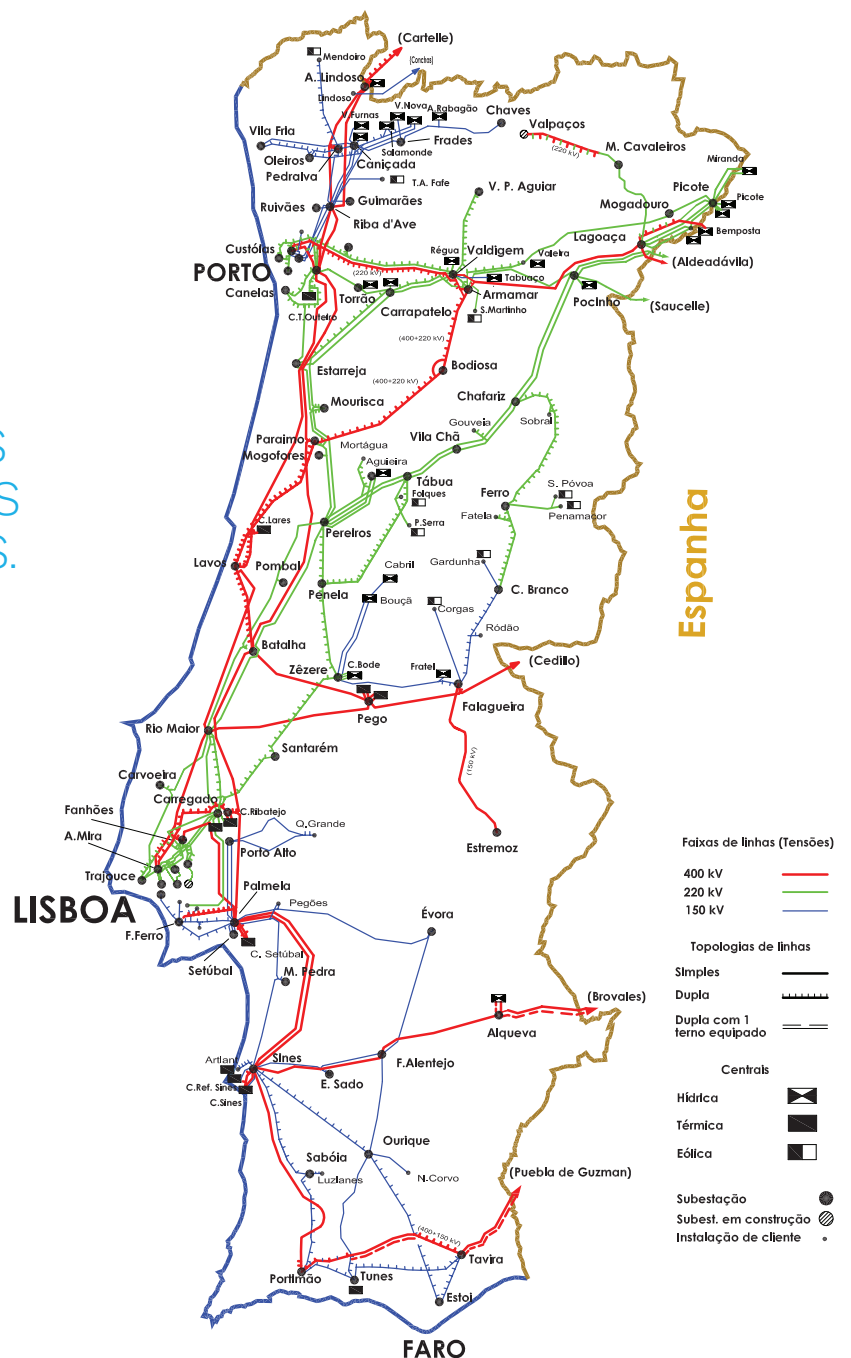
# 09. INFRAESTRUTURAS TÉCNICAS



## 9.1 ELETRICIDADE

A RNT GARANTE O ESCOAMENTO DA ENERGIA ELÉTRICA DESDE OS CENTROS ELETROPRODUTORES ATÉ ÀS SUBESTAÇÕES TRANSFORMADORAS.

Em finais de 2011, a RNT (Rede Nacional de Transporte) era constituída por 275 linhas e ramos de Muito Alta Tensão (MAT), nomeadamente 94 linhas e ramos a 150 kV, 126 linhas e ramos a 220 kV e 55 linhas a 400 kV, por 65 Subestações Transformadoras e 13 Postos de Corte, de Seccionamento e de Transição.



A RNT garante o escoamento da energia elétrica desde os Centros Eletroprodutores até às Subestações Transformadoras, nas quais é entregue a 60 kV à Rede Nacional de Distribuição.

A RNT estabelece igualmente a ligação com a Rede Europeia de Transporte através de nove interligações com a Rede de Transporte de Espanha e efetua a entrega de energia diretamente em MAT a diversos consumidores.

O Centro de Despacho Nacional, sediado em Sacavém (Loures), coordena o funcionamento global e garante o equilíbrio do Sistema Elétrico Nacional.

O Centro de Operação da Rede, sediado em Vermoim (Maia), permite a Monitorização e Operação Remota dos Equipamentos da Rede Nacional de Transporte (RNT).

A Rede Corporativa de Telecomunicações, em grande parte apoiada nas infraestruturas mencionadas (fibra ótica e feixes hertzianos), apoia a transmissão de dados, ordens de comando aos elementos de rede e permite as comunicações indispensáveis à exploração da RNT.



Autotransformador na subestação de Pedralva

REDE NACIONAL DE TRANSPORTE	11	10	VAR (%)
<b>Comprimento de Linhas (km)</b>	<b>8.371</b>	<b>8.049</b>	<b>4,0</b>
400 kV	2.236	1.973	13,3
220 kV	3.492	3.467	0,7
150 kV	2.643	2.609	1,3
<b>Potência Total de Transformação (MVA)</b>	<b>33.777</b>	<b>30.205</b>	<b>11,8</b>
Autotransformação (MAT/MAT)	13.410	11.925	12,5
Transformação (MAT/AT)	20.367	18.280	11,4

Em finais de 2011, a RNT dispunha de 8.317 km de linhas aéreas de MAT

suportadas por 17.845 apoios, bem como de 54 km de cabo subterrâneo de MAT:

<b>150 kV</b>	2.643 km em 5.335 apoios
<b>220 kV</b>	3.438 km em 6.968 apoios e 54 km em cabo subterrâneo
<b>400 kV</b>	2.236 km em 5.542 apoios

A interligação com a Rede de Transporte de Espanha era assegurada por uma linha a 130 kV entre o Minho e a Galiza, três linhas a 220 kV no Douro Internacional e por cinco linhas a 400 kV, duas entre o Minho e a Galiza, uma no Douro Internacional, uma no Tejo

Internacional e uma entre o Alentejo e a Estremadura. Entre o Algarve e a Andaluzia já se encontra concluído o troço nacional de uma nova interligação.

Nas 65 Subestações de Transformação de MAT estavam instalados:

<b>150/60 kV</b>	6 170 MVA	<b>220/60 kV</b>	10.997 MVA	<b>400/60 kV</b>	3.060 MVA
<b>150/130 kV</b>	290 MVA	<b>220/150 kV</b>	970 MVA	<b>400/150 kV</b>	5.990 MVA
				<b>400/220 kV</b>	6.300 MVA



Centro de Operação da Rede

## 9.2 GÁS NATURAL

### AO NÍVEL DA INFRAESTRUTURA DE GASODUTOS, ASSINALA-SE A ENTRADA EM EXPLORAÇÃO DO NOVO RAMAL DO CHAPARRAL PARA ABASTECIMENTO DA AMPLIAÇÃO DA REFINARIA DE SINES

As infraestruturas de gás natural da REN compreendem:

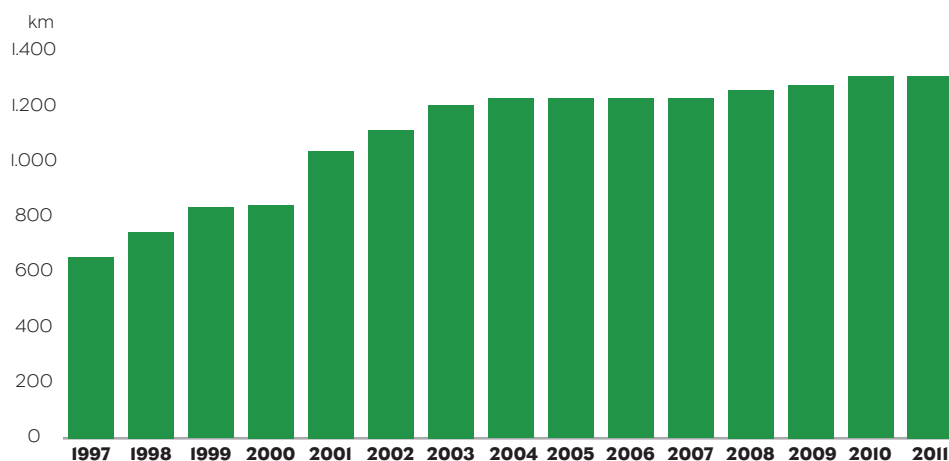
- a Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN);
- o terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) de Sines;
- instalações de armazenamento subterrâneo de gás natural no Carriço (3 cavernas e 1 estação de gás).

Em 2011, foram colocadas em funcionamento 4 novas estações de regulação e medição de gás (GRMS) (Vila Nova de Cerveira, Soure, Lares e Chaparral III). Ao nível da infraestrutura de gasodutos, assinala-se também a conclusão e entrada em exploração do novo ramal do Chaparral para abastecimento da ampliação da Refinaria de Sines.

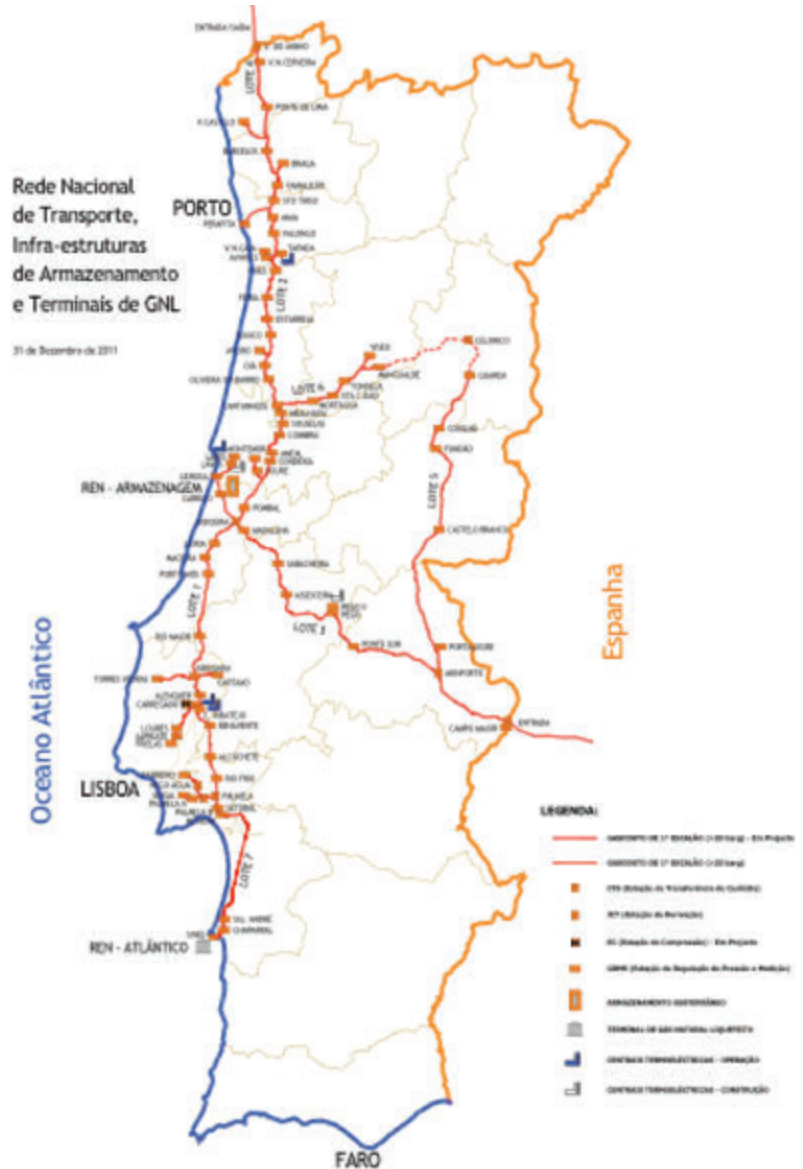
Assim, no final de 2011, as infraestruturas principais da RNTGN eram as seguintes:

- 1 298 km de gasodutos em alta pressão;
- 61 estações de junção para derivação de ramais;
- 43 estações de válvulas de seccionamento;
- 5 estações de interligação com ramais em T;
- 84 estações de regulação de pressão e medição de gás;
- 2 estações de transferência de custódia.

Desde o início da exploração, em 1997, a extensão da rede de transporte teve a seguinte evolução:



**REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL**



REDE NACIONAL DE TRANSPORTE DE GÁS NATURAL

		Ø (mm)	km
Lote 1	Setúbal – Leiria	700	174
Lote 2	Leiria – Gondomar	700	164
	Gondomar – Braga	500	50
Lote 3	Campo Maior – Leiria	700	220
Lote 4	Braga – Valença	500	74
Lote 5	Monforte – Guarda	300	184
Lote 6	Mealhada – Viseu	500	68
Lote 7	Sines – Setúbal	800	87
Ramais de alta pressão		150-700	276
<b>Total</b>			<b>1.298</b>

A 31 de dezembro de 2011, a capacidade disponível para fins

comerciais dos pontos relevantes da RNTGN era a seguinte:

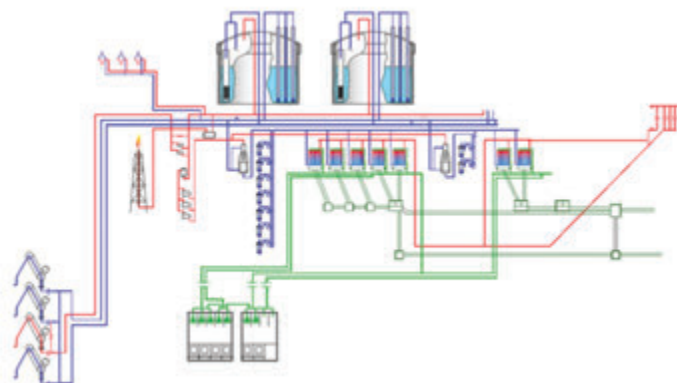
CAPACIDADE DISPONÍVEL PARA FINS COMERCIAIS DOS PONTOS RELEVANTES	CWH POR DIA	MM <sup>3</sup> (N) POR DIA
<b>ENTRADA</b>		
Comprimento de Linhas (km)	213	17,9
Sines	86	7,2
Cariço (Extração AS)	134	11,3
Campo Maior (IP39)	40	3,4
Valença do Minho (IP40)		
<b>SAÍDA</b>		
Sines	213	17,9
Cariço (Injeção AS)	86	7,2
Campo Maior (IP39)	134	11,3
Valença do Minho (IP40)	40	3,4
<b>Saídas por GRMS (total)</b>	<b>194</b>	<b>16,3</b>

Supervisionada a partir de um centro de despacho nacional de última geração e com recurso a sistemas de telecomunicações redundantes apoiados em tecnologia ótica, a RNTGN interliga as estações de gasoduto com o terminal de GNL de Sines e com o armazenamento subterrâneo no Cariço, em Pombal. Todos os sistemas dispõem de comunicação digital, em particular para leitura dos caudais de entrada e saída da rede, o que permite obter um grau de qualidade da informação e de resposta de supervisão ao nível das melhores práticas.

O terminal de GNL está, até 2012, em fase de reforço da sua capacidade de emissão e de armazenamento. Constituído por um cais de receção de navios, dois tanques criogénicos de GNL e sistemas de pressurização e vaporização com recurso a água do mar, sem queima de combustível, este terminal é uma infraestrutura fundamental do sistema. Em 2011 prosseguiram os trabalhos de expansão desta infraestrutura, sendo as suas características principais no final de 2011 as seguintes:

- capacidade de regaseificação de 7,6 bcm de gás natural/ano;
- sete vaporizadores atmosféricos com capacidade unitária de 225.000 m<sup>3</sup>(n)/h;
- capacidade de receção de navios metaneiros:
  - volumes entre 40.000 e 215.000 m<sup>3</sup> de GNL;
  - tempo médio de descarga de 1 navio de 140.000m<sup>3</sup> de GNL: 19 horas;
- capacidade de armazenagem operacional nos tanques: 2 x 120.000 m<sup>3</sup> de GNL (Um 3º tanque de 150.000 m<sup>3</sup> encontra-se em fase final de construção);
- capacidade de emissão:
  - nominal: 1.125.000 m<sup>3</sup>(n)/h @ 7,6 bcm;
  - ponta 1.300.000 m<sup>3</sup>(n)/h;
- enchimento de camiões cisterna: 4.500 camiões/ano @ 0,12 bcm.

## ESQUEMA GERAL DO TERMINAL DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO DE SINES



O armazenamento subterrâneo é feito em cavidades salinas a grande profundidade, interligadas com uma estação de gás que permite gerir as quantidades armazenadas através da injeção com recurso a compressores de gás natural ou da extração com sistemas de desidratação do gás natural para injeção posterior na rede de transporte.

A estação de gás da REN interliga-se igualmente com as cavidades de outro concessionário. Para a construção das cavidades salinas, a REN possui uma estação de lixiviação que, associada a um sistema de captação de água e a um sistema de rejeição de salmoura no mar, permite a construção de mais cavidades.

No final de 2011, as instalações de armazenamento subterrâneo de gás natural que integravam a concessão da REN Armazenagem tinham as seguintes características:

- três cavidades em operação;
- capacidade máxima: 1,66 TWh <> 142,5 Mm<sup>3</sup>(n);
- capacidades da estação de superfície:
  - injeção: 24 GWh/dia;
  - extração: 86 GWh/dia;
- operação da estação de gás assegurada pela REN Armazenagem.

# 01 RELATÓRIO DE GESTÃO



## ENERGIA DE PROGRESSO

A REN já instalou mais de 8 300 km de linhas para transportar energia elétrica em todo o país. Uma rede em constante atualização que liga o progresso ao bem-estar, contribuindo para o funcionamento de escolas, centros de saúde, hospitais, empresas e residências para que nunca passem um só dia sem eletricidade.

REN. A REDE QUE NOS UNE





REN. A REDE QUE NOS UNE

REN 



# 01. ENVOLVENTE



## 1.1 ECONÓMICA

A crise da dívida soberana na Zona Euro e a mudança de políticas de estímulo à economia para políticas de contenção do défice público configuraram-se como um forte entrave a uma recuperação económica mais sustentada.

## O ANO FICA MARCADO POR UMA FRACILIZAÇÃO DA RETOMA ECONÓMICA, TENDO A TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB CAÍDO APROXIMADAMENTE PARA METADE.

### ▸ ECONOMIA MUNDIAL<sup>1</sup>

Após uma forte recuperação em 2010 (aumento do PIB de +5,0%), o crescimento da atividade económica abrandou em 2011 para +3,7%. Este abrandamento é explicado por vários fatores: i) desaceleração das economias da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos da América (EUA), fruto do processo de desalavancagem da economia e da crise da dívida soberana na zona Euro; ii) diminuição das taxas de crescimento das economias emergentes, afetadas pela quebra de consumo das economias mais avançadas e por políticas de subida das taxas de juro para contenção da inflação, iii) eventos extraordinários, como o *tsunami* no Japão (que conduziu o país à recessão em 2011) e a instabilidade no Médio Oriente (com impacto no preço das *commodities*), mas cujos efeitos se deverão esbater em 2012.

A conjugação destes fatores originou taxas de crescimento distintas entre regiões. No Japão, o terramoto e *tsunami* de março de 2011 resultaram numa quebra no PIB de -0,4%. Já nos EUA e na UE o crescimento desacelerou para 1,6%, sendo de realçar que estas regiões continuam a debater-se com elevadas taxas de desemprego e níveis de endividamento. Adicionalmente, a crise da dívida soberana na Zona Euro e a mudança de políticas de estímulo à economia para políticas de contenção do défice público configuraram-se

como um forte entrave a uma recuperação económica mais sustentada. Já os países emergentes continuam a registar taxas de crescimento elevadas e bastante acima da média mundial. No respeitante às principais regiões, em 2011, a China cresce 9,2%; a Índia 7,5%; a África subsariana 5,0% e a América Latina 4,6%.

### ▸ ESTADOS UNIDOS<sup>2</sup>

O ano fica marcado por uma fragilização da retoma económica, tendo a taxa de crescimento do PIB caído aproximadamente para metade (+1,6% em 2011 face a +3,0% em 2010). Esta quebra foi induzida pelo fim dos pacotes de estímulo à economia e pela necessidade de controlar os níveis de endividamento público, que levaram a uma contração do consumo público (-0,8% em 2011, face a um aumento de +1,0% em 2010). Adicionalmente, a retoma do consumo privado, principal componente do PIB, permanece frágil e rodeada de incertezas: o mercado imobiliário ainda não dá sinais de recuperação, a taxa de desemprego permanece a níveis historicamente elevados (previsão de 9% em 2011) e a incerteza sobre a envolvente fiscal continua a pesar nas decisões de consumo. Pela positiva, destaca-se o crescimento da formação bruta de capital fixo (+3,3% em 2011), sustentada pelos bons resultados e liquidez disponível no tecido empresarial.

O ano de 2011, em Portugal, ficou marcado pelo pedido de ajuda à “Troika” (EU/BCE/FMI), e pelas medidas de austeridade incluídas no memorando assinado

Apesar da preocupação com o défice e a dívida pública, o défice em 2011 permanece em níveis historicamente elevados (10,0%, menos 0,6 pp face a 2010), levando a um aumento da dívida pública de 95,2% do PIB, em 2010, para 101,0%, em 2011. A taxa de inflação duplicou, de 1,6%, em 2010, para 3,2%, em 2011, resultado do aumento do preço das *commodities* no 1.º semestre de 2011.

### ▸ ZONA EURO<sup>3</sup>

A economia da Zona Euro registou igualmente um enfraquecimento da sua retoma, reduzindo-se 0,4 pp para +1,5% em 2011. A procura interna configurou-se como a principal contribuição para este crescimento, representando 0,7 pp do mesmo. Já as exportações líquidas viram a sua contribuição baixar 0,2 pp para 0,6 pp em 2011, acompanhando a estabilização do comércio mundial após a forte recuperação sentida em 2010.

No entanto, 2011 é marcado por uma forte degradação da conjuntura económica, induzida pela crise da dívida soberana. Embora com impactos diferenciados nos vários países da Zona Euro, esta crise colocou a redução dos défices públicos no centro da discussão política europeia e gerou uma forte instabilidade e incerteza nos mercados financeiros. Como resultado, a conjugação de políticas de austeridade, restrições de crédito e a incerteza associada fizeram-se sentir numa diminuição da taxa de crescimento do consumo privado (de +0,9% em 2010 para +0,5% em 2011) e do consumo público (de +0,5% para +0,1%). De destacar, pela positiva, o bom desempenho do investimento, que cresceu +2% em 2011, após uma contração de -0,5% em 2010.

A Zona Euro foi incapaz de diminuir a taxa de desemprego de forma sustentada, que baixou apenas 0,1 pp para 10% da população ativa. No entanto, as políticas de controlo da despesa permitiram a redução do défice público de -6,2% para -4,1%, tendo a dívida pública agregada subido de 85,6% do PIB, em 2010, para 88,0%, em 2011. A taxa de inflação estimada foi de 2,6% (acima da referência de

2% do BCE), resultado da subida das *commodities*.

### ▸ TAXAS DE JURO<sup>4,5</sup>

Embora tenha por duas vezes subido a taxa de referência (até um máximo de 1,5%), o Banco Central Europeu (BCE) anulou este aumento em novembro e dezembro, tendo as taxas de juro em 2011 fechado novamente a níveis historicamente baixos. Assim, o BCE terminou 2011 com a taxa de referência a 1%, enquanto a Reserva Federal dos Estados Unidos manteve a *Fed Funds Target Rate* no intervalo entre 0% e 0,25%.

Apesar de a taxa de referência do BCE ter permanecido em 1%, a incerteza gerada pela crise da dívida soberana propagou-se ao sistema bancário, levando a um aumento das taxas Euribor. A 30 de dezembro de 2011, as taxas Euribor para os prazos de 3, 6 e 12 meses eram de 1,356% (que compara com 1,006% no final de 2009), 1,617% (vs 1,227%) e 1,947% (vs 1,507%), respetivamente, ou seja, uma subida de cerca de 35-45 pontos-base face ao final de 2010.

### ▸ ECONOMIA NACIONAL<sup>6,7</sup>

O ano de 2011, em Portugal, ficou marcado pelo pedido de ajuda à “Troika” (EU/BCE/FMI) e pelas medidas de austeridade incluídas no memorando assinado. Assim, a política económica passou a ser marcada pela necessidade de uma correção rápida dos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente pela redução do défice e da dívida pública. A conjugação de ações a nível da receita (aumento de impostos) e da despesa (redução de investimento e cortes de salários e pensões, entre outras medidas) resultou numa contração do PIB, em 2011, de -1,6% (após um crescimento de +1,4% em 2010).

Esta contração resultou da forte quebra do consumo privado (-3,6%), do consumo público (-3,2%) e do investimento (redução da formação bruta de capital fixo de -11,2%). Pela positiva, destaca-se o bom comportamento da balança-comercial: enquanto as importações diminuíram -4,3%, em linha com a redução do consumo, já as exportações subiram +7,3%, face a 2010.



Em linha com a recessão verificada, o desemprego voltou a agravar-se (de 12% em 2010 para 12,6% em 2011), tendo a inflação atingido os 3,5%.

Desta forma, e olhando para as contribuições para a variação do PIB em 2011, a procura interna contribuiu com -5,6 pp e as exportações líquidas com +4,1 pp, configurando-se como a única contribuição positiva para a economia.

Em linha com a recessão verificada, o desemprego voltou a agravar-se (de 12% em 2010 para 12,6% em 2011), tendo a inflação atingido os 3,5%, facto para o qual contribuíram as subidas de IVA verificadas em 2011. De referir que a meta do défice público de 5,9% foi cumprida, embora com recurso a medidas extraordinárias (transferência do fundo de pensões da banca), aumentando a pressão sobre a meta de 4,5% em 2012. A dívida pública continua a aumentar, devendo atingir os 101,6% do PIB em 2011 (face a 93,3% em 2010).

**FONTES:**

- 1) Comissão Europeia: European Economic Forecast, Autumn 2011
- 2) Comissão Europeia: European Economic Forecast, Autumn 2011 – United States
- 3) Comissão Europeia: European Economic Forecast, Autumn 2011 – Euro Zone
- 4) Taxas de referência: ECB e FED (<http://www.ecb.int>; <http://www.federalreserve.gov/>)
- 5) Banco de Portugal: Valores Euribor
- 6) Banco de Portugal: Boletim Económico Inverno 2011
- 7) Comissão Europeia: European Economic Forecast, Autumn 2011 – Portugal

## 1.2 SETORIAL

# A AIE ESTIMA QUE OS PAÍSES NÃO MEMBROS DA OCDE SERÃO RESPONSÁVEIS POR 90% DO INCREMENTO DA PROCURA DE ENERGIA.

### MOVIMENTOS NO SETOR DA ENERGIA

Num contexto global, o ano energético de 2011 ficou marcado pela crise económica e financeira e pelo conseqüente desvio da política energética do foco de atenção dos governos. A atualidade ficou igualmente caracterizada pelo acidente nuclear de Fukushima Daiichi e pelas convulsões no Médio Oriente e Norte de África, que levantaram dúvidas quanto à fiabilidade do abastecimento de energia. Algumas tendências-chave apontam em direções que se afiguram preocupantes, como um aumento das

emissões de CO<sub>2</sub> para níveis recorde, uma diminuição da eficiência energética global (que aconteceu pelo segundo ano consecutivo) e o aumento dos gastos com importações de petróleo, que estão já perto de níveis máximos.

A Agência Internacional de Energia (AIE) no Cenário Novas Políticas assume que os recentes compromissos anunciados por vários países serão implementados cautelosamente e que, apesar de uma menor taxa de crescimento económico no curto prazo, esta apenas terá um impacte marginal nas tendências de longo prazo para a energia e o clima.

De acordo com o Cenário Novas Políticas da AIE, a procura de energia deverá crescer significativamente, aumentando mais de 30% entre 2010 e 2035. O crescimento da população mundial e da taxa de crescimento anual média da economia mundial são apontados como principais impulsionadores da procura crescente de serviços e de mobilidade.

A AIE estima que os países não membros da OCDE serão responsáveis por 90% do incremento da procura de energia nos próximos 25 anos. A China deverá representar mais de 30%, consolidando a sua posição como maior consumidor energético mundial. Em 2035, estima-se que a China consuma mais 70% de energia do que os Estados Unidos da América (EUA), o segundo maior consumidor, apesar de o consumo energético *per capita* no gigante asiático representar menos de metade do valor registado nos EUA. O aumento das taxas de crescimento do consumo de energia na Índia, Indonésia, Brasil e Médio Oriente deverá ocorrer a um ritmo mais rápido do que na China.

As economias emergentes também deverão dominar a expansão da oferta. O mundo irá cada vez mais depender da produção de petróleo da OPEC e os países

fora da OCDE representarão mais de 70% da produção mundial de gás em 2035. Quanto às fontes de energia utilizadas, a predominância dos combustíveis fósseis tenderá a declinar, apesar de estar longe de ter acabado – o peso dos fósseis deverá diminuir de 81%, em 2010, para 75%, em 2035. Apenas no caso do gás natural, vários fatores tanto a nível da oferta como da procura apontam para um crescimento na sua utilização, atingindo praticamente o nível do carvão. A quota-parte de gás não convencional passa a constituir um quinto da produção total de gás em 2035, embora o seu ritmo de crescimento varie consideravelmente entre regiões.

No setor da eletricidade prevê-se que as tecnologias das energias renováveis venham a constituir metade da nova capacidade instalada, com uma clara

liderança das energias hidroelétrica e eólica. A percentagem de fontes de energia renováveis não hidroelétricas na produção de eletricidade deverá subir de 3%, em 2009, para 15%, em 2035, sendo o apoio dos governos decisivo para essa evolução, dado que, neste período, a maior parte das tecnologias de energia renovável não são competitivas nos mercados de eletricidade.

Maior produção de eletricidade proveniente de fontes renováveis obriga a investimentos adicionais nas redes de transporte, representando 10% do investimento total em transporte. Na União Europeia (UE) será necessário dedicar 25% do investimento às redes de transporte.

Quanto à energia nuclear, os acontecimentos de Fukushima Daiichi suscitaram dúvidas relativamente ao seu papel futuro. No entanto, as políticas

de países como a China, Índia, Rússia e Coreia não mudaram e deverão determinar a expansão desta fonte de energia. No Cenário Novas Políticas, a produção nuclear aumenta mais de 70% até 2035.

A AIE estima que seja necessário um investimento mundial nas estruturas de transporte da energia de 38 biliões de dólares (valores de 2010) no período 2011-2035. Praticamente dois terços do investimento total serão realizados em países fora da OCDE. O petróleo e o gás representam, conjuntamente, cerca de 20 biliões de dólares, tendo em conta o aumento a médio e a longo prazo das necessidades de investimento a montante e dos respetivos custos. O setor da eletricidade exige a maior parte do valor remanescente, com mais de 40% destinado às redes de transporte e distribuição.

Apesar da utilização crescente de energia, cerca de 20% da população mundial permanece sem acesso a eletricidade e as previsões sugerem que esta situação se manterá a longo prazo. No entanto, de acordo com a AIE, seria apenas necessário um investimento na ordem dos 3% do investimento total em energia até 2030 para garantir o acesso universal.

No longo prazo, a atuação política para restringir a procura será crucial para garantir não apenas a segurança de abastecimento como também o alcançar dos objetivos acordados para fazer face às alterações climáticas. No Cenário Novas Políticas, a eficiência energética aumenta a um ritmo que corresponde ao dobro dos últimos 25 anos, sendo estimulada por normas mais rigorosas em todos os setores e por uma redução gradual dos subsídios aos combustíveis fósseis. Apesar desse esforço, as emissões de CO<sub>2</sub> relacionadas com a utilização de energia deverão aumentar

20%, um valor que se traduz num aumento de temperatura a longo prazo de 3,5°C, acima do objetivo de limitar o aumento médio global da temperatura a 2°C.

#### PROCURA E PRODUÇÃO

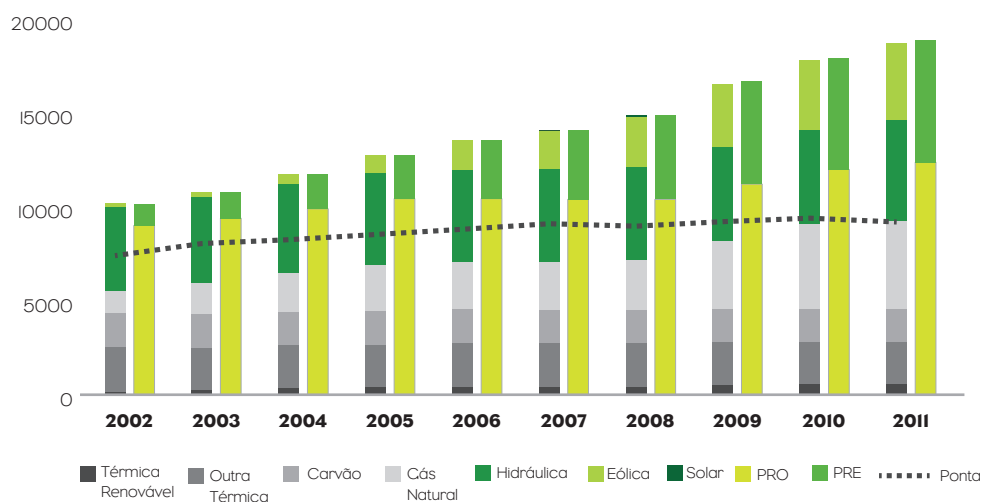
Em 2011 o consumo de energia elétrica abastecido a partir da rede pública situou-se em 50,5 TWh, registando a maior quebra até hoje verificada em Portugal, 3,2 % ou 2,3% com correção dos efeitos de temperatura e número de dias úteis.

TWH	CONSUMO	VARIAÇÃO	CORRIGIDO
2007	50,0	1,8%	2,4%
2008	50,6	1,1%	1,2%
2009	49,9	-1,4%	-1,8%
2010	52,2	4,7%	3,3%
2011	50,5	-3,2%	-2,3%

A potência máxima ocorrida na rede atingiu 9192 MW, cerca de 200 MW abaixo do máximo histórico, registado em 2010. No novo equipamento entrado em exploração destaca-se o aumento de 375 MW de potência eólica, que atingem

agora 4081 MW (dos quais 1918 ligados diretamente à Rede de Transporte). Nas grandes hídricas entraram em serviço os reforços de Picote e Bemposta com 431 MW.

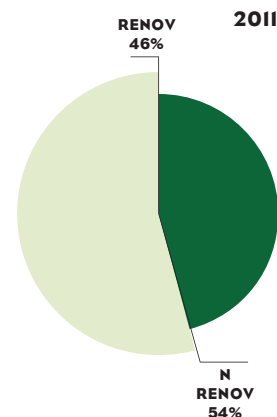
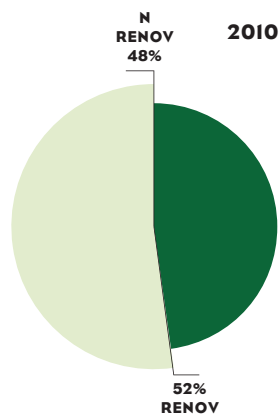
### EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA



A produção de origem renovável abasteceu 46% do consumo (hídrica 22%, eólica 18% e outras renováveis 6%), inferior aos 52% do ano anterior, verificados em condições meteorológicas excepcionais. Os índices

de hidraulicidade e eolicidade situaram-se respetivamente em 0,92 e 0,97.

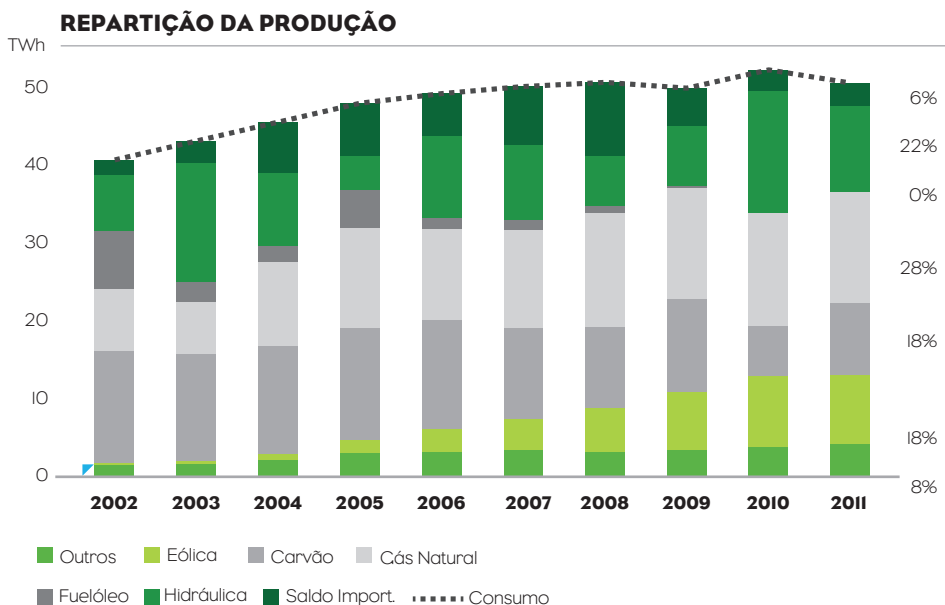
Pela primeira vez a produção eólica baixou face ao ano anterior, apesar do aumento da potência instalada.



A produção térmica em Regime Ordinário aumentou 12% e abasteceu 38% do consumo (20% a gás natural e 18% a carvão).

O saldo importador aumentou 7% face ao verificado no ano anterior

e representou 6% do consumo. A capacidade importadora foi utilizada a 33% e a capacidade exportadora a 10%. Os períodos com a interligação congestionada reduziram-se a 8%.



Em 2011 entraram na rede de Transporte 42,2 TWh, 0,9% abaixo do ano anterior.

As perdas reduziram-se para 656 GWh, 1,55% da energia entrada.

### 1.3 REGULAMENTAR

## NO DOMÍNIO DAS INFRAESTRUTURAS ENERGÉTICAS, A COMISSÃO EUROPEIA APRESENTOU UM PLANO QUE PREVÊ UM FINANCIAMENTO DE 50 MIL MILHÕES DE EUROS.

#### ▸ POLÍTICA ENERGÉTICA EUROPEIA

Em 2011 destaca-se o forte ímpeto dado pela União Europeia (UE) à economia de energia e à eficiência energética. No sentido de se alcançar o objetivo de redução de 20% do consumo energético previsto para a UE, em 2020, foi apresentada uma proposta de

diretiva para a eficiência energética. Este documento surgiu na sequência de estimativas que davam conta de que, atendendo às metas definidas por cada Estado-Membro no contexto da estratégia Europa 2020, apenas seria concretizado metade do objetivo definido. A proposta legislativa visa transformar



em medidas vinculativas muitas das ações-chave propostas no anteriormente publicado Plano de Eficiência Energética.

No domínio das infraestruturas energéticas, a Comissão Europeia

apresentou um plano que prevê um financiamento de 50 mil milhões de euros para investimentos destinados a melhorar as redes europeias no domínio dos transportes, da energia e da tecnologia digital.

---

*Através do Mecanismo Interligar a Europa, o setor da energia irá contar com um investimento de 9,1 mil milhões de euros nas infraestruturas transeuropeias.*

Este plano pretende igualmente eliminar défices de financiamento e pontos de estrangulamento das redes. O desenvolvimento do mercado interno da energia será reforçado graças a interligações mais eficientes, o que permitirá uma maior segurança no aprovisionamento e a possibilidade de transportar energias renováveis provenientes de tecnologias com uma melhor relação custo-eficácia em toda a UE.

O ano 2011 fica igualmente assinalado pela apresentação do Roteiro para a Energia 2050, um documento que pretende contribuir para o objetivo de redução das emissões em mais de 80% até 2050. Baseando-se na análise de uma série de cenários, o documento expõe as consequências de um sistema energético isento de carbono e o quadro de políticas necessário para que tal aconteça. Ao roteiro seguir-se-ão outras iniciativas para domínios específicos de política energética nos anos vindouros, começando com propostas sobre o mercado interno, as energias renováveis e a segurança nuclear a publicar em 2012.

Consonante com a estratégia Energia 2020, foi publicada uma Comunicação relativa à segurança do aprovisionamento

energético e à cooperação internacional, que estabelece, pela primeira vez, uma estratégia global para as relações externas da UE no domínio energético. O documento propõe o reforço da dimensão externa da política energética da União através do aumento da transparência entre os Estados-Membros sobre os seus acordos energéticos com países terceiros e do reforço da coordenação nas relações com os países parceiros, na tomada de posições nas organizações internacionais e no desenvolvimento de alianças energéticas gerais com os países parceiros.

Entre as prioridades da UE figuram um acordo com o Azerbaijão e o Turquemenistão, relacionado com o gasoduto transcaspiano, e uma nova parceria em matéria de projetos de energias renováveis com os países do Sul do Mediterrâneo. A abordagem proposta prevê também que se atribua mais importância à melhoria do acesso dos países em desenvolvimento às fontes de energia sustentáveis.

#### **POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL**

Em Portugal, o ano 2011 ficou essencialmente marcado pela apresentação das orientações de política energética no Programa do XIX Governo Constitucional.

---

*“A médio prazo, o Governo tem por objetivo conseguir que Portugal tenha a mais baixa intensidade na União Europeia.” Pretende igualmente a promoção de “mercados energéticos liberalizados, altamente competitivos, com mecanismos transparentes de fixação de preços e uma regulação estável e bem aplicada”.*

Na temática da tributação, o Governo eliminou a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural, com a consequente sujeição destes bens à taxa normal.

A nova política energética definiu como objetivo melhorar substancialmente a eficiência energética do país através de uma redução em 25% do consumo até 2020, com o Estado como primeiro exemplo (redução de 30% do consumo até 2020).

Do lado da oferta, o Governo pretende reforçar a diversificação das fontes primárias de energia, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País. Deste modo, será promovida a redução da dependência petrolífera, objetivo que também será alcançado através do reforço da utilização de biocombustíveis, da aposta no transporte coletivo de qualidade e do investimento nos modos ferroviário e marítimo nas deslocações para a Europa.

No decurso do ano foram transpostas diretivas europeias que estabelecem as regras comuns para os mercados internos da eletricidade e do gás natural. Enquadradas no “Terceiro Pacote Energético” da UE, têm como objetivos contribuir para o aumento da concorrência, a existência de uma regulamentação eficaz e o incentivo ao investimento em benefício dos consumidores de eletricidade e de gás natural.

Adicionalmente, o Governo propõe-se tomar medidas para agilizar a criação de um Mercado Ibérico operacional para o Gás natural (MIBGAS), nomeadamente através de convergência regulamentar. Pretende ainda assumir iniciativas políticas com as autoridades espanholas com o objetivo de eliminar a dupla tarifação.

Entre os diversos acontecimentos do ano 2011, destaque igualmente para a implementação das medidas do Memorando de Entendimento sobre as Condicionais de Política Económica, subscrito por Portugal e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a Comissão Europeia (CE) e o Banco Central Europeu (BCE).

Na temática da tributação, o Governo eliminou a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade e o gás natural, com a

consequente sujeição destes bens à taxa normal. Está em análise a proposta de tributação em sede de impostos especiais sobre o consumo eletricidade (atualmente abaixo do mínimo exigido pela legislação comunitária).

Durante 2011 o Governo procedeu à atualização da tarifa de referência em que se baseia o regime remuneratório bonificado aplicável à mini e microprodução e iniciou a definição de medidas que limitem os sobrecustos associados à produção de eletricidade em regime ordinário, bem como os relativos à produção de energia em regime especial (cogeração e renováveis). Também a cogeração está sob avaliação, estando prevista uma proposta de opções para ajustar em baixa a tarifa bonificada. As decisões sobre investimentos futuros em renováveis, designadamente em tecnologias menos maduras, serão baseadas numa análise rigorosa de custos e consequências para os preços da energia.

No âmbito do sistema de gás natural, entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 77/2011, em junho de 2011, que transpôs a Diretiva n.º 2009/73/CE, onde está integrado o designado “Terceiro Pacote Energético” da UE. Foram ainda introduzidas novas regras no quadro organizativo do setor, de acordo com os principais objetivos estratégicos aprovados para a ENE 2020.

No âmbito dessas novas regras, destacam-se as seguintes:

- Introdução do procedimento de certificação do operador da rede de transporte para avaliação das condições de separação de atividades de produção e comercialização e a operação das redes de transporte;
- Reforço do papel da ERSE, nomeadamente na certificação do operador da rede de transporte, promoção dos mercados regionais e coordenação das redes à escala europeia;

No início de 2011, foi a vez de o setor elétrico ver extintas as tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais em baixa tensão especial

- Reforço dos direitos do consumidor através da introdução de mecanismos que assegurem a mudança de comercializador num período inferior a três semanas, bem como a introdução de mecanismos que assegurem a proteção de clientes vulneráveis;
- Manutenção da matriz do acesso regulado às infraestruturas do SNGN, abrindo-se, contudo, a possibilidade de novas concessões para o armazenamento subterrâneo, não destinado à constituição e manutenção de reservas de segurança, através de um regime de acesso negociado.

Em abril de 2011 foram publicados os novos regulamentos do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de GNL e da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.

Em termos de segurança de abastecimento foram estabelecidos, de acordo com a Portaria n.º 297/2011, novos critérios de contagem de reservas mínimas de segurança de gás natural dos consumos não interruptíveis.

## MERCADO LIBERALIZADO EM PORTUGAL

### ELETRICIDADE

Em 2011, com a exceção dos clientes abastecidos em BTN, observou-se um crescimento do número de clientes abastecidos pelo mercado livre. Em consequência, o consumo no referencial de geração dos clientes abastecidos no mercado liberalizado ascendeu a 23 TWh, um valor superior em cerca de 29% ao registado no período homólogo de 2010. No ano transato, o peso relativo do mercado livre era de cerca de 46,5% do consumo global, o que o colocava com a mesma dimensão do mercado regulado.

Ao longo do ano, prosseguiu o processo de liberalização das tarifas reguladas de venda a clientes finais, iniciado

em julho de 2010, no setor do gás natural. No início de 2011, foi a vez de o setor elétrico ver extintas as tarifas reguladas de venda de eletricidade a clientes finais em baixa tensão especial, média tensão, alta tensão e muito alta tensão, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro. Foi igualmente aprovado o calendário para a extinção gradual das tarifas reguladas de venda a clientes finais de eletricidade, definindo um período transitório, que não deverá exceder três anos, para que os consumidores possam, através do exercício da escolha de comercializador, transitar para o regime de mercado.

Atualmente encontram-se em atividade dezasseis agentes comercializadores, sendo que só oito destes agentes possuem carteira de cliente.

### GÁS NATURAL

Na sequência do processo de extinção das tarifas reguladas de venda a clientes finais, iniciado em 1 de julho de 2010 para clientes com consumos anuais superiores a 10 000 m<sup>3</sup>, foi aprovado, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2011, o calendário para a extinção gradual das restantes tarifas reguladas, que deverá estar concluída até 1 de janeiro de 2013.

Este processo será necessariamente acompanhado da adoção de medidas de proteção de clientes finais economicamente vulneráveis. Nesse sentido, em setembro de 2011, foram publicados os Decretos-Lei n.ºs 101/2011 e 102/2011 com o objetivo de criar a tarifa social de fornecimento de gás natural a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis, bem como garantir o aparecimento de um Apoio Social Extraordinário ao Consumidor de Energia (ASECE).

Ainda relativamente à liberalização do mercado, no final do 1.º semestre de 2011 o número acumulado de clientes no mercado liberalizado ascendia a 2 533, representando cerca de 87% do consumo global, face aos 77% em dezembro de 2010.

## 02. ELETRICIDADE



### 2.1 EXPLORAÇÃO DA RNT

O TIE, INDICADOR DE DESEMPENHO GLOBAL USUALMENTE UTILIZADO PELAS *UTILITIES* ELÉTRICAS, REGISTOU NOVO MÍNIMO HISTÓRICO.

#### QUALIDADE DO SERVIÇO

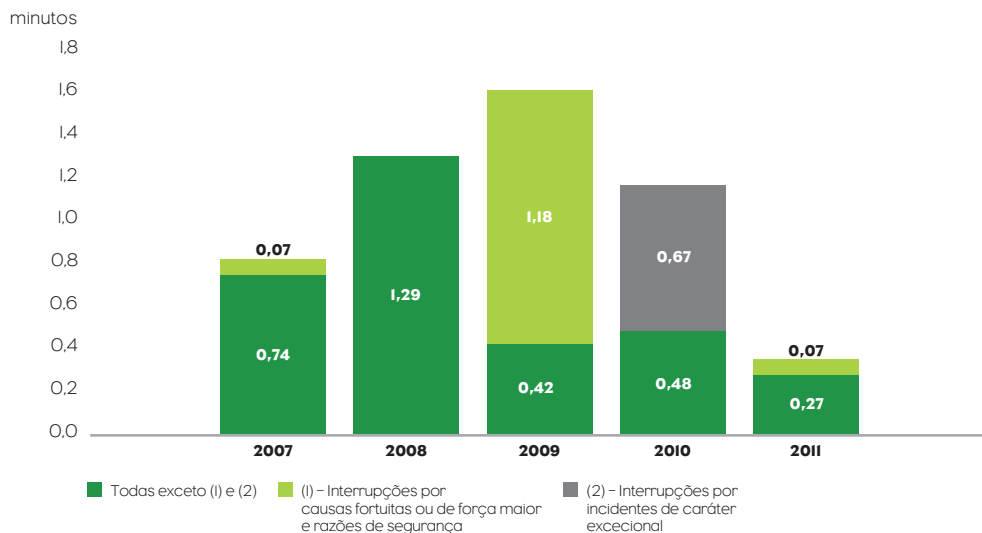
A Qualidade de Serviço prestada pela REN, entendida como segurança e continuidade do abastecimento de energia elétrica com características técnicas adequadas, situou-se novamente a um nível elevado, mantendo e consolidando a tendência verificada em anos anteriores de uma progressiva e sustentada melhoria do desempenho da Rede Nacional de Transporte (RNT).

Os valores registados por quatro (ENF, TIE, SAIFI e SAIDI) dos cinco indicadores gerais de continuidade de serviço, estabelecidos no Regulamento de

Qualidade de Serviço, foram os melhores valores de sempre, posicionando deste modo a REN ao nível das melhores empresas congéneres europeias.

O Tempo de Interrupção Equivalente (TIE), indicador de desempenho global usualmente utilizado pelas *utilities* elétricas, registou novo mínimo histórico, com o valor de 0,27 minutos (16,2 segundos), correspondendo a uma energia não fornecida de 25,6 MWh, ou seja, a REN alimentou de energia elétrica os diversos pontos de entrega aos clientes em 99,99995% do tempo (cerca de 999 horas, 59 minutos e 58 segundos, por cada 1000 horas).

#### EVOLUÇÃO DO TEMPO DE INTERRUÇÃO EQUIVALENTE



Da análise do gráfico pode constatar-se uma melhoria sustentada da continuidade de serviço nos últimos anos, excluídas as situações pontuais e de carácter excepcional.

Em 2011, prosseguiu a monitorização da qualidade da onda de tensão na generalidade dos pontos de entrega e de interligação da RNT.

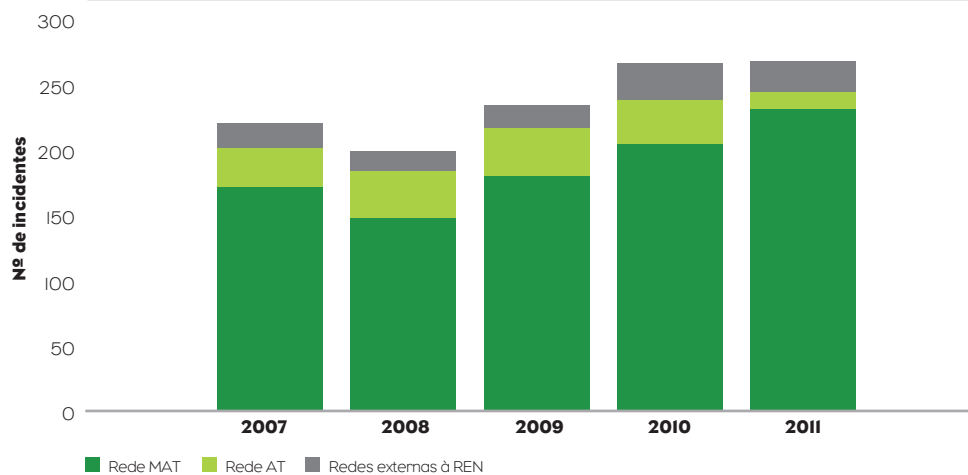
As medições efetuadas continuam a mostrar resultados que se enquadram, com um reduzido número de exceções em casos pontuais e localizados, nos valores recomendados no Regulamento da Qualidade de Serviço.

O nível global da qualidade da energia elétrica depende do número de

incidentes registados, ou com impacto, na rede de transporte. Em 2011, no que respeita a incidentes e perturbações, verificou-se um número semelhante ao obtido em 2010, tendo ocorrido 275 incidentes (mais 0,7% do que em 2010), dos quais 237 tiveram origem na Rede de Muito Alta Tensão (MAT), 14 na Rede de Alta Tensão (AT) e 24 em outras redes mas com impacto nas redes MAT e AT da REN.

Apenas 8 incidentes (2,9% do total) provocaram interrupções no abastecimento de energia elétrica aos clientes, tendo causado 9 interrupções de consumo nos pontos de entrega.

### EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INCIDENTES

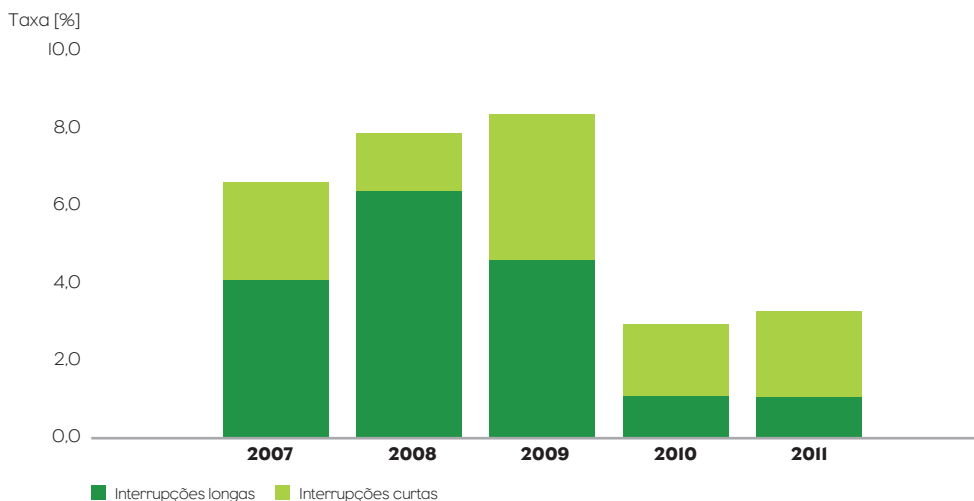


Outro modo de evidenciar o desempenho da rede de transporte é através do indicador designado por "Vulnerabilidade", que traduz a capacidade da rede de transporte de não cortar o abastecimento de energia elétrica aos consumidores na sequência de incidente, qualquer que seja a sua origem (inclui também os

incidentes causados por força maior). Este indicador é um rácio entre o número de interrupções de abastecimento e o número de incidentes.

Em 2011, a rede de transporte registou em média 0,0109 interrupções longas (> 3 min) e 0,0218 interrupções curtas (entre 1 seg. e 3 min.) por incidente.

### EVOLUÇÃO DA VULNERABILIDADE DA REDE DE TRANSPORTE



Este indicador registou, em 2011, o segundo melhor valor de sempre, só ultrapassado pelo atingido em 2010, o que evidencia o bom funcionamento dos automatismos instalados na rede de transporte.

#### COMPORTAMENTO DAS REDES

No decorrer de 2011, os principais congestionamentos que ocorreram na RNT estiveram associados a indisponibilidades de elementos de rede, tendo os mesmos sido solucionados através da criação de restrições de geração ou da introdução de alterações topológicas na rede.

Merece particular destaque a indisponibilidade fortuita que afetou a Linha Penela – Zêzere, no dia 7 de dezembro de 2010, na sequência de queda de apoios provocada por um tornado na zona de Tomar. Esta indisponibilidade, que se manteve até ao dia 1 de fevereiro de 2011, revelou a necessidade de introduzir alterações no perfil de geração proveniente do mercado a sul de Santarém, nomeadamente nas centrais do Ribatejo, Setúbal, Sines e Alqueva.

No ano de 2011, fruto das condições económicas do país, registou-se um forte decréscimo no consumo nacional de eletricidade. Um facto que, associado ao crescimento verificado na extensão da RNT (em 2011 a rede de linhas de MAT em serviço aumentou 322 km) e

ao cada vez maior peso da produção não despachável, originou, em alguns períodos, um excesso de energia reativa na RNT e consequentemente dificuldades no controlo das tensões.

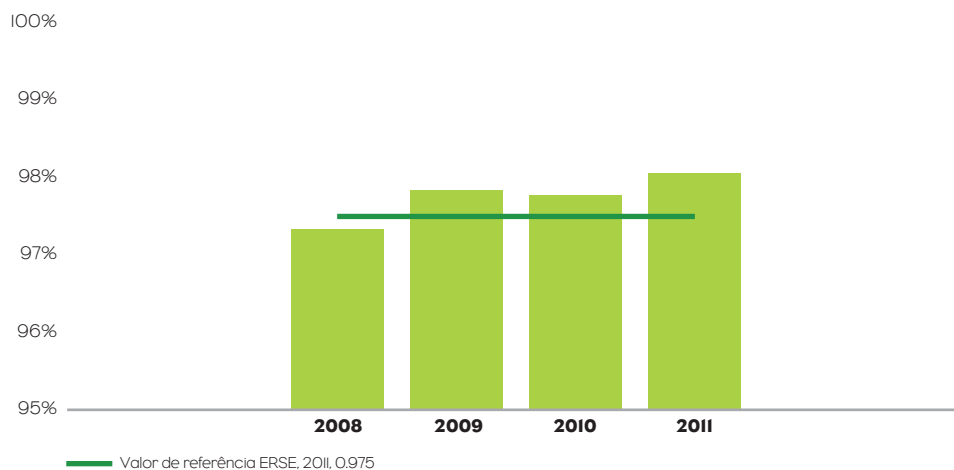
A dificuldade referida foi ultrapassada através de medidas de recurso, tais como o desligar de linhas MAT ou a solicitar ao operador da RND que desligasse as suas baterias de condensadores. No final do ano o problema foi ligeiramente atenuado com a entrada em serviço de duas reatâncias *shunt*, nas subestações de Castelo Branco e Tábua, que permitem o consumo de cerca de 150 MVAR.

#### DISPONIBILIDADE

A Taxa Combinada de Disponibilidade, indicador regulatório introduzido pela ERSE em 2009, atingiu em 2011 um novo máximo histórico, com o valor de 98,06%. Esta variável é afetada, sobretudo, pelos trabalhos de longa duração, nomeadamente os aumentos de capacidade das linhas e remodelações de equipamentos em subestações.

A figura seguinte apresenta a evolução anual deste indicador desde que se iniciou o seu cálculo, em 2008. Ao revelar uma progressiva melhoria, torna evidente a evolução verificada ao nível da coordenação e programação das indisponibilidades da rede ao longo do período em causa.

**TAXA COMBINADA DE DISPONIBILIDADE**



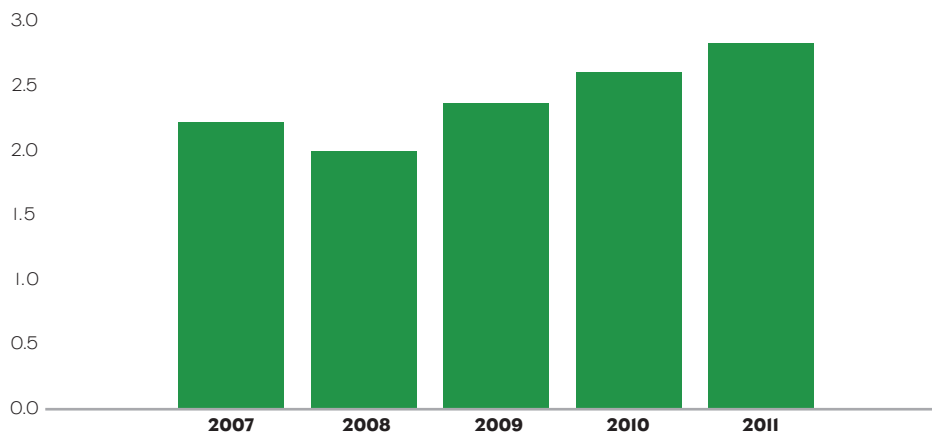
**DESEMPENHO DAS LINHAS**

Em 2011, as linhas da RNT tiveram um desempenho global satisfatório, apesar de um ligeiro aumento verificado no número de defeitos por 100 quilómetros de circuito. A taxa global de disponibilidade dos circuitos de linha, incluindo os painéis terminais, foi de 98,00%, valor

significativamente superior ao verificado no ano anterior (+0,51%).

O gráfico da figura seguinte ilustra o desempenho das linhas nos últimos 5 anos, no que respeita ao número de defeitos por 100 km de circuito.

**EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DEFEITOS COM ORIGEM EM LINHAS DA RNT POR 100 KM DE CIRCUITO**



O índice global da rede MAT registou um agravamento de 8% relativamente a 2010, situando-se agora nos 2,81 defeitos por 100 km de circuito. Esta evolução menos positiva deve-se, em particular, ao número de defeitos por descargas atmosféricas, que registaram um aumento muito significativo nos últimos anos (51% vs 2010; 72% vs 2007).

Consequência deste crescimento, o impacto das descargas atmosféricas ganhou nova relevância no conjunto dos fatores externos que afetam as linhas da RNT. A empresa está particularmente atenta a esta evolução, tendo-se já iniciado, por um lado, um acompanhamento dos circuitos mais problemáticos, dado atravessarem

Em 2011 foi concluído um importante lote de novos projetos na Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica (RNT), contribuindo para o reforço da capacidade de receção de energia.

## 2.2 INVESTIMENTO NA RNT

zonas de índice ceráunico elevado e estarem suportados em apoios com resistência de terra elevada, e por outro, a reavaliação da eventual necessidade de revisão de critérios de coordenação de isolamento das linhas.

### DESEMPENHO DAS SUBESTAÇÕES

De uma forma geral, as subestações registaram um comportamento favorável no seu desempenho em serviço. O número de avarias em transformadores foi inferior ao verificado no ano anterior, contrariamente ao observado nos disjuntores, onde se registou um incremento do número de avarias, embora, na maioria

dos casos, sem consequências na exploração das redes. A taxa global de disponibilidade de transformadores e autotransformadores (incluindo os respetivos painéis) situou-se nos 98,22%, valor ligeiramente inferior ao verificado em 2010 (-0,4%), consequência, sobretudo, das inúmeras remodelações e substituições de equipamento MAT e AT e de transformadores de potência concretizadas no decurso de 2011.

No Relatório da Qualidade de Serviço, publicado anualmente pela REN, estes assuntos são tratados com maior profundidade técnica.

### PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

Em 2011 foi concluído um importante lote de novos projetos na Rede Nacional de Transporte de Energia Elétrica (RNT), contribuindo para o reforço da capacidade de receção de energia, em particular da proveniente de fontes renováveis, para o aumento das capacidades de troca de energia com Espanha, bem como para a segurança e fiabilidade de funcionamento global do sistema e para o reforço das condições de alimentação às redes de distribuição.

No Douro Internacional, terminou a profunda remodelação do posto de corte do Picote, ao qual foi ligado o reforço de potência da central do Picote. A linha Bemposta – Lagoaça 3 passou à exploração a 400 kV, para ligação do reforço de potência da central de Bemposta.

Ainda em Trás-os-Montes, foi colocada em exploração a linha de 220 kV Macedo de Cavaleiros – Valpaços, componente importante na futura malha a 220 kV entre Lagoaça, no Douro Internacional, e Valdigem, com passagem pelas subestações de Macedo de Cavaleiros, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

No Grande Porto, para reforço de alimentação dos consumos, foi colocada em serviço a nova subestação 220/60 kV

de Prelada, equipada com um transformador de 170 MVA e alimentada através da passagem à exploração a 220 kV de um circuito já existente mas até agora a operar na rede de 60 kV. No âmbito da remodelação para 220/60 kV da subestação de Ermesinde, foi colocado em exploração o nível de 220 kV desta instalação, com três unidades 220/60 kV de 170 MVA e uma ligação em circuito subterrâneo entre Ermesinde e o novo posto de transição de Valongo.

Na região centro foi estabelecida uma nova ligação a 400 kV entre Lavos e Paraimo, de forma a facilitar os trânsitos norte-sul no eixo litoral a 400 kV e melhorar o escoamento da produção.

Na região de Lisboa, para apoio ao abastecimento dos consumos nos concelhos de Oeiras e Lisboa, entrou ao serviço o novo injetor 220/60 kV do Zambujal, equipado com dois transformadores de 170 MVA e alimentado por um circuito subterrâneo de 220 kV proveniente de Alto de Mira, que se encontrava já construído mas a operar na rede de 60 kV. Entrou também ao serviço, mas temporariamente explorado a 60 kV, um novo circuito subterrâneo de 220 kV entre as zonas de Sacavém e do Alto de São João, provisoriamente ligado entre duas instalações da EDP Distribuição.



Na Península de Setúbal, a linha a 400 kV Palmela – Ribatejo foi desviada para a subestação de Fernão Ferro, no âmbito do projeto de introdução do nível de 400 kV nesta instalação.

No Algarve, entrou em serviço a nova subestação 400/150/60 kV de Tavira, com um autotransformador de 400/150 kV de 450 MVA e dois transformadores 150/60 kV de 126 MVA. Foram também concluídas as linhas a 400 kV Portimão – Tavira e o troço nacional da futura interligação internacional a 400 kV entre Tavira e Puebla de Guzmán (em Espanha). A subestação de Tavira constitui também um ponto de apoio à receção de energia renovável e à alimentação dos consumos do sotavento algarvio.

Ainda no Algarve, foi igualmente concluída a linha a 150 kV Portimão – Tunes 3, reforço importante na garantia de alimentação à subestação de Tunes.

Foram colocados em serviço 15 novos transformadores, com uma potência total de 2374 MVA, e 5 novos autotransformadores, correspondendo a 1.680 MVA.

## PRINCIPAIS INVESTIMENTOS EM CURSO

### REFORÇO DA CAPACIDADE DE INTERLIGAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ESPANHA

Para reforço das capacidades de troca entre Portugal e Espanha, encontra-se prevista, no Minho, uma nova interligação a 400 kV, ligando a futura instalação de Viana do Castelo, do lado português, com as de “O Covelo” e “Boborás”, do lado espanhol.

### LIGAÇÃO À RNT DE PRODUTORES EM REGIME ESPECIAL

- Conclusão do fecho da malha a 220 kV em Trás-os-Montes, com a construção da linha Valpaços – Vila Pouca de Aguiar.

- Concretização de uma ligação a 220 kV entre as subestações de Vila Pouca de Aguiar e do Carrapatelo, contornando a Serra do Alvão pelo Norte. Esta ligação será, na maior parte do seu traçado, construída como dupla de 400+220 kV de modo a preparar também a futura integração na RNT das centrais do PNBEPH localizadas na bacia do Alto e Médio Tâmega;
- Remodelação da atual linha simples de 220 kV Carrapatelo – Estarreja 1, para dupla de 400+220 kV num troço e dupla de 220 kV no restante;
- Construção de uma nova linha entre a Falagueira e Castelo Branco, construída como dupla de 400+150 kV, mas de início a operar apenas a 150 kV;
- Edificação duma nova linha dupla de 400+220 kV entre as zonas de Castelo Branco e de Ferro e a abertura de nova subestação na zona da Covilhã, ligada à Falagueira a 400 kV.

### LIGAÇÃO À RNT DE NOVOS GRANDES CENTROS PRODUTORES EM REGIME ORDINÁRIO

- Construção de um posto de corte a 400 kV em Vieira do Minho e implementação de duas ligações, também a 400 kV, entre este ponto e Pedralva, para ligação dos reforços de potência de Venda Nova (Venda Nova III) e de Salamonde (Salamonde II).

### ALIMENTAÇÃO ÀS REDES DE DISTRIBUIÇÃO PARA MELHORAR A ALIMENTAÇÃO DE GRANDES POLOS DE CONSUMO

- No Minho, abertura de subestação 400/60 kV na zona de Fafe, servindo igualmente os concelhos limítrofes de Guimarães, Vizela e Felgueiras.
- Na região de Trás-os-Montes, nova subestação 220/60 kV de Valpaços, a qual facultará uma melhoria no abastecimento também aos concelhos vizinhos, com destaque para o de Chaves, onde poderá ser desativada uma instalação antiga e com menor fiabilidade.

- Na zona a sul do Porto junto ao litoral, criação da subestação 400/60 kV de Feira, alimentando consumos nos concelhos de São João da Madeira, Feira e Arouca.
- Na zona norte de Lisboa, reconversão da atual linha simples de 220 kV Carregado – Rio Maior 1 para dupla de 400+220 kV, reforçando a capacidade norte-sul na alimentação à Grande Lisboa.
- Na cidade de Lisboa, abertura da subestação 220/60 kV do Alto de São João, alimentada através de dois circuitos subterrâneos, oriundos de Sacavém/Prior Velho.
- Na Península de Setúbal, abertura da nova subestação 400/60 kV do Montijo; introdução dos 400 kV na de Fernão Ferro; conclusão da segunda linha a 150 kV entre as subestações de Fernão Ferro e Trafaria.
- Na zona litoral norte e sul do Tejo, conclusão da nova ligação a 400 kV

zona da Marateca-Pegões-Fanhões, introduzindo um reforço na fiabilidade do eixo norte-sul a 400 kV, e também na alimentação aos consumos da região Lisboa/Península de Setúbal.

#### ALIMENTAÇÃO DE GRANDES CLIENTES EM MUITO ALTA TENSÃO (MAT)

Para alimentação à linha ferroviária de alta velocidade no troço português do eixo Lisboa – Madrid está prevista uma extensão da estrutura do nível de 400 kV entre as subestações de Falagueira e Palmela, através de um novo eixo Falagueira – Estremoz – Divor (Évora) – Pegões – Palmela, e o estabelecimento de ligações de alimentação a subestações de tração ferroviária a partir das subestações da RNT de Estremoz, Divor e Pegões. No entanto, a realização deste conjunto de obras está dependente do calendário de concretização deste eixo ferroviário.

No mapa da RNT que integra este relatório é ilustrada a localização dos principais reforços previstos a curto e médio prazo.



## 2.3 PRODUÇÃO EM REGIME ESPECIAL

### A REN TEM PARTICIPADO ATIVAMENTE NO TRABALHO DESENVOLVIDO NO DOMÍNIO DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS, CABENDO-LHE UMA QUOTA-PARTE IMPORTANTE NESSE ESFORÇO.

#### PROJETOS CONCLUÍDOS EM 2011

Nos últimos anos, o peso do consumo de energia elétrica com origem em fontes renováveis tem aumentado significativamente, com destaque para a produção eólica, na qual se enquadra a Produção em Regime Especial (PRE).

A PRE é regida por legislação específica e inclui as pequenas centrais hidroelétricas, na sua grande maioria com uma potência instalada inferior a 10 MVA (mini-hídricas), as centrais eólicas, as centrais fotovoltaicas, as centrais de biomassa, as centrais de resíduos e ainda outras tecnologias que utilizam fontes de energia renovável, como seja o aproveitamento da energia das ondas, as centrais de cogeração e a micro produção (< 11,04 kW) e a mini produção (< 250 kW).

A REN tem participado ativamente

no trabalho desenvolvido em Portugal no domínio das energias renováveis, cabendo-lhe uma quota-parte importante do esforço desenvolvido com os respetivos promotores para uma eficaz e segura integração de fontes de energias renováveis no Sistema Elétrico Nacional (SEN).

No ano de 2011 verificou-se um crescimento da potência de PRE instalada nas Redes Elétricas de Serviço Público (RESP), que se cifrou em novos 675 MW, com destaque para a cogeração (172 MW) e para a eólica (453 MW) – ver tabela. O aumento da potência eólica deveu-se essencialmente à ligação de novos parques eólicos e de novos aerogeradores em parques já em exploração, mas cuja construção ainda não tinha sido concluída; o aumento em apreço também se deveu a situações de ampliação e remodelação de parques já em funcionamento.

CENTRAIS	POTÊNCIA INSTALADA [MW]	POTÊNCIA DE LIGAÇÃO <sup>(1)</sup> [MVA]
Micro produção	27	27
Mini-hídricas	2	2
Eólicas	453	368
Fotovoltaicas	2	2
Cogeração	172	199
Biogás	19	20
<b>Total 2011</b>	<b>675</b>	<b>618</b>

(1) POTÊNCIA AUTORIZADA A INJETAR NO PONTO DE LIGAÇÃO ÀS RESP

Em 2011, também se iniciou a ligação às RESP dos parques eólicos do consórcio vencedor da Fase B do concurso para a construção de novos parques eólicos em Portugal, cujo contrato foi assinado em setembro de 2007. A potência de

ligação atribuída nesta fase do concurso foi de 400 MVA. O primeiro parque eólico deste consórcio – parque eólico de Vale Grande, com seis aerogeradores – foi ligado à Rede Nacional de Transporte (RNT) em 28 de julho de 2011, utilizando

No ano de 2011 verificou-se um crescimento da potência de PRE instalada nas Redes Elétricas de Serviço Público (RESP).

a rede interna a 30 kV do parque eólico do Toutiço, escoando depois a sua produção através dos 220 kV da subestação da Tábua, por meio da linha Pampilhosa da Serra – Tábua.

A atividade da REN na coordenação dos processos de ligação e na integração de projetos de PRE na rede, particularmente os que se ligam à RNT, desenvolveu-se em diversos domínios:

- no planeamento da capacidade de receção de nova produção, dos reforços de rede necessários e das condições técnicas de ligação (ver imagem abaixo);
- no desenvolvimento de projetos, no planeamento das obras, na execução dos trabalhos sob responsabilidade da REN e no acompanhamento das obras sob responsabilidade dos promotores;
- na participação e acompanhamento nas vistorias e na execução das ligações à rede; na definição dos sistemas de proteção dos sistemas de comunicação, dos sistemas de comando e controlo; na definição dos sistemas de contagem e de fronteira com os mercados e do controlo operacional da exploração e da execução dessa operação através dos centros de controlo de despacho;
- na previsão dos volumes de energia produzidos e na resolução dos problemas de gestão da produção elétrica necessária para satisfazer os consumos.



Parque eólico de São Macário II: deixou de ter limitação na sua potência de ligação, na sequência de uma reestruturação da topologia da rede, que permitiu redirecionar a sua produção para os 60 kV da subestação do Carrapatelo em vez dos 60 kV da subestação do Torrão, a partir de 3 de junho de 2011.

## 03. GÁS NATURAL



### 3.1 EXPLORAÇÃO DA RNTGN

A PROCURA DE GÁS NATURAL EM PORTUGAL, DISCRIMINADA NO QUADRO SEQUINTE, VERIFICOU UMA DIMINUIÇÃO RELATIVAMENTE A 2010 DE 0,5%.

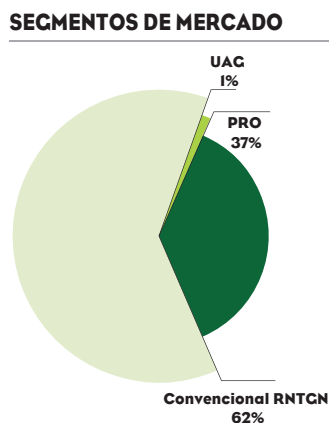
Em 2011, as entradas de gás natural na infraestrutura explorada pela concessionária da RNTGN, foram predominantemente efetuadas por Sines (55%), sendo provenientes da regaseificação de gás natural liquefeito no Terminal de Sines da REN Atlântico, tendo a entrada por Campo Maior, que interliga com o gasoduto do Magrebe e abastece Portugal com gás oriundo sobretudo da Argélia, contribuído com 44%. Tal como no ano de 2010, as entradas por Valença representaram apenas 1% do total das entradas no sistema nacional.

Em 2011, os 58.157 GWh (cerca de 4,89 bcm) transportados através da RNTGN incluíram o consumo nacional em alta pressão e a injeção de gás natural no armazenamento subterrâneo. Esta atingiu 1.324 GWh (cerca de 0,11 bcm) e a saída de gás natural para Espanha através da interligação de Valença do Minho, que contabilizou 36 GWh /cerca de 0,003 bcm).

A procura de gás natural em Portugal, discriminada no quadro seguinte, verificou uma diminuição relativamente a 2010 de 0,5%.

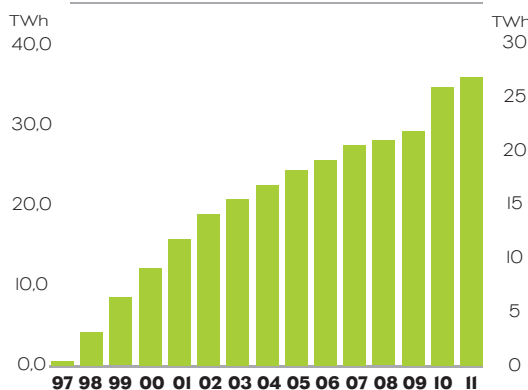
SEGMENTO DE MERCADO	PROCURA DE GÁS NATURAL (GWH)		VARIACÃO (%)
	10	11	
Produção de eletricidade em regime ordinário	22.296	21.317	-4,4%
Mercado convencional RNTGN	34.828	35.480	1,9%
Mercado convencional UAG	677	717	5,9%
<b>Total</b>	<b>57.801</b>	<b>57.514</b>	<b>-0,5%</b>

O gráfico seguinte representa o peso dos diversos segmentos de mercado.



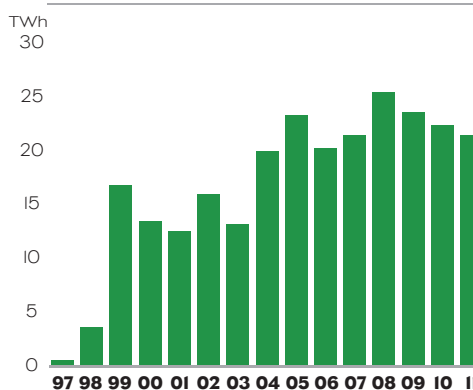
A figura seguinte mostra os consumos no setor convencional desde o arranque do gás natural em Portugal.

**EVOLUÇÃO DA PROCURA DE GN - MERCADO CONVENCIONAL**



Da conjugação destes fatores resultaram os consumos anuais mostrados na seguinte figura.

**EVOLUÇÃO DA PROCURA DE GN PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME ORDINÁRIO**



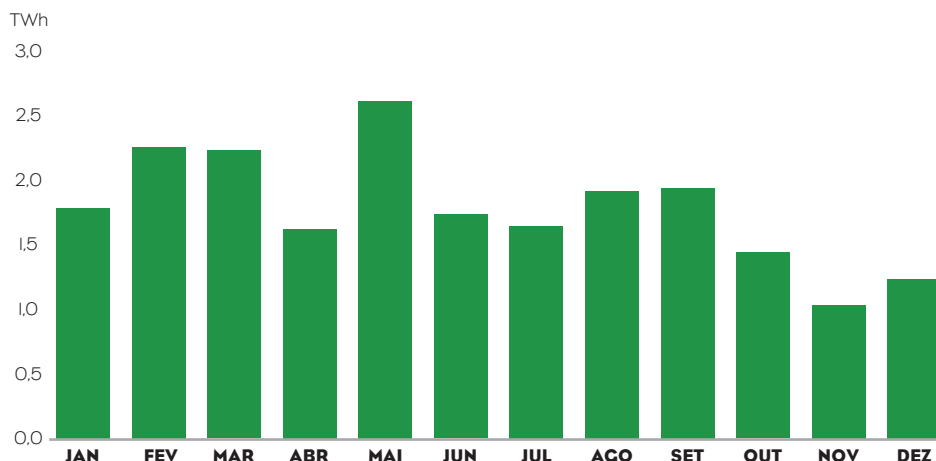
No mercado convencional, a variação de 2010 para 2011 foi inferior relativamente ao crescimento verificado nos anos anteriores. Para isso, contribuiu a estabilização da procura ao nível dos grandes clientes abastecidos a alta pressão.

No segmento de mercado da produção de energia elétrica em regime ordinário, os consumos anuais variam de acordo com a potência térmica instalada, com o regime hidrológico presente e com o contributo da produção de energia

elétrica em regime especial. Neste segmento, a energia eólica continua a ter um peso significativo, tendo sido registado um aumento de cerca de 10% face à potência instalada no final de 2010.

Devido à redução registada em 2011 na procura de energia elétrica, bem como à competitividade do carvão face ao gás natural que influenciaram os baixos consumos de gás especialmente no último trimestre do ano, a procura deste segmento teve a seguinte evolução:

**PROCURA DE GN PARA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM REGIME ORDINÁRIO EM 2011**



Foi realizado um simulacro, com participação de entidades externas, que testou a capacidade de resposta da REN Atlântico.

#### ▀ TERMINAL DE GNL DE SINES

No ano de 2011 prosseguiram os trabalhos de expansão do Terminal de GNL, nomeadamente da sua capacidade de armazenamento e emissão, tendo-se concluído com êxito a 2.ª fase do projeto, que tem como data final estimada o 1.º semestre de 2012.

Como resultado, o Terminal de GNL de Sines viu aumentada a sua capacidade de emissão de gás natural de 1.125.000 m<sup>3</sup>(n)/h para 1.300.000 m<sup>3</sup>(n)/h. Ao nível da capacidade de emissão, o terminal, ficou desde já preparado para permitir uma futura expansão, até 1.800.000 m<sup>3</sup>(n)/h com recurso a trabalhos de impacto mínimo na exploração da instalação.

Relativamente à atividade de exploração, o Terminal de GNL recebeu, em 2011, 37 navios, correspondentes a um total de energia descarregada de 32,7 TWh e emitiu para a rede 31,3 TWh. Neste mesmo período, foram carregadas 2.639 cisternas (aumento de 18,6%

face a 2010), correspondentes a um total de energia de 799 GWh.

A indisponibilidade total foi de 70 horas, das quais 65 foram planeadas e devidas a atividades associadas ao projeto de expansão. Estes valores traduzem uma disponibilidade da instalação de 99,2%.

Em termos internos foram realizadas cerca de 190.000 horas trabalhadas sem registo de qualquer acidente.

A empresa realizou sete auditorias, todas com resultados positivos, sendo três no âmbito da diretiva SEVESO e duas no âmbito da verificação do sistema integrado de gestão da qualidade, ambiente, segurança e saúde do trabalho.

Foi realizado um simulacro, com participação de entidades externas, que testou a capacidade de resposta da REN Atlântico e demais entidades envolvidas no âmbito da proteção da instalação (ISPS) e Segurança (PEI-SEVESO).



Nova tomada de água do mar.

**REN ARMAZENAGEM**

Na globalidade, em 2011 foram extraídos 926 GWh e injetados 1.078 GWh de gás natural nas cavernas da REN Armazenagem, com consumos na ordem dos 8 GWh. Ao nível da utilização das instalações de superfície, a movimentação total de gás natural cifrou-se em 2.447 GWh, repartidos

em 1.123 GWh de extração e 1.324 GWh de injeção, com 10 GWh de autoconsumo. No final do ano, e comparativamente com a situação verificada no final de 2010, observou-se o seguinte balanço de quantidades e nível médio diário de existências físicas e comerciais nas cavidades:

**EXISTÊNCIAS DE GÁS NATURAL NA REN ARMAZENAGEM (GWh)\***

A 31 DE DEZEMBRO DE <b>10</b>	A 31 DE DEZEMBRO DE <b>11</b>	VARIAÇÃO <b>10/11</b> (ENERGIA)
1.295	1.439	11%

\* OS VALORES INDICADOS NÃO INCLUEM O CUSHION GAS

**NÍVEL MÉDIO DIÁRIO DE EXISTÊNCIAS DE GÁS NATURAL NA REN ARMAZENAGEM (GWh)\***

<b>10</b>	<b>11</b>	VARIAÇÃO <b>10/11</b> (ENERGIA)
1.180	1.377	16,6%

\* OS VALORES INDICADOS NÃO INCLUEM O CUSHION GAS

**Nota:**

*Cushion gas*: volume de gás imobilizado para garantir a pressão de estabilidade estrutural das cavidades;

As quantidades armazenadas no final de 2011 representam um acréscimo de 11% relativamente às registadas no final do ano transato, enquanto a utilização da infraestrutura, medida em termos de valor de existência física média diária ao longo do ano, sofreu uma variação positiva de 2010 para 2011 de 16,6%.

A 31 de dezembro de 2011, as características nominais de capacidades das três cavidades da REN Armazenagem em operação apresentavam os seguintes valores:

**CAPACIDADES DAS INFRAESTRUTURAS [GWH]**

	<b>10</b>	<b>11</b>
Capacidade máxima	1.699	1.659
Capacidade máxima efetiva após restrições técnicas	1.521	1.483
Capacidade comercialmente disponível	1.461	1.403
Gás técnico ( <i>cushion gas</i> )	1.591	1.591

**Nota:**

*Cushion gas*: volume de gás imobilizado para garantir a pressão de estabilidade estrutural das cavidades.

Capacidade máxima: capacidade máxima, deduzido o valor do respetivo *cushion gas*;

Capacidade máxima efetiva após restrições técnicas: capacidade máxima deduzida do valor das restrições técnicas de utilização das cavidades;

Capacidade comercialmente disponível: capacidade máxima efetiva após restrições técnicas subtraída da capacidade atribuída ao gestor técnico global do SNGN para reservas operacionais.

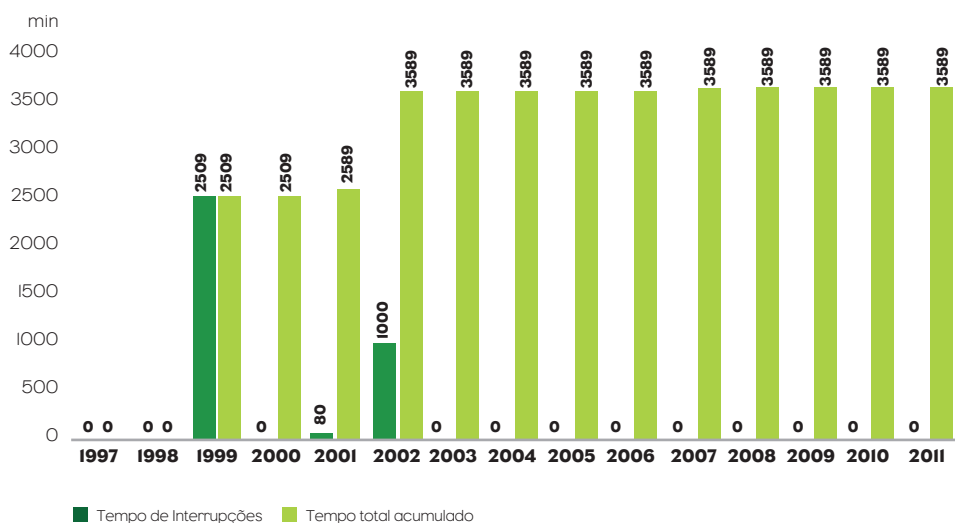


**QUALIDADE DE SERVIÇO**

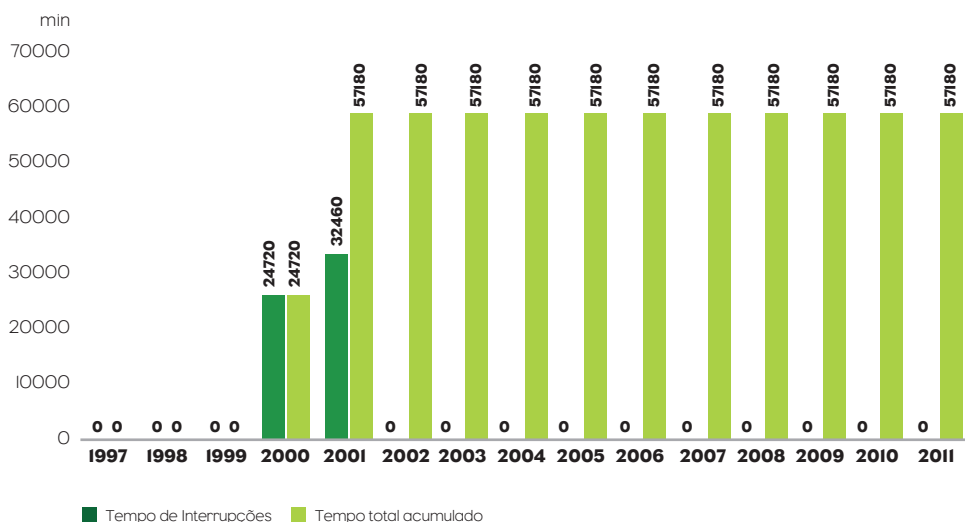
O desempenho da continuidade de serviço voltou a ser excelente em 2011, uma vez que não ocorreu nenhuma interrupção de serviço e todos os indicadores das características do gás natural ficaram compreendidos entre os limites definidos no Regulamento de

Qualidade de Serviço (RQS). Os valores históricos, anuais e acumulados, para as interrupções controláveis, acidentais e programadas, desde o início da exploração da RNTGN, são apresentados nos gráficos seguintes:

**INTERRUPÇÕES CONTROLÁVEIS ACIDENTAIS**



**INTERRUPÇÕES CONTROLÁVEIS PROGRAMADAS**



Durante o ano, foi alcançado o objetivo de zero incidentes por ano por cada 1000 km de infraestrutura de transporte em alta pressão no indicador acumulado

de índice de incidentes com fuga não intencional de gás, publicado pelo *European Gas Pipeline Incident Data Group* (EGIG).

Relativamente aos indicadores definidos no art.º 13 do setor do Gás Natural, para a qualidade de serviço, em 31 de dezembro de 2011, apresentaram os seguintes valores anuais:

**INDICADORES GERAIS PARA A QUALIDADE DE SERVIÇO DA REN ARMazenAGEM**

Cumprimento das nomeações de extração de gás natural	100,0%
Cumprimento das nomeações de injeção de gás natural	100,0%
Cumprimento energético de armazenamento	100,0%

**Nota:**

Cumprimento das nomeações de extração de gás natural: quociente entre o número de nomeações cumpridas e o número total de nomeações;  
 Cumprimento das nomeações de injeção de gás natural: quociente entre o número de nomeações cumpridas e o número total de nomeações;  
 Cumprimento energético de armazenamento: determinado com base no erro quadrático médio da energia extraída e injetada no armazenamento subterrâneo nomeada relativamente à energia extraída e injetada.

Relativamente à REN Atlântico e como já referido, o ano de 2011 caracterizou-se por um significativo aumento do volume de trabalho, associado ao projeto de expansão, os quais implicaram, por vezes, fortes impactos na exploração comercial do Terminal de GNL. Ainda assim foi possível manter os elevados padrões de qualidade de serviço, que se traduzem, entre outros, pelos seguintes indicadores:

**INDICADORES GERAIS PARA A QUALIDADE DE SERVIÇO DA REN ATLÂNTICO**

Cumprimento do serviço comercial (nomeações)	100,0%
Injeção de gás natural para a rede (injetado/solicitado)	99,62%
Conformidade com as características do gás natural (RQS)	100,0%
Disponibilidade da instalação	99,19%
Reclamações de clientes/entidades externas	0%

**3.2 INVESTIMENTO NA RNTCN**

A REN prosseguiu a execução do plano de desenvolvimento e investimento na Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT) durante o ano de 2011. Este plano incluiu projetos de desenvolvimento e de expansão, de investimentos de reforço interno, de remodelação e de ligação à RNDGN e a clientes.

No âmbito dos projetos de ligação à RNDGN e a clientes, a REN Gasodutos pôs em funcionamento novos pontos de entrega com GRMS em Vila Nova de Cerveira, Soure, Lares e Chaparral III, e

aumentou a capacidade da GRMS de Benavente.

A alteração de mais três estações de derivação para estações de junção (JCT) foi concluída com êxito, no âmbito do projeto que se iniciou em 2008, abrangendo 14 instalações. As estações alteradas foram as estações de junção de Maceira, Rio Frio e de Alcochete.

Foi também concluído e entrou em exploração o novo ramal do Chaparral para abastecer a ampliação da refinaria da Galp Energia em Sines.

Foram igualmente lançados os concursos para a empreitada e fiscalização da construção do gasoduto Mangualde – Celorico – Guarda, previsto para o ano de 2012. Este projeto foi considerado elegível no âmbito do Programa Energético Europeu para o Relançamento (EEPR) da CE.

A REN Armazenagem desenvolveu em 2011 um conjunto de atividades, tendo em vista a garantia de segurança de abastecimento e a capacidade de disponibilização do armazenamento de gás natural, de onde se destacam:

- Início da construção da Caverna RENC-6. Foi concluída a aquisição de terrenos e construída a plataforma e os caminhos de acesso, tendo sido executado um furo até aos 1.451 metros de profundidade. Em 24 de outubro deu-se início às atividades de lixiviação, prevendo-se que as mesmas se prolonguem até março de 2014.
- Em novembro de 2011 terminaram os trabalhos de lixiviação da Caverna TGC-2, propriedade da Transgás Armazenagem. Estes trabalhos foram executados pela REN Armazenagem, enquanto proprietária das instalações de lixiviação.
- Foram adjudicados e estão em desenvolvimento o estudo de

impacte ambiental e a engenharia-base da Caverna RENC-8, na sequência do estabelecido no memorando de entendimento entre a REN Armazenagem e a Transgás Armazenagem para a construção conjunta de três novas cavernas.

Relativamente à REN Atlântico, o ano de 2011 foi caracterizado pela continuidade dos trabalhos de construção associados ao projeto de expansão do Terminal de GNL, tendo-se alcançado a conclusão da segunda fase deste projeto com a construção/instalação de novos equipamentos de processo, nomeadamente: 1 recondensador, 2 bombas de alta pressão, 2 vaporizadores por água do mar, e 1 baía de enchimento de camiões-cisterna. Durante este ano, registou-se, só no projeto de expansão do Terminal, um volume de mão de obra de cerca de 1 milhão horas/homem trabalhadas, tendo-se verificado apenas dois acidentes ligeiros, sem qualquer fatalidade.

O sucesso dos resultados obtidos foi, em grande medida, impulsionado pela atenção que a REN Atlântico sempre colocou nas questões de segurança.

O montante total de entradas em exploração nas empresas de infraestruturas de gás natural da REN em 2011 foi de cerca de 65,4 milhões de euros.



Caverna de armazenagem de gás no Carriço.



#### PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS EM 2011

O investimento realizado na área do gás natural ascendeu a 81,4 M€ e as entradas em exploração totalizaram 65,4 M€.

Na REN Atlântico deu-se continuidade aos trabalhos de construção associados ao projeto de expansão do Terminal de GNL, tendo-se alcançado a conclusão

da segunda fase deste projeto, que consistia na construção/instalação de novos equipamentos de processo (recondensador, bombas de alta pressão, vaporizadores de água do mar e baía de enchimento de camiões cisterna), assim como a ampliação da capacidade de emissão de gás natural de 1 125 000 m<sup>3</sup>(n)/h para 1 300 000 m<sup>3</sup>(n)/h.



## 04. OUTROS NEGÓCIOS



### 4.1 REN TRADING GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE ENERGIA (CAE)

Os Contratos de Aquisição de Energia (CAE) não sujeitos a cessação antecipada em conformidade com o Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de agosto, são geridos até ao seu termo pela REN Trading, uma empresa detida a 100% pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS.

Neste contexto, a REN Trading gere o CAE com a Tejo Energia, referente ao centro eletroprodutor térmico do Pego (600 MW), e o CAE com a Turbogás, para o centro eletroprodutor térmico da Tapada do Outeiro (990 MW). O objeto da empresa é a maximização dos proveitos com a venda de energia e serviços de sistema em mercado, aliada à minimização dos custos dos CAE, em conformidade com o Despacho n.º 11210/2008, da ERSE.

No âmbito da gestão dos respetivos CAE, a REN Trading adquire a totalidade da energia e serviços de sistema às centrais do Pego e da Turbogás. Nesta atividade há também que acompanhar os mercados de combustíveis (carvão e gás natural) e seus indexantes, para além do Acordo de Gestão de Consumos de Gás Natural (AGC) estabelecido com a GALP Gás Natural, S.A.. Durante 2011 não houve qualquer renegociação contratual ou alteração de procedimentos a realçar.

No contexto da atuação no mercado europeu de licenças de emissão (ETS – *Emissions Trading Scheme*) continuou a verificar-se uma participação ativa nas bolsas Bluenext e ICE (Intercontinental Exchange, anteriormente ECX).

Cabe à REN Trading gerir o portfólio de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> atribuídas às duas centrais e estabelecer uma estratégia de gestão destas obrigações

ambientais, o que compreende a compra e venda de licenças, bem como a realização de operações de *swap* de EUA (*European Unit Allowances*) por CER (*Certified Emissions Reductions*). O ano 2011 ficou marcado pela queda acentuada neste mercado de volumes e preços, fruto de diversos fatores. A atuação da REN Trading foi, por isso, mais reduzida e os resultados dos incentivos correspondentes são menores do que nos anos anteriores.

A venda de energia elétrica em mercado é maioritariamente efetuada através da atuação no Mercado Ibérico de Eletricidade (colocação de ofertas de venda e recompra diárias e intradiárias no OMIE) e no mercado de Serviços de Sistema, operado pelo Gestor de Sistema. Continuou ainda a registar-se uma participação ativa no mercado de Serviços de Sistema de Portugal, com bons resultados globais.

Para melhorar os resultados alcançados com as vendas, e como forma de diversificação de risco, a REN Trading participou nos diversos leilões CESUR realizados ao longo de 2011, com resultados finais muito positivos.

Através da sua área de Produtos Financeiros são acompanhadas as tendências dos mercados mais relevantes para o setor, com maior ênfase no carvão, energia e licenças de emissão de CO<sub>2</sub>. São realizadas coberturas a prazo (no mercado de derivados) e também são negociadas algumas operações puramente financeiras a título de prestação de serviços à REN SGPS.

Tratando-se duma empresa regulada, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) estabeleceu no seu Despacho n.º 11210/2008,

de 8 de abril, um conjunto de incentivos que definem métodos de partilha dos benefícios das atividades reguladas entre os consumidores de energia elétrica e a empresa. O valor final dos incentivos resulta da atuação nas diversas vertentes de atividade da empresa, relacionadas quer com a otimização das vendas da energia das centrais quer com a minimização dos custos de aquisição de gás natural ou de licenças de emissão de CO<sub>2</sub>.

Os resultados operacionais da empresa em 2011 correspondem assim ao valor calculado para os incentivos definidos pela ERSE, que se identificam a seguir:

**I<sub>1</sub>** – Incentivo relativo à eficiente oferta da energia da Central da Turbogás no mercado diário (limitado a 1 M€, totalmente atingido em 2011)

**I<sub>2</sub>** – Incentivo relativo à eficiente contratação do gás natural consumido na Central da Turbogás (limitado a 1 M€, atingido um valor estimado em cerca de 0,5 M€)

**I<sub>3</sub>** – Incentivo relativo à otimização da produção da Central da Tejo Energia (limitado a 1 M€, tendo-se atingido 0,7 M€)

**ICO<sub>2</sub>** – Incentivo relativo à eficiente gestão das licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (limitado a 2,72 M€, sendo o valor obtido em 2011 de 0,1 M€)

**Swaps** – Incentivo para a otimização das trocas (*Swaps*) de EUA por CER no mercado de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> (este incentivo não tem limite máximo; o valor obtido em 2011 foi de 0,2 M€).

O total dos incentivos obtidos em 2011 é assim de 2,53 M€, um valor inferior ao registado no ano anterior (devido à evolução negativa do mercado de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> e a poucas oportunidades de negócio na área dos *swaps*).



## 4.2 RENTELECOM

A oferta da RENTELECOM é diversificada, passando pelas infraestruturas, serviços geridos ou consultoria

O Grupo REN está presente no mercado das Tecnologias de Informação e Comunicação através da RENTELECOM, uma empresa 100% pertencente ao Grupo e certificada pela APCER de acordo com as normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e OHSAS 18001.

A RENTELECOM foi criada em 2002 com o principal objetivo de rendibilizar a capacidade excedentária da rede de telecomunicações de segurança da REN – Rede Eléctrica Nacional, tendo posteriormente alargado o âmbito da sua atividade às infraestruturas da REN Gasodutos aquando da integração desta empresa no Grupo REN, em 2007. Atualmente a RENTELECOM continua a servir as necessidades internas do Grupo, embora tenha vindo a reforçar o enfoque da sua atividade em clientes externos, operadores e grandes empresas, representando já quase 90% do seu volume de negócios.

A oferta da RENTELECOM é diversificada, passando pelas infraestruturas, serviços geridos ou consultoria. A empresa disponibiliza serviços de aluguer de fibra ótica escura, aluguer de espaços para localização partilhada de equipamentos, *housing* e serviços associados, aluguer de circuitos e projetos diversos na área da gestão e manutenção de sistemas de telecomunicações.

Em 2011 foi reforçada a equipa dedicada ao negócio da RENTELECOM com o objetivo de garantir uma abordagem mais proativa e sistemática ao mercado nacional e internacional de empresas (peso de 57%) e operadores (peso de 30%).

Esta estratégia contribuiu para o aumento do volume de negócios naquelas que são as principais áreas de negócio da RENTELECOM, nomeadamente os serviços de aluguer de espaços e *housing* (26% com destaque para o crescimento de 41% no *housing*), o aluguer de fibra ótica (10%) e o aluguer de circuitos (6%). Também a manutenção de parques eólicos aumentou o seu volume de negócios em relação a 2010 (8%), em linha com a tendência de crescimento iniciada em 2005.

Em 2011 a RENTELECOM aumentou a sua atividade de prospeção comercial acompanhando também o Grupo no seu esforço de diversificação e internacionalização dos negócios. Foram também prosseguidos importantes investimentos, como o reforço das infraestruturas no Datacenter de Ermesinde, o que contribui para consolidar a RENTELECOM como prestador de excelência na área das Tecnologias de Informação e Comunicação.



## 4.3 ENONDAS

A ENONDAS é uma sociedade vocacionada para o serviço público que visa apoiar o desenvolvimento da produção de energia a partir das ondas do mar

### BREVE DESCRIÇÃO DO NEGÓCIO

A ENONDAS é uma sociedade vocacionada para o serviço público que visa apoiar o desenvolvimento da produção de energia a partir das ondas do mar, gerindo um espaço marítimo com cerca de 320 km<sup>2</sup> e dotando-a das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento das energias marinhas.

### ATIVIDADE DA ENONDAS

Decorridos um ano e dois meses da celebração do contrato de concessão entre a Enondas e o Estado Português, 2011 foi o ano de arranque do plano de desenvolvimento da Zona Piloto. Tendo sido dado início ao seguinte conjunto de atividades:

- Caracterização geofísica;
- Caracterização ambiental
- Estudos prévios das infraestruturas a construir na ZP;
- A celebração de protocolos com o sistema científico e tecnológico nas áreas da produção de energia do mar.

Do que já foi apurado, a ZP possui um leito marinho de qualidade para sistemas de amarração, bom potencial energético em termos de ondas e a possibilidade de expansão, podendo o promotor passar de um projeto em demonstração de conceito a um parque na mesma zona, com um processo de licenciamento simplificado. Estas características, associadas aos pedidos de informação efetuados pelos vários tecnólogos e

promotores, auguram um bom sucesso comercial no futuro.

### PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Em 2011 o principal investimento foi o projeto da caracterização geofísica da ZP, através de um contrato com o Instituto Hidrográfico, em cumprimento do normativo que rege a concessão.

Cumulativamente foi adquirida uma base de dados de agitação marítima, efetuada por outra entidade e recolhida pelo Instituto Hidrográfico

O projeto de criação e arranque da ZP está orçado em 15 milhões de euros, num investimento distribuído por 4 anos:

### PERSPETIVAS FUTURAS

Antecipa-se que 2012 ENONDAS seja o ano de arranque dos estudos de engenharia e das infraestruturas e das demais peças legais (regulamento de acesso), com vista ao arranque operacional da ZP em 2013.

Deste modo, é expectável que os anos de 2012 e 2013 sejam épocas de investimento, com o início da construção de infraestruturas físicas e operacionais.

Mantém-se, assim, a previsão inicial de ter a ZP preparada para receber, no regime de demonstração de conceito, em finais de 2013, as primeiras máquinas de produção de energia offshore.



## 4.4 ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS

O GEN (Gabinete de Estratégia e Novos Negócios) desenvolve a sua atividade tendo presente que a REN, na sua qualidade de operador dos sistemas de transporte de eletricidade e gás natural, tem como principal função assegurar o cumprimento dos compromissos contratuais decorrentes dos seus quatro contratos de concessão.

Alinhado com esta responsabilidade, o GEN procurou, numa lógica de sustentabilidade do Grupo:

- potenciar o capital intelectual existente no Grupo REN através da análise, estudo e implementação de novas oportunidades de negócio e de prestação de serviços, fora do âmbito das suas atuais concessões;
- identificar parcerias com operadores de redes energéticas de referência a nível internacional, que possam traduzir-se em acordos de cooperação operacional de intercâmbio técnico e avaliação de negócios de interesse comum;
- estabelecer e formalizar relacionamentos com as agências multilaterais internacionais de apoio ao desenvolvimento e ao financiamento em infraestruturas.

Nesta perspetiva, o GEN centrou a sua atividade em áreas onde a REN possui competências no estado da arte, seja na conceção de novos projetos numa lógica de *greenfield*, seja procurando diversificar fontes de financiamento institucional.

Assim, a REN envolveu-se em várias missões empresariais na América do Sul, África (Magreb e África Central), bem como na negociação de aquisições de participação, ainda em curso, em

empresas detentoras de infraestruturas energéticas no Brasil e em Moçambique. Merecem destaque:

- os acordos de parceria feitos com as empresas congéneres de Moçambique, Colômbia e China;
- o lançamento de um relacionamento com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento (BRED), permitindo o acesso a oportunidades de concurso a projetos por eles financiados e ainda gerando a ambição de atingir novas possibilidades de financiamento a projetos do interesse da REN.

Paralelamente, dinamizou-se, também em articulação com o Gabinete de Consultoria e Prestação de Serviços, o aproveitamento de várias oportunidades em geografias variadas (África, Centro-Leste Europeu e América do Sul) para prestação de serviços e assessorias, algumas das quais, bem sucedidas, darão resultados em 2012.

No tocante à monitorização ao desenvolvimento do Plano Estratégico, quer no relacionamento com *stakeholders* quer no acompanhamento de processos legislativos, desenvolveu-se intensa atividade, designadamente no tocante a novos regulamentos europeus no âmbito do pacote de infraestruturas em articulação com o Gabinete de Assuntos Europeus.

O GEN, no ano de 2012, e na linha do Plano Estratégico, intensificará a identificação de oportunidades que permitam constituir um portfólio de negócios de elevado valor acrescentado e que potenciem as competências e recursos ao dispor da REN.

# 05. DESEMPENHO FINANCEIRO



## 5.1 RESULTADOS 2011

### PRINCIPAIS INDICADORES

O ano de 2011 fica marcado pelo bom desempenho operacional da REN, que viu o EBITDA aumentar 9,5% face a 2010 (+41,1 M€). Esta melhoria deve-se essencialmente a três fatores: i) aumento da base média de ativos regulados (RAB) assim como da respetiva taxa média de remuneração; ii) alteração da fórmula de remuneração dos terrenos hídricos; iii) redução de Opex, refletindo uma melhoria da eficiência operacional e alterações ocorridas no perímetro de consolidação.

Já os resultados financeiros sofreram um agravamento (-19,5 M€, +23,2%), refletindo a rápida deterioração da crise da dívida soberana a que a REN não ficou imune. Contudo, o bom desempenho operacional superou o agravamento dos custos do

financiamento, permitindo um aumento do resultado líquido para 120,6 M€ (+10,3 M€; +9,4%).

O Capex reduziu-se dos picos de investimento verificados nos anos anteriores (-93,6 M€, -21,1%), sendo este decréscimo mais pronunciado no Gás Natural, resultado de decisões estratégicas da empresa. No entanto, as transferências para exploração aumentaram em relação ao ano de 2010 (+15,2 M€, +3,7%), o que resultou num crescimento do valor médio do RAB em 7,3%.

A dívida líquida aumentou 211,3 M€ (+10,1%), atingindo os 2 311 M€, e o seu custo médio subiu para 4,72%, uma subida de 0,73 p.p. face a 2010.

PRINCIPAIS INDICADORES [Milhões euros]	10	11	VARIAÇÃO %
EBITDA	431,4	472,5	9,5%
Resultado financeiro	-83,9	-103,4	23,2%
Resultado líquido	110,3	120,6	9,4%
Resultado líquido recorrente	119,8	131,0	9,3%
Capex total	443,0	349,4	-21,1%
RAB médio	2.970,1	3.185,8	7,3%
Dívida líquida	2.100,0	2.311,3	10,1%

### RESULTADO OPERACIONAL - EBITDA

O EBITDA aumentou 41,1 M€ (+9,5%) em relação a 2010, situando-se nos 472,5 M€. Entre as principais contribuições para a evolução do EBITDA destacam-se:

- Aumento do RAB médio em 7,3%, assim como da correspondente taxa de remuneração média (resultado da atualização anual da taxa de retorno na eletricidade, e de uma alteração no *mix* de ativos, com maior peso

dos ativos com prémio), levando a uma subida, face a 2010, de 24,0M€ (+11,7%) na remuneração do RAB;

- Aumento dos proveitos de recuperação de amortizações em 8,7 M€ (+5,7%), em linha com o aumento do RAB;
- Revisão do mecanismo de remuneração dos terrenos hídricos (cujo cálculo deixa de estar associado à taxa de inflação e passa a ser calculado com base na taxa *swap* interbancária de prazo mais próximo ao horizonte de amortização

legal dos terrenos em causa, acrescida de 0,5%), que permitiu ganhos de 12,5 M€ em 2011 face a uma perda de -1,3 M€ no período homólogo;

- Redução do OPEX em 28,5 M€ (-19,4%), para os 118,2 M€, com as componentes de custos com pessoal e fornecimentos e serviços externos a reduzir 2,9 M€ (-5,7%) e 27,5 M€ (-34,2%), respetivamente. A redução do OPEX reflete a melhoria do desempenho operacional, bem como o início da consolidação integral das sociedades de transporte de GN.

EBITDA [Milhões euros]	10	11	VARIAÇÃO %
<b>1) Proveitos de ativos</b>	<b>399,0</b>	<b>430,2</b>	<b>7,8%</b>
Remuneração do RAB	205,1	229,0	11,7%
Remuneração terrenos	-1,3	12,5	
Renda dos terrenos da zona de proteção	0,8	0,8	3,5%
Remuneração ativos fim-de-vida	5,5	7,0	26,5%
Diferenças de alisamento e efeito de neutralidade (gás)	12,3	1,8	-85,2%
Recuperação amortizações (líquidas de subsídios ao investimento)	152,9	161,6	5,7%
Amortização dos subsídios ao Investimento	23,7	17,5	-26,2%
<b>2) Proveitos de Opex</b>	<b>111,5</b>	<b>109,4</b>	<b>-1,9%</b>
Recuperação de OPEX líquido	105,4	106,8	1,4%
Ganhos de interligações para cobertura de custos	5,0	2,1	-58,0%
Desvios de linhas TEE	1,2	0,5	-59,3%
<b>3) Outros proveitos</b>	<b>46,2</b>	<b>28,4</b>	<b>-38,5%</b>
Ganhos comerciais ( <i>trading</i> )	3,2	2,5	-21,6%
Juros desvios tarifários	4,0	2,5	-38,1%
Incentivo à disponibilidade	0,3	0,6	100,0%
<i>Hedging</i>	5,9	0,4	-93,4%
Vendas e prestações de serviço de telecomunicações	5,9	4,9	-16,4%
Prestações de serviço do operador de mercado	2,5	1,9	-24,1%
Mais valias em participações	0,0	10,3	
Outras prestações de serviço (consultorias)	5,0	1,3	-74,3%
Ganhos nas sociedades de transporte de GN	8,1	0,0	-100,0%
Prestações de serviços às sociedades transporte GN	4,7	0,0	-100,0%
Outros	6,6	4,0	-38,7%

## CONTINUAÇÃO

EBITDA [Milhões euros]	10	11	VARIAÇÃO %
<b>4) TPE (capitalizados no investimento)</b>	<b>25,9</b>	<b>33,0</b>	<b>27,1%</b>
<b>5) Rendimentos de Construção (ex TPE) – Ativos concessionados</b>	<b>394,5</b>	<b>316,3</b>	<b>-19,8%</b>
<b>6) OPEX</b>	<b>146,7</b>	<b>118,2</b>	<b>-19,4%</b>
Custos com pessoal	51,2	48,3	-5,7%
FSE	80,4	52,9	-34,2%
Outros custos operacionais	15,0	17,0	13,0%
<b>7) Gastos de construção – Ativos concessionados</b>	<b>394,5</b>	<b>316,3</b>	<b>-19,8%</b>
<b>8) Provisões</b>	<b>12,8</b>	<b>15,2</b>	<b>19,3%</b>
<b>9) Imparidade de dívidas a receber</b>	<b>0,0</b>	<b>2,7</b>	
<b>10) Itens não recorrentes</b>	<b>8,3</b>	<b>7,6</b>	<b>-8,3%</b>
Provisão para cobertura do processo com a Amorim Energia	12,5	15,3	22,4%
Amortizações extraordinárias de subsídios	-4,2	0,0	-100,0%
Imparidade de dívidas a receber	0,0	2,7	
Mais-valia em participações	0,0	-10,3	
<b>EBITDA (1+2+3+4+5-6-7-8-9+10)</b>	<b>431,4</b>	<b>472,5</b>	<b>9,5%</b>

## RESULTADO LÍQUIDO

O Resultado Líquido em 2011 foi afetado pelo comportamento negativo dos Resultados Financeiros, que, fruto do aumento da dívida líquida (+10,1%) e do custo de financiamento (subida do custo médio de 3,99% para 4,72%), se agravaram em 19,5 M€ (+23,2%). Apesar deste efeito, o bom desempenho operacional permitiu um aumento do Resultado Líquido para 120,6 M€ (+10,3 M€; +9,4%).

O Resultado Líquido Recorrente (i.e. o Resultado Líquido expurgado de itens não recorrentes) aumentou 9,3% (+11,2 M€). Os itens não recorrentes considerados em 2011 e 2010 são os seguintes:

- Em 2011 – i) reforço da provisão para o processo Amorim B.V. no valor de 15,3 M€; ii) reconhecimento de 3,6 M€ em IRC relativos à não consideração em 2008 como custo fiscal de encargos financeiros da SGPS; iii) mais-valia no valor de 10,3 M€ resultante da avaliação da participação no OMIP; iv) registo da provisão para imparidade de dívidas a receber no valor de 2,7 M€.
- Em 2010 – i) provisão de 12,5 M€ para cobertura do processo com Amorim Energia; ii) amortização extraordinária de subsídios ao investimento no gás resultante do acerto do valor da equivalência patrimonial das sociedades gasoduto (4,2 M€; 3,0 M€ após IRC).

RESULTADO LÍQUIDO [Milhões euros]	10	11	VARIAÇÃO %
<b>EBITDA</b>	<b>431,4</b>	<b>472,5</b>	<b>9,5%</b>
Amortizações	172,6	181,8	5,3%
Resultados Financeiros	-83,9	-103,4	23,2%
Imposto do Exercício	56,4	59,3	5,1%
<b>Resultado Líquido</b>	<b>110,3</b>	<b>120,6</b>	<b>9,4%</b>
<b>Itens não recorrentes</b>	<b>9,5</b>	<b>10,4</b>	<b>9,1%</b>
Provisão para cobertura do processo com a Amorim Energia	12,5	15,3	22,4%
Imposto s/rendimento de exercícios anteriores	0,0	3,6	
Amortizações extraordinárias de subsídios	-4,2	0,0	-100,0%
Maisvalia em participações	0,0	-10,3	
Imparidade de dívidas a receber	0,0	2,7	
Efeito fiscal	1,2	-0,8	-167,5%
<b>Resultado Líquido Recorrente</b>	<b>119,8</b>	<b>131,0</b>	<b>9,3%</b>

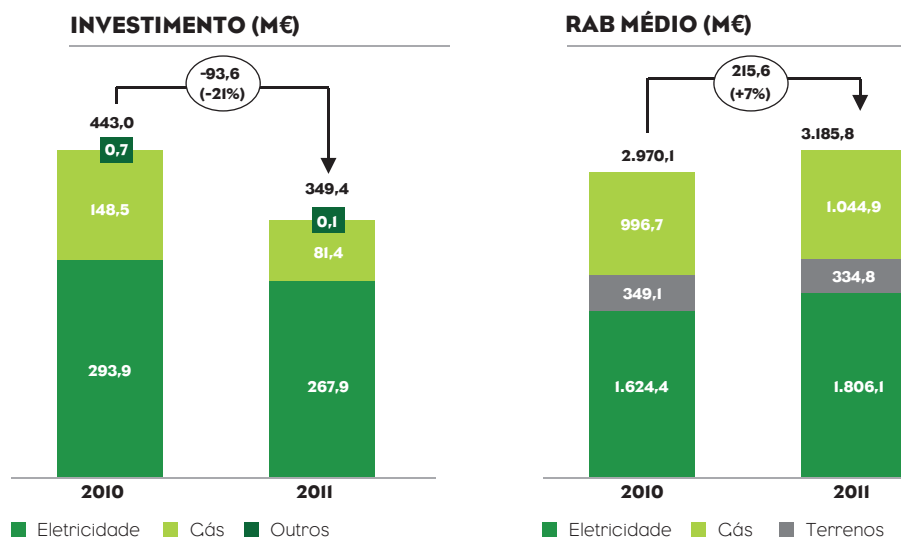
## 5.2 RAB MÉDIO E INVESTIMENTO

### CAPEX E RAB MÉDIO

O Capex total reduziu-se em 93,6 M€ (-21,1%) face a 2010. Esta descida foi mais acentuada no gás natural (-67,1 M€; -45,2%), do que na eletricidade (-26,0 M€; -8,8%), fruto da decisão estratégica da empresa em reagendar alguns dos investimentos neste segmento.

Apesar da redução do investimento, as transferências para exploração aumentaram 15,2 M€ (+3,7%) face a 2010, atingindo um valor de 426,5 M€

em 2011. O RAB médio aumentou 215,6 M€ (+7,3%), situando-se nos 3.185,8 M€. De referir que o crescimento do RAB médio dá-se sobretudo nas categorias com maior taxa de retorno, sendo que, do seu aumento, 237,9 M€ verificaram-se na eletricidade com prémio (RoR de 9,1%), enquanto as categorias com menor taxa de retorno (terrenos hídricos, RoR de 3,9% e eletricidade sem prémio, RoR de 7,6%) viram o valor do RAB diminuir 13,5 M€ e 56,3 M€ respetivamente. Na área do gás, o RAB médio aumentou 48,2 M€ (+4,8%).



**INVESTIMENTO**

No segmento da eletricidade destacam-se os projetos associados ao reforço da capacidade de receção de energia, em particular de fontes renováveis, o aumento das capacidades de troca de energia com Espanha, assim como da segurança e fiabilidade de funcionamento global do sistema e o reforço das condições de alimentação às redes de distribuição.

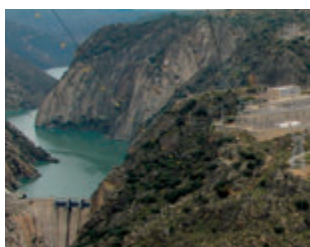
Merecem destaque o desenvolvimento da rede da zona do Algarve, onde foram investidos 33,3 M€, o reforço da malha circundante à região da Grande Lisboa/ Península de Setúbal, onde se investiram 54,0 M€, e a melhoria dos trânsitos de

energia entre o Norte e o Sul do país, através da construção da ligação Lavos-Paraiço, com um investimento total de 25,6 M€.

No segmento do gás destacam-se o montante gasto na expansão da capacidade do terminal de gás natural de Sines, onde foram investidos cerca de 54,4 M€, e os trabalhos de construção de mais uma cavidade de armazenagem de gás natural, com um investimento de 11,0 M€.

Em 2011 o valor de entradas em exploração do grupo atingiu o montante de 426,5 M€, o que representa um acréscimo de 3,7%, face a 2010.

**PRINCIPAIS PROJETOS REALIZADOS EM 2011**



**REN, REDE ELÉTRICA**  
(PROJETOS PRINCIPAIS)

**15,2 M€** – Desenvolvimento da rede na zona de Trás-os-Montes

**13,7 M€** – Desenvolvimento da rede na zona do Grande Porto

**256 M€** – Ligação Lavos-Paraiço a 400 kV

**21,0 M€** – Reforços de rede na zona da Grande Lisboa

**54,0 M€** – Reforço da malha a 400 kV circundante à região da Grande Lisboa / Península de Setúbal

**33,3 M€** – Desenvolvimento da rede no Algarve

**105,2 M€** – Outros projetos



**REN ATLÂNTICO**  
(PROJETOS PRINCIPAIS)

**54,4 M€** – Projeto de Expansão Terminal de Sines

**0,2 M€** – Outros projetos



**REN ARMazenagem**  
(PROJETOS PRINCIPAIS)

**10,5 M€** – Cavidade O6

**0,8 M€** – Outros projetos



**REN GASODUTOS**  
(PROJETOS PRINCIPAIS)

**2,5 M€** – Alteração de três estações de derivação para estações de junção

**2,0 M€** – Ramal do Chaparral III

**1,5 M€** – CRMS de Vila Nova de Cerveira

**0,9 M€** – CRMS de Lares II

**0,9 M€** – CRMS de Soure

**7,5 M€** – Outros projetos

	<b>ELETRICIDADE:</b> <b>267,9 M€</b>	<b>GÁS:</b> <b>81,4 M€</b>	<b>OUTROS NEGÓCIOS:</b> <b>0,1 M€</b>
<b>INVESTIMENTO DO GRUPO em 2011: 349,4 M€</b>			



## ▸ ELETRICIDADE

O investimento realizado na área da eletricidade foi de 267,9 M€ (-8,8 %) e as entradas em exploração de 361,1 M€, +25,0%. Na zona de Trás-os-Montes foi colocada em exploração a linha de 220 kV Macedo de Cavaleiros – Valpaços, componente importante na futura malha a 220 kV entre Lagoaça, no Douro Internacional, e Valdigem, com passagem pelas subestações de Macedo de Cavaleiros, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

Na zona do Grande Porto entrou em serviço a nova subestação 220/60 kV de Prelada. No âmbito da remodelação para 220/60 kV da subestação de Ermesinde, entrou em serviço o nível de 220 kV desta instalação, incluindo uma ligação em circuito subterrâneo entre Ermesinde e o novo posto de transição de Valongo.

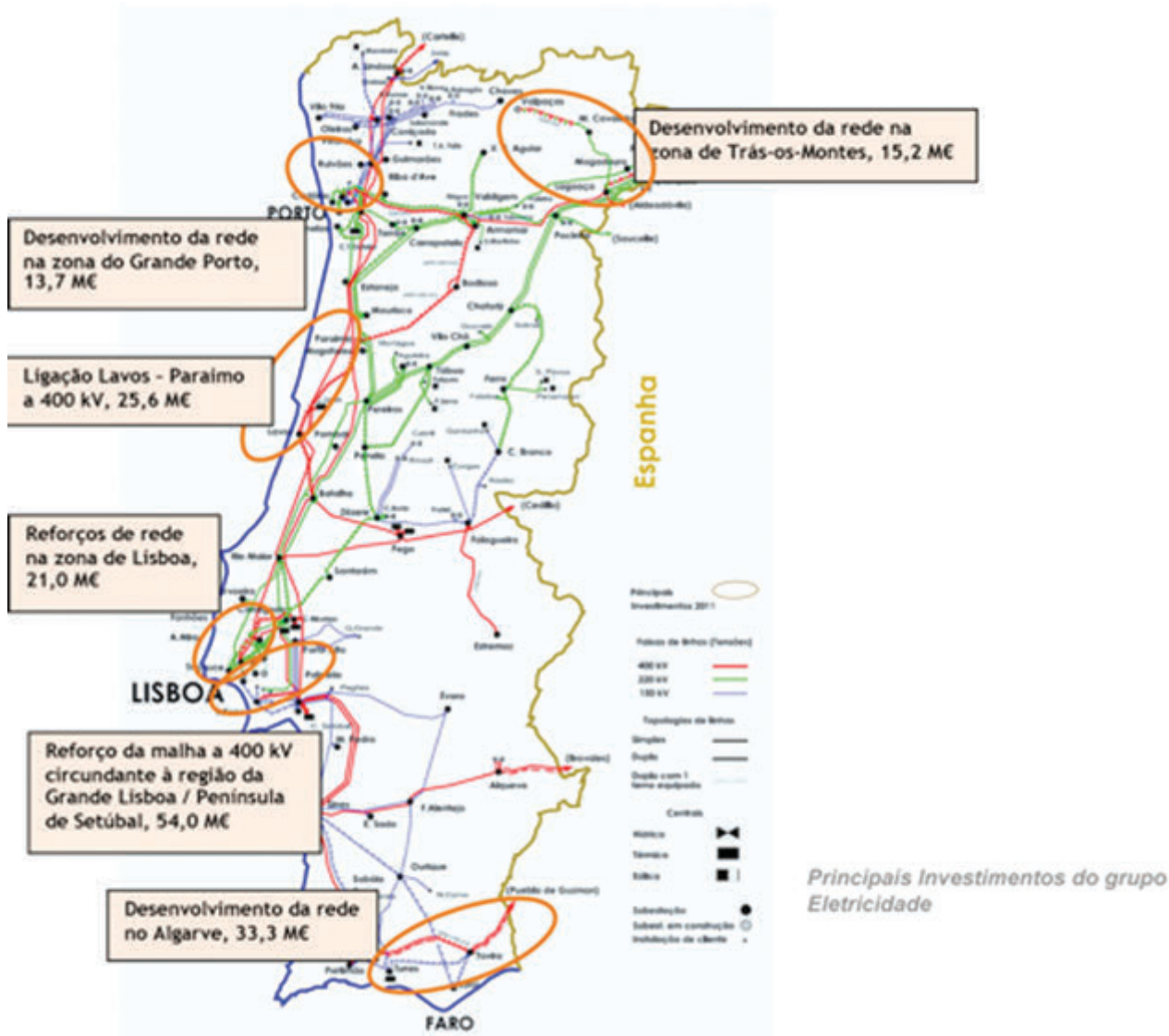
Na região centro foi estabelecida uma nova ligação a 400 kV entre Lavos e Paraimo, de forma a facilitar os trânsitos norte-sul no eixo litoral a 400 kV e melhorar o escoamento da produção.

Na zona de Lisboa entrou ao serviço o novo injetor 220/60 kV do Zambujal, alimentado por um circuito subterrâneo

de 220 kV proveniente de Alto de Mira, que se encontrava já construído mas a operar na rede de 60 kV. Entrou também ao serviço, mas temporariamente explorado a 60 kV, um novo circuito subterrâneo de 220 kV entre as zonas de Sacavém e do Alto de São João, provisoriamente ligado entre duas instalações da EDP Distribuição.

Na estruturação, foi feito o reforço e aumento da segurança da malha circundante da região da Grande Lisboa/Península de Setúbal, tendo sido concluído o desvio da linha a 400 kV Palmela – Ribatejo para a subestação de Fernão Ferro, no âmbito do projeto de introdução do nível de 400 kV nesta instalação.

Na região do Algarve entrou em serviço a nova subestação 400/150/60 kV de Tavira, tendo sido também concluídas as linhas a 400 kV Portimão – Tavira e o troço nacional da futura interligação internacional a 400 kV entre Tavira e Puebla de Guzmán (em Espanha). A subestação de Tavira constitui também um ponto de apoio à receção de energia renovável e à alimentação dos consumos do sotavento algarvio.



**GÁS NATURAL**

O investimento realizado na área do gás natural ascendeu a 81,4 M€ (-45,2%) e as entradas em exploração totalizaram 65,4 M€, 46,6% abaixo do valor de 2010.

Na REN Atlântico deu-se continuidade aos trabalhos de construção associados ao projeto de expansão do Terminal de GNL, tendo-se alcançado a conclusão

da segunda fase deste projeto, que consistia na construção/instalação de novos equipamentos de processo (recondensador, bombas de alta pressão, vaporizadores de água do mar e baía de enchimento de camiões-cisterna), assim como a ampliação da capacidade de emissão de gás natural de 1 125 000 m³(n)/h para 1 300 000 m³(n)/h.



## 5.3 FINANCIAMENTO E DÍVIDA

A degradação da conjuntura económica nacional num contexto de ajuda internacional a Portugal resultou numa deterioração geral dos *ratings* dos emitentes nacionais, agravando significativamente o já difícil acesso destes aos mercados de capitais internacional e bancário.

Não obstante as difíceis condições económicas vividas em 2011, a REN prosseguiu a consolidação da estrutura da sua dívida no sentido de prolongar o prazo médio, diversificar as fontes de financiamento e aumentar o montante de linhas de crédito. A reestruturação da dívida desenvolvida nos últimos anos, reforçada pelas operações de financiamento realizadas em 2011, veio melhorar a posição de liquidez da empresa e reforçar a sua capacidade para encarar os desafios que se colocam em matéria de financiamento.

Em 2011 foram realizadas as seguintes operações de financiamento:

- Em abril, procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 100 M€, sem garantias, com prazo de três anos e seis meses.

- Em julho, procedeu-se à emissão de um empréstimo obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 50 M€, sem garantias, com prazo de três anos.
- Durante o ano foram renegociados diversos programas de papel comercial com compromisso de tomada firme prolongando-se o seu prazo.

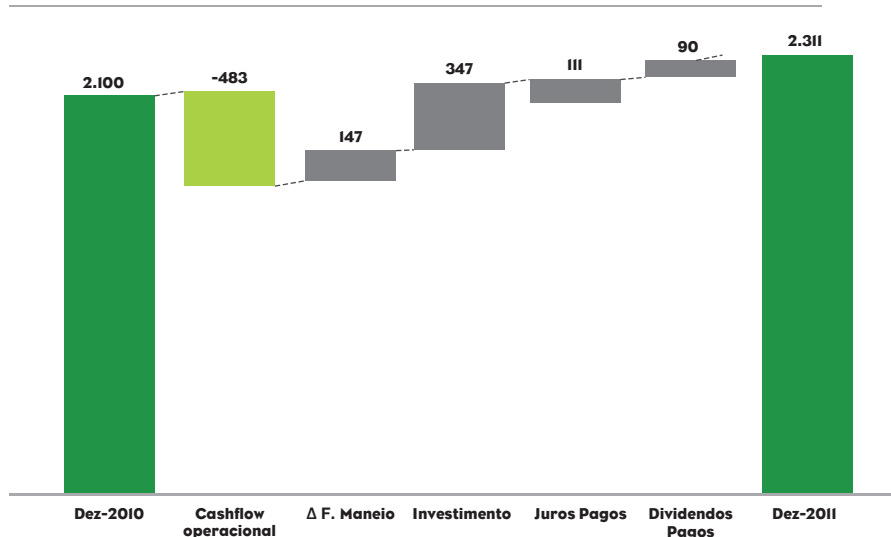
Numa conjuntura particularmente difícil, a REN conseguiu assegurar a renovação plena dos contratos de financiamento em fase de vencimento, garantir a extensão do prazo de contratos existentes e negociar novos financiamentos (ainda que com um natural agravamento dos custos), melhorando o equilíbrio entre as diferentes fontes de financiamento e o risco de refinanciamento.

No final de 2011, a dívida líquida consolidada do Grupo REN era de 2.311 M€, mais 211 M€ do que um ano antes. Este aumento resultou, em grande medida, do valor relativo a pagamentos de investimento do valor de impostos entregue no decurso do exercício de 2011.

### DÍVIDA FINANCEIRA (M€)

(IFRS)	VARIAÇÃO			
	11	10	ABSOL.	%
Dívida bruta	2.407,6	2.257,8	149,80	6,6%
Menos <i>swaps</i> de cobertura	26,9	19,1	7,80	40,8%
Menos caixa e equivalentes de caixa	69,4	138,6	-69,20	-49,9%
Dívida líquida	2.311,3	2.100,0	211,30	10,1%

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA M€



O peso relativo do Banco Europeu de Investimento – BEI na dívida do Grupo diminuiu por contrapartida do

peso acrescido dos empréstimos obrigacionistas.

## FONTES DE FINANCIAMENTO

CAPITAL EM DÍVIDA	VARIAÇÃO				PESO 2011
	11	10	ABSOL.	%	
Empréstimos obrigacionistas*	1.072,9	922,9	150,0	16,3%	45,26%
BEI	739,4	780,2	-40,8	-5,2%	31,20%
Papel comercial	555,0	487,0	68,0	14,0%	23,41%
Descobertos bancários	1,1	36,7	-35,6	-97,0%	0,05%
Locações financeiras	1,8	3,0	-1,2	-40,0%	0,08%

\* INCLUI DERIVADO DE COBERTURA CAMBIAL (26,9 M€)

Em 2011, cerca de 61% da dívida do Grupo estava afeta ao negócio da eletricidade, 21% ao negócio do gás e os restantes 18% à REN SGPS e outros. Os custos do financiamento líquido de 2011 aumentaram 20,2 M€ em relação a 2010, de 87,7 M€ para 107,9 M€. Este aumento explica-se por dois motivos: (i) a subida do custo médio da dívida

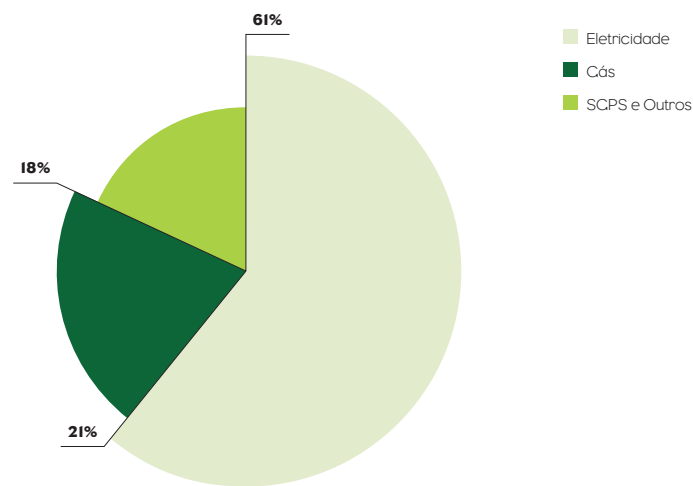
em 2010, em especial devido ao aumento generalizado dos *spreads* de crédito em resultado do agravamento da situação económica do país e (ii) o aumento da dívida média durante o ano.

O custo médio da dívida em 2011 foi de 4,72%, mais 73 pontos base do que em 2010.

A política de gestão do risco de taxa de juro manteve-se orientada para a redução da volatilidade dos encargos financeiros. Aproveitando um enquadramento de mercado com taxas de juro

historicamente muito baixas, procedeu-se ainda à extensão das coberturas existentes e a coberturas adicionais de taxa fixa através da contratação de *swaps*.

### AFETAÇÃO DA DÍVIDA LÍQUIDA POR ATIVIDADE



No final de 2011, a classificação do risco de crédito da REN SGPS era de BBB - na Standard & Poor's e de Ba1 na Moody's. As revisões do *rating* da REN em 2011

foram motivadas pelas revisões em baixa da notação do risco de crédito da República.

# 06. GESTÃO DE RISCOS



## 6.1 AUDITORIA INTERNA

A Comissão de Auditoria está sujeita aos deveres estabelecidos na lei e nos estatutos da REN, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da Sociedade e vigiar a observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração e fiscalizar a respetiva revisão;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- Convocar a Assembleia Geral sempre que o presidente da respetiva mesa o não faça.

O Gabinete de Auditoria Interna (GAI) tem como missão verificar a existência, o funcionamento e a eficácia do modelo de controlo dos riscos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de governação do Grupo, através de um acompanhamento objetivo, independente e sistemático. Reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, sem prejuízo da sua relação hierárquica com a administração executiva da Sociedade. Das várias atribuições do GAI, destacam-se as seguintes:

- Revisão das políticas de risco e de controlo interno em vigor;

- Avaliação do grau de implementação do controlo interno;
- Realização de auditorias financeiras, informáticas, operacionais e de gestão nas diversas áreas do Grupo;
- Definição, em conjunto com as diferentes áreas, de medidas corretivas para os pontos fracos e não conformidades identificados nas auditorias;
- Controlo da implementação das medidas de correção, através de relatórios de acompanhamento;
- Suporte da gestão de topo na definição e/ou implementação de medidas de controlo e governação.

As auditorias internas realizadas pelo GAI obedecem a um planeamento baseado na avaliação do risco, quer corporativa quer do próprio GAI, incluindo esta última uma avaliação de como são geridos os riscos dos processos, sistemas e unidades de negócio.

O Plano de Atividades do GAI para 2011, aprovado pela Comissão de Auditoria, definiu e caracterizou as auditorias a realizar. A conceção do Plano de Atividades teve como objetivos:

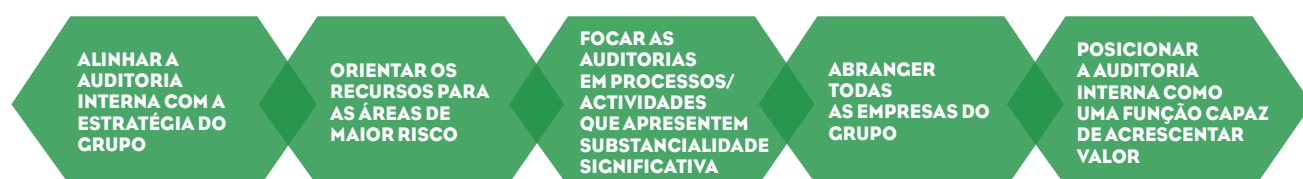
- Focar as auditorias nas áreas de maior risco;
- Avaliar a eficiência dos sistemas de Controlo Interno implementados;

- Abranger todas as empresas do Grupo;
- Acrescentar valor ao Grupo.

Na execução das várias auditorias foi dada particular atenção à avaliação dos sistemas de controlo interno, ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos, à eficiente utilização

dos recursos, ao eficaz controlo dos processos e à avaliação e minimização dos riscos identificados.

Em 2012, os procedimentos de auditoria manter-se-ão e para o futuro Plano de Atividades do GAI destacamos os seguintes objetivos:





## 07. PERSPETIVAS 2012



A segunda fase da privatização da REN marca o início duma nova fase da vida da empresa. O principal acionista passa a ser a State Grid, a maior *utility* do mundo, com 25% do capital, e o segundo maior a Oman Oil, com 15%. Estes acionistas trazem uma perspetiva global que favorece a internacionalização da empresa.

No seu plano estratégico 2010-2016 a REN definiu como um dos seus objetivos a exploração de negócios fora de Portugal, como via para o crescimento e criação de valor acionista, sobretudo após a passagem do ciclo de maior investimento interno associado à interligação das redes ibéricas e à integração na rede nacional dos novos centros de produção eólica.

Nesse documento a África Austral e a América Latina foram definidas como áreas prioritárias.

Com o Acordo Quadro firmado com a State Grid esse objetivo foi claramente prosseguido. A REN e a State Grid acordaram em criar sociedades mistas para concorrer a projetos em Angola e Moçambique, e acordaram concorrer em consórcio a projetos no Brasil. Estão ainda previstos no Acordo atividades de prestação de serviços na China e no Brasil.

Por outro lado, a REN consegue acesso a financiamento oriundo da China que lhe permite encarar um futuro de crescimento que de outra forma lhe

estava vedado, pelo menos enquanto durar a situação crítica da zona euro.

Pelo seu lado, o Acordo Quadro entre a REN e a Oman Oil abre perspetivas de venda de serviços na zona do Golfo.

Alavancando o potencial da empresa nestas duas parcerias estratégicas, bem como na maior capacidade financeira proporcionada pelo Acordo com a State Grid, a REN irá consolidar a sua posição de liderança na gestão de infraestruturas energéticas em Portugal e iniciar o seu processo de crescimento no exterior. Dessa forma será prosseguida a criação de valor para os *stakeholders* da empresa, ao mesmo tempo que se irá reduzindo a concentração dos riscos geográfico e regulatório.

## 08. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido consolidado da REN SGPS, S.A. no exercício de 2011 ascendeu a 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos).

Considerando o exposto, o Conselho de Administração, nos termos do artigo 28.º dos Estatutos da REN, SGPS, S.A. e dos artigos 31.º a 33.º e 66.º n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, apurado nas demonstrações financeiras

individuais, segundo o normativo SNC, no valor de 112 552 875,21 Euros (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta e cinco euros e vinte e um cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- Para reserva legal: 5 627 643,76 Euros (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e quarenta e três euros e setenta e seis cêntimos);
- Para dividendos: 90 246 000,00 Euros (noventa milhões, duzentos e quarenta e seis mil euros) correspondente

a uma distribuição de 75,845% do resultado consolidado da REN, SGPS, S.A. no exercício de 2011, que ascende a 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por acção de 0,169€.

- Para reservas livres: 16 679 231,45 Euros (dezasseis milhões, seiscentos e setenta e nove mil duzentos e trinta e um euros e quarenta e cinco cêntimos).

## 02 SUSTENTABILIDADE NA REN



# PROTEGEMOS AS NOVAS GERAÇÕES

Com o Programa de Reconversão da Ocupação do Solo da faixa de proteção, a REN assumiu o compromisso de plantar 410 mil árvores. Mas a empresa decidiu ir mais além e reflorestou os terrenos sobrepassados pelas suas linhas, adotando técnicas de prevenção de fogos florestais, contribuindo assim para a valorização da paisagem e proteção do futuro das novas gerações.

REN. A REDE QUE NOS UNE



# 01. ABORDAGEM DE SUSTENTABILIDADE

## 1.1 INTRODUÇÃO

### Questão aos stakeholders:

Considera que a REN tem uma visão clara das suas responsabilidades económicas, ambientais e sociais?

**Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)**

A informação de sustentabilidade disponibilizada neste relatório integrado é referente ao ano de 2011 e abrange a atividade das empresas REN – Rede Elétrica Nacional S.A., REN Gasodutos S.A., REN Armazenagem S.A., REN Atlântico S.A., REN Trading S.A., REN Serviços S.A., REN Telecom S.A. e ENONDAS S.A.. Sempre que possível os indicadores reportados são apresentados de forma discriminada, à exceção dos indicadores económicos que são apresentados de forma consolidada para

todo o Grupo. Quando os indicadores não correspondem ao âmbito referido, tal fato é expressamente assinalado no documento.

Este relatório foi elaborado de acordo com a terceira versão das *diretrizes da Global Reporting Initiative*, com base nos protocolos de indicadores gerais e no suplemento setorial para o setor elétrico, tendo-se adotado e respondido de forma completa aos requisitos correspondentes ao nível de aplicação A+ da GRI.

	C	C+	B	B+	A	A+
Auto declaração						✓
Verificação por entidade externa						✓

A REN respeita o compromisso decorrente da adesão, em 2005, à iniciativa das Nações Unidas "Global Compact", de fornecer informação sobre o progresso da implementação dos dez princípios, assinalada ao longo do presente reporte.

#### Princípios dos Direitos Humanos

- 1 Respeitar e proteger os direitos humanos
- 2 Impedir violações dos direitos humanos

#### Princípios do Direito do Trabalho

- 3 Apoiar a liberdade de associação no trabalho
- 4 Abolir o trabalho forçado
- 5 Abolir o trabalho infantil
- 6 Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho



#### Princípios de Proteção Ambiental

- 7 Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais
- 8 Promover a responsabilidade ambiental
- 9 Incentivar tecnologias que não agridem o ambiente

#### Princípio contra a Corrupção

- 10 Combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo a extorsão e o suborno

Na alínea 1.1 do ponto II dos anexos é apresentada a tabela de correspondência entre os conteúdos deste relatório e os referidos requisitos. Este documento foi sujeito a verificação externa independente pela Deloitte & Associados, SROC S.A., de acordo com os princípios da norma

ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*), considerando igualmente os princípios da norma AA1000AS AccountAbility 1000 Assurance Standard (2008), e com referência à GRI e à norma AA1000APS *Accountability Principles Standard* (2008).

## AA1000APS ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD (2008)

A aplicação dos princípios da norma AA1000APS, que a seguir se apresenta de forma sintética, teve reflexos nos vetores estratégicos bem como nos conteúdos do presente relatório.

- Inclusão (participação das partes interessadas no desenvolvimento e implementação da estratégia de sustentabilidade): foram definidas metodologias e processos para envolvimento e participação das várias partes interessadas, tal como descrito no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas”. Os resultados foram integrados na revisão da Estratégia de Sustentabilidade da REN, facto também mencionado no capítulo referido.
- Relevância (determinação dos temas relevantes para a REN e para as partes interessadas): para a identificação dos temas relevantes foi efetuada uma análise de *benchmark* a empresas de referência e às principais tendências do setor, sendo também considerados os resultados da consulta às partes interessadas, realizada em 2011, tal como descrito no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas”.
- Resposta (resposta da REN aos temas relevantes, através das suas decisões, ações, desempenho e comunicação): a REN procura responder às expectativas e preocupações demonstradas especificamente por cada parte interessada, de forma individual ou global. Este relatório constitui, em termos globais, a principal forma de comunicação utilizada para divulgação da estratégia da empresa, suas iniciativas e desempenho alcançado.

Neste capítulo e no capítulo “3. Diálogo com as partes interessadas” é fornecida informação mais pormenorizada sobre a aplicação destes princípios.

### Declaração Política Responsabilidade Social

[www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Sustentabilidade](http://www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Sustentabilidade)

## 1.2 O QUE FOI FEITO

A REN cumpriu em 2011 o compromisso anteriormente assumido de reavaliar os temas mais relevantes para as partes interessadas de modo a garantir que a estratégia da empresa dá resposta às suas expectativas e preocupações e se mantém adequada em relação aos desafios que atualmente enfrenta.

O processo de revisão das prioridades estratégicas em matéria de sustentabilidade foi realizado em 2011 no âmbito da segunda fase do projeto “+Sustentabilidade”. Esta atividade, realizada com o objetivo de melhorar a integração dos aspetos do

desenvolvimento sustentável nos diferentes processos de negócio da empresa, foi concretizada através da análise conjunta de diferentes fontes de informação:

- Resultados do processo de auscultação às partes interessadas;
- Resultados da análise de *benchmark* a oito congéneres da REN;
- Resultados de avaliação e recomendações de agências de avaliação de *social responsible investment*



O trabalho efetuado permitiu identificar as seguintes prioridades estratégicas para a REN, em matéria de sustentabilidade:

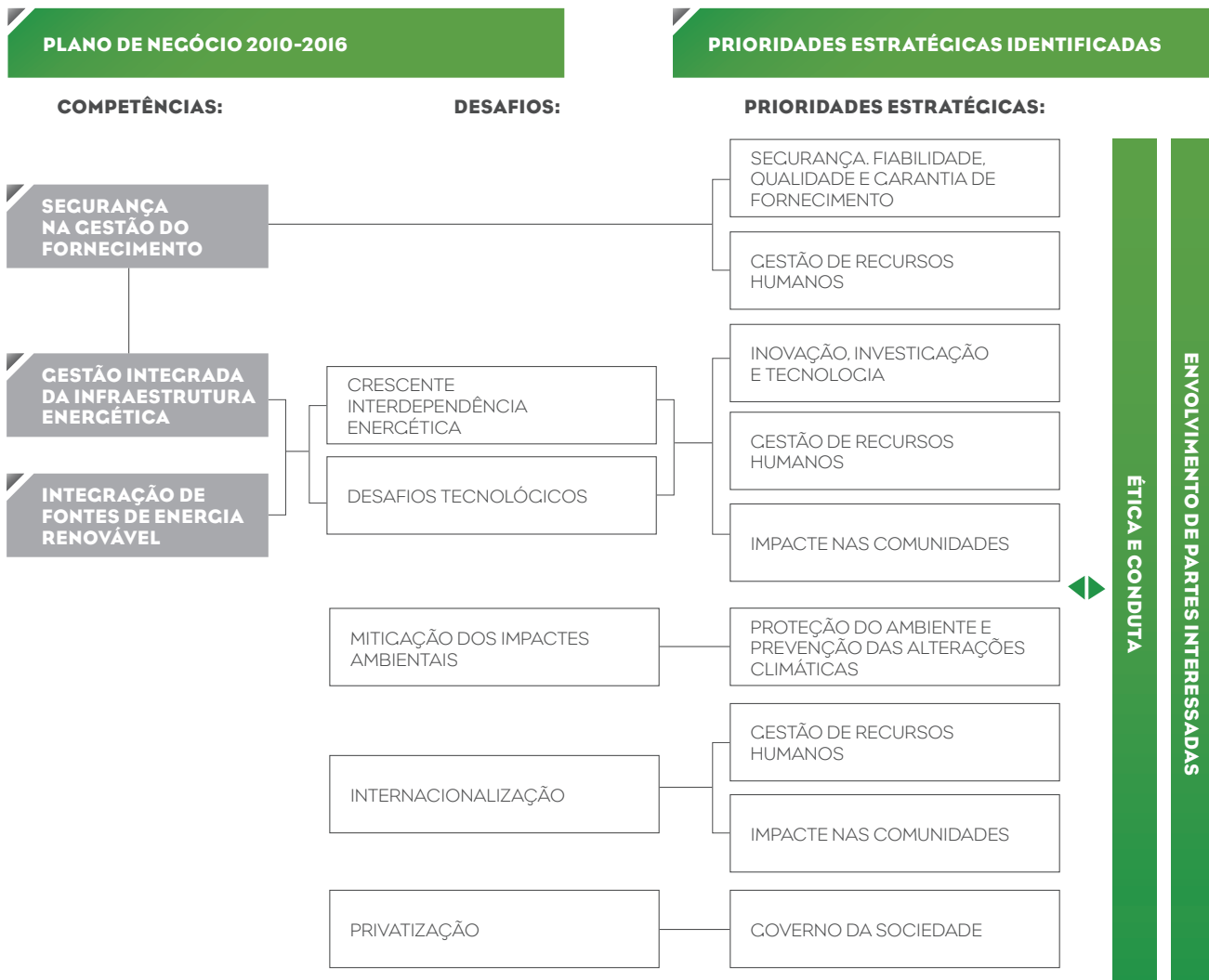


Estas prioridades, uma vez alinhadas com o plano de negócios 2010-2016 da empresa, permitirão a identificação

de novos compromissos em matéria de sustentabilidade para o período de 2013 a 2015.

**IDENTIFICAÇÃO DE PRIORIDADES ESTRATÉGICAS**

CRUZAMENTO ENTRE O PLANO DE NEGÓCIO E AS PRIORIDADES ESTRATÉGICAS IDENTIFICADAS



**1.3 RECONHECIMENTOS**

**ENGAGEMENT RATING 2011**

- A Sair da Casca, em parceria com a revista Exame, publicou no final de 2011 o estudo “Engagement Rating 2011”. Este estudo, que vem sendo publicado desde 2008, baseado na metodologia da *Accountability Rating*, colocou a REN no Top-10 das empresas mais transparentes a nível ibérico, ocupando o 7.º lugar na classificação nacional.
- A REN foi distinguida como uma das empresas líderes na península ibérica no que respeita ao desempenho e informação publicada em matéria de recursos humanos, saúde e segurança no trabalho. Este estudo distinguiu também a empresa com o 2.º lugar em matéria de reporte ambiental (informação sobre energia, emissões e impactes na biodiversidade) e no 3.º lugar nas dimensões estratégica e de gestão.

#### ✓ VICEO RATING

- Num relatório de *rating* de responsabilidade social corporativa do setor das *utilities* de eletricidade e gás natural da agência Vigeo, a REN foi classificada em 1.º lugar a nível ibérico e no 2.º lugar a nível europeu.
- Aquela agência analisou informação de 28 empresas europeias em seis domínios – ambiente, recursos humanos, direitos humanos, envolvimento com a comunidade, comportamento empresarial e *corporate governance*.

#### ✓ OEKOM RATING

- Ainda no domínio da responsabilidade social, a REN alcançou a classificação B+ no *rating* da agência Oekom Research AG.
- A REN foi uma das duas empresas com melhor pontuação num universo de 43 *utilities* do setor energético a nível internacional, tendo sido classificada como empresa *Prime* pelo seu desempenho.

#### ✓ WORLD FINANCE AWARD (EMPRESA DA DÉCADA EM PORTUGAL)

- A *World Finance*, publicação londrina internacional impressa e *online*, especializada em assuntos financeiros, atribuiu à REN a distinção de Empresa da Década em Portugal (2000-2010). O prémio teve por base critérios tão distintos como as soluções desenvolvidas para o mercado, a inovação, a sustentabilidade, o histórico e a capacidade de adaptação às

alterações dos negócios globais. Foram ainda tidas em conta a preocupação com a comunidade, a longevidade e as perspetivas de crescimento.

- A REN junta-se assim à Apple (EUA), Nokia (Finlândia), Toyota (Japão), ENI (Itália), Sonangol (Angola) ou Samsung (Coreia do Sul), anteriormente premiadas.

#### ✓ APAI (MELHOR RESUMO NÃO TÉCNICO DE ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL ATRIBUÍDO PELA APAI)

- A Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI) atribuiu à REN o prémio para o melhor resumo não técnico (RNT) de estudo de impacte ambiental (EIA). O prémio distinguiu o RNT do EIA da linha Armamar – Recarei e confirmou a excelência técnica da abordagem e das equipas da empresa.

#### ✓ CARBON DISCLOSURE PROJECT 2011

- Pelo terceiro ano consecutivo a REN respondeu ao questionário promovido pelo *Carbon Disclosure Project*, tendo, pela primeira vez, tornado pública a sua resposta. Também pela primeira vez foi publicada uma análise das empresas ibéricas que participaram no CDP ("*CDP Iberia 125 Report 2011*") onde a REN ficou classificada em 8.º lugar a nível nacional em matéria de transparência e divulgação de informação sobre as suas emissões de gases com efeito de estufa e políticas de prevenção das alterações climáticas, com uma pontuação de 69%.



## 02. COMPROMISSOS



Sem prejuízo de outras iniciativas e ações desenvolvidas que são referenciadas ao longo deste relatório, apresenta-se em seguida o balanço

dos compromissos assumidos para o triénio 2010-2012 em matéria de sustentabilidade:

DIMENSÃO	MOTIVAÇÕES	AÇÕES TRIÉNIO 2010-2012	AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2011
<b>1. Código de conduta</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adesão por parte dos colaboradores e restantes partes interessadas a princípios éticos e de integridade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a adequação do código de conduta face aos princípios de responsabilidade social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do código de conduta, com a inclusão de novos artigos e a reformulação de artigos já existentes</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a divulgação do código de conduta</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de um questionário sobre o código de conduta, dirigido aos colaboradores, para priorização de ações de formação e sensibilização</li> </ul>
<b>2. Conhecimentos técnicos e especializados do setor energético</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manutenção do <i>know-how</i> técnico e especializado entre colaboradores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a transferência de conhecimentos técnicos e especializados entre as diferentes gerações dos colaboradores da REN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa FORMAR</li> <li>• Programa VIVA</li> <li>• Projeto de Gestão do Conhecimento</li> <li>• Encontros de Gestão</li> </ul>
<b>3. Gestão do risco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Minimização das ameaças e riscos a nível estratégico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a implementação do modelo de gestão do risco</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização e implementação do novo processo de gestão de risco alinhado com a norma ISO 31000</li> </ul>
<b>4. Responsabilidade social empresarial</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistematização das práticas de responsabilidade social empresarial num sistema de gestão de responsabilidade social, integrando-o com o sistema de gestão de qualidade, ambiente e segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alargar o âmbito dos procedimentos que são comuns ao sistema integrado de gestão de qualidade, ambiente e segurança</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão da documentação de aplicação transversal ao sistema para endereçar de diversos aspetos de responsabilidade social</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementar os requisitos da norma SA 8000 de modo a reforçar as práticas e políticas da REN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Feito o planeamento dos trabalhos a desenvolver</li> </ul>

## (CONTINUAÇÃO)

DIMENSÃO	MOTIVAÇÕES	AÇÕES TRIÉNIO 2010-2012	AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2011
<b>5. Envolvimento com as partes interessadas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da motivação dos colaboradores</li> <li>• Melhoria do relacionamento com as partes interessadas da REN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar os compromissos com os colaboradores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço de competências dos colaboradores e promoção da comunicação interna, através dos novos Programas VIVA e STAR</li> <li>• Realização dos Encontros REN</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um programa de envolvimento com a comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de voluntariado</li> <li>• Ações de mecenato cultural</li> <li>• Apoio a associações nacionais e locais de inclusão social</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar o relacionamento e envolvimento com os proprietários de terrenos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das atividades relacionadas com o cumprimento da norma AA1000 através da auscultação de partes interessadas da REN, incluindo os proprietários de terrenos</li> </ul>
<b>6. Alterações climáticas e consumo de recursos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução das emissões de gases com efeito de estufa e melhoria da eficiência do consumo de recursos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar a eficiência energética das instalações e operações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecimento de parcerias académicas e científicas regulares</li> <li>• Participação em grupos de trabalho nacionais e internacionais em organizações e associações setoriais.</li> <li>• Publicação de artigos científicos e participação ativa em conferências internacionais e fóruns de debate</li> </ul>
		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a utilização das energias renováveis no consumo energético das instalações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação de medidas de eficiência energética nas instalações da REN Armazenagem e da REN Atlântico decorrentes das auditorias energéticas efetuadas</li> <li>• Exploração industrial dos painéis solares instalados nas GRMS 1109 (Seixal) e 1209 (Frielas)</li> </ul>
<b>7. Comunicação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento por parte da sociedade e colaboradores, das práticas de sustentabilidade da REN nas várias vertentes do negócio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar a comunicação das práticas de responsabilidade social empresarial da REN</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realização de comunicações e intervenções em diversos eventos</li> <li>• Prestação de informações em avaliações de <i>rating</i> por agências internacionais e resposta a questionários de sustentabilidade e responsabilidade social</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Satisfação das partes interessadas da REN</li> <li>• Consolidação do posicionamento da REN no domínio das novas tecnologias, inovação e investigação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporar os princípios de responsabilidade social no processo de seleção e avaliação de fornecedores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Revisão do processo de qualificação de fornecedores com inclusão de questões de responsabilidade social empresarial</li> </ul>

## 03. DIÁLOGO COM AS PARTES INTERESSADAS



Em continuidade do trabalho desenvolvido em 2007 e 2009 e cumprindo o compromisso assumido no relatório de sustentabilidade 2010, em 2011 foi revisto o mapeamento e foi realizada uma nova auscultação das partes interessadas relevantes

para a REN, no âmbito da segunda fase do projeto "+Sustentabilidade". Esta iniciativa, iniciada em março de 2009, tem como principal objetivo melhorar a integração dos aspetos da sustentabilidade nos diferentes processos de negócio da empresa.

### 3.1 ENQUADRAMENTO DO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

O processo de auscultação iniciou-se com uma revisão exaustiva do mapeamento de partes interessadas, tendo por referência as melhores práticas adotadas a nível internacional (e.g., norma AA1000APS – *Assurance Principles Standards* – 2008). Procedeu-se, assim, à identificação e hierarquização das principais partes interessadas da REN, tendo em consideração o binómio impacte de cada grupo no processo de tomada de decisão da REN *versus* impacte da REN na atividade e desempenho desse mesmo grupo.

A revisão do mapeamento das partes interessadas foi efetuada através da realização de sessões internas de *focus group*, que contaram com a participação de 21 colaboradores de diversas áreas funcionais da empresa, com o objetivo de:

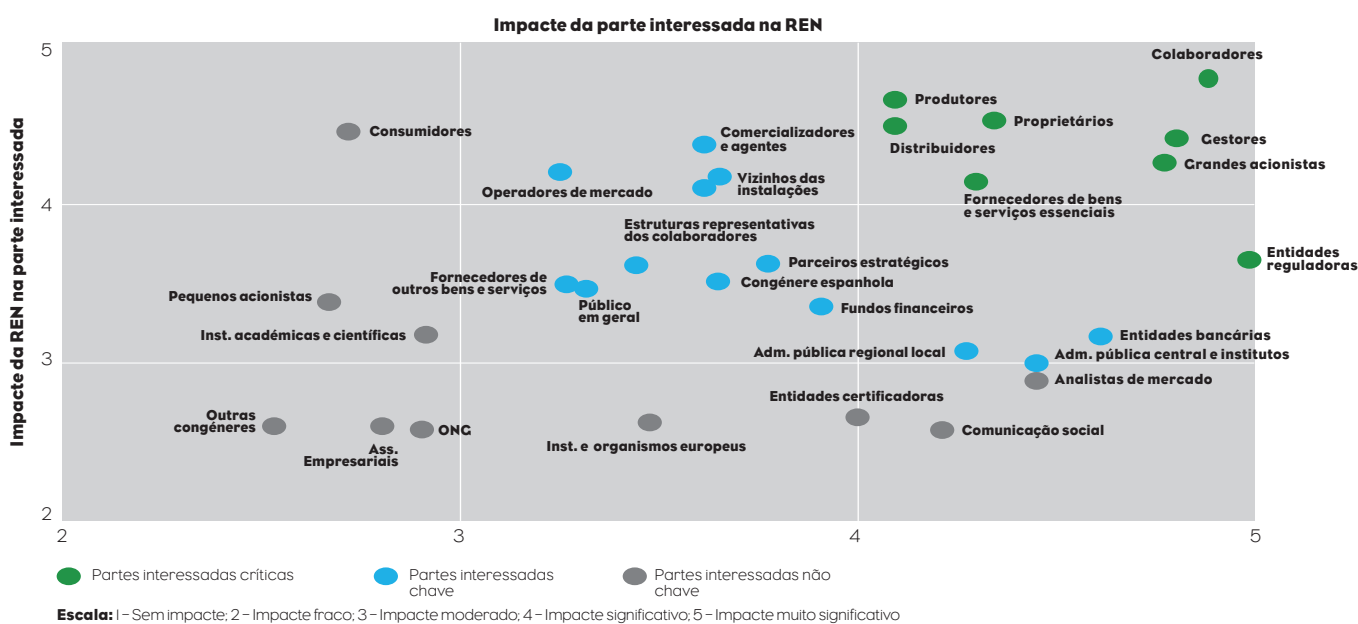
- Identificar e priorizar as partes interessadas de acordo com os critérios da norma AA1000 APS;

- Selecionar as entidades a auscultar;
- Identificar e priorizar os temas relevantes para cada grupo ou subgrupo de partes interessadas, tendo por base a auscultação e os trabalhos anteriormente efetuados, bem como um estudo de *benchmarking* relativo a empresas congéneres;
- Avaliar o desempenho da REN e apresentar sugestões de melhoria, tendo em vista a revisão das prioridades de atuação da empresa em prol do desenvolvimento sustentável;
- Avaliar a perceção e as expectativas dos colaboradores sobre o desempenho da REN em matéria de sustentabilidade.

Como resultado da revisão do mapeamento das partes interessadas, estas foram categorizadas em três conjuntos, por ordem de importância: partes interessadas críticas, chave e não chave.

**GRUPOS E SUBGRUPOS DE PARTES INTERESSADAS DA REN**

<b>CLIENTES E UTILIZADORES DE INFRAESTRUTURAS</b>	<b>ACIONISTAS</b>	<b>COLABORADORES</b>	<b>FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• PRODUTORES</li> <li>• COMERCIALIZADORES E AGENTES</li> <li>• DISTRIBUIDORES</li> <li>• CONSUMIDORES</li> <li>• OPERADORES DE MERCADO</li> <li>• CONGÉNERE ESPANHOLA</li> <li>• OUTRAS CONGÉNERES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• GRANDES ACIONISTAS</li> <li>• PEQUENOS ACIONISTAS</li> <li>• FUNDOS FINANCEIROS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• GESTORES</li> <li>• TRABALHADORES</li> <li>• REFORMADOS</li> <li>• ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS DOS TRABALHADORES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS ESSENCIAIS</li> <li>• FORNECEDORES DE OUTROS BENS E SERVIÇOS</li> <li>• ENTIDADES CERTIFICADORAS</li> </ul>
<b>ENTIDADES OFICIAIS</b>	<b>SETOR FINANCEIRO</b>	<b>COMUNIDADE</b>	<b>ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CENTRAL E INSTITUTOS DO ESTADO</li> <li>• ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA REGIONAL E LOCAL</li> <li>• INSTITUIÇÕES E ORGANISMOS EUROPEUS</li> <li>• ENTIDADES REGULADORAS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTIDADES BANCÁRIAS</li> <li>• ANALISTAS DE MERCADO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS</li> <li>• ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS</li> <li>• ONG</li> <li>• COMUNICAÇÃO SOCIAL</li> <li>• PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS DAS SERVIDÕES</li> <li>• VIZINHOS DAS INSTALAÇÕES</li> <li>• PÚBLICO EM GERAL</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATÉGICOS</li> </ul>



Os colaboradores, proprietários, produtores, distribuidores, grandes acionistas, fornecedores de bens e serviços essenciais e as entidades reguladoras são os subgrupos mais

críticos, confirmando globalmente os resultados do último exercício de mapeamento das partes interessadas realizado em 2009.

**PARTES INTERESSADAS CRÍTICAS (2009)**

- COLABORADORES
- DISTRIBUIDORES DE ENERGIA
- PRODUTORES DE ENERGIA
- PROPRIETÁRIOS
- ACIONISTAS
- ENTIDADES REGULADORAS
- FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS
- ENTIDADES OFICIAIS
- INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

**PARTES INTERESSADAS CRÍTICAS (2011)**

- COLABORADORES
- GESTORES
- DISTRIBUIDORES DE ENERGIA
- PRODUTORES DE ENERGIA
- PROPRIETÁRIOS
- GRANDES ACIONISTAS
- ENTIDADES REGULADORAS
- FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

Após a validação do mapeamento das partes interessadas e da identificação das entidades a consultar, foi desenvolvido um novo ciclo de auscultação das primeiras de modo a colher a sua opinião sobre:

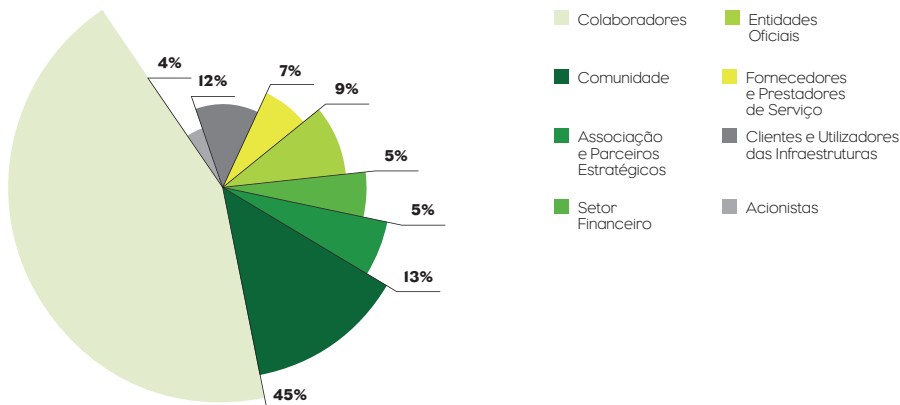
- A visão e desempenho da REN no domínio da sustentabilidade;
- A reputação e imagem da REN;
- O nível de envolvimento da REN com as partes interessadas e os principais

meios e canais de comunicação utilizados;

- Identificar e hierarquizar os temas considerados mais relevantes no seu relacionamento com a REN.

A auscultação foi realizada tendo por base um questionário que foi respondido em entrevistas presenciais, por via telefónica ou por escrito. A amostra incluía 65 pessoas de oito grupos de partes interessadas, distribuídas da seguinte forma:

**CARATERIZAÇÃO DA AMOSTRA**



Dada a particular relevância do grupo de partes interessadas “colaboradores”, o questionário foi também disponibilizado na intranet corporativa da empresa.

A taxa de respostas a este processo de auscultação foi de:

- 86,1% das pessoas da amostra (56 de um total de 65);
- 36,8% de trabalhadores da REN ao questionário via intranet (270 de um total de 734 trabalhadores).

### 3.2 RESULTADOS DA AUSCULTAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

Os resultados são apresentados em seguida de uma forma agregada. Complementarmente, ao longo do separador sustentabilidade deste relatório são apresentadas as respostas às questões colocadas no relatório de sustentabilidade 2010.

#### REPUTAÇÃO E IMAGEM

Destacam-se como aspetos melhor pontuados, numa escala de 1 a 5, o serviço da REN, em termos de qualidade, fiabilidade e garantia de abastecimento (4,7), o contributo positivo da empresa para a sociedade (4,5) e a responsabilidade ambiental da empresa (4,3).



Estes resultados agregados foram calculados tendo como referência a média das respostas de cada grupo de partes interessadas a cada uma das perguntas, ponderadas para o cálculo dos resultados globais de acordo com a relevância de cada grupo identificada no mapeamento realizado em 2011.

**TEMAS RELEVANTES E DESEMPENHO EM SUSTENTABILIDADE**

Os temas “Qualificação dos recursos humanos e satisfação dos

colaboradores”, “Inovação, investigação e tecnologia” e “Segurança, fiabilidade, qualidade e garantia do abastecimento” foram os que tiveram maior percentagem de referências e os que foram considerados mais importantes. Destes temas, o desempenho da REN foi classificado como muito positivo no que se refere ao tema “Segurança, fiabilidade, qualidade e garantia de abastecimento”. Um dos assuntos cujo desempenho teve uma avaliação menos positiva foi o da “Comunicação interna e externa”.



**ENVOLVIMENTO COM PARTES INTERESSADAS**

Do processo de auscultação é possível concluir que o tipo de envolvimento da REN e o modo de comunicação com as partes interessadas são considerados muito positivos pelas entidades auscultadas, tendo 82% das respostas revelado satisfação. No que se refere ao tempo de resposta da empresa às necessidades, opiniões e principais expectativas das partes interessadas, a média global ponderada de avaliação foi 4,11, numa escala de 1 (fraco) a 5 (muito bom). É de salientar que foram identificadas oportunidades de melhoria referentes ao processo de envolvimento/comunicação, nos grupos “clientes e utilizadores de infraestruturas”, “comunidade” e “colaboradores”.

Reconhecendo-se a importância da satisfação dos clientes e utilizadores de infraestruturas com os serviços prestados pela empresa, é crucial a monitorização e medição do grau de satisfação. Por esse motivo foi desenvolvido um sistema de avaliação da qualidade apercebida e da satisfação do cliente, tendo sido realizados os primeiros estudos em 2008 e em 2009, que incidiram sobre os negócios da eletricidade e do gás natural, respetivamente. Nesses estudos foi utilizado um modelo de satisfação do cliente compatível com o usado na metodologia do ECSI (*European Customer Satisfaction Index*), compreendendo um modelo estrutural e um modelo de medida com um conjunto vasto de indicadores.

## AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DE CLIENTES EM 2011

No último trimestre de 2011 iniciou-se um novo estudo de satisfação dos clientes/utilizadores das infraestruturas de eletricidade e gás natural para monitorizar a evolução relativamente aos estudos anteriores. No estudo de 2011 o universo de participantes duplicou, com um total de 184 participantes (30 gás natural e 154 eletricidade).

O estudo visa abordar temas que ajudem a REN a identificar oportunidades de melhoria das estratégias, dos serviços, dos processos e das características valorizadas pelos clientes, para fortalecimento da lealdade/confiança, qualidade apercebida e satisfação, em particular:

- Determinar índices de satisfação global, por negócio e por segmento, bem como os resultados por indicador;
- Identificar pontos fortes, pontos a melhorar e áreas de atuação prioritária tendo em vista aumentar a satisfação e a lealdade/confiança dos clientes;
- Proporcionar informação que permita identificar ações a tomar para melhorar a qualidade apercebida;
- Comparar os resultados do presente estudo com os dos estudos anteriores, com os de outros setores a nível nacional e com os de organizações estrangeiras do setor da energia;
- Avaliar a resposta dos agentes de mercado às novas plataformas.

Para a execução do estudo contratou-se uma entidade externa e independente, que efetuou a recolha dos dados através de um questionário *online* e o seu tratamento estatístico, a qual assegura a devida confidencialidade das respostas. Esta entidade segue o código de conduta da ESOMAR – *European Society for Opinion and Marketing Research Association* e garante, na execução do estudo, a observação do Código Português para Estudos de Mercado e Opinião (CODEMO) e uma atuação em conformidade com a lei de proteção dos dados.

Apresentam-se na tabela alguns dos resultados do estudo, incluindo os índices de satisfação e lealdade/confiança bem como outros indicadores em linha com temas considerados relevantes pelos clientes.

RESULTADOS DO ESTUDO DE 2011	GLOBAL	ELETRICIDADE	CÁS NATURAL
<b>Satisfação</b>	<b>7,0</b>	<b>6,9</b>	<b>7,3</b>
<b>Lealdade/confiança</b>	<b>7,7</b>	<b>7,6</b>	<b>7,9</b>
Contribui para o desenvolvimento sustentável	7,2	7,2	7,0
Envolve-se com as comunidades locais	6,8	6,7	7,0
Preocupa-se com as questões do ambiente	7,6	7,6	7,8
Garantia de abastecimento e satisfação dos critérios de qualidade e segurança	7,7	7,5	8,3

ESCALA DE 1 A 10 EM QUE 1 REPRESENTA O NÍVEL MAIS BAIXO E 10 O MAIS ELEVADO. UM RESULTADO IGUAL OU SUPERIOR A 6 É CONSIDERADO POSITIVO



Identificadas as expectativas das partes interessadas da REN, validadas no processo de auscultação e no envolvimento diário que existe, foi definido um conjunto de soluções e

respostas, a seguir sumariamente apresentadas, em ligação com as prioridades da empresa em matéria de sustentabilidade.

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
<b>Acionistas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sustentabilidade dos resultados</li> <li>• Dividendos</li> <li>• Crescimento sustentado</li> <li>• Aumento dos resultados</li> <li>• Cotação em bolsa</li> <li>• Partilha de informação</li> <li>• Comunicação de informação e indicadores referentes à segurança, fiabilidade, qualidade e garantia do abastecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria e eficiência da gestão</li> <li>• Clareza e transparência da informação divulgada</li> <li>• Publicação do relatório integrado 2011, incluindo informação de sustentabilidade, gestão, governo societário, contas consolidadas e individuais</li> <li>• Relatórios de Qualidade de Serviço</li> </ul>	<p><b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b></p>
<b>Setor financeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de oportunidades de negócio</li> <li>• Fortalecimento das relações com a REN</li> <li>• Partilha de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionamento próximo</li> <li>• Disponibilização de informação relevante</li> <li>• Publicação do relatório integrado 2011, incluindo informação de sustentabilidade, gestão, governo societário, contas consolidadas e individuais</li> </ul>	<p><b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b></p>
<b>Comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consultas à comunidade</li> <li>• Relacionamento e comunicação com proprietários e vizinhos de instalações</li> <li>• Criação de parcerias e maior proximidade com o meio empresarial</li> <li>• Impactes e condicionantes gerados pelas infraestruturas</li> <li>• Apoio especializado à comunidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Auscultação de partes interessadas realizada em 2011</li> <li>• Consultas públicas no âmbito das avaliações ambientais</li> <li>• Fornecimento de esclarecimentos necessários e contacto direto com os proprietários dos terrenos</li> <li>• Partilha de Conhecimento</li> <li>• Estabelecimento de parcerias de I&amp;D</li> <li>• Prémio REN</li> <li>• Integração de jovens estagiários</li> <li>• Elaboração de pareceres sobre a viabilidade de construção</li> <li>• Manutenção dos corredores da rede</li> </ul>	<p><b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b> <b>Impacte nas Comunidades</b> <b>Inovação, Investigação e Tecnologia</b></p>

*(Continuação)*

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
<b>Colaboradores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de gestão de carreiras</li> <li>• Formação adequada e específica aos colaboradores</li> <li>• Avaliação de desempenho</li> <li>• Benefícios atribuídos</li> <li>• Partilha de informação</li> <li>• Comunicação e formação no Código de Conduta</li> <li>• Incubadoras de ideias / projetos</li> <li>• Parcerias com faculdades e institutos de modo a permitir o estudo e o desenvolvimento de tecnologias de ponta</li> <li>• Sensibilização ambiental interna</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Política de Gestão de Recursos Humanos</li> <li>• Planos de carreira</li> <li>• Política de Formação da REN e Programa FORMAR</li> <li>• Programa VIVA</li> <li>• Projeto de Gestão do Conhecimento REN</li> <li>• Política de Gestão de Desempenho e Programa STAR</li> <li>• Elaboração de um questionário sobre o Código de Conduta a aplicar aos colaboradores em 2012 para posterior formação nos temas mais relevantes</li> <li>• Auscultação de partes interessadas realizada em 2011</li> </ul>	<b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b> <b>Gestão de Recursos Humanos</b> <b>Inovação, Investigação e Tecnologia</b>
<b>Entidades oficiais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Utilização das melhores práticas de construção</li> <li>• Planeamento da rede com preocupações ao nível do ordenamento do território e minimização dos impactes ambientais</li> <li>• Modelos regulatórios e tarifários</li> <li>• Desvios tarifários</li> <li>• Conformidade operacional</li> <li>• Qualidade técnica do serviço</li> <li>• Investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico</li> <li>• Partilha de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sessões de esclarecimento dos planos e programas (PDIRT e PDIR)</li> <li>• Revisão de projetos</li> <li>• Elaboração de relatórios técnicos e pareceres</li> <li>• Publicação de relatórios de acompanhamento</li> <li>• Relatórios da qualidade do serviço</li> <li>• Clareza e transparência da informação divulgada</li> </ul>	<b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b> <b>Segurança, Fiabilidade, Qualidade e Garantia de Fornecimento</b>
<b>Associações e parceiros estratégicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar e melhorar a comunicação com as comunidades afetadas com a construção das linhas, bem como implementar medidas de compensação das comunidades</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço da comunicação e implementação de projetos em parceria</li> </ul>	<b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b> <b>Impacte nas Comunidades</b>
<b>Clientes e utilizadores de infraestruturas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Partilha de informação</li> <li>• Condições de acesso e de ligação à rede de transporte</li> <li>• Condicionamentos ambientais e ordenamento do território</li> <li>• Ligações à rede</li> <li>• Cumprimento do planeamento</li> <li>• Necessidades de infraestruturas</li> <li>• Desenvolvimento da rede, localização, prazos e contratos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da satisfação de clientes</li> <li>• Relatórios de acompanhamento</li> <li>• Relatórios da qualidade do serviço</li> <li>• Elaboração da caracterização da RNT para acesso à rede e interligações</li> <li>• Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Transporte de Eletricidade (PDIRT)</li> <li>• Publicação do programa de disponibilidade de energia (gás)</li> <li>• Adequação da regulamentação (gás)</li> <li>• Elaboração do manual operacional (gás)</li> </ul>	<b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b> <b>Protecção do Ambiente e Prevenção das Alterações Climáticas</b> <b>Segurança, Fiabilidade, Qualidade e Garantia de Fornecimento</b> <b>Inovação, Investigação e Tecnologia</b>

(Continuação)

PARTES INTERESSADAS	EXPECTATIVAS	RESPOSTA	PRIORIDADES
<b>Fornecedores, empreiteiros e prestadores de serviços</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Capacidade técnica e qualidade do produto/serviço</li> <li>• Identificação, seleção e qualificação de fornecedores</li> <li>• Cooperação para melhoria da segurança</li> <li>• Estabelecimento de parcerias</li> <li>• Partilha de informação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de condições para a diversificação do mercado</li> <li>• Atribuição de prémios de melhor desempenho em segurança</li> <li>• Sistema de qualificação e avaliação de fornecedores, com requisitos que incluam componentes técnicas e de qualidade de serviço, aspetos relativos à responsabilidade social, à segurança no trabalho e à gestão ambiental</li> <li>• Publicação de um <i>ranking</i> dos resultados da avaliação fornecedores</li> <li>• Formação para empreiteiros</li> </ul>	<b>Envolvimento com Partes Interessadas</b> <b>Ética e Conduta</b>

A REN adota um conjunto diferenciado de formas e meios de comunicação e resposta às necessidades e expectativas dos diferentes grupos de partes interessadas, sintetizado na tabela seguinte:

FORMAS DE COMUNICAÇÃO	INVESTIDORES/ACIONISTAS	DISTRIBUIDORES DE ENERGIA	PRODUTORES DE ENERGIA	SETOR FINANCEIRO	INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS E CIENTÍFICAS	COLABORADORES	ENTIDADES REGULADORAS	PROPRIETÁRIOS E COMUNIDADE LOCAL	ENTIDADES OFICIAIS	FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS	ASSOCIAÇÕES E PARCEIROS ESTRATEGICOS
Assembleia Geral	●			●			●				
Comissões paritárias		●	●								
Roadshows	●										
Reuniões e grupos de trabalho		●	●	●		●		●	●	●	●
Conferências e workshops				●	●						
Jobshops					●						
Visitas de estudo					●						
Dia do investidor	●			●							
Gabinete de Relações com o Investidor	●			●							
Canal Investidor no sítio da REN na Internet	●			●							
Sítio da CMVM na Internet		●					●				
Sítio da REN na Internet	●	●		●	●	●	●	●	●	●	●
Sistema de Informação do Mercado de Energia			●								
Sistema informático da ERSE – SIGNO							●				
Sistema RePro										●	
Plataforma eletrónica de compras										●	
Salas de controlo da rede			●								
Gabinete de apoio em obra								●			
Sessões de esclarecimento						●		●	●	●	
Número verde								●			
Relatório e Contas	●			●	●	●	●		●	●	
Publicações periódicas							●				
Divulgação de editais								●			
Processos de avaliação de impacte ambiental								●	●		
Prémio de Segurança REN										●	
Avaliação de desempenho de fornecedores								●		●	
Inquérito de avaliação da qualidade apercebida			●						●		
Inquéritos de satisfação e clima organizacional						●					
Canal REN TV						●					
Intranet REN						●					
Boletim interno						●					
Eventos sociais						●					
Portal de Recursos Humanos						●					

Periodicidade

● Contínuo ● Periódico ● Ocasional

# 04. GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL HUMANO



## Questão aos stakeholders:

Considera que a REN é uma boa empresa para trabalhar?

**Média das respostas - 3,9 (numa escala de 1 a 5)**

## 4.1 PRIORIDADES DE RECURSOS HUMANOS

A REN aposta na gestão sustentável dos seus recursos humanos, promovendo o desenvolvimento das suas competências, reconhecendo o mérito das suas equipas e incentivando a motivação e o bem-estar dos colaboradores, numa contínua melhoria da sua política de gestão de recursos humanos.

Em 2011 destacam-se diversas iniciativas que demonstram este compromisso da REN com os seus colaboradores, nomeadamente a

implementação da política de formação da REN (programa FORMAR), a consolidação do Programa VIVA – acolhimento e integração dos novos colaboradores, a definição da política de gestão de desempenho, que visa suportar a ferramenta de gestão de desempenho (Programa STAR) e que está em vigor desde 2010, o início do Projeto de Gestão do Conhecimento, novas iniciativas de mobilização dos recursos humanos, lançamento do Programa Trainee REN e a criação do Comité de Recursos Humanos (CRH).

## 4.2 COMITÉ DE RH

O Comité de Recursos Humanos (CRH) tem como objetivo geral identificar as necessidades e prioridades estratégicas em matéria de recursos humanos, atuando também como órgão de mobilização, validação e acompanhamento desta matéria na totalidade da estrutura.

Como principais responsabilidades do CRH destacam-se a de dimensionar a estrutura da REN em função das decisões de negócio e dos

investimentos, ser parte ativa na proposta de políticas transversais na REN e, ainda, a de definir e implementar indicadores de gestão de recursos humanos consolidados para as unidades de negócio.

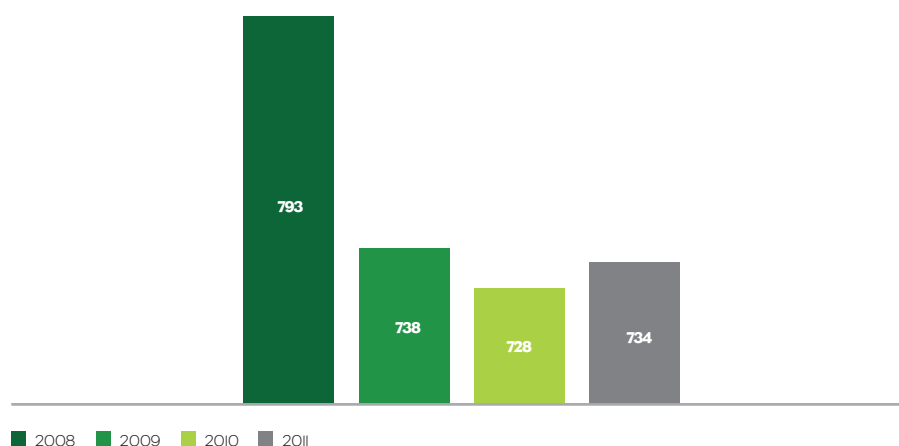
Integram este órgão de gestão um membro da Comissão Executiva da REN, a responsável pela área de recursos humanos e representantes das diversas unidades de negócio da empresa.

## 4.3 CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Em 2011 o número de colaboradores da empresa aumentou 0,8% em relação

a 2010, em resultado da entrada de 36 novos colaboradores e da saída de 30..

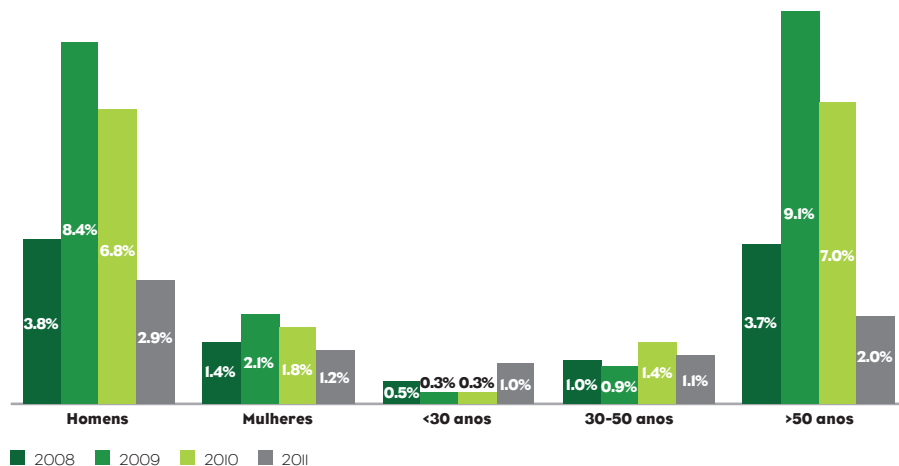
### NÚMERO DE COLABORADORES



Registou-se no último ano uma redução de 52% no número de saídas, o que justifica a diminuição da taxa de

rotatividade global de 8,7%, em 2010, para 4,1%.

### TAXA DE ROTATIVIDADE

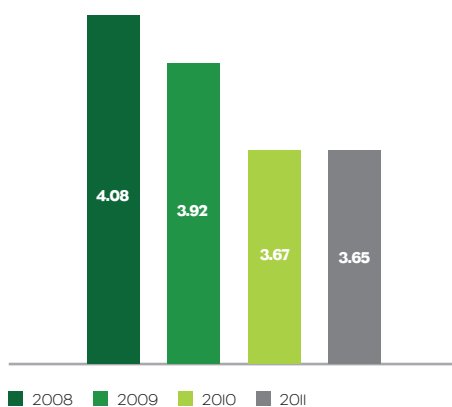


Nos anos de 2009 e 2010 verificaram-se elevadas taxas de rotatividade devido à saída de um número significativo de colaboradores em situações de reforma e pré-reforma, bem como à entrada de novos colaboradores para o desempenho de diversas funções na empresa. Prevê-se que cerca de 16% dos colaboradores da empresa passem à situação de reforma nos próximos cinco anos e que este valor aumente

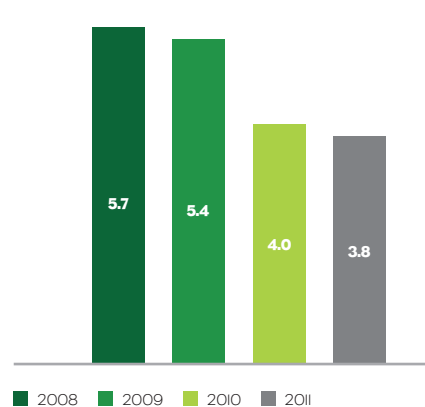
para cerca de 36% nos próximos dez anos.

Em resultado do compromisso da REN na defesa da igualdade de oportunidades nos processos de seleção e recrutamento de novos colaboradores para a empresa, a população feminina tem aumentado nos últimos anos, bem como a sua percentagem em funções de gestão.

**DIVERSIDADE COLABORADORES (RÁCIO HOMEM/MULHER)**



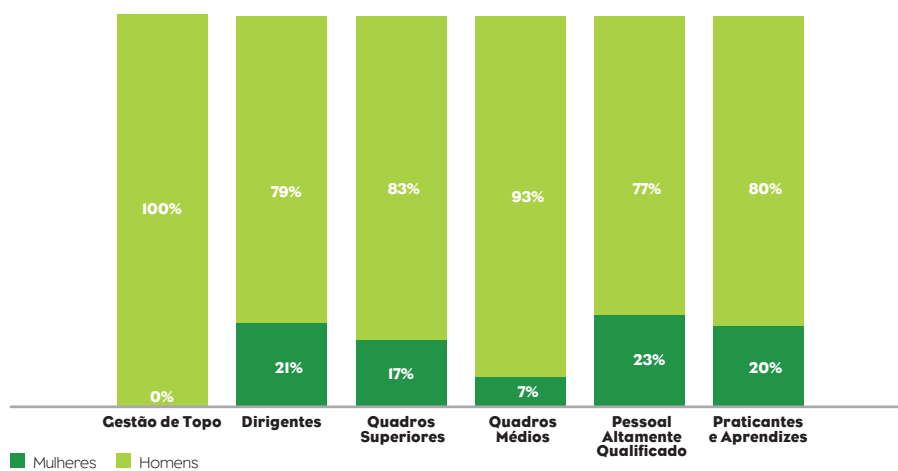
**DIVERSIDADE DIRIGENTES (RÁCIO HOMEM/MULHER)**



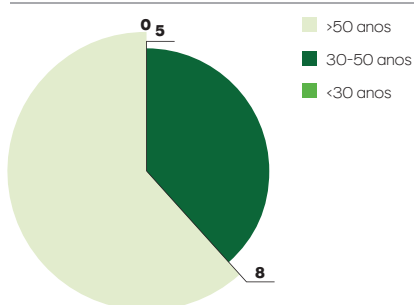
A média etária dos colaboradores da REN era em 2011 de 44,5 anos, sendo de salientar que 11% dos colaboradores

tinham menos de 30 anos em resultado da política de renovação de quadros em curso.

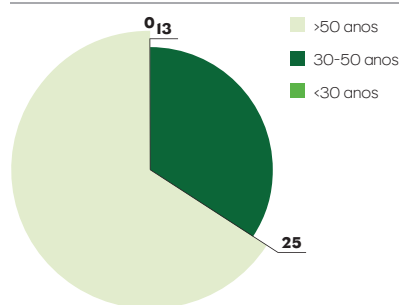
**DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR GÊNERO E CATEGORIA PROFISSIONAL**



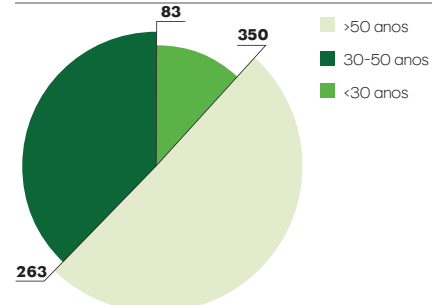
**DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO DE TOPO POR FAIXA ETÁRIA E CATEGORIA PROFISSIONAL**



**DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES POR FAIXA ETÁRIA**



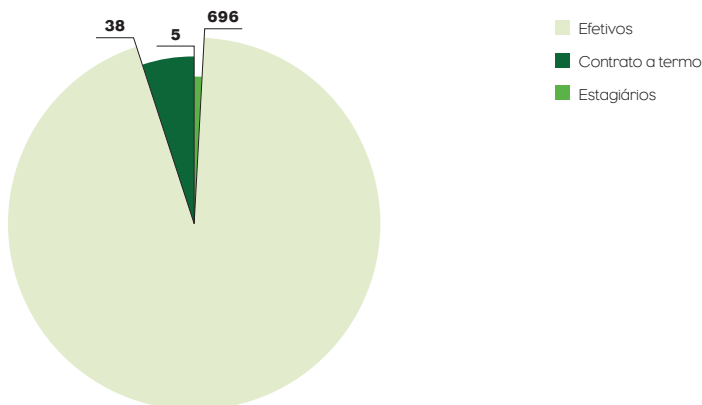
**DISTRIBUIÇÃO DOS RESTANTES COLABORADORES POR FAIXA ETÁRIA**



No que respeita à natureza do vínculo laboral é de referir que 95% dos colaboradores da REN possuíam um

contrato de trabalho permanente. Destes, 59,7% estavam abrangidos por um acordo coletivo de trabalho (ACT).

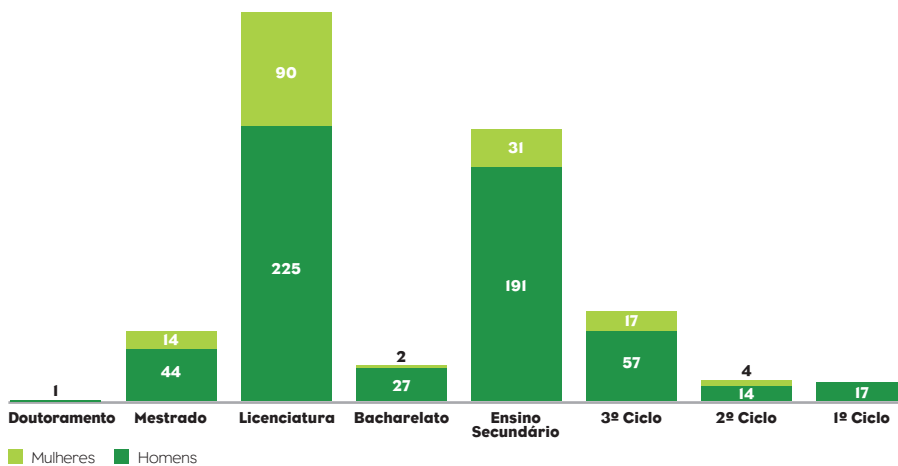
**DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR TIPO DE CONTRATO**



A distribuição geográfica dos colaboradores mantém-se constante desde 2008, registando-se 70% na

região de Lisboa, 22% na região norte/centro e 8% na região sul.

**QUALIFICAÇÕES ACADÉMICAS**



Num setor onde o conhecimento técnico especializado é um requisito muito relevante, verifica-se que 55%

dos colaboradores da empresa têm qualificações académicas ao nível do ensino superior.



## 4.4 DESENVOLVIMENTO, EVOLUÇÃO PESSOAL E PROFISSIONAL

O objetivo geral da formação na REN é o de assegurar a aprendizagem permanente alinhada com os valores da empresa, de acordo com as necessidades específicas das funções

e das respetivas áreas. Os princípios genéricos que regem aquelas atividades foram consubstanciados na política de formação da empresa, definida e implementada em 2011.



De acordo com a nova política estão previstos diversos programas e iniciativas, dos quais se destacam:

- **Programa de formação transversal**

Este programa de execução anual, iniciado em abril de 2011, resulta na implementação de ações que

respondem a necessidades formativas específicas e contribuem para o desenvolvimento de competências e conhecimentos de carácter estratégico e transversal. Todos os colaboradores da empresa são abrangidos por este programa de formação transversal.

### Objetivos do programa de Formação Transversal 2011

- Desenvolver um conjunto de ações de formação, de forma sequencial para os diferentes níveis da REN.
- Uniformizar a linguagem e otimizar resultados através da gestão e da liderança dos recursos humanos.
- Desenvolver comportamentos de trabalho em equipa e de comunicação.

### Resultados do programa de Formação Transversal 2011

- Pessoas focadas no desenvolvimento de competências comportamentais relevantes para a organização.
- Responsáveis por equipas com ferramentas de gestão e de liderança de pessoas.
- Atitudes, comportamentos e, consequentemente, linguagens comuns dentro da REN.
- Foco: “Orientação para as Pessoas”.

• **Programa de formação específica**

A implementação deste programa, iniciado em agosto de 2011 e com data prevista de conclusão em julho de 2012, decorre dos resultados do processo de gestão e avaliação de desempenho realizado no programa STAR e das necessidades identificadas na assunção de novas responsabilidades ou de evolução de carreira. Cabe aos

responsáveis de área individualmente, em articulação com cada colaborador, projetar e priorizar as necessidades e as ações a desenvolver, sendo da responsabilidade da Direção de Recursos Humanos a apresentação, divulgação e gestão do programa e das respetivas ações decorrentes das necessidades identificadas.

<b>Objetivos do programa de Formação Específica 2011</b>	<b>Resultados do programa de Formação Específica 2011</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a resposta às necessidades de formação específicas dos colaboradores REN identificadas através do STAR.</li> <li>• Desenvolver e manter conhecimentos e competências específicos ajustados ao desempenho e às necessidades concretas das funções, das áreas e da empresa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar, manter e/ou desenvolver conhecimentos e competências.</li> <li>• Melhorar processos e procedimentos.</li> <li>• Otimizar o desempenho dos colaboradores e equipas.</li> </ul>

• **Comparticipação na formação**

Este programa destina-se a participar a frequência de programas avançados, tais como pós-graduações, MBA e mestrados, de acordo com o interesse e pertinência dos mesmos para o colaborador e para a REN.

práticas a nível técnico e de gestão constitui uma prioridade para a empresa e os seus colaboradores.

• **Seminários, congressos e conferências**

Dada a especificidade da atividade da REN, a atualização das melhores

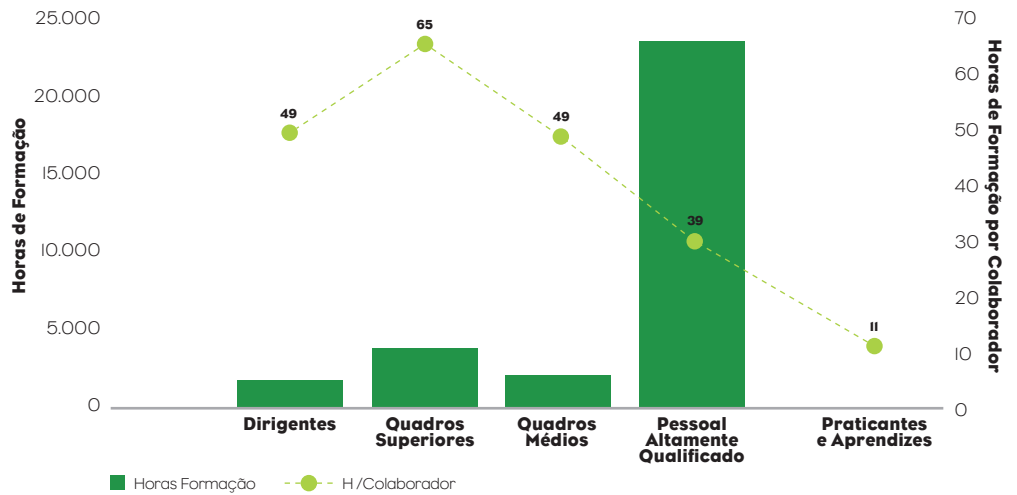
Em resultado da implementação do programa Formar, que agrega todas as iniciativas de formação, aprendizagem e capacitação anteriormente apresentadas, verificou-se em 2011 um acréscimo de 121% das horas de formação disponibilizadas pela empresa em relação ao ano anterior.

	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
N.º de horas de formação	13.568	17.248	14.118	31.241
N.º de participantes	874	2.012	2.242	2.256
N.º de horas/colaborador	16,8	23,1	19,0	42,3

A formação profissional desenvolvida em 2011, que atingiu as 31.241 horas e os 2.256 participantes, contribuiu

fortemente para o desenvolvimento e realização profissional dos colaboradores.

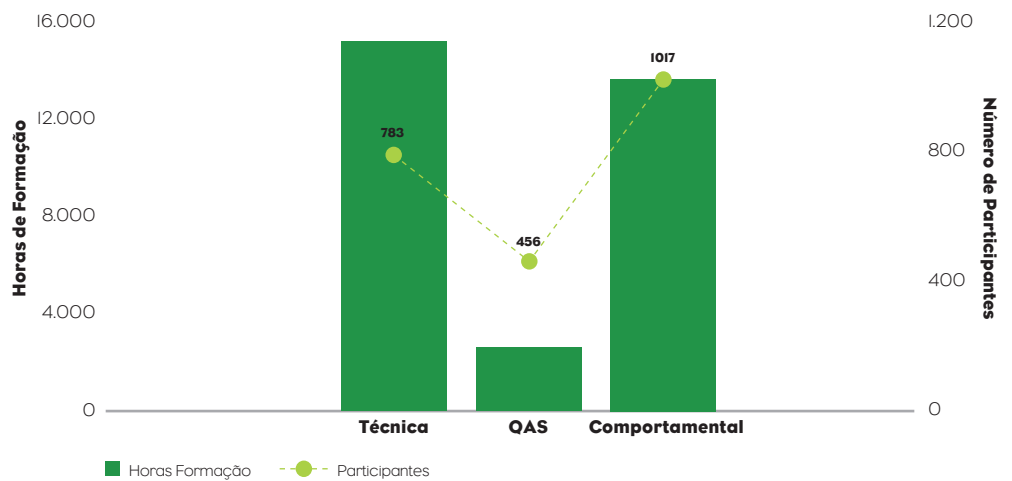
**VOLUME DE FORMAÇÃO**



Das ações de formação realizadas destacam-se as de natureza técnica, com um volume superior a 15 mil

horas, bem como as de incidência comportamental, que envolveram mais de mil participantes.

**TIPO DE FORMAÇÃO**



Ainda em 2011, a empresa promoveu 25 cursos de formação internos e concedeu

10 apoios financeiros para formação externa.



• **Programa VIVA**

Iniciado em 2010, o VIVA foi consolidado em 2011. Trata-se de um programa que visa a uniformização e profissionalização

das práticas de acolhimento e de integração dos novos colaboradores em todas as unidades de negócio da REN.

As sessões semestrais realizadas em 2011 contaram com a participação de todos os novos colaboradores, tendo sido o convite alargado aos que entraram antes do início do programa, que assim tiveram oportunidade de alargar e reforçar os seus conhecimentos sobre a empresa e os respetivos negócios.

A REN pretende manter a realização das sessões do programa VIVA, quer para os novos colaboradores quer para os colaboradores com mais antiguidade, de modo a fornecer informação sobre a empresa, essencial para o contínuo desenvolvimento, integração e adaptação dos colaboradores.

#### Dados relevantes do Programa VIVA 2011

- Nº de sessões – 2
- Nº de participações – 63
- Taxa de satisfação – 94%

*“Estas atividades dão-nos a oportunidade de consolidar o conhecimento sobre a REN e o seu posicionamento estratégico, questões fundamentais para uma boa integração na empresa. As iniciativas permitem ainda desenvolver contatos internos, bem como adquirir saber de uma maneira mais informal, nomeadamente no caso das pessoas que integraram a REN recentemente.”*

**Susana Neves | REN Serviços | Contabilidade e Fiscalidade**

*Este projeto é muito importante. As pessoas que entram de novo para a companhia têm sempre muitas dúvidas, muitas questões, não compreendem bem o que se faz na empresa. Acho essencial fazer este tipo de apresentações para perceberem o que nós fazemos e para se sentirem em casa.”*

**Albino Marques | REN Elétrica | Investimentos**

*“O programa VIVA é uma excelente iniciativa. É sem dúvida uma oportunidade para entrar no mundo REN com chave de ouro. Não posso deixar de evidenciar a total disponibilidade dos oradores, que nos proporcionaram o acesso a informação privilegiada. Histórias contadas na primeira pessoa que me ajudaram a ter uma melhor perceção e compreensão da estratégia da REN. É ainda de realçar a oportunidade que nos foi dada de conhecer os diversos espaços físicos e de ação das equipas REN. Por fim, há um aspeto que acredito ter beneficiado este programa, refiro-me à possibilidade que foi dada aos colegas que entraram em 2008 e 2009 de também participarem. Uma vez essa atitude ter permitido uma partilha de experiências única.”*

**Sofia Santos | REN Serviços | Compras**

## TRAINEE REN

### • PROGRAMA TRAINEE REN

O programa *Trainee REN* visa dotar a empresa dos melhores e mais adequados recursos humanos, introduzir novas competências, rejuvenescer os quadros, estreitar as relações com a comunidade científica e acadêmica, colmatar necessidades temporárias de

atividade com recursos qualificados e promover a imagem da REN como entidade empregadora. Em 2011, o *Programa Trainee* foi reforçado através da dinamização de dez estágios rotativos. A REN irá continuar a apostar na captação e formação de novos *trainees*, de acordo com as necessidades da empresa.

### • Projeto de gestão do conhecimento

O Plano Estratégico da REN, definido para 2010-2016, alavancou os pontos fortes da empresa para extrair a máxima vantagem das oportunidades no curto e médio prazo no setor da energia, colocando a empresa numa trajetória de crescimento e de progressiva afirmação de liderança. A resposta da REN a estes desafios passa, sem dúvida, por uma especialização e pela existência de competências específicas nos seus colaboradores, assegurando a correta transferência/gestão deste conhecimento entre colaboradores.

REN, que tem como objetivo identificar onde reside esse conhecimento específico e criar ferramentas que auxiliem a distribuição e partilha do mesmo, de forma sustentada pela organização, bem como identificar o grau de criticidade do conhecimento residente na empresa. A REN pretende assim, potenciar e disseminar o conhecimento existente na empresa, de modo a ser, cada vez mais, uma empresa singular no mercado onde opera, marcando a diferença através do seu ativo humano. Para tal, está prevista para 2012 a conclusão da 1.ª fase do Projeto de Gestão do Conhecimento, bem como a avaliação dos próximos passos, de acordo com as necessidades e a estratégia definida para o seu futuro.

Neste sentido, a REN deu início ao Projeto de Gestão do Conhecimento

## 4.5 RECONHECER O DESEMPENHO

A política de gestão de desempenho da REN regulamenta o sistema de gestão de desempenho aplicável a todos os colaboradores que tenham desenvolvido a sua atividade por um período mínimo de seis meses no ano de referência e que estejam vinculados à empresa por um contrato de trabalho. Para os restantes colaboradores, que não cumprem os critérios para serem integrados no sistema de gestão do desempenho, são igualmente estabelecidos objetivos individuais, no entanto o resultado da avaliação de desempenho assume um caráter unicamente informativo.

Esta política clarifica e cria novas regras, nomeadamente sobre:

- Modelo de avaliação (programa STAR);

- Antecipação da etapa de definição de objetivos;
- Clarificação das responsabilidades dos vários intervenientes no processo;
- Definição de critérios de harmonização das avaliações finais;
- Princípios e regras do Programa de Remuneração Variável.

Esta nova política de gestão de desempenho permitiu a simplificação da aplicação do modelo de avaliação, adaptando-o às diferentes realidades das áreas de negócio da REN. Para este efeito foi aperfeiçoada a aplicação informática de apoio ao modelo de suporte ao programa STAR, através da implementação de requisitos de controlo

e criação de relatórios de suporte às várias fases do processo. O primeiro ciclo do programa STAR, referente ao desempenho dos colaboradores em 2010, abrangeu a totalidade dos colaboradores que cumpriam os critérios de inclusão no sistema.

Foi aprovado em 2011 o Programa de Remuneração Variável (PRV), que visa premiar os colaboradores cujos

desempenhos contribuíram para potenciar a criação de valor para a REN, assegurando a transversalidade, uniformidade e transparência na aplicação de regras e procedimentos para toda a organização. Este programa constitui assim uma componente chave da política de compensação da empresa, garantindo uma clara relação entre o desempenho verificado e o valor auferido pelos colaboradores.

## 4.6 COMPROMISSO E ENVOLVIMENTO

Em 2011, reforçou-se o Encontro de Gestão como uma prática na REN.

Este 2.º Encontro voltou a reunir os representantes de 1.ª e 2.ª linha do Grupo e a Comissão Executiva. A par de apresentações dos principais projetos e de algumas áreas internas, contou ainda com as intervenções de oradores convidados, reforçando os temas da liderança e da gestão da confiança.

Em 2011 lançaram-se os Encontros REN. Uma iniciativa que visa debater os temas da atualidade com impacte na vida da

empresa e da sociedade em geral. Em 2011, realizaram-se dois encontros deste tipo sob os lemas “Beating Low Coast Competition” e “The Power of Trust in Organizations”.

Por fim, dinamizaram-se dois pequenos almoços com o Presidente. Uma iniciativa que visou juntar diferentes colaboradores, facilitando a interação e a partilha de experiências, e constituiu uma oportunidade para debater diferentes temas, bem como ficar a conhecer a perspetiva do Presidente da REN para o futuro da empresa.

## 4.7 BENEFÍCIOS E DIÁLOGO SOCIAL

Na REN a nível dos benefícios existem realidades distintas associadas aos contratos estabelecidos ao abrigo do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e dos Contratos Individuais de Trabalho (CIT). Não obstante, em ambas as

situações é atribuído um conjunto de benefícios competitivo e alinhado com as práticas de mercado, aos colaboradores de Quadro Permanente (QP) e de Contrato a Termo (CT), nomeadamente:

BENEFÍCIOS	ACORDO COLETIVO		CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (CIT)	
	QP	CT	QP	CT
1. Seguro de acidentes de trabalho	✓	✓	✓	✓
2. Seguro de acidentes pessoais	✓		✓ <sup>1</sup>	
3. Plano de saúde	✓	✓	✓	
4. Seguro de vida			✓ <sup>1</sup>	✓
5. Fundo de pensões	✓			
6. Eletricidade a preços reduzidos	✓			

<sup>1</sup> NÃO ABRANGE A TOTALIDADE DOS COLABORADORES

## 4.8 SEGURANÇA E SAÚDE

A REN mantém um clima de bom relacionamento com a Comissão de Trabalhadores, que reúne regularmente com a Comissão Executiva com o objetivo de expor e dialogar sobre as suas preocupações e as respostas

às questões colocadas. Também são realizadas reuniões com as associações sindicais, que representam 47% dos colaboradores da empresa, por iniciativa da empresa ou por solicitação daquelas associações.

A garantia de boas condições de segurança e saúde no trabalho constitui uma preocupação permanente da empresa, aspeto que tem sido reconhecido pelos trabalhadores como um dos pontos fortes da gestão ao longo dos anos. O sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho, que está certificado por uma entidade acreditada e que abrange a maioria das empresas do grupo, tem por principal objetivo prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais que envolvam quer os próprios trabalhadores da empresa

quer os trabalhadores dos empreiteiros e dos prestadores de serviços que com a REN cooperam no desenvolvimento da sua missão.

Todos os colaboradores, aos diversos níveis de responsabilidade, têm um papel decisivo na implementação e no sucesso da política de segurança e saúde da empresa. De uma forma muito simplificada, apresenta-se em seguida algumas das atribuições das principais unidades orgânicas e funcionais envolvidas.

---

**ÁREAS DE RESPONSABILIDADE**


---

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissão Executiva e Conselhos de Administração</li> <li>• Conselhos da qualidade, ambiente e segurança</li> <li>• Gestores dos processos</li> <li>• Responsáveis de segurança</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direção de Sustentabilidade</li> <li>• Direção de Recursos Humanos</li> <li>• Outras Direções das empresas do Grupo</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comissões de Segurança e Saúde no Trabalho</li> </ul> <p>(Existem três comissões de Segurança e Saúde no Trabalho que abrangem a totalidade dos colaboradores das empresas Rede Eléctrica Nacional, REN Gasodutos e REN Atlântico)</p> |
|--|---|---|

---

**PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES**


---

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer objetivos e metas globais</li> <li>• Analisar os resultados de auditorias internas e desempenho dos sistemas de gestão</li> <li>• Aprovar os planos de auditorias</li> <li>• Garantir o cumprimento dos requisitos legais em matéria de segurança</li> <li>• Promover a identificação e avaliação de riscos</li> <li>• Garantir a adequação e atualização dos planos de emergência internos</li> <li>• Avaliar os resultados dos relatórios de acidentes de trabalho e colaborar na análise dos acidentes e investigação de causas</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a permanente adequação da componente de segurança do sistema integrado de gestão</li> <li>• Garantir as ligações com as entidades oficiais</li> <li>• Assegurar a elaboração e atualização dos documentos de suporte no domínio da segurança</li> <li>• Identificar as vulnerabilidades dos sistemas de transporte de energia</li> <li>• Desenvolver cenários e procedimentos de resposta a emergências e gestão do risco</li> <li>• Promover exercícios e simulacros</li> <li>• Elaborar o plano anual de formação (incluindo a componente de segurança e saúde) e coordenar a sua execução</li> <li>• Promover a realização dos exames médicos no âmbito da medicina no trabalho e a realização de campanhas de sensibilização para prevenção de riscos</li> <li>• Realizar visitas técnicas às instalações e aos postos de trabalho</li> <li>• Assegurar a supervisão da segurança</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apreciar procedimentos para melhoria das condições de trabalho</li> <li>• Apreciar propostas de procedimentos de segurança</li> <li>• Apresentar sugestões sobre os equipamentos de proteção individual e coletiva</li> <li>• Propor ações de formação e sensibilização dos trabalhadores em matéria de SST</li> <li>• Solicitar e apreciar sugestões dos trabalhadores sobre SST</li> <li>• Apreciar a estatística de acidentes de trabalho</li> <li>• Analisar relatórios dos acidentes de trabalho</li> </ul> |
|--|---|---|

## PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

---

- Elaboração e atualização de documentação interna de referência;
- Promoção de ações de formação (e.g. primeiros socorros, combate a incêndios, condução defensiva);
- Realização de auditorias internas e visitas de verificação e acompanhamento das condições de segurança no trabalho;
- Fiscalização e coordenação da segurança em obra;
- Realização de simulacros e exercícios;
- Disponibilização de equipamento de proteção individual e verificação da sua correta utilização.



**SEGUANÇA**

As atividades de cariz mais operacional da empresa, nomeadamente as relativas à construção, manutenção e operação das infraestruturas que constituem as redes de transporte de energia e de armazenamento de gás natural, estão expostas a uma multiplicidade de fatores de risco para a segurança e saúde das pessoas. Para prevenir, controlar e mitigar as possíveis consequências

desses riscos, que são objeto de uma caracterização sistemática, a empresa, além de cumprir as normas técnicas e as obrigações legais, promove e implementa as melhores práticas internacionais do setor em matéria de segurança. Em resultado desta atuação, registou-se em 2011 uma redução de oito para cinco, em relação ao ano anterior, no número de acidentes com colaboradores da empresa.

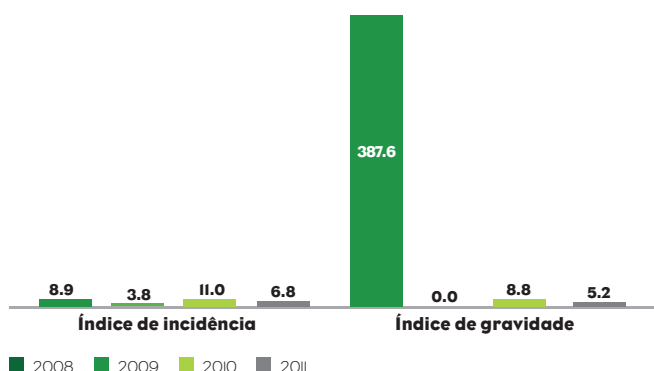
**N.º DE ACIDENTES**

EMPRESA	N.º MÉDIO DE COLABORADORES	N.º HORAS TRABALHADAS	MORTAIS	NÃO MORTAIS	DIAS PERDIDOS
Rede Elétrica	307	523.296	0	2	6
REN Serviços	216	360.197	0	2	7
REN Gasodutos	115	199.225	0	0	0
REN Atlântico	40	72.473	0	0	0
REN Armazenagem	9	15.236	0	1	49
REN Trading	8	12.305	0	0	0
REN SGPS	39	64.773	0	0	0
ENONDAS	1	2.356	0	0	0
RENTELECOM	1	1.231	0	0	0
<b>TOTAL REN</b>	<b>736</b>	<b>1.251.121</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>62</b>
Prestadores de serviços e empreiteiros	2.025	4.001.858	0	30	948

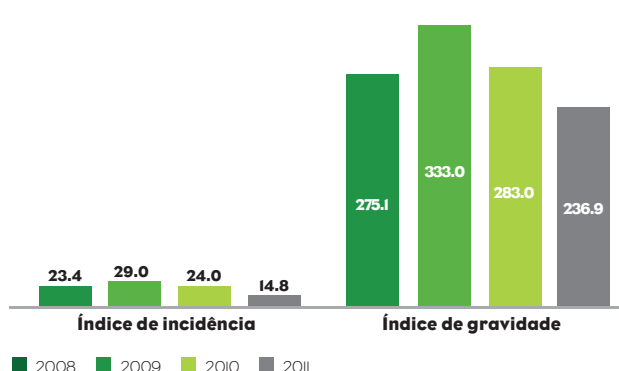
Os índices de sinistralidade têm tido uma evolução favorável, em particular no que se refere aos empreiteiros e prestadores de serviços. Embora o número de trabalhadores dos prestadores de

serviços afetos às atividades da REN tenha aumentado, verificou-se um decréscimo de 35% no número de acidentes relativamente a 2010.

**ÍNDICE DE INCIDÊNCIA E GRAVIDADE - REN**



**ÍNDICE DE INCIDÊNCIA E GRAVIDADE - PRESTADORES DE SERVIÇO**



Cerca de 27% dos empreiteiros e prestadores de serviços da REN têm sistemas de gestão da segurança certificados e desenvolvidos segundo as normas OHSAS 18001/NP 4397, o que, por si só, constitui um indicador do elevado grau de responsabilidade social destes parceiros. É de referir

ainda que em 2011 a REN promoveu a realização de ações de formação e sensibilização em segurança envolvendo 270 empreiteiros e prestadores de serviços, o que representa um aumento quase 3 vezes superior em relação ao ano anterior.

## PRÊMIO DE SEGURANÇA PARA EMPREITEIROS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS DA REDE ELÉTRICA

Como forma de distinção e de incentivo à melhoria do desempenho da segurança e saúde no trabalho, a REN entrega anualmente, desde 2007, prémios de mérito e menções honrosas a empreiteiros e prestadores de serviços que se destaquem na gestão da segurança em obras de construção de linhas e de subestações. A atribuição destes prémios tem lugar numa sessão técnica de segurança, para a qual são convidadas as entidades executantes e de supervisão, para além de colaboradores da REN, e onde são abordados temas relativos à segurança em obra, através de apresentações técnicas, para partilha de informação útil sobre procedimentos, comportamentos e práticas de segurança em obra.

O prémio de mérito é atribuído às entidades executantes com mais horas trabalhadas, uma em obras de linhas e outra em obras de subestações, desde que não tenham tido qualquer acidente mortal ou de que tenha resultado incapacidade permanente, bem como tenham cumprido as metas estabelecidas pela REN para os índices de frequência e de gravidade dos acidentes. Recebem menção honrosa as restantes empresas que cumpram os requisitos acima referidos, e que tenham mais de 40.000 horas trabalhadas no ano a que reporta a atribuição do prémio. Estes índices, pelo carácter ambicioso com que foram estabelecidos em 2007, mantiveram-se constantes até ao presente. As sessões realizadas têm vindo a ser consideradas um contributo para a melhoria contínua da segurança em obra, constatando-se que, desde 2009, regista-se uma redução significativa no índice de gravidade de acidentes em obras de subestações, tendo o ano de 2011 apresentado o valor mais baixo desde então. Nos trabalhos de construção de linhas verifica-se, igualmente, uma melhoria do índice de frequência dos acidentes, tendo sido atingido em 2011 o valor mais baixo dos últimos cinco anos.

Complementarmente, as sessões têm permitido veicular os objetivos de segurança pretendidos pela REN e as mudanças induzidas em algumas das práticas que são adotadas em obra. São exemplos disso o reforço exigido nas equipas de segurança e do seu envolvimento em obra, a melhoria dos controlos de alcoolemia e as novas exigências ao nível dos conteúdos das ações de sensibilização.

**RESPOSTA A EMERGÊNCIAS**

A forte componente humana associada à gestão das instalações da empresa, requer uma sistemática sensibilização e treino para a atuação em caso de emergência. Deste modo, realizam-se anualmente diversos exercícios e simulacros com o objetivo de testar a eficácia dos procedimentos de segurança e resposta a situações de emergência, tendo em atenção as particularidades técnicas de cada instalação e envolvendo equipas internas e externas na prestação de socorro.

Em 2011 realizaram-se onze simulacros de incêndio e acidente pessoal nas subestações da Trafaria, Macedo de Cavaleiros, Estremoz, Pego, Tábua, Lagoaça, Batalha, Alto do Mira e Armamar e ainda no edifício de Bucelas e no terminal de gás natural liquefeito em Sines. Este ano prevê-se a realização de 19 simulacros.

Dada a importância atribuída à comunicação e envolvimento com entidades oficiais em situações de emergência, a participação de corpos de bombeiros, da proteção civil e das forças de segurança tem sido sempre fomentada. Os resultados de cada simulacro são objeto de análise, o que contribui para a melhoria dos procedimentos e da resposta das equipas.

É ainda de salientar que a REN participa regularmente em exercícios e simulacros de âmbito nacional e internacional, em articulação com as autoridades, outras empresas do setor da energia e entidades prestadoras de serviços essenciais de interesse geral.

**SAÚDE**

Todos os colaboradores estão abrangidos por um de dois planos de saúde que tiveram origem nas empresas que hoje constituem o Grupo. A maioria está abrangida por um plano complementar do Sistema Nacional de Saúde e os restantes colaboradores beneficiam de um seguro de saúde, incluindo os que foram admitidos após 2009. Os planos de saúde são extensivos ao agregado familiar do colaborador, mais precisamente ao cônjuge e aos filhos até aos 25 anos.

Por outro lado, a empresa disponibiliza um serviço de medicina do trabalho que, para além do que está previsto na legislação aplicável, proporciona a realização de exames e análises clínicas complementares de forma a possibilitar uma ação preventiva ao nível da saúde dos seus colaboradores. Existem atualmente sete postos médicos em instalações próprias, proporcionando um contacto mais próximo entre os serviços de medicina do trabalho e os colaboradores, minimizando incómodos, tempos e custos de deslocação. Em 2011 foram realizados:

- 607 atos auxiliares de diagnóstico
- 365 atos médicos
- 1315 atos de enfermagem

À semelhança do que se verificou em anos anteriores, não foram registados casos de doenças profissionais em 2011 e a taxa de absentismo tem-se mantido praticamente constante ao longo dos últimos anos e num patamar que se pode considerar reduzido.

	08	09	10	11
Taxa de absentismo	2,8%	2,3%	2,2%	3,1%

## 05. RELAÇÃO COM A COMUNIDADE



### 5.1 RELACIONAMENTO COM PROPRIETÁRIOS

A preocupação com o diálogo e comunicação com os proprietários e populações que estão próximos das infraestruturas da REN enquadra-se nos compromissos assumidos pela empresa na sua política de responsabilidade social.

O relacionamento da REN com os proprietários dos terrenos faz parte da atividade diária da empresa, com especial incidência durante as fases de construção e de manutenção das infraestruturas de eletricidade e gás natural. Este relacionamento é regulado por legislação específica, devendo a REN contactar e estabelecer acordos com todos os proprietários afetados, bem como com outros interessados. O contacto direto entre a REN e os proprietários permite prestar esclarecimentos sobre as infraestruturas a construir, informar sobre os direitos e deveres dos proprietários perante a instalação de infraestruturas de utilidade pública e sobre os prejuízos que advêm para as suas propriedades, assim como a compatibilização da exploração das infraestruturas com outro tipo de exploração/uso das propriedades. Este contacto serve

também para estabelecer mecanismos formais de compensação pelo uso das suas propriedades. Esta utilização pode passar pelo estabelecimento de servidões administrativas, quer elétricas quer de gás, ou ainda pela aquisição das respetivas propriedades no caso de construção ou ampliação de subestações elétricas ou de estações de gás.

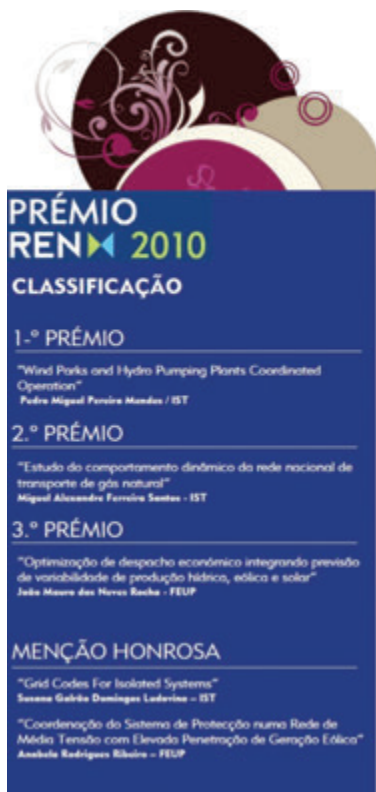
Para a negociação das servidões e aquisição de terrenos, a REN recorre, para além dos colaboradores diretamente relacionados com esta área, a prestadores de serviços qualificados que também representam a REN junto dos proprietários. Visto que o processo de diálogo é muito relevante para a REN, há um acompanhamento próximo destes serviços pela empresa, que assume, de forma direta, as comunicações formais necessárias.

Depois de construídas as infraestruturas, a REN continua a promover um diálogo permanente e constante com os proprietários, de forma a compatibilizar o uso do solo nas áreas de servidão com as normas de segurança impostas pelas boas práticas e pela legislação em vigor.

Em 2011, em virtude do elevado nível de investimento realizado para expansão das infraestruturas elétricas e de gás natural da empresa, foram adquiridas 59 propriedades e estabelecidos contactos com cerca de 2.400 proprietários de terrenos. Deste modo, a 31 de dezembro de 2011, a base de dados de proprietários continha cerca de 63.400 registos, o que, por si só, atesta a importância para a REN deste grupo de partes interessadas.

Para o estabelecimento de servidões a REN necessita, por vezes, em situações mais delicadas, de recorrer a mecanismos legais como o processo de intimação ou de solicitação de apoio das autoridades públicas para o avanço dos trabalhos. Em 2011, teve de se recorrer ao processo de intimação apenas em quatro ocasiões nas linhas elétricas, num universo de mais de 3.000 contactos estabelecidos. Para a área do gás não existiu essa necessidade. Estes resultados são um indicador do esforço que a REN vem realizando, com uma melhoria continuada do desempenho, para compatibilizar os legítimos interesses dos proprietários dos terrenos e populações afetadas com o estabelecimento e exploração das infraestruturas da empresa.

## 5.2 APOIO À COMUNIDADE



A REN, consciente da sua responsabilidade no domínio da cidadania empresarial e fiel ao compromisso de manter e aperfeiçoar um modelo de gestão ética e socialmente responsável, apoiou em 2011, uma vez mais inúmeras organizações da sociedade civil e entidades públicas, participando em várias iniciativas nos mais diversos domínios: social, cultural, da educação, ambiente e desporto.

Alguns destes apoios têm permitido estabelecer relações de parceria duradouras, nomeadamente os Dias da Música em Belém, no campo cultural, a Corrida Sempre Mulher, no domínio desportivo-solidário, e, em matéria técnica-científica, a Expo Energia, que conta com o apoio da REN desde a sua primeira edição, a Conferência Cogen e as Jornadas Tecnológicas, onde a empresa tem estado presente como patrocinador há vários anos.

É também o caso da Conferência Anual do BCSD Portugal, do qual a REN é associada, e da Conferência VIH Portugal, decorrente da sua adesão à Plataforma Laboral do Código de Conduta Empresas e VIH em 2008.

Ao nível da formação e educação é de referir, pelo quarto ano consecutivo, a parceria com a Sociedade Portuguesa de Física, no âmbito do Projeto MEDEA, que incentiva os alunos do secundário a desenvolver trabalhos sobre o tema dos campos eletromagnéticos de muito baixa frequência.

Já dirigido ao público universitário, destacam-se os patrocínios ao programa Católica Top + e ao The Lisbon MBA, sem esquecer a realização anual do Prémio REN, uma iniciativa que se realiza desde 1995 e que pretende promover a colaboração e interação com as Universidades, premiando os melhores trabalhos de engenharia associados ao setor energético.

Desde 2010, a REN apoia o projeto Visão Braille, que promove a difusão de conteúdos informativos junto de pessoas invisuais. Esta é uma edição sem fins lucrativos e de distribuição gratuita.

De grande relevância é também a parceria com a Associação EPIS – Empresários Pela Inclusão Social, da qual a REN é membro fundador, no combate ao abandono e insucesso escolares.

### PROXIMIDADE À COMUNIDADE

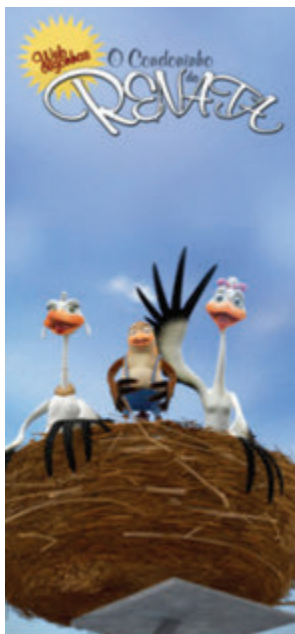
No âmbito da sua política de proximidade às comunidades locais, onde existem infraestruturas e instalações da empresa, a REN procura atuar como entidade socialmente responsável, manifestando preocupações na defesa do meio ambiente, património histórico e cultural e, ainda, pelos interesses legítimos das populações das áreas envolventes. O que faz quer através do apoio a iniciativas da sociedade civil, cuja concretização em muito depende deste tipo de contributo, quer do apoio e participação em projetos de preservação, inseridos no âmbito de medidas de minimização de impacte ambiental e patrimonial, ou, até mesmo, de ações promovidas pela empresa no domínio da divulgação e sensibilização ambiental.

Neste domínio é de referir a ação de reflorestação em Pousos, que juntou 81 crianças de duas escolas do 1.º ciclo

daquela freguesia e da qual resultou a plantação de 1300 árvores.

Inserida nos trabalhos de reflorestação da faixa de proteção da linha Batalha-Lavos, esta ação espelha, por um lado, a relação com a junta de freguesia, que foi um parceiro durante todo o processo de construção, atuando como mediador e facilitador junto da população, e reflete, por outro, a aposta da empresa na informação e sensibilização ambiental junto, neste caso em concreto, da população mais jovem.

Através desta iniciativa, a REN pretendeu assinalar a Semana Nacional da Reflorestação no Ano Internacional das Florestas, aludindo ao trabalho de reconversão que a empresa desenvolve pelo país e à sua importância ao nível do ordenamento da floresta, nomeadamente nesta linha, com a plantação de cerca de 148 mil árvores numa área total reconvertida de 178,2 ha.



Também no âmbito da divulgação e sensibilização ambiental voltou a apostar-se na transmissão televisiva do “Condoninho da Renata”, uma série de animação onde a protagonista, uma cegonha-branca chamada Renata, juntamente com outras personagens, procura sensibilizar os públicos mais jovens para questões ambientais.

A gestão energética e a atividade da REN estão entre os temas abordados, procurando-se assim contribuir para a desmistificação de alguns preconceitos em torno das linhas de alta tensão. A série foi desenvolvida em conjunto com a QUERCUS e com o apoio da ERSE.

Destaca-se, igualmente, o apoio ao projeto “Sentir a Biodiversidade”,

assim como à iniciativa da Quercus “Eco Casa”, cujo objectivo é incentivar comportamentos mais ecoeficientes, designadamente uma correta gestão da energia a nível doméstico.

É ainda de realçar o contributo para a realização da quarta Grande Travessia da Via Algarviana, uma ação da Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve, que a empresa apoia desde a primeiro momento, e o patrocínio à edição “Responsabilidade Ambiental – Operadores públicos e privados”, uma publicação que disponibiliza informação técnica acerca das implicações e efeitos do regime jurídico da responsabilidade ambiental.

No âmbito sociocultural, a empresa apoiou várias associações de bombeiros e iniciativas por si promovidas, assim como inúmeras atividades culturais e recreativas, realizadas por juntas de freguesia, associações culturais e desportivas.

Em 2011, a REN estabeleceu um protocolo de cooperação com a Escola Nacional de Bombeiros (ENB), para apoio na construção de um campo de formação de busca e salvamento urbano que permitirá treinar ações

de socorro em caso de sismo. Esta nova infraestrutura, a instalar na sede da ENB, em Sintra, será o primeiro campo de treino deste tipo em Portugal e irá facultar aos bombeiros formação para intervenção em múltiplos cenários urbanos, desde a busca e salvamento, em estruturas colapsadas, ao desencarceramento e combate a incêndios urbanos.

Sob um outro prisma, mas ainda no âmbito da política de proximidade às comunidades, a REN manteve a sua atitude de abertura ao exterior através das inúmeras visitas às instalações, não só por parte de escolas e universidades, como também por outras entidades como o Ministério da Economia, a Ordem dos Engenheiros e a Confederação Empresarial de Portugal.

A nível Interno, a empresa promoveu os Encontros REN, pontos de encontro e debate sobre temas atuais de interesse geral, com oradores convidados, enquanto, numa lógica de fomento à prática desportiva pelos colaboradores, reiterou o apoio à sua participação em diversas iniciativas.

Com o objetivo de ter uma comunicação integrada, em que cada ferramenta desempenhe o seu papel, foram também reforçados os suportes de comunicação interna. A *homepage* da intranet e a *newsletter* interna foram reformuladas com vista a dar mais visibilidade aos temas relevantes da empresa e a aproximar os colaboradores, incentivando a sua participação.

#### **SOLIDARIEDADE SOCIAL**

Numa perspetiva de apoio a causas de índole social e de ajuda ao próximo no combate às desigualdades e aos problemas que mais afetam a sociedade, o espírito solidário da REN materializou-se de diversas formas. Através do estabelecimento de parcerias com instituições de solidariedade social, do apoio e, também, do envolvimento voluntário dos colaboradores em iniciativas por estas desenvolvidas. A título de exemplo, realiza-se a Campanha "Tampinhas por uma Mão para o Rodrigo" e o 2.º Peditório Nacional de Pilhas e Baterias.

Ao nível de parcerias, a REN renovou o protocolo com o Helpin, que teve início em 2008, continuando a apoiar o trabalho da ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados) na região do Corno de África. Dando sequência a apoios pontuais concedidos nos últimos anos, a REN estabeleceu, no início do ano, um protocolo com o CADIn (Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil), uma instituição com um papel importante no apoio a crianças, jovens e adultos com perturbações do desenvolvimento.

A REN apoiou, ainda, o Espaço Desportivo Adaptado, um projeto da Associação Salvador, que tem como objetivo melhorar a condição física das pessoas com deficiência motora, de forma a promover o maior grau possível de independência. Foram igualmente renovados os apoios a várias instituições, nomeadamente, a Abraço, a Fundação do Gil, a União Humanitária dos Doentes com Cancro, a Fundação *Pro Dignitate* e a Associação Portuguesa contra a Leucemia.

À semelhança do ano anterior, por altura do Natal, a REN apoiou duas causas, os sem-abrigo e a luta contra a fome, através da Comunidade Vida e Paz e do Banco Alimentar Contra a Fome. O donativo à Comunidade Vida e Paz foi direcionado para a festa de Natal, que, há 23 anos, esta instituição oferece aos sem-abrigo de Lisboa e que reuniu, na cantina da Universidade de Lisboa, cerca de 2500 pessoas. Um valor superior em 25% ao registado na última edição, em resultado do aumento do número de famílias carenciadas, assoladas pelo desemprego e pela crise.

O apoio concedido ao Banco Alimentar permitiu completar os cabazes de alimentos que diariamente são entregues a instituições de solidariedade social, que, por sua vez, os oferecem às pessoas mais necessitadas. Com este objetivo foram adquiridos cerca de 60 mil litros de leite e mais de 2 mil litros de azeite e óleo, entre outros bens de primeira necessidade.

## ▀ VOLUNTARIADO

O ano de 2011 foi pioneiro no que respeita ao envolvimento dos colaboradores em ações de voluntariado empresarial em benefício de parceiros. Foi o caso do Dia do Desporto Adaptado, uma iniciativa conjunta da Associação Salvador, que promove a defesa dos interesses e direitos das pessoas com mobilidade reduzida, e da Fundação Inatel, onde colaboradores da REN ajudaram cerca de 60 participantes com deficiência motora a cumprir várias provas, em diferentes modalidades desportivas.

Decorrente do programa interno de formação “Orientação para o Cliente”, 120 colaboradores “vestiram o fato de macaco, arregaçaram as mangas

e puseram as mãos na massa”, remodelando o refeitório e sete salas da Instituição de Apoio Social da Freguesia de Bucelas, entidade que a empresa apoia há largos anos e que presta apoio a mais de cem crianças e idosos. Com a finalidade de pôr em prática muitos dos conceitos abordados na formação, como o espírito de equipa, a proatividade, a disponibilidade e a orientação para a solução, esta ação de *team building* teve um objetivo claramente solidário, que foi o de ajudar uma IPSS carenciada.

Estes foram os primeiros passos de um projeto de voluntariado corporativo, que a REN pretende desenvolver em 2012, promovendo uma cultura empresarial cada vez mais solidária.



## 06. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E TECNOLOGIA



### 6.1 INICIATIVAS

Durante 2011, a REN continuou a apostar em atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI), participando em projetos ou desenvolvendo novas soluções diferenciadoras com impate atual e futuro na atividade e desempenho da empresa.




No decurso do ano, é de destacar o início de um conjunto de iniciativas em matéria de IDI em que a REN terá uma participação ativa:

- **Projeto iTESLA:** o projeto “Innovative Tools for Electrical System Security within Large Areas (iTESLA)” é um novo projeto europeu inserido no 7.º Programa-Quadro da Comissão Europeia que tem por objetivo desenvolver e validar uma *toolbox* flexível que, no horizonte 2015,

permita apoiar a futura operação das redes de transporte de eletricidade *pan-europeias*, promovendo o aumento da coordenação/harmonização dos procedimentos entre os operadores das redes;

- **Projeto MoDPEHS** (“Modular Development of a pan-European Electricity Highway System 2050”): este projeto visa desenvolver as bases de uma expansão modular e robusta das redes de transporte de eletricidade *pan-europeias* entre 2020 e 2050, tendo em consideração os três pilares da política energética europeia.

A REN participa ainda num conjunto de projetos iniciados em anos anteriores e cujos resultados serão relevantes para a atividade atual e futura da empresa:

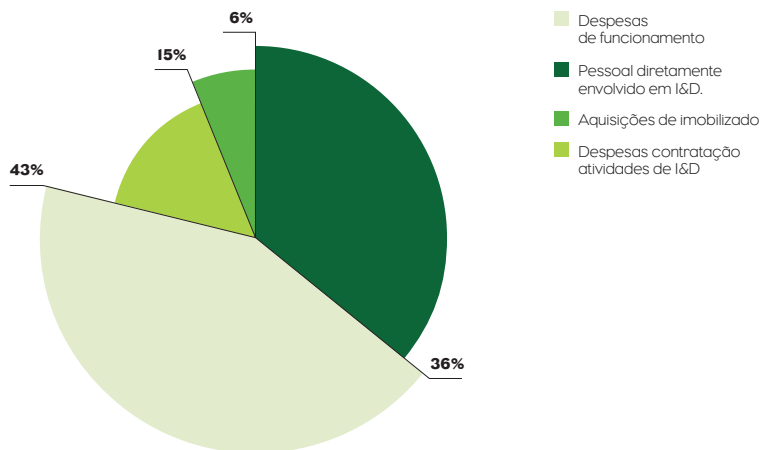
PROJETO	PROGRAMA DE FINANCIAMENTO	DESCRIÇÃO
	FAI (Fundo de Apoio à Inovação)	O REIVE (Redes Elétricas Inteligentes com Veículos Elétricos) tem por objetivo o estudo, desenvolvimento e o teste de soluções e protótipos pré-industriais para a gestão ativa e inteligente de redes elétricas com grande penetração de microgeração e de veículos elétricos.
	FP7 <sup>1</sup>	O projeto Europeu PEGASE ("Pan European Grid Advanced Simulation and state Estimation") tem como objetivo principal desenvolver uma metodologia que permita implementar o estimador de estado da rede europeia e modelos dinâmicos em tempo real. <a href="http://fp7-pegase.eu/">http://fp7-pegase.eu/</a>
	FP7	Liderado pelo INESC Porto, o projeto MERGE ("Mobile Energy Resources for Grids of Electricity") tem como objetivo preparar o sistema elétrico europeu para a massificação da utilização de veículos automóveis elétricos. <a href="http://www.ev-merge.eu/">http://www.ev-merge.eu/</a>
<b>Novas Soluções de Transdução (Rogowski)</b>		O projeto visa desenvolver uma solução tecnologicamente inovadora, capaz de efetuar as funções de monitorização e proteção em linhas subterrâneas e que garantam os níveis de qualidade e fiabilidade atualmente existentes. Envolve uma nova solução de transformador de intensidade para medições e proteção nos postos de corte ou transição, aperfeiçoando a monitorização através da melhoria da identificação discriminada de defeitos/avarias no sistema elétrico, independentemente da tensão a que estiver sujeita.
<b>Investigação – Campos Eletromagnéticos associados a Infraestruturas da RNT</b>		Este projeto pretende melhorar as metodologias de avaliação do impacto dos campos elétrico e magnético (CEM) das infraestruturas da Rede Nacional de Transporte (RNT) na saúde humana, de modo a garantir decisões cientificamente fundamentadas, no que respeita à localização e às características dos equipamentos de transporte de eletricidade. O projeto recorre a métodos inovadores no domínio das nanotecnologias, no sentido de aprofundar o conhecimento sobre os mecanismos moleculares associados à ação dos CEM nos sistemas biológicos e efetua uma avaliação das eventuais implicações, a longo prazo, na saúde.
<b>Avaliação da eficácia de dispositivos anticollisão</b>		Este projeto tem por objetivo avaliar a eficácia dos dispositivos anticollisão na redução da colisão de aves selvagens com os cabos de linhas aéreas da RNT e a experimentação de novos dispositivos FBF (Firefly Bird Flapper).

<sup>1</sup> FP7 – 7.º PROGRAMA-QUADRO DA COMUNIDADE EUROPEIA DE ATIVIDADES EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E DEMONSTRAÇÃO.

Em 2011, a REN submeteu três candidaturas ao programa de financiamento SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento (I&D) Empresarial – referente ao ano de 2010 e no âmbito das atividades de I&D desenvolvidas na REN – Rede Elétrica Nacional, S.A., na REN Serviços, S.A. e na REN Gasodutos. Neste contexto, foram

identificados 21 projetos com caráter de I&D, que contaram com a participação de cerca de 78 colaboradores, a tempo parcial. O montante despendido pela REN, com atividades de I&D desenvolvidas na empresa, em 2010, foi de 1.9 M€. Face à informação atualmente disponível, estima-se que o montante despendido nesta área, em 2011, seja superior a 1,6 M€.

**I&D - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS EM 2010**



Em julho de 2011, o Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), do Ministério da Educação e Ciência (MEC), publicou os resultados das empresas em Portugal com mais despesa em atividades de I&D em 2009. Pela primeira vez, a REN encontra-se no conjunto das cem empresas portuguesas que mais investiram em atividades de I&D. Este trabalho teve por base os resultados do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional de 2009 (IPCTN09), lançado em junho de 2010 e dirigido a um total de 9678 empresas. O montante despendido em I&D pela REN, em 2009, foi de 2,2 milhões de euros.

As atividades de IDI desenvolvidas na empresa contaram com a colaboração de entidades externas, com destaque para as parcerias com as instituições








académicas e organismos de I&D nacionais, tais como: IST – Instituto Superior Técnico; IDAD – Instituto de Ambiente e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro; INESC Porto – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores; LABELLEC – Estudos, Desenvolvimento e Atividades Laboratoriais SA; ISQ – Instituto de Soldadura e Qualidade.

Para além da regular participação em eventos promovidos pela COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação, a REN como empresa associada, foi convidada a integrar a nova plataforma digital Colaborar. COTEC, disponibilizada em 2011 por este organismo, com o objetivo de aproximar e fomentar a colaboração entre as empresas do universo COTEC e destas com os restantes atores do Sistema Nacional de Inovação.

## 6.2 GRUPOS DE TRABALHO INTERNACIONAIS

Em 2011 a REN deu continuidade à colaboração com diversos organismos

internacionais entre os quais se destacam:

	CIGRÉ – Conseil International des Grands Réseaux Électriques
	EURELECTRIC – Union of Electricity Industry
	ENTSO-G – European Network of Transmission System Operators for Gas
	ENTSO-E – European Network of Transmission System Operators for Electricity
	ACER – Agency for the Cooperation of Energy Regulators
	FSR – Florence School of Regulation
	METSO – Mediterranean Transmission System Operators
	MEDGRID – Consórcio com o objetivo de promover o desenvolvimento das interligações elétricas entre o Norte, o Sul e o Este do Mediterrâneo

A entrada em vigor do 3.º pacote de legislação da União Europeia (UE) sobre o setor energético, entre outros, com a criação da ENTSO-E e ENTSO-G, tem vindo a representar para a REN um aumento gradual e significativo da presença e envolvimento dos seus quadros nas atividades destes dois organismos.

### ENTSO-G (EUROPEAN NETWORK OF TRANSMISSION SYSTEM OPERATORS FOR GAS)

De acordo com o artigo 12.º do Regulamento (CE) 715/2009, os operadores das redes de transporte estabelecem a cooperação regional no âmbito do ENTSO-G, designadamente através da publicação, de dois em dois anos, de um plano de investimento regional. A REN participou na elaboração do Plano de Investimento Regional, durante o ano de 2011 e acompanhou de perto o desenvolvimento dos grupos de trabalho em diferentes áreas de atividade do ENTSO-G, com especial relevo para os grupos de trabalho das capacidades, balanços, investimentos, interoperabilidade e transparência, quer

como membro efetivo do *Liaison Group* (grupo que tem como objetivo dar a conhecer transversalmente o progresso nas várias áreas de negócio do ENTSO-G), quer através da participação em diversas sessões de trabalho.

Realça-se como principal resultado alcançado pelo ENTSO-G a finalização da 1.ª versão *draft* do código de rede para a atribuição de capacidades transfronteiriças. Destacam-se também os trabalhos preparatórios e de levantamento a nível comunitário sobre a avaliação de impacto da resolução de congestionamentos em cada estado-membro. Este conjunto de documentos – assim como as já esperadas tarefas destinadas ao ENTSO-G – como a elaboração dos respetivos códigos de rede nas áreas de balanços e interoperabilidade de redes europeias e os desenvolvimentos e discussões em torno da definição de um *target model* para o gás, é da maior relevância para os operadores de sistemas de transmissão e restantes agentes do setor. Estes documentos consubstanciam um conjunto de regras básicas e comuns que servirão

de alicerce ao funcionamento do mercado interno de gás a implementar na União Europeia, afetando cada estado membro em particular.

Ainda no âmbito dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de trabalho para a região Sul, merece um especial destaque o trabalho iniciado pela REN e pela sua congénere Enagás. O objetivo é o desenvolvimento de um projeto piloto de harmonização do processo de atribuição de capacidades na fronteira Portugal-Espanha, a implementar a partir de junho de 2012, e que se apoia nos trabalhos e resultados já alcançados noutras áreas de atividade, nomeadamente as diretrizes quadro e os códigos de rede.

No capítulo de interoperabilidade e transparência, a atividade da REN em 2011 é marcada pelo início de publicação de forma contínua e automática da informação operacional relativa à sua atividade de transporte, armazenamento e receção e regaseificação de GNL para o mercado, através da sua página de internet, dando assim resposta ao disposto na regulamentação europeia em matéria de transparência aplicável ao setor do gás natural. Desde novembro de 2011 que a REN passou igualmente a disponibilizar publicamente numa plataforma europeia de internet (denominada AGSI – Aggregated Gas Storage Inventory e gerida pelo GSE – Gas Storage Europe) informação relativa às capacidades disponíveis no armazenamento subterrâneo do Carriço para consulta pelos agentes do setor.

#### ENTSO-E (EUROPEAN NETWORK OF TRANSMISSION SYSTEM OPERATORS FOR ELECTRICITY)

Tal como existe para o gás, o setor elétrico é regulado pelas disposições legais explanadas no Regulamento (CE) 714/2009, o qual prevê, entre outras, as seguintes obrigações por parte da ENTSO-E: elaboração de códigos europeus nas áreas de planeamento, operação e mercados; elaboração de um plano decenal de desenvolvimento da rede elétrica *pan-europeia* (Ten-Year Network Development Plan) e elaboração de um plano de I&D que identifique as prioridades e necessidades

por parte dos operadores de sistemas de transmissão, com vista a alcançar os objetivos de política energética da UE.

Para o efeito, a ENTSO-E encontra-se organizada em quatro comités respetivamente: SDC (System Development Committee), SOC (System Operations Committee), MC (Market Committee) e RDC (Research and Development Committee). Em todos os comités a REN tem elementos que a representam, bem como nos *working groups* associados a cada comité.

No decorrer do ano 2011, as principais atividades em que a REN se envolveu, no âmbito da ENTSO-E, inserem-se nas seguintes vertentes:

- Acompanhar e participar no processo da elaboração dos novos códigos europeus nas áreas de planeamento, operação e mercados e realizar propostas de alteração a diversas solicitações (e.g. solicitações que digam respeito às orientações quadro (*framework guidelines*) oriundas por parte da ACER).
- Articular e esclarecer os *stakeholders* nacionais, tais como associações do setor, promotores, operadores de rede e de centros produtores (a REN foi o primeiro operador europeu de sistemas de transmissão a organizar uma sessão de esclarecimento e divulgação do primeiro código europeu para os *stakeholders* nacionais que serão diretamente impactados pelas futuras disposições nele explanado).
- Contribuir para a elaboração de *position papers* da ENTSO-E sobre temas de interesse europeu (e.g. diretiva sobre eficiência energética, integração de energias renováveis no mercado e troca de serviços de sistema) e para a elaboração do Ten-Year Network Development Plan (TYNDP), com identificação dos projetos mais importantes que contribuem para o cumprimento das metas nacionais definidas na política energética europeia, bem como contributo para a modelização do sistema elétrico *pan-europeu*.

- Participar na definição de padrões de operação e planeamento harmonizados no espaço *pan-europeu* e também dos mecanismos de alocação de capacidade de interligação nos diversos horizontes temporais que possibilitem a criação do mercado europeu. Facilitar a integração de energias renováveis.
- Participação em projetos de I&D que pretendem conceber e identificar eixos de desenvolvimento tecnológico e topológico da futura rede *pan-europeia* para o horizonte de 2050, participando também na ligação da REN às aplicações da *Electronic Highway*, rede de comunicação de dados exclusiva para intercâmbio de dados operacionais entre operadores de sistemas de transmissão.
- Enviar, de forma diária, dados do modelo estimado pela REN para os consumos, geração e trânsitos de energia na RNT para o dia seguinte, tendo em vista realizar o processo DACF (Day Ahead Congestion Forecast) e elaborar estimativas da rede portuguesa para outros prazos além do diário.
- Verificar a resposta da frequência do sistema português aos incidentes ocorridos na rede

continental europeia e harmonizar os mecanismos de troca eletrónica de informação do mercado europeu de energia elétrica, garantindo a interoperabilidade dos sistemas, permitindo o desenvolvimento de sistemas de tecnologias de informação a baixo custo e ainda facilitando a entrada de novos atores no mercado.

#### ACER – AGENCY FOR THE COOPERATION OF ENERGY REGULATORS

No âmbito das iniciativas regionais da ACER, dentro das atividades do grupo regional do Sudoeste da Europa, a REN, conjuntamente com as empresas congéneres espanhola e francesa, definiu um mecanismo de troca internacional de serviços de sistema entre os operadores da rede de transporte dos três países, que facilitará a integração das energias renováveis potenciando a maior integração da produção eólica e minimizará a ocorrência de descargas de caudais turbináveis nas centrais hídricas. Noutra vertente destes trabalhos regionais, os três operadores de sistema estão a cooperar ainda nos trabalhos para preparar alterações legislativas ou regulamentares que possibilitem o acoplamento do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) com os restantes mercados europeus.

# 07. DESEMPENHO AMBIENTAL



## 7.1 GESTÃO AMBIENTAL

### QUESTÃO AOS STAKEHOLDERS:

Considera que a REN é uma empresa ambientalmente responsável?

**Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)**

A REN sempre dedicou aos temas relativos ao ambiente a melhor das atenções, indo muito para além do estrito cumprimento das obrigações legais. Foi assim que, desde há mais de dez anos, a empresa desenvolveu uma abordagem sistematizada e aperfeiçoou as suas práticas de gestão ambiental, de uma forma articulada e progressivamente integrada com outros aspetos relevantes para os seus processos e para as partes interessadas, designadamente os referentes à qualidade e à segurança e saúde.

Na tabela seguinte apresenta-se a cronologia das certificações do sistema

integrado de gestão que abrange a maioria das empresas do grupo.

Estas certificações foram renovadas em 2011, na sequência de uma auditoria de “terceira parte” realizada, para o efeito, em novembro.

Na envolvente onde opera, a REN gera diversos impactes ambientais que, embora sejam geralmente pouco significativos, são objeto de medidas de minimização e de monitorização necessárias à garantia do desenvolvimento das atividades da empresa, de uma forma sustentável.

	REN - REDE ELÉCTRICA NACIONAL	REN SERVIÇOS	REN TRADING	REN GASODUTOS	REN ATLÂNTICO	REN ARMAZENAGEM	REN TELECOM
2010						ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001	ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001
2009				ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001	ISO 9001 OHSAS 18001 ISO 14001		
2008	ISO 9001 <sup>(2)</sup> OHSAS 18001 <sup>(2)</sup> ISO 14001 <sup>(2)</sup>	ISO 9001 <sup>(2)</sup> OHSAS 18001 <sup>(2)</sup> ISO 14001 <sup>(2)</sup>	ISO 9001 <sup>(2)</sup> OHSAS 18001 <sup>(2)</sup> ISO 14001 <sup>(2)</sup>				
2005	ISO 9001 <sup>(1)</sup> OHSAS 18001 <sup>(1)</sup>						
2003	ISO 14001 <sup>(1)</sup>						
2000	ISO 9001*						

\* CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA ÀS ATIVIDADES DE CONSTRUÇÃO DE LINHAS E SUBESTAÇÕES DA DIREÇÃO DE INVESTIMENTO DA REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

<sup>(1)</sup> CERTIFICAÇÃO CONCEDIDA AO OBJETO DE CONCESSÃO DA REDE ELÉCTRICA NACIONAL.

<sup>(2)</sup> TRANSFERÊNCIA DAS CERTIFICAÇÕES PARA A TITULARIDADE DA REN SGPS. EXTENSÃO DAS TRÊS CERTIFICAÇÕES ÀS EMPRESAS REN-REDE ELÉCTRICA NACIONAL, REN TRADING E REN SERVIÇOS.

	IMPACTES	MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO
PAISAGEM	IMPACTE VISUAL DAS INFRAESTRUTURAS	ESTUDOS DE ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO NA FASE DE PROJETO DE NOVAS INFRAESTRUTURAS. PROJETOS DE INTECRAÇÃO PAISAGÍSTICA DAS INFRAESTRUTURAS DESMONTAGEM E DESATIVAÇÃO DE LINHAS ELÉTRICAS EM FINAL DE CICLO DE VIDA
RUÍDO	INCOMODIDADE	ENCAPSULAMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE TRANSFORMADORES DE POTÊNCIA NAS SUBESTAÇÕES IMPLEMENTAÇÃO DE PLANOS DE MONITORIZAÇÃO DO RUÍDO SUBSTITUIÇÃO DE ISOLADORES TRADICIONAIS POR ISOLADORES COMPOSITOS NAS LINHAS E NOS BARRAMENTOS DAS SUBESTAÇÕES REAPERTO DE ESFERAS DE BALIZAGEM DE LINHAS ELÉTRICAS PARA REDUÇÃO DO RUÍDO
RECURSOS HÍDRICOS	ALTERAÇÃO DOS HABITATS	MONITORIZAÇÃO DOS FATORES BIOLÓGICOS E ECOLÓGICOS MARINHOS, NA REJEIÇÃO DE ÁGUA DO MAR DO CIRCUITO DE AQUECIMENTO DE CÁS NATURAL LIQUEFEITO (CNL)
QUALIDADE DO AR	CONTRIBUIÇÃO PARA O EFEITO DE ESTUFA E CONTAMINAÇÃO ATMOSFÉRICA	CONTROLO DE PURÇAS DE CÁS NATURAL INSTALAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES TÉRMICOS EM CRMS FORMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS TÉCNICOS QUE MANIPULAM SF6
FAUNA, FLORA E USO DO SOLO	COLISÃO DE AVIFAUNA COM AS LINHAS ELÉTRICAS, ALTERAÇÃO DOS HABITATS E DO USO DO SOLO	COLOCAÇÃO DE PLATAFORMAS DE NIDIFICAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE NINHOS SINALIZAÇÃO DAS LINHAS COM DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES MONITORIZAÇÃO DA FAUNA NA ZONA DE DESCARCA DE SALMOURA E DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO BIOLÓGICA DE DEPRESSÕES DUNARES RESULTANTE DA CONSTRUÇÃO DE CAVIDADES DE ARMAZENAMENTO DE CÁS NATURAL PROMOÇÃO DE ÁREA DE ALIMENTAÇÃO PARA ESPECIES PROTECIDAS ALTEAMENTO DAS LINHAS RESTRIÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO AOS LIMITES DA FAIXA DE SERVIDÃO E LIMPEZA DOS CORREDORES DAS REDES DE TRANSPORTE DE ENERJIA

Tendo em vista identificar, avaliar, monitorizar e minimizar os impactes gerados são utilizadas diversas ferramentas e instrumentos em

função da natureza da atividade a realizar (planeamento, projeto, construção, operação, manutenção ou descomissionamento).





### AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO DA REDE DE TRANSPORTE DE ELETRICIDADE (PDIRT)

O PDIRT traduz a estratégia de expansão da Rede Nacional de Transporte (RNT), com o propósito de assegurar o adequado funcionamento da rede portuguesa interligada com a restante rede europeia. O principal objetivo deste plano é o de garantir, a médio e a longo prazo, a qualidade e a segurança do abastecimento dos consumos, considerando toda a envolvente externa que lhe está associada, nomeadamente as políticas energéticas nacional e europeia, os impactos socioambientais e o livre acesso à rede, incluindo os objetivos de mercado, de forma a garantir um eficiente funcionamento do Sistema Elétrico Nacional (SEN).

O PDIRT é um documento de elaboração periódica que, no âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, é precedido de uma Avaliação Ambiental (AA) que permite conciliar e otimizar os objetivos técnicos e operacionais do plano com a vertente socioambiental, assegurando que a avaliação das opções de expansão da RNT não se limita a objetivos e critérios exclusivamente técnicos e económicos.

Os resultados da Avaliação Ambiental (AA) constituem um enquadramento para a futura aprovação de projetos sujeitos a Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), como é o caso da maioria dos projetos de investimento da REN. Este processo tem vindo a ser consolidado pela empresa desde meados de 2007, tendo a sua aplicação prática sido concretizada pela primeira vez aquando da elaboração do PDIRT 2009-2014 (2019). A REN concluiu, em 2011, o segundo exercício equivalente, com a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do PDIRT 2012-2017 (2022).

O relatório ambiental, resultante da realização da avaliação ambiental do

PDIRT 2012-2017 (2022), foi submetido a consulta pública conjuntamente com o PDIRT. Foram recebidos 48 contributos, dos quais 43 foram pareceres de organismos da administração central e local e cinco participações de outras entidades. Verificou-se que a maioria dos comentários e pareceres recebidos incidiram sobre o tema “ordenamento do território” (48%) e que 11% dos comentários eram oriundos de promotores privados na área da produção em regime especial. Os contributos recebidos foram ponderados e, sempre que relevantes, integrados em conformidade na versão final do PDIRT.

No relatório ambiental foram ainda identificadas as medidas de avaliação e controlo (diretrizes) associadas à implementação do PDIRT, as quais foram incluídas na declaração ambiental. Estas medidas serão alvo de monitorização pela REN e reporte anual à autoridade de AIA.

No âmbito das atividades de expansão e beneficiação das redes de transporte de eletricidade e gás natural e infraestruturas de armazenamento de gás natural tem sido desenvolvido um conjunto significativo de processos de avaliação ambiental em fase de projeto:

	08	09	10	11
Processos de Avaliação de Impacte Ambiental	15	12	4	5
Processos Pós-Avaliação de Impacte Ambiental	3	11	6	0
Declarações de Impacte Ambiental emitidas	7	11	7	6
Estudos Ambientais de Projeto	7	8	9	8
Estudos de Impacte Ambiental (EIA)	8	5	9	3
Relatórios de Conformidade Ambiental dos Projetos de Execução (RECAPE)	3	10	2	1

Adicionalmente, e com o objetivo de harmonizar os procedimentos e metodologias associados aos processos de AIA, a REN publicou em 2011 um guia metodológico para a avaliação de impacte ambiental das subestações da RNT. A publicação deste guia tem como objetivos:

- Compilação, de uma forma didática, de toda a informação relevante de carácter técnico e ambiental, dirigido ao público em geral e aos profissionais envolvidos na elaboração de projetos de Estudos de Impacte Ambiental e nos processos de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Integração e melhoria do conhecimento adquirido com a experiência de processos de AIA já efetuados.

- Criação de condições para o aumento de qualidade, eficácia e eficiência dos processos de AIA.

Para o sucesso desta iniciativa, a REN contou com o apoio fundamental da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Associação Portuguesa de Avaliação de Impactes (APAI). O guia encontra-se disponível a todas as organizações e ao público em geral, podendo ser consultado, em suporte digital, nos sítios web da APA, da APAI e da REN (<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/publicacoes/Paginas/GuiaMetodologico.aspx>).

Em 2011, foram ainda desenvolvidas ações de monitorização em diversas infraestruturas da REN abrangendo os seguintes descritores:

DESCRITORES	NÚMERO DE OBRAS MONITORIZADAS			
	08	09	10	11
Avifauna	13	11	10	26
Ambiente sonoro	12	10	15	21
Campos eletromagnéticos	4	1	1	0
Recursos hídricos	2	1	1	1
Flora	1	1	2	3
Lobo Ibérico	1	1	1	0

### PLANOS DE PROMOÇÃO DO DESEMPENHO AMBIENTAL (PPDA)

Os PPDA são instrumentos voluntários de regulação, promovidos e coordenados pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), e têm como objetivo promover o desempenho ambiental das empresas reguladas dos setores elétrico e do gás natural.

A Rede Eléctrica Nacional aderiu a esta iniciativa da ERSE em 2002, o que permitiu o desenvolvimento de um conjunto mais alargado de iniciativas, que vieram a constituir uma enorme vantagem e mais-valia para o desempenho ambiental da empresa. O ano de 2011 é o último ano de execução do PPDA 2009-2011 da Rede Eléctrica Nacional.

### PPDA 2009-2011 DA REN – REDE ELÉCTRICA NACIONAL (PRINCIPAIS MEDIDAS)

PROJETO LIFE+ ESTEPÁRIAS	AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA DE DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES	PROTEÇÃO DA AVIFAUNA	PROTEÇÃO DE ESPÉCIES PROTECIDAS	PROJETO "A VIDA NO CONDONINHO"
EM PARCERIA COM A LICIA DE PROTEÇÃO DA NATUREZA, TEM POR OBJETIVO A PROMOÇÃO DA CONSERVAÇÃO DAS AVES EM HABITAT DAS ESTEPES CEREALÍFERAS DO BAIXO ALENTEJO, EM PARTICULAR DE TRÊS ESPÉCIES VULNERÁVEIS: A ABETARDA, O SISÃO E O PENEIREIRO DAS TORRES.	EM PARCERIA COM A QUERCUS, VISA AVALIAR A EFICÁCIA DE NOVOS DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO, NOMEADAMENTE DO FIREFLY BIRD FLAPPER, NA DIMINUIÇÃO DE COLISÕES DE AVES SELVACENS.	O PROJETO PREVÊ A INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS DE NIDIFICAÇÃO, A MONTAGEM DE DISPOSITIVOS DISSUADORES DE POISOS E A TRANSFERÊNCIA DE NINHOS.	ESTE PROJETO PRETENDE MINIMIZAR O IMPACTE PROVOCADO PELOS CORREDORES DAS LINHAS RNT NA FLORESTA DE SOBREIRO E AZINHEIRA E NAS ESPÉCIES QUE UTILIZAM ESSA FLORESTA COMO HABITAT, ATRAVÉS DO ALTEAMENTO DE LINHAS (MEDIDA CONCLUÍDA EM 2010).	SÉRIE RENATA, ONDE SÃO APRESENTADOS CONSELHOS E INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DO AMBIENTE, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E O ESCLARECIMENTO DA POPULAÇÃO ACERCA DOS ESFORÇOS DESENVOLVIDOS PELA REN EM TERMOS DE MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES AMBIENTAIS, CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES E SUSTENTABILIDADE.

### ALGUNS INDICADORES AMBIENTAIS

CONSUMO DE MATERIAIS <sup>1</sup>	08	09	10	11
Azoto (m <sup>3</sup> )	893	758	1.119	1.127
Etileno Glicol (t)	10	0	0	4
Óleos lubrificantes (t)	6,5	0,9	8,9	1,7
Massas lubrificantes (t)	0,20	0	0,01	0,01
Óleo (t)	12	11	8	11
Minorador de pH H <sub>2</sub> SO <sub>4</sub> a 38% (litros)	3.325	5.075	1.770	330
Soda cáustica (t)	0	0,2	0,1	0,1
Hipoclorito de sódio (t)	140	146	147	411.95
Odorante do gás (THT) (t)	39	48	55	54
Óleo reutilizado (t)	51	19	3	4
Tinteiros e tonners (n.º)	5.714	1.639	1.282	1.092
Papel para consumo administrativo (t) <sup>2</sup>	33	28	30	11,4
Papel reciclado para uso interno (t)	5	6	3	0,7

<sup>1</sup> OS CONSUMOS DE MATERIAIS SÃO ESTIMADOS COM BASE NA QUANTIDADE ADQUIRIDA PARA REPOR OU REFORÇAR O STOCK

<sup>2</sup> O CONSUMO DE PAPEL INCLUI O CONSUMO DE PAPEL VIRGEM, PAPEL RECICLADO E ESTACIONÁRIO (ENVELOPES, PAPEL DE CARTA, ETC.)

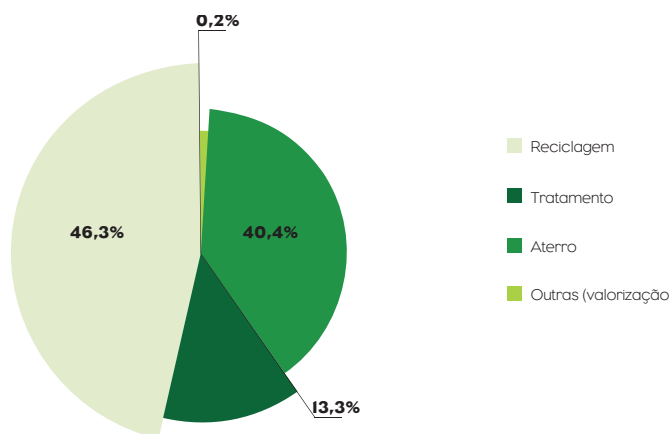
ÁGUA E EFLUENTES	08	09	10	11
Consumo de água da rede pública (m³)	77.063	82.284	90.936	86.783.79
Captação de água do meio hídrico subterrâneo (m³)	2.053.026	1.846.617	1.548.250	1.703.726
Utilização de água do mar (m³) <sup>4</sup>	69.855.000	72.835.000	73.115.000	75.976.708
Rejeição de salmoura para o mar (m³)	1.573.351	1.764.157	1.167.472	1.330.500
Rejeição de salmoura para tratamento (m³) <sup>5</sup>	371.159	611.604	266.399	270.639
Cloro livre – valor médio anual (mg/l)	0,68	0,56	0,34	0,15

<sup>4</sup> CAPTAÇÃO E REJEIÇÃO DE ÁGUA DO MAR UTILIZADA NO PROCESSO DE REGASEIFICAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO

<sup>5</sup> REJEIÇÃO DE ÁGUA RESULTANTE DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE CAVIDADES SALINAS PARA ARMAZENAMENTO DE GÁS NATURAL

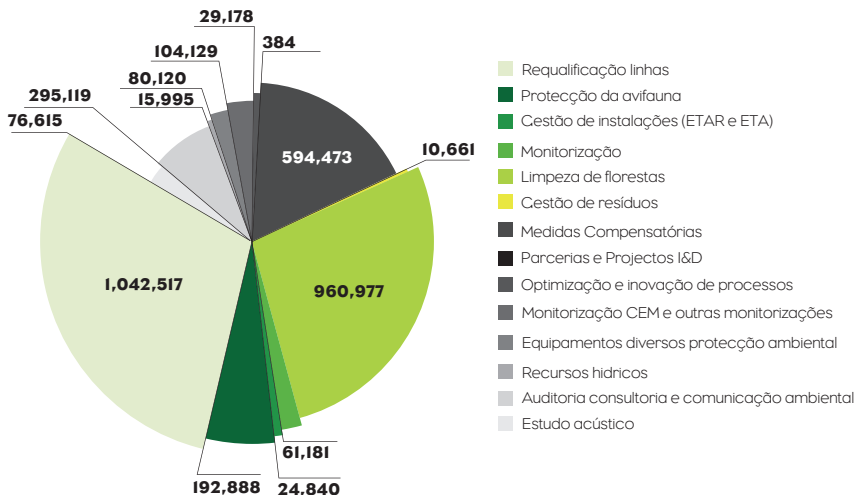
PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	09	10	11
Perigosos (t)	1.439	41	69
Não perigosos (t)	49.578	195	367

No gráfico seguinte encontram-se discriminadas as quantidades dos resíduos produzidos pela REN por destino final.



Apresenta-se no gráfico seguinte a discriminação dos custos ambientais por tipologia. Destaca-se relativamente ao ano de 2010 um decréscimo nos custos associados à limpeza de florestas dada a

periodicidade associada a esta intervenção ser pontual, tendo no ano transacto sido desenvolvidas as actividades de constituição das faixas de protecção numa percentagem significativa das infra-estruturas.



## 7.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E DESAFIOS ENERGÉTICOS

### ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

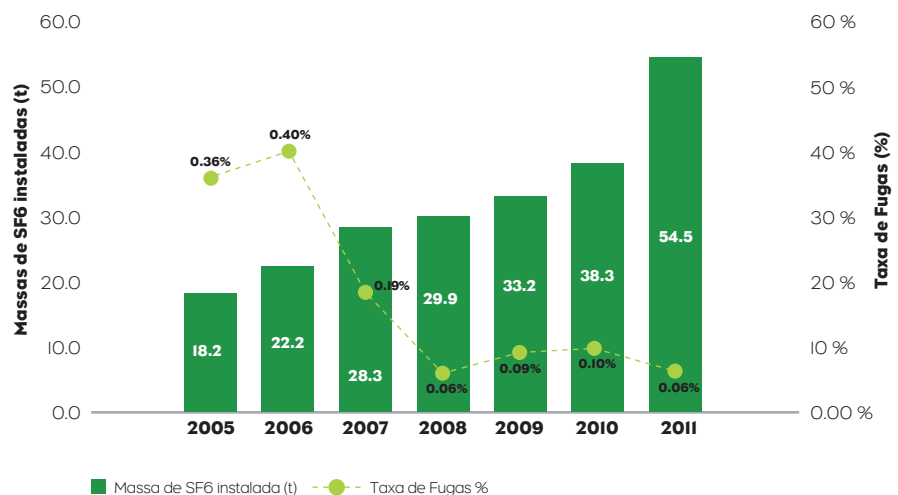
Consciente do potencial impacto das alterações climáticas nas infraestruturas de transporte e armazenamento de energia – em particular naquelas que têm uma configuração linear, como as redes de transporte de eletricidade e de gás natural – a REN tem vindo a trabalhar ativamente na identificação e implementação de medidas de adaptação e mitigação das consequências decorrentes do risco

de ocorrência de fenómenos climáticos extremos. É com este propósito que a empresa integra o subgrupo de trabalho para a área da energia, coordenado pela Direção Geral de Energia e Geologia, no âmbito dos trabalhos setoriais de definição de detalhe da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (EN AAC) e que participa em grupos de trabalho internacionais do setor da energia sobre este assunto.

A REN está a contribuir para um modelo de desenvolvimento assente numa matriz energética de baixo teor de carbono, exercendo com flexibilidade as suas funções de operador do sistema de transporte de energia elétrica e de forma a viabilizar a integração de uma parcela importante de energias renováveis.

No domínio da prevenção e do controlo das emissões de gases de efeito de estufa, a REN tem vindo a implementar, ao longo dos últimos anos, um plano de ações para redução das suas emissões diretas, designadamente no que respeita a emissões de hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>), um gás utilizado como isolante elétrico (dielétrico) em diversos equipamentos de alta tensão. Em 2011 e em observância da regulamentação entretanto publicada,

foram certificados todos os técnicos da REN que realizam operações de manipulação deste gás em equipamento elétrico pela entidade que em Portugal está acreditada para o efeito. O esforço realizado pela empresa para reduzir as fugas de SF<sub>6</sub> está materializado na evolução da taxa de fugas deste gás, com resultados considerados tecnicamente muito positivos à escala internacional.



EMISSIONES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA (t CO <sub>2</sub> e)	08	09	10	11
<b>Emissões diretas</b>	<b>16.839</b>	<b>20.954</b>	<b>20.876</b>	<b>17.205</b>
Purgas de gás natural (CH <sub>4</sub> )	567	1.405	1.260	853
Queima da flare	-	948	2.028	1030
Autoconsumo das caldeiras	13.232	14.352	13.467	11.089
Cogeração	1.228	1.440	818	1.590
Hexafluoreto de enxofre (SF <sub>6</sub> )	397	663	839	780
Gás natural	7	10	443	7
Gás propano	7	0	5	5
Gasóleo noutros equipamentos	24	17	37	38
Combustível da frota	1.384	2.099	1.979	1.896
<b>Emissões indiretas</b>	<b>299.556</b>	<b>225.328</b>	<b>193.759</b>	<b>172.851</b>
Eletricidade	31.142	23.730	16.092	16.885
Perdas elétricas na rede	268.415	201.598	177.667	153.402
Emissões das viagens de avião ao serviço da REN	-	-	-	2.564

Apesar de a REN não ter nenhuma instalação abrangida pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), a REN Trading, no âmbito da sua atividade regulada de agente comercial, é responsável por otimizar a gestão da carteira de licenças de emissão de CO<sub>2</sub> em função das obrigações ambientais das centrais que mantêm Contratos de Aquisição de Energia (CAE): Tejo Energia e Turbogás. Esta situação implica a compra e venda de licenças, bem como a realização de operações de troca de licenças atribuídas no âmbito do CELE por certificados de redução de emissão originados em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Em 2011, a REN Trading transacionou no mercado à vista, entre compras e vendas, cerca de 923 mil toneladas de CO<sub>2</sub> e, no mercado de futuros, cerca de 1,4 milhões de toneladas. No mesmo ano, o mercado de licenças de emissão foi marcado por sinais de dificuldade, tendo gerado um excedente de licenças

de emissão, fruto do agravamento do cenário macroeconómico, bem como das vicissitudes específicas deste mercado que abalaram a confiança dos agentes no sistema.

De referir, por outro lado, que a REN tem procurado reduzir as suas emissões de gases com efeito de estufa resultantes dos transportes, promovendo e incentivando a realização de videoconferências em detrimento das deslocações dos colaboradores.

Ainda em 2011, foram realizadas 780 videoconferências, um aumento de 41% em relação ao ano anterior, algumas delas a nível internacional e com mais de duas localizações em simultâneo. No final do ano foi disponibilizada uma aplicação de colaboração corporativa que permite a troca de mensagens instantâneas e realização de videochamadas, o que constitui mais uma ferramenta para se reduzir a pegada carbónica da empresa.

Contabilizaram-se em 2011, pela primeira vez, as emissões indiretas associadas às 947 viagens de avião, domésticas e internacionais, ao serviço da empresa. O alargamento do âmbito de reporte da pegada de carbono da REN, incluindo estas emissões de âmbito 3 do "Greenhouse Gas Protocol" (GHG Protocol), é a concretização do compromisso de melhoria da monitorização e controlo dos impactes ambientais da empresa e do seu contributo para as alterações climáticas.

**08 09 10 11**

Número de viagens de comboio	636	599	597	780
Número de videoconferências	142	209	426	601

A empresa continua a incentivar o uso do comboio em detrimento da utilização de viaturas ligeiras, em particular nas deslocações Porto-Lisboa. Em 2011, o número de viagens de comboio aumentou 30% em relação a 2010.

**DESAFIOS ENERGÉTICOS**

Ciente dos objetivos e compromissos decorrentes da política energética europeia e nacional, a REN tem vindo a dar o seu contributo para o desenvolvimento das energias renováveis no país, designadamente através da ligação e integração na rede de novos centros produtores renováveis e do desenvolvimento e participação em estudos para utilização de novas formas de energia no domínio da mobilidade (e.g. adoção de veículos elétricos e sua importância e impacto na gestão da rede).

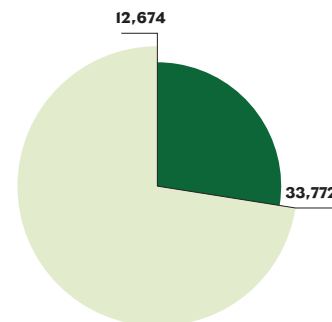
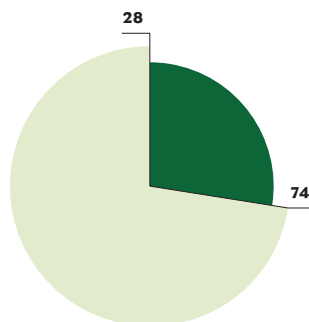
**A REN E A ENERGIA DAS ONDAS**

Neste âmbito é de destacar o trabalho desenvolvido pela ENONDAS, empresa do Grupo, no desenvolvimento de uma zona piloto a norte de São Pedro de Moel para a produção de energia das ondas. Em 2011 foram executados os estudos e trabalhos preparatórios necessários ao desenvolvimento da infraestrutura, sendo de destacar a caracterização geofísica da zona piloto. Este trabalho, desenvolvido em parceria com o Instituto Hidrográfico, é fundamental para o desenvolvimento do projeto de engenharia subjacente à colocação do cabo submarino, bem como para a parametrização do sistema eletroprodutor e dos sistemas

associados, como o sistema de amarração. Também em 2011 foram iniciados os estudos de caracterização ambiental do local, efetuando-se um censo das espécies, aves e mamíferos marinhos, sobre as quais a atividade da ENONDAS poderá ter um impacto significativo. O seu resultado vai ser divulgado publicamente, bem como os demais estudos, contribuindo assim para o conhecimento das espécies marinhas da costa atlântica portuguesa.

**UTILIZAÇÃO DE PAINÉIS SOLARES NAS ESTAÇÕES DE GÁS NATURAL**

A integração de fontes renováveis de energia nos seus próprios processos constitui também uma prioridade para a REN, reduzindo a utilização de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, as emissões de gases de efeito de estufa. Como exemplo desta política é de referir um projeto iniciado em 2009, mas que só entrou em exploração industrial em 2011, de utilização de sistemas de painéis solares térmicos em *Gas Regulating and Metering Station (GRMS)*, tendo em vista a redução dos autoconsumos de gás natural resultantes da sua queima nas caldeiras. Estes painéis foram instalados nas GRMS do Seixal e de Frielas, no âmbito do Plano de Promoção do Desempenho Ambiental (PPDA) da REN Gasodutos. Como resultado, obteve-se uma poupança de 12 674 m<sup>3</sup> de gás natural na GRMS do Seixal, o que corresponde a uma redução de 27,75 ton de emissões de CO<sub>2</sub>, no período de abril a dezembro de 2011.



■ Emissões de CO<sub>2</sub> associadas ao autoconsumo da estação (t CO<sub>2</sub>)  
 ■ Emissões CO<sub>2</sub> evitadas pela utilização dos painéis (t CO<sub>2</sub>)

■ Autoconsumos (Nm<sup>3</sup>)  
 ■ Consumo de gás evitado pela utilização dos painéis (Nm<sup>3</sup>)

### MECANISMOS DE MERCADO (CERTIFICADOS VERDES E GARANTIAS DE ORIGEM)

A REN é, desde 1 de dezembro de 2003, a entidade emissora nacional de certificados RECS (*Renewable Energy Certificate System*), sendo desde então membro efetivo da *Association of Issuing Bodies*. A empresa é atualmente

responsável pela gestão do processo de registo e certificação no RECS de centrais elétricas, pela emissão, transferência e resgate de certificados RECS e pela realização de auditorias às instalações de produção, registadas ou a registar no sistema RECS. Nesta atividade já se verificaram as seguintes transações:

	NÚMERO CERTIFICADOS (2011)	NÚMERO CERTIFICADOS (CONSOLIDADO DESDE 2003)
Emissão de certificados RECS	146.606	955.226
Exportação de certificados RECS	519.390	544.390
Importação de certificados RECS	3.088	3.088
Cancelamento de certificados RECS	24.488	44.538

Mais informação sobre a actividade da REN como entidade emissora de certificados RECS disponível em:

<http://www.centrodeinformacao.ren.pt/PT/InformacaoCertificados/Paginas/BreveDescricao.aspx>

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 23/2010 foi atribuída à REN a responsabilidade de implementar a Entidade Emissora de Garantias de Origem de Cogeração (EEGO). Neste âmbito, a empresa é responsável por desenvolver e gerir um sistema de emissão de garantias e certificados de origem, da eletricidade produzida em cogerações classificadas de elevada eficiência e eficientes, repetitivamente. Compete também à REN a realização de auditorias às instalações e equipamentos de produção que permitam e assegurem a correta qualificação das instalações e certificação da eletricidade produzida. As garantias e os certificados emitidos

- ▀ ao abrigo desta legislação certificarão a poupança de energia primária alcançada pelas instalações de cogeração.

### EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E GESTÃO DA ENERGIA

A REN possui duas instalações integráveis no conceito de grandes consumidoras intensivas de energia: a estação de gás e lixiviação da REN Armazenagem e o terminal de Gás

Natural Liquefeito (GNL) de Sines da REN Atlântico.

Ao abrigo do Decreto-lei n.º 71/2008, de 15 de abril, que regula o Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia (SGCIE), a REN realizou uma série de auditorias energéticas a estas instalações, de modo a identificar e implementar um conjunto de medidas de racionalização do consumo de energia integradas num Plano de Racionalização do Consumo de Energia (PREn). Os PREn das duas empresas estão em operacionalização, sendo de destacar a adoção das seguintes medidas:

- **REN Armazenagem:**

- a) Estação de gás: redução da pressão de ar comprimido para um mínimo de segurança, diminuindo os consumos e os custos de energia elétrica associados ao funcionamento dos compressores de ar de instrumentação.
- b) Lixiviação (rejeição): abastecimento da instalação de Leirosa através de um sistema autónomo solar fotovoltaico e



instalação de variadores de velocidade nas bombas de água centrífugas.

- **REN Atlântico**

- a) Adoção de um caudal mínimo de emissão de gás natural de 174 km<sup>3</sup> (n)/h. Apesar de, até ao momento, esta medida não ter sido sistematicamente observada devido a condicionalismos

diversos (necessidade de realização de paragens programadas e de testes de funcionamento, etc.), é expectável que, em 2012, com a conclusão do projeto de expansão do terminal, seja possível concretizá-la com maior regularidade, com melhoria significativa da eficiência energética do Terminal de GNL.

## GESTÃO DE CONSUMOS

CONSUMO DE ENERGIA (GJ)	08	09	10	11
Energia elétrica das infraestruturas e edifícios	238.527	241.040	255.465	259.733
Gás natural (cogeração, caldeiras, pilotos e queimas controladas da <i>flare</i> )	257.757	295.205	288.760	244.379
Gasóleo noutros equipamentos	334	228	506	507
Gás propano	112	0	74	81
Gás natural	134	182	7.894	130
Combustível frota	28.341	28.837	27.177	25.916
Perdas na rede de transporte de eletricidade	2.055.942	2.048.062	2.820.852	2.355.685
Perdas na rede de transporte de gás – purgas	1.465	3.658	3.281	2.221
<b>ENERGIA PRODUZIDA/VENDIDA (GJ)</b>				
Energia primária produzida (cogeração)	10.984	10.290	5.975	8.447
Energia primária direta vendida (cogeração)	7.703	7.091	3.942	5.806

## 7.3 BIODIVERSIDADE

### QUESTÃO AOS STAKEHOLDERS:

Considera que a REN se preocupa com a preservação da biodiversidade?

**Média das respostas - 4,3 (numa escala de 1 a 5)**

A biodiversidade é um dos descritores ambientais mais relevantes considerados na avaliação sistemática dos eventuais impactes das atividades da REN nas várias fases do ciclo de vida das suas infraestruturas.

Por esta razão, a atuação da empresa nesta matéria é estruturada de acordo com as seguintes linhas de actuação:



Apesar desta preocupação constante com a proteção e promoção da biodiversidade, verifica-se que apenas uma pequena percentagem das infra-estruturas da REN está integrada em áreas sensíveis do território nacional:

sítios da Rede Natura 2000, Zonas de Proteção Especial e outras áreas protegidas que incluem parques nacionais, reservas, parques e monumentos naturais.

OCUPAÇÃO EM ÁREAS SENSÍVEIS	ÁREA/COMPRIMENTO	% OCUPAÇÃO SOBRE O TOTAL
Estações/ Instalações	0,47 km <sup>2</sup>	5,4%
Extensão de gasodutos/ linhas	1177,43 km	12,2%

A ocupação destas áreas pelas infraestruturas da REN deve-se fundamentalmente a razões históricas (a integração das infra-estruturas no terreno foi anterior à classificação destas áreas protegidas), mas também à necessidade de permitir ou reforçar o escoamento da energia com origem renovável de centros produtores situados nestas áreas sensíveis. Sempre

que estas instalações são objeto de modificações, como alterações do traçado de linhas e de gasodutos, é garantida a sua otimização de forma a reduzir os impactes na biodiversidade.

### FLORA E USO DO SOLO

A REN, no decurso das atividades de construção e manutenção produz impactes directos na flora e no uso

do solo como, por exemplo, aquando da criação ou manutenção das faixas de proteção associadas às suas

infraestruturas lineares (linhas elétricas e gasodutos).

---

A **faixa de proteção da linha** consiste na faixa de terreno por baixo da linha de transporte de eletricidade, com 45 m de largura máxima, limitada por duas retas paralelas distanciadas 22,5 m do eixo do traçado, onde se pode cortar ou decotar as árvores necessárias para garantir a distância mínima referida no Decreto Regulamentar n.º 1/92, de 18 de fevereiro. A **reconversão da faixa de proteção** de uma linha consiste no arranque dos cepos das árvores abatidas nas áreas sobrepassadas e na conseqüente rearborização com espécies vegetais que permitam cumprir as distâncias mínimas de segurança entre os condutores e a vegetação.

Como forma de compensar as árvores abatidas naquelas operações, a empresa tem vindo, desde 2007, a realizar diversos projetos de arborização no âmbito da construção de novas instalações. Nestes projetos, que ultrapassam largamente o estrito cumprimento da legislação ou das Declarações de Impacte Ambiental (DIA) em matéria de medidas compensatórias, privilegia-se a plantação de espécies autóctones dos locais intervencionados.

Adicionalmente, a empresa tem implementado ações sistemáticas de reconversão do uso do solo, em particular na construção de novas linhas de transporte de eletricidade. Esta iniciativa apresenta um conjunto vasto de aspetos positivos, entre os quais:

- A compatibilização da ocupação do solo com a presença da linha, evitando, simultaneamente, a proliferação de espécies florestais de crescimento rápido
- A valorização da paisagem, promovendo a variedade de espécies vegetais e uma maior rendibilização da exploração dos solos por parte dos proprietários
- O aumento dos ciclos de intervenção na área da faixa de proteção à linha e a redução dos custos de manutenção despendidos anualmente
- A corresponsabilização dos proprietários pela gestão das zonas intervencionadas, sendo da sua iniciativa a seleção das espécies a utilizar na rearborização, entre as sugeridas pela REN
- A melhor aceitação das infraestruturas pelos proprietários, possibilitando-lhes obter outro tipo de rendimento com a exploração do solo e de forma compatível com a presença da linha
- A quebra da monoespecificidade do coberto vegetal existente na área envolvente à faixa de proteção e a redução do tempo de exposição do solo aos agentes erosivos
- A diminuição do risco de incêndio e a constituição de uma barreira ao avanço do fogo, o que se insere igualmente na estratégia nacional de combate aos incêndios florestais

No ano de 2011, procedeu-se à plantação de um total de 153.000

árvores, numa área de aproximadamente 182 ha nas seguintes infraestruturas:

INFRAESTRUTURAS	ÁREA (ha)	NÚMERO DE ÁRVORES
Linha aérea a 400 kV, Batalha – Lavos	173,5	145.000
Linha aérea a 150 kV, Riba d’Ave – Oleiros	8,4	7.030
Posto de Corte do Picote	-	22
Subestação de Tavira	-	883
Subestação de Ermesinde	-	155

No ano de 2012 as iniciativas de reconversão das faixas de proteção irão continuar, prevendo-se que possam

abranger uma área de aproximadamente 298ha e um total de mais de 200.000 novas árvores.



Na sequência da autorização concedida pela Autoridade Florestal Nacional para o abate de sobreiros em povoamento no âmbito da construção do Ramal Industrial de Leça, foi concluída a execução do “Projeto de Beneficiação de Povoamento de Sobreiros” no Perímetro Florestal Soajo-Peneda (Talhão 14), em área de Baldio no Lugar da Cumeeira, junto à povoação de Cousso, concelho de Melgaço, como medida compensatória do abate requerido. Procedeu-se à plantação dum total de 4.760 sobreiros, segundo as curvas de nível, de modo a evitar fenómenos erosivos e à realização de podas de formação dos sobreiros espontâneos aí existentes.

Concluída a fase inicial em Dezembro, com a retanchar de apenas 520 plantas que não resistiram aos ataques da fauna bravia (javalis e algumas aves), entrará agora em marcha o “Plano de Gestão” igualmente aprovado pela AFN, que irá permitir, por parte da REN, a manutenção da área beneficiada (6,8 ha) durante um período de 15 anos, de modo a assegurar o bom desenvolvimento do povoamento até à idade adulta.

#### AVIFAUNA

Dado o carácter linear das infraestruturas da REN, que se distribuem ao longo do território nacional, o seu impacte potencial sobre a avifauna é significativo, em particular pela possibilidade de ocorrência de episódios de colisão de aves com os cabos de linhas aéreas e

também, embora muito raramente, de eletrocussão.

Atualmente, os locais onde se situam pelas infraestruturas da RNT são ocupados por cerca de 440 espécies classificadas na Lista Vermelha da *International Union for Conservation Nature* (IUCN), nas seguintes categorias:

CLASSIFICAÇÃO IUCN	NÚMERO DE ESPÉCIES AMEAÇADAS		
	09	10	11
Criticamente ameaçado	2	2	3
Ameaçado	2	2	4
Vulnerável	17	17	17
Quase ameaçado	28	23	36
Pouco preocupante	314	339	366
Informação insuficiente	1	1	14

### INICIATIVA BUSINESS AND BIODIVERSITY

A REN aderiu, há alguns anos, à iniciativa da União Europeia *Business and Biodiversity*, cujo principal objetivo, como o seu nome indica, é o de fomentar a proteção da biodiversidade pelas empresas.

No âmbito desta iniciativa, a REN tem participado no projeto LIFE+ Estepárias, que visa promover a conservação das aves em *habitat* das estepes cerealíferas do Baixo Alentejo. O projeto envolve, em particular, três espécies vulneráveis: a abetarda (*Otis tarda* – espécie em perigo), o sisão (*Tetrax tetrax* – espécie vulnerável) e o peneireiro das torres (*Falco naumanni* – espécie vulnerável) e tem intervenção em três áreas da Rede Natura 2000 classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE): Castro Verde, Vale do Guadiana e Mourão/ /Moura/Barrancos.

### DISPOSITIVOS ANTICOLISÃO DE AVES

Na construção de linhas de muito alta tensão, a REN procura minimizar a ocorrência de impactes na avifauna através da seleção de localizações que evitem as situações mais críticas de compatibilidade com *habitats* e corredores migratórios de algumas espécies. Contudo, nem sempre estas iniciativas são suficientes para evitar a existência de impactes negativos, sendo, nesses casos, necessário identificar e aplicar medidas de minimização adicionais.

De forma a minimizar a eventual colisão de aves, são usualmente instalados dispositivos de sinalização denominados *Bird Flight Diverters* (BFD), que são

dispositivos em forma de espiral de fixação dupla, com cerca de 30 cm de diâmetro e 1 metro de comprimento, em cores laranja e branco. O espaçamento entre estes dispositivos nos troços de linhas potencialmente mais impactantes tem em consideração o zonamento territorial definido em estudo conjunto com o ICNB.

A REN tem em curso, desde 2009, um estudo em parceria com a QUERCUS, com o objetivo de avaliar a eficácia de novos dispositivos anticolisão na redução do embate de aves selvagens com os cabos em linhas da RNT, designados FBF – *Firefly Bird Flapper*.

A região do Baixo Alentejo foi selecionada para a realização deste estudo, com base em dados recolhidos em estudos anteriores (protocolo REN – ICNB), possibilitando a avaliação da eficácia da instalação dos dispositivos relativamente a espécies como a abetarda, o sisão e o grou. Estes dispositivos foram instalados nas linhas Ferreira do Alentejo – Évora e Palmela – Évora, ambas a 150 kV. No estudo foi igualmente avaliado o impacte dos FBF nos descritores ruído e paisagem, tendo-se concluído que a utilização destes dispositivos não induz uma alteração significativa nos referidos descritores.

### COMPATIBILIZAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS COM A POPULAÇÃO DE CEGONHA BRANCA

Em 2011, a REN deu continuidade ao esforço de compatibilização da crescente população de cegonhas brancas com as infraestruturas da empresa, criando condições para nidificação desta ave em *habitats*

que lhe são favoráveis e instalando dispositivos que minimizam o risco de acidente de origem elétrica.

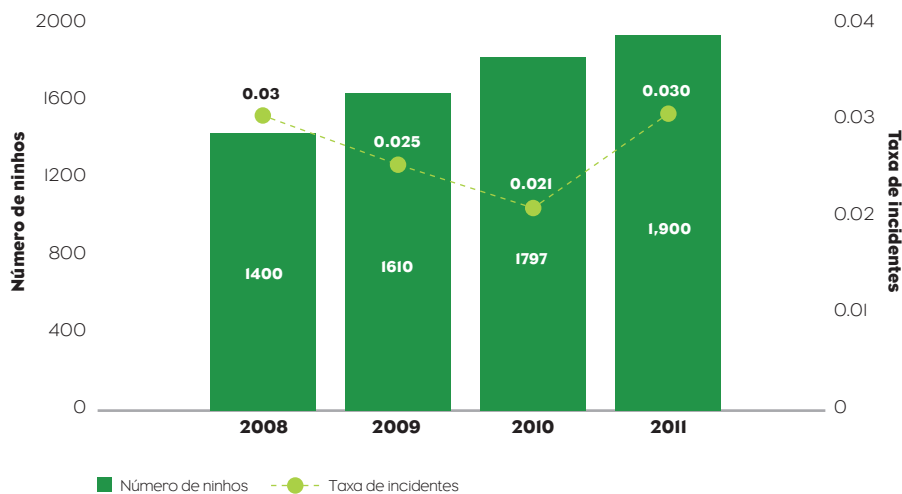
Dando-se continuidade ao trabalho realizado em anos anteriores, foram instaladas plataformas para nidificação das aves, para as quais foram transferidos os ninhos localizados em zonas dos apoios consideradas de risco para as aves. Nesses pontos, foram igualmente instalados dispositivos inibidores do poiso e da nidificação. Estas intervenções são anualmente comunicadas ao Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ICNB) através de relatório descritivo das medidas implementadas no ano, complementado com a análise da evolução histórica da

situação e dos indicadores associados. Em 2011 foram instalados:

- 150 plataformas para a construção de ninhos e colocação de ninhos artificiais;
- 481 dispositivos dissuasores de poiso.

Foram ainda transferidos 43 ninhos que se encontravam em situação de risco para plataformas artificiais.

Verificou-se durante o ano em apreço um ligeiro aumento da taxa de incidentes da cegonha branca, em relação a 2010, devido ao aumento significativo do número de cegonhas que pousam nos apoios mas que não nidificam neles.



### MEDIDAS COMPENSATÓRIAS DOS IMPACTES NA AVIFAUNA

Uma área de atuação relevante da REN, no contexto da proteção da avifauna, é a implementação de

medidas compensatórias decorrentes do processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) de novas infraestruturas. Em 2011, merecem destaque:

---

### LINHA ALOUEVA – BROVALES, A 400 KV (TROÇO PORTUGUÊS)

---

A primeira fase do projeto de implementação de medidas compensatórias consistiu na gestão de *habitat* dirigida ao sisão (*Tetrax tetrax*) e ao grou (*Grus grus*). A monitorização entretanto realizada permitiu concluir que não se verifica o impacto inicialmente identificado de a linha constituir uma barreira entre as áreas de alimentação e os dormitórios do rio Ardila, havendo atravessamentos diários de centenas de indivíduos. Da mesma forma, não se verificaram os impactos significativos inicialmente previstos relativamente ao sisão. Apesar de os impactos associados à presença da linha não se terem revelado significativos para o sisão e o grou, verificou-se a mortalidade de outras espécies estepárias, ainda que o seu significado tenha de ser encarado com precaução atendendo ao reduzido número observado.

A REN submeteu, em 2011, um protocolo metodológico à Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o então Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, que prevê gestão de *habitat* dirigida ao sisão e que beneficia e protege outras aves.

---

### LINHAS TUNES – TAVIRA I E 2 E TAVIRA – ESTÓI I E 2

---

Foi dada continuidade ao projeto, iniciado em 2009, que contempla o desenvolvimento e implementação de um conjunto de medidas compensatórias e de monitorização específica para os casais de Águia de Bonelli a nidificar nas proximidades daquela linha de MAT, definidas no âmbito do respetivo Processo de Avaliação de Impacte Ambiental, para os “Troços 1 e 2”. Nesta segunda fase do projeto, será dada continuidade às medidas de compensação e monitorização específica dirigida aos casais de Bonelli “Cepo” e “Corte”, já implementadas, ultrapassando constrangimentos e lacunas de conhecimento identificadas durante a fase anterior.

A REN realizará nesta segunda fase, entre 2009-2014, as seguintes ações:

- Medidas compensatórias e monitorização específica dos casais de Águia de Bonelli “Cepo” e “Corte”;
- Recuperação e fomento das populações de coelho-bravo;
- Monitorização e controlo sanitário das populações de coelho bravo objeto de medidas de fomento;
- Manutenção de aceiro perimetral em torno do local de nidificação do casal “Cepo”;
- Construção/reforço dos ninhos de Bonelli dos casais potencialmente mais afetados pela linha;
- Recuperação/manutenção do coberto vegetal na área de nidificação do casal “Cepo”.

---

### LINHA SINES – PORTIMÃO 3

---

O projeto contempla o desenvolvimento e implementação de um conjunto de medidas compensatórias e de monitorização específica dirigidas ao casal de águia de Bonelli identificado como “Odelouca”, e que nidifica nas proximidades daquela linha de MAT.

Para o triénio 2010-2013 foi proposta a implementação das atividades necessárias à operacionalização das seguintes medidas de compensação e a monitorização específica do casal de Bonelli “Odelouca”:

- **Monitorização e medidas compensatórias para a Águia de Bonelli**

O plano de atividades contempla a continuidade da monitorização do casal “Odelouca” e das medidas de proteção sustentável do *habitat* de nidificação, no que respeita ao reforço/manutenção de ninhos e plataformas artificiais e à manutenção de aceiros de proteção contra incêndios florestais.

- **Aumento dos recursos tróficos do casal de Águia de Bonelli de Odelouca. Recuperação do coelho bravo**

Será dada continuidade à recuperação das populações de coelho bravo na área de intervenção, para níveis adequados à sua exploração como recurso trófico por parte da águia de Bonelli, permitindo simultaneamente a sua exploração cinegética, com a criação de mecanismos que assegurem a manutenção de uma densidade alta de coelho bravo, autosustentável a médio/longo prazo.

- **Programa de monitorização sanitária do coelho bravo** (*Oryctolagus cuniculus algirus*)

---

---

 DOURO INTERNACIONAL E VALE DO RIO TÁVORA
 

---

As ações desenvolvidas no âmbito da concretização das medidas de compensação destinam-se a assegurar a restituição ecológica das populações de aves rupícolas (cegonha-preta, britango, Águia de Bonelli, águia-real, bufo-real, falcão-peregrino, gralha-de-bico-vermelho) afetadas pelo previsível impacto negativo das novas linhas que irão atravessar o Parque Natural do Douro Internacional (PNDI) e o vale do rio Távora, tendo sido estruturadas nas seguintes componentes:

- **Descrição e avaliação da situação de referência e seleção dos locais a intervir**
- **Implementação de Medidas Compensatórias de Gestão de Habitat**

As ações de melhoria e restauração ecológica terão por base a implementação das seguintes medidas de gestão de *habitat*:

- **Medida 1:** gestão de *habitat* para coelho bravo e perdiz-vermelha;
  - **Medida 2:** construção e povoamento de pombais tradicionais;
  - **Medida 3:** execução de charcas;
  - **Medida 4:** promoção de pastoreio extensivo.
- **Plano de monitorização do sucesso reprodutor e do uso do espaço por parte dos casais que ocorrem na área de intervenção**

Durante 2011, foi iniciada a implementação de medidas compensatórias de melhoria e restauração ecológica no Parque Natural do Douro Internacional e no Vale do Rio Távora. Estas incluem medidas de gestão de *habitat* para coelho bravo e perdiz-vermelha (realização de desmatações e sementeiras, entre outras medidas) que irão permitir aumentar o número de efetivos destas espécies, sendo que, por sua vez, constituem alimento das aves de rapina. Irá adicionalmente promover-se o pastoreio extensivo e que beneficia também a perdiz vermelha. Da mesma forma, a construção e povoamento de pombais visa aumentar o alimento disponível para as aves de rapina.

---

 LINHA MOGADOURO – MACEDO DE CAVALEIROS
 

---

Em 2011 foram implementadas as seguintes medidas compensatórias:

**Medida 1** – Gestão de *habitat* para recuperação das populações de espécies-presa, a qual visou a melhoria das condições de sobrevivência das principais presas selvagens das aves de rapina em estudo, o coelho bravo e a perdiz-vermelha, através da execução de medidas de gestão para recuperação de *habitat*, através da instalação de mosaicos de sementeiras e pontos de água no território de gestão de águia, em locais estratégicos e afastados das LMAT;

**Medida 2** – Recuperação e repovoamento de pombais, onde se pretendeu recuperar e repovoar pombais tradicionais de forma a aumentar a população de pombos, enquanto presas disponíveis para os casais de Águia de Bonelli e águia-real, em locais estratégicos e afastados das LMAT.

**Medida 3** – Monitorização dos casais de Águia de Bonelli e águia-real presentes na área de estudo, focando-se principalmente na verificação do sucesso reprodutor e do uso do espaço por parte dos casais de Águia de Bonelli e águia-real presentes na área em estudo.

---





## 03 GOVERNO SOCIETÁRIO



# UMA ONDA DE RENOVAÇÃO

Reflexo da aposta nacional no domínio das energias renováveis, o Estado Português atribuiu à REN, através da empresa Enondas, a concessão das infraestruturas que tornarão possível a produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. Uma rede que liga o presente a um futuro sustentável num desafio científico e tecnológico, que visa colocar Portugal na liderança das energias limpas e, em particular, das ondas.

REN. A REDE QUE NOS UNE



# O. DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO



Enquanto sociedade emitente de ações que se encontram admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisbon (Eurolist by Euronext), a REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A. (“REN” ou “Sociedade” encontra-se sujeita, em matéria de divulgação de informação sobre governo societário, ao regime estabelecido no Código dos Valores Mobiliários (“Cód.VM”), na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”) n.º 1/2010, adotando ainda as recomendações estabelecidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2010 (“Recomendações da CMVM”), que se encontra disponível para consulta em [www.cmvm.pt](http://www.cmvm.pt).

Neste contexto, a REN declara adotar integralmente as aludidas recomendações emitidas pela CMVM em matéria de governo societário e que constam do mencionado Código, com exceção da Recomendação I.4.1, a qual não é cumprida pelas razões abaixo descritas.

Na tabela que se segue identificam-se, de uma forma esquematizada, as Recomendações da CMVM, mencionando-se, individualmente, aquelas que foram alvo de adoção integral, ou de não adoção, pela REN, bem como o local do presente relatório em que pode ser encontrada uma descrição mais detalhada acerca da adoção.

Recomendação/capítulo(1)	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<b>I. ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>		
<b>I.1.1.</b> O presidente da mesa da assembleia geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	<b>Adotada</b>	4.6
<b>I.1.2.</b> A remuneração do presidente da mesa da assembleia geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da sociedade.	<b>Adotada</b>	6.1

<sup>1</sup> Por capítulo entende-se que a referência é feita ao Código do Governo da Sociedade da CMVM.

(Continuação)

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<b>I.2. PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA</b>		
<b>I.2.1.</b> A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em assembleia geral não deve ser superior a 5 dias úteis.	<b>Não aplicável</b> <i>(Desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, e de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º-C do Cód.VM, tem direito a participar nas Assembleias Gerais da REN quem na data de registo for titular de ações que lhe confirmam pelo menos 1 voto. O exercício do direito de participação e votação na Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações posteriormente à data de registo, nem depende do seu bloqueio entre aquela data e a data da Assembleia Geral.)</i>	4.5
<b>I.2.2.</b> Em caso de suspensão da reunião da assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	<b>Não aplicável</b> <i>(Desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de Maio, o exercício do direito de participação e votação na Assembleia Geral não depende do seu bloqueio.)</i>	4.5
<b>I.3. VOTO E EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO</b>		
<b>I.3.1.</b> As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	<b>Adotada</b>	4.2
<b>I.3.2.</b> O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a 3 dias úteis.	<b>Adotada</b>	4.2
<b>I.3.3.</b> As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que designadamente: <i>i)</i> tenham ações que não confirmam o direito de voto; <i>ii)</i> estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	<b>Adotada</b>	4.3
		4.1
<b>I.4. QUÓRUM E DELIBERAÇÕES</b>		
<b>I.4.1.</b> As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	<b>Não adotada</b> <i>(O quórum deliberativo para a adoção de deliberações sobre alterações do contrato de sociedade, cisão, fusão, transformação ou dissolução é de dois terços dos votos emitidos seja em primeira seja em segunda convocatória, tendo em vista assegurar uma adequada representatividade dos acionistas face à natureza das atividades prosseguidas pela Sociedade e à sua estrutura acionista).</i>	4.7

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<b>I.5. ATAS E INFORMAÇÃO SOBRE DELIBERAÇÕES ADOTADAS</b>		
<b>I.5.</b> Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na internet da sociedade durante pelo menos três anos.	Adotada	4.8
<b>I.6. MEDIDAS RELATIVAS AO CONTROLO DAS SOCIEDADES</b>		
<b>I.6.1.</b> As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao lega – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adotada	4.1
<b>I.6.2.</b> Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adotada	5.9
<b>II. ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>II.I. TEMAS GERAIS</b>		
<b>II.I.I. ESTRUTURA E COMPETÊNCIA</b>		
<b>II.I.I.I.</b> O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o governo da sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Adotada	1.1 5.1 5.2 5.3 5.4

(Continuação)

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<p><b>II.1.1.2.</b> As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: <i>i)</i> fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; <i>ii)</i> identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; <i>iii)</i> análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; <i>iv)</i> gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; <i>v)</i> mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; <i>vi)</i> adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; <i>vii)</i> avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.</p>	<b>Adotada</b>	5.8
<p>II.1.1.3. O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.</p>	<b>Adotada</b>	5.8
<p>II.1.1.4. As sociedades devem, no relatório anual sobre o governo da sociedade: <i>i)</i> identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; <i>ii)</i> descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.</p>	<b>Adotada</b>	5.8
<p>II.1.1.5. Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento, os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.</p>	<b>Adotada</b>	1.1 5.5
<b>II.1.2. INCOMPATIBILIDADES E INDEPENDÊNCIA</b>		
<p>II.1.2.1. O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.</p>	<b>Adotada</b>	1.4 5.2
<p>II.1.2.2. De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.</p>	<b>Adotada</b>	1.4 5.2

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
II.1.2.3. A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	<b>Adotada</b>	1.4 5.2
<b>II.1.3. ELEGIBILIDADE E NOMEAÇÃO</b>		
II.1.3.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	<b>Adotada</b>	1.7 5.4
II.1.3.2. O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	<b>Adotada</b>	5.2
<b>II.1.4. POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES</b>		
II.1.4.1. A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	<b>Adotada</b>	5.10
II.1.4.2. As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o governo da sociedade.	<b>Adotada</b>	5.10
<b>II.1.5. REMUNERAÇÃO</b>		
II.1.5.1. A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente da seguinte forma:	<b>Adotada</b>	6.2 6.3 6.4 6.5



*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<p>i) A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da empresa.</p>		
<p>ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.</p>		
<p>iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.</p>		
<p>iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.</p>		
<p>v) Até ao termo do seu mandato, devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.</p>		
<p>vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p>		
<p>vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do administrador.</p>		
<p>viii) A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>		

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<p>II.1.5.2. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: <i>h)</i> sobre os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; <i>i)</i> sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.</p>	<b>Adotada</b>	6.6 6.7 Anexo V
<p>II.1.5.3. A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.</p>	<b>Adotada</b>	6.6 6.7 Anexo V
<p>II.1.5.4 Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º do Código Valores Mobiliários.</p>	Não Aplicável	6.8
<p>II.1.5.6. Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.</p>	<b>Adotada</b>	6.6
<p>II.1.5.7. Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.</p>	<b>Revogada</b> <i>(Revogada pela entrada em vigor dos deveres de prestação de informação previstos na alíneas c) e d) do artigo 3.º do Regulamento da CMVM n.º 1/2010)</i>	6.9

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
<b>II.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		
II.2.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	1.5
		1.6
		5.3
II.2.2. O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: <i>i)</i> definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; <i>ii)</i> definir a estrutura empresarial do grupo; <i>iii)</i> decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adotada	1.5
		1.6
		5.3
II.2.3. Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o conselho de administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Adotada	5.2
II.2.4. O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Adotada	5.2
II.2.5. A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no conselho de administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o governo da sociedade.	Adotada	5.2
<b>II.3. ADMINISTRADOR DELEGADO, COMISSÃO EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO</b>		
II.3.1. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Adotada	5.2
		5.3

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
II.3.2. O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente da conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	<b>Adotada</b>	5.3
II.3.3. O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Não aplicável (A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adotado pela REN.)	
<b>II.4. CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO, COMISSÃO PARA AS MATÉRIAS FINANCEIRAS, COMISSÃO DE AUDITORIA E CONSELHO FISCAL</b>		
II.4.1. O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: <i>i)</i> a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; <i>ii)</i> a estrutura empresarial do grupo; e <i>iii)</i> decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável (A presente recomendação não é aplicável face ao modelo de governo societário adotado pela REN.)	
II.4.2. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	<b>Adotada</b>	1.7 5.4
II.4.3. Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	<b>Adotada</b>	1.7 5.4

(Continuação)

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
II.4.4. O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	<b>Adotada</b>	1.7 5.4 5.11
II.4.5. O conselho geral de supervisão, comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	<b>Adotada</b>	1.7 5.4 5.11 Anexo IV
II.4.6. Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviço de <i>compliance</i> ) devem reportar funcionalmente à comissão de auditoria, ao conselho geral e de supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao conselho fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	<b>Adotada</b>	5.8 1.7
<b>II.5. COMISSÕES ESPECIALIZADAS</b>		
II.5.1. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: <i>i</i> ) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; <i>ii</i> ) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; <i>iii</i> ) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	<b>Adotada</b>	1.1 5.1 5.6
II.5.2. Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remunerações.	<b>Adotada</b>	1.8

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
II.5.3 Não deve ser contratada para apoiar a comissão de remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do conselho de administração, ao próprio conselho de administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	<b>Adotada</b>	1.8
II.5.4. Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	<b>Adotada</b>	1.8 5.2 5.3 5.4
<b>III. INFORMAÇÃO E AUDITORIA</b>		
<b>III.I. DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO</b>		
III.1.1. As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contato com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	<b>Adotada</b>	2.1 2.2
III.1.2. A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês:	<b>Adotada</b>	2.3
a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;		
b) Estatutos;		
c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;		
d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;		
e) Documentos de prestação de contas;		
f) Calendário semestral de eventos societários;		
g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral;		
h) Convocatórias para a realização de assembleia geral.		
III.1.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	<b>Adotada</b>	1.9

*(Continuação)*

Recomendação/capítulo( )	Indicação sobre a adoção da Recomendação	Descrição no presente Relatório
III.1.4. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	<b>Adotada</b>	1.9
III.1.5. A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	<b>Adotada</b>	5.11 Anexo IV
<b>IV. CONFLITOS DE INTERESSES</b>		
<b>IV.I. RELAÇÕES COM ACIONISTAS</b>		
IV.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adotada	5.7 Anexo II
IV.1.2. Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Adotada	5.7 Anexo II

# 01. ESTRUTURA DE GOVERNO SOCIETÁRIO



## 1.1 MODELO DE GOVERNO SOCIETÁRIO DA REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S.A.

A estrutura de governo societário da REN, enquanto modo de organização e de funcionamento orgânico, constitui um elemento relevante e agilizador para a prossecução das finalidades e dos objetivos da Sociedade e do seu grupo económico, de forma consentânea com a sua inserção económica e social no âmbito do setor energético e com a natureza de serviço público da generalidade das atividades realizadas ao abrigo dos regimes de concessão. No modelo de governo societário adotado é definido que a administração da Sociedade se encontra atribuída ao Conselho de Administração, a sua gestão corrente está cometida à Comissão Executiva e a supervisão e acompanhamento da sua atividade é exercida pela Comissão de Auditoria, cabendo ao Revisor Oficial de Contas o exame das demonstrações financeiras da Sociedade.

O modelo criado assenta num equilíbrio orgânico que resulta da consideração do papel dos acionistas na escolha do órgão de administração e dos órgãos de fiscalização e da necessidade de uma gestão eficiente e profissional que permita desenvolver os negócios sociais. Nessa medida, reside no coletivo de acionistas a competência para a eleição do Conselho de Administração, no qual se integra a Comissão de Auditoria, e para a designação dos Presidentes dos órgãos de administração e de fiscalização. Por sua vez, ao Conselho de Administração compete a designação dos membros da Comissão Executiva, incluindo o respetivo Presidente.

No exercício de 2011, na sequência da renúncia aos respetivos cargos pelos administradores Luís Maria Atienza

Serna, Filipe de Botton, Manuel Carlos Mello Champalimaud e Gonçalo José Zambrano de Oliveira comunicada ao mercado em 10 de março de 2011, foram eleitos na Assembleia Geral Anual, realizada em 15 de abril de 2011, como novos administradores para o remanescente do período do mandato 2010-2012 os acionistas, OLIREN – SGPS, S.A., Gestmin, SGPS, S.A., Red Eléctrica Corporación, S.A. e EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A., (anteriormente denominada Logoplaste – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.). Posteriormente, aquelas sociedades, em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 390.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), nomearam Gonçalo Xavier Araújo, José Manuel Félix Morgado, Luís Maria Atienza Serna e Luís Guedes da Cruz Almeida, respetivamente, para exercerem o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Sociedade em nome próprio. Acresce que, conforme comunicado ao mercado em 29 de dezembro de 2011, João Nuno de Oliveira Jorge Palma apresentou, naquela data, a sua renúncia ao cargo de administrador com funções executivas da REN, passando o Conselho de Administração a ser composto por doze membros.

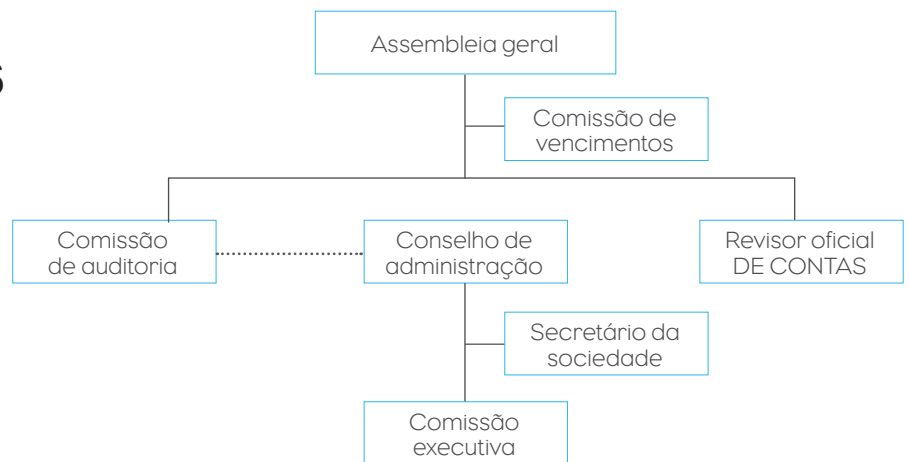
O modelo criado permitiu, mais uma vez, verificar a adequação e o equilíbrio do modelo de governo societário aplicado, em concreto, na REN, às exigências de funcionamento do Grupo nas áreas da energia elétrica e do gás natural em que se encontra envolvido, não se tendo verificado a existência de quaisquer constrangimentos ao seu funcionamento e, portanto, de razões justificativas para a introdução de qualquer alteração naquele modelo organizativo.



Tendo em vista uma melhor compreensão do modo de organização e funcionamento da REN em matéria de *corporate governance*, a Sociedade

proporciona ao público em geral o Contrato de Sociedade atualizado e os regulamentos dos órgãos sociais, no respetivo sítio na internet em [www.ren.pt](http://www.ren.pt).

## 1.2 ÓRGÃOS SOCIAIS DO GRUPO



## 1.3 ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral constitui o órgão máximo da Sociedade, sendo composto pela universalidade dos acionistas. Aos acionistas reunidos em Assembleia Geral compete o seguinte: (i) no plano orgânico, eleger o Presidente e o Vice-Presidente da Mesa, os membros dos órgãos de administração e fiscalização, o ROC (sob proposta da Comissão de Auditoria) e os membros da Comissão de Vencimentos assim como destituir os membros destes órgãos; e (ii) no plano material, aprovar o relatório e contas, a proposta de aplicação de resultados e o parecer da Comissão de Auditoria, deliberar sobre as alterações ao Contrato de Sociedade, bem como autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição ou alienação de bens, direitos ou participações sociais de valor económico superior a 10% dos ativos fixos da Sociedade e à aquisição

e alienação de ações próprias. Em geral, a Assembleia Geral delibera ainda sobre qualquer assunto para que tenha sido convocada e sobre todas as matérias que lhe sejam especialmente atribuídas por lei ou pelo Contrato de Sociedade e sobre as que não se encontrem compreendidas nas atribuições de outros órgãos da Sociedade.

Para que a Assembleia possa reunir e deliberar, em primeira convocação, é necessário que se encontrem presentes ou representados acionistas que detenham, pelo menos, 51% do capital social. Quer em primeira quer em segunda convocação, as deliberações sobre alterações do Contrato de Sociedade, cisão, fusão, transformação ou dissolução da Sociedade só se consideram aprovadas por dois terços dos votos emitidos.

A Mesa da Assembleia Geral tem a seguinte composição:

NOME	IDADE <sup>2</sup>	CARCO	DATA DA 1.ª DESIGNAÇÃO	MANDATO EM CURSO (*)
Agostinho Pereira de Miranda	63	Presidente	15.03.2010	2010-2012
Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos	54	Vice-Presidente	24.10.2008	2010-2012

(\*) TAL COMO DIVULGADO PELA SOCIEDADE, SERÁ COLOCADA À VOTAÇÃO NA PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL UMA PROPOSTA ACIONISTA DE ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA NO SENTIDO DE O MANDATO ATUALMENTE EM VIGOR, CORRESPONDENTE AO TRIÉNIO 2010-2012, SE CONSIDERAR CESSADO E DETERMINANDO O ANO DE 2012 COMO REFERÊNCIA TEMPORAL PARA O INÍCIO DA CONTAGEM DOS PRÓXIMOS MANDATOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, O PRIMEIRO DOS QUAIS CORRESPONDENDO, ASSIM, AO TRIÉNIO 2012-2014.

No exercício das suas funções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral conta com o apoio do Vice-Presidente da Mesa, bem como do Secretário da Sociedade, Dr. Pedro Cabral Nunes, no âmbito das respetivas competências legais.

Cabe à Assembleia Geral deliberar sobre quaisquer alterações estatutárias,

sendo o quórum constitutivo em primeira convocação de 51% do capital social da REN e sendo a maioria de aprovação dois terços dos votos emitidos, seja em primeira seja em segunda convocação. Em segunda convocação, não existe quórum constitutivo.

## 1.4 COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração, o qual era até àquela data composto por 13 membros, passou a ser composto por 12 membros, dos quais três integram a Comissão de Auditoria, uma vez que João Nuno de Oliveira Jorge Palma apresentou, em 29 de dezembro de 2011, carta de renúncia ao cargo de vogal do Conselho de Administração e de membro da Comissão Executiva, a qual produziu efeitos no dia 31 de dezembro de 2011.

Atualmente, o Conselho de Administração da Sociedade é composto pelos seguintes membros, eleitos na Assembleia Geral Anual da REN realizada no dia 15 de março de 2010 e na Assembleia Geral Anual da REN realizada em 15 de abril de 2011<sup>3</sup>, que se encontram atualmente em funções para o mandato de 2010-2012:

<sup>2</sup> a 31 de dezembro de 2011.

<sup>3</sup> Na sequência da renúncia ao cargo apresentada em março de 2011 pelos administradores Luís Maria Atienza Serna, Filipe de Botton, Manuel Carlos Mello Champalimaud e Gonçalo José Zambrano de Oliveira, foram eleitos na Assembleia Geral Anual, realizada em 15 de abril de 2011, para o remanescente do período do mandato 2010-2012 em curso, os seguintes novos administradores da Sociedade:

- EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (anteriormente denominada por Logoplaste – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.), que nomeou Luís Guedes da Cruz Almeida, para exercer o cargo em nome próprio, conforme comunicado ao mercado em 28 de julho de 2011;
- Gestmin, SGPS, S.A., que nomeou José Manuel Félix Morgado, para exercer o cargo em nome próprio, conforme comunicado ao mercado em 15 de setembro de 2011;
- Oliren, SGPS, S.A., que nomeou Gonçalo Xavier Araújo, para exercer o cargo em nome próprio, conforme comunicado ao mercado em 15 de setembro de 2011; e
- Red Eléctrica Corporación, S.A., que nomeou Luís Maria Atienza Serna, para exercer o cargo em nome próprio, conforme comunicado ao mercado em 15 de setembro de 2011.

NOME	IDADE <sup>(4)</sup>	CARCO
Rui Manuel Janes Cartaxo	59	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Aníbal Durães dos Santos	64	Administrador e Membro da Comissão Executiva
João Caetano Carreira Faria Conceição	37	Administrador e Membro da Comissão Executiva
João Manuel de Castro Plácido Pires	61	Administrador e Membro da Comissão Executiva
<u>Luís Maria Atienza Serna</u> (em representação da Red Eléctrica Corporación, S.A.)	54	Administrador
<u>Gonçalo Xavier Araújo</u> (em representação da Oliren, SGPS, S.A.)	36	Administrador
<u>José Manuel Félix Morgado</u> (em representação da Gestmin, SGPS, S.A.)	51	Administrador
<u>José Isidoro d' Oliveira Carvalho Neto</u>	66	Administrador
<u>Luís Guedes da Cruz Almeida</u> (em representação da EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)	33	Administrador
José Luís Alvim Marinho	59	Administrador e Presidente da Comissão de Auditoria
José Frederico Vieira Jordão	66	Administrador e Membro da Comissão de Auditoria
Fernando António Portela Rocha de Andrade	40	Administrador e Membro da Comissão de Auditoria

<sup>4</sup> A 31 de dezembro de 2011.

Uma descrição mais detalhada acerca dos membros do órgão de administração em efetividade de funções consta do Anexo I.

Atentos os critérios de aferição de independência previstos na Recomendação da CMVM II.1.2.3. e no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração da REN considera independentes os seguintes administradores não executivos:

- José Luís Alvim Marinho (Presidente da Comissão de Auditoria)
- José Frederico Vieira Jordão (Membro da Comissão de Auditoria)
- Fernando António Portela Rocha de Andrade (Membro da Comissão de Auditoria)
- José Isidoro d'Oliveira Carvalho Neto

Ademais, todos os membros não executivos do Conselho de Administração acima identificados como independentes (para além, naturalmente, dos administradores que integram a Comissão de Auditoria) cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, todas as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção das previstas nas alíneas b) e c).

Neste contexto, o Conselho de Administração da Sociedade entende que a independência dos administradores não executivos acima identificados não é afetada por: (i) se encontrarem nas situações previstas na mencionada alínea b) do n.º 1 do artigo 414.º-A, já que são membros do órgão de administração da Sociedade; nem por (ii) o Senhor Administrador José Isidoro d'Oliveira Carvalho Neto exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), SGPS, S.A. (“OMIP”) (i.e., de uma sociedade que, até outubro de 2011, se encontrava numa relação de domínio ou de grupo com a REN), pelas seguintes razões:

- A aplicação aos membros do órgão de administração dos critérios em matéria de incompatibilidades previstos para os membros dos órgãos de fiscalização deve ser efetuada com as necessárias adaptações, tendo em conta a coerência sistemática e teleológica subjacente à Recomendação II.1.2.3. da CMVM;
- A *ratio* que justifica as incompatibilidades previstas naquelas alíneas relativamente aos membros dos órgãos de fiscalização (essencialmente, a proximidade ou participação na gestão do Grupo) não se justifica relativamente aos membros do órgão de administração;
- Os administradores em causa não se encontram associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade nem em qualquer circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão;
- A relação de grupo que existiu com o OMIP até outubro de 2011 não afetou nem afeta a independência da sua gestão, a qual decorre da natureza de mercado organizado de negociação de produtos financeiros relativos a energia elétrica, atentas as exigências de idoneidade e, em certa medida, de independência aplicáveis aos membros do órgão de administração de sociedades gestoras de mercados regulamentados.

Os demais membros não executivos do Conselho de Administração acima identificados cumpririam, se lhes fossem aplicáveis, todas as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com exceção das previstas nas alíneas b) e h).

Atento o exposto, a REN cumpre plenamente as Recomendações II.1.2.1 a II.2.1.3, uma vez que o Conselho de Administração inclui um número adequado de administradores não executivos e, de entre estes, administradores independentes.

## 1.5 COMPETÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos estatutariamente previstos (artigo 15.º, n.º 1 do Contrato de Sociedade), ao Conselho de Administração compete em especial:

- Definir os objetivos e as políticas de gestão da Sociedade;
- Elaborar os planos de atividade e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por outra forma alienar ou onerar direitos ou bens, móveis ou imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Propor à Assembleia Geral a aquisição e alienação de ações próprias, dentro dos limites fixados na lei;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as normas de funcionamento interno, designadamente relativas ao pessoal e sua remuneração;
- Designar o secretário da Sociedade e o respetivo suplente;
- Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes,

incluindo os de substabelecer;

- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.
- De acordo com o artigo 15.º, n.º 2 do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração deverá submeter à aprovação prévia da Assembleia Geral a aquisição e alienação de bens, direitos ou participações sociais de valor económico superior a 10% dos ativos fixos da Sociedade.

O Contrato de Sociedade da REN não autoriza o Conselho de Administração a aumentar o capital social da Sociedade, ao abrigo do disposto no artigo 456.º do Código das Sociedades Comerciais.

Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, o Presidente do Conselho de Administração é escolhido pela Assembleia Geral, de entre os administradores eleitos, e dispõe de voto de qualidade. O Conselho de Administração designa qual dos seus membros substitui o Presidente, nas faltas e impedimentos deste, sendo que também o substituto designado dispõe de voto de qualidade.

Nos termos do artigo 17.º do Contrato de Sociedade da REN, compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:

- Representar o Conselho de Administração;
- Coordenar a atividade do Conselho de Administração e convocar e presidir às respetivas reuniões;
- Zelar pela correta execução das deliberações tomadas.

## 1.6 COMISSÃO EXECUTIVA

Nos termos previstos no n.ºs 3 e 4 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 16.º do Contrato de Sociedade da REN, o Conselho de Administração delegou poderes de gestão na Comissão Executiva da Sociedade.

Até à renúncia do Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma, comunicada ao mercado a 29 de dezembro de 2011, a Comissão Executiva era composta pelos seguintes membros:

Rui Manuel Janes Cartaxo	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Aníbal Durães dos Santos	Vogal
João Caetano Carreira Faria Conceição	Vogal
João Manuel de Castro Plácido Pires	Vogal
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	Vogal

A partir do dia 1 de janeiro de 2012, na sequência da renúncia acima referida, a Comissão Executiva passou a ser

composta pelos seguintes 4 administradores:

Rui Manuel Janes Cartaxo	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva
Aníbal Durães dos Santos	Vogal
João Caetano Carreira Faria Conceição	Vogal
João Manuel de Castro Plácido Pires	Vogal

Em 15 de março de 2010, o Conselho de Administração delegou na Comissão Executiva os poderes de gestão corrente da Sociedade, os quais incluem as seguintes competências, a exercer ao abrigo e dentro dos limites fixados anualmente no orçamento de exploração e no plano estratégico, aprovados, sob proposta da Comissão Executiva, pelo Conselho de Administração:

- Estabelecer a organização funcional e administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, incluindo em relação aos recursos humanos e à sua remuneração, e os sistemas e procedimentos internos de controlo;

- Preparar e executar os orçamentos de exploração e os planos de investimento e desenvolvimento a médio e longo prazo;
- Negociar, celebrar, modificar e promover a cessação de quaisquer contratos, incluindo, entre outros, contratos de aquisição ou alienação de bens ou direitos, contratos de prestação de serviços, contratos de trabalho e contratos bancários, nomeadamente para financiamento da REN ou de empresas do Grupo (salvo quando se trate de contratos de financiamento a médio ou longo prazo);

- Adquirir, alienar ou onerar (salvo mediante a constituição de garantias reais) bens do ativo imobilizado da Sociedade;
  - Tomar ou dar de arrendamento quaisquer prédios ou frações de imóveis;
  - Coordenar a atividade das sociedades que se encontrem em relação de domínio com a REN, podendo ainda, quanto às sociedades em relação de domínio total, dirigir instruções vinculativas, nos termos legais aplicáveis;
  - Gerir as participações sociais detidas pela REN, incluindo através da designação dos seus representantes nos respetivos órgãos sociais e definindo orientações para a atuação desses representantes;
  - Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, bem como propor e prosseguir quaisquer ações judiciais ou arbitrais, confessá-las e delas desistir ou transigir, e bem assim celebrar convenções de arbitragem;
  - Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias; e
  - Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes.
  - Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e da aludida deliberação, a delegação de competências na Comissão Executiva não exclui, no entanto, a competência do Conselho de Administração para tomar deliberações sobre as matérias objeto de delegação, nem abrange as seguintes matérias:
    - A cooptação de administradores;
    - O pedido de convocação de assembleias gerais;
    - A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
    - A aprovação das contas semestrais e trimestrais a publicar nos termos legais aplicáveis;
    - A prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
    - A mudança da sede social e a realização de aumentos do capital social da Sociedade, nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
    - A aprovação de projetos de fusão, cisão e transformação da REN.
    - A definição da estratégia e políticas gerais da REN;
    - A definição da estrutura empresarial do grupo REN;
    - As decisões consideradas estratégicas.
- Tendo em vista a otimização da eficiência da gestão, os membros da Comissão Executiva repartiram entre si a responsabilidade pelo acompanhamento direto de áreas específicas de atuação da Sociedade, nos termos que constam do gráfico seguinte, os quais permaneceram em vigor até 1 de janeiro de 2012:

	RUI CARTAXO Presidente	ANÍBAL SANTOS Administrador	JOÃO CONCEIÇÃO Administrador	JOÃO PALMA Administrador	PLÁCIDO PIRES Administrador
<b>SOCIEDADES</b>			REN Gasodutos		REN Serviços
			REN Altântico		
		Enondas	REN Armazenagem		
			REN Trading		OMIP
			REN Telecom		
<b>ESTRUTURAS CORPORATIVAS</b>	Estratégia e Novos Negócios				
	Comunicação, Marketing e Responsabilidade Social			Planeamento e Controlo de Gestão	
	Relações com o Investidor				
<b>APOIO ÀS CONCESSÕES</b>	Agenda Europeia de Energia	Mercado e Liquidações	Regulação		
		Gestão de Servidões e Património	Estudos e Informação Operacional		
<b>ÁREAS DA REN SERVIÇOS</b>	Consultoria e Serviços Comerciais	Serviços Jurídicos		Gestão Financeira	Sistemas de Informação
				Compras	Sustentabilidade
	Recursos Humanos	Rede Eléctrica Nacional		Contabilidade	Serviços Administrativos

A partir daquela data, o Presidente da Comissão Executiva, Rui Manuel Janes Cartaxo, passou a acumular as funções anteriormente desempenhadas pelo

Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma, cuja renúncia foi comunicada ao mercado a 29 de dezembro de 2011.

## 1.7 COMISSÃO DE AUDITORIA

A fiscalização dos negócios sociais cabe a uma Comissão de Auditoria, composta por três membros, os quais integram igualmente o Conselho de Administração e possuem as

competências adequadas ao exercício das respectivas funções.

Os membros que atualmente integram a Comissão de Auditoria são:

José Luís Alvim Marinho	Presidente
José Frederico Vieira Jordão	Vogal
Fernando António Portela Rocha de Andrade	Vogal



Na sequência da respetiva autoavaliação, a Comissão de Auditoria concluiu que todos os seus membros são independentes nos termos e para os efeitos do n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e observam os requisitos estabelecidos no n.º 1 do artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais (com exceção da alínea b) que, por natureza, não lhes é aplicável) quanto à inexistência de incompatibilidades para o exercício das respetivas funções.

De entre os membros da Comissão de Auditoria, os Senhores José Luis Alvim Marinho e José Frederico Vieira Jordão possuem curso superior adequado e conhecimento em auditoria ou contabilidade. A Comissão de Auditoria dispõe dos poderes e encontra-se sujeita aos deveres estabelecidos na lei e no Contrato de Sociedade da REN, competindo-lhe, em especial:

- Fiscalizar a administração da Sociedade e velar pela observância da lei e do Contrato de Sociedade;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à REN ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela REN conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados;
- Verificar a exactidão dos documentos de prestação de contas preparados pelo Conselho de Administração e fiscalizar a respetiva revisão;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade ou outros;
- Propor à Assembleia Geral a nomeação do Revisor Oficial de Contas;
- Fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvam um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções;
- Convocar a Assembleia Geral sempre que o presidente da respetiva Mesa o não faça, devendo fazê-lo.

A Comissão de Auditoria elabora anualmente um relatório sobre a sua atividade de fiscalização (incluindo referência a eventuais constrangimentos com que se tenha deparado) e apresenta um parecer sobre o relatório de gestão e as contas do exercício, bem como sobre o relatório de governo societário, sendo ambos disponibilizados conjuntamente com os documentos de prestação de contas no sítio na *internet* da REN, em [www.ren.pt](http://www.ren.pt).

## 1.8 COMISSÃO DE VENCIMENTOS

A Comissão de Vencimentos tem a função de apresentar e propor aos acionistas os princípios da política de remunerações dos órgãos sociais e de fixar as respetivas remunerações anuais, incluindo os respetivos complementos.

A Comissão de Vencimentos a exercer funções até ao termo do mandato em curso (trienio 2010-2012) é atualmente composta por José Emílio Castel-Branco (Presidente), Francisco Manuel Marques Bandeira e José Alexandre de Oliveira.

Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação na próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de o mandato atualmente em vigor, correspondente ao triénio 2010-2012, se considerar cessado e determinando o ano de 2012 como referência temporal para o início da contagem dos próximos mandatos dos órgãos sociais, o primeiro dos quais correspondendo, assim, ao triénio 2012-2014.

A atual Comissão de Vencimentos é composta por membros independentes em relação à administração. Nesta medida, a Comissão de Vencimentos não inclui qualquer membro de outro órgão social para o qual defina a respetiva remuneração, não tendo os três membros em exercício qualquer relação familiar com membros desses

outros órgãos sociais, enquanto seus cônjuges, parentes ou afins em linha reta até ao 3.º grau, inclusive.

Os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência relevantes em matéria de política de remunerações, em especial o Senhor Dr. Francisco Manuel Marques Bandeira.

No desempenho das suas funções, a Comissão de Vencimentos obteve aconselhamento por parte de entidades especializadas em matéria remuneratória, as quais não prestam ou prestaram, nos últimos 3 anos, serviços ao Conselho de Administração da REN ou a qualquer estrutura na sua dependência (ao abrigo de contrato de trabalho ou qualquer outra forma de colaboração incluindo a prestação de serviços), nem têm qualquer relação atual com consultora da Sociedade.

Na Assembleia Geral Anual realizada em 15 de abril de 2011 foi submetida à apreciação dos acionistas uma declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização.

A Comissão de Vencimentos realizou duas reuniões em 2011. Para cada reunião da Comissão de Vencimentos é elaborada a respetiva ata.

## 1.9 REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas é eleito pela Assembleia Geral sob proposta da Comissão de Auditoria, competindo-lhe especialmente proceder ao exame e verificação necessários à revisão e certificação legais das contas.

No âmbito das suas competências de auditor externo, o Revisor Oficial de Contas verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e está obrigado a reportar quaisquer deficiências à Comissão de Auditoria da Sociedade. O Revisor Oficial de Contas procede ainda

à verificação do relatório de governo societário, nos termos legais aplicáveis.

Compete igualmente ao Revisor Oficial de Contas verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, a exactidão dos documentos de prestação de contas e se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela REN conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados.

Sempre que o julgue conveniente e da forma que entenda adequada, o Revisor

Oficial de Contas deve também verificar a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à REN ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título.

O cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo da Sociedade é desempenhado, desde 15 de março de 2010, pela sociedade de revisores oficiais de contas Deloitte & Associados, SROC S.A., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 43 e registada na CMVM sob o n.º 231, representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo (ROC n.º 992). O Revisor Oficial de

Contas suplente da Sociedade é Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro, Revisor Oficial de Contas inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 572.

O auditor externo da REN (Deloitte & Associados, SROC S.A.) foi inicialmente contratado para exercer essas funções em 2009, pelo que não decorreu ainda o prazo correspondente ao decurso de 3 mandatos no exercício de funções do auditor externo, a partir do qual as sociedades devem promover a respectiva rotação de acordo com o previsto na Recomendação da CMVM III.1.3.

## 1.10 SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade e o seu suplente são nomeados pelo Conselho de Administração, cessando funções com o termo do mandato do órgão de administração que os tenha eleito. Ao Secretário compete, essencialmente, secretariar as reuniões dos órgãos sociais, satisfazer as solicitações dos acionistas no exercício do direito à informação e certificar os poderes dos membros dos órgãos sociais, cópias de atas e demais documentos da Sociedade, nos termos previstos no artigo 446.º-B do Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito do atual mandato, que se iniciou em 15 de março de 2010, o Conselho de Administração deliberou, na sua reunião de 22 de março de 2010, manter em funções o Secretário da Sociedade Pedro Cabral Nunes. Desde 24 de junho de 2010, na sequência da renúncia da então Secretária Suplente

da Sociedade, Daniela Pizarro de Sá, Mafalda Rebelo de Sousa é a Secretária Suplente da Sociedade.

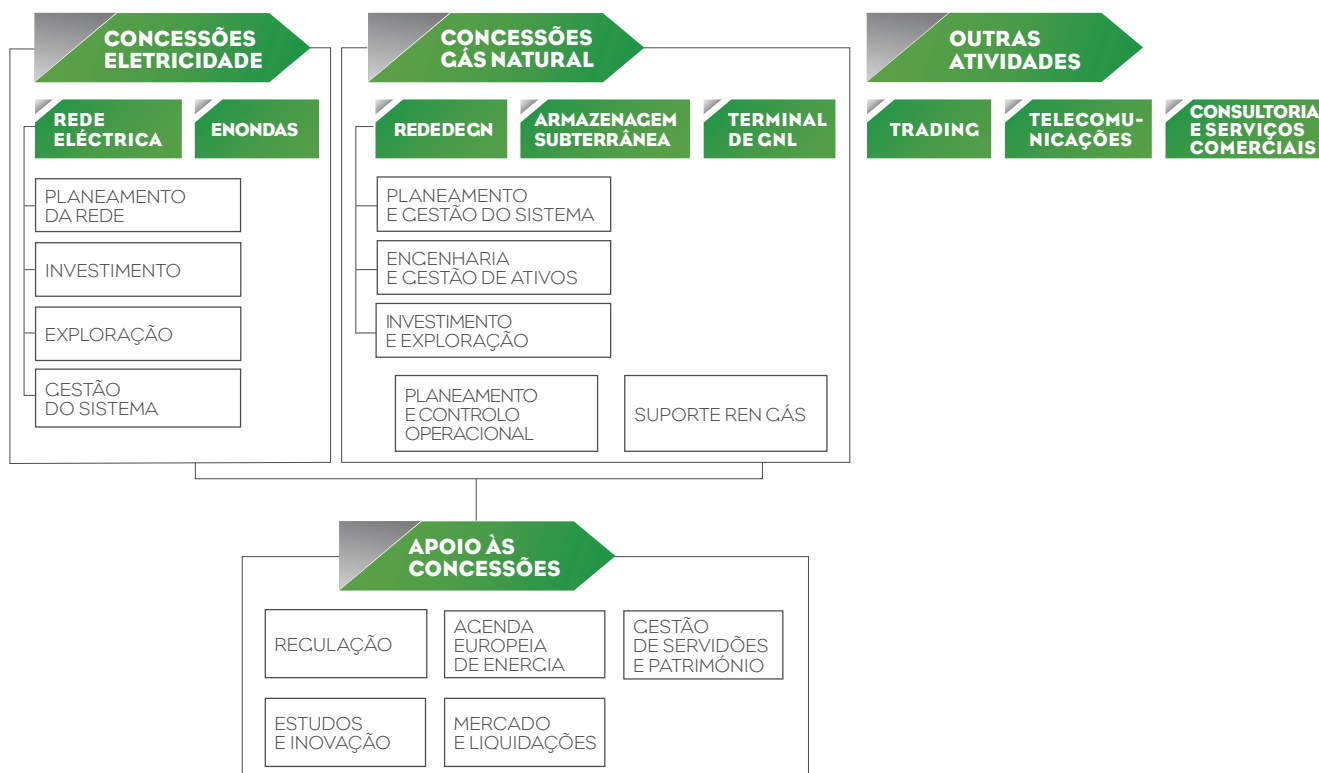
Assim, até ao fim do mandato em curso de 2010-2012, o Secretário e respetivo suplente são os seguintes:

- Secretário: Pedro Cabral Nunes
- Suplente: Mafalda Rebelo de Sousa

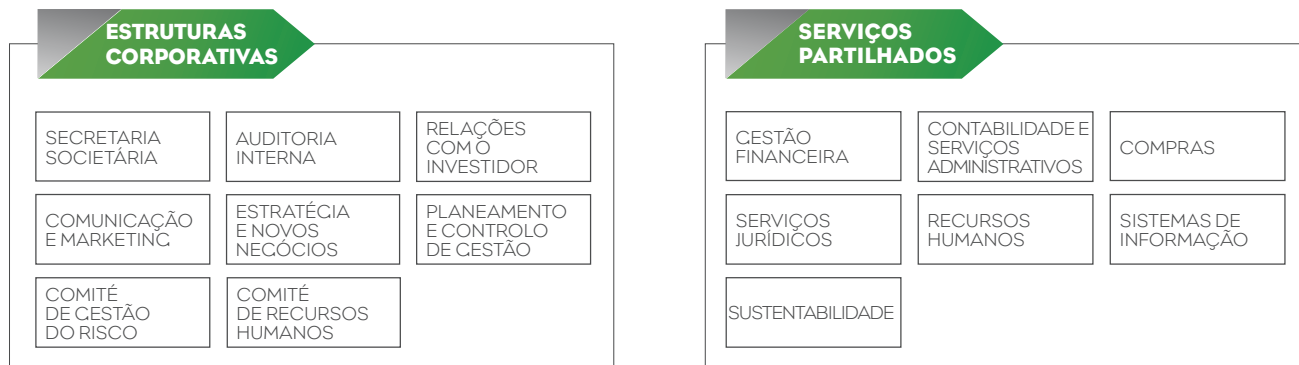
Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação na próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de o mandato atualmente em vigor, correspondente ao triénio 2010-2012, se considerar cessado e determinando o ano de 2012 como referência temporal para o início da contagem dos próximos mandatos dos órgãos sociais, o primeiro dos quais correspondendo, assim, ao triénio 2012-2014.

# 1.11 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

## GRUPO REN



## ESTRUTURAS CORPORATIVAS E DE SUPORTE



## 02. RELAÇÃO COM O MERCADO



### 2.1 DEVERES GERAIS DE INFORMAÇÃO

A REN assegura a existência de um contato permanente com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Neste sentido, a REN procura facultar toda a informação relevante sobre a evolução da sua atividade e dos resultados alcançados de uma forma verdadeira, clara e consistente, através de um contato permanente com acionistas, investidores do mercado de capitais e analistas financeiros, prestando uma especial atenção aos critérios utilizados na prestação de informação periódica, de forma a promover uma fácil comparação da

informação entre períodos de reporte.

De acordo com a política de relacionamento da REN com o mercado, os investidores devem ter disponível toda a informação essencial que possa influenciar as suas decisões de investimento (ou desinvestimento). Neste contexto, a REN tem como um dos seus princípios basilares a disponibilização de informação clara, completa e de acesso fácil e eficiente, permitindo, desse modo, um conhecimento geral sobre a real situação e atividade da Sociedade.

A REN utiliza o seu sítio na internet, em [www.ren.pt](http://www.ren.pt), como veículo dessa informação, sendo que esta é atualizada de forma regular.

### 2.2 DIREÇÃO DE RELAÇÕES COM O INVESTIDOR (DRI)

A Direção de Relações com o Investidor (DRI) foi criada em julho de 2007, dedicando-se em exclusivo às relações com os investidores e com o mercado em geral, podendo ser contactado pelas seguintes vias:

**Ana Fernandes** – Diretora  
**Alexandra Martins**  
**Telma Mendes**

**Morada:** REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.  
A/C: Gabinete de Relações com o Investidor  
Avenida dos Estados Unidos da América, 55  
1749-061 LISBOA – Portugal

**Telefone:** 21 001 35 46

**Telefax:** 21 001 31 50

**E-mail:** [ir@ren.pt](mailto:ir@ren.pt)

Atualmente, a DRI desenvolve as suas atribuições, sob a coordenação do Presidente do Conselho de Administração, *Chief Executive Officer* e *Chief Financial Officer*, Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo, reportando-lhe diretamente.

Em 2011, o Representante para as Relações com o Mercado da REN foi o Administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma, executando também as funções de *Chief Financial Officer* (CFO) do Grupo REN. Em virtude da sua renúncia ao cargo de Administrador Executivo, as suas funções, incluindo a de Representante Para as Relações com o Mercado, passaram a ser exercidas pelo Presidente do Conselho de Administração, até à designação de um novo CFO.

As principais atribuições da DRI são as seguintes:

- a) Garantir o cumprimento pontual das obrigações junto da entidade supervisora do mercado de capitais (CMVM) e de outras autoridades financeiras;
- b) Coordenar, elaborar e divulgar toda a informação disponibilizada pelo Grupo REN, quer no que se refere à divulgação de informação privilegiada e outras comunicações ao mercado, quer no que respeita à publicação das demonstrações financeiras periódicas;
- c) Assegurar a comunicação à Comissão Executiva do *feedback* recebido dos investidores institucionais, nomeadamente no que se refere a questões de natureza operacional e/ou estratégica e apresentar propostas para a sua implementação;
- d) Acompanhar de forma sistemática o conteúdo dos researchs de analistas, com o objetivo de contribuir para uma correta avaliação da estratégia e dos resultados da Sociedade;
- e) Preparar e acompanhar continuamente o *benchmark* financeiro e operacional dos concorrentes e *peer group*;
- f) Atuar como interlocutor da REN junto de acionistas, investidores do mercado de capitais e analistas financeiros;
- g) Fomentar o interesse de investidores institucionais potenciais, bem como de um maior número de analistas financeiros;
- h) Elaborar um plano anual de atividades da DRI, incluindo *road-shows*, visitas a investidores e organização do *Investor Day*;
- i) Desenvolver e manter a página de Relação com Investidores no sítio na internet da Sociedade.

#### ATIVIDADE DA DRI EM 2011

A atividade no ano de 2011 foi profundamente afetada pela instabilidade do quadro político e económico do

país. A crise da dívida soberana e os sucessivos *downgrades* do *rating* da dívida da República Portuguesa influenciaram negativamente o *rating* das empresas nacionais, entre as quais, a REN. Também a ameaça de uma eventual saída de Portugal da zona euro e a dúvidas sobre a sua capacidade de cumprir as suas responsabilidades financeiras contribuíram para um clima turbulento no país. Com efeito, alguns dos temas que preocuparam os analistas/investidores da REN foram o nível de dívida da REN e a sua maturidade, bem como a capacidade de financiamento do seu plano de investimentos. Com o *rating* da REN classificado por uma das agências abaixo de *investment grade*, surgiu o interesse de um novo tipo investidor (denominado *high yield*) que exige taxas de juro mais altas, mas que considera a REN um investimento potencialmente muito interessante, dado o seu baixo perfil de risco.

A segunda fase de reprivatização do capital social da REN, actualmente em curso, também marcou a atividade da Direção, principalmente no final do ano, quando arrancou todo o processo, no qual a DRI esteve bastante envolvida.

Outro tema de interesse recorrente foi a possível alteração da regulação da atividade. No âmbito da eletricidade, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) publicou, a 17 de outubro, a sua Proposta de Tarifas e Preços para a Energia Elétrica em 2012, assim como os parâmetros regulatórios para o período 2012-2014. No dia 18 de outubro, a REN realizou uma *conference call* para explicar as implicações desta proposta na sua atividade, e no dia 15 de dezembro, a ERSE publicou o documento final.

A possibilidade de ser concretizada a referida alteração, aliada ao início da segunda fase de reprivatização de 40% do capital social da REN, tiveram um efeito de captação do interesse de um crescente número de investidores sobre a REN, contribuindo significativamente para o início da cobertura do título por parte de novos analistas.

Outro assunto com destaque foi o interesse da REN em investir em Moçambique, embora não se tenha concretizado a venda de parte da participação do Estado Português na Hidroelétrica de Cahora Bassa.

Durante o ano de 2011, todas as apresentações de resultados, anuais e intercalares, foram lideradas pelo Presidente do Conselho de Administração, Rui Cartaxo, tendo sido acompanhado pelo então *Chief Financial Officer* e Representante para as Relações com o Mercado, o Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma. Todas as apresentações foram sucedidas por discussões da informação disponibilizada, as quais foram moderadas pela responsável da Direcção de Relações com o Investidor, Ana Fernandes.

Em 2011 realizaram-se 5 debates, 4 de esclarecimento sobre os resultados e sobre a proposta de alteração da regulação do sector eléctrico, durante as quais analistas e investidores puderam colocar diretamente as suas questões ao Presidente do Conselho de Administração e ao *Chief Financial Officer*. No total, a DRI prestou mais de uma centena de esclarecimentos a investidores e acionistas, de forma presencial, telefónica e por *e-mail*.

Para promover a visibilidade da Sociedade, a DRI esteve presente em diversos eventos realizados em Portugal e nas principais praças financeiras, como Nova Iorque, Londres, Paris, Madrid,

Copenhaga, Estocolmo, Helsínquia e Abu Dhabi.

No total, foram realizadas mais de 145 reuniões em 13 eventos, organizados por 7 entidades promotoras diferentes, que contaram com a presença de cerca de 120 investidores.

A REN efetua regularmente a divulgação de informação privilegiada antes da abertura da sessão da Euronext Lisbon ou após o seu encerramento, disponibilizando-a no sistema de difusão de informação da CMVM, e no sítio da internet da REN, na área de Relações com o investidor.

Também é distribuída informação via correio eletrónico a todos os que previamente solicitaram a sua inclusão na *mailing list* da DRI, quer se tratem de accionistas, investidores ou analistas, agências noticiosas ou meios de comunicação internacionais, tais como a Reuters ou a Bloomberg, ou a qualquer pessoa que a solicite via endereço electrónico, disponibilizado no sítio na *internet* e amplamente divulgado em todas as publicações da Direcção. Durante o ano de 2011, o sítio na *internet* da REN obteve mais de 75 novos registos através da opção "receber alertas" (20 em 2010), contando atualmente com mais de 225 registos permanentes. Adicionalmente, pode ser solicitado a esta Direcção toda a informação pública sobre o Grupo REN, através da página de contactos no sítio na *internet*, por telefone, correio eletrónico, fax ou carta.

## 2.3 INFORMAÇÃO DA SOCIEDADE NO SÍTIO DA INTERNET

A REN dispõe de um sítio na *internet* exclusivamente destinado à divulgação de informação que, por regra, contém toda a informação institucional pública acerca do Grupo. O *website*, cujo endereço é [www.ren.pt](http://www.ren.pt), está disponível em português e inglês e contém uma secção totalmente dedicada ao investidor (<http://www.ren.pt/vPT/Investidor/Pages/Homepage.aspx>), com o seguinte detalhe:

- Grupo REN: Descrição da atividade da Sociedade, sua história recente, organização, missão, estrutura societária e descrição do contexto regulamentar da concessão de transporte de energia elétrica e das concessões dos ativos regulados de gás natural, principais áreas de negócio e estratégia. Inclui ainda informação sobre certificação de qualidade, ambiente e segurança,

enumeração das participações da REN em projetos destinados a melhorar a gestão e operação da rede nacional de transporte de energia elétrica, sustentabilidade e também uma área destinada às oportunidades de emprego;

- Governo da Sociedade: Composição dos órgãos sociais e identificação do representante para as relações com o mercado, gabinete de apoio ao investidor, respectivas funções e meios de acesso, estatutos da Sociedade e regulamentos dos órgãos sociais, bem como toda a informação relativa a Assembleias Gerais, nomeadamente, convocatórias, propostas, condições de participação e votação; contém ainda informação relativa a Assembleias Gerais de anos anteriores, o relatório de governo societário, o código de conduta e o relatório de atividade da Comissão de Auditoria;
- Informação ao acionista: contém o calendário semestral de eventos societários, todos os anúncios de informação privilegiada e outras comunicações (logo após a divulgação no sistema de difusão de informação da CMVM), indicadores

chave, resultados periódicos (anuais, semestrais e trimestrais) e respetivas apresentações de resultados, relatórios e contas consolidados e estrutura acionista. Disponibiliza-se também informação sobre a Sociedade (a denominação da firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais) e, por fim, informação sobre todos os prospetos de emissão de ações e de dívida publicados até ao momento.

Durante o ano de 2011 destaca-se a reestruturação da página “Indicadores Chave”, que agora disponibiliza um maior número de informação relevante, num horizonte temporal mais detalhado (dados trimestrais).

Em 2011 efetuaram-se cerca de 165 mil visitas ao sítio na internet nas versões portuguesa e inglesa, mais 35 mil que no ano anterior, sendo que 2/3 das visitas foram efetuadas na versão portuguesa. O tempo médio de duração da visita foi 9,7 minutos (7,4 na versão portuguesa e 11,9 na versão inglesa).

A página de informação ao acionista foi a mais visitada, como mostra o quadro seguinte:

INVESTIDOR, SÍTIOS	VERSÃO PORTUCUESA	VERSÃO INGLESA
Página Inicial	16,5%	4,4%
Grupo REN	4,2%	2,8%
Governo da Sociedade	31,4%	4,3%
Informação ao Acionista	31,2%	15,7%
Ações e Dívida	12,8%	3,4%
Calendário	0,3%	0,4%
Gab. Rel. Investidores	1,8%	1,3%
Dossier do Investidor	1,3%	0,3%
Subscrição de Alertas	0,7%	0,3%
Cotações	0,0%	0,0%



# 03. AÇÃO E POLÍTICA DE DIVIDENDOS



## 3.1 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES

O capital social da REN, no valor de € 534.000.000, encontra-se integralmente realizado, sendo representado por 534.000.000 de ações, com o valor nominal de € 1, sob a forma de representação escritural, na modalidade nominativa, das quais:

- a) 261.660.000 (duzentas e sessenta e um milhões, seiscentas e sessenta mil) são ações da categoria A, correspondendo a 49% do capital social da REN;
- b) 272.340.000 (duzentas e setenta e dois milhões, trezentas e quarenta mil) são ações da categoria B, correspondendo a 51% do capital social da REN.

As ações da categoria A são ações ordinárias, pelo que não conferem direitos especiais aos seus titulares. As ações desta categoria têm como principais direitos os seguintes:

- Direito à informação;
- Direito a participar e votar em Assembleia Geral e a impugnar deliberações dos órgãos sociais;
- Direito a receber dividendos;
- Direito de partilha de património em caso de liquidação.

Através do Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de Novembro, o Governo aprovou a 2.ª fase do processo de reprivatização do capital social da REN. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2011, de 7 de Dezembro, determinou que a venda directa de referência prevista no artigo 3.º do Decreto -Lei n.º 106-B/2011,

de 3 de Novembro, incidiria sobre um máximo de 213.600.000 e um mínimo de 26.700.000 de ações, representativas de um máximo de 40% e um mínimo de 5% do capital social da REN. Posteriormente, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de Fevereiro, o Governo seleccionou o proponente Oman Oil Company S.A.O.C. para proceder à aquisição de 80.100.000 ações representativas de 15% do capital social da REN e o proponente State Grid International Development Limited para proceder à aquisição de 133.500.000 ações representativas de 25% do capital social da REN. Assim, após a conclusão da operação de privatização correntemente em curso, das 534.000.000 de ações:

- c) 475.260.000 serão ações da categoria A, correspondendo a 89% do capital social da REN;
- d) 58.740.000 serão ações da categoria B, correspondendo a 11% do capital social da REN.

Embora não existam limitações à transmissibilidade das ações representativas do capital social da REN, dado que, nos termos do Cód.VM, as ações transacionadas em mercado são livremente transmissíveis, nem existam limitações ao exercício dos respetivos direitos de voto, os titulares de ações da categoria A encontram-se sujeitos ao regime estatutário de salvaguarda quanto ao não exercício de direitos de voto previsto no n.º 3 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade da REN, aplicável apenas no caso de aquisição de ações que exceda os limites legais previstos nas alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006,

de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho), assim como nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 20.º-A e alíneas h) e i) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2011 de 20 de junho).

Existem, assim, limitações legais quanto à titularidade de ações representativas do capital social da REN, decorrentes da natureza das atividades prosseguidas pelo Grupo REN no setor energético, que determinam limitações ao exercício dos direitos de voto apenas na medida em que exista violação das normas legais aplicáveis e só enquanto não for declarada a invalidade de situações de detenção de ações em contrariedade com aquelas limitações.

Por sua vez, as ações da categoria B conferem ao seu titular todos os direitos que são conferidos aos titulares das ações da categoria A e beneficiando ainda de um (único) direito especial que se consubstancia na não sujeição dos acionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, ao regime estatutário de salvaguarda quanto ao não exercício de direitos de voto, aplicável no caso de aquisição de ações que exceda os limites legais previstos nas alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho), assim como nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 20.º-A e alíneas h) e i) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2011 de 20 de junho).

A totalidade das ações de categoria B é detida pela Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A. Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012 de 8 de fevereiro, e conforme comunicados recebidos pela Sociedade em 22 de fevereiro de 2012, a Parpública – Participações Públicas (SGPS) S.A. celebrou acordos de venda direta tendentes à venda de ações representativas de 40% do capital social da REN, no contexto da segunda fase de reprivatização da Sociedade. Os efeitos daqueles instrumentos jurídicos encontram-se sujeitos à entrafá em vigor de alterações aos referidos diplomas legais em matéria de titularidade das ações representativas do capital social da REN.

Por sua vez, nos termos do artigo 4.º do Contrato de Sociedade, a transmissão para entes não públicos, por efeito de conclusão de uma fase do processo de reprivatização da REN determina a conversão automática das ações de categoria B em ações de categoria A.

Por outro lado e tal como divulgado pela Sociedade, na próxima Assembleia Geral será submetida a votação uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de não serem contados os votos inerentes às ações da categoria A, emitidos por qualquer acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 25% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, a qual apenas entrará em vigor após a modificação dos referidos diplomas legais.

<sup>3</sup> “Em virtude do disposto nas alíneas e) e f) do número 2 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 29/2006 de 15 de fevereiro, (na redacção actual) e nas alíneas e) e f) do número 4 do artigo 21º do Decreto-Lei nº 30/2006 de 15 de fevereiro, (na redacção actual) enquanto não for declarada a invalidade de situações de detenção de ações em contrariedade a essas normas legais e sem prejuízo das demais consequências legais aplicáveis, não são contados os votos inerentes às ações da categoria A, emitidos por qualquer acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 10%, ou, no caso de se tratar de entidades com atividades ou interesses no setor energético, 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.” As referências legais constantes desta disposição estatutária foram alteradas pelos Decretos-Lei 77/2011 e 78/2011, ambos de 20 de junho.

O n.º 3 do artigo 12.º será previsivelmente ajustado face às alterações que venham a ser introduzidas aos Decretos-Lei n.º 29/2006 e n.º 30/2006, ambos de 15 de fevereiro, referidas na Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de fevereiro.

Em 31 de dezembro de 2011 estavam admitidas à negociação na *Euronext Lisbon* a totalidade das ações da REN da categoria A correspondentes ao código PTRELOAM0008.

Não existem sistemas de participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

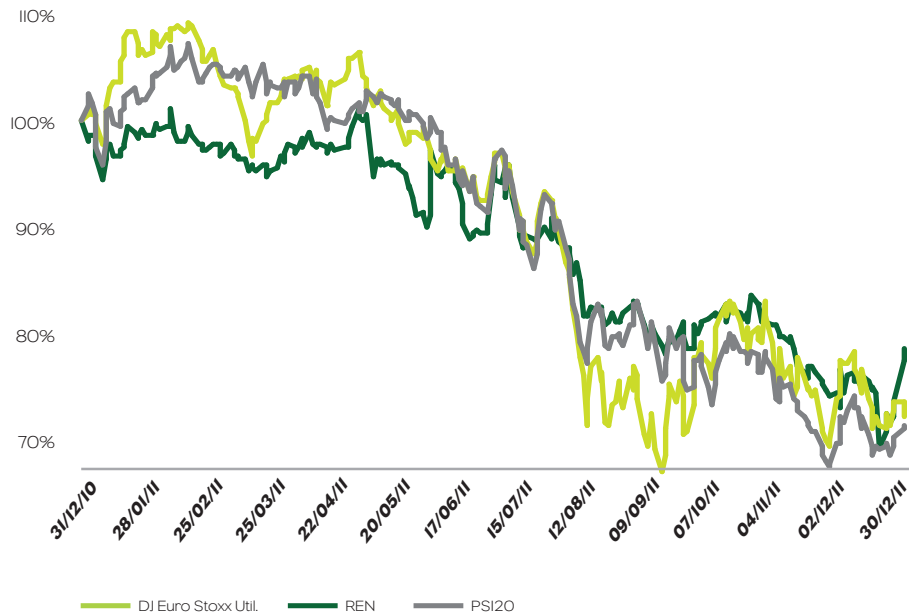
## 3.2 EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO E TRANSAÇÕES

As ações da REN registaram, em 2011, uma queda de 18%, tendo a sua *performance* ficado acima do índice de referência da bolsa nacional, o PSI20, que caiu cerca de 28%. As ações da REN foram prejudicadas pelos sucessivos *downgrades* da dívida pública soberana, praticados pelas agências de *rating* que, apesar de definirem o perfil de risco da REN como reduzido, consideram que o *rating* da REN não deve superar o do Estado Português em mais do que um nível, devido à posição de acionista maioritário detida pelo Estado no capital social da REN e à circunstância de ser uma sociedade regulada que focaliza a sua atividade no mercado doméstico.

Também a liquidez do título REN aumentou em 2011, as transações médias diárias passaram de cerca de 179 mil em 2010 para 241 mil em 2011. O dia de negociação mais líquido ocorreu a 3 de junho de 2011, data em que se transacionaram 28,8 milhões de ações e que coincidiu com o dia em que foi comunicado ao mercado que a EGF e o Millennium BCP contrataram entre si um direito de disposição ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 105/2004, de 8 de maio, o qual teve por objeto 28.131.422 ações escriturais, nominativas, representativas de 5,27% do capital social da REN.

EURONEXT LISBON		31/DEZ/2010 A 31/DEZ/2011
Preço (€)	Fecho	2,11
	Máximo	2,630
	Mínimo	1,806
	Média	2,30
Transações	Volume (milhões)	62,1
	Volume diário médio (milhões)	0,241
	Transações acumuladas (M€)	142,99
	Média das transações diárias (M€)	0,55
Valor	Cap. bolsista (31/Dez/11; M€)	1.126,74
<b>Varição desde início do ano</b>		
Δ%	PSI20	-27,6%
	REN	-18,2%

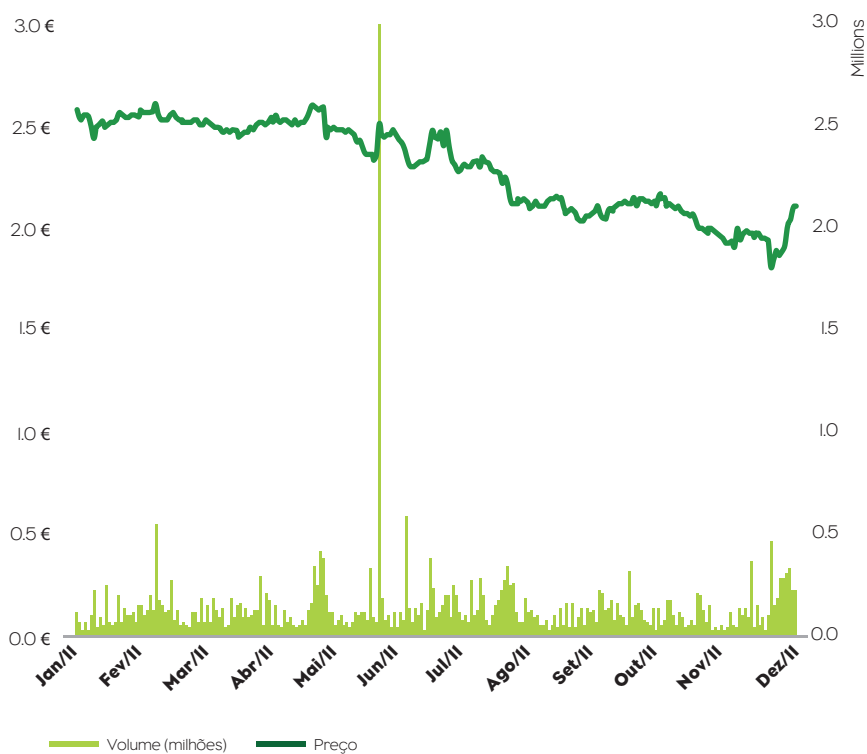
**REN VS PSI20 E DOW JONES EUROSTOXXUTILITIES**



Tendo iniciado o ano a transacionar ao preço de €2,5, a ação REN atingiu o valor mínimo de €1,806 no dia 19 de dezembro e encerrou o ano nos €2,11 com uma capitalização bolsista superior a €1,1 mil milhões. A REN faz parte do

índice PSI20 com um peso de 1.58%, estando incluída num total de 247 índices de mercado, entre os quais se encontram o *PSI General Index*, *Euronext PSI Utilities* e *Euronext Top 150*.

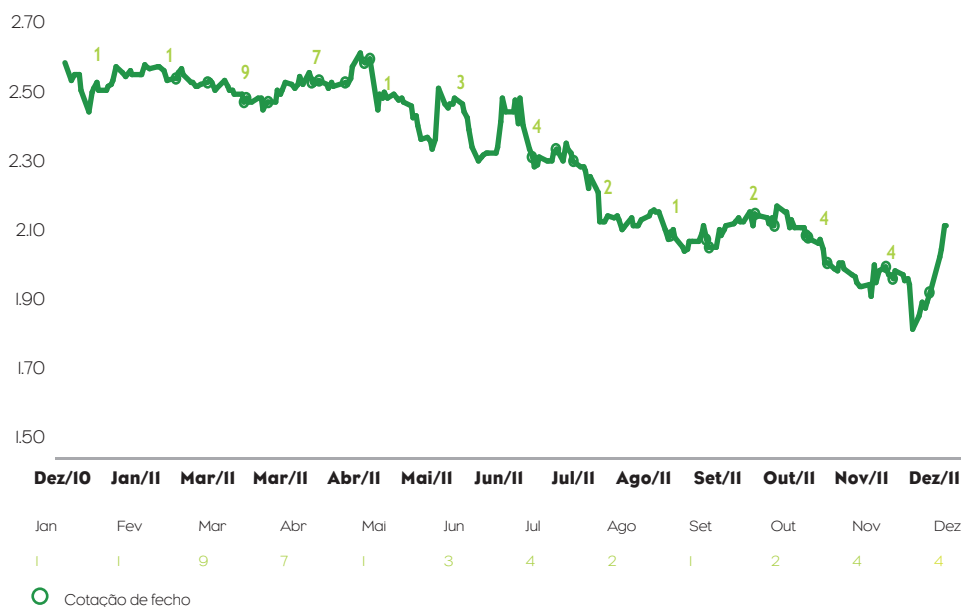
**EVOLUÇÃO E TRANSACÇÕES DA REN EM 2011**



Durante o ano de 2011, foram efetuadas diversas comunicações ao mercado relativas a informação privilegiada e outros acontecimentos que tiveram

impacto na cotação da REN. No gráfico e quadro seguintes, apresenta-se um resumo dos acontecimentos mais significativos.

**REN - COMUNICAÇÕES AO MERCADO E OUTROS FACTOS**



N.º EVENTO	DATA	DESCRIPTIVO	TIPO
1	4/1/11	Participações qualificadas	Evento
2	11/2/11	Operação de financiamento BEI	Informação privilegiada
3	10/3/11	Renúncia de Administradores não executivos	Informação privilegiada
4	17/3/11	Notação de <i>rating</i> da Moody's	Informação privilegiada
5	17/3/11	Apresentação de resultados 2010	Informação privilegiada
6	18/3/11	Esclarecimento sobre investimentos no gás	Informação privilegiada
7	23/3/11	Outras propostas à Assembleia Geral de acionistas	Evento
8	23/3/11	Proposta à AG de Relatório de Governo Societário 2010	Prestação de contas
9	23/3/11	Proposta à AG de Relatório & Contas 2010	Prestação de contas
10	23/3/11	Convocatória à AG 2011	Convocatórias
11	28/3/11	Notação de <i>rating</i> S&P	Informação privilegiada
12	1/4/11	Notação de <i>rating</i> S&P	Informação privilegiada
13	6/4/11	Notação de <i>rating</i> da Moody's	Informação privilegiada
14	7/4/11	Participações qualificadas	Evento
15	7/4/11	Participações qualificadas	Evento
16	15/4/11	Deliberações AG 2011	Informação privilegiada
17	19/4/11	Pagamento de dividendos	Informação privilegiada
18	27/4/11	Emissão de Obrigações	Informação privilegiada
19	9/5/11	Apresentação de resultados consolidados do 1.º trimestre de 2011	Informação privilegiada
20	2/6/11	Relatório e contas do 1.º trimestre de 2011	Prestação de contas
21	3/6/11	Participações qualificadas	Evento
22	10/6/11	Participações qualificadas	Evento
23	8/7/11	Notação de <i>rating</i> da Moody's	Informação privilegiada
24	11/7/11	Esclarecimento sobre notícia de imprensa	Informação privilegiada
25	12/7/11	Emissão de obrigações	Informação privilegiada
26	28/7/11	Nomeação de vogal do CA	Evento
27	4/8/11	Apresentação de resultados consolidados do 1.º semestre de 2011	Informação privilegiada
28	31/8/11	Relatório e contas do 1.º semestre de 2011	Prestação de contas
29	15/9/11	Nomeação de vogais do CA	Evento
30	17/10/11	Tarifas: carta recebida pela ERSE	Informação privilegiada
31	19/10/11	Venda de participação no OMIP	Informação privilegiada
32	7/11/11	Apresentação de resultados consolidados 9 meses 2011	Informação privilegiada
33	9/11/11	Notação de <i>rating</i> da Moody's	Informação privilegiada
34	14/11/11	Relatório e contas dos primeiros 9 meses de 2011	Prestação de contas
35	18/11/11	Arbitragem com Amorim Energia B.V.	Informação privilegiada
36	5/12/11	Carta da ERSE relativa ao custo de capital do gás natural	Informação privilegiada
37	9/12/11	Notação de <i>rating</i> S&P	Informação privilegiada
38	15/12/11	Esclarecimento sobre implicações de documento publicado pela ERSE	Informação privilegiada
39	29/12/11	Renúncia de Administrador Executivo	Informação privilegiada

### 3.3 ESTRUTURA ACIONISTA

Durante o ano de 2011 ocorreram diversas alterações relevantes das participações qualificadas detidas por acionistas privados da REN.

No dia 4 de janeiro, a REN informou o mercado, na sequência da comunicação recebida por parte da EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (“EGF”)<sup>6</sup> e da Logo Finance, S.A.<sup>7</sup> sobre a aquisição, pela EGF à Logo Finance, S.A., de 28.189.792 ações ordinárias, nominativas e escriturais, representativas de 5,28% do capital social e respetivos direitos de voto da REN. A referida transação realizou-se no dia 28 de dezembro de 2010, através de uma operação fora de mercado regulamentado, ao preço de €2,699 por ação.

Na sequência da operação descrita, a Logo Finance, S.A. informou a REN que lhe são imputáveis 2,07% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN, sendo:

- 2,05% dos direitos de voto correspondentes a 10.933.393 ações representativas do capital social da REN detidas diretamente pela Logo Finance S.A.;
- 0,02% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN detidos indiretamente pela Logo Finance S.A., através das seguintes entidades:
  - 0,00% dos direitos de voto correspondentes a 490 ações detidas, direta e indiretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, Alexandre Relvas;
  - 0,02% dos direitos de voto correspondentes a 111.160 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Vogal do Conselho de Administração Filipe Botton (inclui 1.970 ações detidas pelo cônjuge e descendentes).

À EGF passaram a ser imputáveis 8,44% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN, sendo:

- 5,28% dos direitos de voto correspondentes a 28.189.792 ações representativas do capital social da REN detidas diretamente pela EGF;
- 3,16% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN detidos indiretamente pela EGF, através das seguintes entidades:
  - 2,05% dos direitos de voto correspondentes a 10.933.393 ações detidas pela Logo Finance S.A., sociedade integralmente detida pela EGF;
  - 1,09% dos direitos de voto correspondentes a 5.809.991 ações detidas pela Logoinveste SGPS, S.A., sociedade integralmente detida pela EGF;
  - 0,02% dos direitos de voto correspondentes a 111.160 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Presidente do Conselho de Administração Filipe Botton (inclui 1.970 ações detidas pelo cônjuge e descendentes);
  - 0,00% dos direitos de voto correspondentes a 490 ações detidas, direta e indiretamente, pelo Vogal do Conselho de Administração, Alexandre Relvas.

Sem prejuízo do anterior, conforme informação transmitida à REN pela EGF e pela Logo Finance S.A.: (i) os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela Logo Finance S.A. passaram a ser imputáveis à EGF, sociedade que detém a totalidade do seu capital social desde 29 de dezembro de 2010; e (ii) os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela Logo Finance S.A. e pela EGF, passaram

<sup>6</sup> Anteriormente denominada Logoplaste – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

<sup>7</sup> Anteriormente denominada Logoenergia, SGPS, S.A.

ainda a ser imputáveis à sociedade Nikky Investments, S.A., sociedade detentora da totalidade do capital da EGF e a Filipe Botton, detentor do controlo da sociedade *Nikky Investments, S.A.*

No dia 7 de abril, a REN divulgou ao mercado que a EGF lhe comunicou a sua retificação relativamente ao seu comunicado divulgado ao mercado em 4 de janeiro, esclarecendo que, nesta data, Filipe de Botton não detinha, direta ou indiretamente, quaisquer ações representativas do capital social da REN.

Nestes termos, a percentagem de direitos de voto imputáveis à EGF ascendia a 8,41% dos direitos de voto, correspondentes a 44.933.666 ações representativas do capital social da REN, sendo:

- 5,28% dos direitos de voto correspondentes a 28.189.792 ações representativas do capital social da REN detidas diretamente pela EGF;
- 3,16% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN detidos indiretamente pela EGF, através das seguintes entidades:
  - 2,05% dos direitos de voto correspondentes a 10.933.393 ações detidas pela Logo Finance, S.A., sociedade totalmente detida pela EGF;
  - 1,09% dos direitos de voto correspondentes a 5.809.991 ações detidas, pela Logoinvest, SGPS, S.A., sociedade integralmente detida pela EGF;
  - 0,00% dos direitos de voto correspondentes a 490 ações detidas direta e indiretamente pelo Vogal do Conselho de Administração da EGF, Alexandre Relvas.

Sem prejuízo do anterior, os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela EGF são imputáveis à sociedade Nikky Investments, S.A., detentora da totalidade do capital da EGF e a Filipe Botton detentor do controlo da sociedade Nikky Investments, S.A.

Neste mesmo dia, a REN divulgou ao mercado que a Logo Finance, S.A. também lhe comunicou a referida retificação, informando que a sua percentagem de direitos de voto ascendia a 2,05%, correspondentes a 10.933.883 ações representativas do capital social da REN, sendo:

- 2,05% dos direitos de voto correspondentes a 10.933.393 ações detidas diretamente pela Logo Finance, S.A.;
- 0,00% dos direitos de voto correspondentes a 490 ações detidas direta e indiretamente pelo Presidente do Conselho de Administração da Logo Finance, S.A., Alexandre Relvas.

Sem prejuízo do anterior, os direitos de voto inerentes às ações da REN detidas pela Logo Finance, S.A. passaram a ser imputáveis à EGF, sociedade que detém a totalidade do capital social da Logo Finance, S.A. (desde 29 de dezembro de 2010), à sociedade Nikky Investments, S.A., detentora da totalidade do capital da EGF, e a Filipe de Botton, detentor do controlo da sociedade Nikky Investments, S.A.

No dia 3 de junho, a REN divulgou ao mercado que a EGF lhe a sua transação realizada com o Millennium BCP. Esta transação consistiu na contratação, entre si, de um direito de disposição ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 105/2004, de 8 de maio, que teve por objeto 28.131.422 ações escriturais, nominativas, representativas de 5,27% do capital social da REN (Ações REN).

Nos termos do referido contrato, todavia, à EGF continuaram a ser imputados os respetivos direitos de voto, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, mantendo o direito aos dividendos, pelo que o exercício de tal direito de disposição por parte do Millennium BCP não afetou os direitos de voto atribuíveis à participação qualificada da EGF na REN (8,41% dos direitos de voto da REN).

No quadro descrito, a CMVM, para os efeitos do n.º 5 do artigo 20.º do



Cód.VM, ilidiu a presunção de concertação entre o Millennium BCP e a EGF, relativamente às Ações representativas de 5,27% do capital social da REN.

Na sequência do comunicado anterior, no dia 10 de junho, a REN divulgou a

informação que lhe foi comunicada pela Morgan Stanley, relativamente à sua participação social na REN, adquirida a 6 de junho, de 3,98%.

As participações sociais detidas pela Morgan Stanley em ações ordinárias da REN passaram a ser as seguintes:

ENTIDADE JURÍDICA	NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS	% DO CAPITAL SOCIAL
Morgan Stanley & Co. Incorporated	34.200	0,00%
Morgan Stanley & Co. International plc	4.219.761	0,79%

As participações sociais detidas pela Morgan Stanley em instrumentos

financeiros relativos a ações da REN passaram a ser as seguintes:

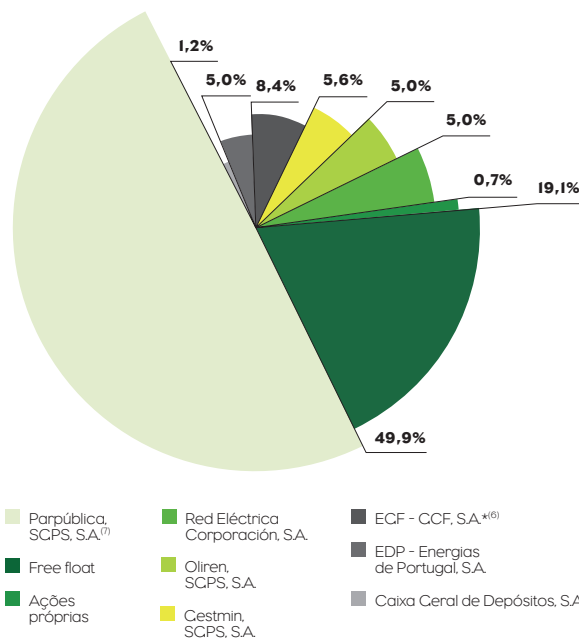
ENTIDADE JURÍDICA	INSTRUMENTO FINANCEIRO	DATA DE TERMO	AÇÕES CORRESPONDENTES	% DO CAPITAL SOCIAL
Morgan Stanley & Co. International plc	Swap (com liquidação financeira)	02/12/2011	7.000.000	1,31%
Morgan Stanley & Co. International plc	Swap (com liquidação financeira)	04/06/2012	10.000.000	1,87%

Os instrumentos financeiros acima referidos foram celebrados pela Morgan Stanley & Co. International plc para cobertura da posição curta resultante dos instrumentos financeiros relativos a ações da REN, estabelecidos com o Millennium BCP. As ações e consequentemente os direitos de voto devem ser transferidos para o Millennium BCP se este ou a Morgan Stanley fizerem cessar os instrumentos financeiros relevantes.

As participações qualificadas detidas no capital social da REN, em 31 de dezembro de 2011, encontram-se identificadas no Anexo III, que inclui ainda a identificação das ações detidas por membros dos órgãos de

administração e fiscalização da REN e pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, bem como as transações efetuadas por estes membros de órgãos sociais.

Assim, tendo por referência as comunicações efetuadas à Sociedade, nos termos do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, no artigo 16.º do Cód.VM e no artigo 14.º do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, a estrutura dos direitos de voto decorrentes das participações qualificadas da REN, calculadas nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, por referência a 31 de dezembro de 2011 pode ser resumida da seguinte forma:



<sup>(6)</sup> Nova denominação da Logoplaste – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

<sup>(7)</sup> A sociedade CAPITALPOR – Participações Portuguesas, S.G.P.S., S.A., que detinha 46% do capital social da REN, foi extinta a 26 de dezembro de 2011, por operação de fusão por incorporação na Parpública – Participações Públicas SGPS, S.A.

A 31 de dezembro de 2011, o Estado Português continuava a ter uma posição dominante no capital da REN, sendo-lhe imputável, direta e indiretamente, 51,1% do capital e dos direitos de voto da REN. As ações detidas pela Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. correspondem às 272.498.854 ações de categoria B representativas do capital social da REN e ainda a 257.767 ações de categoria A, detidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Posteriormente a essa data, destaca-se a aquisição de uma participação qualificada de 2,00437% por parte da Columbia Wanger Asset Management LLC, tal como comunicada ao mercado no dia 15 de fevereiro de 2012. Com efeito, por força da aquisição de 115.131 de ações ordinárias da REN por parte de diversos fundos geridos pela Columbia Wagner Asset Management LLC, passou a ser-lhe imputável uma participação total de 10.703.317 de ações ordinárias da REN, o que consubstancia uma

participação qualificada global correspondente a 2,00437% dos direitos de voto correspondentes ao capital social da REN. Esta participação é ainda imputável à Columbia Management Investment Advisers LLC e à Ameriprise Financial Inc, por força das relações de domínio existentes.

A Sociedade recebeu ainda comunicações datadas de 22 de fevereiro de 2012, segundo as quais, no âmbito da segunda fase de reprivatização de 40% do capital social da REN, através da venda direta com a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., passaram a ser imputáveis:

- (i) às sociedades State Grid International Development Limited, State Grid Europe Limited e State Grid Corporation of China, empresa estatal da República Popular da China, 25% dos direitos de voto representativos directa de referência de 15% do capital social da REN;

(ii) à sociedade Oman Oil Company S.A.O.C., empresa detida integralmente pelo Sultanato de Omã, 15% dos direitos de voto representativos do capital social da REN.

Tendo em conta que os referidos acordos de venda direta estão sujeitos a condições suspensivas ainda não verificadas e, em consequência, as ações em causa ainda não foram

transferidas para os adquirentes, continuam a ser imputáveis ao Estado Português 51,1% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN.

Após a transferência das referidas ações, a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. passará a deter uma posição minoritária no capital social da REN, passando a ser-lhe imputável, direta e indiretamente, 11,1% dos direitos de voto da REN.

### 3.4 POLÍTICA DE DIVIDENDOS

A política de dividendos da REN encontra-se dependente de uma série de fatores, incluindo os lucros distribuíveis da REN, as condições financeiras, as necessidades de financiamento (em particular no que se refere aos gastos de capital e plano de investimentos), as perspetivas de negócio da REN, as condições aplicáveis à prossecução das atividades da REN e outros fatores que

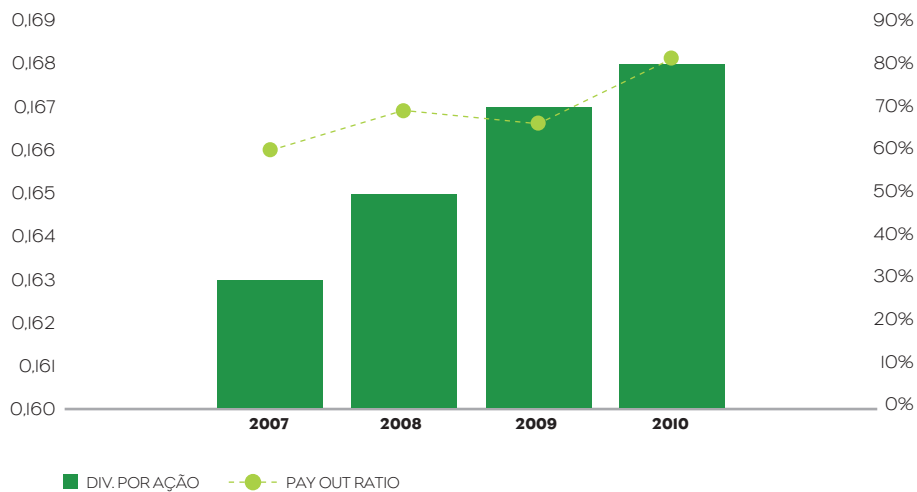
se considerem relevantes na altura da aplicação de resultados.

Historicamente, tendo como objetivo manter um dividendo atraente que se situe dentro do intervalo dos seus pares, a REN tem proposto aos acionistas uma distribuição anual de dividendos entre cerca de 60% a 80% dos resultados líquidos, conforme ilustra o quadro anexo:

RELATIVOS AO ANO	MONTANTE (M€)	TIPO	ANO DE PAGAMENTO	RESULTADO LÍQUIDO (M€)	PAY OUT RATIO	DIVIDENDO BRUTO POR AÇÃO (€)
2010	89,71	Ordinário	2011	110,3	81%	0,168
2009	89,18	Ordinário	2010	134,0	67%	0,167
2008	88,11	Ordinário	2009	127,4	69%	0,165
2007	87,04	Ordinário	2008	145,2	60%	0,163

No ano de 2011, a REN distribuiu aos acionistas, a título de dividendo relativo ao exercício de 2010, um montante global de €89.712.000, correspondente a um valor bruto de € 0,168 por ação e

a um valor líquido de €0,1344 por ação (independentemente da categoria das ações), o que esteve em linha com a distribuição ocorrida nos anos anteriores.

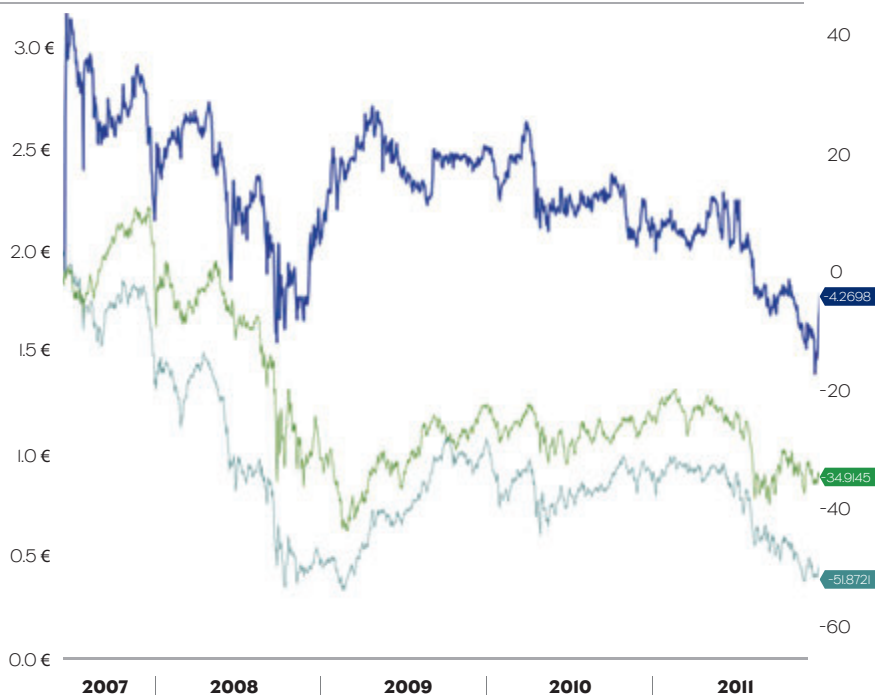


### 3.5 REMUNERAÇÃO TOTAL DO ACIONISTA

Desde a OPV realizada em julho de 2007, a REN tem proporcionado aos seus acionistas um retorno significativamente superior ao proporcionado pelos

índices de referência comparáveis, nomeadamente, face ao PSI20 e ao Dow Jones Euro Stoxx Utilities.

#### REN TOTAL RETURN 31 DEZEMBRO 2011



Cumulative Total Return (Cross Dividends)  
 REN PL Equity -4.2698 unch  
 PSI20 Index -51.8721 +3222  
 SX6P Index -349.145 +5141

Fonte: Bloomberg

### 3.6 ACOMPANHAMENTO DA AÇÃO PELOS ANALISTAS

Em 2011, a *performance* da REN foi seguida por 13 analistas, mais 4 que no ano anterior. Apesar de ter sido um ano particularmente adverso para a generalidade das empresas com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado em Portugal, a REN encerrou o ano com 3 recomendações de “compra”, 2 de “neutral”, 4 de

“manter” e apenas 1 recomendação de venda.

Em 31 de dezembro de 2011, o preço alvo médio das diversas casas de investimento era de €2,49, representando um potencial de valorização de cerca de 18% face à cotação de fecho de 2011.

INSTITUIÇÃO	NOME	PREÇO ALVO	RECOMENDAÇÃO	DATA	ANALISA A REN DESDE
UBS	Alessandro D'Erme Bosco Ojeda	€ 2,20	Neutral	20/Dez/11	13/Mai/08
Millennium	João Mateus	€ 2,40	Buy/Low Risk	12/Dez/11	15/Set/07
Morgan Stanley	Carolina Soares	€ 2,80	Equal-weight	01/Dez/11	24/Jan/11
Societe Generale	Jorge Alonso	€ 2,10	Hold	22/Nov/11	12/Jan/10
CITI	Manuel Losa	€ 1,90	Sell	13/Out/11	22/Out/10
Banif IB	Sofia Cordeiro	€ 2,45	Buy	19/Out/11	19/Out/11
BPI	F. Trindade	€ 2,20	Hold	22/Set/11	11/Set/07
Caixa BI	Helena Barbosa	€ 3,20	Buy	04/Ago/11	14/Abr/08
EQUITA	Gianmarco Bonacina	€ 2,30	Hold	20/Jul/11	01/Fev/08
BBVA	Daniel Ortea	€ 2,71	Market Perform	15/Jul/11	15/Jul/11
Santander	Bosco Muguero	€ 2,70	Hold	20/Abr/11	20/Abr/11
Barclays Capital	Monica Girardi	€ 2,50	Equal Weight	12/Abr/11	12/Abr/11
Espírito Santo Research	Fernando García	€ 2,90	Neutral	14/Dez/10	14/Jan/08

Nota: Preços alvo e recomendações a 31 de dezembro de 2011

# 04. PARTICIPAÇÃO ACIONISTA



## 4.1 VOTO E EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO

Os titulares de ações representativas do capital social da REN dispõem dos inerentes direitos de voto, independentemente da categoria de ações em que as mesmas se integrem, vigorando o princípio de que a cada ação corresponde um voto. O Contrato de Sociedade da REN não consagra qualquer limitação ao exercício do direito de voto em função da titularidade ou imputação de uma determinada percentagem de direitos de voto ou de qualquer critério.

Do ponto vista legal, existem limitações quanto à própria titularidade de ações representativas do capital da REN decorrentes da natureza das atividades prosseguidas pelo Grupo REN no setor energético. Com efeito, as exigências decorrentes das diretivas comunitárias aplicáveis aos setores da eletricidade e do gás natural em matéria de separação jurídica e de propriedade entre o operador de transporte daqueles bens e os operadores que realizem as demais atividades em cada um dos setores, destinadas a promover a concorrência no mercado e a igualdade de acesso dos operadores às infraestruturas de transporte, foram transpostas para o direito português em termos que implicam restrições à titularidade de participações no capital do operador de transporte.

Assim, o disposto nas alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho), assim como nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 20.º-A e alíneas h) e i) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada

pelo Decreto-Lei n.º 77/2011 de 20 de junho), determina que nenhuma entidade possa ser titular, direta ou indiretamente, de uma participação superior a 10% do capital social da REN, salvo quando se trate de entidades com atividades no respetivo setor, em Portugal ou no estrangeiro, caso em que a restrição à titularidade é aplicável a partir de uma participação de 5% do capital da REN.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de Fevereiro, mediante a qual foram aprovados os instrumentos jurídicos a celebrar entre a Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e os proponentes Oman Oil S.A.O.C. e State Grid International Development Limited, refere-se à subordinação dos efeitos dos referidos instrumentos jurídicos à entrada em vigor das alterações aos Decretos-Lei n.º 29/2006 e n.º 30/2006, ambos de 15 de Fevereiro, em matéria de titularidade das ações representativas do capital social da REN.

Em face do quadro legal vigente, o n.º 3 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade prevê que, enquanto não for declarada a invalidade de situações de detenção de ações em contrariedade com as citadas normas legais e sem prejuízo das demais consequências legais aplicáveis, não são contados os votos inerentes às ações da Categoria A, emitidos por qualquer acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 10% ou, no caso de se tratar de entidades com atividades ou interesses no setor energético, 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social da REN.

Esta é a única disposição estatutária que estabelece que não são contados

direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados, não estando previsto o dever de sujeitar a deliberação da Assembleia Geral a manutenção ou eliminação de tais normas estatutárias, pelo menos, de 5 em 5 anos, uma vez que esta disposição estatutária decorre de uma imposição legal e não visa impedir o exercício do direito de voto, mas antes assegurar a existência de um regime sancionador da violação da lei que impeça a contabilização de votos representativos de ações detidas em contrariedade à lei.

As ações da Categoria B beneficiam de um (único) direito especial que se consubstancia na não sujeição dos acionistas que sejam seus titulares, ou que as representem, ao referido regime de salvaguarda, mesmo no caso de aquisição de ações que exceda os limites legais.

De acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade e do artigo 20.º do Cód.VM, para efeitos de cálculo dos votos correspondentes à percentagem do capital social detida por um participante numa Assembleia Geral são agregados, para além dos inerentes às ações de que o participante tenha a titularidade ou o usufruto, os direitos de voto:

- a) Detidos por terceiros em nome próprio, mas por conta do participante;
- b) Detidos por sociedade que com o participante se encontre em relação de domínio ou de grupo;
- c) Detidos por titulares do direito de voto com os quais o participante tenha celebrado acordo para o seu exercício, salvo se, pelo mesmo acordo, estiver vinculado a seguir instruções de terceiro;
- d) Detidos, se o participante for uma sociedade, pelos membros dos seus órgãos de administração e de fiscalização;
- e) Que o participante possa adquirir em virtude de acordo celebrado com os respetivos titulares;

f) Inerentes a ações detidas em garantia pelo participante ou por este administradas ou depositadas junto dele, se os direitos de voto lhe tiverem sido atribuídos;

g) Detidos por titulares do direito de voto que tenham conferido ao participante poderes discricionários para o seu exercício;

h) Detidos por pessoas que tenham celebrado algum acordo com o participante que vise adquirir o domínio da sociedade ou frustrar a alteração de domínio ou que, de outro modo, constitua um instrumento de exercício concertado de influência sobre a sociedade participada;

i) Imputáveis a qualquer das pessoas referidas numa das alíneas anteriores por aplicação, com as devidas adaptações, de critério constante de alguma das outras alíneas.

Nos termos do artigo 13.º do Contrato de Sociedade, para efeitos de cálculo da percentagem do capital social detido, os acionistas deverão fornecer ao Conselho de Administração as informações por este solicitadas, de uma forma completa, objetiva e verídica. Caso os acionistas incumpram esta obrigação, os direitos de voto inerentes às ações detidas no capital social da REN que ultrapassem os limites de 5% ou 10%, consoante se trate ou não de entidades do setor energético, não poderão ser exercidos.

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012 de 8 de fevereiro, e no contexto da segunda fase de reprivatização da Sociedade, aguardam-se alterações aos referidos diplomas legais em matéria de titularidade das ações representativas do capital social da REN.

Por outro lado e tal como divulgado pela Sociedade, na próxima Assembleia Geral será submetida a votação uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de não serem contados os votos inerentes às ações da categoria A, emitidos por qualquer acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 25% da

totalidade dos votos correspondentes ao capital social, a qual apenas entrará em vigor após a modificação dos referidos Decreto-Lei n.º 29/2006 e 30/2006, ambos de 15 de fevereiro.

Nos termos do n.º 10 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, os titulares de

ações com direito de voto podem ser representados numa Assembleia Geral por procuração outorgada a pessoas com capacidade jurídica plena, mediante documento escrito dirigido ao presidente da mesa da Assembleia Geral, nos termos previstos na lei e na convocatória, podendo fazê-lo por correio eletrónico.

## 4.2 VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

De acordo com o disposto no artigo 22.º do Cód.VM e no n.º 5 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, os acionistas da REN podem votar por correspondência. Ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 5 do artigo 377.º do CSC, as convocatórias publicadas relativas a Assembleias Gerais mencionam a possibilidade de exercício do voto por correspondência e devem especificar, designadamente, os procedimentos a seguir pelos acionistas para o seu exercício, incluindo um endereço postal e o prazo final para a receção dos votos. Atualmente, não se encontra prevista a possibilidade de exercício do voto por correspondência através de meios eletrónicos.

Segundo o disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, os acionistas podem exercer o seu voto por correspondência relativamente a cada assunto da ordem do dia, mediante carta com assinatura idêntica à do bilhete de identidade ou documento de identificação com força jurídica equivalente e acompanhada de fotocópia legível deste, se o acionista for pessoa singular, ou assinatura reconhecida do representante nessa qualidade, se o acionista for pessoa coletiva, dirigida

ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por correio registado com aviso de receção, que dê entrada na sede social da REN pelo menos até ao terceiro dia útil anterior à data da reunião da Assembleia Geral, salvo se da própria convocatória para a Assembleia Geral relevante constar prazo diferente.

Em conformidade com o disposto no n.º 6 do artigo 12.º do Contrato de Sociedade, cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificar a autenticidade e a regularidade dos votos exercidos por correspondência, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que estes votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Tendo em vista facilitar o exercício do voto por correspondência, a REN disponibiliza no seu sítio na *internet* em [www.ren.pt](http://www.ren.pt) um modelo de boletim de voto que pode ser utilizado para o efeito, bem como remete aos acionistas que o requeiram o boletim de voto acompanhado por um sobrescrito para envio postal.

## 4.3 PRINCÍPIO "UMA AÇÃO, UM VOTO" E PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Na esteira das recomendações e melhores práticas em matéria de participação acionista nas sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, o Contrato de Sociedade da REN incorpora o princípio "uma ação, um voto", prevendo-se no n.º 2 do artigo 12.º que a cada ação corresponde um voto.

Ademais, o Conselho de Administração da REN considera que a Sociedade assegura plenamente o princípio da proporcionalidade entre os direitos de voto e participação acionista e não adota qualquer medida destinada a impedir o êxito de ofertas públicas, nos termos e para os efeitos das Recomendações da CMVM I.3.3. e I.6.1., não só por acolher o



princípio *one share one vote* como pelas seguintes razões:

- Conforme se indicou no ponto 4.1, as restrições ao exercício de voto acima referidas resultam de limitações legais quanto à titularidade de ações representativas do seu capital social, decorrentes da regulação dos setores em que a Sociedade atua, assim como constituem um mecanismo de salvaguarda segundo o qual os direitos de voto não são contados apenas enquanto não for declarada a invalidade de situações de detenção de ações em

contrariedade com tais limitações à transmissibilidade;

- Os titulares de participações que se compreendam dentro dos limites estabelecidos na lei para a titularidade de capital do operador das redes de transporte de eletricidade e de gás natural, assim como do operador de terminal de gás natural liquefeito e do operador de armazenamento subterrâneo, não se encontram sujeitos a qualquer restrição ao exercício dos direitos de voto inerentes às suas participações.

## 4.4 ASSEMBLEIA GERAL E PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

A consagração do aludido princípio “uma ação, um voto” tem como corolário o direito à assistência, participação e intervenção na Assembleia Geral por qualquer pessoa que detenha uma ou mais ações registadas em seu nome, que lhe confirmam, segundo a lei e o Contrato de Sociedade, pelo menos um voto, às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior à data de realização da Assembleia Geral (“Data de Registo”), nos termos do n.º 1 do artigo 23.º-C do Cód.VM.

Sobre esta matéria, acrescenta-se apenas que o actual n.º 8 do artigo 12.º

do Contrato de Sociedade da REN, alterado na Assembleia Geral de 15 de Abril de 2011, prevê que:

*“Os acionistas que pretendam participar, pessoalmente ou através de representante, na Assembleia Geral devem declarar essa intenção, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao intermediário financeiro junto do qual tenham aberto a conta de registo individualizado relevante, até ao dia anterior à Data de Registo, podendo fazê-lo por correio eletrónico”.*

## 4.5 DEPÓSITO OU BLOQUEIO DE AÇÕES

Desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 49/2010, de 19 de maio, e de acordo com os n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º-C do Cód.VM, tem direito a participar nas Assembleias Gerais da REN quem na Data de Registo for titular de ações que lhe confirmam pelo menos 1 voto. O exercício do direito de participação e votação na Assembleia Geral não é prejudicado pela transmissão das ações posteriormente à Data de Registo, nem depende do seu bloqueio entre aquela data e a data da Assembleia Geral.

De acordo com o n.º 7 do artigo 23.º-C do Cód.VM, o acionista que tiver declarado ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral a intenção de participar na Assembleia Geral e que tiver transmitido as suas ações, entre a

Data de Registo e o fim da Assembleia Geral, deve comunicar esse fato, imediatamente, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e à CMVM.

Os acionistas da REN que detenham, a título profissional, ações da Sociedade em nome próprio, mas por conta de clientes, podem votar em sentido diverso com as suas ações, desde que, em acréscimo ao exigido nos n.ºs 3 e 4 do artigo 23.º-C do Cód.VM, apresentem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até à Data de Registo, com recurso a meios de prova suficientes e proporcionais: (a) A identificação de cada cliente e o número de ações a votar por sua conta; (b) As instruções de voto, específicas para cada ponto da ordem do dia, dadas por cada cliente.

## 4.6 RECURSOS HUMANOS E LOGÍSTICOS DE APOIO À ASSEMBLEIA GERAL

A Mesa da Assembleia Geral dispõe dos recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da Sociedade, utilizando para o efeito o apoio do Secretário da Sociedade, do

gabinete interno de assessoria jurídica e de uma sociedade de advogados externa, bem como os serviços de assessoria técnica e de escrutínio de votos disponibilizados por uma instituição financeira.

## 4.7 QUÓRUM CONSTITUTIVO E DELIBERATIVO DA ASSEMBLEIA GERAL

O quórum constitutivo e deliberativo da Assembleia Geral, em primeira convocação, é de 51% do capital social. Em segunda convocação, a Assembleia Geral pode constituir-se e deliberar independentemente do número de acionistas presentes ou representados. Porém, tanto em primeira como em segunda convocação, as deliberações sobre alterações do Contrato de Sociedade, cisão, fusão, transformação ou dissolução da Sociedade, só se consideram aprovadas por dois terços dos votos emitidos, tendo em vista assegurar uma adequada representatividade dos acionistas face

à natureza das atividades prosseguidas pela Sociedade e à sua estrutura acionista.

Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação na próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de modificação estatutária no sentido de certas deliberações de alteração dos estatutos carecerem de ser aprovadas por três quartos dos votos emitidos.

Os estatutos da REN não prevêm qualquer sistema de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

## 4.8 ATAS DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA GERAL E ACERVO HISTÓRICO

Considerando que a REN passou, em julho de 2007, a ser uma sociedade aberta com ações admitidas à negociação em mercado e, tendo em consideração as Recomendações da CMVM, no sítio na *internet*, em [www.ren.pt](http://www.ren.pt), passaram a ser disponibilizadas desde a Assembleia Geral Anual de 2008, no prazo de 5 dias após a realização da Assembleia Geral, extratos de atas ou documentos de conteúdo equivalente, com o

objetivo de manter um acervo histórico das convocatórias, das deliberações tomadas, do quórum constitutivo e deliberativo relativo às reuniões realizadas, do capital representado e do resultado das votações, o qual será mantido por um período mínimo de 3 anos. A Sociedade disponibiliza, ainda, no seu sítio na *internet*, as atas das reuniões da Assembleia Geral Anual desde 2008 e por idêntico período.

## 4.9 ACORDOS PARASSOCIAIS

O Conselho de Administração não tem conhecimento da existência de acordos parassociais relativos à REN que possam

conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de exercício de direitos de voto.

# 05. SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO



## 5.1 ESTRUTURA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

### ASPECTOS GERAIS

No quadro dos modelos de governo societário autorizados pelo CSC, a REN adotou o modelo de gestão e de fiscalização de inspiração anglo-saxônica que integra (i) o Conselho de Administração como órgão de administração dos negócios sociais – o qual delega a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva – e (ii) a Comissão de Auditoria como órgão de supervisão e controle da atividade social.

No plano da administração e gestão encontra-se uma clara delimitação de competências entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, mercê do rigor e objetividade da delegação de competências efetuada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2010, conforme se referiu acima. Por outro lado, a unidade entre a função de Presidente do Conselho de Administração e a de Presidente da Comissão Executiva assegura uma coerência e transparência essenciais para a gestão da Sociedade e para o seu adequado acompanhamento pelos demais membros do órgão de administração.

No plano da fiscalização, a Comissão de Auditoria atua enquanto órgão de controle interno, desempenhando funções de supervisão e fiscalização da atividade da gestão com autonomia e independência.

Essas funções decorrem da lei (artigo 423.º-F do CSC) e do Contrato de Sociedade da REN (artigo 22.º) e incluem, entre outras, a fiscalização da administração da Sociedade, da observância da lei e do Contrato de Sociedade, a verificação da exatidão dos documentos de prestação de contas e a fiscalização da respetiva revisão, a fiscalização da preparação e divulgação da informação financeira, da eficácia dos sistemas de controlo interno e da gestão de riscos e a convocação da Assembleia Geral sempre que o Presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo. Em acréscimo, a Comissão de Auditoria aprecia a atividade e fiscaliza a independência do Revisor Oficial de Contas e do Auditor Externo.

Acresce que, a dupla qualidade do administrador que integra a Comissão de Auditoria, enquanto membro do órgão de fiscalização e membro do órgão de administração, incrementa a transparência do processo de controlo, nomeadamente em virtude do acesso especial a informações e processos de tomada de decisão que é proporcionado aos membros da Comissão de Auditoria por essa participação.

Em face do supra exposto, o Conselho de Administração avalia positivamente o modelo de governo adotado pela Sociedade, não identificando constrangimentos ao seu funcionamento.

## 5.2 ESTRUTURA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de 7 e um máximo de 15 membros, fixado pela Assembleia Geral que os eleger.

Atualmente, o Conselho de Administração é composto por 12<sup>8</sup> membros . O Conselho de Administração incluiu durante o ano de 2011 um total de 8 membros não executivos, o que garante a efetiva capacidade de acompanhamento e avaliação da atividade dos membros executivos.

De entre os administradores não executivos contam-se 4 administradores independentes, o que corresponde a um número adequado, tendo em conta a dimensão da Sociedade e a sua estrutura acionista e, bem assim, permite observar a Recomendação da CMVM II.1.2.2.

Os membros do Conselho de Administração da REN são eleitos (e destituídos) pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 14.º do Contrato de Sociedade, sem intervenção dos administradores executivos no processo de seleção de candidatos a administradores não executivos da Sociedade.

Tendo em conta que, nos termos legais e estatutários, a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração da Sociedade é da competência da Assembleia Geral, os Acionistas assumem um papel exclusivo no mencionado processo de seleção.

O Conselho de Administração da Sociedade apenas toma parte naquele processo em caso de substituição, por cooptação, de administradores em falta, conforme referido *infra*. Neste caso, tratando-se aliás de uma

competência indelegável do Conselho de Administração, todos os administradores participam na deliberação de cooptação, salvo em caso de conflito de interesses.

Por sua vez, na ausência de uma comissão especializada em matéria de seleção, conforme melhor explicitado em 5.6 *infra*, cabe aos membros não executivos do Conselho de Administração, no âmbito da sua função de supervisão, o acompanhamento permanente dos assuntos relacionados com a avaliação do desempenho global do Conselho de Administração e a análise do perfil adequado ao exercício das funções de administrador da REN.

Na eleição dos administradores é consagrada estatutariamente (n.º 2 do artigo 14.º do Contrato de Sociedade) a faculdade de uma minoria de acionistas, que vote contra a proposta que faça vencimento na eleição dos administradores, designar, pelo menos, um administrador, contanto que esta minoria represente, no mínimo, 10% do capital.

No caso de ser necessário proceder à substituição de um administrador (que não integre a Comissão de Auditoria), esta poderá ocorrer por uma das seguintes formas: (i) não existindo administradores suplentes, o Conselho de Administração poderá proceder à cooptação de um administrador, a qual deve ser submetida a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte (sem intervenção dos administradores executivos da Sociedade na seleção dos candidatos cuja cooptação é proposta ao Conselho de Administração); (ii) no caso de não se proceder à cooptação num prazo de 60 dias, a Comissão de Auditoria designa um substituto, o que deve ser igualmente submetido a ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte; (iii) se tal não suceder,

<sup>8</sup> Desde a renúncia do Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma, comunicada a 29 de dezembro de 2011.

a substituição far-se-á através da eleição de um novo administrador pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração adotou um conjunto de princípios gerais e indicativos relativamente à sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, nos termos seguintes:

- Na atribuição de pelouros, o Conselho de Administração terá em conta, entre outros, os seguintes fatores: (i) o *know-how* e experiência adequada às funções em causa, (ii) o conhecimento profundo do setor e (iii) a diversidade de valências e qualificações no seio do Conselho de Administração, como órgão que se pretende multidisciplinar;
- A atribuição de pelouros enquadrar-se-á na cultura e política de gestão de recursos humanos da Sociedade, visando permitir, sempre que desejável e do interesse da REN, a harmonização de práticas globais e a maximização de sinergias nas várias unidades de negócio;
- O Conselho de Administração atenderá casuisticamente à rotatividade dos pelouros dos administradores, quando tal se mostre consentâneo com o aperfeiçoamento do governo societário e a prossecução do interesse da Sociedade, nomeadamente quando se mostre positivo proceder a um *refreshing* da estratégia adotada em determinado pelouro ou função;
- Tendencialmente, na atribuição de pelouros aos membros executivos do Conselho de Administração, em particular no que se refere ao pelouro financeiro e a outros pelouros de elevada complexidade técnica e grau de especialização, dar-se-á prevalência aos critérios referidos no primeiro parágrafo *supra*, por se considerar que nestas situações a experiência, qualificação adequada e, sobretudo, o conhecimento profundo da Sociedade e do seu negócio têm uma mais valia superior à rotatividade;
- Por outro lado, no que se refere aos seus membros não executivos, o Conselho de Administração procurará favorecer a rotatividade de um número adequado de membros, tendencialmente, após o decurso de 3 mandatos consecutivos, com vista a contribuir para o desempenho eficaz da sua função de acompanhamento e vigilância da gestão executiva.

Os referidos princípios aplicar-se-ão, a partir da data da sua aprovação, no contexto das seguintes competências do Conselho de Administração e tendo presente o papel primordial da Assembleia Geral de Acionistas na eleição dos administradores:

- Designação dos membros da Comissão Executiva e do seu Presidente;
- Atribuição de poderes a algum ou a alguns dos administradores para se ocuparem especialmente de certas matérias de administração;
- Designação dos membros de comissões especializadas que possam vir a ser constituídas nos termos do artigo 9.º do Regulamento do Conselho de Administração; e
- Substituição por cooptação de administradores em falta, sujeita, no entanto, a posterior ratificação pela primeira Assembleia Geral seguinte, nos termos legais.

De acordo com o n.º 1 do artigo 19.º do Contrato de Sociedade e o respetivo Regulamento, o Conselho de Administração reúne ordinariamente com uma periodicidade mínima bimestral, em datas a fixar por acordo dos seus membros para cada ano civil, e extraordinariamente sempre que convocado pelo respetivo Presidente, por quaisquer 2 outros administradores ou pelo Revisor Oficial de Contas. Durante o exercício de 2011, o Conselho de Administração realizou 14 reuniões, das quais foram elaboradas as respetivas atas.

Qualquer administrador pode fazer-se representar numa reunião do

Conselho de Administração por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente, a qual apenas será válida para essa reunião, mas em cada reunião nenhum administrador pode representar mais de um administrador.

Acresce que nem os administradores com funções executivas podem fazer-se representar por membros da Comissão de Auditoria, nem os membros desta podem fazer-se representar por administradores com funções executivas.

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 19.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração da REN não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

De acordo com o n.º 1 do artigo 20.º do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração delibera por maioria dos votos dos administradores presentes ou representados.

O Presidente do Conselho de Administração dispõe de voto de qualidade. O Conselho de Administração deve designar qual dos seus membros substitui o Presidente, nas faltas e impedimentos deste. O administrador que atue em substituição do Presidente do Conselho de Administração dispõe também de voto de qualidade.

Nos termos do Regulamento do Conselho de Administração, este órgão adotou um conjunto de mecanismos destinados à eficiente coordenação dos trabalhos dos membros com funções não executivas, em especial, com vista a facilitar o exercício do respetivo direito à informação nos seguintes termos:

- Sem prejuízo do desempenho das competências não delegadas na Comissão Executiva, os administradores da Sociedade com funções não executivas assumem uma função de supervisão da atuação da gestão executiva;
- De forma a permitir-lhes tomar decisões de forma independente e informada, os administradores com

funções não executivas poderão obter a informação que julguem necessária ou conveniente ao exercício das respetivas funções, competências e deveres (em especial, informação relacionada com as competências delegadas na Comissão Executiva e com o seu desempenho), solicitando tal informação a qualquer um dos membros da Comissão Executiva, devendo a resposta à sua solicitação ser prestada adequada e atempadamente;

- Os administradores da Sociedade com funções não executivas realizarão reuniões *ad hoc*, mediante convocação do Presidente do Conselho de Administração ou, caso este desempenhe funções executivas, do Presidente da Comissão de Auditoria, por sua iniciativa ou a pedido de quaisquer 2 daqueles administradores, com vista a proceder à apreciação da gestão da Sociedade.

Em acréscimo, a documentação de suporte para as reuniões do Conselho de Administração é oportunamente comunicada aos membros não executivos do órgão de administração, nos termos do n.º 5 do artigo 5.º deste Regulamento, estando as deliberações da Comissão Executiva sempre disponíveis para consulta, não existindo constrangimentos no acesso à informação por esses membros.

Assim, o Conselho de Administração considera que, através dos mecanismos acima descritos, estão criadas todas as condições para que os administradores com funções não executivas desempenhem de modo eficiente e coordenado a sua função e decidam de forma independente e informada.

De acordo com o disposto no artigo 7.º do Regulamento do Conselho de Administração da REN, a ata de cada reunião é redigida pelo Secretário da Sociedade e deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração na reunião ordinária subsequente.

No que respeita às incompatibilidades e ao número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos sociais de outras sociedades, aplicam-se as regras relevantes do CSC, não existindo, além destas, nesta data, quaisquer limitações previstas internamente.

Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação na próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de modificação estatutária no sentido de estabelecer um regime de incompatibilidades com o exercício de funções em corpos sociais relacionadas com potenciais conflitos de interesses decorrentes do exercício, direto ou indireto, de atividade no setor elétrico ou no setor do gás natural, em Portugal ou no estrangeiro.

Quanto à atividade dos administradores não executivos durante o ano de 2011, 3 dos administradores não executivos, José Luís Alvim Marinho, José Frederico Vieira Jordão e Fernando António

Portela Rocha de Andrade, exerceram as suas funções enquanto membros da Comissão de Auditoria. Os restantes administradores não executivos exerceram as respetivas funções, não só no âmbito da participação nas reuniões do Conselho de Administração, que se realizaram com uma regularidade mínima mensal, mas igualmente através de um acompanhamento permanente dos trabalhos da Comissão Executiva, mediante a apresentação, de forma coordenada e eficiente, de pedidos de informação complementar relacionados com assuntos analisados em sede do Conselho de Administração, dos quais se destacam os assuntos relacionados com a vertente financeira, as matérias de governance e as matérias relacionadas com aspetos regulatórios. De realçar que os administradores não executivos não se depararam com nenhum constrangimento no exercício das suas funções, tal como decorre da descrição da sua atividade constante do relatório anual de gestão.

## 5.3 ESTRUTURA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA

O Conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, nos termos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 407.º do CSC, e no artigo 16.º do Contrato de Sociedade, indicando os administradores que a compõem e designando o respetivo Presidente.

A deliberação do Conselho de Administração que proceda à delegação de competências numa Comissão Executiva deve fixar os limites da delegação, bem como a composição, a designação do respetivo Presidente e o modo de funcionamento desse órgão.

Atualmente, desde a renúncia apresentada pelo Administrador Executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma, a Comissão Executiva é composta por 4 membros.

Nos termos do artigo 8.º do Regulamento do Conselho de Administração e do disposto no n.º 4 do artigo 407.º do CSC, não podem ser delegadas as seguintes competências: a cooptação de administradores; o pedido

de convocação de Assembleias Gerais; a aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral; a aprovação das contas semestrais e trimestrais a publicar nos termos legais aplicáveis; a prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade; a mudança da sede social e a realização de aumentos do capital social da Sociedade, nos termos previstos no Contrato de Sociedade; a aprovação de projetos de fusão, cisão e transformação da REN.

Acresce que, o Conselho de Administração atua de forma consentânea com os seus objetivos, não delegando na Comissão Executiva a sua competência no que respeita à definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade e à definição da estrutura empresarial do Grupo. Do mesmo modo, o Conselho de Administração não delega a competência para a aprovação de decisões estratégicas, porquanto dispõem de um valor ou risco acrescido, ou devido às suas características especiais.

Com efeito, nos termos do artigo 3.º do respetivo Regulamento interno, ainda que o Conselho de Administração tenha procedido à delegação da gestão corrente nos termos acima explicitados, este órgão manteve a sua competência, designadamente, no que respeita à: (i) definição da estratégia, objetivos e políticas de gestão da Sociedade e do Grupo; (ii) aprovação dos planos de atividade e financeiros anuais, dos planos de investimentos e dos orçamentos; e, bem assim, à (iii) constituição de parcerias por todas as sociedades participadas.

Nos termos da mesma disposição do respetivo Regulamento interno, compete ainda ao Conselho de Administração, sem possibilidade de delegação, a tomada das seguintes decisões consideradas estratégicas: as adjudicações de aquisições e de investimentos a efetuar pela Sociedade e ou pelas sociedades participadas – designadamente, pelas sociedades REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., REN Gás, S.A., REN Gasodutos, S.A., REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. e REN Armazenagem, S.A. -, contemplados e previstos no orçamento anual da Sociedade e ou das sociedades participadas, e cujo valor seja igual ou superior a €25.000.000.

Nos termos do n.º 4 do artigo 8.º Regulamento do Conselho de Administração, a delegação de poderes na Comissão Executiva cessa por deliberação do Conselho de Administração ou, automaticamente, quando ocorrer uma das seguintes situações: substituição do membro do Conselho de Administração designado para Presidente da Comissão Executiva ou da maioria dos seus membros; com o termo do mandato do Conselho de Administração que efetuar a delegação.

Nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da Comissão Executiva, o Presidente da Comissão Executiva, designado pelo Conselho de Administração, poderá indicar um dos vogais para o substituir nas suas faltas ou impedimentos.

De acordo com o n.º 1 do artigo 2.º do Regulamento da Comissão Executiva,

as suas reuniões são convocadas e dirigidas pelo seu Presidente e devem realizar-se, por via de regra, com uma periodicidade semanal. Para cada reunião da Comissão Executiva é elaborada a respetiva ata.

No ano de 2011, a Comissão Executiva realizou 47 reuniões, das quais foram elaboradas as respetivas atas.

Nos termos do artigo 3.º do Regulamento da Comissão Executiva, as deliberações da Comissão Executiva apenas poderão ser tomadas quando esteja presente ou representada a maioria dos seus membros, os quais se podem fazer representar numa reunião por outro membro da Comissão Executiva, mediante simples carta dirigida ao respetivo Presidente, não sendo, contudo, permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião.

Em caso de impossibilidade de participação em reunião da Comissão Executiva, os administradores executivos poderão, tratando-se de deliberação considerada urgente pelo Presidente desta comissão, expressar o seu voto por carta a este dirigida, a qual apenas será válida para a reunião em causa.

As deliberações da Comissão Executiva são aprovadas por maioria dos votos dos seus membros que estejam presentes ou representados, tendo o respetivo Presidente voto de qualidade em caso de empate na votação, bem como o seu substituto.

O Regulamento da Comissão Executiva determina que em cada reunião seja designado um membro para acompanhar a execução de cada deliberação, tendo em vista permitir o acompanhamento e adoção de eventuais medidas adicionais para a sua execução.

O Presidente da Comissão Executiva remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva. Por outro lado, sempre que solicitado por membros de outros órgãos



sociais, a Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada, as informações que sejam requeridas.

Para além disso, a Comissão Executiva prepara e propõe, ao Conselho de

Administração, projetos de deliberação respeitantes às matérias da competência reservada a este órgão, e submete ao Conselho de Administração os assuntos que, pela sua relevância, considere justificarem a aprovação por este órgão.

## 5.4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COMISSÃO DE AUDITORIA

A Comissão de Auditoria deve ser composta por 3 membros não executivos do Conselho de Administração, os quais são eleitos (e destituídos, apenas quando ocorra justa causa) pela Assembleia Geral, sendo o respetivo Presidente designado aquando dessa eleição.

O Presidente da Comissão de Auditoria, José Luís Alvim Marinho, e os vogais em funções, José Frederico Vieira Jordão e Fernando António Portela Rocha de Andrade, são independentes e possuem as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

A Comissão de Auditoria dispõe do seu próprio regulamento interno de funcionamento, no qual se estabelecem as normas que regulam a sua organização e funcionamento. Em particular, prevê-se no n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento da Comissão de Auditoria, que as reuniões do órgão de fiscalização sejam realizadas com uma periodicidade mensal. Para além das reuniões ordinárias, a Comissão de Auditoria pode reunir sempre que seja convocada pelo seu Presidente ou pelos dois vogais que a compõem.

No ano de 2011, a Comissão de Auditoria realizou 14 reuniões. São elaboradas atas de cada reunião realizada.

No que respeita às incompatibilidades e ao número máximo de cargos

acumuláveis pelos membros da Comissão de Auditoria em órgãos sociais de outras sociedades aplicam-se as regras relevantes do CSC, não existindo, além destas, nesta data, quaisquer limitações previstas internamente.

Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação na próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de modificação estatutária no sentido de estabelecer um regime de incompatibilidades com o exercício de funções em corpos sociais relacionadas com potenciais conflitos de interesses decorrentes do exercício, direto ou indireto, de atividade no setor elétrico ou no setor de gás natural, em Portugal ou no estrangeiro.

A Comissão de Auditoria é o primeiro interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo, cuja atividade é por si acompanhada e supervisionada. Esta Comissão, por outro lado, pode obter pareceres independentes ou contratar serviços de consultoria especializada na medida que considere necessária para o adequado desempenho das suas funções. A Comissão de Auditoria tem ainda a possibilidade de aceder aos recursos e meios disponibilizados pela REN que se mostrem necessários para o exercício das suas funções.

## 5.5 DIVULGAÇÃO DE REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, que incluem a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida,

são objeto de divulgação no sítio na internet da Sociedade, em [www.ren.pt](http://www.ren.pt), em conjunto com os documentos de prestação de contas.

## 5.6 COMISSÕES ESPECIALIZADAS

O Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento da Comissão de Auditoria e o Regulamento da Comissão Executiva encontram-se disponíveis no sítio na internet [www.ren.pt](http://www.ren.pt), em português e na sua tradução para língua inglesa.

Tendo em consideração o modelo de governo societário implementado pela REN, que integra uma Comissão de Auditoria como mecanismo de controlo interno, desempenhando funções de supervisão e de fiscalização da atividade de gestão da REN e, bem assim, a fiscalização dos negócios sociais, tem-se entendido não haver espaço para a criação de comissões especializadas com o objetivo único de avaliar o desempenho dos administradores executivos ou a atividade das comissões existentes, o qual é alcançado através da atividade de avaliação realizada pela Comissão de Auditoria e pelos membros não executivos do Conselho de Administração.

Durante o ano de 2011, os administradores não executivos da Sociedade acompanharam os assuntos relacionados com (i) o modelo e os princípios de governo da Sociedade, (ii) a avaliação do desempenho global do Conselho de Administração e a análise do perfil adequado ao exercício das funções de administrador da REN e, bem assim, (iii) a avaliação do desempenho dos administradores executivos.

Com efeito, a avaliação do desempenho dos membros da Comissão Executiva é realizada pelo conjunto dos administradores não executivos, de forma a criar um adequado equilíbrio interno e um desempenho efetivo das funções não executivas por todos os membros do Conselho de Administração e não apenas por alguns administradores. De igual modo, o conjunto dos administradores não executivos acompanha o desempenho global do Conselho de Administração e procede à reflexão sobre o funcionamento do sistema de governo societário.

Em acréscimo, a REN entende não se adequar às especificidades da Sociedade a criação de uma comissão especializada com competências em matéria de identificação de candidatos com perfil para o cargo de administrador, uma vez que o respetivo processo de seleção tem vindo a ser levado a cabo de forma adequada ao interesse da Sociedade, seja no contexto da eleição em Assembleia Geral, seja no caso de cooptação por decisão do Conselho de Administração.

Em especial, no âmbito da avaliação do desempenho global do órgão de administração e do funcionamento do sistema de governo societário, os seus membros não executivos têm refletido sobre o perfil adequado ao exercício das funções de administrador da REN.

## 5.7 NEGÓCIOS DA SOCIEDADE COM PARTES RELACIONADAS

Encontram-se descritos no Anexo II ao presente Relatório de Governo Societário os elementos principais dos negócios e operações realizados entre, por um lado, a Sociedade e, por outro, os titulares de participações qualificadas ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Cód.VM.

Todos os negócios descritos no referido anexo foram realizados em condições normais de mercado e decorreram da normal atividade da REN, sendo, na sua maior parte, decorrentes de obrigações regulatórias, pelo que, por esse motivo, não foram previamente submetidos a apreciação do órgão de fiscalização.

Tendo em consideração a natureza dos acionistas da REN e a especificidade das transações com partes relacionadas que ocorreram em 2011, idênticas às que já tinham ocorrido em 2010, e que, previsivelmente, irão voltar a ocorrer em 2012, a Comissão de Auditoria, apesar de ter monitorizado aquelas transações, considerou pertinente analisar o tratamento dado a esta matéria a nível nacional e internacional e estabelecer os procedimentos e critérios necessários para definir a relevância daquelas transações.

Após a referida análise, o Conselho de Administração, na sequência de proposta da Comissão de Auditoria, de 28 de novembro de 2011, aprovou um regulamento interno sobre o tratamento e divulgação de transações com partes relacionadas, bem como, sobre a metodologia de atuação em caso de potencial conflito de interesses, na sua reunião de 15 de dezembro de 2011 (Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas).

Nos termos do mencionado Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, os negócios jurídicos entre, por um lado, (i) uma Parte Relacionada – isto é, (a) um membro de um órgão de administração ou de fiscalização da REN ou de qualquer sociedade que se encontre em relação de domínio ou de grupo com a REN, nos termos do disposto no artigo 21.º do Cód.VM (Sociedades Participadas) ou (b) qualquer pessoa singular que,

pelo cargo que desempenhe na REN ou nas Sociedades Participadas (apenas para efeitos da secção 5.7 do presente Relatório de Governo Societário, Sociedades Participadas), exerça funções de chefia e de gestão, ou tenha acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada (apenas para efeitos da secção 5.7 do presente Relatório de Governo Societário, Dirigente) ou (c) um acionista detentor de participação qualificada de, pelo menos, 2% do capital social da REN ou das Sociedades Participadas, calculada nos termos do disposto no artigo 20.º do Cód.VM (apenas para efeitos da secção 5.7 do presente Relatório de Governo Societário, Acionista Relevante) – ou ainda (d) uma entidade terceira, relacionada com um Dirigente ou um Acionista Relevante por meio de qualquer interesse comercial ou pessoal relevante e, por outro lado, (ii) a REN ou as Sociedades Participadas, que se encontre compreendido nas situações seguidamente descritas serão submetidos a parecer prévio da Comissão de Auditoria:

- Negócios entre, por um lado, os membros do órgão de administração ou de fiscalização da REN ou das Sociedades Participadas e, por outro, a REN ou as Sociedades Participadas, nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 397.º e 423.º-H do Código das Sociedades Comerciais;
- Compra e venda de bens ou prestação de serviços que tenha um valor económico superior a € 5.000.000,00;
- Aquisição ou alienação de participações sociais;
- Novos empréstimos, financiamentos e subscrição de investimentos financeiros que resultem num valor agregado anual de endividamento superior a € 100.000.000,00, salvo quando se trate da mera renovação de situações já existentes ou de operações desenvolvidas no quadro de condições contratuais pré-existentes;

- Transações que, fora dos contextos anteriormente descritos, tenham um valor económico superior a € 5.000.000,00;
- Qualquer transação que, não estando compreendida em nenhum dos critérios de materialidade anteriormente elencados, deva ser considerada relevante para este efeito pela Comissão Executiva ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, em virtude da sua natureza ou da sua especial suscetibilidade de configurar uma situação de conflito de interesses.
- No caso de não ter havido consulta a mais nenhuma entidade, as razões para a adoção desse procedimento;
- No caso de, pela sua natureza, haver urgência na celebração do negócio, a menção e competente justificação desse fato e das circunstâncias aplicáveis;
- Os mecanismos adotados para a prevenção de conflitos de interesses e a demonstração de que a operação será realizada em condições normais de mercado.

Por sua vez, os negócios entre, por um lado, uma Parte Relacionada, conforme acima referida, e a REN ou uma das Sociedades Participadas, que não se subsuma a nenhuma das situações elencadas supra, deve ser posteriormente submetido à apreciação da Comissão de Auditoria.

Cabe à Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração da REN (consoante seja aquela ou este o órgão competente para a aprovação do negócio em causa) submeter à apreciação da Comissão de Auditoria os negócios com Partes Relacionadas (para prévia aprovação ou apreciação à posteriori, conforme o caso, nos termos supra descritos).

Ao submeter à Comissão de Auditoria a apreciação prévia de um negócio com Partes Relacionadas, o Conselho de Administração ou a Comissão Executiva (conforme aplicável) devem comunicar à Comissão de Auditoria, com, pelo menos, 15 dias de antecedência face à data do projetado negócio, os seguintes elementos:

- Uma caracterização sumária dos termos essenciais da operação em causa;
- Uma breve contextualização da operação, incluindo os procedimentos pré-contratuais adotados;
- No caso de terem existido diversas propostas, os critérios que foram adotados para a seleção da contraparte final;

No caso de a Comissão de Auditoria emitir parecer prévio desfavorável, a aprovação do negócio pelo Conselho de Administração ou pela Comissão Executiva, conforme aplicável, deve ser especialmente fundamentada, no sentido de demonstrar que a conclusão do negócio se conforma com a prossecução do interesse social da REN ou das Sociedades Participadas.

Saliente-se, ainda, que, nos termos do Regulamento sobre Transações com Partes Relacionadas, a Comissão de Auditoria, deve aferir, nas operações que lhe sejam submetidas, da adequação dos procedimentos pré-contratuais e contratuais adotados e da razoabilidade e adequação da fundamentação apresentada, tendo em conta as finalidades de:

- A prossecução do interesse social da REN e das Sociedades Participadas;
- Adequação das condições da operação às condições de mercado em que o tipo de transação é normalmente celebrada;
- Não atribuição, direta ou indireta, de vantagens excessivas à Parte Relacionada, no contexto da realização da operação.

No âmbito das suas funções de coordenação dos mecanismos internos relativos aos negócios com Partes Relacionadas, constituem, ainda, competências da Comissão de Auditoria:

## 5.8 SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO

- Solicitar ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme aplicável, informação de modo a emitir parecer fundamentado;
- Apresentar recomendações ao Conselho de Administração, nomeadamente no que respeita a medidas de prevenção e identificação de conflitos de interesses;
- Sendo identificado, neste âmbito, um negócio suscetível de lesar o interesse social da REN ou das Sociedades Participadas, sugerir a adoção de medidas tendentes a

compatibilizar o interesse social com a conclusão da transação; e

- Emitir parecer anual relativo à aplicação do Regulamento e à sua adequação aos seus fins e, sendo necessário, proceder à revisão do mesmo.
- Por fim, refira-se ainda que não existem quaisquer negócios entre, por um lado, a Sociedade e, por outro, os membros dos seus órgãos de administração ou fiscalização ou os membros dos órgãos de administração ou fiscalização de sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo.

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm atribuído crescente importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco com impacto relevante nas atividades das empresas do Grupo, em linha, com as recomendações formuladas a nível nacional e internacional, de que se destacam as Recomendações da CMVM inseridas no Código de Governo das Sociedades e os princípios de bom governo constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março.

A criação e o acompanhamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos são levados a cabo pela Comissão Executiva e, em última instância, pelo Conselho de Administração. À Comissão de Auditoria compete assistir a Comissão Executiva na análise da integridade e eficiência dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos da REN. Em acréscimo, a Comissão de Auditoria contemplou no seu plano de atividades para o exercício de 2011, a realização de diversas diligências de fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Considera-se que um sistema de controlo interno e de gestão de risco –

como é o caso do implementado pela REN – deve satisfazer, entre outros, os seguintes objetivos:

- Garantir e controlar o cumprimento dos objetivos traçados anteriormente pelo Conselho de Administração;
- Assegurar a fiabilidade e a integridade da informação;
- Garantir a produção e o reporte de forma completa, fiável e tempestiva da informação contabilística e financeira, bem como a prossecução de um adequado sistema de informação de gestão;
- Garantir a salvaguarda dos ativos;
- Garantir a prudente e adequada avaliação dos ativos e das responsabilidades;
- Identificar os fatores de risco, as consequências da ocorrência do risco e os mecanismos destinados ao seu tratamento e minimização;
- Alinhar o risco admissível com a estratégia do Grupo;
- Melhorar a qualidade das decisões;
- Promover a utilização racional e eficiente dos seus recursos.

No exercício de 2009, por deliberação da Comissão Executiva de 13 de maio de 2009, foi constituído o Gabinete de Auditoria Interna (GAI), o qual tem como missão verificar a existência, o funcionamento e a eficácia do modelo de controlo dos riscos de gestão e dos sistemas de controlo interno e de governação do Grupo, através de um acompanhamento objetivo, independente e sistemático. O GAI reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, sem prejuízo da sua relação hierárquica com a administração executiva da Sociedade. O responsável pelo referido gabinete é o Eng. Gil Vicente Jorge Marcelino.

De entre as várias atribuições do GAI, destacam-se as seguintes:

- Revisão das políticas de gestão de risco e de controlo interno em vigor;
- Avaliação do grau de implementação do controlo interno (estrutura organizativa e de governação, delegação de competências, código de ética e de conduta, políticas e procedimentos);
- Realização de auditorias financeiras, informáticas, operacionais e de gestão nas diversas áreas do Grupo REN, confirmando a observância das políticas, normas, regulamentação e legislação (serviços de *compliance*);
- Definição, em conjunto com as diferentes áreas, de medidas corretivas para os pontos fracos e não conformidades identificados nas auditorias;
- Controlo da implementação das medidas de correção, através de relatórios de acompanhamento;

- Suporte de gestão de topo na definição e/ou implementação de medidas de controlo e governação.

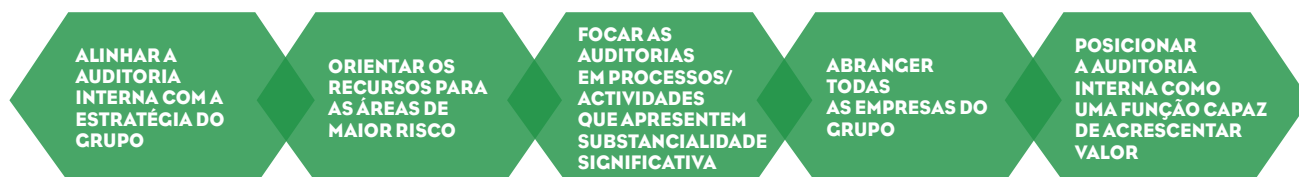
As auditorias internas realizadas pelo GAI obedecem a um planeamento baseado na avaliação do risco, quer corporativa quer do próprio GAI, incluindo esta última uma avaliação de como são geridos os riscos dos processos, sistemas e unidades de negócio.

O Plano de Atividades do GAI para 2011, aprovado pela Comissão de Auditoria, definiu e caracterizou as auditorias a realizar. A conceção do Plano de Atividades teve como objetivos:

- Focar as auditorias nas áreas de maior risco;
- Avaliar a eficiência dos sistemas de controlo interno implementados;
- Abranger todas as empresas do Grupo REN;
- Acrescentar valor ao Grupo REN.

Na execução das várias auditorias, foi dada particular atenção à avaliação dos sistemas de controlo interno, ao cumprimento dos procedimentos estabelecidos, à eficiente utilização dos recursos, ao eficaz controlo dos processos e à avaliação e minimização dos riscos identificados.

Em 2012, os procedimentos de auditoria manter-se-ão e para o futuro Plano de Atividades do GAI destacamos os seguintes objetivos:



Tendo como preocupação o acompanhamento dos aspetos principais da atividade da REN e por forma a garantir a conformidade dos procedimentos seguidos, é efetuada regularmente a avaliação dos principais Sistemas de Controlo Interno nas diversas empresas do Grupo, tendo sempre subjacentes os seguintes princípios:

- Reforço e melhoria da eficácia e da eficiência na utilização dos recursos;
- Salvaguarda os ativos;
- Análise do sistema de processamento da informação;
- Verificação da fiabilidade e exatidão da informação financeira, contabilística e outra;
- Prevenção e deteção de fraudes e erros;
- Verificação da conformidade das operações e negócios do Grupo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, com as políticas gerais e os regulamentos da Sociedade.
- Promoção da eficácia e da eficiência operacionais.

Em complemento, o Comité de Gestão de Risco, criado em 2010, tem como missão apoiar o Conselho de Administração na monitorização dos riscos do Grupo, bem como assegurar a aplicação de políticas de gestão de risco comuns a todo o Grupo e divulgação interna das melhores práticas no que à Gestão de Risco diz respeito. Para desempenhar esta missão tem cometidas as seguintes atribuições:

- Promover a identificação e a avaliação sistemática dos riscos empresariais e o respetivo impacto nos objetivos estratégicos da REN;

- Hierarquizar e priorizar os riscos a tratar, bem como as oportunidades identificadas;
- Identificar e definir os responsáveis pela gestão dos riscos;
- Monitorizar os riscos significativos e o perfil de risco da REN;
- Aprovar os mecanismos de reporte periódico de risco pelas diferentes áreas de negócio;
- Aprovar, ou submeter à Comissão Executiva, recomendações de prevenção, mitigação, partilha ou transferência dos riscos significativos.

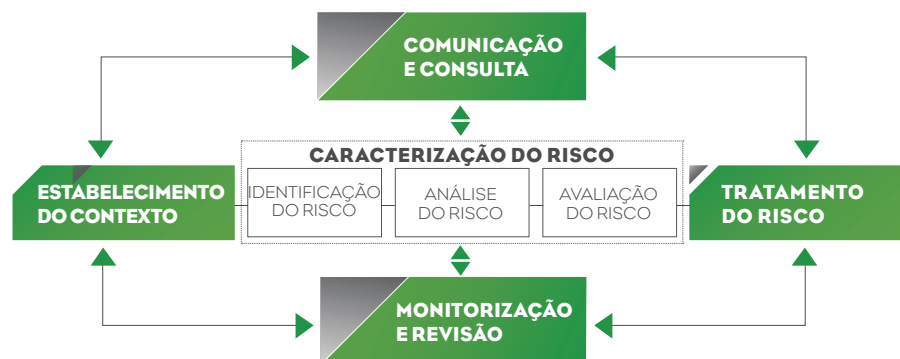
Em 2011, foram identificados pelo Comité de Gestão de Risco, em conjunto com as diversas áreas da empresa, os responsáveis da áreas referentes aos diversos riscos (“donos dos riscos”), cuja principal função é contribuir para o desenvolvimento e aplicação de uma estratégia de gestão do risco alinhada com os objetivos estratégicos da empresa.

#### **Processo de Gestão de Risco**

A REN tem vindo a implementar, nos seus sistemas de controlo interno e de gestão de risco, as componentes previstas na Recomendação II.1.1.2 da CMVM, e tem como referencial no processo de gestão de risco o conjunto de normas da *International Organization for Standardization* (ISO).

Durante o ano de 2011 procedeu-se à conceção, desenvolvimento e aplicação de uma estratégia corporativa de gestão do risco homogénea e integrada, transversal a toda a organização, alinhada e estruturada em função das prioridades e características específicas de cada área da empresa.

O processo de gestão do risco da REN tem por base os 5 vetores do quadro seguinte:



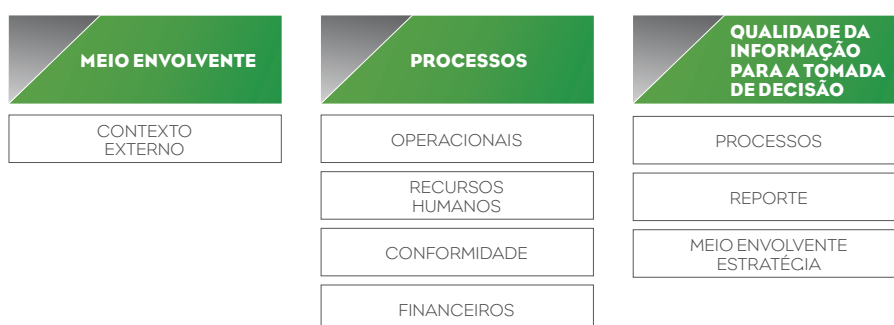
1. O **estabelecimento do contexto** permite identificar os principais parâmetros externos e internos considerados na gestão do risco pela empresa e definir o âmbito do processo de gestão do risco. Neste vetor descreve-se, em termos genéricos, os contextos externo, interno e do processo de gestão do risco em que a REN desenvolve as suas atividades.
2. A metodologia de **caraterização do risco** é constituída por 3 etapas:
  - a. **A Identificação do risco**, onde são identificados os potenciais riscos que poderão comprometer a normal atividade do Grupo e, conseqüentemente, os seus objetivos estratégicos;
  - b. **A Análise do risco**, que reflete um conjunto de atividades destinadas a compreender a natureza do risco e a determinar a sua probabilidade e respetivo impacto; e
  - c. **A Avaliação do risco**, que se traduz na execução de um conjunto de atividades que permitem priorizar os riscos que necessitam de tratamento.
3. O **tratamento do risco** implica a seleção, priorização e implementação de uma ou mais estratégias e medidas específicas para o tratamento do risco. As estratégias de tratamento dos riscos previstas podem evitar, transferir, partilhar ou reter o risco. A estratégia a seleccionar é aquela que não só detém uma maior capacidade de redução do risco como também a que comporta uma maior capacidade de criar benefícios e oportunidades adicionais, sendo aconselhável a seleção de estratégias que tenham capacidade de endereçar, simultaneamente, vários riscos.
4. A **monitorização do risco** visa acompanhar a evolução dos riscos e é realizada continuamente, estando integrada nos processos e atividades de rotina da empresa. Associado ao processo de monitorização estão definidos indicadores de gestão de risco (*Key Risk Indicators*), para os principais riscos identificados, que permitem acompanhar fatores e possíveis eventos de risco, a sua probabilidade e impacto, bem como as medidas de controlo adotadas.
5. **A revisão do risco** consiste na avaliação da adequação, eficácia e eficiência do processo de gestão do risco, com o fim de identificar não conformidades ou insuficiências e determinar a necessidade de implementação de medidas corretivas.
6. **A comunicação e consulta** estabelece as orientações para uma comunicação e consulta eficazes do processo de gestão do risco. Este vetor desenvolve-se de forma contínua e interativa, entre os intervenientes no processo de gestão do risco, ao longo das diferentes fases e atividades que este processo comporta.



O objetivo do processo de gestão do risco é contribuir de forma direta para a melhoria do desempenho da REN, incorporando as atividades de gestão do risco como elemento de otimização das restantes atividades do Grupo e dar cumprimento às recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas.

## RISCOS DA REN

No desenvolvimento das suas atividades a REN está sujeita, em cada uma das suas áreas de negócio ou das suas participadas, a uma multiplicidade de riscos, os quais, foram agregados nas seguintes categorias e subcategorias:



A categoria **Meio Envolvente** analisa os fatores externos à organização que poderão afetar negativamente a viabilidade do modelo de negócio da organização, interferindo na realização dos seus objetivos e estratégia.

A categoria **Processos** considera as fontes internas de risco que comprometem a viabilidade dos processos de negócio da organização, no que respeita à sua gestão operacional de modo eficaz e eficiente e a um correto alinhamento com a estratégia.

Nesta categoria, existem 4 subcategorias:

- Os riscos **Operacionais**, que traduzem os riscos das operações se tornarem ineficientes e ineficazes na execução do modelo de negócio da REN, na satisfação das necessidades dos clientes e na concretização dos objetivos de performance de qualidade, custo e tempo;
- Os riscos de **Recursos Humanos**, que correspondem a um conjunto de riscos incorridos pelos colaboradores por não saberem operacionalizar corretamente as suas atividades ou não saberem o que fazer quando precisam de realizar uma tarefa, por ultrapassarem os limites dos poderes

que lhes foram atribuídos ou serem incentivados a agir incorretamente;

- Os riscos de **Conformidade**, que estão associados ao cumprimento do estabelecido nos contratos de concessão, nas leis e regulamentos, e nas normas e acordos internacionais; e
- Os riscos **Financeiros**, que representam um conjunto de riscos que comprometem a gestão eficiente dos recursos financeiros da organização, nomeadamente no que concerne à maximização da disponibilidade dos *cash flows*, à redução da incerteza associada à taxa de câmbio, taxa de juro, crédito e outros riscos financeiros, e à movimentação dos fundos de modo atempado, e sem perda de valor, para onde são mais necessários.

A categoria **Qualidade da Informação para a Tomada de Decisão** abrange os riscos que comprometem a informação utilizada para suportar a execução do modelo de negócio, o reporte interno ou externo sobre o desempenho e a avaliação contínua da eficácia do modelo de negócio da organização. Esta categoria considera todos os riscos relacionados com as

atividades de criação de valor bem como com a respetiva informação de gestão produzida.

Nesta categoria, estão incluídas 3 subcategorias:

- Os riscos de **Processos**, que estão relacionados com a ausência de informação fiável e tempestiva sobre os processos e atividades da organização.
- Os riscos **de Reporte**, que estão relacionados com a ausência de um reporte fiável e tempestivo, destinado a interlocutores internos e externos.
- Os riscos de **Meio Envolvente / Estratégia**, que representam a ausência de informação fiável e tempestiva sobre a envolvente interna e externa que impedem a organização de se adaptar à mudança ou de maximizar o seu valor.

Durante o ano de 2011, o Comité de Gestão de Risco, com o apoio dos responsáveis das áreas referentes aos diversos riscos, procedeu à identificação dos vários riscos a que a REN está exposta, tendo sido determinado, o perfil de risco do Grupo. Dado que os riscos e os controlos de mitigação dos riscos dependem de fatores endógenos e exógenos, o perfil de risco não é estático.

Os riscos de maior severidade para o Grupo REN são detalhados seguidamente de acordo com a sua categoria e subcategoria:

#### ALTERAÇÃO DO MODELO E PARÂMETROS REGULATÓRIOS

O risco da existência de alterações ao modelo regulatório e/ou decisões do regulador pode afetar a capacidade da empresa gerir eficientemente os seus negócios e está associado ao fato da atividade desenvolvida pela REN ser uma atividade regulada.

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	NATUREZA	RISCO
Meio Envolvente	Contexto Externo	Regulatório	Alteração do modelo e parâmetros regulatórios
		Mercados Financeiros	Qualidade de crédito/ <i>rating</i> da organização
			Evolução das taxas de juro
Processos	Operacionais	Interrupção do Negócio	Ocorrência de incidente generalizado
		Projetos de Investimento	Aprovação dos planos de investimentos
		Segurança e Saúde	Ocorrência de acidentes de trabalho graves
		Tecnologias de Informação	Segurança dos sistemas de informação
	Recursos Humanos	Conhecimento/Competência	Capacidade de atrair/reter as competências e <i>know-how</i> necessários ao negócio
Qualidade da Informação para a Tomada de Decisão	Reporte	Contabilístico/Fiscal	Adequação da informação de gestão

A REN efetua a gestão deste risco através do acompanhamento da evolução da estratégia regulatória bem como das tendências regulatórias europeias.

#### ▸ QUALIDADE DE CRÉDITO/RATING DA REN

A qualidade de crédito e a alteração do *rating* da REN pode ter impacto ao nível do acesso ao financiamento e ao custo do mesmo.

A REN gere este risco através da construção de uma posição de liquidez sólida e da gestão eficiente das suas necessidades de financiamento conjugada com eficazes ações de comunicação ao mercado e aos diferentes agentes financeiros.

De referir que o nível do *rating* da empresa pode ser afetado com a deterioração do *rating* da República.

#### ▸ EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO

A flutuação das taxas de juro pode ter impacto na remuneração dos ativos regulados e no serviço da dívida da REN. A alteração dos indexantes relevantes das taxas de juro de mercado poderá traduzir-se em custos de financiamento mais onerosos para o Grupo.

A REN gere a exposição ao risco da evolução das taxas de juro através da contratação de derivados financeiros, com o objetivo de obter uma relação equilibrada entre taxa de juro fixa e variável e minimizar os encargos financeiros no médio e longo prazos.

#### ▸ OCORRÊNCIA DE INCIDENTE GENERALIZADO

O desempenho da empresa poderá ser influenciado pela ocorrência de eventos que obrigam à interrupção do serviço de abastecimento de eletricidade e pela eventual dificuldade de reposição atempada do serviço. As infraestruturas que suportam a atividade da REN encontram-se expostas a um conjunto de condições (poluição, condições atmosféricas, incêndios, aves, entre outros), que poderão provocar interrupções de serviço.

O plano de reposição de serviço após incidente generalizado implementado na REN e a realização de simulações para verificação da capacidade de reposição do serviço em caso de incidente, são algumas das ações adotadas para gerir este risco.

#### ▸ APROVAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO

A existência de atrasos na aprovação dos planos de investimento por parte de Entidade Reguladora ou outras entidades responsáveis pode provocar desfasamentos temporais significativos na entrada em exploração de novas infraestruturas e/ou perda do investimento realizado, com impacto ao nível da qualidade do serviço prestado.

A REN adota procedimentos de gestão deste risco, que se traduzem no acompanhamento das ações da Entidade Reguladora e de outras entidades competentes no processo de autorização do Investimento a realizar.

#### ▸ OCORRÊNCIA DE ACIDENTES DE TRABALHO GRAVES

O incumprimento dos procedimentos de segurança e operação de equipamentos poderá originar a ocorrência de acidentes de trabalho graves com danos físicos e humanos em obras promovidas pela REN.

A gestão deste risco por parte da REN é feita através do sistema de gestão de segurança, com a formação específica para operações que envolvam riscos e formação para todos os colaboradores de prestadores de serviço da REN em conhecimentos de segurança.

#### ▸ SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O desenvolvimento da atividade da REN está fortemente dependente dos sistemas e tecnologias de informação em funcionamento no Grupo. Assim, a segurança nos sistemas e tecnologias de informação, bem como sua adequabilidade às necessidades da empresa, são essenciais para o bom desempenho da REN.

Para gerir este risco, a REN mantém atualizados os sistemas de comunicações e os respetivos serviços de suporte, efetuando a revisão periódica das configurações dos equipamentos de rede e de segurança. Simultaneamente estão implementadas medidas de segurança para os sistemas considerados críticos tais como a existência de comunicações redundantes e o isolamento destes sistemas relativamente a tráfego potencialmente perigoso.

#### ▸ CAPACIDADE DE ATRAIR/RETER AS COMPETÊNCIAS E *KNOW-HOW* NECESSÁRIOS AO NECÓCIO

O sucesso da REN depende das qualificações e dos esforços dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. A continuidade do êxito da empresa depende em larga medida da sua capacidade em atrair, reter e motivar colaboradores qualificados.

Para tanto, a REN desenvolve a sua política de recursos humanos apostando na formação, na ética,

no desenvolvimento do potencial e na motivação. A política de recursos humanos visa também a atualização permanente dos conhecimentos e o reforço de uma cultura de qualidade, indispensáveis ao cumprimento da sua missão de serviço público.

#### ▸ ADEQUAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE GESTÃO

A REN produz informação de gestão com regularidade, para efetuar um acompanhamento rigoroso da sua atividade. Nesse sentido, toda a informação de gestão produzida, tanto para uso interno como para divulgação a outras entidades, é preparada com base em sofisticados sistemas informáticos. A REN desenvolve ações que procuram a melhoria contínua dos processos e sistemas de informação de suporte que geram informação financeira e de gestão.

Deste modo, a produção de informação rigorosa e credível permite garantir que a informação não apresenta erros que ponham em causa as decisões a tomar.

## 5.9 NÃO ADOÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS QUE PROVOQUEM AUTOMATICAMENTE UMA EROÇÃO GRAVE NO PATRIMÓNIO DA SOCIEDADE EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO

A REN não adotou quaisquer medidas defensivas que tenham por efeito uma erosão automática e grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, evitando prejudicar, dessa forma, a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares dos órgãos de administração.

Nomeadamente não existem acordos significativos de que a REN seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, nem acordos entre a REN e os titulares do órgão de administração ou dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Cód.VM, que prevejam indemnizações em caso de renúncia ou destituição de membros do órgão de administração, nem em caso de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou

cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

Do mesmo modo, a REN não adotou qualquer medida que tenha como objetivo impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

Realça-se, em qualquer caso, a existência de limitações legais à titularidade de ações representativas do capital da REN, na medida em que as alíneas i) e j) do n.º 2 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 78/2011 de 20 de junho), assim como as alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 20.º-A e as alíneas h) e i) do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de fevereiro (na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 77/2011 de 20 de junho) proíbem a titularidade de participações sociais superiores a 5% ou 10% do capital social

da REN, consoante essas entidades exerçam ou não, diretamente ou sob qualquer forma indireta, atividades no respetivo setor.

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012 de 8 de fevereiro, e no contexto da segunda fase de reprivatização da Sociedade, aguardam-se alterações aos referidos diplomas legais em matéria de titularidade das ações representativas do capital social da REN.

Por outro lado e tal como divulgado pela Sociedade, na próxima Assembleia Geral será submetida a votação uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de não serem contados os votos inerentes às ações da categoria A, emitidos por qualquer acionista, em nome próprio ou como representante de outrem, que excedam 25% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, a qual apenas entrará em vigor após a modificação dos referidos diplomas legais.

## 5.10 POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARI- DADES

Os colaboradores da REN devem comunicar à Comissão de Auditoria, quaisquer práticas irregulares que detetem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, de forma a prevenir ou impedir irregularidades que possam provocar danos financeiros ou danos na imagem da REN. Da mesma forma, a Comissão de Auditoria recebe a comunicação de práticas irregulares por parte de quaisquer *stakeholders*.

A referida comunicação deve ser efetuada por escrito, podendo ser utilizado para esse efeito o endereço eletrónico [comissao.auditoria@ren.pt](mailto:comissao.auditoria@ren.pt), de acesso reservado à Comissão de

Auditoria, e conter todos os elementos e informações de que o autor disponha e que julgue necessários para a avaliação da irregularidade. O autor pode ainda solicitar tratamento confidencial quanto à origem da comunicação.

A Comissão de Auditoria deve apreciar a situação descrita e determinar ou propor as ações que, perante cada caso concreto, entenda serem convenientes, nos termos do regulamento interno aprovado pela Comissão de Auditoria.

Em 2011, não foram reportadas à Comissão de Auditoria quaisquer potenciais situações de irregularidades no seio do Grupo REN.

## 5.11 AUDITOR EXTERNO

A Comissão de Auditoria representa a Sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, assim como zelar para que sejam asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos serviços.

De acordo com o n.º 2.2 do artigo 3.º do Regulamento da Comissão de Auditoria, cabe a este órgão fazer o acompanhamento regular da atividade dos auditores externos e do Revisor Oficial de Contas, através da análise dos relatórios periódicos e do

acompanhamento dos trabalhos de auditoria e revisão, procedendo também à avaliação de eventuais recomendações de alterações de procedimentos recomendados pelos auditores externos e pelo Revisor Oficial de Contas.

Nestes termos, cabe à Comissão de Auditoria proceder a uma avaliação anual do auditor externo, sendo este órgão competente para propor a sua destituição à Assembleia Geral, em caso de justa causa.

Tendo em consideração o trabalho desenvolvido durante o ano de 2011,

a Comissão de Auditoria procedeu à avaliação da atividade prestada pelos auditores externos à Sociedade. Assim sendo, a Comissão de Auditoria entende que os auditores externos prestaram os seus serviços de forma positiva, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis, incluindo as normas internacionais de auditoria em vigor, e atuando com grande rigor técnico.

A remuneração anual paga aos auditores externos, bem como a indicação da percentagem relativa aos serviços de revisão legal de contas, a outros serviços de garantia de fiabilidade, a serviços de consultoria fiscal e a outros serviços, constam do Anexo IV.

## 06. REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS



### 6.1 REMUNERAÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A remuneração da Mesa da Assembleia Geral é feita através de senhas de presença. Em 2011, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral recebeu

€2.000,00, o Vice-Presidente recebeu €1.500,00 e o Secretário da Sociedade €1.000,00.

### 6.2 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

#### 6.2.1. ENQUADRAMENTO

A política remuneratória da REN para o ano de 2011 teve em conta as disposições legislativas, regulamentares e recomendatórias no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos sociais, a que a REN se encontra adstrita em função de, por um lado, ser uma sociedade emitente de ações admitidas à negociação e, por outro, uma empresa do setor empresarial do Estado.

Destacam-se, pela sua importância e impacto na política de remunerações da REN, os seguintes instrumentos:

- Na sua qualidade de sociedade emitente de ações admitidas à negociação, a REN encontra-se sujeita à Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e ao Regulamento 1/2010 da CMVM bem como às Recomendações da CMVM;
- Por seu turno, enquanto empresa do setor empresarial do Estado, aplicam-se à Sociedade (i) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, relativamente aos princípios de bom governo e (ii) o Despacho n.º 11420/2009, de

11 de maio, que desenvolve aquela Resolução em sede remuneratória;

- Em virtude das medidas excecionais de consolidação orçamental, aplicam-se ainda à REN restrições temporárias à remuneração dos membros dos seus órgãos sociais, em particular, a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, o Despacho 5696-A/2010, de 29 de março, e a Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro.

A REN adota um regime remuneratório transparente e equitativo que, por um lado, respeita as restrições remuneratórias aplicáveis ao setor público, enquanto que, por outro, se mantém flexível com vista a poder adotar as Recomendações da CMVM, nomeadamente através da remuneração da performance positiva e alinhada com os objetivos estratégicos da Sociedade, uma vez que deixe de estar sujeita às restrições remuneratórias atualmente em vigor.

A Comissão de Vencimentos é o órgão social ao qual compete determinar o valor da remuneração anual a pagar aos membros dos órgãos sociais da REN.

### 6.2.2 COMPONENTE FIXA DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E PLANOS DE AÇÕES E OPÇÕES

A remuneração fixa atribuída aos administradores da REN decorre das deliberações da Comissão de Vencimentos de 23 de abril de 2007, uma vez que a Comissão de Vencimentos eleita na Assembleia Geral de 2010 decidiu manter as mesmas condições remuneratórias, e foi estabelecida atendendo (i) às políticas seguidas noutras empresas do setor, nomeadamente noutras sociedades emittentes nacionais, assim como (ii) às das suas congéneres europeias, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões das sociedades em causa.

Tendo em conta a conjuntura económica e financeira atuais, e sem prejuízo da aplicação temporária das reduções remuneratórias de 5% e 10% previstas, respetivamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, em 2011 foi mantido o nível das remunerações fixas nos termos estabelecidos para o anterior mandato.

A remuneração dos administradores não executivos é composta exclusivamente por uma componente fixa, paga em 12 prestações mensais durante o ano, não dependendo assim do desempenho ou valor da REN, indo ao encontro das recomendações aplicáveis a esta matéria.

A remuneração dos administradores da Sociedade não inclui qualquer mecanismo de atribuição ou aquisição de ações ou de opções ou outros direitos sobre ações da Sociedade ou qualquer das suas participadas.

### 6.2.3 COMPONENTE VARIÁVEL DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

Sem prejuízo do referido em 6.2.4 infra, pretende-se que a remuneração dos membros da Comissão Executiva seja composta por uma componente fixa e uma componente variável, devendo existir entre ambas uma proporcionalidade

adequada e estabelecendo-se um limite máximo para cada uma.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é determinada, essencialmente, com base em quatro critérios gerais:

- A competitividade tendo em consideração as práticas do mercado português;
- A equidade, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- A avaliação do desempenho, de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa assim como com a assunção de níveis adequados de risco e cumprimento das regras aplicáveis à atividade da REN; e
- O alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da Sociedade e com a sua sustentabilidade e criação de riqueza a longo prazo.

O valor anual da componente variável da remuneração dos membros da Comissão Executiva encontra-se limitada a um valor correspondente a 6 meses da componente fixa da remuneração e baseia-se na avaliação dos seus membros, a qual pondera indicadores chave de desempenho numa base individual e corporativa e é efetuada após a aprovação das contas de cada exercício.

Em acréscimo, este valor é calculado com base num estudo técnico e num modelo de avaliação dos administradores executivos aprovado pela Comissão de Vencimentos em 30 de novembro de 2011, que inclui os parâmetros e a grelha a aplicar em função da prossecução de objetivos estratégicos pré-definidos, adaptados individualmente a cada administrador, tanto ao nível da Sociedade, como ao nível individual, os quais respeitam, nomeadamente, à verificação dos seguintes critérios de avaliação de desempenho:



- A criação de valor para os acionistas;
- A eficiência (incluindo ganhos de eficiência OPEX em eletricidade e gás) e o nível de resultados obtidos (incluindo resultado líquido, EBITDA/proveitos operacionais e RAB e.o.p (total REN));
- A ininterruptibilidade dos serviços de eletricidade e de gás;
- O desenvolvimento de negócios não regulados, e respetivo incremento proporcional nos resultados consolidados;
- A manutenção e desenvolvimento de uma imagem e reputação empresarial positiva; e
- A demonstração de sustentabilidade económica e financeira de longo prazo.

Os critérios acima referidos constituem mecanismos destinados a promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade e dos acionistas e deverão ser determinados para todos os exercícios, independentemente da existência ou não de remuneração variável.

A avaliação do grau de cumprimento dos objetivos estabelecidos em cada um dos referidos critérios é levada a cabo pela Comissão de Vencimentos, com o apoio dos administradores não executivos da Sociedade.

A componente variável da remuneração dos membros da Comissão Executiva, quando e caso venha a ser determinada, será paga em 2 momentos:

- 50% após a aprovação das contas do exercício a que respeita a remuneração; e
- os restantes 50% serão diferidos por um período de 3 anos a contar da sua atribuição e estarão dependentes da continuação do desempenho positivo da REN ao longo de tal período, devendo o seu pagamento ser precedido de nova deliberação da Comissão de Vencimentos.

Ainda que não existam mecanismos expressos a este propósito, os administradores executivos não celebraram quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada.

#### 6.2.4 RESTRIÇÕES EXCEPCIONAIS À RETRIBUIÇÃO ATRAVÉS DA COMPONENTE VARIÁVEL

Tendo em conta a proibição de retribuição dos membros do órgão de administração com remunerações variáveis de desempenho, constante do Despacho 5696-A/2010, de 29 de março, e do artigo 29.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, a Comissão de Vencimentos, à semelhança do verificado em 2009 e 2010, não prevê a atribuição de quaisquer remunerações variáveis ou de prémios de gestão (designadamente sob a forma de participação nos lucros) relativamente ao exercício de 2011.

## 6.3 REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Tendo em conta a natureza das suas funções, assim como os normativos em vigor a este respeito, os membros da

Comissão de Auditoria auferem apenas uma retribuição fixa, a qual é paga em 12 mensalidades durante o ano.

## **6.4** **BENEFÍCIOS** NÃO PECUNIÁRIOS E REGIMES COMPLEMENTARES DE PENSÕES OU DE REFORMA ANTECIPADA

Durante o ano de 2011 foi disponibilizada aos administradores executivos a utilização de viatura e telemóvel para o desempenho das suas funções.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores.

## **6.5** **INDEMNIZAÇÕES** EM CASO DE CESSAÇÃO DE FUNÇÕES

Durante o exercício de 2011 não foram pagas nem devidas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de administração e fiscalização que prevejam a atribuição de indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administrador.

De acordo com a política remuneratória aprovada pela Comissão de Vencimentos, em caso de cessação das funções de administração por acordo ou por destituição sem justa causa, não será paga qualquer compensação se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador.

## **6.6** **AVALIAÇÃO** DA ASSEMBLEIA GERAL NO QUE RESPEITA À POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE E À AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A Assembleia Geral é responsável pela nomeação da Comissão de Vencimentos responsável pela fixação das remunerações e pela apresentação da declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização para o ano de 2011, que se encontra anexa ao presente relatório.

Por sua vez, esta declaração será objeto de apreciação autónoma por parte da Assembleia Geral Anual, nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Por outro lado, e nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades

Comerciais, a Assembleia Geral tem ainda o dever de avaliar o desempenho dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, adotando uma deliberação anual em relação à manutenção da confiança nos membros daqueles órgãos ou votando a desconfiança nos mesmos.

De referir, ainda, que na Assembleia Geral Anual de 2011 esteve presente o Senhor Presidente da Comissão de Vencimentos, Dr. José Castel-Branco, enquanto representante da Comissão de Vencimentos da Sociedade.

## 6.7 DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Em face da competência prevista nos termos do artigo 26.º do Contrato de Sociedade da REN, a Comissão de Vencimentos desta Sociedade dispõe da responsabilidade pelo estabelecimento das remunerações fixas e variáveis de cada um dos administradores, bem como pela determinação da remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais.

Assim sendo, no âmbito das suas funções, a Comissão de Vencimentos aprovou, em relação ao exercício de 2011 e para aplicação aos membros dos órgãos sociais em funções no mandato em curso, a declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais da REN para 2011, que se encontra anexa ao Relatório de Governo Societário de 2010, submetida à votação na Assembleia Geral Anual de 15 de abril de 2011.

Cumprindo a exigência entretanto instituída a este respeito no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 18 de junho, a Comissão de Vencimentos submeteu, em votação autónoma, à aprovação da Assembleia Geral, realizada a 15 de abril de 2011, a declaração sobre a política

de remunerações elaborada por aquela Comissão.

A declaração sobre a política de remunerações submetida à Assembleia Geral, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 18 de junho, abrange todos os dirigentes da Sociedade (na aceção do disposto no n.º 3 do artigo 248.º-B do Código de Valores Mobiliários), uma vez que o Conselho de Administração da REN entende, desde 2010, que aqueles dirigentes correspondem apenas aos membros dos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade.

A Sociedade considera que não existem outros trabalhadores que auferam remuneração com uma componente variável importante, cuja atividade profissional possa ter um impacto relevante no perfil de risco da empresa.

No âmbito das suas funções, a Comissão de Vencimentos aprovou, em relação ao exercício de 2012, a declaração sobre a política de remuneração dos órgãos sociais da REN que se encontra anexa ao presente relatório (Anexo V), a ser submetida à Assembleia Geral.

## 6.8 PROPOSTA RELATIVA À APROVAÇÃO DE PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES E/OU DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE AÇÕES OU COM BASE NAS VARIAÇÕES DO PREÇO DAS AÇÕES

Não existem quaisquer programas ou planos de remunerações variáveis que consistam na atribuição de ações, de opções de aquisição de ações ou outro sistema de incentivos com base na variação de preço das ações destinados a membros dos órgãos de administração ou de fiscalização ou a outros dirigentes,

na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Cód.VM.

Não existe também qualquer sistema de benefícios de reforma de que beneficiem os membros dos órgãos de administração e fiscalização.

## 6.9 DIVULGAÇÃO ANUAL EM TERMOS INDIVIDUAIS DA REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Na sequência da entrada em vigor da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, e atendendo ao preceituado no seu artigo 3.º, sob a epígrafe “Divulgação de remuneração”,

a REN discrimina individual e agregadamente as remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

NOME		REM. FIXA <sup>(1)</sup>	REM. VARIÁVEL <sup>(2)</sup>	TOTAL
Rui Cartaxo	Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	317.166,09		317.166,09 <sup>(3)</sup> <sup>(4)</sup>
Aníbal Durães Santos	Comissão Executiva	258.096,09	0	258.096,09 <sup>(4)</sup>
João Caetano Conceição	Comissão Executiva	258.096,09		258.096,09 <sup>(4)</sup>
João Plácido Pires	Comissão Executiva	258.096,09	0	258.096,09 <sup>(4)</sup>
João Nuno Palma	Comissão Executiva	258.096,09		258.096,09 <sup>(4)</sup>
José Carvalho Neto	Conselho de Administração	190.033,96	0	190.033,96 <sup>(5)</sup>
Filipe Maurício de Botton <sup>(6)</sup>	Conselho de Administração	7.857,50		7.857,50
Gonçalo Oliveira <sup>(7)</sup>	Conselho de Administração	7.857,50	0	7.857,50
Luis Atienza <sup>(7)</sup>	Conselho de Administração	7.857,50		7.857,50
Manuel Champalimaud <sup>(7)</sup>	Conselho de Administração	7.857,50	0	7.857,50
EGF, S.A. <sup>(8)</sup>	Conselho de Administração	19.082,50		19.082,50
Gestmin, SGPS, S.A. <sup>(8)</sup>	Conselho de Administração	19.082,50		19.082,50
Oliren, SGPS, S.A. <sup>(8)</sup>	Conselho de Administração	19.082,50		19.082,50
Red Electrica Corporacion, S.A. <sup>(8)</sup>	Conselho de Administração	19.082,50		19.082,50
José Luis Alvim	Comissão de Auditoria	51.300,00		51.300,00
José Frederico Jordão	Comissão de Auditoria	41.304,00		41.304,00
Fernando Rocha de Andrade	Comissão de Auditoria	41.304,00		41.304,00
<b>Total</b>		<b>1.781.252,41-</b>		<b>1.781.252,41</b>

<sup>(1)</sup> A remuneração fixa foi reduzida 5% a partir de 01/06/2010, a que acresceu a redução de 10% por aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2011.

<sup>(2)</sup> Relativa ao exercício de 2010.

<sup>(3)</sup> Esta verba inclui €111.427,69 pagos pela participada Red Eléctrica Corporacion, S.A., sociedade de direito espanhol em que exerce, por inerência, o cargo de Vogal do Conselho de Administração.

<sup>(4)</sup> Inclui o subsídio de alimentação no valor de €1.596,09.

<sup>(5)</sup> Referente à remuneração auferida enquanto Presidente da sociedade participada OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Polo Português), S.G.M.R., S.A., no montante de €190.033,96.

<sup>(6)</sup> Renunciou ao lugar de Vogal do Conselho de Administração em 07/03/2011.

<sup>(7)</sup> Renunciou ao lugar de Vogal do Conselho de Administração em 16/03/2011.

<sup>(8)</sup> Eleito para Vogal do Conselho de Administração na Assembleia Geral de 15/04/2011.

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares dos órgãos de administração e fiscalização que prevejam a atribuição de indemnizações em caso de renúncia ou destituição de administrador.

Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da REN pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com aquela.

## 6.10 REMUNERAÇÃO DO ROC

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é remunerado nos termos e condições que venham a ser acordados no contrato de prestação de serviços entre este e a REN, de acordo com as práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório.

do seu Revisor Oficial de Contas, Deloitte & Associados, SROC S.A. O valor total registado como custo relativo a serviços de auditoria e revisão legal das contas prestados pelo Revisor Oficial de Contas, durante o ano de 2011, foi de €307.550,00.

O Grupo REN, no âmbito das atividades de fiscalização, conta com a colaboração

## 07. ANEXOS



**ANEXO I.** Caracterização do órgão de administração em efectividade de funções, designadamente no que respeita a: a) Identidade de membros que o compõem, distinguindo-se os membros executivos dos não executivos e, de entre estes, os membros independentes dos não independentes; b) Funções que os membros do órgão de administração exercem em outras sociedades, discriminando-se as exercidas em outras sociedades do mesmo Grupo; c) Qualificações profissionais dos membros do órgão de administração, a indicação das atividades profissionais por si exercidas, pelo menos, nos últimos 5 anos, data da primeira designação e data do termo de mandato.

**ANEXO II.** Descrição dos elementos principais das relações entre partes relacionadas.

**ANEXO III.** Indicação das participações qualificadas no capital social da REN em 31 de dezembro de 2011 e das ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização no capital da REN.

**ANEXO IV.** Indicação do montante da remuneração anual paga ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços: a) Serviços de auditoria; b) Outros serviços de garantia de fiabilidade; c) Serviços de consultoria fiscal; d) Outros serviços que não de auditoria.

**ANEXO V.** Declaração sobre a política de remunerações dos membros do órgão de administração e do órgão de fiscalização proposta para 2011 pela Comissão de Vencimentos.

## 7.1 ANEXO I

### CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A 31 de dezembro de 2011, a composição e caracterização do órgão de administração era a seguinte:

NOME	IDADE	CARGO	ANO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO	ANO DO TERMO DO MANDATO <sup>9</sup>
Rui Manuel Janes Cartaxo	59	Presidente do Conselho de Administração	2007	2012
Aníbal Durães dos Santos	64	Administrador Executivo	2001	2012
João Caetano Carreira Faria Conceição	37	Administrador Executivo	2009	2012
João Manuel de Castro Plácido Pires	61	Administrador Executivo	2010	2012
João Nuno de Oliveira Jorge Palma	46	Administrador Executivo	2010	2012 <sup>(10)</sup>
Luís Maria Atienza Serna (em representação da Red Eléctrica Corporación, S.A.)	54	Administrador	2011 <sup>(11)</sup>	2012
Gonçalo Xavier Araújo (em representação da Oliren, SGPS, S.A.)	36	Administrador	2011	2012
José Manuel Félix Morgado (em representação da Gestmin, SGPS, S.A.)	51	Administrador	2011	2012
José Isidoro de Oliveira Carvalho Neto	66	Administrador (Independente)	2008	2012
Luís Guedes da Cruz Almeida (em representação da EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)	33	Administrador	2011	2012
José Luís Alvim Marinho	58	Presidente da Comissão de Auditoria (Independente)	2007	2012
José Frederico Vieira Jordão	66	Membro da Comissão de Auditoria (Independente)	2007	2012
Fernando António Portela Rocha de Andrade	40	Membro da Comissão de Auditoria (Independente)	2008	2012

<sup>9</sup> Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação da próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de o mandato atualmente em vigor, correspondente ao triénio 2010-2012, se considerar cessado e determinando o ano de 2012 como referência temporal para o início da contagem dos próximos mandatos dos órgãos sociais, o primeiro dos quais correspondendo, assim, ao triénio 2012-2014.

<sup>10</sup> O Administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma renunciou ao respetivo cargo, conforme comunicado no dia 29 de dezembro de 2011.

<sup>11</sup> O Administrador Luís Maria Atienza Serna exerceu funções de administração na Sociedade desde 2007. No entanto, só em 15 de setembro de 2011 passou a exercer tais funções em representação da Red Eléctrica Corporación, S.A..

Durante o ano de 2011, integraram ainda o órgão de administração os seguintes

membros, os quais apresentaram a sua renúncia a 10 de março de 2011:

NOME	IDADE	CARGO	ANO DA PRIMEIRA ELEIÇÃO	ANO DO TERMO DO MANDATO <sup>12</sup>
Filipe Maurício de Botton	53	Administrador Não Executivo	2008	2012
Gonçalo José Zambrano de Oliveira	41	Administrador Não Executivo	2007	2012
Manuel Carlos Mello Champalimaud	65	Administrador Não Executivo	2007	2012

#### Rui Manuel Janes Cartaxo

É licenciado em Economia pela Universidade Técnica de Lisboa. Foi administrador executivo da Galp Energia entre 2002 e 2006, administrador de diversas sociedades do grupo GALP desde 1997, e presidente do Conselho de Administração da LisboaGás e da GDP Distribuição. No período compreendido entre 1992-95 foi administrador executivo da *holding* CN-Comunicações Nacionais SGPS. Na fase inicial da sua carreira profissional desempenhou funções como economista no Banco de Portugal.

#### João Caetano Carreira Faria Conceição

É licenciado em Engenharia Aeroespacial pelo Instituto Superior Técnico, tendo obtido formação complementar no Von Karman Institute for Fluid Dynamics em Bruxelas e, em 2005, concluiu um MBA pelo Insead (França). Foi consultor, entre 2000 e 2007, na The Boston Consulting Group, tendo posteriormente, durante 2 anos, desempenhado funções no Ministério da Economia e da Inovação. Iniciou a sua carreira profissional na JPMorgan em Bruxelas.

#### Aníbal Durães dos Santos

É licenciado em Finanças, pelo ISCEF, e doutorado em Economia, pela UCP. Além de membro do Conselho de Administração da REN SGPS, desempenha as funções de membro do Conselho Diretivo da Elecpor, desde dezembro de 2006. O Prof. Aníbal Santos foi, ao longo da sua vida profissional, administrador de diversas sociedades comerciais, tendo ocupado ainda os cargos de Diretor Geral do Gabinete para os Assuntos Comunitários do MIE, presidente da Secção Portuguesa do CEEP e Vice-Presidente Europeu. Foi Diretor do Departamento de Economia da Universidade Católica Portuguesa (1987-1993) e é Professor nesta Universidade.

#### João Manuel de Castro Plácido Pires

É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia, Mestrado em Gestão (MBA) pela HEC (Lausanne). Assistente da cadeira da Contabilidade Analítica e Gestão Orçamental do Instituto Superior de Economia de 1974 a 1989. Desde fevereiro de 1974 a 1986 foi Inspetor e Sub-inspetor da Inspeção Geral de Finanças e Membro da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de 1983 a 1986, Administrador Executivo da EDP de 1987 a 1991. De 1992 até 2010, Presidente do Conselho de Administração da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. e Presidente ou Administrador de empresas participadas nomeadamente, SAGESTAMO, ADP, PARCAIXA. É Administrador Executivo da REN SGPS, S.A. desde março de 2010.

<sup>12</sup> Tal como divulgado pela Sociedade, será colocada à votação da próxima Assembleia Geral uma proposta acionista de alteração estatutária no sentido de o mandato atualmente em vigor, correspondente ao triénio 2010-2012, se considerar cessado e determinando o ano de 2012 como referência temporal para o início da contagem dos próximos mandatos dos órgãos sociais, o primeiro dos quais correspondendo, assim, ao triénio 2012-2014.



**João Nuno de Oliveira Jorge Palma<sup>13</sup>**

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa (FEUNL) e concluiu uma Pós-Graduação em Negócios – PDE-VII Programa de Direção de Empresas, pela (AESE), em colaboração com o IESE da Universidade de Navarra. Desempenhou funções de CFO da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, SA. Foi Administrador/CFO do Banco Caixa Geral (Grupo CGD Espanha), Administrador do SOGRUPO SI (Grupo CGD), Administrador/CFO da HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa, Vice-Presidente da PARAREDE, SGPS, Diretor Coordenador e Controller do Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Totta & Açores, Crédito Predial Português e Banco Chemical Finance, Diretor Regional SCA-Sanchez Computer Associates, Diretor Adjunto e Controller Banco Central Hispano Português e Analista Financeiro do BCI VALORES – Sociedade Financeira de Corretagem.

**Luís Maria Atienza Serna**

É licenciado em Ciências Económicas e empresariais pela Universidade de Deusto. Desempenha atualmente, entre outros, os cargos, de presidente do Conselho de Administração da Red Eléctrica Corporación, S.A. (anteriormente denominada Red Eléctrica de España) e de administrador mancomunado da Red Eléctrica Internacional, S.A., unipersonal. Luís Serna desempenhou, ao longo da sua vida profissional, entre outras as funções de Ministro de Agricultura, Pesca e Alimentação do Reino de Espanha, Secretário Geral da Energia e Recursos Minerais do Ministério de Indústria e Energia do Reino de Espanha, de Presidente do Instituto Espanhol para a Diversificação e Investimento da Energia (IDEA) e de Secretário Geral de Estruturas Agrárias do Ministério de Agricultura, Pesca e Alimentação do Reino de Espanha.

**Gonçalo Xavier Araújo**

É licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1999) e Mestre em Finanças pela Universidade Católica Portuguesa (2002).

Entre fevereiro de 1999 e julho de 2006 fez parte da Direção de Títulos do Grupo BPI e entre julho de 2006 e agosto de 2007, do Departamento de Gestão de Investimentos da Direção de Private Banking do Grupo BPI. Desde setembro de 2007 faz parte da Direção Financeira do Grupo Têxtil Riopelle como responsável pela área de Controlo de Gestão e pela área de Tesouraria e Controlo de Crédito.

**José Manuel Félix Morgado**

É licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa, detendo uma especialização em Gestão de Ativos e Passivos pelo INSEAD. Entre 1990 e 1993 foi quadro do Samuel Montagu Investment Bank e do HSBC Investment Bank, em Londres e Lisboa. Entre 1993 e 2005 foi quadro superior do Banco Comercial Português, S.A., tendo exercido funções, entre outras, de CFO da Seguros & Pensões e Administrador das Companhias de Seguros Ocidental Vida, Ocidental Seguros, Império Bonança e Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde. Foi Presidente do Conselho de Administração da Império Vida y Diversos, e membro da Comissão Diretiva do BCP Investimento.

Entre 2005 e 2006, foi membro da Alta Direção da EDP – Energias de Portugal, CFO e posteriormente Administrador Delegado da Oni SGPS, responsável pelo plano de re-estruturação e reposicionamento da operadora nos mercados português e espanhol.

É Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva (CEO) da

<sup>13</sup> O Administrador executivo João Nuno de Oliveira Jorge Palma, 46 anos, renunciou ao respectivo cargo para o qual tinha sido nomeado para o mandato com início em 2010 e termo em 2012.

Inapa – Investimentos, Gestão e Participações, IPG, SGPS, desde fevereiro de 2007 e Presidente do Conselho de Administração das suas subsidiárias na Alemanha, França, Espanha, Suíça, Bélgica, Angola e Portugal.

#### **José Isidoro d'Oliveira Carvalho Neto**

É licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (curso de 6 anos). Foi Administrador da Transgás e da GDP, SGPS, S.A e Presidente dos Conselhos de Administração das empresas de distribuição de gás natural – Dianagás; Duriensegás; Medigás; e Paxgás. Exerceu vários cargos na então denominada Direção Geral de Energia onde, entre outros, foi o responsável técnico pela coordenação dos trabalhos de base dos Planos Energéticos Nacionais de 1982 e 1984. De 1984 a 1988, por Despacho do Primeiro Ministro, exerceu funções no Secretariado da Agência Internacional de Energia da OCDE. Entre 1988 e 1995 foi quadro superior da Direção-Geral de Energia da Comissão Europeia. Em 2002 transitou para a ERSE. Entre 2005 e 2007 foi Assessor, para a área da energia, do Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação (2005-2007) e do Ministro da Economia e da Inovação (2007-2008). Liderou vários projetos internacionais de que resultou a publicação de artigos sobre matéria energética.

#### **Luís Guedes da Cruz Almeida**

É licenciado em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. É atualmente responsável pela expansão da Logoplaste para novas geografias, cargo que acumula com a administração da Lusofinança.

Entre 2003 e 2008 esteve em Londres na UBS e na Goldmans Sachs com responsabilidades na área de Fixed Income e Derivados para a Península Ibérica.

Iniciou a sua carreira profissional em 2001 no Banco de Investimento Global onde esteve afeto ao departamento de mercado de capitais.

#### **José Luís Alvim Marinho**

É licenciado pela Faculdade de Economia do Porto e, desde novembro de 2008, desempenha as funções de Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da Microprocessador – Sistemas Digitais, S.A. Desde março de 2007, desempenha as funções de administrador (não executivo) da CUF-SGPS e é ainda professor na Escola de Gestão do Porto – University of Oporto Business School. Foi Administrador do Banco Pinto e Sotto Mayor, S.A. do Chemical Finance, do Totta e Açores, S.A. e do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A.. Ocupou ainda os cargos de administrador do IAPMEI e de várias empresas e grupos empresariais (Amorim e Tabaqueira).

#### **José Frederico Vieira Jordão**

É licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Exerceu, entre outras, as funções de Membro do Conselho de Administração da RAR (Holding) e de Presidente dos Conselhos de Administração da Iberholding, RAR Imobiliária, RAR (Genève), RAR (Londres). Foi Membro do Conselho da Administração da Finantipar (holding que controla o Grupo Finantia) e Membro do Conselho Geral e Presidente da Mesa da Assembleia Geral das Companhias de Seguros Global e Global Vida. Desenvolveu ainda a sua atividade na Shell Portuguesa, Grupo Cuf, Mobil Oil Portuguesa e Dow Chemical, entre outras empresas.

#### **Fernando António Portela Rocha de Andrade**

É Mestre em Direito, na área de ciências jurídico-económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra desde 1995. Desempenhou funções como Subsecretário de Estado da Administração Interna de março de 2005 a 1 de fevereiro de 2008. Foi adjunto do Ministro da Justiça (2001-2002), assessor do Presidente do Tribunal Constitucional (1999-2000) e adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1995-1999). É autor e coautor de obras e artigos nas áreas da fiscalidade, finanças públicas e direito eleitoral.

**Gonçalo José Zambrano de Oliveira**

É diplomado em economia e finanças pelo Bentley College e MBA pela University of Miami. É, actualmente, administrador da Esconcessões – SGPS, S.A., Ipodec Portugal – Gestão de Resíduos, Lda. e Auto-Vila – Reciclagem de Resíduos, S.A.. É, desde Outubro de 2000, administrador da Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A. e da Sociedade da Água do Luso, S.A. e, desde Janeiro de 1999, desempenha as funções de Director Executivo da Olinveste, SGPS, Lda.. O Dr. Gonçalo de Oliveira desempenhou ainda as funções de Presidente do Conselho de Administração da sociedade Medios del Pacifico S.A.

**Manuel Carlos de Mello Champalimaud**

Desempenha actualmente as funções de Presidente do Conselho de Administração da Gestfin, SGPS, S.A., da Prodimed, S.A. e da Sogestão S.A., de Vogal do Conselho de Administração da Winreason, S.A. e de Gerente-Delegado das Sociedades Da Praia – Promoção Imobiliária, Lda., Sogolfe – Empreendimentos Turísticos, Lda. e Agrícola São Barão, Lda.

**Filipe de Botton**

É licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Administrador da Logoenergia SGPS, SA, é sócio fundador da LOGOPLASTE, onde exerce o cargo de CEO, da NORFIN

e da INVESFIN, de que é gerente, e das empresas LOGOVINHA e LOGOHOTÉIS. Foi também sócio fundador e Administrador da INTERFINANÇA e da FONSECAS & BURNAY – Sociedade Gestora de Patrimónios e, entre 1990 e 1994, Administrador do Hotel da Lapa. Exerce, ainda, os cargos de Presidente da ELO – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e Cooperação e de Administrador do Conselho Empresarial da CPLP. É, também, Conselheiro do Comércio Exterior de França e Membro do Conselho Estratégico da Universidade do Minho e da Direcção do Sporting Clube de Portugal.

O endereço profissional de cada um dos citados membros do Conselho de Administração é o da sede da REN sita na Avenida Estados Unidos da América, n.º 55, freguesia de Alvalade, em Lisboa.

Não existem relações de parentesco entre os membros do Conselho de Administração nem entre o Revisor Oficial de Contas e os membros do Conselho de Administração.

O quadro seguinte indica as funções exercidas pelos membros do Conselho de Administração em órgãos de administração, de direcção ou de fiscalização nos últimos 5 anos, estando salientadas a negrito as funções ainda exercidas atualmente:

NOME	FUNÇÕES
<b>Rui Manuel Janes Cartaxo</b>	<p>Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN – Gasodutos, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN Atlântico – Terminal de GNL, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN – Armazenagem, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN Serviços, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da RENTELECOM – Comunicações, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da ENONDAS, Energia das Ondas, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da REN, Gás, S.A.</p> <p>Administrador não executivo da Red Electrica Corporación, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da Gasoduto Campo Maior – Leiria – Braga, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da Gasoduto Braga – Tuy, S.A.</p> <p>Administrador executivo da Galp Energia, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da GDP Distribuição, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da LisboaGás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da Água Solar – Serviços de Energia Solar, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da PORTEN – Portugal Energia, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Transgás, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Galp Energia Espanha, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da ECOGEN, Serviços de Energia Descentralizada, S.A.</p>
<b>Aníbal Durães dos Santos</b>	<p>Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão executiva da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Gasodutos, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Atlântico – Terminal de GNL, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Armazenagem, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Serviços, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da ENONDAS, Energia das Ondas, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN, Gás, S.A.</p> <p>Membro do Conselho Diretivo da Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, ELECPOR</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Trading, S.A.</p>

NOME	FUNÇÕES
<b>João Caetano Carreira Faria Conceição</b>	<p>Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Gasodutos, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Atlântico – Terminal de GNL, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Armazenagem, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Serviços, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da RENTELECOM – Comunicações, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Gasoduto Campo Maior – Leiria – Braga, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Gasoduto Braga – Tuy, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN, Gás, S.A.</p> <p>Membro não executivo do Conselho de Administração do OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.</p>
<b>João Manuel de Castro Plácido Pires</b>	<p>Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Gasodutos, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Atlântico – Terminal de GNL, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN - Armazenagem, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Serviços, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da RENTELECOM – Comunicações, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN, Gás, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da OMEL - Operador do Mercado Ibérico de Energia, Pólo Espanhol, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS) S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da SAGESTAMO, SGPS, S.A.</p> <p>Administrador não executivo da AdP – Águas de Portugal, SPGS, S.A.</p> <p>Administrador não executivo da SGH – CUP, S.A.</p> <p>Administrador da PARCAIXA, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da CAPITALPOR - Participações Portuguesas, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da Lazer e Floresta – Empresa de Desenvolvimento Agro-Florestal, Imobiliário, Turístico e Cínegetico, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projectos, S.A.</p>

NOME	FUNÇÕES
<b>João Nuno de Oliveira Jorge Palma</b> <sup>14</sup>	<p><b>Vogal do Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos, S.A.</b></p> <p>Vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Gasodutos, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Atlântico – Terminal de GNL, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Armazenagem, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN, Gás, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Gasoduto Campo Maior – Leiria – Braga, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Gasoduto Braga – Tuy, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da Enondas, Energia das Ondas, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN Serviços, S.A.</p> <p>Administrador da INMOBILIARIA Caixa Geral, SL</p> <p>Administrador da SOGRUPO SI – Grupo Caixa Geral de Depósitos</p> <p>Administrador da Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.</p>
<b>Luís Maria Atienza Serna</b> <sup>15</sup>	<p><b>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</b></p> <p><b>Presidente e Vogal executivo do Conselho de Administração da Red Electrica Corporación, S.A.</b></p> <p><b>Administrador mancomunado da Red Eléctrica Internacional, S.A. unipersonal</b></p> <p><b>Presidente do Conselho de Administração da Red Eléctrica del Sur, S.A. (sociedade peruana)</b></p> <p><b>Presidente do Conselho de Administração da Transportadora de Electricidad, S.A. (sociedade boliviana)</b></p> <p><b>Presidente de la Fundación Doñana 21, para el Desarrollo Sostenible del Entorno de Doñana</b></p>
<b>Conçalo José Zambrano de Oliveira</b> <sup>16</sup>	<p><b>Administrador da Esconcessões, SGPS, S.A., IPODEC PORTUGAL – Gestão de Resíduos, Lda., e Auto-Vila Reciclagem de Resíduos Industriais, S.A.</b></p> <p><b>Administrador da SCC – Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, S.A. e da Sociedade da Água de Luso, S.A.</b></p> <p><b>Director Executivo da Olinveste, SGPS, Lda. (Grupo Oliveira)</b></p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p>
<b>Manuel Carlos Mello Champalimaud</b> <sup>17</sup>	<p><b>Presidente do Conselho de Administração da Gestmin, SGPS, S.A.</b></p> <p><b>Gerente Delegado da Agrícola São Barão, Unipessoal, Lda.</b></p> <p><b>Gerente da Da Praia – Promoção Imobiliária, Lda.</b></p> <p><b>Presidente do Conselho de Administração da Sogestão – Administração e Gerência, S.A.</b></p> <p><b>Gerente Delegado da Sogolfe – Empreendimentos Turísticos, Sociedade Unipessoal, Lda.</b></p> <p><b>Vogal da Administração da Prodimed, S.A.</b></p> <p><b>Vogal da Administração da Winreason, S.A.</b></p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p>
<b>José Isidoro d’Oliveira Carvalho Neto</b>	<p><b>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</b></p> <p><b>Presidente do Conselho de Administração da OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.</b></p> <p><b>Presidente do Conselho de Administração da OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), Sociedade Gestora de Mercado Regulamentado, S.A.</b></p>

NOME	FUNÇÕES
	<p>Presidente do Conselho de Administração da OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, SGCCCC, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da OMIE, Operador del Mercado Ibérico de Energía – Polo Español, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Armazenagem, S.A.</p> <p>Vogal do Conselho Fiscal da Associação Portuguesa da Energia – A.P.E.</p>
<b>Filipe de Botton<sup>18</sup></b>	<p>Presidente do Conselho de Administração da EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração da LOGOINVESTE, SGPS, SA</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da NORFIN – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.</p> <p>Gerente da INVESFIN – Assesores Financeiros, Lda.</p> <p>Gerente da LOGOVINHA – Sociedade Agrícola, Lda.</p> <p>Gerente da LOGOTEIS – Consultoria e Gestão, Lda.</p> <p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p>
<b>José Luís Alvim Marinho</b>	<p>Presidente da Comissão de Auditoria da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Administrador (não executivo) da CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração (não executivo) da Microprocessador – Sistemas Digitais, S.A.</p> <p>Gerente da Sociedade J. L. Alvim – Consultoria Estratégica e Formação Avançada, Lda.</p>
<b>José Frederico Vieira Jordão</b>	<p>Vogal da Comissão de Auditoria da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Consultor do Presidente do Conselho de Administração da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.</p>
<b>Fernando António Portela Rocha de Andrade</b>	<p>Vogal da Comissão de Auditoria da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p>
<b>Gonçalo Xavier de Araújo<sup>19</sup></b>	<p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Membro da Direção Financeira da RIOPELE – Têxteis, S.A.</p> <p>Membro do Departamento de Gestão de Investimentos da Direção de <i>Private Banking</i> do Grupo BPI</p> <p>Membro da Direção de Títulos do Grupo BPI</p>
<b>José Manuel Félix Morgado<sup>20</sup></b>	<p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Presidente do Conselho de Administração de diversas subsidiárias da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.</p> <p>Presidente da Comissão Executiva da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.</p> <p>Vice-Presidente do Conselho de Administração da INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.</p>
<b>Luís Guedes da Cruz Almeida<sup>21</sup></b>	<p>Vogal do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.</p> <p>Membro do órgão de administração da Lusofinança Dois – Consultores de Gestão, Lda.</p> <p>Responsável pela expansão da EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A., para novas geografias</p> <p>Responsável na área de Fixed Income e derivados na Goldman Sachs para a Península Ibérica</p>

(14) Comunicou a renúncia ao cargo de Vogal do Conselho de Administração, com funções executivas, em 29 de Dezembro de 2011.

(15) Em representação Red Eléctrica Corporación, S.A., desde 15 de Abril de 2011.

(16) Deixou de ser Vogal do Conselho de Administração a 15 de abril de 2011.

(17) Deixou de ser Vogal do Conselho de Administração a 15 de abril de 2011.

(18) Deixou de ser Vogal do Conselho de Administração a 15 de abril de 2011.

(19) Em representação da Oliren, SGPS, S.A..

(20) Em representação da Gestmin, SGPS, S.A.

(21) Em representação da EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.

## 7.1 ANEXO II

### DESCRIPÇÃO DOS ELEMENTOS PRINCIPAIS DAS RELAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

#### Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2011, a REN encontrava-se cotada na *Euronext* Lisbon, tendo como acionistas de

referência, com transações registadas em 2011, as seguintes entidades: Grupo EDP<sup>22</sup> e Grupo Caixa Geral de Depósitos<sup>23</sup>.

Durante o exercício, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com aquelas partes relacionadas:

### RENDIMENTOS

	11	10
<b>Vendas e prestação de serviços</b>	1,146,657	1,487,362
Energia EDP	274,342	20,930
Outros serviços - EDP		
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros de aplicações - CGD	1,548	-
<b>Total</b>	<b>1.422.547</b>	<b>1.508.292</b>

Os valores apresentados como vendas referem-se aos movimentos resultantes do papel da REN Trading como agente

relativamente aos CAE das centrais do Pego (Tejo Energia) e da Tapada do Outeiro (Turbogás).

### GASTOS

	11	10
<b>Compra de produtos</b>		
Energia - EDP	657,364	642,814
	657,364	642,814
<b>Compras de serviços</b>		
Serviços diversos - EDP	9,733	10,139
<b>Gastos de financiamento</b>		
Juros de papel comercial - CGD	1,480	2,878
Comissões de outros empréstimos - CGD	539	640
Instrumentos financeiros derivados	461	-
<b>Outros juros - CGD (leasing e linhas de crédito)</b>	22	31
	<b>12,235</b>	<b>13,688</b>

<sup>22</sup> O Grupo EDP inclui, para estes efeitos, EDP – Energias de Portugal, S.A., EDP – Distribuição – Energia, S.A., EDP, EDP Serviços Universal, S.A., EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A., EDP Gestão da Produção da Energia, S.A., EDP Gestão da Produção da Energia, S.A., Portgás, S.A., EDP Gás.Com, S.A., EDP Gás, SGPS, S.A., O&M Serviços, S.A., Sávica, S.A. e Labelec, S.A.

<sup>23</sup> O Grupo Caixa Geral de Depósitos inclui, para estes efeitos, Caixa Geral de Depósitos, S.A..



Os valores apresentados como compras de produtos estão reconhecidos em “Clientes e outras contas a receber”, devido ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade.

#### COMPRAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS

##### Saldos com partes relacionadas

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Cientes e outras contas a receber</b>		
EDP - saldo em clientes	89,984	84,467
EDP - saldo em outros devedores	1,471	802
Caixa equivalentes de caixa		
CGD - Aplicações de tesouraria	26,000	63,100
CGD - Depósitos bancários	701	1,527
	<b>118,156</b>	<b>149,896</b>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
EDP - saldo em fornecedores	9,979	7,674
EDP - saldo em outros credores	268	234
CGD - saldo em fornecedores	-	36
<b>Empréstimos:</b>		
CGD - Empréstimos (papel comercial)	5,000	27,000
CGD - Empréstimos (leasing)	406	131
	<b>15,653</b>	<b>35,075</b>

## 7.2 ANEXO III

### Participações qualificadas no capital social da REN em 31 de dezembro de 2011 e ações detidas pelos membros de órgãos sociais

Considerando as comunicações efetuadas à Sociedade, nos termos do disposto no artigo 447.º do CSC, no artigo 16.º do Cód.VM e no artigo 14.º

do Regulamento da CMVM n.º 5/2008, com referência a 31 de dezembro de 2011, os acionistas que detinham participações qualificadas representativas de, pelo menos, 2% do capital social da REN, calculadas de acordo com o disposto no artigo 20.º do Cód.VM, eram os seguintes:

LISTA DE TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS (EM 31/12/2011)	N.º DE AÇÕES	CAPITAL (%)	DIREITOS DE VOTO (%)
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. <sup>24</sup>	266.471.340	51,1%	51,1%
EDP-Energias de Portugal, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. <sup>25</sup>	27.933.666 <sup>26</sup>	5,23%	8,41%
Gestmin, SGPS, S.A.	30.135.818	5,6%	5,6%
Olíren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Red Eléctrica Corporation, S.A.	26.700.000	5,0%	5,0%
Morgan Stanley	21.253.961 <sup>27</sup>	3,98%	3,98%

<sup>24</sup> A Capitalpor – Participações Portuguesas SGPS, S.A. foi extinta na sequência da fusão por incorporação total na Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A. (“Parpública”), sendo que a participação correspondente a 245.645.340 ações representativas de 46% do capital social de que era titular direta a sociedade extinta passa, a partir da data da inscrição da fusão no registo – 26 de dezembro de 2011 – para a titularidade direta da Parpública.

<sup>25</sup> Anteriormente denominada Logoplaste Gestão e Consultoria Financeira, S.A..

<sup>26</sup> Em 3 de junho de 2011 foi comunicado ao mercado que a EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (“EGF”) e o Banco Comercial Português, S.A. (“Millennium bcp”) contrataram entre si um direito de disposição ao abrigo dos artigos 9.º e 10.º do Decreto-lei n.º 105/2004, de 8 de maio, o qual teve por objeto 28.131.422 ações escriturais, nominativas, representativas de 5,27% do capital social da REN. Em conformidade com o referido contrato continuaram a ser imputados à EGF os direitos de voto que detinha antes desta operação, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 20.º do Cód.VM, mantendo o direito aos dividendos, pelo que o exercício de tal direito de disposição por parte do Millennium bcp não afeta a atual participação qualificada, em termos de direitos de voto, da EGF na REN, que se computa em 8,41% do respetivo capital social. Antes desta operação, a EGF detinha 28.189.792 ações de forma direta e 16.743.874 ações indiretamente, sendo que 10.933.393 são detidas através da Logo Finance, S.A., e 5.809.991 ações são detidas através da Logoinvest SGPS, S.A., sociedades em relação de grupo com a EGF, e 490 ações detidas direta e indiretamente, pelo Vogal do Conselho de Administração daquela sociedade, Dr. Alexandre Relvas. Depois desta operação, a EGF continua a deter indiretamente 16.743.874 de ações, nos termos acima descritos, acrescidas de 58.370 ações, que continuam a ser detidas diretamente, e de 11.131.422 ações incluídas no referido contrato de disposição, relativamente às quais não fomos informados de terem sido objeto de disposição por parte do Millennium bcp, totalizando 27.933.666 ações representativas de 5,23% do capital social da REN. Sem prejuízo do acabado de referir, são atribuídos à EGF 8,41% dos direitos de voto do capital social da REN, uma vez que lhe são imputáveis também os direitos de voto correspondentes ao remanescente das ações que foram objeto do contrato do Millennium BCP (isto é, os 17.000.000 de ações que foram objeto de disposição).

<sup>27</sup> A participação imputável à Morgan Stanley respeita, para além de uma percentagem de ações detidas diretamente (4.253.961 ações, representativas de 0,79% do capital social da REN), a instrumentos financeiros relativos a ações da REN (17.000.000 ações, correspondentes a cerca de 3,18% do capital social da REN) que foram celebrados pela Morgan Stanley para cobertura da posição curta resultante dos instrumentos financeiros relativos a ações da REN estabelecidos com o Millennium bcp, na sequência das transações comunicadas em 3 de junho de 2011. As ações e consequentemente os direitos de voto devem ser transferidos para o Millennium bcp, se este ou a Morgan Stanley fizerem cessar os instrumentos financeiros relevantes.

Esclarece-se ainda que, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º, e na alínea a) do artigo 21.º do Cód. VM (“Cód.VM”), são imputáveis ao Estado

Português as seguintes participações acionistas e correspondentes direitos de voto:

ACIONISTA ESTADO PORTUCUÊS	N.º DE AÇÕES	DIREITOS DE VOTO (%)
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	266.471.340	49,9%
Total do Grupo CGD	6.258.281	1,17
Através da Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.027.514	1,129
Através do Fundo Pensões Pessoal CGD	139.327	0,026
Através da Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A	111.924	0,021
Através da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A.	6.516	0,001
<b>Total imputável</b>	<b>272.756.621</b>	<b>51,1%</b>

Consequentemente, os direitos de voto imputáveis ao Estado Português, em virtude das relações de domínio total sobre a Parpública e a CGD, correspondem, na sua globalidade, a 51,1% dos direitos de voto inerentes ao capital social da REN.

Esclarece-se igualmente que são imputáveis à EDP -Energias de Portugal, S.A. as seguintes participações acionistas e correspondentes direitos de voto:

EDP-ENERCIAS DE PORTUGAL, S.A	N.º DE AÇÕES	DIREITOS DE VOTO (%)
Diretamente	18.690.000	3,5%
Através da EDP Pension Fund (sociedade dominada pela EDP)	8.010.000	1,5%
<b>Total imputável</b>	<b>26.700.000</b>	<b>5,00%</b>

Por seu turno, à EGF – GESTÃO E CONSULTORIA FINANCEIRA, S.A. (“EGF”)<sup>28</sup> são imputáveis as

seguintes participações acionistas e correspondentes direitos de voto:

	N.º DE AÇÕES	DIREITOS DE VOTO (%)
EGF – GESTÃO E CONSULTORIA FINANCEIRA, S.A.		
Diretamente	58.370	0,011%
Inseridas no contrato de disposição com o Millennium BCP que não foram objeto de disposição	11.131.422	2,08%
Inseridas no contrato de disposição com o Millennium BCP, tendo sido objeto de disposição BCP, tendo sido objeto de disposição	17.000.000	3,18%
Através da Logo Finance S.A. (dominada pela EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)	10.933.393	2,05%
Através da Logoinveste SGPS, S.A. (dominada pela EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.)	5.809.991	1,09%
Administradores das mencionadas sociedades	490	0,00%
<b>Total imputável</b>	<b>44.933.666</b>	<b>8,41%</b>

À Morgan Stanley são imputáveis as seguintes participações acionistas e correspondentes direitos de voto:

	N.º DE AÇÕES	DIREITOS DE VOTO (%)
MORGAN STANLEY		
Diretamente	4.253.961	0,79%
Através de Instrumentos Financeiros relativos a Ações da REN	17.000.000	3,18%
<b>Total imputável</b>	<b>21.253.961</b>	<b>3,98%</b>

À Gestmin, SGPS, S.A. são imputáveis as seguintes participações acionistas e correspondentes direitos de voto:

	N.º DE AÇÕES	DIREITOS DE VOTO (%)
CESTMIN, SCPS, S.A.		
Diretamente	30.135.818	5,6%
<b>Total imputável</b>	<b>30.135.818</b>	<b>5,6%</b>

Os direitos de voto imputáveis à Gestmin, SGPS, S.A. são ainda imputáveis ao Senhor Manuel Carlos de Melo Champalimaud, enquanto acionista maioritário daquela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 447.º do CSC, em particular o respetivo n.º 5, o número de ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN

<sup>28</sup> Anteriormente designada Logoplaste Gestão e Consultoria Financeira, S.A..

e pelas pessoas com estes relacionadas nos termos do n.º 2 do referido artigo<sup>29</sup> e, bem assim, todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade, por referência ao exercício de 2011, são como se segue:

**COMISSÃO DE AUDITORIA:**

COMISSÃO DE AUDITORIA	N.º AÇÕES A 31.12.2010	AQUISIÇÕES	ONERÇÕES	ALIEAÇÕES	N.º AÇÕES A 31.12.2011
José Luís Alvim Marinho	0 (ZERO)	–	–	–	0 (ZERO)
José Frederico Vieira Jordão	0 (ZERO)	–	–	–	0 (ZERO)
Fernando António Portela Rocha de Andrade	0 (ZERO)	–	–	–	0 (ZERO)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONFORME COMPOSIÇÃO A 31.12.2011:**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N.º AÇÕES A 31.12.2010	AQUISIÇÕES	ONERÇÕES	ALIEAÇÕES	N.º AÇÕES A 31.12.2011
Rui Manuel Janes Cartaxo	19.162	–	–	–	19.162 <sup>30</sup>
Aníbal Durães dos Santos	10.250	–	–	–	10.250 <sup>31</sup>
João Gaetano Faria Carreira Conceição	500	–	–	–	500
João Nuno de Oliveira Jorge Palma <sup>32</sup>	18.700	10.000	–	–	28.700 <sup>33</sup>
João Manuel de Castro Plácido Pires	0	–	–	–	0
José Isidoro d'Oliveira Carvalho Neto	970	–	–	–	970 <sup>34</sup>
EGF – Gestão Consultoria Financeira, S.A.	N/A	–	28.131.422	17.000.000	44.933.176 <sup>35</sup>
Luís Guedes da Cruz Almeida	N/A	–	–	–	885
Gestmin, SGPS, S.A.	N/A	1.989.339	–	–	30.135.818
José Manuel Félix Morgado	N/A	–	–	–	30.135.818 <sup>36</sup>
Oliren, SGPS, S.A	N/A	–	–	–	26.700.000
Gonçalo Xavier de Araújo	N/A	–	–	–	0

<sup>29</sup> Compreende as ações dos membros do órgão de administração ou fiscalização da REN, assim como, se aplicável, (i) do cônjuge não separado judicialmente, seja qual for o regime matrimonial de bens; (ii) dos descendentes de menor idade; (iii) das pessoas em cujo nome as ações se encontrem, tendo sido adquiridas por conta do membro do órgão de administração ou fiscalização e das pessoas referidas em (i) e (ii); e (iv) as pertencentes a sociedade de que o membro do órgão de administração ou fiscalização e as pessoas referidas em (i) e (ii) sejam sócios de responsabilidade ilimitada, exerçam a gerência ou cargos de administração ou fiscalização ou possuam, isoladamente ou em conjunto com pessoas referidas em (i) a (iii), pelo menos metade do capital social ou dos votos correspondentes a este.

<sup>30</sup> Compreende 18.672 ações detidas diretamente e 490 ações detidas pelo cônjuge.

<sup>31</sup> Compreende 10.000 ações detidas diretamente e 250 ações detidas pelo cônjuge.

<sup>32</sup> Renunciou ao cargo, conforme comunicado ao mercado em 29 de dezembro de 2011.

<sup>33</sup> Compreende 28.400 ações detidas diretamente e 300 ações detidas pelo cônjuge.

<sup>34</sup> Compreende 490 ações detidas diretamente e 480 ações detidas pelo cônjuge.

<sup>35</sup> Compreende as seguintes ações imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC: (i) 28.189.792 ações detidas pelo acionista EGF, (incluindo 11.189.792 ações detidas diretamente, das quais 11.131.422 são objecto de direito de disposição do Millennium bcp e 17.000.000 igualmente objecto de contrato de disposição com aquela instituição, as quais a EGF tem o direito a readquirir), (ii) 5.809.991 ações detidas pelo acionista Loginvest, SGPS, S.A., imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC sociedade indiretamente dominada pela EGF e (iii) 10.933.393 ações em nome da Logo Finance, S.A., sociedade indiretamente dominada pela EGF.

<sup>36</sup> Ações detidas pela Gestmin SGPS, SA, onde este exerce funções de administração, as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N.º AÇÕES A 31.12.2010	AQUISIÇÕES	ONERÇÕES	ALIEAÇÕES	N.º AÇÕES A 31.12.2011
Red Eléctrica Corporación, S.A	N/A	–	–	–	26.700.000
Lúis María Atienza Serna	26.700.000	–	–	–	26.700.000 <sup>37</sup>

## MEMBROS CESSANTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	N.º AÇÕES A 31.12.2010	AQUISIÇÕES	ONERÇÕES	ALIEAÇÕES	N.º AÇÕES A 31.12.2011
Filipe Maurício de Botton <sup>38</sup>	44.933.176	2.000	–	–	44.935.176 <sup>39</sup>
Gonçalo Zambrano de Oliveira <sup>40</sup>	26.700.000	–	–	–	26.700.000 <sup>41</sup>
Manuel Carlos Mello Champalimaud <sup>42</sup>	28.146.479	10.000	–	–	28.156.479 <sup>43</sup>

A 31 de dezembro de 2011, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN e as pessoas com estes relacionadas nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CSC não detinham quaisquer obrigações emitidas pela REN nem ações ou obrigações emitidas por sociedades com esta em relação de domínio ou de grupo, nem realizaram durante o ano de 2011 quaisquer transações relativamente àqueles valores mobiliários, em ambos os casos nos termos

e para os efeitos do disposto no mencionado artigo 447.º. Durante o ano de 2011, a REN foi informada de que os seguintes dirigentes da Sociedade (i.e., os membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização) realizaram as seguintes transações relativamente a ações da REN relevantes para efeitos do artigo 14.º do Regulamento 5/2008 da CMVM:

<sup>37</sup> Corresponde às ações detidas pela Red Eléctrica Corporación, S.A., as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Presidente do órgão de administração dessa sociedade.

<sup>38</sup> Deixou de ser vogal do Conselho de Administração, após a renúncia apresentada e comunicada ao mercado em 10 de março de 2011.

<sup>39</sup> Compreendia as seguintes ações imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC: (i) 2.000 ações detidas pelo cônjuge e descendentes menores de idade, (ii) 28.189.792 ações detidas pelo acionista EGF. (compreendendo 11.189.792 ações detidas diretamente, das quais 11.131.422 são objecto de direito de disposição do Millennium bcp e 17.000.000 igualmente objecto de contrato de disposição com aquela instituição, as quais a EGF tem o direito a readquirir), imputáveis nos termos do artigo 447.º do CSC, na medida em que a EGF é uma sociedade indiretamente dominada pelo administrador e onde este exerce funções de administração, (iii) 5.809.991 ações detidas pelo acionista Loginvest, SGPS, S.A., imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC sociedade indiretamente dominada pelo administrador e onde este exercia funções de administração e (iv) 10.933.393 ações em nome da Logo Finance, S.A., sociedade indiretamente dominada pelo administrador e onde este exercia funções de administração.

<sup>40</sup> Deixou de ser vogal do Conselho de Administração, após a renúncia apresentada e comunicada ao mercado em 10 de março de 2011.

<sup>41</sup> Corresponhia às ações detidas pela acionista OLIREN, SGPS, S.A., as quais são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC, em virtude do exercício de Presidente do órgão de administração dessa sociedade

<sup>42</sup> Deixou de ser vogal do Conselho de Administração, após a renúncia apresentada e comunicada ao mercado em 10 de março de 2011.

<sup>43</sup> Compreendia 69.300 ações detidas diretamente e 28.087.179 ações detidas pela acionista Gestmin SGPS, S.A., as quais, em virtude do exercício da função de Presidente do órgão de Administração dessa sociedade e da detenção da maioria do respetivo capital social, lhe são imputáveis para efeitos do artigo 447.º do CSC.

**LOGOINVESTE SCPS, S.A.:**

DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Fusão por incorporação	Não aplicável	5.809.991	€2,495	11-Jan-2011

**FILIFE MAURÍCIO DE BOTTON  
(VOCAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ATÉ 15.04.2011):**

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.958	€2,5410	25-Jan-2011
Compra	Euronext Lisbon	42	€2,5640	26-Jan-2011

**GESTMIN SCPS, S.A.:**

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	922	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	5.876	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	124	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	78	€2,470	25-Mar-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.458	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.032	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.400	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	6.000	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.120	€2,378	2-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	70	€2,369	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,350	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,356	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,360	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,362	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	536	€2,370	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,362	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	930	€2,369	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.464	€2,370	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.082	€2,340	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€2,370	17-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	35.918	€2,340	17-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,334	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	51	€2,360	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	74	€2,357	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	100	€2,334	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	174	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	190	€2,320	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	300	€2,347	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	330	€2,356	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	400	€2,331	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	414	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	432	€2,350	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,330	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	588	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	600	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	600	€2,344	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	800	€2,338	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	850	€2,355	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,329	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,338	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,340	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.010	€2,319	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,346	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.006	€2,348	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.108	€2,300	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.176	€2,327	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.494	€2,348	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,362	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.892	€2,300	20-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,313	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	37	€2,324	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	400	€2,320	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,304	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	510	€2,304	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	600	€2,320	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	786	€2,301	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	963	€2,324	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,307	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	999	€2,313	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,311	21-Jun-2011



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,313	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,314	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,320	21-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	37	€2,296	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	43	€2,293	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	65	€2,301	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	195	€2,321	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	374	€2,295	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,308	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	488	€2,320	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,294	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,296	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,300	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,306	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	518	€2,298	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	983	€2,296	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,294	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.021	€2,300	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.300	€2,314	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.479	€2,300	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.548	€2,320	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.973	€2,293	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€2,299	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.000	€2,314	22-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,284	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2	€2,295	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3	€2,293	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	9	€2,295	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	14	€2,293	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	15	€2,286	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	17	€2,292	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	27	€2,289	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	42	€2,295	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	43	€2,290	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	60	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	71	€2,293	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	179	€2,284	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	190	€2,295	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	230	€2,292	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	253	€2,292	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	354	€2,295	23-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	403	€2,295	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	440	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,292	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	505	€2,293	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	820	€2,284	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	851	€2,289	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.398	€2,293	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.400	€2,297	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.411	€2,290	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.610	€2,283	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.676	€2,292	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.719	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.956	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.307	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.485	€2,286	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.841	€2,323	23-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	8	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	9	€2,296	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	16	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	41	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	43	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	71	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	78	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	160	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	211	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	158	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	303	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	319	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	381	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	381	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	433	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	439	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	447	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,286	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,303	24-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	572	€2,294	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	645	€2,291	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	667	€2,297	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	693	€2,302	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	698	€2,299	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	697	€2,311	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	702	€2,298	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	724	€2,305	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	750	€2,292	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	772	€2,298	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	773	€2,301	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	799	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	864	€2,294	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	929	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,292	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.182	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.203	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,291	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,293	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,299	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,303	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€2,312	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,308	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.089	€2,296	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.243	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€2,300	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.511	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.307	€2,320	24-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,304	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	7	€2,319	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	24	€2,316	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	33	€2,320	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	112	€2,320	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	150	€2,309	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	442	€2,315	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,307	27-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,320	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,309	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	542	€2,306	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	574	€2,306	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	700	€2,291	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.467	€2,310	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.540	€2,320	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.993	€2,319	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.958	€2,320	27-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	24	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	31	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	36	€2,336	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	39	€2,333	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	61	€2,333	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	66	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	68	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	73	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	73	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	79	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	115	€2,311	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	212	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	221	€2,337	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	235	€2,326	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	248	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	315	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	322	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	390	€2,334	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	438	€2,334	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,325	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	495	€2,337	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,326	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	530	€2,326	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	541	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	678	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	765	€2,326	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	802	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	818	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	927	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	969	€2,329	28-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	976	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,320	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	996	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,333	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	975	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.064	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.100	€2,320	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.198	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.510	€2,325	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,335	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.128	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.127	€2,333	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.722	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.867	€2,332	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.872	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.037	€2,329	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.358	€2,330	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.716	€2,338	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.800	€2,337	28-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1	€2,385	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	10	€2,389	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	13	€2,381	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	27	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	27	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	30	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	34	€2,397	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	39	€2,396	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	39	€2,397	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	40	€2,389	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	42	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	54	€2,386	29-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	57	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	64	€2,393	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	64	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	65	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	68	€2,369	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	69	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	69	€2,397	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,393	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,393	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	72	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	73	€2,396	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	76	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	76	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	77	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	79	€2,391	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	79	€2,397	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	83	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	83	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	132	€2,369	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	144	€2,370	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	150	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	150	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	158	€2,390	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	160	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	167	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	187	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	199	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	215	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	242	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	250	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	254	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	278	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	283	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	299	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	310	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	350	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	354	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	350	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	368	€2,392	29-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	400	€2,357	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	426	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	422	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	433	€2,389	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	434	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	450	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	483	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	490	€2,386	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,346	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	496	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	500	€2,395	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	501	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	504	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	514	€2,370	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	519	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	647	€2,352	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	689	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	717	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	717	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	774	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	800	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	800	€2,364	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	800	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	800	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	853	€2,352	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	889	€2,395	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	900	€2,386	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	938	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	956	€2,368	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	980	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	980	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	973	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.001	€2,347	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,369	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	993	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,386	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,386	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,395	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,397	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€2,400	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.050	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.050	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.050	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,364	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,368	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,368	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.250	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.250	€2,391	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.250	€2,391	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.257	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.300	€2,343	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.276	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.333	€2,392	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.333	€2,394	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.415	€2,366	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.888	€2,387	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,354	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€2,339	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.303	€2,370	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.564	€2,398	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.605	€2,365	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.912	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.923	€2,343	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.895	€2,399	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.913	€2,393	29-Jun-2011



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	3.033	€2,347	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.257	€2,388	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.390	€2,391	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.967	€2,345	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3.900	€2,389	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.888	€2,350	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	12.484	€2,393	29-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	3	€2,380	30-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	395	€2,380	30-Jun-2011
Compra	Euronext Lisbon	36	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	69	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	941	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.464	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.510	€ 2,400	06-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	64	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,298	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	133	€ 2,290	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	259	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	274	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	355	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	371	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	507	€ 2,272	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	506	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	547	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	550	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	694	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	701	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	740	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	787	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	805	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	828	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	889	€ 2,289	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	885	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	930	€ 2,298	13-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	961	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.297	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.333	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.406	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.409	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.495	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.547	€ 2,295	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.575	€ 2,263	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.553	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.575	€ 2,296	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.618	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.649	€ 2,290	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.934	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.945	€ 2,263	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.329	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.570	€ 2,299	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.601	€ 2,300	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.718	€ 2,297	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	10.784	€ 2,280	13-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	39	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	61	€ 2,288	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	90	€ 2,296	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	152	€ 2,288	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,265	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	168	€ 2,297	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	175	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	210	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	268	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	283	€ 2,289	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	314	€ 2,280	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	411	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	475	€ 2,270	14-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	499	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	501	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	525	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	740	€ 2,290	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	787	€ 2,288	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	825	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	832	€ 2,297	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	910	€ 2,296	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	959	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	980	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	980	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,265	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,265	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,270	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,271	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,297	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.032	€ 2,278	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.056	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.065	€ 2,297	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.196	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.281	€ 2,288	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.351	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.377	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.686	€ 2,280	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.934	€ 2,300	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,295	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.567	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.690	€ 2,274	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.840	€ 2,265	14-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	2.798	€ 2,299	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,293	14-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	107	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	136	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	276	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	423	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	436	€ 2,292	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	477	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,291	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	535	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	724	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	864	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	889	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,292	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,293	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,293	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.614	€ 2,299	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.282	€ 2,298	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.718	€ 2,299	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.386	€ 2,299	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.500	€ 2,299	15-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	6	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	35	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	176	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	215	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	371	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	371	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	453	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	468	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	629	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	715	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	785	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	818	€ 2,300	18-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,288	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.032	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.859	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.969	€ 2,300	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.250	€ 2,296	18-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	23	€ 2,290	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	174	€ 2,293	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.749	€ 2,294	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	820	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	916	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	572	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.338	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.540	€ 2,293	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.134	€ 2,286	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	162	€ 2,280	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	984	€ 2,295	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	190	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	182	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,298	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	94	€ 2,290	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	383	€ 2,290	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	807	€ 2,293	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	251	€ 2,294	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	179	€ 2,294	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	139	€ 2,292	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	180	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	30	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.600	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	47	€ 2,298	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.953	€ 2,298	19-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	38	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	158	€ 2,293	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	168	€ 2,293	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,298	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	21	€ 2,300	19-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.760	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	662	€ 2,270	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	878	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	766	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	678	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	840	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	61	€ 2,282	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.523	€ 2,281	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.953	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	318	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	727	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	327	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	961	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.136	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.600	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	960	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.150	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	150	€ 2,281	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	352	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	547	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	194	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	449	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.041	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.148	€ 2,291	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	635	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.147	€ 2,295	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.017	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	92	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	16	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.467	€ 2,295	20-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	5.637	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	974	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	587	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	221	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	855	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	292	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	596	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.936	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,270	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	27	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.870	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	438	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.303	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.138	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.111	€ 2,295	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	657	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	435	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	272	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	231	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	420	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.600	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	572	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.006	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	461	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	94	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	153	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	393	€ 2,291	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	754	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.338	€ 2,295	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,297	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.222	€ 2,298	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	343	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	130	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.517	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	934	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	221	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	469	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	257	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,286	20-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	330	€ 2,275	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	10	€ 2,275	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.140	€ 2,275	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	520	€ 2,275	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	477	€ 2,270	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	450	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.088	€ 2,282	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.183	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.135	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	763	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	268	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	268	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.523	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.285	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.137	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.592	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	694	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	842	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	703	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	934	€ 2,282	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	679	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	645	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	253	€ 2,295	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	999	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	338	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	554	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.258	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	491	€ 2,287	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	501	€ 2,278	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	937	€ 2,283	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.354	€ 2,291	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	685	€ 2,291	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	905	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	866	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	592	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	908	€ 2,280	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.188	€ 2,281	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.260	€ 2,288	20-Jul-11



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	302	€ 2,288	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.119	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.090	€ 2,289	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.148	€ 2,284	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,281	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	465	€ 2,290	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.138	€ 2,295	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.400	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	120	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	226	€ 2,294	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.120	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.551	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,300	21-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.280	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.954	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	546	€ 2,300	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.604	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.024	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.204	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	67	€ 2,296	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	944	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.056	€ 2,299	20-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	124	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	618	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	258	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.192	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	57	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	751	€ 2,335	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.288	€ 2,330	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	50	€ 2,330	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	162	€ 2,330	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,330	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,320	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,310	25-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	10.000	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	10.000	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	725	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	6.000	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.116	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	32.159	€ 2,300	25-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	744	€ 2,282	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	756	€ 2,282	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,285	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,285	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	685	€ 2,289	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	529	€ 2,290	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.786	€ 2,290	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	423	€ 2,284	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.798	€ 2,284	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.279	€ 2,286	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,286	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	57	€ 2,320	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,330	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,330	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	222	€ 2,325	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.278	€ 2,325	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	265	€ 2,325	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.850	€ 2,325	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	385	€ 2,325	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.443	€ 2,320	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	23	€ 2,339	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	4.977	€ 2,339	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	4.982	€ 2,340	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	18	€ 2,340	26-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,340	27-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,340	27-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	849	€ 2,307	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.695	€ 2,307	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.314	€ 2,307	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	142	€ 2,307	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	856	€ 2,313	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.644	€ 2,313	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,306	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	367	€ 2,306	29-Jul-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,306	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	410	€ 2,306	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	223	€ 2,306	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	261	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	739	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	997	€ 2,298	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	949	€ 2,298	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.703	€ 2,299	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	607	€ 2,299	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	744	€ 2,299	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	607	€ 2,301	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.806	€ 2,301	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.587	€ 2,301	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	120	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.880	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	497	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	209	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	600	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	221	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	857	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	737	€ 2,300	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	87	€ 2,305	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	988	€ 2,305	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	711	€ 2,305	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	214	€ 2,305	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,305	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	858	€ 2,308	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	271	€ 2,308	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	548	€ 2,309	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,310	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.410	€ 2,310	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,310	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	1.354	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	3.778	€ 2,295	29-Jul-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,300	01-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	242	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	758	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	96	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	382	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	375	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	147	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	81	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	919	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,304	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.770	€ 2,300	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,286	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,286	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	356	€ 2,290	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.140	€ 2,297	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,298	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.860	€ 2,298	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	390	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	277	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	333	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.667	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.035	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.965	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	50	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	646	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	840	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	50	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.064	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	53	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	150	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	10	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	737	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	37	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	961	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	48	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	782	€ 2,291	01-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	723	€ 2,290	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.677	€ 2,290	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	592	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	353	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.262	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	937	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	786	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.314	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.181	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.505	€ 2,291	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	138	€ 2,282	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	600	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	930	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.096	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,292	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	364	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.993	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.265	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.414	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	6.987	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	159	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.638	€ 2,280	01-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	26	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	231	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	166	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	426	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	768	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.240	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	785	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	938	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	938	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	331	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	928	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	635	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.146	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.219	€ 2,285	02-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.873	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.146	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	981	€ 2,285	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	277	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.248	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	830	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	366	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	244	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	162	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.126	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	95	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	448	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.483	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	608	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	608	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.268	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	495	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	755	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.840	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.910	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	107	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	717	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.170	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	942	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	600	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.030	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	434	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	66	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	89	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.536	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	382	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	428	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	144	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.855	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	145	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	855	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.840	€ 2,281	02-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.054	€ 2,281	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	137	€ 2,282	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.418	€ 2,282	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	33	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,291	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	28	€ 2,297	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.340	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	274	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	107	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	123	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.490	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	74	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.289	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.297	€ 2,287	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.523	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.491	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.114	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.072	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	900	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.588	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	7.277	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.935	€ 2,283	02-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	7.000	€ 2,231	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	253	€ 2,263	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,263	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	217	€ 2,265	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,282	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.024	€ 2,283	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.499	€ 2,296	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	914	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	883	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.813	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.390	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	60	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	970	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.131	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	562	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	219	€ 2,262	03-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	875	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.183	€ 2,262	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	664	€ 2,254	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.628	€ 2,254	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.407	€ 2,254	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	618	€ 2,265	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	181	€ 2,265	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	502	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	8.000	€ 2,250	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	828	€ 2,237	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	831	€ 2,237	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,237	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	909	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	621	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	637	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.415	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.434	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	233	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.791	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	117	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	204	€ 2,242	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.500	€ 2,240	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,240	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.539	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	157	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	6.364	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.164	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.504	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.019	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	953	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.300	€ 2,270	03-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.828	€ 2,230	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	893	€ 2,241	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.323	€ 2,241	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.787	€ 2,241	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	997	€ 2,241	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	130	€ 2,230	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	164	€ 2,230	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,230	04-Ago-11



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.388	€ 2,230	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	950	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.991	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.059	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.167	€ 2,224	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.674	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	159	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.469	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	471	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	126	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	6	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.927	€ 2,244	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	980	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	861	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.469	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	626	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.507	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.834	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.723	€ 2,231	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.525	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	858	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	44	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	458	€ 2,228	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.115	€ 2,228	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	677	€ 2,221	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.427	€ 2,225	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	551	€ 2,235	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.345	€ 2,235	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,206	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.959	€ 2,207	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	909	€ 2,207	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.959	€ 2,208	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	775	€ 2,209	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.959	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	909	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.252	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	839	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	27	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	330	€ 2,210	04-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	595	€ 2,215	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	43	€ 2,216	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.032	€ 2,216	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	548	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.452	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.900	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	12	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.434	€ 2,209	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,210	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	327	€ 2,211	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.300	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.328	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	68	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.338	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.191	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.585	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.064	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	627	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.238	€ 2,220	04-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	260	€ 2,185	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,185	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.650	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	489	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	861	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.043	€ 2,200	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,210	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	854	€ 2,210	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.595	€ 2,213	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,230	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	637	€ 2,240	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.184	€ 2,240	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,231	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	234	€ 2,232	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.373	€ 2,242	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.958	€ 2,243	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.135	€ 2,244	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,243	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.012	€ 2,243	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	304	€ 2,243	05-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	953	€ 2,244	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	855	€ 2,244	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,245	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	242	€ 2,245	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	335	€ 2,248	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	319	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	391	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	241	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	650	€ 2,251	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	484	€ 2,251	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.250	€ 2,253	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	368	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	122	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	368	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.132	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,260	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,264	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	365	€ 2,279	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,279	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,280	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.901	€ 2,280	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	204	€ 2,280	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	368	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	122	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	622	€ 2,264	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,265	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	622	€ 2,265	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,270	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,275	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.256	€ 2,280	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	368	€ 2,254	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	589	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	882	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	136	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	345	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.111	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	252	€ 2,250	05-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	4.510	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	834	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	13.462	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.112	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.453	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.537	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.110	€ 2,250	05-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,182	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,217	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.859	€ 2,244	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.250	€ 2,245	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.891	€ 2,245	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	109	€ 2,245	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	162	€ 2,245	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	570	€ 2,250	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,250	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	125	€ 2,250	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	350	€ 2,250	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.484	€ 2,261	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.620	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.170	€ 2,215	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.987	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	20.000	€ 2,220	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	295	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	957	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	90	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	671	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	553	€ 2,213	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	8.149	€ 2,214	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	372	€ 2,214	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	260	€ 2,214	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	666	€ 2,214	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	6.450	€ 2,209	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	170	€ 2,210	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.380	€ 2,210	08-Ago-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	2.705	€ 2,209	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	7.295	€ 2,209	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	10.000	€ 2,200	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	83	€ 2,200	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.917	€ 2,200	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,200	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	635	€ 2,198	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	6.245	€ 2,198	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.120	€ 2,198	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	810	€ 2,185	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	460	€ 2,185	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.041	€ 2,185	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	7.689	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	11.502	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	666	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.087	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	832	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.489	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.642	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	4.931	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	3.724	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	916	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	916	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	95	€ 2,206	08-Ago-11
Compra	Euronext Lisbon	1.809	€ 2,100	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.191	€ 2,100	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	960	€ 2,090	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,090	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,098	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	450	€ 2,101	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	871	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	478	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	611	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	110	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	110	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	287	€ 2,074	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	9.000	€ 2,120	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	673	€ 2,101	22-Set-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	327	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.673	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	700	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	27	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.123	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.123	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	877	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	90	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,082	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.200	€ 2,082	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,081	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.200	€ 2,081	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	72	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	928	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.500	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,062	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,062	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.500	€ 2,061	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	864	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.557	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.009	€ 2,070	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	20	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	41	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.959	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	190	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.310	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.220	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.005	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	775	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	597	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.168	€ 2,080	23-Set-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	235	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.900	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,040	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	346	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	154	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.504	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	246	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,064	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.043	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.971	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	236	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,045	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.809	€ 2,100	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.191	€ 2,100	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	960	€ 2,090	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,090	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,098	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	450	€ 2,101	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	871	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	478	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	611	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	110	€ 2,110	21-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	110	€ 2,083	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	287	€ 2,074	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	9.000	€ 2,120	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	673	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	327	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.673	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	700	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	27	€ 2,101	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.123	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.123	€ 2,100	22-Set-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	877	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	90	€ 2,100	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,082	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.200	€ 2,082	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,081	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.200	€ 2,081	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	72	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	928	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.500	€ 2,075	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,062	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,062	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.500	€ 2,061	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	864	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.557	€ 2,058	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.009	€ 2,070	22-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	20	€ 2,081	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	41	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.959	€ 2,082	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	190	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.310	€ 2,091	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.220	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.005	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	775	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	597	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.168	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	235	€ 2,080	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.900	€ 2,050	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,040	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	346	€ 2,056	23-Set-11



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	154	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.504	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	246	€ 2,056	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	5.000	€ 2,064	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.043	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.971	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	236	€ 2,065	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,045	23-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,065	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,055	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,055	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,055	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	280	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	10	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	284	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	716	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,052	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	671	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	108	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.404	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	317	€ 2,050	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	110	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	610	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	86	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	414	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	902	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.091	€ 2,045	26-Set-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,045	26-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.376	€ 2,079	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,080	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	134	€ 2,080	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.152	€ 2,085	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	4.848	€ 2,086	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.610	€ 2,085	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	390	€ 2,085	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,085	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.898	€ 2,098	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	330	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	70	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.702	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	517	€ 2,090	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	483	€ 2,090	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,090	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,084	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.388	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	452	€ 2,100	27-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	330	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.100	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.070	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,096	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,096	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	510	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	960	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	4.500	€ 2,100	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,098	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,098	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,096	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,096	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,093	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,090	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,085	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,080	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	6.000	€ 2,080	28-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	394	€ 2,058	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,058	29-Set-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	106	€ 2,058	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,070	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.400	€ 2,090	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,098	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,087	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,084	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,084	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,084	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,102	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	993	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	610	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,100	29-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	133	€ 2,096	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,100	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	450	€ 2,095	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,100	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,100	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.017	€ 2,095	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,092	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	873	€ 2,092	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,099	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	6.627	€ 2,104	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	263	€ 2,110	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	547	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	377	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	1.190	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	123	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	859	€ 2,100	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	136	€ 2,107	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	760	€ 2,107	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	104	€ 2,107	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	244	€ 2,111	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	756	€ 2,111	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	94	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	371	€ 2,105	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	4.000	€ 2,110	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,110	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	676	€ 2,110	30-Set-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,104	03-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	817	€ 2,095	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,110	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.183	€ 2,095	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	206	€ 2,103	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	794	€ 2,103	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,109	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	150	€ 2,114	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.356	€ 2,114	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.494	€ 2,114	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	820	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	180	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	640	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	360	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	820	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	820	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	360	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	460	€ 2,093	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,093	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	850	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	650	€ 2,100	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.220	€ 2,093	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,115	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,115	03-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,081	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	259	€ 2,100	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	741	€ 2,100	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,092	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,092	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	4.815	€ 2,100	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,100	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,100	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,119	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.424	€ 2,120	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	641	€ 2,120	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,115	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,115	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	330	€ 2,115	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,125	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	12	€ 2,115	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	158	€ 2,115	04-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	501	€ 2,115	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.519	€ 2,125	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,120	04-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	149	€ 2,120	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,120	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	361	€ 2,120	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,140	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	114	€ 2,125	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	6	€ 2,125	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	107	€ 2,145	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,145	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,145	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	205	€ 2,140	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	795	€ 2,140	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,137	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,137	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,137	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,137	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,130	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	880	€ 2,130	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	393	€ 2,130	05-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,103	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,103	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	143	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	857	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	94	€ 2,123	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	340	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	906	€ 2,128	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	168	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	932	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,127	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,127	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	759	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	241	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	259	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	741	€ 2,125	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,121	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,121	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,101	06-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	4.000	€ 2,101	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.456	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.544	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.390	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	610	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	715	€ 2,109	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	606	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	679	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,107	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.532	€ 2,107	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	468	€ 2,107	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.823	€ 2,113	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	177	€ 2,113	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	669	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	331	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	29	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	360	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	611	€ 2,108	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	747	€ 2,109	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	253	€ 2,109	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,116	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,111	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	365	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.535	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,110	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	205	€ 2,103	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	452	€ 2,111	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	237	€ 2,119	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.559	€ 2,119	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	204	€ 2,119	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	360	€ 2,111	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	171	€ 2,119	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	748	€ 2,122	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	876	€ 2,122	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.188	€ 2,117	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.475	€ 2,117	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	525	€ 2,117	06-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	2.356	€ 2,120	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.644	€ 2,120	06-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	404	€ 2,128	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.596	€ 2,128	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,112	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	510	€ 2,112	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	291	€ 2,111	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	709	€ 2,111	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	917	€ 2,110	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.083	€ 2,110	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	305	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	48	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	302	€ 2,126	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.115	€ 2,126	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,115	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.800	€ 2,115	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.153	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	347	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.064	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.636	€ 2,120	07-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,110	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	340	€ 2,110	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	80	€ 2,121	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	89	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	251	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	920	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,115	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	383	€ 2,115	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	510	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	313	€ 2,125	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,130	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,140	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	379	€ 2,140	10-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	492	€ 2,149	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	198	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,145	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,145	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,141	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,141	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.018	€ 2,140	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,140	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,140	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	262	€ 2,140	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	461	€ 2,135	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	208	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.205	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.170	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.243	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	582	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	340	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	57	€ 2,138	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.603	€ 2,145	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.266	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,150	10-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.800	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.361	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.285	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	250	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	314	€ 2,140	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	389	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.111	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	198	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	139	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	163	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.265	€ 2,130	11-Out-11



TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.005	€ 2,130	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	992	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	40	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	199	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	108	€ 2,125	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.903	€ 2,134	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	597	€ 2,135	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,110	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	228	€ 2,111	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	272	€ 2,111	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	999	€ 2,115	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1	€ 2,115	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,115	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	281	€ 2,115	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	219	€ 2,115	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,112	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	219	€ 2,112	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,112	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.321	€ 2,118	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	592	€ 2,118	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	587	€ 2,118	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,112	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	175	€ 2,110	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.106	€ 2,110	11-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,101	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	915	€ 2,101	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	770	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,115	12-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	900	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	290	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	210	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,115	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	247	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	170	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	152	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	178	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	753	€ 2,113	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,118	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,118	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	20	€ 2,118	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	443	€ 2,118	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.142	€ 2,120	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	594	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.906	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.567	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	414	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	519	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.387	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	470	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.030	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.113	€ 2,125	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	151	€ 2,120	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	63	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	263	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	523	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,143	12-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,109	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.218	€ 2,140	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	282	€ 2,140	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	25	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	315	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	888	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	340	€ 2,122	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	122	€ 2,122	13-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	18	€ 2,130	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.309	€ 2,140	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	691	€ 2,140	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	29	€ 2,135	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,140	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,131	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,131	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	800	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	65	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	735	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	4	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	49	€ 2,132	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	980	€ 2,125	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	20	€ 2,125	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	52	€ 2,130	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	7	€ 2,130	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	333	€ 2,130	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	396	€ 2,139	13-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	487	€ 2,121	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	313	€ 2,121	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,142	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.200	€ 2,142	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,140	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.700	€ 2,140	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€ 2,135	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,127	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	370	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	101	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	529	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,127	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,127	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,130	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	132	€ 2,131	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	748	€ 2,138	14-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	329	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	171	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,135	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	230	€ 2,140	17-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	200	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	80	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,140	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	470	€ 2,135	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,135	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	50	€ 2,135	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	440	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	240	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	750	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	41	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	709	€ 2,131	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	287	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	213	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.245	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.255	€ 2,125	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,130	17-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,123	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	10	€ 2,123	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,123	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,123	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.020	€ 2,123	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	4.000	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	536	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	464	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	69	€ 2,118	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	431	€ 2,118	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	229	€ 2,118	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	592	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	20	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.159	€ 2,120	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,116	18-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.010	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,121	19-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	480	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	520	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	214	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	248	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	631	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	104	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	17	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	286	€ 2,118	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.500	€ 2,111	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	300	€ 2,110	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,115	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	6.000	€ 2,115	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,110	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,110	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	567	€ 2,119	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	35	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.898	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	2.000	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,120	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	41	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	290	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	150	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	160	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	359	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	141	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	359	€ 2,121	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	320	€ 2,122	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	393	€ 2,122	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	100	€ 2,122	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.107	€ 2,130	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	130	€ 2,130	19-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	540	€ 2,101	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	97	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	403	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	87	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.250	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	22	€ 2,115	20-Out-11

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	141	€ 2,115	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,111	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	454	€ 2,110	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.006	€ 2,110	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,110	20-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	400	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	490	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	510	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	500	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	1.000	€ 2,101	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	990	€ 2,101	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	3.000	€ 2,110	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	747	€ 2,150	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	65	€ 2,150	21-Out-11
Compra	Euronext Lisbon	151	€ 2,150	21-Out-11

#### JOÃO NUNO DE OLIVEIRA JORGE PALMA

TIPO DE TRANSAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE	PREÇO	DATA DA TRANSAÇÃO
Compra	Euronext Lisbon	750	€2,124	11-Ago-2011
Compra	Euronext Lisbon	778	€2,134	11-Ago-2011
Compra	Euronext Lisbon	2.500	€2,135	11-Ago-2011
Compra	Euronext Lisbon	300	€2,140	11-Ago-2011
Compra	Euronext Lisbon	4.495	€2,142	11-Ago-2011
Compra	Euronext Lisbon	1.177	€2,121	11-Ago-2011

## ANEXO IV

## REMUNERAÇÃO ANUAL DO AUDITOR

Faturação de honorários da Deloitte em 2011:

	MONTANTE (€)	PERCENTAGEM
Serviços de Auditoria e Revisão Legal de Contas	307.550,00	37,92%
Outros serviços de garantia de fiabilidade	269.575,00	33,24%
Serviços de consultoria fiscal	139.500,00	17,20%
<b>Outros serviços que não de auditoria:</b>	94.380,00	11,64%
Desenho e implementação da Dir. de Contabilidade e	13.680,00	–
Definição das especificações para a tecnologia de suporte	11.400,00	–
Consultoria no âmbito da regulação	40.000,00	–
Tradução	29.300,00	–
<b>Total</b>	<b>811.005,00</b>	<b>100%</b>

Nos termos do artigo 423.º-F, alínea o) do Código das Sociedades Comerciais, compete à Comissão de Auditoria supervisionar e avaliar a atividade e independência do Auditor da REN, bem como aprovar os respetivos honorários pela prestação de serviços de auditoria e contratação de serviços adicionais.

A Comissão de Auditoria procedeu, no ano de 2011, à apreciação da atividade do Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente, através da análise dos relatórios periódicos e do acompanhamento da execução dos trabalhos de revisão e de auditoria e procedendo também à avaliação de recomendações de alterações de procedimentos formuladas pelo Revisor Oficial de Contas/Auditor Externo.

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas em relação ao auditor externo, a Comissão

de Auditoria da REN acompanhou, no decurso de 2011, a prestação de serviços pela Deloitte que não serviços de auditoria (*non-audit services*), de modo a assegurar-se de que não se suscitavam situações de conflito de interesses, tendo aprovado a prestação destes mesmos serviços pelo auditor externo, por considerar que se tratavam de matérias em relação às quais o conhecimento específico da Sociedade em termos de auditoria, ou a sua complementaridade face aos serviços de auditoria, justificava essa adjudicação pela vantagem de controlo de custos associada.

A Sociedade considera cumprir plenamente a Recomendação III.1.5., uma vez que não ultrapassa o limite de 30% de serviços diversos dos de auditoria, já que 71,16% do total de serviços contratados ao auditor externo são serviços de revisão legal de contas, auditoria e os denominados *audit related services*.

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE VENCIMENTOS SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO DA REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

Nos termos do disposto no número 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, o órgão de administração ou a comissão de remunerações, caso exista, deve submeter anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização;

Por sua vez, a Recomendação II.1.5.2 do Código de Governo das Sociedades, aprovado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (adiante abreviadamente designada “CMVM”) em 2010, recomenda que a declaração referida no número anterior contenha ainda as informações adicionais aí enumeradas, nomeadamente relativamente ao benchmarking utilizado para fixação das remunerações, assim como a eventuais pagamentos relativos a destituição ou cessação por acordo de funções de administradores;

Segundo o artigo 26.º do Contrato de Sociedade da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (adiante abreviadamente designada “REN”), a Comissão de Vencimentos da REN é o órgão competente e responsável pela fixação das remunerações fixas e variáveis de cada um dos administradores, bem como pela determinação da remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;

Nos termos estatutários e legais aplicáveis, a Comissão de Vencimentos foi designada pela Assembleia Geral, em 15 de março de 2010, sendo composta por três membros, independentes em relação aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN e com experiência adequada em matéria de remunerações;

Assim, por um lado, em benefício da transparência e da legitimação da fixação de remunerações e, por outro, para

efeitos do cumprimento dos dispositivos legais e recomendatórios supra descritos, a Comissão de Vencimentos submete à aprovação da Assembleia Geral anual a seguinte declaração sobre a política remuneratória, cujos termos foram objeto de deliberações anteriores desta Comissão.

Nestes termos, considerando que:

A presente conjuntura económica e financeira motivou importantes alterações legislativas, regulamentares e recomendatórias, no que se refere, inter alia, à remuneração dos membros dos órgãos sociais, as quais afetam a REN nas suas vertentes de, por um lado, sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado e, por outro, empresa do setor empresarial do Estado;

- Se encontra em curso a 2.ª fase de reprivatização da REN, a concretizar, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de novembro, através de uma venda direta de referência de ações representativas do capital social da REN a um ou mais investidores, nacionais ou estrangeiros, e que nos termos do disposto no número 1 do artigo 7.º do caderno de encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2011, de 7 de dezembro, a venda direta de referência tem por objeto um mínimo de 26.700.000 ações e um máximo de 213.600.000 ações representativas de um mínimo de 5% e um máximo de 40% do capital social da REN;
- No âmbito desta fase de reprivatização, e por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2012, de 8 de fevereiro, o Conselho de Ministros decidiu selecionar naquela data os proponentes no âmbito da venda direta, o que dará lugar à celebração de contratos de compra e venda dos referidos 40% do capital social da REN, ficando a transmissão de ações sujeita a condições suspensivas que deverão verificar-se até 30 de junho de 2012;



Destacam-se, pela sua importância e impacto na política de remunerações da REN, os seguintes instrumentos:

na sua qualidade de sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, a REN encontra-se sujeita à Lei n.º 28/2009 e ao Regulamento n.º 1/2010, bem como às recomendações da CMVM;

por seu turno, enquanto empresa do setor empresarial do Estado, aplicam-se à REN (i) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março, relativamente aos princípios de bom governo, e (ii) o Despacho n.º 11420/2009, de 11 de maio, que desenvolve aquela Resolução em sede remuneratória;

- a) a REN encontra-se igualmente sujeita ao cumprimento do disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua redação atual;
- b) a Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, em particular o seu ponto 23, a qual, na sequência das alterações introduzidas ao Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que aprovou o Estatuto do Gestor Público, pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, procedeu à definição de categorias e critérios objetivos para a fixação do vencimento mensal dos gestores públicos, tem impacto no estabelecimento do regime remuneratório dos membros do órgão de administração da REN;

em virtude das medidas excecionais de consolidação orçamental, aplicam-se ainda à REN restrições temporárias à remuneração dos membros dos seus órgãos sociais, em particular, a Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano de 2012;

- c) aplica-se ainda à REN o disposto no Decreto-Lei n.º 106-B/2011, de 3 de novembro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 52-B/2011, de 7 de dezembro, que,

respetivamente, aprova e regulamenta a 2.ª fase de reprivatização do capital social da REN;

A REN pretende adotar um regime remuneratório transparente e equitativo que, por um lado, respeite as restrições remuneratórias aplicáveis ao setor público, enquanto que, por outro, se mantenha flexível de forma a poder adotar as recomendações da CMVM, nomeadamente através da remuneração da performance positiva e alinhada com os objetivos estratégicos da REN, uma vez que deixe de estar sujeita às restrições remuneratórias atualmente em vigor;

- O modelo de avaliação aplicável a administradores da REN que exercem funções executivas, elaborado na sequência dos trabalhos, estudos e análises desenvolvidos para o efeito em conjunto com o Conselho de Administração foi aprovado pela Comissão de Vencimentos na reunião de 30 de novembro de 2011 (adiante abreviadamente designado por “Modelo de Avaliação dos Administradores Executivos”);

Com base nos fundamentos apresentados na presente, a política de remunerações aplicável aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da REN, no exercício de 2012, segue os seguintes princípios e regras:

### **I. Componente fixa da remuneração dos administradores e planos de ações e opções**

A Comissão de Vencimentos estipula o valor da componente fixa da remuneração dos membros do órgão de administração da REN, atendendo (i) às políticas seguidas noutras empresas do setor, nomeadamente noutras sociedades emitentes nacionais, assim como (ii) à da sua congénere espanhola, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões das sociedades em causa.

Tendo em conta a conjuntura económica e financeira atual, e sem prejuízo da

aplicação temporária das reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, e na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, neste último caso aplicáveis por determinação do número 1 do artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a Comissão de Vencimentos deliberou que será mantido o nível das remunerações fixas dos administradores atualmente em funções nos termos estabelecidos para o anterior exercício.

Esta deliberação fica sujeita a diversos condicionalismos ao longo do ano de 2012, em particular em função: (i) das regras, em cada momento, aplicáveis aos gestores públicos, em especial atendendo a que a empresa se encontra em processo de reprivatização; e (ii) da conclusão da 2.ª fase de reprivatização em resultado da qual a REN deixará de ser qualificada como empresa pública.

A remuneração dos administradores não executivos é composta exclusivamente por uma componente fixa, não dependendo assim do desempenho ou valor da REN, indo ao encontro das recomendações aplicáveis a esta matéria. A sua remuneração é paga em doze mensaldades durante o ano, em numerário.

A remuneração dos administradores da REN não inclui qualquer mecanismo de atribuição ou aquisição de ações ou de opções ou outros direitos sobre ações da REN ou qualquer das suas participadas.

## 2. Remuneração dos membros da Comissão Executiva

### Princípio geral

Sem prejuízo do referido em c) infra, pretende-se que a remuneração dos membros da Comissão Executiva seja composta por uma componente fixa paga em doze mensaldades durante o ano, em numerário, e uma componente variável, devendo existir entre ambas uma proporcionalidade adequada e estabelecendo-se um limite máximo para cada uma, sem prejuízo do disposto no Estatuto do Gestor Público.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é determinada,

essencialmente, com base em quatro critérios gerais: (i) competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado português; (ii) equidade, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados; (iii) avaliação do desempenho, de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa, assim como com assunção de níveis adequados de risco e cumprimento das regras aplicáveis à atividade da REN; e (iv) o alinhamento dos interesses dos administradores com o interesse da sociedade e com a sua sustentabilidade e criação de riqueza a longo prazo.

### Componente variável

O valor anual da componente variável da remuneração dos membros da Comissão Executiva encontra-se limitado a um valor correspondente a seis meses da componente fixa da remuneração e baseia-se na avaliação dos seus membros, a qual pondera indicadores chave de desempenho numa base individual e corporativa e é efetuada após a aprovação das contas de cada exercício.

Em acréscimo, este valor é calculado com base num estudo técnico e no Modelo de Avaliação dos Administradores Executivos que inclui os parâmetros e a grelha a aplicar em função da prossecução de objetivos estratégicos pré-definidos, adaptados individualmente a cada administrador, tanto ao nível da REN, como ao nível individual, os quais respeitam, nomeadamente, à verificação dos seguintes critérios de avaliação de desempenho:

- a criação de valor para os acionistas;
- a eficiência (incluindo ganhos de eficiência OPEX, eletricidade e gás) e o nível de resultados obtidos (incluindo resultado líquido, EBITDA/proveitos operacionais e RAB e.o.p (total REN));
- a ininterruptibilidade dos serviços de eletricidade e de gás;
- o desenvolvimento de negócios não regulados, e respetivo incremento

proporcional nos resultados consolidados;

- a manutenção e desenvolvimento de uma imagem e reputação empresarial positiva; e
- a demonstração de sustentabilidade económica e financeira de longo prazo.

Os critérios acima referidos constituem mecanismos destinados a promover um adequado alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da REN e dos acionistas e deverão ser determinados para todos os exercícios independentemente da existência ou não de remuneração variável.

A componente variável da remuneração dos membros da Comissão Executiva, quando e caso venha a ser determinada, será paga em dois momentos:

- 50% após a aprovação das contas do exercício a que respeita a remuneração; e
- os restantes 50% serão diferidos por um período de 3 anos e estarão dependentes da continuação do desempenho positivo da REN ao longo de tal período, devendo o seu pagamento ser precedido de nova deliberação desta Comissão.

Restrições *excepcionais* à retribuição através da componente variável

Tendo em conta a proibição de retribuição dos membros do órgão de administração com remunerações variáveis de desempenho, constante do Despacho n.º 5696-A/2010, de 29 de março, e do artigo 29.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a Comissão de Vencimentos, à semelhança do

verificado relativamente aos exercícios anteriores não prevê a atribuição de quaisquer remunerações variáveis ou de prémios de gestão relativamente ao exercício de 2012.

### 3. Cessação de funções

Em caso de cessação das funções de administração por acordo ou por destituição sem justa causa, não será paga qualquer compensação se a cessação ou destituição for devida a desadequado desempenho do administrador.

### 4. Remuneração dos membros dos órgãos de fiscalização

Tendo em conta a natureza das suas funções, assim como os normativos em vigor a este respeito, os membros da Comissão de Auditoria auferem uma retribuição fixa, a qual é paga em doze mensalidades durante o ano. Tal remuneração é fixada atendendo aos critérios descritos em 1. supra.

O Revisor Oficial de Contas da REN será remunerado nos termos e condições acordados no contrato de prestação de serviços entre este e a REN, de acordo com as práticas de mercado e o enquadramento legal e recomendatório.

### 5. Modificações à política de remunerações

A política descrita nesta declaração vigorará durante o ano de 2012, sem prejuízo das alterações que a Comissão de Vencimentos ou a Assembleia Geral de Acionistas venham no futuro a entender convenientes ou necessárias, em especial com vista à sua conformação com as regras vigentes em cada momento e atendendo a que a REN se encontra em fase de reprivatização, cuja conclusão determinará que a Sociedade deixe de ser qualificada como empresa pública.

## A COMISSÃO DE VENCIMENTOS

José Emílio Castel-Branco

Francisco Manuel Marques Bandeira

José Emílio Castel-Branco

# 04 CONTAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS



## DAMOS GÁS À VIDA

Presente na armazenagem e transporte e regaseificação de gás natural, a REN conta com mais de 1.298km de gasodutos que alimentam o país com uma das energias limpas mais usadas. Uma rede segura que liga o conforto dos banhos quentes à produção industrial, a mobilidade dos transportes públicos urbanos ao aquecimento central, a comodidade ao desenvolvimento de Portugal.

REN. A REDE QUE NOS UNE



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DA POSIÇÃO FINANCEIRA  
(Montantes expressos em milhares de euros –mEuros)

31 DE DEZEMBRO

ATIVO	NOTAS	11	10
<b>Não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	488	1.201
Goodwill	7	3.774	3.774
Outros ativos intangíveis	7	3.888.161	3.720.857
Ativos por impostos diferidos	9	63.057	60.802
Ativos financeiros disponíveis para venda	10 e 11	82.051	84.301
Instrumentos financeiros derivados	10 e 15	26.696	20.699
Outros investimentos financeiros	10	5.667	7.119
Participações financeiras em associadas	8	8.717	–
Clientes e a receber	10 e 12	80.079	66.505
		<b>4.158.691</b>	<b>3.965.255</b>
<b>Corrente</b>			
Inventários	13	3.628	4.047
Clientes e outras contas a receber	10 e 12	226.791	275.796
Imposto sobre o rendimento a receber	10 e 29	14.015	361
Depósitos de garantia recebidos	8, 10 e 14	–	74.234
Instrumentos financeiros derivados	10 e 15	1.144	2.212
Caixa e equivalentes de caixa	10 e 16	69.406	138.598
		<b>314.984</b>	<b>495.248</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>6</b>	<b>4.473.675</b>	<b>4.460.503</b>
<b>Capital Próprio</b>			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital social	17	534.000	534.000
Ações próprias	17	(10.728)	(10.728)
Outras reservas	18	215.401	211.582
Resultados acumulados	18	178.189	170.453
Resultado líquido consolidado	18	120.576	110.265
		<b>1.037.439</b>	<b>1.015.572</b>
Interesses não controlados	36	–	6.329
<b>Total capital próprio</b>		<b>1.037.439</b>	<b>1.021.901</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Empréstimos obtidos	10 e 19	2.354.032	1.910.650
Passivos por impostos diferidos	9	66.875	71.551
Obrigações de benefícios de reforma e outros	20	55.110	66.031
Instrumentos financeiros derivados	10 e 15	14.239	2.875
Provisões para outros riscos e encargos	21	4.520	4.611
Fornecedores e outras contas a pagar	10 e 22	381.495	451.940
		<b>2.876.271</b>	<b>2.507.659</b>
<b>Corrente</b>			
Empréstimos obtidos	10 e 19	53.587	347.134
Provisões para outros riscos e encargos	21	27.794	12.470
Fornecedores e outras contas a pagar	10 e 22	476.328	432.806
Imposto sobre o rendimento a pagar	10 e 29	520	59.925
Instrumentos financeiros derivados	10 e 15	1.735	4.375
Depósitos de garantia a pagar	10 e 14	–	74.234
		<b>559.965</b>	<b>930.944</b>
<b>Total Passivo</b>	<b>6</b>	<b>3.436.236</b>	<b>3.438.603</b>
<b>Total do capital próprio e passivo</b>		<b>4.473.675</b>	<b>4.460.503</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em milhares de euros -mEuros)

	NOTAS	PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO	
		<b>11</b>	<b>10</b>
Vendas	6 e 23	798	917
Prestações de serviços	6 e 23	530.023	509.848 a)
Rendimentos de construção em ativos concessionados	7 e 36	349.269	420.483
Outros rendimentos operacionais	27	26.909	37.806
Ganhos/(perdas) em joint ventures		-	8.092
Ganhos/(perdas) em associadas	8	10.326	-
<b>Total dos proveitos operacionais</b>		<b>917.325</b>	<b>977.145</b>
Custo de vendas		(1.417)	(747)
Gastos de construção em ativos concessionados	36	(316.305)	(394.548)
Fornecimentos e serviços externos	24	(52.923)	(80.423)
Gastos com pessoal	25	(48.284)	(51.223)
Amortizações e depreciações do exercício	7	(181.765)	(172.633)
Reversões / (Provisões) do exercício	21	(15.234)	(12.774)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10 e 12	(2.650)	-
Outros gastos operacionais	26	(15.558)	(14.278) a)
<b>Total dos gastos operacionais</b>		<b>(634.136)</b>	<b>(726.626)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>283.189</b>	<b>250.519</b>
Gastos de financiamento	28	(111.942)	(89.883)
Rendimentos financeiros	28	3.995	2.194
Dividendos de empresas participadas	28	4.596	3.790
<b>Resultados financeiros</b>		<b>(103.351)</b>	<b>(83.900)</b>
<b>Resultados consolidados antes de impostos</b>		<b>179.838</b>	<b>166.619</b>
Imposto sobre o rendimento	10 e 29	(59.250)	(56.353)
<b>Resultado líquido consolidado do exercício antes de interesses não controlados</b>		<b>120.588</b>	<b>110.266</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas do grupo REN		120.576	110.265
Interesses não controlados		12	1
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>120.588</b>	<b>110.266</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos detentores do capital do Grupo durante o ano (expresso em euros)</b>			
- básico	30	0,23	0,21
- diluído		0,23	0,21

a) Estes montantes foram objeto de reclassificação para fins de comparabilidade face aos anteriormente publicados, conforme indicado na nota 3.2.

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de euros – mEuros)

	NOTAS	31 DE DEZEMBRO	
		<b>11</b>	<b>12</b>
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>120.588</b>	<b>110.266</b>
<b>Outros ganhos e perdas reconhecidos nos capitais próprios:</b>			
Varição de reservas de cobertura – instrumentos financeiros derivados	15	(13.186)	5.949
Ganhos / (perdas) atuariais – valor bruto	20	5.730	1.833
Varição em ativos financeiros disponíveis para venda – valor bruto	11	(4.383)	(6.118)
Outras variações		27	0
Imposto sobre os itens reconhecidos diretamente no capital próprio	9	2.163	(3.913)
<b>Total do rendimento consolidado integral do exercício</b>		<b>110.939</b>	<b>108.017</b>
<b>Atribuível a:</b>			
Acionistas		110.927	108.018
Interesses não controlados		12	(1)
		110.939	108.017

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em milhares de euros –mEuros)

## ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO	NOTAS	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor	Reserva cobertura (nota I5)	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício	Interesses não controlados	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2010</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>67.221</b>	<b>(3.247)</b>	<b>(5.553)</b>	<b>103.218</b>	<b>177.067</b>	<b>134.107</b>	<b>514</b>	<b>996.600</b>
<b>"Total do rendimento integral do período"</b>				<b>-</b>	<b>(6.614)</b>	<b>4.412</b>	<b>(3.172)</b>	<b>3.125</b>	<b>110.265</b>	<b>1</b>	<b>108.017</b>
Alteração do perímetro de consolidação nas sociedades de gasodutos portuguesas		-	-	-	-	-	-	-	-	5.814	5.814
Distribuição de dividendos	31	-	-	-	-	-	-	(88.530)	-	-	(88.530)
Aumento de reservas por aplicação de resultados		-	-	7.224	-	-	48.092	78.791	(134.107)	-	-
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2010</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>74.445</b>	<b>(9.861)</b>	<b>(1.141)</b>	<b>148.138</b>	<b>170.453</b>	<b>110.265</b>	<b>6.329</b>	<b>1.021.901</b>

## ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS

MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO	NOTAS	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva justo valor (nota II)	Reserva cobertura (nota I5)	Outras reservas	Resultados acumulados	Resultado exercício	Interesses não controlados	Total
<b>Saldo a 1 de janeiro de 2011</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>74.445</b>	<b>(9.861)</b>	<b>(1.141)</b>	<b>148.138</b>	<b>170.453</b>	<b>110.265</b>	<b>6.329</b>	<b>1.021.901</b>
<b>"Total do rendimento integral do período"</b>					<b>(4.383)</b>	<b>(9.362)</b>		<b>4.095</b>	<b>120.576</b>	<b>12</b>	<b>110.939</b>
Efeito da liquidação dos interesses não controlados relacionado com o aumento da participação financeira do Grupo nas sociedades de gasodutos portuguesas	36	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.341)	(6.341)
Distribuição de dividendos	31	-	-	-	-	-	-	(89.060)	-	-	(89.060)
Aumento de reservas por aplicação de resultados		-	-	5.364	-	-	12.201	92.701	(110.265)	-	1
<b>Saldo a 31 de dezembro de 2011</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>79.809</b>	<b>(14.244)</b>	<b>(10.503)</b>	<b>160.339</b>	<b>178.189</b>	<b>120.576</b>	<b>-</b>	<b>1.037.439</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em milhares de euros –mEuros)

	NOTAS	11	10
31 DE DEZEMBRO			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Recebimentos de clientes		2.243.369 a)	2.155.337 a)
Pagamentos a fornecedores		(1.733.584) a)	(1.528.101) a)
Pagamentos ao pessoal		(61.267)	(61.759)
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(137.288)	(8.449)
Outros pagamentos/recebimentos relativos à atividade operacional		(14.613)	(8.230)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais (1)</b>		<b>296.617</b>	<b>548.798</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		11.577	-
Subsídios ao investimento		33.609	22.501
Juros e outros rendimentos similares		3.754	829
Dividendos		4.761	3.859
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(7.438)	-
Ativos disponíveis para venda		(1.045)	-
Ativos fixos tangíveis		(153)	(123)
Ativos intangíveis		(347.456)	(363.401)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento (2)</b>		<b>(302.390)</b>	<b>(336.335)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		9.764.000	11.065.763
Aumento de capital		-	6
Juros e outros rendimentos similares		293	190
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(9.588.200)	(11.033.411)
Juros e gastos similares		(110.991)	(91.918)
Dividendos	31	(89.060)	(88.530)
<b>Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento (3)</b>		<b>(23.958)</b>	<b>(147.899)</b>
<b>Aumento líquido (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa (4) = (1)+(2)+(3)</b>		<b>(29.731)</b>	<b>64.564</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	16	101.871	24.576
Inclusão no perímetro dos Gasodutos Campo Maior -Leiria-Braga e Braga Tuy		-	12.731
Saída do perímetro do grupo OMIP	8	(3.782)	-
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do período</b>	<b>16</b>	<b>68.357</b>	<b>101.871</b>
<b>Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa	16	-	10
Descobertos bancários	16	(1.049)	(36.727)
Depósitos bancários	16	69.407	138.588
		<b>68.358</b>	<b>101.871</b>

a) Estes montantes incluem os pagamentos e recebimentos relativos a atividades na qual a Empresa atua como "Agente", e cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada dos resultados.

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

# ANEXO

## ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de euros – mEuros)

### I. INFORMAÇÃO GERAL

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN” ou “Empresa” e conjuntamente com as suas subsidiárias designada por “Grupo” ou “ Grupo REN”), com sede na Avenida Estados Unidos da América, 55 – Lisboa, resultou da cisão do grupo EDP, de acordo com os Decretos-Lei n.º 7/91, de 8 de janeiro e n.º 131/94, de 19 de maio, aprovados em Assembleia Geral em 18 de agosto de 1994, com o objeto de assegurar a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”).

Até 26 de setembro de 2006, o Grupo REN tinha a sua atividade centrada no negócio da eletricidade, através da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.. Em 26 de setembro de 2006, decorrente da transação de unbundling do negócio do gás natural, o Grupo sofreu uma alteração significativa com a compra dos ativos e participações financeiras associados às atividades de transporte, armazenamento e regaseificação de gás natural, constituindo um novo negócio.

No início de 2007, a Empresa foi transformada na holding do Grupo e redenominada, após a transferência do negócio da eletricidade para uma nova empresa constituída em 26 de setembro de 2006, a REN – Serviços de Rede, S.A., que foi em simultâneo redenominada para REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.

O Grupo detém, presentemente, duas áreas de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e duas de negócio secundárias, nas áreas de Telecomunicações e de Gestão do Mercado de Derivados de Eletricidade. A partir de outubro de 2011 a sua posição na Gestão de Mercados de Derivados foi reduzida a 35% perdendo portanto o controlo desta atividade.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do Sistema Elétrico de Abastecimento Público (“SEP”);
- b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos Contratos de Aquisição de Energia (“CAE”) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de 2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (“CMEC”). A atividade desta empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais.
- c) Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, cujo capital social é integralmente detido pela REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S, S.A., e tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas:

- a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, com o objeto social de assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação;

b) REN Gasodutos, S.A., constituída, em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede; ligações e compressão);

Assim, as subsidiárias acima referidas são detidas indiretamente pela REN SGPS em 100% em virtude das sua subsidiária REN Serviços, S.A. (detidas pela REN SGPS em 100%) deter integralmente o capital da REN Gás, S.A.

c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás;

O negócio das telecomunicações é gerido pela RENTELECOM Comunicações, S.A., cuja atividade consiste no estabelecimento, gestão e utilização dos sistemas e infraestruturas de telecomunicações, fornecendo serviços de comunicação e tirando proveito da capacidade excedentária de fibras ópticas e instalações pertencentes ao Grupo REN.

d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

O negócio da gestão do Mercado de Derivados da Eletricidade é assegurado pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.. Esta entidade foi constituída para a organização da divisão Portuguesa do MIBEL, assegurando a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL juntamente com a OMIClear (Câmara de Compensação do Mercado Energético), uma empresa constituída e detida totalmente pelo OMIP, e cujo papel é o de câmara de compensação e de contraparte central das operações realizadas no mercado a prazo. O OMIP iniciou a sua atividade em 3 de julho de 2006.

As atividades das empresas indicadas nas alíneas b) a d) acima são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos com início em 2006.

Em 15 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou uma operação de reestruturação da sociedade de gás natural.

No seguimento dos Acordos de Santiago, foi criada a empresa OMIP SGPS, S.A. que iniciou a sua atividade em 16 de setembro de 2010 e tem por objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade passou a deter as participações no capital do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo português), S.A.

Em 30 de março de 2011, após o aumento de capital mediante a entrada em espécie no montante de 539.272.988 euros referente ao capital representativo das sociedades REN Gasodutos, S.A. e REN Armazenagem S.A., a REN Gás S.A. passou a deter a totalidade do capital das duas sociedades.

Em 12 de abril a REN SGPS, S.A. vendeu à REN Serviços S.A. a sua participação na REN Gás S.A.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN procedeu em outubro e dezembro de 2011 à alienação, por um valor global de 9.153.254 euros, de 55% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., mediante a transmissão de lotes compostos por ações representativas de 5% do capital social desta sociedade, passando a deter 35% do capital social daquela entidade. Foram também cedidas na transação prestações suplementares num valor global de 4.545.200 euros.

Na mesma altura, a REN adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.166.800 euros.

Em conformidade com o referido Acordo Ibérico, a REN deverá ainda alienar mais 25% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., nas mesmas condições das operações acima identificadas, de modo a que a posição acionista final da REN nesta empresa seja de 10% do respetivo capital social.

A REN SGPS, possui ainda uma participação na empresa REN – Serviços, S.A., cujo objeto social em 15 de dezembro de 2010 foi alterado, passando a ter a seguinte redação: a Sociedade tem por objeto a prestação de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades

### **1.1 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião

de 1 de março de 2012. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia ("IFRS").

## **2. INFORMAÇÃO SOBRE OS CONTRATOS DE CONCESSÃO ATRIBUÍDOS À REN**

### **2.1 CONTRATO DE CONCESSÃO DE ELETRICIDADE**

A concessão para a utilização da RNT foi atribuída à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. (REN S.A.), conforme Decreto-Lei N.º 182/95 de 27 de julho de 1995 (Art.º 64), com vista à gestão do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP), à utilização da Rede Nacional de Transporte, bem como ao desenvolvimento das infraestruturas necessárias.

O objeto deste contrato de concessão consiste nas seguintes atividades:

#### **i) Compra e Venda de Eletricidade**

Nesta atividade, a REN, S.A. atuou, até 30 de junho de 2007, como intermediário (agente) entre os produtores e distribuidores vinculados de eletricidade. A eletricidade era adquirida com base em contratos de compra de energia assinados com os produtores, e vendida de acordo com as tarifas definidas pelo regulador, ERSE (Entidade Reguladora de Serviços Energéticos). A REN intermediava na venda de excedentes de produção disponíveis. Dos ganhos obtidos nestas intermediações, a REN tinha direito a reter 50% dos ganhos comerciais obtidos.

A partir de 1 de julho de 2007, com o término da maioria dos contratos de aquisição de energia (CAE) a REN

gere os dois CAE remanescentes não cessados com a Tejo Energia (Central do Pego) e a Turbogás (Central da Tapada do Outeiro), através da REN Trading, colocando a energia desses dois produtores no mercado.

### ii) Transporte de Eletricidade

Esta é a atividade principal da REN, tendo por objeto o transporte de eletricidade através da RNT para entrega aos distribuidores em MT (média tensão) e AT (alta tensão), aos consumidores ligados à RNT e às redes de MAT (muito alta tensão) a que a REN estiver ligada. Esta atividade inclui ainda o planeamento e desenvolvimento da RNT, a construção das novas infraestruturas e a exploração e manutenção da RNT.

O modelo do contrato de concessão garante um equilíbrio contratual através da recuperação das amortizações e remuneração dos investimentos feitos em ativos afetos à concessão, e a recuperação de custos operacionais elegíveis.

### iii) Gestão Global do Sistema

Esta atividade tem por objeto a gestão global do sistema de eletricidade, cabendo à REN a gestão técnica do mesmo através da coordenação, nos pontos de ligação com a RNT, dos trânsitos de energia elétrica das instalações da produção, das redes de distribuição, em MT e AT, e dos consumidores ligados à RNT, através de ordem de despacho.

A atividade de Gestão Global do Sistema tem também garantido o equilíbrio contratual, através da recuperação da amortização dos ativos afetos à concessão e a remuneração do investimento efetuado. A remuneração é calculada com base no valor médio líquido dos ativos associados a esta atividade.

A REN pode desenvolver outras atividades, de modo direto ou através de empresas associadas, quando autorizada pelo Governo, caso seja do

melhor interesse para a concessão ou para os seus clientes.

A concessão foi atribuída por um período de 50 anos, com início em 15 de junho de 2007. Os ativos considerados como ativos afetos à concessão são aqueles adquiridos pela REN à RNT, que incluem:

- as linhas, subestações, postos de seccionamento e instalações anexas;
- as instalações afetas ao despacho centralizado e à gestão global do SEP, incluindo todo o equipamento indispensável ao seu funcionamento;
- as instalações de telecomunicações, telemedida e telecomando afetas ao transporte e à coordenação do sistema eletroprodutor.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- os imóveis pertencentes à REN em que se implantem os bens referidos no número anterior, assim como as servidões constituídas;
- os sítios para instalação dos centros eletroprodutores, cuja propriedade ou posse pertença à REN;
- outros bens móveis ou imóveis necessários ao desempenho das atividades objeto da concessão; e
- as relações jurídicas diretamente relacionadas com a concessão, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de receção e entrega de energia elétrica, bem como os direitos de utilização do domínio hídrico e de transporte através de redes situadas no exterior da área de concessão.

A REN tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as

reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A REN mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos afetos à concessão apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos revertem para o Estado nos termos previstos no presente contrato, o qual compreende o recebimento de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico dos bens afetos à concessão.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: afastamento dos princípios da concessão; oposição à supervisão e desobediência às deliberações do concedente; recusa em efetuar reparações e manutenções nos ativos da concessão, bem como o seu desenvolvimento; aplicação de tarifas mais elevadas do que as definidas pelo regulador; e a transmissão ou subconcessão não autorizada da concessão de transporte.

O concedente pode resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, decorridos que sejam pelo menos 15 anos sobre a data do início do respetivo prazo. Pelo resgate, a concessionária tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos bem como ao valor de eventuais lucros cessantes.

Se, no termo da concessão, esta não tiver sido renovada ou não tiver sido decidido quanto ao novo modo ou entidade encarregada da gestão da concessão, o presente contrato de concessão pode ser prolongado pelo

período máximo de um ano, como um contrato de locação, prestação de serviços ou qualquer outra forma legal.

Decorrente do Despacho n.º 11/2010 da ERSE de 7 de setembro de 2010 a REN S.A. passou a estar sujeita a um novo mecanismo de remuneração para o segmento de eletricidade denominado por preços de referência, o qual é aplicável para os investimentos em linhas e subestações cuja entrada em exploração ocorreu entre 1 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2011.

## 2.2 TRANSPORTE DE GÁS E GESTÃO GLOBAL DO SISTEMA

A concessão para utilização da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural ("RNTGN") foi atribuída à REN – Gasodutos, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei nº 140/2006 de 26 e julho de 2006, tendo como objeto a gestão do Sistema Nacional de Gás Natural ("SNGN"), a operação da rede de transporte de gás em alta pressão e o desenvolvimento das infraestruturas necessárias, sob o regime de prestação de serviço de público.

O objeto do contrato de concessão compreende as seguintes atividades:

### i) Transporte de Gás

Esta é uma das atividades da REN – Gasodutos, S.A., e tem por objetivo garantir o transporte de gás através das infraestruturas que compõem a rede nacional de alta pressão, bem como a distribuição ao "SNGN" ou a consumidores industriais diretamente ligados ao "RNTGN". Esta atividade compreende não só a recepção e distribuição de gás através da rede de transporte de alta pressão, mas também a operação e manutenção de todas as infraestruturas e ligações que pertencem à "RNTGN".

O modelo do contrato de concessão garante um equilíbrio contratual através da recuperação dos custos operacionais elegíveis e da remuneração dos ativos, que compreende: a recuperação da amortização dos ativos e a remuneração a uma taxa de juro fixada pelo regulador (ERSE), calculada

como uma proporção entre valor atual acumulado de unidades transportadas e as unidades totais estimadas a serem transportadas através da infraestrutura durante o período de concessão.

#### ii) Gestão Global do Sistema do Gás

O objetivo desta atividade é gerir o “SNGN”, através da coordenação das ligações nacionais e internacionais à “RNTGN”, o planeamento e a preparação da expansão necessária da rede de transporte de gás de alta pressão e o controlo das reservas de segurança de gás natural.

Esta concessão foi atribuída por um período de 40 anos a partir da data de assinatura do contrato. Os ativos considerados como ativos da concessão, são os ativos adquiridos pelo Grupo REN em 2006 à Transgás, S.A. e incluem:

- os gasodutos de alta pressão, utilizados no transporte de gás, tubos e antenas associados;
- as infraestruturas relacionadas com a compressão, transporte e redução de pressão do gás para entrega nos gasodutos de média pressão;
- equipamentos relacionados com a gestão técnica global do “SNGN”; e
- infraestruturas de telecomunicações, telemetria e de controlo remoto usados para gerir a rede de recepção, transporte e entrega, incluindo equipamento de telemetria colocado nas instalações dos utilizadores.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- os imóveis detidos pela REN Gasodutos, S.A., onde os supra mencionados equipamentos se encontram instalados, assim como as servidões constituídas;
- outros ativos necessários para o desenvolvimento operacional das atividades da concessão;

- quaisquer direitos intelectuais ou industriais, propriedade da REN Gasodutos, S.A.; e
- todas as relações legais estabelecidas durante a concessão, tais como contratos de trabalho, subcontratos, locações e serviços externos.

A REN Gasodutos, S.A., tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A REN Gasodutos, S.A. é titular e detém os ativos que integram a concessão. Os ativos apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos revertem para o Estado nos termos previstos no presente contrato, o qual compreende o recebimento de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico dos bens afetos à concessão.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: falha iminente ou interrupção da atividade, deficiências na gestão e operação da atividade da concessão, ou deficiências na manutenção e reparação das infraestruturas que comprometam a qualidade do serviço.

O concedente pode resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justificarem, decorridos que sejam pelo menos 15 anos sobre a data do início do respetivo prazo. Pelo resgate, a concessionária



tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos bem como ao valor de eventuais lucros cessantes.

Se, no termo da concessão, esta não tiver sido renovada ou não tiver sido decidido quanto ao novo modo ou entidade encarregada da gestão da concessão, o presente contrato de concessão pode ser prolongado pelo período máximo de um ano, como um contrato de locação, prestação de serviços ou qualquer outra forma legal.

### 2.3 RECEÇÃO, ARMAZENAMENTO E REGASEIFICAÇÃO DE GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL)

A concessão da atividade no terminal GNL foi atribuída à REN Atlântico, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei n.º 140/2006 de 26 de julho de 2006, para a realização das seguintes atividades, sob o regime de prestação de serviço público:

- receção, armazenamento, tratamento e regaseificação de gás natural liquefeito, descarregado de barcos metaneiros no Porto de Sines;
- a injeção de gás natural de alta pressão na Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) ou a sua expedição através de camiões especializados para o efeito; e
- a construção, utilização, manutenção e expansão das infraestruturas do Terminal GNL (edifícios, tanques, gasodutos, etc.).

O modelo do contrato de concessão garante um equilíbrio contratual através da recuperação dos custos operacionais elegíveis e da remuneração dos ativos, que compreende: a recuperação da amortização dos activos e a remuneração a uma taxa de juro fixada pelo regulador (ERSE), calculada como uma proporção entre valor atual acumulado de unidades descarregadas e regaseificadas, e as unidades totais estimadas a serem regaseificadas através da infraestrutura, durante o período de

concessão.

A concessão foi atribuída por um período de 40 anos, a partir da data de assinatura do contrato. Os ativos considerados como de concessão, são os ativos adquiridos pelo Grupo REN à Transgás e incluem:

- o terminal GNL e as infraestruturas associadas, instaladas no Porto de Sines;
- as infraestruturas utilizadas para a recepção, armazenagem, tratamento e regaseificação do GNL, incluindo todo o equipamento necessário para controlo, regulação e medição das restantes infraestruturas e da atividade do Terminal GNL;
- as infraestruturas utilizadas na injeção do gás natural na RNTGN ou no carregamento e expedição do GNL através de camiões ou barcos metaneiros; e
- as infraestruturas relacionadas com telecomunicações, telemetria e controlo remoto, usadas na gestão de todas as infraestruturas do terminal GNL.

Adicionalmente, são também considerados ativos da concessão:

- os imóveis detidos pela REN Atlântico, S.A., onde os supra referenciados equipamentos estão instalados assim como as servidões constituídas;
- outros ativos necessários ao desenvolvimento da atividade da concessão;
- quaisquer direitos intelectuais ou de propriedade industrial da REN Atlântico, S.A.; e

todas as relações legais estabelecidas durante a concessão, tais como contratos de trabalho, subcontratos, locações e serviços externos.

A REN Atlântico, S.A. tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado

de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A REN Atlântico, S.A. mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data da extinção da concessão, os bens a ela afetos reverterem para o Estado nos termos previstos no presente contrato, o qual compreende o recebimento de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico dos bens afetos à concessão.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: falha iminente ou interrupção da atividade, deficiências na gestão e operação da atividade da concessão ou deficiências na manutenção e reparação das infraestruturas que comprometam a qualidade do serviço.

O concedente pode resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, decorridos que sejam pelo menos 15 anos sobre a data do início do respetivo prazo. Pelo resgate, a concessionária tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos bem como ao valor de eventuais lucros cessantes.

Se, no termo da concessão, esta não tiver sido renovada ou não tiver sido decidido quanto ao novo modo ou entidade encarregada da gestão da concessão, o presente contrato de

concessão pode ser prolongado pelo período máximo de um ano, como um contrato de locação, prestação de serviços ou qualquer outra forma legal.

#### 2.4 ARMAZENAMENTO SUBTERRÂNEO DE GÁS NATURAL

A concessão da atividade nas operações de armazenamento subterrâneo foi atribuída à REN Armazenagem, S.A., ao abrigo do Decreto-Lei 140/2006 de 26 de julho de 2006, para a realização das seguintes atividades, sob o regime de prestação de serviço público:

- receção, injeção, armazenamento subterrâneo, extração, tratamento e entrega do gás natural de modo a criar ou manter as reservas de segurança de gás natural ou para entrega na RNTGN; e
- construção, utilização, manutenção e expansão das câmaras de armazenamento subterrâneo.

O modelo do contrato de concessão garante um equilíbrio contratual através da recuperação das amortizações dos ativos da concessão, a remuneração dos investimentos feitos na concessão dos ativos e recuperação dos custos operacionais associados à atividade a que a concessão se destina.

A concessão é válida por um período de 40 anos, a partir da data de assinatura do contrato. Os ativos considerados como ativos de concessão, que foram adquiridos pelo Grupo REN à Transgás, S.A. são os seguintes:

- As câmaras subterrâneas de gás natural, adquiridas ou construídas durante o período de vigência do contrato de concessão;
- Infraestruturas utilizadas para injeção, extração, compressão, secagem e redução de pressão do gás, usado para ser distribuído na RNTGN, incluindo todo o equipamento necessário para controlo,

regulação e medição das restantes infraestruturas;

- Infraestruturas e equipamento para operações de lixiviação; e
- Infraestruturas necessárias para telecomunicações, telemetria e controlo remoto, usadas na gestão de todas as infraestruturas e câmaras subterrâneas.

Adicionalmente, são também considerados ativos afetos à concessão:

- os imóveis detidos pela REN Armazenagem, S.A., onde os supra referenciados equipamentos estão instalados, assim como as servidões constituídas;
- outros ativos necessários ao desenvolvimento da atividade de concessão;
- direitos de construção ou aumento das câmaras subterrâneas;
- o *cushion gas* afeto a cada câmara;
- quaisquer direitos intelectuais ou de propriedade industrial da REN Armazenagem, S.A.;
- todas as relações legais estabelecidas durante a concessão, tais como contratos de trabalho, subcontratos, locações e serviços externos.

A REN Armazenagem, S.A. tem a obrigação de, durante o prazo de vigência da concessão, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a ela afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

A REN Armazenagem, S.A. mantém o direito de explorar os ativos afetos à concessão até à extinção desta. Os ativos apenas podem ser utilizados para o fim previsto na concessão. Na data

da extinção da concessão, os bens a ela afetos reverterem para o Estado nos termos previstos no presente contrato, o qual compreende o recebimento de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico dos bens afetos à concessão.

A concessão pode ser extinta por acordo entre as partes por rescisão, por resgate e pelo decurso do prazo. A extinção da concessão opera a transmissão para o Estado dos bens e meios a ela afetos.

O contrato de concessão poderá ser rescindido pelo concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações da concessão: falha iminente ou interrupção da atividade, deficiências na gestão e operação da atividade da concessão ou deficiências na manutenção e reparação das infraestruturas que comprometam a qualidade do serviço.

O concedente pode resgatar a concessão sempre que motivos de interesse público o justifiquem, decorridos que sejam pelo menos 15 anos sobre a data do início do respetivo prazo. Pelo resgate, a concessionária tem direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos bem como ao valor de eventuais lucros cessantes.

Se, no termo da concessão, esta não tiver sido renovada ou não tiver sido decidido quanto ao novo modo ou entidade encarregada da gestão da concessão, o presente contrato de concessão pode ser prolongado pelo período máximo de um ano, como um contrato de locação, prestação de serviços ou qualquer outra forma legal.

## 2.5 EXPLORAÇÃO DA ZONA PILOTO DA ENERGIA DAS ONDAS DO MAR

O Estado Português atribuiu, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto -Lei n.º 5/2008, de

8 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, a concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar, à Enondas, Energia das Ondas, S.A. (“Enondas” ou “Concessionária”), sociedade cujo capital social é integralmente detido pela REN.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, a concessão em causa tem a duração de 45 anos e inclui a autorização para a implantação das infraestruturas para ligação à rede elétrica pública e a utilização de recursos hídricos do domínio público hídrico, a fiscalização da utilização por terceiros dos recursos hídricos necessários à produção de energia elétrica a partir da energia das ondas, bem como a competência para a atribuição das licenças de estabelecimento e de exploração da atividade de produção de energia elétrica e respetiva fiscalização.

Ao abrigo do contrato de concessão e da legislação aplicável, é garantida à Concessionária a remuneração adequada da concessão através do reconhecimento dos custos de investimento e dos custos de operação e de manutenção, desde que aprovados previamente pelo membro do Governo responsável pela área da energia, após parecer vinculativo da ERSE.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos apresentados.

#### 3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as normas contabilísticas em

vigor em Portugal, ajustados no processo de consolidação de modo a que as demonstrações financeiras consolidadas estejam de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, que as Normas Internacionais de Relato financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standard Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por IFRS.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela REN, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos reconhecidos no período de reporte financeiro.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas na Nota 5.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de euros – mEuros.

#### ADOÇÃO DE NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS, EMENDADAS OU REVISTAS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (endorsed) pela União Europeia são de aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011:

**IAS 24** “Divulgações de Partes Relacionadas” (Revisão de 2009) – Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efetuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública. Desta alteração não decorreram impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 31 de dezembro de 2011.

**IAS 32** “Instrumentos Financeiros: Apresentação” (alteração – a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de fevereiro de 2010). Esta alteração vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 31 de dezembro de 2011.

**IFRS 1** “Adoção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro” (alteração – a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2010). Esta alteração vem definir a isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez e simplifica as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adoção pela primeira vez das IFRS. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 31 de dezembro de 2011.

**IFRS 7** “Divulgações – Transferências de Ativos Financeiros” (alteração). Esta alteração vem introduzir uma série de divulgações adicionais que visam facilitar a avaliação do risco associado a transferências de ativos financeiros bem como os respetivos efeitos nas demonstrações financeiras da Empresa e não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN em 31 de dezembro de 2011.

**IFRIC 14** “Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo” (alteração). Esta alteração vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2011.

**IFRIC 19** “Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio” (a aplicar para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2010). Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transações em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro. Esta alteração não teve qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2011.

Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – maio de 2010. Este processo envolveu a revisão de cinco normas contabilísticas,

a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2011. Adicionalmente, foi efectuada a revisão de oito normas contabilísticas, a aplicar para os exercícios que se iniciem em/ou após 31 de dezembro de 2011.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia:

	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2011)
IFRS 9 - Financial Instruments	1-Jan-13
Amendments to IAS 12 - Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets	1-Jan-12
Amendments to IFRS 1 - Severe Hyperinflation and Removal of Fixed dates for	1-Jul-11
Amendments to IFRS 7 - Financial Instruments: Disclosures	1-Jul-13
IFRS 10 - Consolidated Financial Statements	1-Jan-13
IFRS 11 - Joint Arrangements	1-Jan-13
IFRS 12 - Disclosure of Interests in Other Entities	1-Jan-13
IFRS 10 - Fair Value Measurement	1-Jan-13
IAS 27 (Revised 2011) - Separate Financial Statements	1-Jan-13
IAS 28 (Revised 2011) - Investments in Associates and Joint Ventures	1-Jan-13
Amendments to IAS 1 - Presentation of Comprehensive Income	1-Jan-12
Amendments to IAS 19 - Post Employment Benefits	1-Jan-13
IFRIC 20 - Stripping Costs in the Production Phase of a Surface Mine	1-Jan-13

Relativamente a estas normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não aprovadas (*endorsed*) pela União Europeia não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos nas demonstrações consolidadas da REN, em 31 de dezembro de 2011.

### 3.2 COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2011, o Grupo passou a proceder à anulação dos sobrecustos dos CAE faturados e registados em “prestações de serviços”, até 31 de dezembro de 2010, por contrapartida do respetivo gasto, registado na rubrica de “outros gastos operacionais” por

se configurar como um *pass-through* ao abrigo do papel de intermediação da empresa na gestão dos dois CAE remanescentes. Para fins de

comparabilidade com 2011, o Grupo procedeu à reexpressão daquelas rubricas na demonstração dos resultados de 2010 como segue:

	<b>31 DE DEZEMBRO</b>	Sobrecusto dos CAE	<b>31 DE DEZEMBRO</b> REEXPRESSO
Vendas	917	-	917
Prestações de serviços	757,910	(248,062)	509,848
Rendimentos de construção em ativos concessionados	420,483	-	420,483
Outros rendimentos operacionais	37,806	-	37,806
Ganhos/(perdas) em joint ventures	8,092	-	8,092
<b>Total dos proveitos operacionais</b>	<b>1,225,207</b>	<b>(248,062)</b>	<b>977,145</b>
Custo de vendas	(747)	-	(747)
Gastos de construção em ativos concessionados	(394,548)	-	(394,548)
Fornecimentos e serviços externos	(80,423)	-	(80,423)
Gastos com pessoal	(51,223)	-	(51,223)
Amortizações e depreciações do exercício	(172,633)	-	(172,633)
Reversões / (Provisões) do exercício	(12,774)	-	(12,774)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-	-	-
Outros gastos operacionais	(262,340)	248,062	(14,278)
<b>Total dos gastos operacionais</b>	<b>(974,688)</b>	<b>248,062</b>	<b>(726,626)</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>250,519</b>	<b>-</b>	<b>250,519</b>
Gastos de financiamento	(89,883)	-	(89,883)
Ganhos financeiros	2,194	-	2,194
Dividendos de empresas participadas	3,790	-	3,790
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(83,900)</b>	<b>-</b>	<b>(83,900)</b>
<b>Resultados líquidos consolidados antes de impostos</b>	<b>166,619</b>	<b>-</b>	<b>166,619</b>
Imposto sobre o rendimento	(56,353)	-	(56,353)
<b>Resultado líquido consolidado do período antes de interesses não controlados</b>	<b>110,266</b>	<b>-</b>	<b>110,266</b>
Atribuível a:			
Acionistas do grupo REN	110,265	-	110,265
Interesses não controlados	1	-	1
<b>Resultado líquido consolidado do período</b>	<b>110,266</b>	<b>-</b>	<b>110,266</b>

### 3.3 PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

#### a) Participações financeiras em empresas do Grupo (subsidiárias)

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais a REN tem o poder de decidir relativamente às políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais, que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis, são considerados quando se avalia se a REN detém o controlo sobre uma entidade. As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para a REN, sendo excluídas da consolidação a partir da data em que esse controlo cessa. As subsidiárias foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 34.

#### b) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras em empresas do Grupo ou empresas controladas conjuntamente e o justo valor dos ativos e passivos, identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição ou durante um período de 12 meses após aquela data, se positivas são registadas na rubrica de goodwill (no caso de respeitar a goodwill em empresas do Grupo ou em empresas controladas conjuntamente).

O goodwill gerado em aquisições posteriores a 1 de janeiro de 2004 (data da transição para IFRS) não é amortizado, mas sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade com vista a verificar se existem perdas. Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração consolidada da posição financeira como dedução ao valor do ativo e por contrapartida da demonstração dos resultados consolidada, não sendo posteriormente revertida.

A REN adota a política de tratar transações com interesses não controlados como transações externas ao Grupo. Prejuízos atribuíveis a interesses não controlados que excedam a participação destes no capital da empresa subsidiária são integralmente reconhecidos pela REN, exceptuando-se os casos em que os interesses não controlados tenham assumido obrigações adicionais sobre a subsidiária.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são uniformizadas sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de maneira consistente por todas as empresas do Grupo.

### 3.4 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidos no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações comprometido no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que influenciam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo REN apresenta a informação por segmentos de negócio, uma vez que opera apenas em Portugal. As transações efetuadas pela empresa do grupo Omiclear, no exercício de 2010, embora respeitando essencialmente à venda de contratos de futuros no MIBEL, não são materiais para apresentarem informação por segmento geográfico.

A REN identificou como responsável pela tomada de decisões operacionais a Comissão Executiva. É a Comissão Executiva que revê a informação interna preparada de forma a avaliar a performance das atividades do Grupo e a afetação de recursos. A determinação dos segmentos foi efetuada com base na informação que é analisada pela Comissão Executiva, da qual não resultaram novos segmentos comparativamente aos já reportados anteriormente.



O Grupo REN encontra-se organizado em dois segmentos de negócio principais, a Eletricidade e o Gás, e em dois segmentos secundários, as telecomunicações e a gestão do mercado de derivados de eletricidade (até ao exercício de 2010 apenas). O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muita alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público e a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão e a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, assim como a operação de regaseificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Os outros segmentos (telecomunicações e gestão do mercado de derivados de eletricidade, até ao exercício de 2010, no último caso) são também apresentados separadamente, embora não se qualifiquem para divulgação.

Na coluna com a designação de “Outros” encontram-se incluídas as operações da REN SGPS e REN Serviços.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 6.

### 3.5 CONVERSÃO CAMBIAL

#### Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo REN estão mensurados na moeda do ambiente económico em que cada entidade opera (moeda funcional), o Euro. As demonstrações financeiras consolidadas da REN e respetivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação do Grupo.

#### TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

#### COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

#### COTAÇÕES DE MOEDA ESTRANGEIRA

DIVISA	11	10
USD	1.2939	1.3362
CHF	1.2156	1.2504
GBP	0.8353	0.86075
SEK	8.912	8.9655
NOK	7.754	7.8
DKK	7.4342	7.4535
RON	4.3233	4.262
JPY	100.2	108.65

### 3.6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os ativos tangíveis e intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição ou construção deduzido de amortizações / depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para IFRS, e os custos de aquisição ou construção para ativos adquiridos /construídos após essa data.

O custo de aquisição / construção inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento. Os custos financeiros incorridos durante o período da construção com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo da aquisição/construção do ativo.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo, após o respetivo abate da componente substituída.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são depreciados de forma linear, pelo período da vida útil estimada dos bens.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as amortizações praticadas estejam

em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

#### ▸ ATIVOS DE CONCESSÃO – ADOÇÃO DA IFRIC 12 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS

O Grupo tem: (i) quatro concessões para as atividades e desenvolvimento da RNT, para a gestão global do sistema elétrico nacional, bem como para a utilização e desenvolvimento da RNTGN, do terminal de GNL, do armazenamento subterrâneo de gás natural e da gestão global do sistema de gás natural e (ii) uma concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. Os ativos adquiridos/construídos pelo Grupo REN, ao abrigo destes contratos de concessão, são referidos abaixo como ativos afetos à concessão.

A IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços foi emitida pelo IASB em novembro de 2006, para aplicação aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2008. A sua adoção pela União Europeia ocorreu em 25 de março de 2009, ficando estabelecida a sua aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2010.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros;
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito as concessões existentes no Grupo REN (“operador” ou “concessionária”) encontram-se abrangidas no âmbito desta IFRIC pelas seguintes razões:

- as empresas do Grupo REN ( REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., REN Gasodutos, S.A., REN Armazenagem, S.A., REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A. e a Enondas, Energia das Ondas, S.A.) possuem um contrato de concessão de serviço público celebrado com o Estado Português (“Concedente”) e por um período pré-definido;
  - estas empresas efetuam a prestação de serviços públicos de transporte, receção e armazenamento de gás e de transporte de eletricidade mediante a utilização de infraestruturas que são os gasodutos, ramais e cavernas subterrâneas, no caso do gás, e as linhas, estações e subestações, no caso da eletricidade;
  - o concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados, através do regulador ERSE;
  - os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o concedente no final dos contratos de concessão.
- Modelo do ativo financeiro – quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, a entidade concedente dispõe, de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.
  - Modelo do ativo intangível – quando o operador recebe do concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura, deverá reconhecer um ativo intangível.
  - Modelo misto – este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Atendendo à tipologia das concessões do Grupo REN, nomeadamente no que respeita ao enquadramento legal que abrange as suas concessões, foi entendimento da REN que o modelo que melhor se adequa à sua realidade em concreto é o modelo intangível em virtude, essencialmente, do risco de mudanças de enquadramento tarifário que vai sendo imposto pelo regulador (ERSE).

Nesse enquadramento e em relação ao valor residual dos ativos afetos às concessões (de acordo com os contratos de concessão, a REN tem o direito de ser ressarcida no final da concessão com base no valor líquido contabilístico dos ativos concessionados), este foi integrado, igualmente, como uma parte do ativo intangível. Importa referir que os valores residuais dos ativos concessionados não apresentam

Esta interpretação estabelece os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração de direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos:

expressão significativa em 31 de dezembro de 2011.

Para fins de amortização dos ativos afetos à concessão, o Grupo REN observou o descrito na IAS 38 – Ativos intangíveis que indica no seu parágrafo 98 que: “Pode ser usada uma variedade de métodos de amortização para imputar a quantia depreciável de um ativo numa base sistemática durante a sua vida útil. Estes métodos incluem o método da linha reta e o método da unidade de produção. O método usado é selecionado na base do modelo de consumo esperado dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo e é aplicado consistentemente de período a período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses futuros benefícios económicos”. Desta forma e atendendo ao descrito a REN considera que o método de amortização que melhor reflete o padrão de consumo esperado dos benefícios económicos futuros deste ativo intangível é a amortização em função taxa de amortização das infraestruturas de gás e eletricidade durante o período de concessão definido e aprovado pelo regulador (ERSE), por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao Regulamento Tarifário.

Importa ainda referir, que à luz da IFRIC 12 o direito atribuído no âmbito do contrato de concessão consiste na possibilidade da REN cobrar tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Contudo, e atendendo à metodologia de apuramento de tarifas da REN, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, e no caso das concessões da REN, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração. Desta forma, o ativo intangível vai sendo:

(i) aumentado à medida que se vão concretizando os diversos projetos associados à concessão (aumento do direito de concessão), sendo registado com base no custo de aquisição/construção; e (ii) diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

De acordo com a IFRIC 12, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que este presta ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, será por este remunerado. Contudo, e na aplicação da IFRIC 12 ao Grupo REN é assumido que não existe margem na construção, mas apenas na operação. Não obstante, os rendimentos de construção e os gastos associados à construção são registados na demonstração consolidada dos resultados do exercício, atendendo ao disposto na IFRIC 12, nas rubricas “rendimentos de construção em ativos concessionados” e “gastos de construção em ativos concessionados”.

O Grupo REN procede a testes de imparidade relativamente aos ativos afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. As unidades geradoras de caixa definidas para o efeito encontram-se diretamente associadas a cada contrato de concessão, considerando-se que os ativos concessionados a estes afetos pertencem à mesma única unidade geradora de caixa.

De referir que os terrenos afetos aos centros electroprodutores encontram-se abrangidos pelo Contrato de Concessão celebrado entre a REN e o Estado Português e são remunerados com base na sua amortização, não sendo dissociáveis, como tal, dos demais ativos da concessão, sendo parte integrante de uma unidade geradora de caixa comum.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos, estes são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência da

amortização dos ativos. A IAS 20 nos seus parágrafos 24 e 25 menciona que: “Os subsídios governamentais relacionados com ativos, incluindo os subsídios não monetários pelo justo valor, devem ser apresentados no balanço quer tomando o subsídio como rendimento diferido, quer deduzindo o subsídio para chegar à quantia escriturada do ativo”. Desta forma, dado existirem estas duas alternativas para apresentação dos subsídios nas demonstrações financeiras e sendo a IFRIC 12 omissa quanto ao tratamento dos subsídios ao investimento obtidos, a REN manteve os subsídios registados no passivo.

Neste enquadramento e decorrente da aplicação da IFRIC 12, o Grupo REN classifica os ativos afetos às concessões em conformidade com o modelo do Ativo Intangível, sendo amortizados de forma linear desde a data em que os mesmos se encontrem disponíveis para uso, de acordo com o modelo de consumo esperado dos futuros benefícios económicos, que corresponde ao período de vida regulatório aprovado pela ERSE, e atendendo a que no final da concessão, o Grupo tem direito a receber o valor líquido contabilístico dos bens.

Os ativos intangíveis em curso refletem os ativos da concessão ainda em fase de construção encontrando-se registados pelo custo de construção deduzidos de eventuais perdas de imparidade, sendo amortizados a partir do momento em que os projetos de investimento estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

### 3.7 IMPARIDADE DE ATIVOS

Os ativos com vida útil indefinida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos com vida útil finita são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável.

Assim, sempre que o justo valor seja inferior ao valor contabilístico dos ativos, o Grupo deve avaliar se esta situação de

perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim deve registar a respetiva imparidade. Nos casos em que a perda não seja considerada permanente e definitiva, devem ser divulgadas as razões que fundamentam essa conclusão.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do ativo face ao seu valor recuperável, sendo o valor recuperável, o maior entre o justo valor de um ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Para os ativos valorizados de acordo com o modelo do custo depreciado, as perdas por imparidade e as suas reversões, são reconhecidas na demonstração dos resultados consolidados.

A amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável ajustado da imparidade reconhecida.

### 3.8 ATIVOS FINANCEIROS

O Conselho de Administração determina a classificação de investimentos em ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra.

Os investimentos em ativos financeiros podem ser classificados como:

- **Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados**– incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;

- **Empréstimos concedidos e contas a receber** – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- **Investimentos detidos até à maturidade** – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- **Ativos financeiros disponíveis para venda** – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a REN se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os rendimentos e gastos resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda

são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de rendimentos financeiros, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, a REN estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Empréstimos concedidos e contas a receber são classificados na demonstração da posição financeira como “Clientes e outras contas a receber” (Nota 3.11), e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa efetiva de juro, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que o Grupo não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

A REN avalia a cada data de relato, se existe evidência objetiva de que os ativos financeiros, sofreram perda de valor. No caso de participações de capital classificadas como disponíveis para venda, um decréscimo significativo ou prolongado do justo valor abaixo do seu custo é considerado como um indicador de que o ativo financeiro está em situação de imparidade. Se existir evidência de perda de valor para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada – calculada pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor corrente, menos qualquer perda de imparidade desse ativo financeiro reconhecida previamente em resultados – é retirada

do capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados consolidados. As perdas de imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são reversíveis na demonstração dos resultados consolidados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### 3.9 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se trata de instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros. Quando são designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na rubrica de “Instrumentos financeiros derivados”, sendo que caso apresentem justo valor positivo ou negativo serão registados como ativos ou passivos financeiros, respetivamente.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a doze meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de doze meses.

#### ▣ CONTABILIDADE DE COBERTURA

No âmbito da sua política de gestão dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, o Grupo contrata uma variedade de instrumentos financeiros derivados,

nomeadamente *swaps*.

Os critérios para aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na IAS 39;
- É esperado que as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas, respetivamente, pelas alterações no justo valor ou fluxos de caixa, do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, o Grupo documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objetivos, a sua estratégia de gestão do risco e a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando se revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando um instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura.

### 3.10 INVENTÁRIOS

Os inventários encontram-se registados ao menor do custo de aquisição ou do valor líquido de realização. Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação. Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. Os consumos de inventários são determinados com base no método do custo médio ponderado.

O gás existente nos gasodutos e o gás armazenado no Terminal GNL e cavernas subterrâneas são propriedade dos utilizadores das infraestruturas. O Grupo REN não compra, vende ou detém inventários de gás.

### 3.11 CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

As rubricas de clientes e outras contas a receber são registadas ao custo ou custo amortizado deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “imparidades de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### 3.12 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são

apresentados no passivo corrente na rubrica “Empréstimos obtidos correntes” na demonstração da posição financeira, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de Caixa.

### 3.13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas como uma dedução ao capital próprio. De acordo com o código das sociedades comerciais a REN SGPS tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

### 3.14 PASSIVOS FINANCEIROS

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos obtidos (Nota 3.15) e Fornecedores e Outras Contas a pagar. Os Fornecedores e Outras Contas a pagar são reconhecidas ao custo ou custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.



### 3.15 EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incrementais que tenham sido incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados consolidados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método do juro efetivo.

Os Empréstimos Obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

### 3.16 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados consolidada, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou substancialmente já comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da

diferença temporária. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

### 3.17 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A REN concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (doravante designado de plano de pensões), assegura aos seus reformados e pensionistas um plano de assistência médica e atribui outros benefícios como prémio de antiguidade, prémio de reforma, pré-reforma e subsídio de morte.

#### **Plano de Pensões da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.**

Os complementos de reforma e sobrevivência atribuídos aos empregados, constituem um plano de benefícios definidos, com fundo autónomo constituído para o qual são transferidas a totalidade das responsabilidades e entregues as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se vão vencendo em cada um dos períodos.

As responsabilidades assumidas pelo Grupo com pré-reformas são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios utilizando uma taxa de desconto apropriada. O passivo é reconhecido deduzido, quando aplicável, pelo custo dos serviços passados.

Os ganhos e perdas atuariais apurados no exercício, são registados diretamente no capital próprio.

As responsabilidades com o pagamento das referidas prestações, são estimadas anualmente por atuários especializados e independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de “rating” elevado denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

O passivo reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data de relato, deduzido do justo valor dos ativos do plano, juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados, se aplicável.

Os ganhos e perdas atuariais apurados num exercício, e para cada plano de benefícios concedidos, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos atuariais, ajustamento de experiência ou no esquema de benefícios, são registados diretamente no Capital próprio.

#### **Plano de Assistência Médica e outros benefícios da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.**

As responsabilidades assumidas referentes aos Cuidados Médicos não se encontram fundeadas, estando cobertas por uma provisão específica.

A mensuração e reconhecimento das responsabilidades com o plano de Assistência Médica são idênticos ao referido para o benefício de complementos de reforma apresentado acima, exceto no que se refere aos ativos do plano.

A REN reconhece todos os ganhos e perdas atuariais apurados de todos os planos em vigor diretamente nos capitais próprios.

#### **Contratos de Seguros de Vida**

As empresas do Grupo garantem aos seus funcionários benefícios relativos a seguro de vida. Os custos são assumidos durante o período em que os mesmos se encontram no ativo. Estas responsabilidades estão cobertas por uma provisão específica.

Os ganhos e perdas atuariais apurados no exercício, são registados diretamente no capital próprio.

#### **3.18 PROVISÕES**

As provisões são reconhecidas quando a REN tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que venha a ocorrer um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a REN divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

#### **3.19 SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS**

Estes subsídios referem-se a subsídios recebidos pelo investimento em ativos reconhecidos como ativos intangíveis, e são reconhecidos como um rendimento diferido na rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar”.

Os subsídios recebidos do Estado português e da União Europeia são reconhecidos apenas quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido.

Os ativos de exploração entregues à REN por novos produtores ligados à RNT ou outras entidades, são também registados como subsídios recebidos.

Os subsídios são subsequentemente creditados na demonstração dos resultados consolidados numa base sistemática de acordo com a amortização dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

### 3.20 ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se se qualificarem como tal.

## RÉDITO

### SEGMENTO DA ELETRICIDADE

O reconhecimento do rédito para as atividades concessionadas é efetuado com base na informação da eletricidade transmitida para os distribuidores e dos serviços implicitamente prestados, considerando as tarifas definidas anualmente pelo regulador, para as atividades de transporte de eletricidade e gestão global do sistema.

Relativamente à atividade de intermediação na compra e venda de eletricidade (agente) a REN reconhece como rédito a remuneração obtida sobre o valor líquido contabilístico dos ativos afetos a esta atividade.

Relativamente à atividade de Agente Comercial, exercida pela empresa do grupo, a REN Trading, entidade responsável pela gestão da energia elétrica produzida pelos dois CAE não cessados (Tejo Energia e Turbogás), esta

é remunerada através de um mecanismo de incentivo.

Para incentivar a atividade de trading do Agente Comercial, a ERSE, no início de 2008, fixou o mecanismo de otimização da gestão dos CAE, o mecanismo de otimização da gestão das licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, assim como os valores dos parâmetros a vigorarem no cálculo dos incentivos estabelecidos. Os réditos obtidos com a aplicação destes mecanismos, constituem a principal parcela dos resultados da atividade do Agente Comercial.

Os réditos obtidos destas atividades são regulados pela ERSE, a entidade reguladora para a eletricidade. De acordo com o regulamento tarifário as tarifas a serem aplicadas aos clientes finais (domésticos, industriais e outros) são fixados anualmente para cada componente do sistema, tais como: produção; transporte e distribuição. Os resultados da REN, S.A. referem-se maioritariamente ao transporte de eletricidade e a gestão global do sistema elétrico.

A tarifa para o transporte de eletricidade tem a finalidade de recuperar:

- a amortização dos ativos da concessão classificados como equipamento de transporte da eletricidade;
- um retorno no valor médio contabilístico dos ativos associados à atividade, de acordo com as taxas definidas anualmente pelo regulador; e
- custos operacionais (associados à atividade, remunerações, e outros), deduzidos dos resultados obtidos com o transporte de eletricidade imputados a terceiros.

A tarifa para a gestão global do sistema tem a finalidade de recuperar:

- a amortização dos ativos da concessão associados à gestão global do sistema;

- a amortização dos ativos da concessão relativos aos sítios dos centros electroprodutores;
- a remuneração do valor líquido contabilístico médio dos sítios (terrenos) dos centros electroprodutores;
- a remuneração do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade, de acordo com as taxas definidas anualmente pelo regulador;
- custos operacionais (associados à atividade, remunerações, e outros); e
- custos operacionais da entidade reguladora.

#### SEGMENTO DO GÁS

O rédito das atividades resultantes da concessão do gás é determinado com base: i) na informação sobre o descarregamento e regaseificação de unidades de gás no Terminal GNL; ii) nas unidades de gás injetado, armazenado e extraído das câmaras subterrâneas; e iii) na capacidade usada e unidades de gás transportadas pela rede de alta pressão. O rédito é calculado de acordo com as tarifas determinadas pelo regulador a partir de 1 de julho de 2007. Até 30 de junho de 2007, o rédito foi determinado de acordo com os acordos de transição assinados com a Transgás, S.A. (atualmente designada Galp Gás Natural), o principal utilizador da capacidade dos ativos do gás detidos pelo Grupo REN.

#### SEGMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES

O rédito do segmento de telecomunicações resulta dos serviços prestados pela empresa do grupo RENTELECOM, com o aluguer da fibra ótica, beneficiando da capacidade excedentária dos equipamentos instalados. Nesta área são ainda prestados serviços de gestão de redes privadas de voz. O rédito é reconhecido no período em que o serviço é prestado, com referência à percentagem de conclusão de cada transação específica, avaliada tendo

em conta os serviços já prestados e o total dos serviços a prestar.

#### DESVIOS TARIFÁRIOS

Os Regulamentos Tarifários dos setores da eletricidade e do gás, emitidos pela ERSE, definem a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos das atividades reguladas e contemplam nessa fórmula de cálculo o apuramento dos desvios tarifários que são recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos são gerados, encontrando-se assim definido o período no qual estes desvios serão recuperados.

Desta forma o Grupo REN apura, em cada data de relato e de acordo com os critérios definidos pelo regulamento tarifário publicado pela ERSE, os desvios apurados entre os proveitos permitidos e os reais.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor acima descrito, os desvios tarifários apurados pela REN em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos, identificabilidade do devedor e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados, nomeadamente por serem fiavelmente mensuráveis e por ser virtualmente certo que os benefícios económicos associados à(s) transação(ões) fluam para o Grupo. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar, os quais são configuráveis como passivos e como menos rédito.

Importa ainda referir que apesar das IFRS serem omissas quanto ao registo de desvios tarifários, por supletividade e atendendo ao parágrafo 12 da IAS 8, o normativo internacional SFAS 71– *Accounting for the effects of certain types of regulation* vem reforçar o registo de desvios tarifários ativos e passivos nas condições em que o enquadramento regulatório da eletricidade e do gás se encontram estabelecidos para a REN.

### 3.22 LOCAÇÕES

As locações de ativos relativamente às quais o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros na rubrica de Empréstimos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, no período a que respeitam.

Os ativos adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o Grupo não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o Grupo tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, durante o período da locação.

### 3.23 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ASSOCIADAS

As participações em associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota--parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes

entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados na associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota--parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

### 3.24 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas se forem considerados materiais.

## 4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

### 4.1 FATORES DO RISCO FINANCEIRO

As atividades do Grupo estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez, risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro e à taxa de câmbio, entre outros.

O Grupo desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na sua performance financeira.

A gestão do risco é conduzida pela Direção de Gestão Financeira com base em políticas aprovadas pela Administração. A Direção Gestão Financeira identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração define os princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito, o uso de derivados e outros instrumentos financeiros não derivados, bem como o investimento do excesso de liquidez.

#### Risco de Taxa de Câmbio

O Grupo apresenta uma exposição ao risco cambial limitada. O risco de flutuação das taxas de câmbio inerente à emissão obrigacionista de 10.000 milhões de ienes (JPY), encontra-se totalmente coberto por via da contratação de um cross currency swap com o mesmo nacional.

Em 31 de dezembro de 2011, caso não tivesse sido contratado o referido instrumento financeiro derivado, uma variação adversa nas taxas de câmbio

forward Euro/JPY da ordem dos 5%, mantendo-se tudo o resto constante, teria um impacto negativo em resultados de cerca de 5.283 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 este impacto era de 5.395 milhares de euros).

#### Risco de Crédito

A exposição ao risco de crédito não é significativa por os serviços prestados serem, em grande medida, faturados aos distribuidores de eletricidade e de gás natural no âmbito de mercados regulados. Adicionalmente, os contratos com os clientes prevêm, na sua maioria, a prestação de garantias.

No que respeita aos depósitos bancários, investimentos financeiros e instrumentos financeiros derivados, o risco de contraparte é mitigado pela seleção de instituições financeiras internacionais com uma sólida notação de risco de crédito e de instituições nacionais de primeira linha.

#### Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez do Grupo é efetuada através de uma gestão dinâmica e flexível dos programas de emissão de dívida e de papel comercial, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não só assegurar as necessidades de tesouraria correntes do Grupo, mas também alguma agilidade e flexibilidade que possibilite lidar com choques exógenos à sua atividade.

A tabela seguinte apresenta as responsabilidades do Grupo por intervalos de maturidade residual contratual e inclui os instrumentos financeiros derivados cuja liquidação financeira dos fluxos associados é efetuada pelo valor líquido. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados:

(MILHARES DE EUROS)  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
<b>Empréstimos obtidos:</b>				
Leasings financeiros	1.128	721	–	1.849
Empréstimos bancários	62.940	312.973	508.057	883.970
Papel comercial	26.886	566.268	–	593.154
Empréstimos Obrigacionistas	77	1.087.905	96.327	1.184.309
Descobertos bancários	1.049	–	–	1.049
	<b>92.080</b>	<b>1.967.867</b>	<b>604.384</b>	<b>2.664.331</b>
Instrumentos financeiros derivados	1.553	1.060	–	2.613
Fornecedores e contas a pagar	332.949	16.890	–	349.839

(MILHARES DE EUROS)  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
<b>Empréstimos obtidos:</b>				
Leasings financeiros	1.260	1.743	–	3.003
Empréstimos bancários	60.051	308.782	576.576	945.409
Papel comercial	269.143	228.280	–	497.423
Empréstimos Obrigacionistas	54.973	965.179	113.240	1.133.392
Descobertos bancários	36.727	–	–	36.727
	<b>422.153</b>	<b>1.503.984</b>	<b>689.816</b>	<b>2.615.953</b>
Instrumentos financeiros derivados	5.134	1.164	–	6.299
Fornecedores e contas a pagar	409.133	130.323	–	539.456

A tabela seguinte apresenta os instrumentos financeiros derivados cuja liquidação financeira dos fluxos associados ocorre pelo valor bruto.

(MILHARES DE EUROS)  
31 DE DEZEMBRO DE 2010

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Instrumentos financeiros derivados de cobertura				
Cross Currency Interest Rate Swap				
Outflows	4.180	16.686	96.327	117.193
Inflows	2.705	10.818	120.085	133.608

(MILHARES DE EUROS)

31 DE DEZEMBRO DE 2010

	MENOS DE 1 ANO	ENTRE 1 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	TOTAL
Instrumentos financeiros derivados de cobertura				
Cross Currency Interest Rate Swap				
Outflows	4.169	16.686	99.064	119.919
Inflows	2.494	9.977	113.240	125.711

**RISCO DE TAXA DE JURO**

O risco associado à flutuação da taxa de juro tem essencialmente dois impactos significativos nas contas do Grupo, nomeadamente na remuneração dos ativos do Grupo, conforme o regulamento tarifário, e no serviço da dívida contratada.

Uma vez que parte significativa dos ativos do Grupo REN tem um rendimento garantido através de tarifas, cuja definição depende, em parte, do nível de taxas de juro do mercado, os seus fluxos de caixa operacionais são substancialmente afetados pelas alterações da taxa de juro de mercado. Acréscimos desta taxa determinam aumentos substanciais dos fluxos de caixa e vice-versa.

Ao nível dos passivos financeiros, o Grupo apresenta exposição ao risco de taxa de juro, principalmente por via dos empréstimos obtidos.

Os financiamentos a taxa variável expõem o Grupo ao risco associado aos fluxos de caixa decorrentes de alterações na taxa de juro. Os empréstimos emitidos a taxa fixa expõem o Grupo ao risco de justo valor, decorrente de alterações na taxa de juro.

O Grupo efetua a análise da sua exposição ao risco de taxa de juro numa base dinâmica. Com o objetivo de fazer a cobertura do risco de flutuação da taxa de juro, o Grupo detém cinco swaps de taxa de juro (dos quais, três, no valor de 150.000 milhares de euros, foram contratados durante o exercício de 2011) um cross currency swap e dois *forward starting*

*swaps* com início em 2012.

Foi efetuada uma análise de sensibilidade com base na dívida total do Grupo subtraída das aplicações de fundos e das disponibilidades, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010, com os seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os resultados ou capitais próprios em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa líquidos futuros, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento de 0,25% em taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais o Grupo tem empréstimos ou instrumentos financeiros derivados, resultaria numa diminuição do lucro antes de imposto de cerca 2.015 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 era de 1.475 milhares de euros) e numa diminuição do capital



próprio (excluindo resultados) em cerca de 125 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 correspondia a um aumento de 5.211 milhares de euros).

#### **Risco de Preço**

A exposição da REN ao risco de preço resulta essencialmente dos seus investimentos na REE e Enagás. Em 31 de dezembro de 2011, uma variação negativa de 10% na cotação das ações da REE e Enagás representaria um impacto de 7,9 milhões de Euros negativos em capitais próprios (2010: 8,3 milhões de euros).

#### **Riscos da Atividade Regulada**

Os ganhos registados em cada exercício pelo Grupo REN resultam essencialmente dos pressupostos considerados pelo regulador ERSE, na definição das tarifas reguladas para o setor da eletricidade e do gás.

#### **4.2 GESTÃO DO RISCO DE CAPITAL**

No âmbito da gestão do risco de capital, o Grupo utiliza um conceito mais amplo do que o capital próprio apresentado na demonstração de posição financeira, tendo como objetivo a manutenção de uma estrutura de capital otimizada, através da utilização prudente de dívida.

A contratação de dívida é analisada periodicamente através da ponderação de fatores como: i) as necessidades de investimento em ativos regulados; ii) as taxas de remuneração dos ativos regulados, previstas nos regulamentos tarifário em vigor, a política de dividendos definida, a posição de liquidez.

O Grupo monitoriza ainda o seu capital total com base no rácio de gearing, o qual é determinado pelo quociente entre a dívida financeira líquida e o capital total. A dívida líquida é calculada como o montante total de empréstimos (incluindo os saldos correntes e não-correntes conforme divulgado no balanço) ajustado pelos montantes de caixa e equivalentes de caixa e pelos montantes dos derivados de cobertura cambial. O capital total é calculado através da soma dos capitais próprios (como divulgado na demonstração de posição financeira) acrescido da dívida líquida.

### **5. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da REN são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam ser razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### **ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES**

##### **5.1 PROVISÕES**

O Grupo REN analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

##### **5.2 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS**

A determinação das responsabilidades com pensões de reforma e assistência médica requer a utilização de pressupostos e estimativas de natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

### 5.3 ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método e amortizações a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão.

### 5.4 IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser identificada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo REN, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas ao Grupo REN.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

No que se refere às atividades específicas da REN, existem outros fatores a considerar no teste da imparidade uma vez que os compromissos de aumentar a rede de infraestruturas, as alterações de tarifa expeáveis ou a atual estratégia dos participantes no capital da REN que, conjuntamente com outros fatores, poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

## 6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

### 6.1 FORMATO DE RELATO PRINCIPAL – SEGMENTOS DE NEGÓCIO

O Grupo está organizado em dois principais segmentos de negócio, a Eletricidade e o Gás, e dois segmentos secundários. O segmento da Eletricidade inclui as atividades de transporte de eletricidade em muito alta tensão, a gestão global do sistema elétrico de abastecimento público e a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) não cessados em 30 de junho de 2007. O segmento do gás inclui o transporte de gás em muito alta pressão e a gestão global do sistema nacional de abastecimento de gás natural, assim como a operação de regasificação no terminal GNL e o armazenamento subterrâneo de gás natural.

Embora as atividades do terminal GNL e do armazenamento subterrâneo possam ser vistas como distintas da atividade decorrente do transporte de gás e da gestão global do sistema nacional de gás natural, uma vez que estas atividades prestam serviços a um único utilizador, o qual é também o principal utilizador da rede de transporte de gás em alta pressão, considerou-se que as mesmas estão sujeitas aos mesmos riscos e benefícios.

Os outros segmentos (telecomunicações e gestão do mercado de derivados de eletricidade, relativo ao exercício de 2010 em balanço e ao rendimento dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011, data a partir da qual saiu do perímetro de consolidação) são também apresentados separadamente embora não qualifiquem para divulgação.

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	ELETRICIDADE	GÁS	TELECOMU- NICAÇÕES	OPERADOR MERCADO DE ELETRICIDADE	OUTROS	GRUPO
<b>Rendimentos de construção em ativos concessionados</b>	<b>267.888</b>	<b>81.380</b>	-	-	-	<b>349.269</b>
Total de vendas e prestações de serviços	350.519	199.747	5.629	1.991	32.794	590.680
Vendas e prestação de serviços inter-segmentos	(1.060)	(26.491)	(726)	(84)	(31.498)	(59.859)
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>349.459</b>	<b>173.256</b>	<b>4.903</b>	<b>1.907</b>	<b>1.296</b>	<b>530.821</b>
Resultado Operacional por Segmento	200.082	110.748	3.702	(51)	(31.292)	283.189
Gastos de financiamento	(65.392)	(20.175)	(1)	(5)	(26.369)	(111.942)
Rendimentos financeiros	85	423	-	260	7.823	8.591
<b>Resultados antes do imposto</b>						<b>179.838</b>
Imposto sobre o rendimento						(59.250)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>120.588</b>
<b>Outros custos:</b>						
Amortizações/Depreciações do exercício	(128.558)	(52.842)	(17)	(168)	(180)	(181.765)
Provisões	91	(45)	-	-	(15.280)	(15.234)

Os resultados por segmento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são os seguintes:

	ELETRICIDADE	CÁS	TELECOMU- NICAÇÕES	OPERADOR MERCADO DE ELETRICIDADE	OUTROS	GRUPO
<b>Rendimentos de construção em ativos concessionados</b>	<b>293.859</b>	<b>126.625</b>	-	-	-	<b>420.483</b>
Total de vendas e prestações de serviços	606.629	177.416	6.562	3.635	33.939	828.181
Vendas e prestação de serviços inter-segmentos	(286.642)	(33)	(700)	(1.123)	(28.918)	(317.416)
<b>Vendas e Prestação de Serviços</b>	<b>319.987</b>	<b>177.383</b>	<b>5.862</b>	<b>2.512</b>	<b>5.021</b>	<b>510.765</b>
Resultado Operacional por Segmento	166.953	102.024	4.334	(943)	(21.850)	250.519
Gastos de financiamento	(57.384)	(12.737)	(1)	(6)	(19.755)	(89.883)
Rendimentos financeiros	197	1.078	-	119	4.590	5.984
<b>Resultados antes do imposto</b>						<b>166.619</b>
Imposto sobre o rendimento						(56.353)
<b>Resultado líquido do exercício</b>						<b>110.266</b>
<b>Outros custos:</b>						
Amortizações/Depreciações do exercício	(122.299)	(49.991)	(13)	(212)	(118)	(172.633)
Provisões	(304)	-	-	-	(12.470)	(12.774)

As transações intersegmentos são efetuadas a condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

Os ativos e passivos por segmento, bem como os investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, são os seguintes:

	ELETRICIDADE	CÁS	TELECOMU- NICAÇÕES	OUTROS	TOTAL
<b>Total ativos</b>	<b>2.902.833</b>	<b>1.360.064</b>	<b>2.743</b>	<b>208.034</b>	<b>4.473.675</b>
<b>Total passivos</b>	<b>795.022</b>	<b>310.691</b>	<b>509</b>	<b>2.330.014</b>	<b>3.436.236</b>
"Investimento em ativos fixos tangíveis"	1	-	37	105	143
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	267.888	81.380	-	-	349.269
<b>Total de investimento (Nota 7)</b>	<b>267.889</b>	<b>81.380</b>	<b>-</b>	<b>105</b>	<b>349.412</b>

Os ativos e passivos por segmento, bem como os ativos fixos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, são os seguintes:

	ELETRICIDADE	CÁS	TELECOMU- NICAÇÕES	OPERADOR MERCADO DE ELETRICIDADE	OUTROS	TOTAL
<b>Total ativos</b>	<b>2.825.686</b>	<b>1.336.634</b>	<b>3.548</b>	<b>79.257</b>	<b>215.378</b>	<b>4.460.503</b>
<b>Total passivos</b>	<b>843.265</b>	<b>358.815</b>	<b>472</b>	<b>75.471</b>	<b>2.160.579</b>	<b>3.438.602</b>
"Investimento em ativos fixos tangíveis"	4	-	-	367	339	710
Investimento em ativos intangíveis - Ativos de concessão	293.856	148.473	-	-	-	442.330
<b>Total de investimento (Nota 7)</b>	<b>293.861</b>	<b>148.473</b>	<b>-</b>	<b>367</b>	<b>339</b>	<b>443.040</b>

Os ativos por segmento consistem essencialmente nos ativos da concessão classificados na rubrica de outros ativos intangíveis, bem como os saldos de clientes e outras contas a receber. Os passivos por segmento compreendem os passivos operacionais, exceto os passivos da holding e os empréstimos obtidos para necessidades de exploração à data de 31 de dezembro de 2011, apresentados como "Outros".

Os investimentos em ativos referem-se a adições de ativos fixos tangíveis e intangíveis (Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2011, a maioria das empresas do Grupo REN opera exclusivamente numa área geográfica, em Portugal.

**7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS  
E ATIVOS INTANGÍVEIS**

Durante o período decorrido entre 1 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de

2011, os movimentos reconhecidos nos ativos fixos tangíveis e intangíveis foram os seguintes:

## EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS – DEZEMBRO 2011

	I DE JANEIRO DE 2011			MOVIMENTOS		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFÊRÊNCIAS
<b>Ativos Tangíveis</b>						
Equipamento básico	103	(58)	45	–	–	–
Equipamento de transporte	677	(261)	416	132	(95)	72
Equipamento Administrativo	3.534	(2.924)	610	12	–	(72)
Ativos fixos tangíveis em curso	130	–	130	–	–	–
Depreciações do exercício OMIP- Até saída do perímetro -Set 2011	–	–	–	–	–	–
	<b>4.443</b>	<b>(3.243)</b>	<b>1.200</b>	<b>143</b>	<b>(95)</b>	<b>–</b>

	I DE JANEIRO DE 2011			MOVIMENTOS		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIações ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFÊRÊNCIAS
<b>Ativos Intangíveis</b>						
Ativos de Concessão	5.821.735	(2.440.750)	3.380.985	975	(3.321)	425.491
Ativos intangíveis em curso – ativos de concessão	339.872	–	339.872	348.293	–	(425.491)
	<b>6.161.607</b>	<b>(2.440.750)</b>	<b>3.720.857</b>	<b>349.269</b>	<b>(3.321)</b>	<b>–</b>
Goodwill	3.774	–	3.774	–	–	–
<b>Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis</b>	<b>6.169.824</b>	<b>(2.443.993)</b>	<b>3.725.831</b>	<b>349.412</b>	<b>(3.416)</b>	<b>–</b>

MOVIMENTOS				31 DE DEZEMBRO DE 2011		
SAIDA OMIP- VBRUTO	DEPRECIACÃO - EXERCÍCIO	DEPRECIACÃO - ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS, ABATES E OUTRAS RECLASSIFICAÇÕES	SAIDA OMIP- DEPRECIACÕES ACUMULADAS	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
-	(13)	-	-	103	(71)	32
(108)	(168)	71	17	678	(341)	336
(3.287)	(29)	-	2.886	187	(68)	119
(129)	-	-	-	-	-	-
-	(168)	-	-	-	-	-
<b>(3,524)</b>	<b>(379)</b>	<b>71</b>	<b>2,902</b>	<b>967</b>	<b>(480)</b>	<b>488</b>

MOVIMENTOS				31 DE DEZEMBRO DE 2011		
SAIDA OMIP- VBRUTO	AMORTIZACÃO - EXERCÍCIO	AMORTIZACÃO - ALIENAÇÕES, TRANSFERÊNCIAS, ABATES E OUTRAS RECLASSIFICAÇÕES	SAIDA OMIP- AMORTIZACÕES ACUMULADAS	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZACÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
-	(181.387)	2.744	-	6.244.879	(2.619.393)	3.625.486
-	-	-	-	262.675	-	262.675
-	<b>(181.387)</b>	<b>2.744</b>	-	<b>6.507.554</b>	<b>(2.619.393)</b>	<b>3.888.161</b>
-	-	-	-	3.774	-	3.774
<b>(3,524)</b>	<b>(181.765)</b>	<b>2.815</b>	<b>2.902</b>	<b>6.512.296</b>	<b>(2.619.873)</b>	<b>3.892.423</b>

Durante o período decorrido entre 1 de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2010 os movimentos reconhecidos nos

ativos fixos tangíveis e intangíveis são os seguintes:

## EVOLUÇÃO DOS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS – DEZEMBRO 2010

	I DE JANEIRO DE 2010			MOVIMENTOS		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS
<b>Ativos Tangíveis</b>						
Equipamento básico	103	(45)	58	–	–	–
Equipamento de transporte	500	(218)	282	280	(103)	
Equipamento Administrativo	3.111	(2.725)	386	218	(36)	241
Ativos fixos tangíveis em curso	159	–	159	212	–	(241)
	<b>3.873</b>	<b>(2.988)</b>	<b>885</b>	<b>710</b>	<b>(139)</b>	<b>–</b>

	I DE JANEIRO DE 2010			MOVIMENTOS		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZA ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO	ADIÇÕES	ALIENAÇÕES E ABATES	TRANSFERÊNCIAS
<b>Ativos Intangíveis</b>						
Ativos de Concessão	5.414.778	(2.272.589)	3.142.189	30.188	(4.304)	381.073
Ativos intangíveis em curso – ativos de concessão	308.803	–	308.803	412.142	–	(381.073)
	<b>5.723.581</b>	<b>(2.272.589)</b>	<b>3.450.992</b>	<b>442.330</b>	<b>(4.304)</b>	<b>–</b>
Goodwill	3.774	–	3.774	–	–	–
<b>Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis</b>	<b>5.731.228</b>	<b>(2.275.577)</b>	<b>3.455.651</b>	<b>443.041</b>	<b>(4.443)</b>	<b>–</b>



DEPRECIACÃO - EXERCÍCIO	MOVIMENTOS	31 DE DEZEMBRO DE 2010		
	DEPRECIACÃO - ALIENAÇÕES. E. ABATES	CUSTO DE AQUISIÇÃO	DEPRECIACÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
(13)	-	103	(58)	45
(143)	100	677	(261)	416
(200)	1	3.534	(2.924)	611
-	-	130	-	130
<b>(355)</b>	<b>101</b>	<b>4.444</b>	<b>(3.243)</b>	<b>1.201</b>

AMORTIZAÇÃO - EXERCÍCIO	MOVIMENTOS	31 DE DEZEMBRO DE 2010		
	AMORTIZAÇÃO - ALIENAÇÕES. E. ABATES	CUSTO DE AQUISIÇÃO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ATIVO LÍQUIDO
(172.278)	4.117	5.821.735	(2.440.750)	3.380.985
-	-	339.872	-	339.872
<b>(172.278)</b>	<b>4.117</b>	<b>6.161.608</b>	<b>(2.440.750)</b>	<b>3.720.858</b>
-	-	3.774	-	3.774
<b>(172.633)</b>	<b>4.218</b>	<b>6.169.825</b>	<b>(2.443.993)</b>	<b>3.725.833</b>

As adições registadas no decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, referem-se essencialmente a direitos subjacentes à exploração de subestações e linhas da Rede Nacional de Transporte ("RNT"), no segmento da eletricidade, e no segmento do gás ao direito subjacente à exploração do projeto de construção do 3.º tanque no Terminal de Sines, com previsão de conclusão no ano de 2012.

O aumento registado nos outros ativos intangíveis, o qual corresponde ao valor dos rendimentos de construção em ativos concessionados, comparando o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, refere-se

essencialmente à concretização do plano de investimentos do Grupo em ativos concessionados.

Os encargos financeiros capitalizados em ativos intangíveis em curso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ascenderam a 18.820 milhares de euros (12.821 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010), enquanto os encargos de estrutura e de gestão ascenderam a 13.554 milhares de euros (13.113 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

No período findo em 31 de dezembro de 2011, o valor líquido dos ativos intangíveis que foram financiados através de contratos de locação financeira é o seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Valor bruto	6.590	5.846
Amortizações e depreciações acumuladas	(4.720)	(2.616)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.870</b>	<b>3.230</b>

#### **GOODWILL**

O Goodwill representa a diferença entre o montante pago na aquisição e o valor dos capitais próprios da REN Atlântico, S.A., à data da aquisição no âmbito do *unbundling* do negócio do gás natural.

#### **TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL**

A REN efetuou o teste de imparidade ao Goodwill em 31 de dezembro de 2011, ao nível da unidade geradora de caixa a que corresponde, a REN Atlântico. A atividade desta empresa está sujeita a um contrato de concessão e à regulação tarifária, pelo que o valor recuperável foi determinado com base no valor de uso. As projeções de *cash flow* efetuadas tomam em consideração as condições regulatórias expeáveis para o período de concessão remanescente, sendo o pressuposto mais relevante, na determinação dos mesmos, a taxa de remuneração dos ativos regulados. Os *cashflows* foram descontados, considerando uma taxa de juro média de mercado antes de impostos ajustada para o risco da atividade de regaseificação de gás natural, de 8% (taxa de desconto após

impostos de 4,99%, em 2010 5,68%).

O valor recuperável calculado foi de 95.317 milhares de euros (59.505 milhares de euros em dezembro de 2010), valor que permite a recuperação do valor do imobilizado líquido acrescido do Goodwill de 3 774 milhares de euros.

#### **8. VARIAÇÃO DO PERÍMETRO E INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM ASSOCIADAS**

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN alienou, por um valor global de 9.153 milhares de euros, 55% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., passando a deter, à data de 31 de dezembro de 2011, 35% do capital social daquela entidade, no montante global de 8.717 milhares de euros.

Foram também cedidas na transação prestações suplementares num valor global de 4.545 milhares de euros.

Na sequência desta operação o Grupo perdeu o controlo desta subsidiária. A demonstração consolidada dos resultados inclui os rendimentos e gastos

desta entidade apurados através do método de consolidação integral até à data de perda do controlo.

#### VARIAÇÕES DO PERÍMETRO

O efeito da saída da participação da OMIP no Consolidado é o seguinte:

	01.01.2011	30.09.2011
Ativo (Nota 14)	80.358	106.363
Passivo (Nota 14)	75.472	101.193
Interesses não controlados – CP	505	517
Resultado Líquido do Exercício	(933)	157
Interesses não controlados – RLE	1	12

A variação mais significativa refere-se ao efeito da saída no Ativo e Passivo dos depósitos de garantia no montante de 100.053 milhares de euros em setembro de 2011 e 74.234 milhares de euros em dezembro de 2010 (Nota 14).

O efeito da venda da participação da OMIP SGPS, que após a perda de controlo passou a ser registada pelo justo valor, levou ao reconhecimento da participação de 35% no montante global de 8.717 milhares de euros. O resultado do apuramento da venda dos 55% da

participação por 13.698 milhares de euros e do registo do justo valor dos 35% da participação por 8.717 milhares de euros gerou uma mais valia refletida nos resultados consolidados do Grupo de 10.326 milhares de euros.

#### 9. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados foi o seguinte:

	11	10
<b>Impacto na demonstração dos resultados (Nota 29):</b>		
Ativos por impostos diferidos	835	22.516
Passivos por impostos diferidos	4.055	13.669
	<b>4.890</b>	<b>3.6184</b>
<b>Impacto no capital próprio:</b>		
Ativos por impostos diferidos	1.701	(279)
Passivos por impostos diferidos	462	(3.634)
	<b>2.163</b>	<b>(3.913)</b>
<b>Impacto líquido dos impostos diferidos</b>	<b>7.053</b>	<b>32.271</b>

Os movimentos ocorridos nos impostos diferidos, por natureza, são os seguintes:

### EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS – DEZEMBRO 2011

	PROVISÕES E IMPARIDADES	PREJUÍZOS FISCAIS	PENSÕES	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	DESVIOS TARIFÁRIOS	OUTROS	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2011</b>	<b>1.337</b>	<b>1.244</b>	<b>19.149</b>	<b>1.525</b>	<b>36.602</b>	<b>945</b>	<b>60.802</b>
Constituição/reversão por capital	–		(1.665)	3.362	–	3	1.701
Constituição por resultados	1.059		359	–	8.369	2	9.789
Reversão por resultados	(8)	(1.051)	(1.862)	(504)	(5.470)	(58)	(8.954)
Saída do perímetro da OMIP (Nota 8)	–	(192)			(88)	–	(281)
<b>Movimento do exercício</b>	<b>1.051</b>	<b>(1.244)</b>	<b>(3.167)</b>	<b>2.858</b>	<b>2.810</b>	<b>(53)</b>	<b>2.255</b>
<b>A 31 de dezembro de 2011</b>	<b>2.388</b>	<b>–</b>	<b>15.982</b>	<b>4.383</b>	<b>39.412</b>	<b>892</b>	<b>63.057</b>

### EVOLUÇÃO DOS ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS – DEZEMBRO 2010

	PROVISÕES	PREJUÍZOS FISCAIS	PENSÕES	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA	DESVIOS TARIFÁRIOS	OUTROS	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2010</b>	<b>1.403</b>	<b>1.051</b>	<b>18.509</b>	<b>–</b>	<b>496</b>	<b>14.243</b>	<b>1.926</b>	<b>37.627</b>
Constituição/reversão por capital	–	–	1.291	928	(496)	–	(2.002)	(279)
Constituição por resultados	196	193	–	597	–	22.359	83	23.428
Reversão por resultados	(261)	–	(651)	–	–	–	–	(912)
Movimento do exercício	(65)	193	640	1.525	(496)	22.359	(1.919)	22.237
Valor de impostos diferidos das sociedades CMLB e Braga-Tuy							938	938
<b>A 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.337</b>	<b>1.244</b>	<b>19.149</b>	<b>1.525</b>	<b>–</b>	<b>36.602</b>	<b>945</b>	<b>60.802</b>

Em 31 de dezembro de 2011 os ativos por impostos diferidos referem-se maioritariamente às obrigações com

os planos de benefícios atribuídos aos empregados e aos desvios tarifários a entregar à tarifa nos próximos exercícios.

## EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS – DEZEMBRO 2011

	DESVIOS TARIFÁRIOS	REAVALIAÇÕES	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2011</b>	<b>36.089</b>	<b>34.359</b>	<b>1.103</b>	<b>71.551</b>
Constituição/reversão por capital			(462)	(462)
Constituição por resultados	20.844	276	–	21.120
Reversão por resultados	(22.430)	(2.104)	(642)	(25.176)
Saída do perímetro da OMIP (Nota 8)	(158)	–	–	(158)
<b>Movimentos do exercício</b>	<b>(1.745)</b>	<b>(1.828)</b>	<b>(1.103)</b>	<b>(4.676)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2011</b>	<b>34.345</b>	<b>32.531</b>	<b>–</b>	<b>66.875</b>

## EVOLUÇÃO DOS PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS – DEZEMBRO 2010

	DESVIOS TARIFÁRIOS	REAVALIAÇÕES	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	TOTAL
<b>A 1 de janeiro de 2010</b>	<b>47.973</b>	<b>33.613</b>	<b>–</b>	<b>81.586</b>
Constituição/reversão por capital	–	3.172	462	3.634
Constituição por resultados	–	–	642	642
Reversão por resultados	(11.884)	(2.426)		(14.310)
<b>Movimentos do exercício</b>	<b>(11.884)</b>	<b>746</b>	<b>1.103</b>	<b>(10.035)</b>
<b>A 31 de dezembro de 2010</b>	<b>36.089</b>	<b>34.359</b>	<b>1.103</b>	<b>71.551</b>

Os passivos por impostos diferidos relativos a reavaliações resultam de reavaliações efetuadas em exercícios anteriores ao abrigo de diplomas legais. O efeito destes impostos diferidos reflete a não dedução fiscal de 40% das amortizações futuras relativas às reavaliações efetuadas.

O cálculo do imposto, no período, foi atualizado de acordo com a Lei n.º 64-B/2011 de 31 de dezembro, que institui a derrama estadual correspondente à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500 milhares de euros e até 10.000 milhares de euros e de 5% para lucros tributáveis superiores a 10.000 milhares de euros.

As taxas referidas aplicam-se aos lucros tributáveis referentes aos dois períodos de tributação que se iniciem em/ou após janeiro de 2012.

Consequentemente, a taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de dezembro de 2011 foi atualizada nas empresas que pertencem ao perímetro de consolidação utilizando uma taxa média face às perspetivas futuras do lucro tributável das empresas recuperáveis nos próximos dois anos (29% em 2010).

#### 10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS DE ACORDO COM A IAS 39

As políticas contabilísticas para instrumentos financeiros de acordo com as categorias da IAS 39 foram aplicadas aos seguintes ativos e passivos financeiros:

2011	NOTAS	CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16	69.407	-	-	-	69.407
Depósitos de garantia recebidos	14	-	-	-	-	-
Clientes e outras contas a receber	12	306.870	-	-	-	306.870
Outros investimentos financeiros	15	-	-	-	5.667	5.667
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	-	-	82.051	-	82.051
Imposto sobre o rendimento a receber	29	14.015	-	-	-	14.015
Instrumentos financeiros derivados		-	1.553	-	-	1.553
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>390.292</b>	<b>1.553</b>	<b>82.051</b>	<b>5.667</b>	<b>479.564</b>
<b>Passivos</b>						
Empréstimos obtidos	19	-	-	-	2.407.619	2.407.619
Depósitos de garantia a pagar	14	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	22	-	-	-	496.093	496.093
Imposto sobre o rendimento a pagar	29	-	-	-	520	520
Instrumentos financeiros derivados	15	-	-	-	-	-
<b>Total passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.903.712</b>	<b>2.904.232</b>
<b>2010</b>						
2010	NOTAS	CRÉDITOS E VALORES A RECEBER	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	OUTROS ATIVOS/PASSIVOS FINANCEIROS	TOTAL
<b>Ativos</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	16	138.598	-	-	-	138.598
Depósitos de garantia recebidos	14	74.234	-	-	-	74.234
Clientes e outras contas a receber	12	342.301	-	-	-	342.301
Outros investimentos financeiros	15	-	-	-	7.119	7.119
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	-	-	84.301	-	84.301
Imposto sobre o rendimento a receber	29	361	-	-	-	361
Instrumentos financeiros derivados		-	22.911	-	-	22.911
<b>Total ativos financeiros</b>		<b>555.494</b>	<b>22.911</b>	<b>84.301</b>	<b>7.119</b>	<b>669.824</b>
<b>Passivos</b>						
Empréstimos obtidos	19	-	-	-	2.257.784	2.257.784
Depósitos de garantia a pagar	14	-	-	-	74.234	74.234
Fornecedores e outras contas a pagar	22	-	-	-	539.455	539.455
Imposto sobre o rendimento a pagar	29	-	-	-	59.925	59.925
Instrumentos financeiros derivados	15	-	7.250	-	-	7.250
<b>Total passivos financeiros</b>		<b>-</b>	<b>7.250</b>	<b>-</b>	<b>2.871.473</b>	<b>2.938.648</b>

A rubrica de “Outros investimentos financeiros” corresponde ao investimento financeiro da Empresa no fundo fechado “Luso Carbon Fund”, com um prazo de maturidade de 10 anos.

#### ESTIMATIVA DE JUSTO VALOR – ATIVOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2011, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

Nível 1: o justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço;

Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado, sendo o intervalo de taxas de desconto utilizado para a curva Euro de cerca de 1% a 3,6% (maturidades de 3 meses a 15 anos) e para a curva do lene de cerca de 0,19% a 1,6% (maturidades de 3 meses a 15 anos);

Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

#### INSTRUMENTOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR

DESCRIÇÃO		NÍVEL I	NÍVEL 2	NÍVEL 3	TOTAL
<b>Ativos:</b>					
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	82.051			82.051
Ativos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura		26.696		26.696
Ativos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	1.144			1.144
<b>Passivos:</b>					
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em reservas	Derivados de cobertura		14.880		14.880
Passivos financeiros ao justo valor reconhecidos em resultados	Derivados de negociação	1.095			1.095
		<b>82.100</b>	<b>11.817</b>		<b>93.916</b>

#### QUALIDADE DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade de crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou em imparidade podem ser avaliados

com referência aos ratings de crédito divulgados pela Standard & Poor's ou com base na informação histórica das entidades a que se referem:

	11	10
<b>Cientes e outros devedores</b>		
A-	-	85.269
BBB	91.455	-
Outros sem rating	215.414	257.031
<b>Total de créditos e valores a receber</b>	<b>306.870</b>	<b>342.300</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
AAA a AA-	1.328	994
A+ a A-	60	136.865
BBB+ a BBB-	30.340	668
BB+ a B-	37.669	-
Sem rating	9	71
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>69.407</b>	<b>138.598</b>

Os créditos a receber de clientes e outros devedores referem-se essencialmente a transações de prestação de serviços no âmbito das atividades reguladas no negócio da eletricidade e gás. As principais transações são efetuadas com os distribuidores autorizados para cada um dos negócios, como a EDP, a GALP e alguns distribuidores europeus.

- existem créditos com alguma antiguidade referentes a transações com empresas do grupo EDP cujo risco de recuperação é considerado nulo.
- 2.650 milhares de euros (Nota 12) para fazer face ao valor registado de juros do défice tarifário não recebidos em abril de 2008.

Em 31 de dezembro de 2011, os créditos vencidos ou em imparidade são:

- 822 milhares de euros (Nota 3.11), na rubrica de créditos a receber estão ajustados por imparidade, existindo um processo judicial em curso referente ao mesmo;

## II. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro 2010, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos em entidades estratégicas do mercado de eletricidade espanhol, e detalham-se da seguinte forma:

	% DETIDA	ENTIDADE	11	10
OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	10,00%	OMIP, SGPS	-	1.033
OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	10,00%	REN, SGPS	3.167	-
Red Eléctrica Corporación, S.A. ("REE")	1,00%	REN, SGPS	44.760	47.651
Enagás, S.A	1,00%	REN, SGPS	34.125	35.617
<b>Total</b>			<b>82.051</b>	<b>84.301</b>



	OMEL	REE	ENACAS	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2010</b>	<b>1.033</b>	<b>52.551</b>	<b>36.835</b>	<b>90.419</b>
Aquisições	-	-	-	-
Ajustamento de justo valor	-	(4.900)	(1.218)	(6.118)
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.033</b>	<b>47.651</b>	<b>35.617</b>	<b>84.301</b>
<b>1 de janeiro de 2011</b>	<b>1.033</b>	<b>47.651</b>	<b>35.617</b>	<b>84.301</b>
Saída da OMIP do perímetro de consolidação	(1.033)	-	-	(1.033)
Aquisições	3.167	-	-	3.167
Ajustamento de justo valor	-	(2.891)	(1.493)	(4.383)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.167</b>	<b>44.760</b>	<b>34.125</b>	<b>82.051</b>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 31 de dezembro de 2011.

A Red Eléctrica de España (REE) é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo firmado entre os governos de Portugal e Espanha. A REE está listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice IBEX 35 e o ativo financeiro foi registado na data do balanço de acordo com a cotação em 31 de dezembro de 2011, o que resultou

numa desvalorização de justo valor de 2.891 milhares de euros.

A Enagás é a entidade responsável pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da Enagás como parte de um acordo de parceria estratégica. A Enagás está listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice IBEX 35 tendo o ativo sido registado na data de balanço de acordo com a cotação de 31 de dezembro de 2011, de que resultou uma perda de 1.493 milhares de euros.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda estão refletidos no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor.

## AJUSTAMENTO DE JUSTO VALOR

Varição justo valor	(4.383)
---------------------	---------

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a REE e a Enagás distribuíram dividendos nos montantes de 2.538 e 2.001 milhares de Euros, (2.001

e 1.789 milhares de euros em 2010), respetivamente. Estes montantes foram reconhecidos na demonstração dos resultados em rendimentos financeiros.

**12. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o detalhe da rubrica de Clientes e outras contas a receber é o seguinte:

	11			10		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Clientes (i)	198.448	155	198.603	212.696	65	212.760
Ajustamentos a clientes	(822)		(822)	(844)	-	(844)
<b>Clientes – Valor líquido</b>	<b>197.626</b>	<b>155</b>	<b>197.781</b>	<b>211.852</b>	<b>65</b>	<b>211.916</b>
Desvios Tarifários	31.694	79.924	111.618	58.066	66.441	124.507
Ajustamento de contas a receber	(2.650)	-	(2.650)	-	-	-
Estado e Outros Entes Públicos	120	-	120	5.878	-	5.878
<b>Clientes e outras contas a receber</b>	<b>226.791</b>	<b>80.079</b>	<b>306.870</b>	<b>275.796</b>	<b>66.505</b>	<b>342.301</b>

i) Na composição dos saldos das contas a receber de clientes assume particular relevância o montante em dívida da EDP – Distribuição de Energia, S.A., o qual ascende a 85.717 milhares de euros (79.344 milhares em 31 de dezembro de 2010) e da Galp, o qual ascende a 19.701 milhares de euros (11.437 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 foi constituída uma perda de imparidade de dívidas a receber no montante de 2.650 milhares de euros, correspondente a

metade do montante registado de juros do défice tarifário não recebidos em abril de 2008.

Em 18 de julho de 2011 foi publicado o Decreto-Lei n.º 87/2011, que veio formalizar o tratamento dos desvios tarifários do segmento do gás equiparando-o ao estabelecido para os desvios da eletricidade pelo Decreto – Lei n.º 237B/2006.

O *ageing* relativo aos saldos de clientes, líquido de imparidades, é o seguinte:

	11	10
<b>ANTIGUIDADE DOS DÉBITOS</b>		
Até 30 dias	195.475	188.883
Até 60 dias	316	15.844
Até 90 dias	118	85
até 120 dias	78	52
Mais de 120 dias	2.616	7.896
	<b>198.603</b>	<b>212.760</b>

**13. INVENTÁRIOS**

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

	11	10
<b>PLANO DE PENSÕES</b>		
Mercadorias	3	93
Materiais diversos	3.625	3.954
<b>Inventários</b>	<b>3.628</b>	<b>4.047</b>

**14. DEPÓSITOS DE GARANTIA**

Até 2010, os depósitos de garantia respeitavam a depósitos entregues pelos participantes no Mercado de Derivados da Eletricidade, os quais eram monitorizados pela empresa OMIclear, que saiu do perímetro de consolidação em 2011.

Estes ativos são considerados como restricted cash, ou seja a OMIclear recebe depósitos monetários dos participantes para garantir o cumprimento dos contratos de futuros, os quais são depositados numa conta bancária separada em nome da empresa. No entanto, o uso destes

depósitos é restrito, podendo ser utilizados apenas quando um participante num contrato de futuros não cumpre com o contrato, sendo a OMIclear obrigada a assumir a sua posição perante a outra contraparte. Depósitos restritos são contabilizados como ativos assim como a correspondente responsabilidade para com o participante. Estes depósitos são reembolsados quando o participante terminar as negociações de contratos de futuros com o MIBEL.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os valores reconhecidos no Balanço eram os seguintes:

	11 a)	10
<b>Ativos correntes:</b>		
Depósitos de garantia dos participantes (Nota 8)	–	74.234
<b>Passivos correntes:</b>		
Valores a entregar aos participantes (Nota 8)	–	(74.234)

a) Saldos nulos devido à saída do perímetro de consolidação da OMIP SGPS (acionista da OMIP e da OMIclear).

**15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o Grupo tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	31 DE DEZEMBRO DE 2011				
	ATIVO			PASSIVO	
	NOCIONAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	334.000.000 EUR	–	–	640	3.585
Swaps de taxa de juro	200.000.000 EUR	–	–	–	10.654
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	–	26.696	–	–
		–	<b>26.696</b>	<b>640</b>	<b>14.239</b>
Derivados de negociação		1.144	–	1.095	–
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>1.144</b>	<b>26.696</b>	<b>1.735</b>	<b>14.239</b>

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	31 DE DEZEMBRO DE 2010				
	NOCIONAL	ATIVO			PASSIVO
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	384.000.000 EUR	-	-	2.803	2.875
Swaps de taxa de juro	200.000.000 EUR	-	1.553	-	-
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	-	19.146	-	-
		-	<b>20.699</b>	<b>2.803</b>	<b>2.875</b>
Derivados de negociação		2.212		1.572	
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>2.212</b>	<b>20.699</b>	<b>4.376</b>	<b>2.875</b>

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a cinco contratos swap de taxa de juro, a um cross currency swap e a dois forward *starting swaps* de taxa de juro, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e câmbio futuras.

Estão incluídos nos valores apresentados os juros acumulados a receber ou a

pagar ainda não vencidos à data de 31 de dezembro de 2011, relativos a estes instrumentos financeiros, no montante líquido a pagar de 2.614 milhares de euros.

As características dos swaps contratados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 eram as seguintes:

NOCIONAL DE REFERÊNCIA	PERÍODOS DE LIQUIDAÇÃO DE JUROS	RECEBIMENTO/PAGAMENTO	DATA DE VENCIMENTO	JUSTO VALOR EM 31.12.2011	JUSTO VALOR EM 31.12.2010
<b>Swaps de taxa de juro:</b>					
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 5 de fevereiro, maio, agosto e novembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 5 de fevereiro, maio, agosto e novembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,19%	maio de 2012	(197)	(781)
134 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,28%	junho de 2012	(443)	(2.094)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,26%	outubro de 2014	(1,224)	–
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de abril e outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,23%	outubro de 2014	(1,209)	–
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 12 jan e jul, liquidação semestral de juros; – a receber: 12 jan e jul, liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,15%	julho de 2014	(1,152)	–
<b>334 000 mEuros</b>					
200 000 mEuro	– a pagar: 16 de abr, liquidação anual de juros; – a receber: dia 16 de cada mês, liquidação mensal de juros.	REN recebe Euribor 1M e paga 1,68%	abril de 2011	–	(2.803)
				<b>(4.225)</b>	<b>(5.678)</b>
<b>Forward-start swaps:</b>					
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,72%	dez de 2016	(5.211)	847
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de Março, junho, setembro e dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,77%	dez de 2016	(5.443)	706
				<b>(10.654)</b>	<b>1.553</b>
<b>Cross-currency swap:</b>					
10 000 000 000 JPY 72 899 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros; a receber: 26 de junho e dezembro – liquidação semestral de juros.	REN recebe 2,71% e paga 5,64% (anual) até junho de 2019 e Euribor a 6M + 190 b.p. desde essa data até à maturidade	junho de 2024	26.696	19.146
				<b>26.696</b>	<b>19.146</b>
				<b>10 000 000 000 JPY</b>	
<b>Total</b>				<b>11.817</b>	<b>15.021</b>

**SWAPS:****COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA**

O Grupo procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas, através da designação de swaps de taxa de juro, em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, com um nocional de 334.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 o valor era de 384.000 milhares de euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros a taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos.

O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os cupões de juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos swaps de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2011, é de 4.225 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2010 era de 5.678 milhares de euros negativos).

O Grupo detém ainda dois forward starting swaps de taxa de juro com início em 2012, com o objetivo de cobertura do risco de flutuação das taxas de juro associadas a dívida recorrente do Grupo. Estes instrumentos têm um nocional de 200.000 milhares de euros, pagando-se taxa fixa contra o recebimento de taxa variável. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual se encontram associadas as taxas de juro da referida dívida.

O objetivo desta cobertura é transformar a dívida de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor destes swaps de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2011, é de 10.654 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2010, este valor era de 1.553 milhares de euros positivos).

Adicionalmente, o Grupo procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um cross currency swap com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente forward starting swap que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida, decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

Refira-se que são registados na demonstração de resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do cross currency swap a 31 de dezembro de 2011 é de 26.696 milhares de euros positivos (em 31 de dezembro de 2010 o valor era de 19.146 milhares de euros positivos). A variação cambial do subjacente (empréstimo) no exercício de 2011, no montante de aproximadamente 7.762 milhares de euros, foi compensada por uma variação simétrica do instrumento de cobertura na demonstração de resultados do exercício.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 14.793 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 o valor era de 1.607 milhares de euros). Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

	JUSTO VALOR	IMPACTO IMPOSTO DIFERIDO	RESERVA COBERTURA
1 de janeiro de 2010	(7.556)	2.002	(5.554)
Varição justo valor	5.949	(1.537)	4.412
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>(1.607)</b>	<b>466</b>	<b>(1.142)</b>
1 de janeiro de 2011	(1.607)	466	(1.142)
Varição justo valor	(13.186)	3.824	(9.362)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>(14.793)</b>	<b>4.290</b>	<b>(10.503)</b>

### COBERTURA DE JUSTO VALOR

O Grupo contratou em 2009 um *swap* de taxa de juro para efetuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300.000 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em novembro de 2009, sendo que à data da descontinuação o instrumento coberto apresentava um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 677 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, de acordo com o método do juro efetivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

### Futuros:

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., através da sua participada REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, quer através da celebração de contratos estandardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* (ISDA), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A REN SGPS e a REN Trading formalizaram por meio de Acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da REN SGPS, assegurando assim uma clara e transparente separação desses negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros não implica qualquer liquidação física dos ativos subjacentes, sendo uma atividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de ativos, não se confundindo com a atividade regulada do Agente Comercial.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO<sub>2</sub> é conforme se segue:

	ATIVO CORRENTE	PASSIVO CORRENTE
Contratos financeiros no mercado de energia para 2012	570	–
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	392	–
Licenças de CO <sub>2</sub>	–	1.095
Contratos Financeiros de Carvão para 2012	182	–
<b>Justo valor a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.144</b>	<b>1.095</b>

	ATIVO CORRENTE	PASSIVO CORRENTE
Contratos financeiros no mercado de energia para 2011	1.941	-
Licenças de CO <sub>2</sub>	271	-
Contratos financeiros de carvão	-	1.572
<b>Justo valor a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.212</b>	<b>1.572</b>

As variações do justo valor dos derivados de negociação que foram reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos atribuíveis ao risco coberto foram de 592 milhares de euros negativos em dezembro de 2011 (640 milhares de euros positivos em dezembro de 2010).

## 16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa” detalha-se da seguinte forma:

	11	10
Caixa	-	10
Depósitos bancários	69.407	138.588
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>69.407</b>	<b>138.598</b>

As taxas de juro efetivas de depósitos bancários de curto prazo são indicadas na Nota 19.

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa

e Equivalentes de Caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	11	10
Caixa	-	10
Descobertos bancários (Nota 19)	(1.049)	(36.727)
Depósitos bancários	69.407	138.588
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>68.358</b>	<b>101.871</b>

## 17. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da REN encontra-se

totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 534.000.000 ações com o valor nominal de 1 euro cada:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL
Capital Social	534.000.000	534.000
	<b>534.000.000</b>	<b>534.000</b>



Em 31 de dezembro de 2011, a REN SGPS detinha as seguintes ações em carteira:

	NÚMERO DE AÇÕES	% CAPITAL SOCIAL	VALOR
Ações próprias	3.881.374	0,7268%	(10.728)

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

#### 18. OUTRAS RESERVAS

A Reserva Legal não está ainda totalmente constituída nos termos do

disposto no Código das Sociedades Comerciais (CSC), 20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

#### 19. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A alocação dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a seguinte:

	11			10		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
Papel comercial	–	555.000	555.000	260.000	227.000	487.000
Empréstimos obrigacionistas	–	1.100.123	1.100.123	–	942.039	942.039
Empréstimos bancários	41.173	698.208	739.381	40.828	739.381	780.209
Descobertos bancários (Nota 16)	1.049	–	1.049	36.727	–	36.727
Locações financeiras	1.088	702	1.790	1.260	1.743	3.003
	43.310	2.354.032	2.397.342	338.814	1.910.162	2.248.976
Juros a pagar – Empréstimos	14.831	–	14.831	12.098	488	12.586
Juros pagos/recebidos antecipadamente	(4.554)	–	(4.554)	(3.778)	–	(3.778)
	<b>53.587</b>	<b>2.354.032</b>	<b>2.407.619</b>	<b>347.134</b>	<b>1.910.650</b>	<b>2.257.784</b>

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo tem dez programas de papel comercial ativos no valor de 1.200.000 milhares de euros, estando utilizados 555.000 milhares de euros. A extensão de todos os prazos dos programas de papel comercial originou a classificação em não corrente da totalidade da dívida obtida por este meio de financiamento. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de empréstimos bancários ascende a cerca de 739.381 milhares de euros.

Durante o ano de 2011 o Grupo emitiu dois empréstimos obrigacionistas no montante de 150.000 milhares de euros, com maturidades em julho e outubro de 2014.

Os passivos financeiros do Grupo apresentam os seguintes covenants principais: *Cross default, Pari Passu, Negative Pledge, Gearing* (rácio que relaciona o capital próprio total consolidado com o valor total dos ativos concessionados do Grupo).

Os financiamentos celebrados com o Banco Europeu de Investimento (BEI) incluem ainda *covenants* relativos à alteração de controlo acionista e *covenants* relacionados com notações de rating: (i) no caso de se verificar uma alteração de controlo acionista, se o BEI efetuar uma avaliação negativa da sua posição de credor motivada pela nova estrutura acionista, o Grupo pode

ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI; (ii) no caso de verificação de notações rating abaixo dos níveis estipulados, o Grupo poder ser igualmente chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI.

No final do exercício de 2011, o Grupo tinha ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Taxas de juro variáveis:		
Curto prazo	120.000	120.000
	<b>120.000</b>	<b>120.000</b>

As linhas de crédito têm vencimentos até um ano, sendo renováveis de forma automática periodicamente (caso não sejam denunciadas nos período contratualmente estipulado para o efeito) ou através de acordo entre as partes previamente ao seu termo.

#### EMPRÉSTIMOS

A exposição dos empréstimos do Grupo às alterações das taxas de juro nos períodos contratuais de fixação das taxas é a seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Até 6 meses	805.997	774.045
6 a 12 meses	250.000	-
1 a 5 anos	1.134.000	1.253.139
Superior a 5 anos	177.283	182.063
	<b>2.367.280</b>	<b>2.209.247</b>

As taxas de juro efetivas à data do balanço eram as seguintes:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Depósitos bancários	3,90%	1,31%
Empréstimos e Papel Comercial	4,72%	3,99%

O valor contabilístico e o justo valor dos empréstimos são os seguintes:

	VALOR CONTABILÍSTICO		JUSTO VALOR	
	11	10	11	10
Papel Comercial	555.000	487.000	544.282	487.101
Empréstimos bancários	739.381	780.209	772.085	778.345
Empréstimos obrigacionistas	1.100.123	942.039	1.227.784	1.047.257
Descobertos bancários	1.049	36.727	1.049	36.727
	<b>2.395.553</b>	<b>2.245.974</b>	<b>2.545.200</b>	<b>2.349.430</b>

O justo valor é calculado pelo método dos cash flows descontados, utilizando a taxa de desconto da data do balanço, de acordo com as características de cada empréstimo.

## 20. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS

Conforme mencionado na Nota 3.17, a REN, Rede Eléctrica Nacional S.A. concede complementos de pensões de reforma e sobrevivência (daqui em diante referido como Plano de Pensões) e assegura aos seus reformados e pensionistas, em condições similares aos trabalhadores no ativo, um plano de

cuidados médicos concedendo, ainda, outros benefícios como prémios de antiguidade, de reforma e subsídio de morte (descrito como "Outros benefícios" na Nota 20.2). As empresas do negócio do gás atribuem aos empregados planos de seguro de vida. Não se verificaram quaisquer alterações nos benefícios atribuídos aos empregados, relativamente a 31 de dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

	11	10	09	08	07
<b>Obrigações no balanço</b>					
Plano de pensões	25.416	33.966	40.327	18.103	(7)
Cuidados médicos e outros benefícios	29.586	31.959	29.438	27.025	27.963
Plano de seguro de vida	108	106	81	70	60
	<b>55.110</b>	<b>66.031</b>	<b>69.846</b>	<b>45.198</b>	<b>28.016</b>
<b>Gastos na demonstração dos resultados (Nota 25)</b>					
Plano de pensões	2.163	2.830	4.138	1.554	392
Cuidados médicos e outros benefícios	2.045	2.040	2.211	2.160	2.138
Plano de seguro de vida	14	14	11	10	10
<b>Total de Gastos na demonstração dos resultados</b>	<b>4.222</b>	<b>4.884</b>	<b>6.360</b>	<b>3.724</b>	<b>2.540</b>

Os pressupostos utilizados no cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo REN e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que

melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma são os seguintes:

## PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

	11	10	09	08	07
Taxa anual de desconto	5,00%	4,54%	5,17%	6,00%	5,40%
Percentagem expetável de ativos elegíveis para reforma antecipada (mais de 60 anos e 36 anos de serviço)	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Percentagem expetável de ativos elegíveis para reforma antecipada (entre os 55 e os 60 anos)	-	-	-	10,00%	-
Em 2009 (Alteração de pressuposto atuarial)	-	-	45,00%	-	-
Em 2010 (Alteração de pressuposto atuarial)	-	-	45,00%	-	-
Em 2011 (Alteração de pressuposto atuarial)	-	45,00%			
Nos anos seguintes (Alteração de pressuposto atuarial)	5,00%	5,00%	5,00%	-	-
Taxa anual de crescimento dos salários	2,80%	1,30%	3,30%	3,30%	3,30%
Taxa anual de crescimento das pensões	2,00%	1,00%	2,25%	2,25%	2,25%
Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa anual de crescimento de custos com saúde	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Despesas de gestão (por funcionário/ano)	200 €	175 €	150 €	150 €	150 €
Taxa de crescimento das despesas de gestão	2,20%	2,20%	2,70%	2,70%	2,70%
Taxa de rendimento	5,80%	5,32%	5,45%	5,99%	5,80%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90	TV 88/90

Em 2011, a taxa de desconto anual usada passou de 4,54% para 5%, por ser considerada mais adequada, atendendo à duração das responsabilidades dos vários planos e de acordo com as recomendações do IAS 19 e considerando as variações das taxas das obrigações em 2011.

Se aplicada uma taxa de desconto de 5,25% para o cálculo das obrigações do Grupo REN à data do balanço, as responsabilidades com o plano de pensões seriam menores em 1.143 milhares de euros, e as obrigações com o plano de cuidados médicos e outros benefícios seriam menores em 1.006 milhares de euros.

**20.1 PLANO DE PENSÕES**

Para cobertura das responsabilidades para complementos de pensões de reforma, a REN contribui para um Fundo de Pensões autónomo, para o qual é transferida a totalidade das responsabilidades e as dotações necessárias para cobrir os respetivos encargos que se forem vencendo em cada um dos exercícios.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a subsidiária REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. efetuou dotações para o Fundo de Pensões REN, no montante de 2.300 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o património do Fundo de Pensões REN, apresentava a seguinte composição de

acordo com informação facultada pela sociedade gestora:

PLANO DE PENSÕES	11	10	09	08
Obrigações	26.104	29.163	26.560	23.846
Ações	8.070	10.040	11.815	8.706
Fundos de investimento	5.270	6.100	2.110	2.271
Depósitos a prazo	–	–	4.489	3.028
Depósitos à ordem	2.936	245	–	–
Operações a liquidar	(42)	(1.384)	–	–
<b>Total</b>	<b>42.338</b>	<b>44.163</b>	<b>44.974</b>	<b>37.851</b>

O Fundo de Pensões até 2007, estava incluído num fundo partilhado com a EDP.

plano a longo prazo e a estratégia de investimento a realizar.

A taxa de retorno esperada dos ativos do plano para o ano de 2011 foi determinada baseada numa estimativa de retorno esperado dos ativos do

A evolução do património relativo ao Fundo de Pensões durante os exercícios de 2011 e 2010 foram os seguintes:

	11	10	09	08	07
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>44.163</b>	<b>44.974</b>	<b>37.851</b>	<b>42.570</b>	41.707
Dotações para o Fundo	2.300	–	4.538	2.038	2.118
Ganhos/ (perdas) atuariais	(4.649)	(1.468)	2.003	(7.586)	(1.904)
Benefícios pagos	(1.778)	(1.750)	(1.636)	(1.595)	(1.550)
Retorno esperado dos ativos	2.302	2.407	2.218	2.424	2.199
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>42.338</b>	<b>44.163</b>	<b>44.974</b>	<b>37.851</b>	<b>42.570</b>

Os trabalhadores que satisfaçam determinadas condições de idade e antiguidade predefinidas e que optem por passar à situação de reforma antecipada, assim como aqueles que acordem com a Empresa a passagem à pré-reforma, são igualmente incluídos nos planos.

de crédito da unidade projetada (PUC), efetuada por atuário especializado e independente, baseados em pressupostos que refletem as condições demográficas da população coberta pelo plano e as condições económicas e financeiras prevalentes no momento do cálculo.

As responsabilidades e os correspondentes custos anuais são determinadas através de cálculos atuariais anuais, utilizando o método

O montante da obrigação reconhecida na demonstração consolidada da posição financeira é determinado como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Valor atual da obrigação	67.754	78.129	85.300	55.954	42.563
Justo valor dos ativos do plano	(42.338)	(44.163)	(44.973)	(37.851)	(42.570)
	<b>25.416</b>	<b>33.966</b>	<b>40.327</b>	<b>18.103</b>	<b>(7)</b>

O movimento ocorrido no valor atual da obrigação subjacente ao plano de pensões foi o seguinte:

#### RECONCILIAÇÃO DA OBRIGAÇÃO DO PLANO DE PENSÕES

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>78.130</b>	<b>85.301</b>	<b>55.954</b>	<b>42.563</b>	46.917
Custo dos serviços correntes	1.104	1.062	1.412	587	585
Custo dos juros	3.361	4.175	4.944	3.391	2006
Pagamento de benefícios	(7.723)	(7.522)	(4.938)	(4.794)	(4.636)
(Ganhos)/perdas atuariais	(7.118)	(4.886)	27.928	14.207	(2.309)
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>67.754</b>	<b>78.130</b>	<b>85.301</b>	<b>55.954</b>	<b>42.563</b>

O montante de 27.928 milhares de euros registado como (ganhos) / perdas atuariais no exercício de 2009, decorre da alteração do pressuposto atuarial da REN, relativamente à entrada de colaboradores para o regime de pré-reforma entre os 55 e os 60 anos de idade. De acordo com a política contabilística do Grupo para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, aquele montante foi registado diretamente em capitais próprios.

Os impactos do ano na demonstração consolidada dos resultados são como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Custo dos serviços correntes	1.104	1.062	1.412	587	585
Custo dos juros	3.361	4.175	4.944	3.391	2006
Retorno esperado dos ativos do plano	(2.302)	(2.407)	(2.218)	(2.424)	(2.199)
<b>Total incluído em gastos com pessoal</b>	<b>2.163</b>	<b>2.830</b>	<b>4.138</b>	<b>1.554</b>	<b>392</b>

#### 20.2 CUIDADOS MÉDICOS E OUTROS BENEFÍCIOS

O plano de cuidados médicos e outros benefícios não tem fundo constituído, sendo a respetiva responsabilidade coberta por uma provisão específica.

O montante da responsabilidade reconhecida no balanço é o seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Valor presente da obrigação	29.586	31.959	29.438	27.025	27.963
<b>Obrigação no balanço</b>	<b>29.586</b>	<b>31.959</b>	<b>29.438</b>	<b>27.025</b>	<b>27.963</b>

O movimento reconhecido no valor atual da obrigação relativa a cuidados médicos e outros benefícios foi o seguinte:

#### RECONCILIAÇÃO DA RESPONSABILIDADE COM CUIDADOS MÉDICOS E OUTROS BENEFÍCIOS.

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
<b>A 1 de janeiro</b>	<b>31.960</b>	<b>29.438</b>	<b>27.025</b>	<b>27.963</b>	<b>32.128</b>
Custo dos serviços correntes	491	422	433	528	637
Custo dos juros	1.423	1.489	1.662	1.523	1.420
Pagamento de benefícios	(1.159)	(1.091)	(950)	(1.270)	(859)
(Ganhos)/perdas atuariais	(3.261)	1.572	1.152	(1.829)	(5.443)
Outros benefícios	131	129	116	109	82
<b>A 31 de dezembro</b>	<b>29.586</b>	<b>31.960</b>	<b>29.438</b>	<b>27.025</b>	<b>27.965</b>

Os impactos do plano na demonstração dos resultados consolidados são os seguintes:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Custo dos serviços correntes	491	422	433	528	637
Custo dos juros	1.423	1.489	1.662	1.523	1.420
Outros benefícios	131	129	116	109	82
<b>Total incluído em gastos com pessoal</b>	<b>2.045</b>	<b>2.040</b>	<b>2.211</b>	<b>2.160</b>	<b>2.139</b>

#### 20.3 SEGURO DE VIDA

O montante da obrigação reconhecida no balanço consolidado é determinado da seguinte forma:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Provisão de cobertura	108	94	81	70	60
<b>Responsabilidades totais</b>	<b>108</b>	<b>106</b>	<b>81</b>	<b>70</b>	<b>60</b>

O impacto do plano de seguro de vida na demonstração consolidada dos resultados é o seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>09</b>	<b>08</b>	<b>07</b>
Aumento da provisão para responsabilidade	14	13	11	10	10
<b>Total incluído em Gastos com pessoal</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>10</b>

**21. PROVISÕES**

A evolução das provisões durante os períodos apresentados é a seguinte:

**EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES**

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>17.081</b>	<b>5.288</b>
Aumentos	15.324	12.774
Utilizações	(91)	(981)
	-	-
<b>Saldo final</b>	<b>32.314</b>	<b>17.081</b>
Provisão corrente	27.794	12.470
Provisão não corrente	4.520	4.611
	<b>32.314</b>	<b>17.081</b>

Em 31 de dezembro de 2011 a rubrica de provisões refere-se essencialmente a: (i) estimativa de pagamentos a serem efetuados pela REN decorrentes de processos judiciais em curso por danos causados a terceiros (4.520 milhares de euros); (ii) estimativa para cobertura da contingência associada ao litígio com a Amorim Energia sobre os dividendos recebidos da GALP Energia em 2006, a qual foi inicialmente registada em 2010 na sequência da notificação do acórdão do Tribunal Arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional ("CCI") de Paris, em 16 de março de 2010 e respetiva adenda em 8 de julho de 2010, condenando a REN ao pagamento de 20,3 M€, equivalente a metade

do montante reclamado pela Amorim Energia, acrescido de juros. Em 17 de novembro de 2011, a REN foi notificada de decisão proferida pela *Cour d'Appel* de Paris, a qual indeferiu o pedido de anulação do Acórdão CCI. A REN, à data de 31 de dezembro de 2011, baseada na análise jurídica do acórdão arbitral e respetiva adenda entendeu reforçar a provisão que tinha em 15.280 milhares de euros para o montante de 27.749 milhares de euros, correspondente à totalidade do processo acrescido de juros de mora incorridos até à data, para fazer face ao risco inerente a este processo. No decurso de janeiro de 2012 a Empresa procedeu à liquidação integral desse montante (Nota 38 e 39).



**22. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR**

A rubrica de “Fornecedores e outras contas a pagar” em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 apresenta o seguinte detalhe:

	<b>11</b>			<b>10</b>		
	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL	CORRENTE	NÃO CORRENTE	TOTAL
<b>Fornecedores</b>						
Fornecedores conta corrente	<b>174.525</b>	-	<b>174.525</b>	<b>184.478</b>	-	<b>184.478</b>
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos	44.513	13.689	58.203	70.494	9.704	80.198
Desvios tarifários	102.312	26.842	129.154	8.435	120.618	129.053
Fornecedores de imobilizado	117.111	-	117.111	133.892	-	133.892
<b>Estado e outros entes públicos (1)</b>	12.355	-	12.355	7.060	-	7.060
<b>Proveitos diferidos</b>						
Subsídios ao investimento	20766	340.964	361.730	23.673	321.617	345.291
Outros proveitos diferidos			-	-	-	-
<b>Acréscimos de custos</b>						
Férias, subsídios e outros encargos	4.747	-	4.747	4.774	-	4.774
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b>476.328</b>	<b>381.495</b>	<b>857.823</b>	<b>432.806</b>	<b>451.940</b>	<b>884.746</b>

(1) O saldo do Estado e outros entes públicos refere-se a valores a liquidar de IVA, IRS e outros impostos.

O *ageing* relativo aos saldos de fornecedores conta corrente, credores diversos e fornecedores de imobilizado é o seguinte:

ANTICUIDADE DOS CRÉDITOS	<b>11</b>	<b>10</b>
Até 30 dias	240.015	224.356
Até 60 dias	85.872	118.210
Até 90 dias	5.314	1.807
Até 120 dias	1.748	455
Mais de 120 dias	16.890	53.740
	<b>349.839</b>	<b>398.568</b>

**23. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração consolidada dos resultados é detalhado da seguinte forma:

	NOTA	11	10
<b>Vendas de Materiais</b>			
Mercado interno		798	917
		<b>798</b>	<b>917</b>
<b>Prestação de Serviços - Mercado Interno</b>			
Transporte de eletricidade e gestão global do sistema		344.663	312.413 a)
Transporte de gás natural		124.002	122.678
Regaseificação		35.395	40.997
Armazenamento de gás natural		13.721	13.623
Rede de telecomunicações		4.244	5.030
Margem do Agente Comercial – REN Trading		4.795	6.399
Serviços de eletricidade		1.907	6.196
Outros		1.296	2.513
		<b>530.023</b>	<b>509.848</b>
<b>Total das Vendas e Prestações de Serviços</b>		<b>530.821</b>	<b>510.765</b>

a) Este montante foi reexpresso face às demonstrações financeiras de 2010 apresentadas (Nota 3.2)

**24. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentava o seguinte detalhe:

	11	10
Subcontratos de transporte de gás i)	2.145	23.672
Custos de manutenção	14.531	21.352
Comissões a entidades externas ii)	12.768	11.957
Custos de interligação – "cross border"	2.633	3.204
Custos com energia elétrica	4.942	4.593
Custos com seguros	2.971	2.829
Custos de reserva de capacidade iii)	1.297	1.763
Custos com publicidade	1.847	1.233
Vigilância e segurança	2.023	1.927
Outros (inferiores a 1.000 milhares de euros)	7.766	7.893
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>52.923</b>	<b>80.423</b>

- i) A redução ocorrida na rubrica “Subcontratos de transporte de gás” resulta da integração das sociedades de gasodutos Campo Maior-Leira-Braga, S.A. e Braga-Tuy, S.A. no perímetro de consolidação do Grupo, tendo como consequência a anulação dos débitos efectuados pelas sociedades.
- especializados” e honorários pagos pela REN por prestação de serviços contratualizados e estudos especializados.
- Nesta rubrica encontram-se incluídos os serviços de auditoria e revisão de contas, bem como a prestação de serviços de consultoria efectuados pelas empresas de auditores que foram registados como gasto em 2011, conforme é visível no quadro:
- ii) As comissões pagas a entidades externas referem-se a “trabalhos

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Auditoria e revisão de contas:</b>		
J. Monteiro & Associados, SROC	-	25
Luis Borges Assunção	-	156
Deloitte	577	613
Pricewaterhousecoopers	-	10
<b>Consultoria:</b>		
Deloitte	205	131
Pricewaterhousecoopers	-	156
<b>Outros serviços:</b>		
Deloitte – Outros serviços	29	11
	<b>811</b>	<b>1.102</b>

- iii) Os custos de reserva de capacidade respeitam a custos suportados pela REN referentes à capacidade de produção disponível exigida aos produtores para manter a todo o tempo a operacionalidade do sistema. Estes custos são reconhecidos na atividade de Gestão Global do Sistema da REN, S.A., de acordo com o modelo regulatório atualmente em vigor.

## 25. GASTOS COM PESSOAL

Detalhe dos Gastos com Pessoal como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Remunerações</b>		
Orgãos sociais	1.675	2.859
Pessoal	33.027	29.848
	<b>34.702</b>	<b>32.707</b>
<b>Encargos sociais</b>		
Custos com benefícios de reforma e outros (Nota 20)	4.222	4.883
Prémios de desempenho	2	2.703
Encargos sobre remunerações	7.227	7.165
Custos de ação social	1.817	1.149
Outros	314	2.616
	<b>13.582</b>	<b>18.516</b>
<b>Total de gastos com o pessoal</b>	<b>48.284</b>	<b>51.223</b>

O número médio de empregados do Grupo em 2011 foi de 737 (2010: 743).

## 26. OUTROS GASTOS OPERACIONAIS

O detalhe da rubrica de Outros Gastos Operacionais é como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Custos de funcionamento da ERSE i)	10.314	10.335
Donativos	593	722
Impostos	1.546	1.285
Custos com operações de mercado – OMIP/Omiclear	263	557
Desmantelamento de linhas	1.043	182
Alienações de investimento	-	28
Outros	1.799	1.169
	<b>15.558</b>	<b>14.278</b>

i) A rubrica de custos de funcionamento da ERSE refere-se a débitos efetuados pela ERSE a recuperar através das tarifas de eletricidade e do gás.

## 27. OUTROS RENDIMENTOS OPERACIONAIS

A rubrica de Outros Rendimentos Operacionais é apresentada da seguinte forma:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Amortização de subsídios ao investimento	17.464	23.673
Rendas das interligações – cobertura de custos i)	2.086	4.968
Proveitos suplementares	3.027	1.358
Hedging ii)	391	5.938
Outros	3.941	1.869
	<b>26.909</b>	<b>37.806</b>

i) O valor registado como proveito das rendas de interligações resulta da decisão da ERSE de afetar parte das rendas recebidas à cobertura dos custos no exercício das interligações cross border e serviços de sistema, registados em “Fornecimentos e serviços externos”.

estandardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc. (ISDA)*, quer pela participação em bolsas de negociação de futuros. As operações são meramente financeiras não envolvendo entregas físicas.

ii) Este montante respeita a ganhos em operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, quer através da celebração de contratos

**28. GASTOS DE FINANCIAMENTO E RENDIMENTOS FINANCEIROS**

O detalhe dos gastos incorridos com financiamentos e rendimentos financeiros obtidos é o seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Gastos de financiamento</b>		
Empréstimos obrigacionistas	57.007	50.584
Papel comercial	21.176	7.194
Outros empréstimos	25.632	23.087
Outros investimentos financeiros	1.452	-
Swaps	6.674	9.018
	<b>111.942</b>	<b>89.883</b>
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros obtidos	3.995	1.554
Liquidações de Swaps	-	640
	<b>3.995</b>	<b>2.194</b>

**29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

O imposto sobre o rendimento calculado para o período findo em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, inclui o imposto corrente e o imposto diferido, como segue:

**IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO**

	<b>11</b>	<b>10</b>
Imposto s/ rendimento corrente	59.782	90.429
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	4.358	2.108
Imposto s/ rendimento diferido (Nota 9)	(4.890)	(36.184)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>59.250</b>	<b>56.353</b>

A reconciliação do montante de imposto calculado à taxa nominal e o imposto reconhecido na demonstração dos resultados é a seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>179.838</b>	<b>166.619</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Gastos não dedutíveis	19.080	29.950
Rendimentos não tributáveis	(10.403)	(12.675)
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Desvios Tarifários	12.726	123.625
Provisões	5.131	1.609
Reavaliações	7.257	8.366
Prejuízo Fiscal	-	756
Prémios de seguros e planos de pensões	(2.359)	(3.284)
Instrumentos Financeiros Derivados	474	(640)
Outros	(154)	(121)
<b>Lucro tributável</b>	<b>211.590</b>	<b>314.206</b>
Gasto com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25.0%	50.547	77.867
Derrama sobre o lucro tributável à taxa de 1.5%	3.437	4.686
Derrama estadual sobre o lucro tributável superior a 2.000.000 euros à taxa de 2.5%	5.360	7.461
Tributações autónomas	439	416
<b>Imposto corrente</b>	<b>59.782</b>	<b>90.429</b>
Imposto diferido	(4.371)	(38.708)
Imposto diferido – Alteração de taxa de imposto (Derrama estadual)	(519)	2.524
<b>Imposto diferido</b>	<b>(4.890)</b>	<b>(36.184)</b>
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	4.358	2.108
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>59.250</b>	<b>56.353</b>
Taxa efetiva de imposto	32,95%	33,82%

A taxa de imposto adotada para a reconciliação do montante de imposto nas demonstrações financeiras

consolidadas é calculada da seguinte forma:

#### TAXAS DE IMPOSTO CORRENTE

	<b>11</b>	<b>10</b>
Taxa de imposto	25%	25%
Derrama	1,5%	1,5%
Derrama Estadual	2,5%	2,5%
	<b>29%</b>	<b>29%</b>

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o detalhe da rubrica “Imposto sobre o rendimento” a pagar

e a receber é detalhada no quadro seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício:</b>		
Imposto estimado	(56.086)	(94.495)
Pagamentos por conta	68.304	33.626
Retenções na fonte por terceiros	1.798	943
<b>Imposto a receber / (a pagar) – Grupo Fiscal</b>	<b>14.015</b>	<b>(59.925)</b>
Imposto estimado	(3.696)	(72)
Pagamentos por conta	3.144	400
Retenções na fonte por terceiros	<b>32</b>	<b>32</b>
<b>Imposto a receber / (a pagar)</b>	<b>(520)</b>	<b>361</b>

### 30. RESULTADO POR AÇÃO

Os resultados por ação atribuíveis aos detentores do capital do Grupo foram calculados da seguinte forma:

		<b>11</b>	<b>10</b>
Resultado líquido consolidado considerado no cálculo do resultado por ação	(1)	120.576	110.265
Nº de ações ordinárias em circulação no período (Nota 16)	(2)	534.000.000	534.000.000
Efeito das ações próprias (Nota 16) (nº médio de ações)		3.881.374	3.881.374
	(3)	530.118.626	530.118.626
Resultado básico por ação (euro por ação)	(1) / (3)	0,23	0,21

### 31. DIVIDENDOS POR AÇÃO

Os dividendos pagos durante os exercícios de 2011 e 2010 ascenderam a 89.060 milhares de euros (0,168 euros por ação) e 88.530 milhares de euros (0,167 euros por ação), respetivamente.

### 32. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Grupo REN que não figuram no balanço, em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, referentes a investimentos contratados e ainda não ocorridos, são detalhados da seguinte forma:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Linhas	80.146	107.692
Subestações	55.941	123.832
Gasodutos	1.687	7.223
Terminal de receção de gás em Sines	68.482	73.725
Cavidades de armazenagem subterrânea de gás	12.614	21.881
	<b>218.870</b>	<b>334.353</b>

**33. GARANTIAS PRESTADAS**

A 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, as garantias bancárias prestadas pelo Grupo são as seguintes:

BENEFICIÁRIO	OBJECTO	INÍCIO	11	10
Comunidade Europeia	Dar cumprimento a requisitos contratuais no âmbito de contrato de financiamento	05-12-2007	3	692
Tribunal da Comarca de Viseu	Caução para expropriação de 63 parcelas para a subestação da Bodiosa	22-10-2004	206	205.80289
Tribunal da Comarca de Braga e de C. Branco	Caução para expropriação de parcelas para as subestações de Pedralva e C. Branco	15-02-2006	800	799.864
Camara Municipal de Silves	Caução para obras em Tunes	04-05-2006	352	352.365
Tribunal da Comarca da Anadia	Caução para expropriação de 111 parcelas para a subestação do Paraimo	26-04-2005	432	431.7461
Tribunal da Comarca de Gondomar	Prestação de caução no âmbito do processo 1037/2001	09-11-2005	150	149.63937
Tribunal da Comarca de Penela e Ansião	Caução para expropriação de 83 parcelas para a subestação do Penela	30-06-2006	703	703
Tribunal da Comarca de Vieira do Minho	Caução para expropriação de 29 parcelas para a subestação de Frades	04-08-2006	558	557.865
Tribunal da Comarca de Torres Vedras	Caução para expropriação de 11 parcelas para a subestação da Carvoeira	13-12-2006	297	296.669
Tribunal da Comarca de Macedo de Cavaleiros	Caução para expropriação de parcelas para a subestação de Olmos	15-02-2007	190	190
Direção Geral de Geologia e Energia	Concessão das atividades do transporte do gas	25-09-2006	20.000	20000
Camara Municipal do Seixal	Garantia de processos em curso	02-11-2006	3.853	3852.91
BEI	Para garantir empréstimos	26-06-2006	399.497	364671
Serviços de Finanças de Lisboa	Caução de processo em curso		-	1080
Tribunal da Comarca de Tabua	Expropriação de parcelas de terreno	07-12-2007	171	171
Tribunal da Comarca de Vila Pouca de Aguiar	Expropriação de parcelas de terreno	18-04-2007	81	81
OMEL - Operador del Mercado Español de Electricidad	Garantir pagamentos resultantes da intervenção da Trading como comprador no mercado Espanhol	26-06-2007	2000	2000
Juiz de Direito da Comarca de Lisboa	Caução de processos em curso	10-12-2008	115	115
Tribunal da Comarca de Armamar	Expropriação de parcelas de terreno	03-11-2008	732	731.5
Ministério da Economia e da Inovação	Garantir liquidação de dívida exequenda nº 7873/2006	30-12-2008	1	1
Fortia	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association, Inc.)	19-04-2011	1000	2000
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional do Porto	Instalação de infraestruturas de gás por perfuração - RNT de Gás Natural - Ramal Industrial de Leça	15-07-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Mogadouro	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à ampliação da subestação de Mogadouro	30-07-2009	18	18
EP - Estradas de Portugal - Delegação Regional de Santarém	RNTGN - CCC Pego - ligação de Central Termoelétrica da Tejo Energia (Pego). Atravessamento da EN 118 - km 142,295	25-08-2009	5	5
Juiz de Direito da Comarca de Tavira	Caucionar a expropriação de 38 parcelas de terreno, sitas na Freguesia de Cachopo, do Concelho de Tavira para implantação da Subestação de Tavida	24-09-2009	163	163
NORSCUT - Concessionária de Autoestradas, SA	Garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela REN no contrato de cedência de utilização	08-01-2010	200	200



BENEFICIÁRIO	OBJECTO	INÍCIO	11	10
EUROSCUT NORTE - Sociedade Concessionária da SCUT do Norte Litoral, S.A.	Assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, decorrentes do contrato relativo à instalação de gasoduto na área de concessão da EUROSCUT NORTE.	25-01-2010	250	250
Direção Geral dos Impostos	Garantia da suspensão do processo de contencioso sobre IVA	23-09-2010	-	688
Diretor do DAGEF da Câmara Municipal do Seixal	Garantir a liquidação da dívida exequenda nº 3500/2010 a aps. - nº 35800/2010, 35801/2010, 35802/2010 e 35803/2010	21-12-2010	616	616
Direção Geral de Geologia e Energia	Garantir o pontual e integral cumprimento das obrigações emergentes do contrato de “concessão da explor., em regime de serviço público da zona piloto identificada no DL nº 5/2008, de 8 de janeiro, e da utilização do recursos híbridos do domínio público de energia elétrica a partir das ondas do mar”	19-10-2010	500	500
Juiz de direito do tribunal de circulo e de comarca de Santa Maria da Feira	Para caucionar o custo de expropriação de 35 parcelas - sitas na freguesias de Loredo e Romariz, com vista à implantação da subestação da Feira	14-01-2011	590	-
Juiz de direito do Tribunal da Comarca de Valongo	Garantir a cobertura dos custos com a aquisição dos terrenos destinados à construção do posto de transição de Valongo “Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/ Guarda - EN 330”	15-02-2011	125	-
EP - Estradas de Portugal	“Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/ Guarda - EN 221”	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	“Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/ Guarda - EN 234”	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	“Garantir o bom e integral funcionamento das obrigações que decorrem do contrato para a construção do gasoduto Mangualde/Celorico/ Guarda - EN 232”	25-08-2011	5	-
EP - Estradas de Portugal	Proceder à realização da seguinte obra: ligação do Posto de Transição de Valongo - SE Ermesinde a 220kV - circuito Duplo em cabo subterrâneo (EN 208Km 12 + 770 ao km 13 + 280	02-09-2011	37	-
			<b>433.668</b>	<b>401.527</b>

A garantia prestada ao BEI refere-se à transferência para a REN dos empréstimos existentes nas empresas de gás no âmbito do processo de *unbundling*.

### 34. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas no perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

DESIGNAÇÃO / SEDE	PRINCIPAL ATIVIDADE
<b>Segmento da Eletricidade:</b> "REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa"	Operador da Rede Nacional de Transporte em muito alta tensão
"REN Trading, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa"	Compra, venda, importação e exportação de eletricidade e de gás natural
"Enondas-Energia das Ondas, S.A. Mata do Urso – Guarda Norte – Carriço- Pombal"	Gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar.
<b>Segmento de Telecomunicações:</b> "RENTELECOM – Comunicações S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa"	Operador da rede de telecomunicações
<b>Outros segmentos:</b> "REN – Serviços, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 – Lisboa"	Back Office e gestão de participações sociais
<b>Segmento do Gás Natural</b>	
"REN Atlântico , Terminal de GNL, S.A. Terminal de GNL – Sines"	Responsável pela regaseificação do GNL e pela manutenção e utilização do terminal de gás natural liquefeito
<b>Detida pela Ren Serviços, S.A.:</b> "REN Gás, S.A. Av. Estados Unidos da América, 55 -12º – Lisboa"	Gestão de projetos e empreendimentos no setor do gás natural
<b>Detidas pela Ren Gas, S.A.:</b> "REN – Armazenagem, S.A. Mata do Urso – Guarda Norte – Carriço- Pombal"	Desenvolvimento,manutenção e utilização do armazenamento subterrâneo de gás natural
"REN – Gasodutos, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 – Vila de Rei – Bucelas"	Operador RNTGN e gere o negócio do gás natural
<b>Detidas pela REN Gasodutos, S.A:</b> "Gasoduto Braga Tuy, S.A. Estrada Nacional 116, km 32,25 – Vila de Rei – Bucelas"	Transporte de gás
"Gasoduto Campo Maior – Leiria – Braga,S.A.	Transporte de gás

DATA DE REFERÊNCIA	CAPITAL SOCIAL	CAPITAL PRÓPRIO	ATIVOS	PASSIVOS	VOLUME DE NEGÓCIOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	PERCENTAGEM DE CAPITAL DETIDO	
							GRUPO	INDIVIDUAL
Dez/11	586.759	674.544	2.895.578	2.221.034	348.987	79.535	100%	100%
Dez/11	50	3.831	129.986	126.155	5.415	3.563	100%	100%
Dez/11	250	217	806	589.028	-	0	100%	100%
Dez/11	100	3.262	5.051	1.788	5.629	2.407	100%	100%
Dez/11	50	37.171	773.268	736.097	21.780	36.960	100%	100%
Dez/11	13.000	78.082	365.441	287.359	35.099	8.127	100%	100%
Dez/11	539.323	591.131	761.174	170.043	-	51.808	100%	0%
Dez/11	76.386	83.793	144.200	60.406	13.667	5.415	100%	0%
Dez/11	404.931	462.305	938.883	476.578	127.861	46.246	100%	0%
Dez/11	2.680	4.807	4.891	85	440	265	100%	0%
Dez/11	23.712	47.348	86.914	39.566	21.230	9.041	100%	0%

#### ALTERAÇÕES AO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO EM 2011

Inclusões no perímetro: Constituição da REN Gás, S.A. em 29 de março de 2011.

Saídas do perímetro, no âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino

de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN procedeu, em outubro e dezembro de 2011, à alienação, por um valor global de 9.153.254 euros, de 55% do capital social da OMIP (Operador do Mercado Ibérico Portugal, SGPS, S.A.), mediante a transmissão de lotes compostos por ações representativas de 5% do capital social desta sociedade, passando a deter 35% do capital social daquela entidade.

Foram também cedidas na transação prestações suplementares num valor global de 4.545.200 euros.

Estas empresas deixaram de estar incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, a partir de outubro de 2011, data desde a qual o Grupo REN perdeu o controlo das mesmas.

Desde então, o Grupo passou a registar aquelas participações pelo método de equivalência patrimonial, tendo o registo inicial da participação financeira, à data de perda do controlo, sido registado pelo justo valor da participação com base no preço de venda das transações que deram origem àquela perda de controlo.

### 35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2011 o Grupo REN encontra-se cotado na Euronext de Lisboa tendo como acionistas de referência, com transações registadas, a EDP e a Caixa Geral de Depósitos.

A lista das entidades relacionadas é a seguinte:

#### Acionistas:

Grupo EDP  
EDP – Energias de Portugal, S.A  
EDP – Distribuição – Energia, S.A.  
EDP Serviços Universal, S.A.  
EDP Valor – Gestão Integrada de Serviços, S.A.  
EDP Gestão da Produção da Energia, S.A.  
Portgás, S.A.  
EDP Gás.Com, S.A.  
EDP Gás, SGPS, S.A.  
O&M Serviços, S.A.  
Sãvida, S.A.  
Labelec, S.A.  
Grupo CGD  
Caixa Geral de Depósitos, S.A.  
Caixa BI  
Outros:  
Red Eléctrica Corporación, S.A.  
Capitalpor – Participações Portuguesas, SGPS, S.A.  
Gestmin, SGPS, S.A.  
EGF – Gestão e Consultoria Financeira, S.A.  
Oliren, SGPS, S.A.  
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Durante o exercício, o Grupo REN efetuou as seguintes transações com aquelas partes relacionadas:

#### 35.1 RENDIMENTOS

	11	10
<b>Faturação emitida</b>		
Energia – EDP	1.146.657	1.487.362
Outros serviços – EDP	274.342	20.930
<b>Rendimentos financeiros</b>		
Juros de aplicações-CGD	1.548	–
<b>Total</b>	<b>1.422.547</b>	<b>1.508.292</b>

Os valores apresentados como faturação emitida referem-se essencialmente à faturação da tarifa do Uso Global do Sistema (UGS) e Transporte de Energia Elétrica (TEE), que incluem montantes

que se configuram como um *pass-through*, cujos rendimentos e gastos se encontram anulados na demonstração consolidada de resultados.

## 35.2 GASTOS

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Faturação recebida de energia</b>		
EDP	657.364	642.814
	<b>657.364</b>	<b>642.814</b>
<b>Compras de serviços</b>		
Serviços diversos – EDP	9.733	10.139
<b>Gastos de financiamento</b>		
Juros de papel comercial – CGD	1.480	2.878
Comissões de outros empréstimos – CGD	539	640
Instrumentos financeiros derivados	461	-
Outros juros – CGD (leasing e linhas de crédito)	22	31
	<b>12.235</b>	<b>13.688</b>

Os valores apresentados como faturação recebida de energia são relativos ao papel de intermediário da REN na compra e venda de eletricidade), cujos rendimentos e gastos são anulados na demonstração consolidada de resultados.

## 35.3 SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas são os seguintes:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Cientes e outras contas a receber</b>		
EDP – saldo em clientes	89.984	84.467
EDP – saldo em outros devedores	1.471	802
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
CGD – Aplicações de tesouraria	26.000	63.100
CGD – Depósitos bancários	701	1.527
	<b>118.156</b>	<b>149.896</b>
<b>Fornecedores e outras contas a pagar</b>		
EDP – saldo em fornecedores	9.979	7.674
EDP – saldo em outros credores	268	234
CGD – saldo em fornecedores	-	36
<b>Empréstimos:</b>		
CGD – Empréstimos (papel comercial)	5.000	27.000
CGD – Empréstimos (leasing)	406	131
	<b>15.653</b>	<b>35.075</b>

### 35.4 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da REN, SGPS foi considerado, de acordo com a IAS 24, como sendo o único elemento chave da gestão do grupo.

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2011, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN,SGPS ascenderam a 1.670 milhares de euros (2.031 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) conforme exposto na tabela em baixo:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Salários e outros benefícios de curto prazo</b>	1.670	2.031
	<b>1.670</b>	<b>2.031</b>

Os valores indicados referem-se apenas a remunerações fixas e ao subsídio de alimentação, dado que o Conselho de

Administração não auferiu de quaisquer outros rendimentos elencados pelo n.º 17 da IAS 24.

### 36. RENDIMENTOS E GASTOS DE CONSTRUÇÃO – ATIVOS DE CONCESSÃO

A decomposição das rubricas de “Rendimentos de construção – ativos de concessão” e “Gastos de construção – ativos de concessão” nos exercícios findos em 31 de dezembro 2011 e 2010 é conforme a seguinte:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Rendimentos de construção – ativos de concessão		
– aquisições	349.269	420.483
Gastos de construção – ativos de concessão		
– aquisições	349.269	420.483
– trabalhos para a própria empresa:		
Outros	(13.554)	(13.113)
Encargos financeiros	(19.409)	(12.822)
	<b>316.305</b>	<b>394.548</b>

### 37. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

A variação dos interesses não controlados (0 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011 versus 6.329 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010) resulta da aquisição pela REN Gasodutos, S.A. da totalidade do capital nas empresas Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga, S.A. e Gasoduto Braga-Tuy, S.A.

### 38. OUTROS ASSUNTOS

#### DIFERENDO COM A AMORIM ENERGIA B.V.

Na sequência da venda pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) à Amorim Energia BV, em setembro de 2006, da participação detida por aquela no capital social da Galp Energia, SGPS, SA, as partes mantiveram um diferendo quanto a

saber a quem pertencia o valor correspondente aos dividendos distribuídos pela Galp Energia, SGPS, SA em julho de 2006 e acordaram na constituição de um tribunal arbitral, com sede em Lisboa, para o dirimir.

Em 15 de junho de 2007, o Tribunal Arbitral especialmente constituído para o efeito por acordo das partes proferiu acórdão, com um voto de vencido, julgando improcedente a ação então movida pela Amorim Energia BV e reconhecendo definitivamente o direito da REN a manter os referidos dividendos.

Em dezembro de 2007, a REN foi notificada de um segundo processo de arbitragem instaurado pela Amorim Energia B.V., desta feita com sede em Paris, sob a égide da Câmara de Comércio Internacional (CCI), respeitante a matéria relacionada com o Shareholders Agreement relating to GALP ENERGIA, SGPS, S.A., celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a REN, a AMORIM e a ENI PORTUGAL INVESTMENT, S.p.A.. (Acordo Parassocial) e, em particular, com os referidos dividendos.

Nesta segunda arbitragem, a Amorim Energia B.V., alegando basear-se em factos diferentes, pediu a condenação da REN no pagamento de uma indemnização em montante equivalente ao valor dos Dividendos.

No dia 16 de março de 2010, a REN foi notificada de acórdão arbitral que, com um voto de vencido, a condenou a pagar à Amorim Energia B.V., por alegadas responsabilidades pré-contratual e contratual, uma indemnização no valor de 20.334.883,91 euros, equivalente a metade do pedido formulado por esta.

Em 20 de julho de 2010, a REN intentou contra a Amorim Energia B.V., na *Cour d'Appel* de Paris, um recurso de anulação, pedindo a anulação do Acórdão CCI, por entender ser possível fazer prevalecer a sua posição.

Em setembro de 2010, a Amorim Energia B.V. intentou contra a REN uma ação

com processo especial de revisão de sentença arbitral estrangeira, pedindo o reconhecimento, em Portugal, da decisão arbitral proferida em 16 de março, em Paris, pelo Tribunal CCI, a fim de que a mesma possa ser executada em Portugal. Em outubro de 2010, a REN apresentou a sua oposição à pretensão da Amorim Energia.

Posteriormente, em 17 de novembro de 2011, a REN foi notificada de decisão proferida pela *Cour d'Appel* de Paris, a qual indeferiu o pedido de anulação do Acórdão CCI.

Em qualquer caso, na sequência da oposição apresentada pela REN, continua pendente a referida ação proposta pela Amorim Energia B.V., em setembro de 2010, tendo por objeto o reconhecimento, em Portugal, do Acórdão CCI, aguardando-se o desenrolar do processo.

A REN, à data de 31 de dezembro de 2011, baseada na análise jurídica do acórdão arbitral e respetiva adenda, entendeu reforçar a provisão que tinha em 15.280 milhares de euros para o montante de 27.749 milhares de euros, correspondente à totalidade do processo acrescido de juros de mora incorridos até à data (Nota 21) para fazer face ao risco inerente a este processo (Nota 39).

#### **NOVOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em meados do mês de março de 2011, os Administradores Gonçalo Oliveira, Luis Atienza, Manuel Champalimaud e Filipe de Botton apresentaram ao Presidente do Conselho de Administração as respetivas renúncias aos cargos de vogal do Conselho de Administração, tendo sido substituídos, na Assembleia Geral Anual realizada no passado dia 15 de abril, pelas seguintes entidades:

Logoplaste, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (atualmente designada por EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.), Gestmin, SGPS, S.A., Oliren, SGPS, S.A. e Red Eléctrica Corporación, S.A..

Dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do art.º 390.º do Código das Sociedades Comerciais, aquelas entidades procederam à designação das pessoas singulares que irão exercer o cargo de Vogal do Conselho de Administração em nome próprio, respetivamente:

Luis Guedes da Cruz Almeida  
(designado no dia 27/07/2011);

José Manuel Félix Morgado (designado no dia 14/09/2011);

Gonçalo Xavier de Araújo (designado no dia 14/09/2011);

Luis Atienza (designado no dia 14/09/2011).

objeto da venda direta de referência relativa à 2ª fase do processo de reprivatização da REN.

A Oman Oil irá proceder à aquisição de 80 100 000 ações representativas de 15% do capital social da REN pelo preço global de €205.056.000, incorporando um prémio de 23% em relação ao preço de mercado no dia 1 de fevereiro de 2012.

A State Grid irá proceder à aquisição de 133 500 000 ações representativas de 25% do capital social da REN pelo preço global de € 387.150.000, incorporando um prémio de 40% em relação ao preço de mercado no dia 1 de fevereiro de 2012.

A Presidência do Conselho de Ministros publicou em Diário da República de 8 de fevereiro de 2012, a resolução n.º13/2012, que seleciona os adquirentes da venda direta relativa à 2ª fase do processo de reprivatização da REN, anteriormente mencionados .

### 39. FACTOS SUBSEQUENTES

#### ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO

Em 2 de janeiro de 2012, o Administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma apresentou ao Presidente do Conselho de Administração a renúncia ao cargo de Administrador Executivo e Chief Financial Officer tendo sido deliberado que até à designação de um novo *Chief Financial Officer* o Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo passará a acumular tais funções.

#### DIFERENDO COM A AMORIM ENERGIA, B.V.

Em 26 de janeiro de 2012 foi efetuado o pagamento de 27.837 milhares de euros relativos ao processo Amorim Energia B.V., referentes ao montante reclamado (Nota 38), acrescido de juros de mora incorridos até à data do referido pagamento.

#### 2ª FASE DE REPRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA

No dia 2 de fevereiro de 2012, o Conselho de Ministros, de acordo com informação transmitida à Párpública, procedeu à seleção da Oman Oil Company S.A.O.C. (Oman Oil) e da State Grid International Development Limited (State Grid) para adquirirem lotes distintos de ações representativas do capital social da empresas que, no seu conjunto, perfazem a totalidade das ações

#### ADENDA AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO

Em 21 de fevereiro de 2012 foram assinadas as adendas aos seguintes contratos de concessão em vigor entre o Estado Português e as empresas do Grupo, designadamente: i) o contrato de concessão da atividade de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, celebrado com a REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A.; ii) o contrato de concessão da atividade de transporte de gás natural através da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, celebrado com REN Gasodutos, S.A.; iii) o contrato de concessão da atividade de recepção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ao terminal de Sines, celebrado com a REN Atlântico, terminal GNL, S.A.; iv) o contrato de concessão da atividade de armazenamento subterrâneo de gás natural, celebrado com a REN Armazenagem, S.A.

Os referidos contratos de concessão foram alterados com as finalidades principais de: i) detalhar as funções



das operadoras das redes nacionais de transporte de eletricidade e gás natural; ii) desenvolver o regime de acompanhamento e supervisão das atividades das concessionárias pelo Estado Português e iii) precisar os termos aplicáveis à prestação

de informação por cada uma das concessionárias, ajustando ainda o respetivo clausulado contratual às disposições legais e regulamentares em vigor, em particular os Decretos-Lei n.º77/2011 e n.º78/2011, ambos de 20 de junho.

---

### O Técnico Oficial de Contas

Maria Teresa Martins

### O Conselho de Administração

---

**Rui Manuel Janes Cartaxo**  
(Presidente)

---

**José Frederico Vieira Jordão**  
(Membro da Comissão de Auditoria)

---

**Aníbal Durães dos Santos**  
(Administrador Executivo)

---

**Fernando António Portela Rocha de Andrade**  
(Membro da Comissão de Auditoria)

---

**João Caetano Carreira Faria Conceição**  
(Administrador Executivo)

---

**Luis Guedes da Cruz Almeida**  
(Administrador designado pela EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. em 27/07/2011)

---

**João Manuel de Castro Plácido Pires**  
(Administrador Executivo)

---

**Luis Maria Atienza Serna**  
(Administrador designado pela Rede Eléctrica Corporacion, S.A. em 14/09/2011)

---

**José Isidoro de Oliveira Carvalho Netto**  
(Administrador)

---

**Gonçalo Xavier de Araújo**  
(Administrador designado pela Oliren, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

---

**José Luís Alvim Marinho**  
(Presidente da Comissão de Auditoria)

---

**José Manuel Félix Morgado**  
(Administrador designado pela Gestmin, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

---

Nota – As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pela Técnica Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.

## DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

DECLARAÇÃO PREVISTA NO ARTIGO 245.º, N.º 1, ALÍNEA C)  
DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

*Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos membros do Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., abaixo identificados nominativamente, subscreveu a declaração que a seguir se transcreve\*:*

*“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 245.º, n.º 1, alínea c) do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, actuando na qualidade e no âmbito das funções que se me encontram atribuídas e com base na informação que me foi disponibilizada no seio do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, as demonstrações financeiras condensadas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão relativo ao exercício social de 2011 expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos naquele período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas para o exercício seguinte.”*

Rui Manuel Janes Cartaxo  
Aníbal Durães dos Santos  
João Caetano Carreira Faria Conceição  
João Manuel de Castro Plácido Pires  
Luís Maria Atienza Serna  
Luis Guedes da Cruz Almeida  
Gonçalo Xavier Araújo  
José Manuel Félix Morgado  
José Isidoro de Oliveira Carvalho Neto  
José Luís Alvim Marinho  
José Frederico Viera Jordão  
Fernando António Portela Rocha de Andrade

Lisboa, 1 de Março de 2012

\* Os originais das declarações individuais referidas encontram-se disponíveis para consulta na sede da sociedade

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S. A.  
BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010  
(Montantes expressos em milhares de euros)

31 DE DEZEMBRO

ATIVO	NOTAS	11	10
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5 e 6	290	386
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	7	805.605	1.281.394
Ativos financeiros disponíveis para venda	11	82.051	83.267
Outras contas a receber	9 e 26	1.727.525	1.209.333
Outros ativos financeiros	9	5.667	7.119
Instrumentos financeiros derivados	10	26.696	20.699
Ativos por impostos diferidos	8	4.389	2.578
<b>Total do activo não corrente</b>		<b>2.652.224</b>	<b>2.604.777</b>
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	9	197	51
Estado e outros entes públicos	16	14.016	2
Outras contas a receber	9 e 26	817.428	556.389
Diferimentos	12	85	128
Instrumentos financeiros derivados	10	1.144	2.212
Caixa e depósitos bancários	4	60.166	102.872
<b>Total do activo corrente</b>		<b>893.036</b>	<b>661.654</b>
<b>Total do activo</b>		<b>3.545.260</b>	<b>3.266.432</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	13	534.000	534.000
Ações próprias	13	(10.728)	(10.728)
Reserva legal	13	79.809	74.445
Outras reservas	13	138.763	140.307
Resultados transitados		221.596	220.944
Ajustamentos em ativos financeiros		(3.171)	(3.171)
Resultado líquido do período		960.270	955.798
<b>Total do capital próprio</b>		<b>1.072.823</b>	<b>1.063.075</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	15	2.229.987	1.778.856
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		1	6
Passivos por impostos diferidos	8	-	1.103
Provisões	7 e 14	-	1.733
Instrumentos financeiros derivados	10	14.239	2.875
<b>Total do passivo não corrente</b>		<b>2.244.228</b>	<b>1.784.573</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Provisões	14	27.749	12.470
Fornecedores	15	2.676	1.056
Estado e outros entes públicos	16	369	60.148
Instrumentos financeiros derivados	10	1.735	4.376
Financiamentos obtidos	15	45.219	303.927
Outras contas a pagar	15	148.404	36.062
Diferimentos	17	2.057	745
<b>Total do passivo corrente</b>		<b>228.209</b>	<b>418.783</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2.472.437</b>	<b>2.203.356</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>3.545.260</b>	<b>3.266.432</b>

O anexo faz parte integrante do balanço do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO	
		<b>11</b>	<b>10</b>
Serviços prestados	18	11.013	10.218
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias e associadas	7 e 19	135.886	129.074
Fornecimentos e serviços externos	20	(10.087)	(6.655)
Gastos com o pessoal	21	(4.809)	(4.018)
Provisões (aumentos / reduções)	14	(15.280)	(12.470)
Aumentos / reduções de justo valor		-	640
Outros rendimentos e ganhos	22	527	6.482
Outros gastos e perdas	23	(1.352)	(902)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>115.899</b>	<b>122.369</b>
Gastos / reversões de depreciações	5	(149)	(103)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>115.750</b>	<b>122.267</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	24	101.034	63.835
Juros e gastos similares suportados	24	(106.741)	(83.653)
Dividendos de empresas participadas	11 e 25	4.540	3.790
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>114.583</b>	<b>106.239</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(2.030)	1.038
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>112.553</b>	<b>107.277</b>
<b>Resultado por ação básico</b>		<b>0,21</b>	<b>0,20</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

REN - REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S. A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Montantes expressos em milhares de euros)

31 DE DEZEMBRO

	NOTAS	11	10
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		47.720	34.895
Pagamentos a fornecedores		(10.240)	(8.476)
Pagamentos ao pessoal		(4.552)	(3.635)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>32.928</b>	<b>22.783</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(42.264)	(8.278)
Outros recebimentos / pagamentos		(2.000)	(2.592)
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>		<b>(11.336)</b>	<b>11.914</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Prestações suplementares	7	(2.000)	
Investimentos financeiros		(7.488)	(304)
Ativos financeiros disponíveis para venda		(1.045)	-
Ativos tangíveis		(66)	(10.598) (48) (352)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros- alienação parcial de subsidiárias		11.577	
Juros e rendimentos similares		76.827	62.752
Dividendos	7 e 25	72.261	160.664 101.659 164.411
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>		<b>150.066</b>	<b>164.059</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		9.764.000	10.878.577
Juros e rendimentos similares		205	9.764.205 188 10.878.766
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		(9.750.325)	(10.781.303)
Juros e gastos similares		(105.867)	(85.418)
Dividendos	13	(89.060)	(9.945.252) (88.530) (10.955.251)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>		<b>(181.047)</b>	<b>(76.485)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>		<b>(42.317)</b>	<b>99.488</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	<b>102.483</b>	<b>2.995</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	<b>60.166</b>	<b>102.483</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

(Montantes expressos em milhares de euros)

**10**

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	AÇÕES (QUOTAS) PRÓPRIASL	RESERVA LEGAL
<b>Posição no início do período 2010</b>		534.000	(10.728)	67.221
<b>Alterações no período:</b>				
Variações de justo valor	10 e 11	-	-	-
Aplicação do resultado do ano anterior		-	-	7.225
Ajustamentos em activos financeiros	7	-	-	-
		-	-	<b>7.225</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>				
Distribuição de dividendos	13	-	-	-
			-	-
<b>Resultado líquido do período</b>				
<b>Resultado integral</b>		-	-	-
<b>Posição no fim do período 2010</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>74.445</b>

**11**

	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	AÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA LEGAL
<b>Posição no início do período 2011</b>		534.000	-10.728	74.445
<b>Alterações no período:</b>				
Variações de justo valor	10 e 11	-	-	-
Aplicação do resultado do ano anterior		-	-	5.364
		-	-	<b>5.364</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>				
Distribuição de dividendos	13	-	-	-
		-	-	-
<b>Resultado líquido do período</b>				
<b>Resultado integral</b>	<b>2</b>	-	-	-
<b>Posição no fim do período 2011</b>		<b>534.000</b>	<b>(10.728)</b>	<b>79.809</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
NOS EXERCÍCIOS DE 2010 E 2011

(Montantes expressos em milhares de euros)

**10**

RESERVA DE COBERTURAL	RESERVA DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADOS TRANSITADOS FINANCEIROS (NOTA 7)	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
(5.554)	(3.247)	103.218	262.065	-	102.723	1.049.699
4.412	(6.614)	-	-	-	-	(2.202)
-	-	48.091	(41.122)	-	(14.194)	-
-	-	-	-	(3.171)	-	(3.171)
<b>4.412</b>	<b>(6.614)</b>	<b>48.091</b>	<b>(41.122)</b>	<b>(3.171)</b>	<b>(14.194)</b>	<b>(5.372)</b>
-	-	-	-	-	(88.530)	(88.530)
-	-	-	-	-	<b>(88.530)</b>	<b>(88.530)</b>
<b>4.412</b>	<b>(6.614)</b>	-	-	-	<b>107.277</b>	<b>107.277</b>
<b>(1.141)</b>	<b>(9.861)</b>	<b>151.309</b>	<b>220.944</b>	<b>(3.171)</b>	<b>107.277</b>	<b>1.063.076</b>

**11**

RESERVA DE COBERTURAL	RESERVA DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ACTIVOS FINANCEIROS (NOTA 7)	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
(1.141)	-9.861	151.309	220.944	(3.171)	107.277	1.063.076
(9.362)	-4.383	-	-	-	-	(13.745)
-	-	12.201	652	-	(18.218)	-
<b>(9.362)</b>	<b>-4.383</b>	<b>12.201</b>	<b>652</b>	<b>-</b>	<b>(18.218)</b>	<b>(13.745)</b>
-	-	-	-	-	(89.060)	-89.060
-	-	-	-	-	<b>(89.060)</b>	<b>-89.060</b>
<b>(9.362)</b>	<b>(4.383)</b>	-	-	-	<b>112.553</b>	<b>112.553</b>
<b>(10.503)</b>	<b>(14.244)</b>	<b>163.510</b>	<b>221.596</b>	<b>(3.171)</b>	<b>112.553</b>	<b>1.072.823</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

# ANEXO

## ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Montantes expressos em milhares de euros)

### I. NOTA INTRODUTÓRIA

A REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (referida neste documento como “REN SGPS” ou “Empresa”), com sede social na Avenida Estados Unidos da América, 55 – 12º, Lisboa, resultou da transformação, em 5 de janeiro de 2007, da REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. numa sociedade gestora de participações financeiras.

Em simultâneo com a operação de transformação, foi efetuada a cisão do negócio da Eletricidade, que estava atribuído à REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., para a empresa do grupo REN – Serviços de Rede, S.A., posteriormente redenominada para REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A..

A REN SGPS é a empresa “holding” do Grupo REN, que está organizada em dois segmentos de negócio principais: a Eletricidade e o Gás, e em dois negócios secundários: as Telecomunicações e a Gestão do Mercado de Derivados de Eletricidade.

O negócio da Eletricidade compreende as seguintes empresas:

- a) REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujas atividades são desenvolvidas no âmbito de um contrato de concessão atribuído por um período de 50 anos, que se iniciou em 2007 e que estabelece a gestão global do Sistema Eléctrico de Abastecimento Público (SEP);
- b) REN Trading, S.A., constituída em 13 de junho de 2007, cuja função principal é a gestão dos contratos de aquisição de energia (CAE) da Turbogás e da Tejo Energia que não cessaram em 30 de junho de

2007, data da entrada em vigor dos novos Contratos para a Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC). A atividade desta Empresa compreende o comércio da eletricidade produzida e da capacidade de produção instalada, junto dos distribuidores nacionais e internacionais.

- c) A Enondas, Energia das Ondas, S.A. foi constituída em 14 de outubro de 2010, sendo o seu capital social integralmente detido pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. Tem como atividade a gestão da concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. O Estado Português atribuiu-lhe nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto – Lei n.º 5/2008, de 8 de janeiro e do Decreto-Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, a concessão para a exploração de uma zona piloto destinada à produção de energia elétrica a partir das ondas do mar. Nos termos do Decreto-Lei n.º 238/2008, de 15 de dezembro, a concessão em causa tem a duração de 45 anos, e inclui a autorização para a implantação das infraestruturas para ligação à rede elétrica pública e a utilização de recursos hídricos do domínio público hídrico, a fiscalização da utilização por terceiros dos recursos hídricos necessários à produção de energia elétrica a partir da energia das ondas, bem como a competência para a atribuição das licenças de estabelecimento e de exploração da atividade de produção de energia elétrica e respetiva fiscalização.

O negócio do Gás engloba as seguintes empresas, detidas direta ou indiretamente pela Empresa:



- a) REN Gás, S.A., constituída em 29 de março de 2011, tem como objeto social assegurar a promoção, o desenvolvimento e a condução de projetos e empreendimentos no setor do gás natural, bem como proceder à definição da estratégia global e à coordenação das sociedades em que detenha participação.
- b) REN Gasodutos, S.A., detida indiretamente pela REN SGPS em 100%, constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado através da integração das infraestruturas de transporte de gás (rede; ligações; compressão). A Empresa tem por objeto o transporte de gás natural em alta pressão e a gestão técnica global do Sistema Nacional de Gás Natural, tendo em vista a segurança e a continuidade do abastecimento de gás natural no território do continente. Caberá, em especial, proceder à gestão e exploração da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, compreendendo o transporte de gás natural, o planeamento, a construção, a manutenção e a operação das infraestruturas e instalações necessárias para o efeito, de acordo com a lei e a concessão de serviço público de que é titular, bem como quaisquer outras atividades correlacionadas.
- c) REN Armazenagem, S.A., constituída em 26 de setembro de 2006, cujo capital social foi realizado pela integração dos ativos de armazenamento subterrâneo de gás. O objeto social consiste no armazenamento subterrâneo de gás natural e a construção, exploração e manutenção das infraestruturas e instalações necessárias para o efeito, de acordo com a lei e a concessão de serviço público de que é titular, bem como quaisquer outras atividades correlacionadas.

Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga, S.A. assinaram o contrato “relativo à desvinculação da Enagás, S.A. da dimensão portuguesa do projeto conjunto de fornecimento de gás natural a Portugal e Espanha”.

De referir que este contrato incluía uma cláusula suspensiva em relação à saída do capital social da Empresa pela Enagás, S.A. e só produz efeitos com a não oposição por parte da Autoridade da Concorrência. O parecer positivo foi emitido pela Autoridade de Concorrência no dia 21 de janeiro de 2011.

Só após o parecer positivo é que se procedeu a redução do capital social da Empresa por via da amortização das ações da Enagás no montante de 2.574.460 euros e 3.233.500 euros, respetivamente.

Em 15 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou uma operação de reestruturação da sociedade de gás natural.

Em 30 de março de 2011, após o aumento de capital mediante a entrada em espécie no montante de 539.272.988 euros referente ao capital representativo das sociedades REN Gasodutos, S.A. e REN Armazenagem S.A., a REN Gás S.A. passou a deter a totalidade do capital das duas sociedades.

Em 12 de abril a REN SGPS, S.A. vendeu à REN Serviços S.A. a sua participação na REN Gás S.A..

Assim, as subsidiárias acima referidas são detidas indiretamente pela REN SGPS em

A REN Gasodutos, S.A. detém integralmente as seguintes empresas:

- Gasoduto Campo Maior – Leiria – Braga, S.A., constituída em 20 de janeiro de 1995, cuja atividade consiste no transporte de gás natural em alta pressão entre Campo Maior, Leiria e Braga.
- Gasoduto Braga-Tuy, S.A., constituída em 20 de janeiro de 1995, cuja atividade consiste no transporte de gás natural em alta pressão entre Braga e Tuy.

Em 17 de dezembro de 2010 a REN Gasodutos, S.A., a Enagás, S.A., o Gasoduto Braga-Tuy, S.A. e o

100% em virtude das sua subsidiária REN Serviços, S.A. (detidas pela REN SGPS em 100%) deter integralmente o capital da REN Gás, S.A.

- d) REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A., adquirida no âmbito da aquisição do negócio do gás, anteriormente designada por “SGNL – Sociedade Portuguesa de Gás Natural Liquefeito”. A atividade desta empresa consiste no fornecimento de serviços de receção, armazenamento e regaseificação de gás natural liquefeito através do terminal marítimo de GNL, sendo responsável pela construção, utilização e manutenção das infraestruturas necessárias.

As atividades da REN Gasodutos, S.A., REN Armazenagem S.A. e REN Atlântico S.A. são desenvolvidas no âmbito de três contratos de concessão atribuídos em separado, por um período de 40 anos cada, com início em 26 de setembro de 2006.

O negócio das Telecomunicações engloba a seguinte empresa:

A RENTELECOM – Comunicações, S.A. foi constituída ao abrigo do Despacho n.º 128/2001, de 22 de outubro, do Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 7 de dezembro de 2001. A empresa iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 2002, tendo por objeto o estabelecimento, a gestão e a exploração de infraestruturas e sistemas de telecomunicações, a prestação de serviços de comunicações, bem como o exercício de quaisquer atividades que sejam complementares, subsidiárias ou acessórias daquelas, diretamente ou através de constituição ou participações em sociedades.

O capital social da RENTELECOM é de 100 milhares de euros, representado por 20.000 ações com o valor nominal de 5 euros cada uma, o qual, em 31 de dezembro de 2011, é detido na sua totalidade pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A..

O negócio da Gestão do Mercado de Derivados de Eletricidade engloba as seguintes empresas:

A OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia, S.A. foi constituída ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Ministro da Economia, e por escritura pública lavrada em 16 de junho de 2003. A empresa iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão do mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Devido aos atrasos no arranque do MIBEL – Mercado Ibérico de Eletricidade, a OMIP apenas começou a operar em 3 de julho de 2006.

A OMIP detém a totalidade do capital da empresa OMIClear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.A., que tem como objeto social a compensação de operações a prazo, nomeadamente futuros e opções.

No seguimento dos Acordos de Santiago, foi criada a empresa OMIP

SGPS, S.A., que iniciou a sua atividade em 16 de setembro de 2010, detida naquela data em 90% pela REN SGPS, com o objeto social a gestão de participações noutras sociedades, como forma indireta do exercício de atividades económicas. Esta sociedade passou a deter as participações no capital do OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo português), S.A. e da Omiclear – Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S.A..

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN SGPS, procedeu em outubro e dezembro de 2011 à alienação, por um valor global de 9.153.254 euros, de 55% do capital social da OMIP,

Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., mediante a transmissão de lotes compostos por ações representativas de 5% do capital social desta sociedade, passando a deter 35% do capital social daquela entidade. Foram também cedidas na transação prestações suplementares num valor global de 4.545.200 euros.

Na mesma altura, a REN adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., pólo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.166.800 euros.

Em conformidade com o referido Acordo Ibérico, a REN deverá ainda alienar mais 25% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., nas mesmas condições das operações acima identificadas, de modo a que a posição acionista final da REN nesta empresa seja de 10% do respetivo capital social.

#### **Outros Negócios:**

A REN SGPS, possui ainda uma participação na empresa REN – Serviços, S.A., cujo objeto social em 15 de dezembro de 2010 foi alterado, passando a ter a seguinte redação: a Sociedade tem por objeto a prestação

de serviços em matéria energética e de serviços genéricos de apoio ao desenvolvimento do negócio, de forma remunerada, quer em empresas que com ela se encontrem em relação de grupo, quer a quaisquer terceiros, bem como a gestão de participações sociais que a sociedade detenha em outras sociedades.

As demonstrações financeiras anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 1 de março de 2011. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa.

## **2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis (princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de euros.

## **3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

### **3.1 BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, partir

dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras refletem apenas as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Acionistas. Conforme mencionado na Nota 3.2, as participações financeiras encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com as disposições previstas no Decreto Lei nº 158/2009 de 13 de julho, a Empresa preparou também demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia (“IFRS”), para aprovação em separado, as quais refletem, em 31 de dezembro de 2011, relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças:

Total do Ativo Líquido	(928.415)
Total do Passivo	(963.799)
Interesses não controlados	-
Resultado Líquido do Período	(8.036)
Rendimentos Totais	(672.916)

Em 31 de dezembro de 2011, as diferenças entre o resultado líquido e os capitais próprios (contas individuais e consolidadas) resultam essencialmente do facto de as subsidiárias se encontrarem a registar os ganhos e perdas atuariais relativos a benefícios dos empregados de acordo com a metodologia do “corridor”, sendo este efeito apropriado pela Empresa na aplicação do método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros naquelas subsidiárias nas contas consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS, os ganhos e perdas atuariais daqueles benefícios aos empregados são registados diretamente no capital próprio e do facto da participação da associada OMIP SGPS estar registada pelo método de equivalência patrimonial, tendo sido apurada a mais-valia realizada pela venda dos 55% de acordo com este método e nas contas consolidadas, preparadas de acordo com as IFRS, esta participação está registada ao custo revalorizado.

### 3.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são

registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição ao valor das participações financeiras.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação das participações financeiras quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade,

sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da subsidiária ou associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica de participações financeiras. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto

em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

### 3.3 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma linear desde a data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, pelo período de vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são conforme segue:

	ANOS
Equipamento de transporte	Entre 4 a 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas anualmente. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística sendo aplicadas prospetivamente.

Os ganhos (ou perdas) na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados, no período em que ocorre a alienação.

### 3.4 LOCAÇÕES

As locações, relativamente às quais a Empresa (locatária) detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade

do ativo, são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras, acordos em que a análise de uma ou mais condições contratuais particulares apontem para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato de locação. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de

encargos financeiros na rubrica de “Financiamentos obtidos”. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados, no período a que respeitam.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

### 3.5 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A Empresa optou por aplicar integralmente a IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, a IAS 39 – Instrumentos Financeiros, Reconhecimento e Mensuração, face ao disposto no parágrafo 2 da Norma Contabilística de Relato Financeiro (NCRF) 27.

O Conselho de Administração determina a classificação de investimentos em ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra.

#### Ativos Financeiros

Os investimentos em ativos financeiros podem ser classificados, após o seu reconhecimento inicial como:

- Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados – inclui os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- Investimentos detidos até à maturidade – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- Ativos financeiros disponíveis para venda – inclui os ativos financeiros não derivados que são designados

como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

As compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Os ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Os empréstimos concedidos e contas a receber são classificados no balanço como “Clientes” e “Outras contas a receber”, e são reconhecidos ao custo amortizado usando a taxa efetiva de juro, deduzidos de qualquer perda de imparidade. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

Os ativos disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital próprio. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica

de rendimentos financeiros, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (bid). Se não existir um mercado ativo, a Empresa estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

#### **Imparidade de Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

#### **Passivos Financeiros**

A IAS 39 prevê a classificação dos passivos financeiros em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados;
- ii) Outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros incluem Empréstimos Obtidos, Fornecedores e Outras Contas a pagar, após o reconhecimento inicial. Os Fornecedores e Outras Contas a pagar são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

### **3.6 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA**

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados. Quando se trata de

instrumentos financeiros derivados de negociação, os ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros. Quando são designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na rubrica de “Instrumentos financeiros derivados”, sendo que caso apresentem justo valor positivo ou negativo serão registados como ativos ou passivos financeiros, respetivamente.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expeável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

#### Contabilidade de Cobertura

No âmbito da sua política de gestão dos riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio, a Empresa contrata uma variedade de instrumentos financeiros derivados, nomeadamente *swaps*.

Os critérios para aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na IAS 39;
- É esperado que as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas, respetivamente, pelas alterações no justo valor ou fluxos de caixa, do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objetivos, a sua estratégia de gestão do risco e a sua avaliação da eficácia do instrumento de

cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto.

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados nos períodos em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados, sempre que a ineficácia ultrapasse os limites estabelecidos na IAS 39.

A contabilidade de cobertura é descontinuada quando a Empresa revoga a relação de cobertura, quando o instrumento de cobertura expira, é vendido, ou é exercido, ou quando um instrumento de cobertura deixa de se qualificar para a contabilidade de cobertura. Qualquer montante registado na rubrica de “Outras reservas – reservas de cobertura” apenas é reclassificado para resultados quando a posição coberta afetar resultados. Quando a posição coberta consistir numa transação futura e não for expeável que a mesma ocorra, qualquer montante registado na rubrica de “Outras reservas – reservas de cobertura” é de imediato reclassificado para resultados.

#### 3.7 RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito está deduzido do montante de impostos, descontos, devoluções e outros abatimentos.



O rédito relativo a prestações de serviços refere-se aos débitos efetuados às empresas subsidiárias, relativamente a custos de gestão.

O rédito relativo a investimentos em subsidiárias é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial.

O rédito dos juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

### 3.8 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

#### ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

##### 3.8.1 PRESSUPOSTOS ATUARIAIS

A determinação das responsabilidades futuras requer a utilização de pressupostos e estimativas, de

natureza demográfica e financeira, que podem condicionar significativamente os montantes de responsabilidades apurados em cada data de relato. As variáveis mais sensíveis referem-se à taxa de atualização das responsabilidades, a taxa de rendimento estimada para os ativos e as tabelas de mortalidade.

Responsabilidades por benefícios pós-emprego – Seguros de vida.

Os encargos a suportar pela Empresa com a prestação de seguros de vida são reconhecidos como custos durante o exercício em que os empregados auferem estes benefícios, encontrando-se estas responsabilidades refletidas no balanço na rubrica de “Responsabilidades por benefícios pós emprego”. Os pagamentos aos beneficiários efetuados no decurso de cada exercício são registados como uma redução destas responsabilidades.

A Empresa procede à contabilização dos gastos resultantes de seguros de vida de acordo com o disposto na NCRF 28.

##### 3.8.2 PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a REN SGPS tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos na liquidação dessa obrigação; e iii) os montantes possam ser estimados com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a REN SGPS divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

### 3.8.3 JUSTO VALOR

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, a Empresa estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que a condições de mercado, a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, fazendo o máximo uso de informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

### 3.9 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Empresa. O lucro tributável difere dos resultados contabilísticos, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data de reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data do relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as

diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.10 TRANSAÇÕES E SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço e dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, na rubrica de custos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

### 3.11 ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelos quais os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

### 3.12 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos aos detentores de capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

### 3.13 CAPITAL SOCIAL E AÇÕES PRÓPRIAS

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

As ações próprias adquiridas através de contrato ou diretamente no mercado são reconhecidas como uma dedução ao capital próprio. De acordo com o código das sociedades comerciais a REN SGPS tem de garantir a cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ou ao justo valor estimado se a compra for diferida.

### 3.14 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no passivo corrente na rubrica “Empréstimos obtidos correntes” na demonstração da posição financeira, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

### 3.15 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

### 3.16 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“non adjusting events” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

A caixa e seus equivalentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.366	472
Aplicações de tesouraria	58.800	102.400
	60.166	102.872
Descobertos bancários (Nota 15)	–	(389)
	<b>60.166</b>	<b>102.483</b>

**5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido no montante dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	<b>11</b>		
	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	488	146	634
Aquisições	124	11	135
Vendas/Abates	(153)	–	(153)
Saldo final	<b>459</b>	<b>157</b>	<b>616</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	219	28	247
Depreciações do exercício	122	27	149
Alienações	(70)	–	(70)
Transferências e abates	–	–	–
Reclassificações	–	–	–
Saldo final	<b>271</b>	<b>55</b>	<b>326</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>188</b>	<b>102</b>	<b>290</b>

	<b>10</b>		
	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
<b>Ativos</b>			
Saldo inicial	348	59	407
Aquisições	140	87	226
Saldo final	<b>488</b>	<b>146</b>	<b>634</b>
<b>Depreciações acumuladas e perdas por imparidade</b>			
Saldo inicial	129	15	145
Depreciações do exercício	90	13	103
Saldo final	<b>219</b>	<b>28</b>	<b>247</b>
<b>Ativos líquidos</b>	<b>268</b>	<b>118</b>	<b>386</b>

**6. LOCAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

			<b>11</b>	<b>10</b>
	CUSTO	DEPRECIAÇÕES	QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA ESCRITURADA
Equipamento de transporte	318	(140)	177	235
	<b>318</b>	<b>(140)</b>	<b>177</b>	<b>235</b>

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2011

e 2010 são detalhados conforme se segue:

	VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS		PAGAMENTOS MÍNIMOS	
	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>10</b>
Até 1 ano	74	86	80	91
Entre 1 ano e 5 anos	105	142	110	147
	<b>179</b>	<b>228</b>	<b>190</b>	<b>238</b>

**7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as participações financeiras da Empresa tinham a seguinte composição:

ENTIDADE	31 DE DEZEMBRO DE 2011			
	SEDE SOCIAL	CAPITAL SOCIAL	ACTIVO	CAPITAL PRÓPRIO
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>				
<i>Subsidiárias:</i>				
REN - Rede Eléctrica Nacional. S.A.	Lisboa	586.759	2.895.578	674.544
REN Trading. S.A.	Lisboa	50	129.986	3.831
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A. (a)	Sines	13.000	365.441	78.082
RENTELECOM - Comunicações. S.A.	Lisboa	100	5.051	3.262
REN Serviços. S.A.	Lisboa	50	773.268	37.171
Enondas. Energia das Ondas. S.A.	Pombal	250	806	217
<i>Associadas:</i>				
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal). SGPS. S.A.	Lisboa	2.610	25.751	25.735

a) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a participação financeira na REN Atlântico compreende um goodwill num montante de 3.774 milhares de Euros.

ENTIDADE	31 DE DEZEMBRO DE 2010			
	SEDE SOCIAL	CAPITAL SOCIAL	ACTIVO	CAPITAL PRÓPRIO
<b>Método da equivalência patrimonial:</b>				
<i>Subsidiárias:</i>				
REN - Rede Eléctrica Nacional. S.A.	Lisboa	586.759	2.720.062	656.615
REN Trading. S.A.	Lisboa	50	173.313	(1.733)
REN Gasodutos. S.A.	Lisboa	404.931	936.779	455.942
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A. (a)	Sines	13.000	330.426	69.955
REN Armazenagem. S.A.	Pombal	76.386	139.950	83.331
RENTELECOM - Comunicações. S.A.	Lisboa	100	5.967	3.884
REN Serviços. S.A.	Lisboa	50	9.931	3.132
Enondas. Energia das Ondas. S.A.	Pombal	250	237	216
OMIP - Operador do Mercado Ibérico (Portugal). SGPS. S.A.	Lisboa	2.610	17.232	17.285

## FRAÇÃO DE CAPITAL DETIDA

RESULTADO LÍQUIDO	%	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	PROVISÃO (NOTA 14)	VALOR PROPORCIONAL NO RESULTADO (NOTA 24)
79.535	100	674.544	-	79.535
3.563	100	3.831	-	3.563
8.127	100	81.856	-	8.127
2.407	100	3.262	-	2.407
36.960	100	37.171	-	36.960
0	100	217	-	0
187	35	4.725	-	23
		<b>805.605</b>	<b>-</b>	<b>130.616</b>

## FRAÇÃO DE CAPITAL DETIDA

RESULTADO LÍQUIDO	%	PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA	PROVISÃO (NOTA 14)	VALOR PROPORCIONAL NO RESULTADO (NOTA 24)
64.849	100	656.615	-	64.849
(2.118)	100	-	(1.733)	(2.118)
41.982	100	455.942	-	41.982
12.909	100	73.729	-	12.910
5.213	100	83.331	-	5.213
3.188	100	3.884	-	3.188
3.075	100	3.132	-	3.075
(34)	100	216	-	(34)
10	90	4.545	-	9
		<b>1.281.394</b>	<b>(1.733)</b>	<b>129.074</b>

Conforme mencionado na nota introdutória em outubro de 2011 a Empresa perdeu o controlo da OMIP SGPS passando a deter apenas 35% do capital social desta entidade.

O movimento ocorrido nestas rubricas em 2011 e 2010 foi como segue:

11

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				
ENTIDADE	PROPORÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO (ATIVO)	COODWILL	PROPORÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO PROVISÕES (NOTA 14)	TOTAL
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.277.622</b>	<b>3.774</b>	<b>-1.733</b>	<b>1.279.661</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 19)	128.990	-	1.733	130.723
Efeito da saída da participação na REN Gasodutos	(455.942)	-	-	(455.942)
Efeito da saída da participação na REN Armazenagem	(83.331)	-	-	(83.331)
Venda OMIP SGPS	(7.388)	-	-	(7.388)
Prestações suplementares-Trading	2.000	-	-	2.000
Prestações suplementares - OMIP	7.438	-	-	7.438
Distribuição de dividendos pelas subsidiárias e associadas	(67.557)	-	-	(67.557)
<b>Saldo final</b>	<b>801.832</b>	<b>3.774</b>	<b>-</b>	<b>805.605</b>

10

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				
ENTIDADE	PROPORÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO (ATIVO)	COODWILL	PROPORÇÃO NO CAPITAL PRÓPRIO PROVISÕES (NOTA 14)	TOTAL
<b>Saldo inicial</b>	<b>1.247.482</b>	<b>3.774</b>	<b>0</b>	<b>1.251.256</b>
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial (Nota 19)	130.807	-	(1.733)	129.073
Distribuição de dividendos pelas subsidiárias e associadas	(97.800)	-	-	(97.800)
Apropriação das variações patrimoniais das subsidiárias	(3.171)	-	-	(3.171)
Constituição de sociedades	304	-	-	304
<b>Saldo final</b>	<b>1.277.622</b>	<b>3.774</b>	<b>-1.733</b>	<b>1.279.661</b>

Em 7 de abril de 2011 a REN SGPS efetuou um aumento de capital da sua subsidiária REN Gás, no montante global de 481.317 milhares de euros,

através da entrada em espécie da totalidade das ações detidas da REN Gasodutos (no montante de 404.931 milhares de euros) e da REN



Armazenagem (no montante de 76.386 milhares de euros). A REN Gás, S.A. veio a ser integralmente alienada pela REN SGPS à REN Serviços em abril de 2011, não tendo sido gerado, com esta operação, qualquer margem nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 na REN SGPS.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN procedeu em outubro e dezembro de 2011 à alienação, por um valor global

de 9.153 milhares de euros, de 55% do capital social da OMIP, Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A., mediante a transmissão de lotes compostos por ações representativas de 5% do capital social desta sociedade, passando a deter 35% do capital social daquela entidade. Foram também cedidas na transação prestações suplementares num valor global de 4.545.200 euros. Esta alienação gerou uma mais valia de 5.163 milhares de euros (Nota 19).

A parcela de goodwill incluída na rubrica de "Participações financeiras – método de equivalência patrimonial", em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é detalhada conforme segue:

ENTIDADE	ANO DA AQUISIÇÃO	MONTANTE INICIAL	<b>11</b>	<b>10</b>
			QUANTIA ESCRITURADA	QUANTIA ESCRITURADA
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A.	2006	3.774	3.774	3.774
		3.774	3.774	3.774

O Goodwill representa a diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em subsidiárias e o justo valor dos capitais próprios da REN Atlântico, S.A. no âmbito do *unbundling* do negócio do gás natural.

#### TESTE DE IMPARIDADE AO GOODWILL

A REN efetuou o teste de imparidade ao goodwill em 31 de dezembro de 2011, ao nível da unidade geradora de caixa a que corresponde, a REN Atlântico. A atividade desta empresa está sujeita a um contrato de concessão e à regulação tarifária, pelo que o valor recuperável foi determinado com base no valor de uso. As projeções de cash flow efetuadas tomam em consideração as condições regulatórias expetáveis para o período de concessão remanescente, sendo o pressuposto mais relevante, na determinação dos mesmos, a taxa de remuneração dos ativos regulados. Os *cashflows* foram descontados, considerando uma taxa de juro média de mercado antes de impostos ajustada para o risco da atividade de regaseificação de gás natural, de 8%

(taxa de desconto após impostos de 4,99%).

O valor recuperável calculado foi de 95.317 milhares de euros, valor que permite a recuperação do valor do imobilizado líquido acrescido do goodwill de 3 774 milhares de euros.

#### 8. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do grupo REN pertencem ao Regime Especial de Tributação do Grupo de Sociedades ("RETGS"), em sede de IRC. Em consequência, a estimativa de imposto sobre o rendimento, as retenções efetuadas por terceiros e os pagamentos por conta são registados no balanço como contas a pagar e a receber da REN SGPS conforme os movimentos efetuados pelas suas subsidiárias.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando

tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O cálculo do imposto, no período, inclui a derrama estadual correspondente à aplicação de uma taxa adicional de 2,5% sobre a parte do lucro tributável superior a 2 milhões de euros.

A taxa de imposto utilizada na valorização das diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis em 31 de dezembro de 2011 é de 29% (29% em 2010).

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 2011 e 2010.

O gasto com impostos sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

GASTOS COM IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	11	10
Imposto corrente	1.725	222
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	(2.845)	1.032
Impostos diferidos	(910)	(216)
Gasto com impostos sobre o rendimento	(2.030)	1.038

A reconciliação do imposto corrente 2011 e em 2010 é detalhado conforme se segue:

	11	10
<b>Resultado antes de impostos</b>	<b>114.583</b>	<b>106.240</b>
<b>Diferenças permanentes:</b>		
Gastos não dedutíveis	18.565	27.910
Rendimentos não tributáveis	(140.675)	(132.705)
<b>Diferenças temporárias:</b>		
Provisão para seguros de vida e processos judiciais	14	6
Justo valor dos futuros e unwind swap	474	(640)
<b>Lucro tributável</b>	<b>(7.039)</b>	<b>811</b>
Gasto/(crédito) com impostos sobre o rendimento apurado à taxa de 25%	(1.760)	203
Tributações autónomas	35	20
<b>Imposto corrente</b>	<b>(1.725)</b>	<b>222</b>
Imposto diferido	910	(216)
Ajustamentos relativos ao imposto de exercícios anteriores	2.845	1.032
<b>Gasto com impostos sobre o rendimento</b>	<b>(2.030)</b>	<b>1.038</b>

**IMPOSTOS DIFERIDOS**

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

NATUREZA	31 DE DEZEMBRO DE 2011		31 DE DEZEMBRO DE 2010		AUMENTO/ (REDUÇÃO) DO PERÍODO	
	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	BASE	IMPOSTO DIFERIDO	RESULTADOS	CAPITAL PRÓPRIO
<b>Activos por impostos diferidos:</b>						
Provisão para processos judiciais	19	5	–	–	5	–
Provisão para seguros de vida	1	0	6	2	(1)	–
Prejuízos fiscais	–	–	4.205	1.051	(1.051)	–
Justo valor dos futuros	–	–	1.572	456	(456)	–
Justo valor Swaps	15.115	4.383	3.688	1.069	(48)	3.362
	<b>15.135</b>	<b>4.389</b>	<b>9.471</b>	<b>2.578</b>	<b>(1.551)</b>	<b>3.362</b>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>						
Justo valor dos futuros	–	–	2.212	642	(642)	–
Justo valor dos Swaps	–	–	1.594	462	–	(462)
	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>3.806</b>	<b>1.103</b>	<b>(642)</b>	<b>(462)</b>
Gasto do período					(910)	3.824

**9. ATIVOS FINANCEIROS****CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Não correntes:</b>		
Outras contas a receber:		
Empresas do grupo - Suprimentos (Nota 26)	1.727.525	1.209.333
<b>Correntes:</b>		
Clientes	197	51
Outras contas a receber:		
Empresas do grupo - Suprimentos (Nota 26)	99.155	34.916
Empresas do grupo - Gestão de tesouraria (Nota 26)	622.995	359.306
Empresas do grupo - RETGS (Nota 26)	62.486	90.398
Empresas do grupo - Devedores (Nota 26)	32.555	71.682
Outros	238	87
	817.428	556.389
	<b>2.545.150</b>	<b>1.765.774</b>

À data de 31 de dezembro de 2011 a Empresa concedeu Suprimentos no valor de 1.826.680 milhares de Euros, cujas condições financeiras estão em linha com as condições de mercado.

A Empresa celebrou um Acordo de Gestão Centralizada de Tesouraria. Este acordo é válido por períodos anuais, renovável por iguais períodos, com condições financeiras em linha com as condições de mercado.

A rubrica de "Outros devedores – grupo", inclui o débito do imposto sobre o rendimento às subsidiárias relacionado

com o regime de tributação de grupos de sociedades.

#### OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica de "Outros ativos financeiros" no montante de 5.667 milhares de euros (7.119 milhares de euros em 31 de dezembro de 2010), corresponde ao investimento financeiro de 126 unidades de participação no fundo fechado "Luso Carbon Fund", com um prazo de maturidade 10 anos. Este investimento encontra-se registado ao justo valor através de resultados, utilizando o valor da unidade de participação do fundo.

## 10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa tinha os seguintes instrumentos financeiros derivados contratados:

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	31 DE DEZEMBRO DE 2011				
	NOCIONAL	ATIVO		PASSIVO	
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	334.000.000 EUR	–	–	640	3.585
Swaps de taxa de juro	200.000.000 EUR	–	–	–	10.654
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	–	26.696	–	–
		–	26.696	640	14.239
Derivados de negociação		1.144	–	1.095	–
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>1.144</b>	<b>26.696</b>	<b>1.735</b>	<b>14.239</b>

DERIVADOS DESIGNADOS COMO COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA	31 DE DEZEMBRO DE 2010				
	NOCIONAL	ATIVO		PASSIVO	
		CORRENTE	NÃO CORRENTE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Swaps de taxa de juro	384.000.000 EUR	–	–	2.803	2.875
Swaps de taxa de juro	200.000.000 EUR	–	1.553	–	–
Swap de taxa de câmbio e de juro	10.000.000.000 JPY	–	19.146	–	–
		–	20.699	2.803	2.875
Derivados de negociação		2.212	–	1.572	–
<b>Total de derivados designados como cobertura de fluxos de caixa</b>		<b>2.212</b>	<b>20.699</b>	<b>4.376</b>	<b>2.875</b>

O valor reconhecido nesta rubrica refere-se a cinco contratos swap de

taxa de juro, a um cross currency swap e a dois forward start swaps de taxa de

juro, contratados pela REN SGPS com o objetivo de cobrir o risco de flutuação das taxas de juro e de câmbio futuras.

instrumentos financeiros, no montante líquido a pagar de 2.614 milhares de euros.

Estão incluídos nos montantes apresentados os juros a receber ou a pagar vencidos à data de 31 de dezembro de 2011, relativos a estes

As características dos swaps contratados em 31 de dezembro de 2011 e 2010 eram as seguintes:

NOCIONAL DE REFERÊNCIA	PERÍODOS DE LIQUIDAÇÃO DE JUROS	RECEBIMENTO/PAGAMENTO	DATA DE VENCIMENTO	JUSTO VALOR EM 31.12.2011	JUSTO VALOR EM 31.12.2010
<b>Swaps de taxa de juro:</b>					
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 5 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 5 de Fevereiro, Maio, Agosto e Novembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,19%	Maio de 2012	(197)	(781)
134 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de Março, Junho, setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,28%	Junho de 2012	(443)	(2.094)
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de Abril e Outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de Abril e Outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,26%	Outubro de 2014	(1.224)	-
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 27 de Abril e Outubro – liquidação semestral de juros; a receber: 27 de Abril e Outubro – liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,23%	Outubro de 2014	(1.209)	-
50 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 12 Jan e Jul, liquidação semestral de juros; - a receber: 12 Jan e Jul, liquidação semestral de juros.	REN recebe Euribor 6M e paga 2,15%	Julho de 2014	(1.152)	-
<b>334 000 mEuros</b>					
200 000 mEuro	- a pagar: 16 de Abr, liquidação anual de juros; - a receber: dia 16 de cada mês, liquidação mensal de juros.	REN recebe Euribor 1M e paga 1,68%	Abril de 2011	-	(2.803)
				<b>(4.225)</b>	<b>(5.678)</b>
<b>Forward-start swaps:</b>					
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de Março, Junho, setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,72%	Dez de 2016	(5.211)	847
100 000 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 15 de Março, Junho, Setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros; a receber: 15 de Março, Junho, setembro e Dezembro – liquidação trimestral de juros.	REN recebe Euribor 3M e paga 2,77%	Dez de 2016	(5.443)	706
<b>200 000 mEuros</b>				<b>(10.654)</b>	<b>1.553</b>
<b>Cross-currency swap:</b>					
10 000 000 000 JPY 72 899 mEuros	Períodos de contagem de juros: a pagar: 26 de Junho e Dezembro – liquidação semestral de juros; a receber: 26 de Junho e Dezembro – liquidação semestral de juros.	REN recebe 2,71% e paga 5,64% (anual) até Junho de 2019 e Euribor a 6M + 190 b.p. desde essa data até à maturidade	Junho de 2024	26.696	19.146
<b>10 000 000 000 JPY</b>				<b>26.696</b>	<b>19.146</b>
<b>Total</b>				<b>11.817</b>	<b>15.021</b>

**SWAPS:****COBERTURA DE FLUXOS DE CAIXA**

A Empresa procede à cobertura de uma parcela de pagamentos futuros de juros de empréstimos e de emissões obrigacionistas, através da designação de swaps de taxa de juro em que paga uma taxa fixa e recebe uma taxa variável, com um nocional de 334.000 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 era de 384.000 milhares de euros). Esta é uma cobertura do risco de taxa de juro associado aos pagamentos de juros à taxa variável decorrentes de passivos financeiros reconhecidos. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual estão associados os cupões de juros dos financiamentos. O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor dos swaps de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2011, é de 4.225 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2010 era de 5.678 milhares de euros negativos).

A Empresa detém ainda dois forward-start swaps de taxa de juro com início em 2012, com o objetivo de cobertura do risco de flutuação das taxas de juro associadas a dívida recorrente da Empresa.

Estes instrumentos têm um nocional de 200.000 milhares de euros, pagando-se taxa fixa contra o recebimento de taxa variável. O risco coberto é o indexante da taxa variável ao qual se encontram associadas as taxas de juro da referida dívida. O objetivo desta cobertura é transformar a dívida de taxa de juro variável em taxa de juro fixa, sendo que o risco de crédito não se encontra a ser coberto. O justo valor destes swaps de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2011, é de 10.654 milhares de euros negativos (em 31 de dezembro de 2010, este valor era de 1.553 milhares de euros positivos).

Adicionalmente, a Empresa procede à cobertura da sua exposição ao risco de fluxos de caixa da sua emissão obrigacionista de 10.000 milhões de JPY, decorrente do risco cambial, através de um cross currency swap com as características principais equivalentes às da dívida emitida. O mesmo instrumento de cobertura é utilizado para uma cobertura de justo valor do risco de taxa de juro da referida emissão obrigacionista através da componente forward starting swap que só terá início em junho de 2019. As variações de justo valor do instrumento de cobertura encontram-se igualmente a ser diferidas em reservas de cobertura. A partir de junho de 2019, o objetivo será o de cobrir a exposição a JPY e o risco de taxa de juro, transformando a operação numa cobertura de justo valor, passando a registar-se as alterações de justo valor da dívida emitida, decorrente dos riscos cobertos, em resultados. O risco de crédito não se encontra coberto.

Refira-se que são registados na demonstração de resultados os montantes decorrentes do instrumento de cobertura quando a transação coberta afeta os resultados do exercício.

O justo valor do *cross currency swap* a 31 de dezembro de 2011 é de 26.696 milhares de euros positivos (em 31 de dezembro de 2010 o valor era de 19.146 milhares de euros positivos). A variação cambial do subjacente (empréstimo) no exercício de 2011, no montante de aproximadamente 7.762 milhares de euros, foi compensada por uma variação simétrica do instrumento de cobertura na demonstração de resultados do exercício.

O valor registado em reservas referente às coberturas de fluxos de caixa acima referidas é de 14.793 milhares de euros (em 31 de dezembro de 2010 o valor era de 1.607 milhares de euros). Os movimentos registados na reserva de cobertura foram os seguintes:

ENTIDADE	JUSTO VALOR	IMPACTO IMPOSTO DIFERIDO	RESERVA COBERTURA
<b>1 de janeiro de 2010</b>	(7.556)	2.002	(5.554)
Variação justo valor	5.949	(1.537)	4.412
<b>31 de dezembro de 2010</b>	<b>(1.607)</b>	<b>466</b>	<b>(1.142)</b>
<b>1 de janeiro de 2011</b>	(1.607)	466	(1.142)
Variação justo valor	(13.185)	3.824	(9.362)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>(14.793)</b>	<b>4.290</b>	<b>(10.503)</b>

### COBERTURA DE JUSTO VALOR

A empresa contratou em 2009 um swap de taxa de juro para efetuar a cobertura de justo valor de uma emissão de 300.000 milhares de euros. Esta cobertura foi descontinuada em novembro de 2009, sendo que à data da descontinuação o instrumento coberto apresentava um ajustamento de justo valor decorrente da cobertura de 677 milhares de euros. Este montante está a ser amortizado por contrapartida de resultados, na rubrica de “gastos e perdas de financiamento” de acordo com o método do juro efetivo, durante a maturidade do instrumento coberto.

### FUTUROS:

A Empresa, através da sua subsidiária REN Trading, S.A., tem vindo a realizar algumas operações financeiras no mercado de futuros de energia, carvão e licenças de emissão de CO<sub>2</sub>, quer através da celebração de contratos standardizados pela *International Swaps and Derivatives Association Inc.* (“ISDA”), quer pela participação em bolsas de negociação de futuros.

A Empresa e a REN Trading formalizaram por meio de acordo os termos ao abrigo dos quais a REN Trading promove a gestão desses contratos de derivados financeiros, por conta e em benefício da Empresa, assegurando assim uma clara e transparente separação desses negócios, sempre numa lógica previamente definida e continuamente monitorizada de baixa exposição ao risco.

Esta contratação de derivados financeiros no mercado de futuros, não implica qualquer liquidação física dos ativos subjacentes, sendo uma atividade de natureza puramente financeira, enquadrável como mera gestão financeira de ativos, não se confundindo com a atividade regulada do Agente Comercial.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o justo valor dos contratos de futuros de energia e de licenças de CO<sub>2</sub> é conforme segue:

	ATIVO CORRENTE	PASSIVO CORRENTE
Contratos financeiros no mercado de energia para 2012	570	–
Contratos financeiros no mercado de energia para 2013	392	–
Licenças de CO <sub>2</sub>	–	1.095
Contratos Financeiros de Carvão para 2012	182	–
<b>Justo valor a 31 de dezembro de 2011</b>	<b>1.144</b>	<b>1.095</b>

	ATIVO CORRENTE	PASSIVO CORRENTE
Contratos financeiros no mercado de energia para 2011	1.941	-
Licenças de CO <sub>2</sub>	271	-
Contratos financeiros de carvão	-	1.572
<b>Justo valor a 31 de dezembro de 2010</b>	<b>2.212</b>	<b>1.572</b>

As variações do justo valor dos derivados de negociação que foram reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos atribuíveis ao risco coberto foram de 592 milhares de euros negativos em dezembro de 2011 (640 milhares de euros positivos em dezembro de 2010).

De referir que a perda registada em dezembro de 2011, encontra-se registada na rubrica de outros rendimentos e ganhos de forma a obter

o resultado das operações com os contratos financeiros de energia numa única rubrica na demonstração de resultados (Nota 22).

## II. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os ativos reconhecidos nesta rubrica referem-se a instrumentos de capital detidos em entidades estratégicas do mercado de eletricidade espanhol, e detalham-se como segue:

	% DETIDA	ENTIDADE	11	10
OMEL - Operador del Mercado Ibérico de Energia (Polo Espanhol)	10.00%	REN. SGPS	3.167	-
Red Electrica Corporacion.S.A. ("REE")	1.00%	REN. SGPS	44.760	47.651
Enagás. S.A	1.00%	REN. SGPS	34.125	35.617
<b>Total</b>			<b>82.051</b>	<b>83.267</b>

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

	OMEL	REE	ENACAS	TOTAL
<b>1 de janeiro de 2010</b>	-	52.551	36.835	89.386
Ajustamento de justo valor	-	(4.900)	(1.218)	(6.119)
<b>31 de dezembro de 2010</b>	-	<b>47.651</b>	<b>35.617</b>	<b>83.267</b>
<b>1 de janeiro de 2011</b>	-	47.651	35.617	83.268
Aquisições	3.167	-	-	3.167
Ajustamento de justo valor	-	(2.891)	(1.493)	(4.383)
<b>31 de dezembro de 2011</b>	<b>3.167</b>	<b>44.760</b>	<b>34.125</b>	<b>82.051</b>

As participações da REN SGPS na REE e Enagás estão registadas ao justo valor determinado com base nas cotações bolsistas das participações financeiras à data de 31 de dezembro de 2011.

A Red Eléctrica de España ("REE") é a entidade responsável pela gestão da rede elétrica em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da REE como parte de um acordo firmado entre os governos de Portugal e Espanha. A



REE está listada na Bolsa de Madrid integrando o índice “IBEX 35” e o ativo financeiro foi registado na data do balanço de acordo com a cotação em 31 de dezembro de 2011, o que resultou numa desvalorização de justo valor de 2.891 milhares de euros.

A Enagás é a entidade responsável pelo transporte e gestão do sistema de gás natural em Espanha. A REN SGPS adquiriu 1% de ações da Enagás como parte de um acordo de parceria estratégica. A Enagás está listada na Bolsa de Madrid, integrando o índice “IBEX 35” tendo o ativo sido registado na data de balanço de acordo com a cotação de 31 de dezembro de 2011, de que resultou uma perda de 1.493 milhares de euros.

No âmbito do processo de criação do Operador Único do Mercado Ibérico de Eletricidade (OMI), e em conformidade

com o que estava previsto no Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha relativo à constituição de um mercado ibérico de energia elétrica, a REN SGPS a REN adquiriu 10% do capital social do OMEL, Operador del Mercado Ibérico de Energia, S.A., polo espanhol do Operador Único, pelo valor global de 3.166.800 euros.

A participação na OMEL está registada ao custo de aquisição, uma vez que a OMEL tem uma atividade específica e não é uma empresa cotada. Não foi efetuado qualquer ajustamento à data de 31 de dezembro de 2011, por não existirem indícios de perda por imparidade.

Os ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, estão refletidos no capital próprio, na reserva de justo valor.

AJUSTAMENTO DE JUSTO VALOR:	11	10
Varição justo valor	(4.383)	(6.118)
Impacto dos Impostos diferidos	-	(496)
<b>Ajustamento líquido em capital</b>	<b>(4.383)</b>	<b>(6.614)</b>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a REE e a Enagás distribuíram dividendos nos montantes de 2.538 e 2.001 milhares de Euros, (2.001 e 1.789 milhares de euros em

2010), respetivamente. Estes montantes foram reconhecidos na demonstração dos resultados em rendimentos financeiros (nota 25).

## 12. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	11	10
Diferimentos ativos		
Seguros pagos antecipadamente	38	115
Outros gastos	47	13
	<b>85</b>	<b>128</b>

**13. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO****CAPITAL SOCIAL**

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo

representado por 534 000 000 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

O detalhe do capital social em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é como segue:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL SOCIAL
Capital social	534.000.000	534.000.000
	<b>534.000.000</b>	<b>534.000.000</b>

Os principais acionistas, em 31 de dezembro de 2011, são como segue:

	NÚMERO DE AÇÕES	CAPITAL %
Parpública, SGPS, S.A.	266.471.340	49,90%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	6.285.281	1,18%
EDP - Energias de Portugal, S.A.	26.700.000	5,00%
EGF - GCF, S.A.	44.935.176	8,41%
Gestmin, SGPS, S.A.	30.135.818	5,64%
Oliren, SGPS, S.A.	26.700.000	5,00%
Red Eléctrica Corporación, S.A.	26.700.000	5,00%
Ações próprias	3.881.374	0,73%
<i>Free float</i>	102.191.011	19,14%
	<b>534.000.000</b>	<b>100,00%</b>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa detinha as seguintes ações próprias em carteira:

	NÚMERO DE AÇÕES	PERCENTAGEM DE CAPITAL	VALOR
Ações próprias	3.881.374	0,7268%	10.728

Não houve aquisição ou venda de ações próprias no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

De acordo com o Código das Sociedades Comerciais a REN SGPS tem de garantir em cada momento a existência de reservas no Capital Próprio para cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

**RESERVA LEGAL**

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2011 a Reserva Legal ascende 79.809 milhares de euros (74.445 milhares de euros em 2010).

#### DISTRIBUIÇÕES

Os dividendos pagos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 ascenderam a 89.060 milhares de euros (0,167 euros por ação) e 88.530 milhares de euros (0,166 euros por ação), respetivamente.

#### OUTRAS RESERVAS

A rubrica de “Outras Reservas” inclui as variações de justo valor dos ativos detidos para venda e dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa.

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, os incrementos decorrentes da adoção de justo valor

apenas poderão ser distribuídos aos acionistas quando os elementos ou direitos que lhe deram origem sejam alienados, exercidos, extintos, liquidados ou quando se verifique o seu uso. Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa apenas tem no seu capital próprio, o montante de 24.747 milhares de euros negativos (11.003 milhares de euros negativos em 2010), referente a reduções decorrentes da aplicação do justo valor.

#### 14. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

##### GARANTIAS PRESTADAS

A Empresa tem prestadas garantias bancárias em 31 de dezembro de 2011 e 2010, conforme segue:

BENEFICIÁRIO	OBJETO	INÍCIO	11	10
Direção Geral de Geologia e Energia	“Caucionar o pontual e integral cumprimento das obrigações do “”Contrato de Concessão da Atividade de Transporte de Gás Natural através da RNT de Gás Natural””.”	9/25/06	10.000	10.000
BEI	Para garantir empréstimos	6/26/06	284.675	244.591
Fortia - Energia para Grandes Consumidores	Contratos financeiros no âmbito do contrato ISDA (International Swaps and Derivatives Association. Inc.)	4/19/11	1.000	-

#### PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica de “Provisões” apresenta a seguinte composição:

	11		10	
	NÃO CORRENTE (NOTA 7)	CORRENTE	NÃO CORRENTE (NOTA 7)	CORRENTE
Saldo inicial	1.733	12.470	-	982
Aumentos	-	15.280	1.733	12.470
Utilizações	(1.733)	-	-	(982)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>27.749</b>	<b>1.733</b>	<b>12.470</b>

Em 31 de dezembro de 2011 a rubrica de provisões refere-se à provisão para cobertura da contingência associada ao litígio com a Amorim Energia sobre os dividendos recebidos da GALP Energia em 2006, a qual foi registada na sequência da notificação do acórdão do Tribunal Arbitral no âmbito da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”) de Paris, em 16 de março de 2010, e respetiva adenda em 8 de julho de 2010, condenando a REN ao pagamento de 20.300 milhares de euros, equivalente a metade do montante reclamado pela Amorim Energia, acrescido de juros. Em 17 de novembro de 2011, a REN foi notificada de decisão proferida pela *Cour d’Appel* de Paris, a qual indeferiu o pedido de anulação do Acórdão CCI.

A REN, à data de 31 de dezembro, baseada na análise jurídica do acórdão arbitral e respetiva adenda entendeu reforçar a provisão que tinha em 15.280 milhares de euros para o montante de 27.749 milhares de euros, correspondente à totalidade do processo acrescido de juros de mora incorridos até à data, para fazer face ao risco inerente a este processo (Nota 28 e 29).

### 15. PASSIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

	11	10
<b>Corrente</b>		
<b>Fornecedores:</b>		
Grupo	150	153
Nacionais	2.045	860
Estrangeiros	481	43
	2.676	1.056
<b>Outras contas a pagar:</b>		
Fornecedores de Investimento	4	57
Empresas do Grupo – RETGS (Nota 26)	4.928	–
Empresas do Grupo – Suprimentos (Nota 26)	–	3.260
Empresas do Grupo – Gestão de Tesouraria (Nota 26)	139.155	–
<b>Acréscimos de gastos:</b>		
Remunerações	360	419
Outros	3.021	240
Outros Credores (Nota 26)	939	32.086
Outros	(3)	–
	<b>148.404</b>	<b>36.062</b>
	<b>151.080</b>	<b>37.118</b>

A Empresa celebrou um Acordo de Gestão Centralizada de Tesouraria. Este acordo é válido por períodos anuais, renovável por iguais períodos, com condições financeiras em linha com as condições de mercado.

### FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A repartição dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Não Corrente:</b>		
Papel Comercial	555.000	227.000
Empréstimos Obrigacionistas	1.100.123	942.039
Empréstimos Bancários	574.760	609.675
Locações Financeiras (Nota 6)	105	142
	<b>2.229.987</b>	<b>1.778.856</b>
<b>Corrente:</b>		
Papel Comercial	–	260.000
Empréstimos Bancários	34.916	34.916
Descobertos Bancários (Nota 4)	–	389
Locações Financeiras (Nota 6)	74	86
Juros a pagar	14.971	12.314
Juros a receber	(4.742)	(3.778)
	<b>45.219</b>	<b>303.927</b>
	<b>2.275.206</b>	<b>2.082.784</b>

Em 31 de dezembro de 2011, a Empresa tem dez programas de papel comercial ativos no valor de 1.200.000 milhares de euros, estando utilizados 555.000 milhares de euros. A extensão de todos os prazos dos programas de papel comercial originou a classificação em não corrente da totalidade da dívida obtida por este meio de financiamento. Em 31 de dezembro de 2011, o montante de empréstimos bancários ascende a cerca de 610.000 milhares de euros.

Durante o ano de 2011 a Empresa emitiu dois empréstimos obrigacionistas no montante de 150.000 milhares de euros, com maturidades em julho e outubro de 2014.

Os passivos financeiros apresentam os seguintes *covenants* principais:

*Cross default, Pari Passu, Negative Pledge, Gearing.* Os financiamentos celebrados com o BEI – Banco Europeu de Investimento incluem ainda *covenants* relativos à alteração de controlo acionista e *covenants* relacionados com notações de rating: (i) no caso de se verificar uma alteração de controlo acionista, se o BEI efetuar uma avaliação negativa da sua posição de credor motivada pela nova estrutura acionista, o Grupo pode ser chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI; (ii) no caso de verificação de notações rating abaixo dos níveis estipulados, o Grupo poderá ser igualmente chamado a prestar uma garantia aceitável para o BEI.

No final do exercício de 2011, a Empresa possuía ainda as seguintes linhas de crédito contratadas e não utilizadas:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>TAXAS DE JURO VARIÁVEIS:</b>		
Curto prazo	70.000	120.000

As linhas de crédito têm vencimentos até um ano, sendo renováveis de forma automática periodicamente (caso não sejam denunciadas no período

contratualmente estipulado para o efeito) ou através de acordo entre as partes previamente ao seu termo.

**16. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>ATIVO CORRENTE</b>		
Imposto sobre o rendimento	14.015	–
IVA a recuperar	1	2
<b>Estado e Entes Públicos - Activo</b>	<b>14.016</b>	<b>2</b>

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>		
Imposto sobre o rendimento	–	59.741
IVA a pagar	208	241
Retenção de impostos sobre o rendimento	93	113
Contribuições para a segurança social	68	53
<b>Estado e Entes Públicos - Passivo</b>	<b>369</b>	<b>60.148</b>

As empresas do grupo REN pertencem ao Regime Especial de Tributação do Grupo de Sociedades (“RETGS”), em sede de IRC. Os pagamentos por conta registaram um acréscimo significativo

relativamente ao ano anterior como consequência das bases tributáveis das empresas subsidiárias terem aumentado significativamente.

**17. DIFERIMENTOS PASSIVOS**

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Diferimentos passivos</b>		
Dividendos	910	745
Outros rendimentos a reconhecer - Opção de revenda à REN SGPS de 10% da OMIP	1.147	–
	<b>2.057</b>	<b>745</b>

**18. RÉDITO**

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Prestações de Serviços</b>		
Gestão técnica e administrativa para o Grupo REN (Nota 26)	11.013	10.218
	<b>11.013</b>	<b>10.218</b>

**19. GANHOS E PERDAS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS**

Os ganhos em subsidiárias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Subsidiárias:</b>		
REN REDE ELÉCTRICA NACIONAL. S.A.	79.535	64.849
REN GASODUTOS. S.A. (Nota 7)	–	41.982
REN ATLÂNTICO. S.A.	8.127	12.909
REN ARMAZENAGEM. S.A. (Nota 7)	–	5.213
RENTELECOM – COMUNICAÇÕES S.A.	2.407	3.188
REN SERVIÇOS. S.A.	36.960	3.075
OMIP. SGPS. S.A.	107	9
ENONDAS – ENERGIA DAS ONDAS. S.A.	0	(34)
REN TRADING. S.A.	3.563	(2.118)
<b>Associadas:</b>		
OMIP. SGPS. S.A.	23	–
Mais valia venda OMIP SGPS (Nota 7)	5.163	–
	<b>135.886</b>	<b>129.073</b>

**20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Serviços especializados	5.729	3.084
Serviços para Empresas do Grupo (Nota 26)	1.804	1.573
Publicidade	809	952
Deslocações e estadas	480	249
Outros serviços	1.265	796
	<b>10.087</b>	<b>6.655</b>

**21. GASTOS COM O PESSOAL**

A decomposição da rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Remunerações dos órgãos sociais	1.484	1.930
Remunerações do pessoal	2.539	1.375
Encargos sobre remunerações	688	432
Prémio de desempenho	–	158
Outros gastos com o pessoal	5	77
Seguros	93	46
	<b>4.809</b>	<b>4.018</b>

**PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA**

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante os exercícios de 2011 e 2010 foi de 39 e 21 empregados, respetivamente.

**22. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS**

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Contratos financeiros de energia	391	5.938
Rendimentos suplementares	14	530
Outros rendimentos	122	14
	<b>527</b>	<b>6.482</b>

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” refere-se essencialmente aos ganhos realizados nos contratos financeiros de energia, no montante de 391 milhares de euros em dezembro de 2011, deduzido das perdas potenciais registadas no montante de 592 milhares de euros (5.938 milhares de euros em dezembro de 2010). De referir que os ganhos potenciais nos contratos financeiros em

2010 encontravam-se registados na rubrica aumentos e reduções de justo valor.

**23. OUTROS GASTOS E PERDAS**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 2010 é conforme se segue:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Donativos	573	618
Quotizações	159	122
Impostos	203	103
Correção de exercícios anteriores	360	58
Outros gastos	57	1
	<b>1.352</b>	<b>902</b>

**24. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES**

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:



	<b>11</b>	<b>10</b>
<b>Juros e gastos similares obtidos:</b>		
Empréstimos obrigacionistas	57.007	51.026
Empréstimos bancários	18.649	13.827
Emissões de papel comercial	21.176	8.929
<i>Swaps</i>	6.674	9.018
Gestão centralizada de tesouraria	1.193	644
Outros ativos financeiros Luso Carbon (Nota 9)	1.452	157
Outros gastos financeiros	590	51
	<b>106.741</b>	<b>83.653</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos:</b>		
Juros de suprimentos (Nota 26)	81.868	56.005
Juros de gestão centralizada de tesouraria (Nota 26)	15.883	7.671
Juros de depósitos bancários	3.283	159
	<b>101.034</b>	<b>63.835</b>

## 25. DIVIDENDOS DE EMPRESAS PARTICIPADAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa obteve os seguintes dividendos nas empresas participadas:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Dividendos recebidos:		
- REE	2.538	2.001
- Enagás	2.001	1.789
	<b>4.540</b>	<b>3.790</b>

## 26. PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

11

ENTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 18)	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 24)	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 20)	JUROS E CASTOS SIMILARES SUPPORTADOS (NOTA 24)
REN – Rede Eléctrica Nacional. S.A.	6.150	64.853	787	
REN Trading. S.A.	139	354	330	682
REN Serviços. S.A.	1.205	24.609	574	155
RENTELECOM – Comunicações. S.A.	102	97	113	113
Gasoduto Campo Maior-Leiria-Braga	–	28	–	14
Gasoduto Braga-Tuy	–	–	–	20
REN Gás	–	–	–	208
Enondas	4	11	–	–
REN Gasodutos. S.A.	2.349	5.443	–	–
REN Armazenagem. S.A.	243	642	–	–
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A.	821	1.714	–	–
	<b>11.013</b>	<b>97.751</b>	<b>1.804</b>	<b>1.193</b>

10

ENTIDADE	SERVIÇOS PRESTADOS (NOTA 18)	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS (NOTA 24)	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS (NOTA 20)	JUROS E CASTOS SIMILARES SUPPORTADOS (NOTA 24)	JUROS E CASTOS SIMILARES SUPPORTADOS
REN – Rede Eléctrica Nacional. S.A.	5.903	55.637	565	–	–
REN Trading. S.A.	104	1.591	330	–	–
REN Serviços. S.A.	1.464	6	620	–	27
RENTELECOM – Comunicações. S.A.	35	–	58	–	24
REN Gasodutos. S.A.	2.037	5.147	–	4	–
REN Armazenagem. S.A.	153	325	–	–	–
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A.	522	969	–	1	–
	<b>10.218</b>	<b>63.675</b>	<b>1.573</b>	<b>5</b>	<b>51</b>

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

11

ENTIDADE	CORRENTE CLIENTES E OUTRAS CONTAS RECEBER (NOTA 9)	NÃO CORRENTE CONTAS A RECEBER (NOTA 9)	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (NOTA 15)
REN – Rede Eléctrica Nacional. S.A.	449.524	1.050.000	342
REN Trading. S.A.	28.854	–	59.669
REN Serviços. S.A.	121.355	609.760	7.078
REN Gasodutos. S.A.	187.820	–	1
REN Armazenagem. S.A.	25.411	–	–
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A.	2.673	67.765	–
Gasoduto Campo Maior–Leiria–Braga	28	–	27.319
Gasoduto Braga–Tuy	–	–	3.570
ENONDAS	543	–	–
REN Gás	45	–	45.014
RENTELECOM – Comunicações. S.A.	935	–	2.179
	<b>817.190</b>	<b>1.727.525</b>	<b>145.172</b>

10

ENTIDADE	CORRENTE CLIENTES E OUTRAS CONTAS RECEBER (NOTA 9)	NÃO CORRENTE CONTAS A RECEBER (NOTA 9)	FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR (NOTA 15)
REN – Rede Eléctrica Nacional. S.A.	282.405	1.050.000	195
REN Trading. S.A.	68.844	–	31.871
REN Serviços. S.A.	3.858	–	1.193
REN Gasodutos. S.A.	174.733	134.675	–
REN Armazenagem. S.A.	20.066	–	–
REN Atlântico. Terminal de GNL. S.A.	6.388	24.657	–
OMI CLEAR. S.A.	(108)	–	–
OMIP S.A.	7	–	–
ENONDAS	5	–	–
RENTELECOM – Comunicações. S.A.	–	–	2.239
	<b>556.199</b>	<b>1.209.332</b>	<b>35.498</b>

## 27. REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da REN foi considerado de acordo com NCRF 5, como sendo o único “elemento-chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da REN foram as seguintes:

	<b>11</b>	<b>10</b>
Salários e outros benefícios	1.540	1.930

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

Parassocial”) e, em particular, com os referidos dividendos.

Nesta segunda arbitragem, a Amorim Energia B.V., alegando basear-se em factos diferentes, pediu a condenação da REN no pagamento de uma indemnização em montante equivalente ao valor dos dividendos.

## 28. OUTROS ASSUNTOS

### DIFERENDO COM A AMORIM ENERGIA, B.V.

Na sequência da venda pela REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (REN) à Amorim Energia BV, em setembro de 2006, da participação detida por aquela no capital social da Galp Energia, SGPS, SA, as partes mantiveram um diferendo quanto a saber a quem pertencia o valor correspondente aos dividendos distribuídos pela Galp Energia, SGPS, SA em julho de 2006 e acordaram na constituição de um tribunal arbitral, com sede em Lisboa, para o dirimir.

No dia 16 de março de 2010, a REN foi notificada de acórdão arbitral que, com um voto de vencido, a condenou a pagar à Amorim Energia B.V., por alegada responsabilidade pré-contratual e contratual, uma indemnização no valor de 20.335 milhares de Euros, equivalente a metade do pedido formulado por esta.

Em 20 de julho de 2010, a REN tentou contra a Amorim Energia B.V., na Cour d’Appel de Paris, um recurso de anulação, pedindo a anulação do Acórdão CCI, por entender ser possível fazer prevalecer a sua posição.

Em 15 de junho de 2007, o Tribunal Arbitral especialmente constituído para o efeito por acordo das partes proferiu acórdão, com um voto de vencido, julgando improcedente a ação então movida pela Amorim Energia BV e reconhecendo definitivamente o direito da REN a manter os referidos dividendos.

Em setembro de 2010, a Amorim Energia B.V. tentou contra a REN ação com processo especial de revisão de sentença arbitral estrangeira, pedindo o reconhecimento, em Portugal, da decisão arbitral proferida em 16 de março, em Paris, pelo Tribunal CCI, a fim de que a mesma pudesse ser executada em Portugal. Em outubro de 2010, a REN apresentou a sua oposição à pretensão da Amorim Energia.

Em dezembro de 2007, a REN foi notificada de um segundo processo de arbitragem instaurado pela Amorim Energia B.V., desta feita com sede em Paris, sob a égide da Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), respeitante a matéria relacionada com o “Shareholders Agreement relating to GALP ENERGIA, SGPS, S.A.”, celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a REN, a AMORIM e a ENI PORTUGAL INVESTMENT, S.p.A.. (“Acordo

Posteriormente, em 17 de novembro de 2011, a REN foi notificada de decisão proferida pela Cour d’Appel de Paris, a qual indeferiu o pedido de anulação do Acórdão CCI.

Em qualquer caso, na sequência da

oposição apresentada pela REN, continua pendente a referida ação proposta pela Amorim Energia B.V., em setembro de 2010, tendo por objeto o reconhecimento, em Portugal, do Acórdão CCI, aguardando-se o desenrolar do processo.

A REN, à data de 31 de dezembro de 2011, baseada na análise jurídica do acórdão arbitral e respetiva adenda entendeu reforçar a provisão que tinha em 15.280 milhares de euros para o montante de 27.749 milhares de euros, correspondente à totalidade do processo acrescido de juros de mora incorridos até à data (Nota 14), para fazer face ao risco inerente a este processo (Nota 29).

#### **NOVOS MEMBROS DE CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Em meados do mês de março de 2011, os Administradores Gonçalo Oliveira, Luis Atienza, Manuel Champalimaud e Filipe de Botton apresentaram ao Presidente do Conselho de Administração as respetivas renúncias aos cargos de vogal do Conselho de Administração, tendo sido substituídos, na Assembleia Geral Anual realizada no passado dia 15 de abril, pelas seguintes entidades: Logoplaste, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. (atualmente designada por EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A.), Gestmin, SGPS, S.A., Oliren, SGPS, S.A. e Red Eléctrica Corporación, S.A..

Dando cumprimento ao disposto no n.º 4 do art.º 390.º do Código das Sociedades Comerciais, aquelas entidades procederam à designação das pessoas singulares que irão exercer o cargo de Vogal do Conselho de Administração em nome próprio, respetivamente:

**Luis Guedes da Cruz Almeida**  
(designado no dia 27/07/2011);

**José Manuel Félix Morgado**  
(designado no dia 14/09/2011);

**Gonçalo Xavier de Araújo**  
(designado no dia 14/09/2011);

**Luis Atienza**  
(designado no dia 14/09/2011).

## **29. FACTOS SUBSEQUENTES**

### **ALTERAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO**

Em 2 de janeiro de 2012, o Administrador João Nuno de Oliveira Jorge Palma apresentou ao Presidente do Conselho de Administração a renúncia ao cargo de Administrador Executivo e *Chief Financial Officer* tendo sido deliberado que até à designação de um novo *Chief Financial Officer* o Dr. Rui Manuel Janes Cartaxo passará a acumular tais funções.

### **DIFERENDO COM A AMORIM ENERGIA, B.V.**

Em 26 de janeiro de 2012, foi efetuado o pagamento de 27.837 milhares de euros relativos ao processo Amorim Energia B.V., referentes ao montante reclamado (Nota 28), acrescido de juros de mora incorridos até à data do referido pagamento.

### **2ª FASE DE REPRIVATIZAÇÃO DA EMPRESA**

No dia 2 de fevereiro de 2012, o Conselho de Ministros, de acordo com informação transmitida à Párpública, procedeu à seleção da Oman Oil Company S.A.O.C. ("Oman Oil") e da State Grid International Development Limited ("State Grid") para adquirirem lotes distintos de ações representativas do capital social da Empresa que, no seu conjunto, perfazem a totalidade das ações objeto da venda direta de referência relativa à 2ª fase do processo de reprivatização da REN.

A Oman Oil irá proceder à aquisição de 80 100 000 ações representativas de 15% do capital social da REN pelo preço global de 205.056 milhares de euros, incorporando um prémio de 23% em relação ao preço de mercado no dia 1 de fevereiro de 2012.

A State Grid irá proceder à aquisição de 133 500 000 ações representativas de 25% do capital social da REN pelo preço global de 387.150 milhares de euros, incorporando um prémio de 40% em relação ao preço de mercado no dia 1 de fevereiro de 2012.

A Presidência do Conselho de Ministros publicou em Diário da República de 8 de fevereiro de 2012, a resolução n.º13/2012 que seleciona os adquirentes da venda direta relativa à 2ª fase do processo de reprivatização da REN, mencionados acima.

#### **ADENDA AOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DAS SUBSIDIÁRIAS**

Em 21 de fevereiro de 2012, foram assinadas as adendas aos seguintes contratos de concessão em vigor entre o Estado Português e as empresas do Grupo, designadamente: i) o contrato de concessão da atividade de transporte de eletricidade através da Rede Nacional de Transporte de Eletricidade, celebrado com a REN-Rede Eléctrica Nacional, S.A.; ii) o contrato de concessão da atividade de transporte de gás natural através da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, celebrado com REN Gasodutos, S.A.; iii) o contrato de concessão da atividade de receção, armazenamento e regaseificação de Gás Natural Liquefeito ao terminal de Sines, celebrado com a REN Atlântico, terminal GNL, S.A.; iv) o contrato de concessão da atividade de armazenamento

subterrâneo de gás natural, celebrado com a REN Armazenagem, S.A..

Os referidos contratos de concessão foram alterados com as finalidades principais de: i) detalhar as funções das operadoras das redes nacionais de transporte de eletricidade e gás natural; ii) desenvolver o regime de acompanhamento e supervisão das atividades das concessionárias pelo Estado Português e iii) precisar os termos aplicáveis à prestação de informação por cada uma das concessionárias, ajustando ainda o respetivo clausulado contratual às disposições legais e regulamentares em vigor, em particular os Decretos-Lei n.º77/2011 e n.º78/2011, ambos de 20 de junho.

#### **30. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se divulgada no relatório e contas consolidado do Grupo REN.

---

**O Técnico Oficial de Contas n.º 30275****O Conselho de Administração**

---

**Rui Manuel Janes Cartaxo**  
(Presidente)

---

**José Frederico Vieira Jordão**  
(Membro da Comissão de Auditoria)

---

**Aníbal Durães dos Santos**  
(Administrador Executivo)

---

**Fernando António Portela Rocha de Andrade**  
(Membro da Comissão de Auditoria)

---

**João Caetano Carreira Faria Conceição**  
(Administrador Executivo)

---

**Luis Guedes da Cruz Almeida**  
(Administrador designado pela EGF, Gestão e Consultoria Financeira, S.A. em 27/07/2011)

---

**João Manuel de Castro Plácido Pires**  
(Administrador Executivo)

---

**Luis Maria Atienza Serna**  
(Administrador designado pela Rede Eléctrica Corporacion, S.A. em 14/09/2011)

---

**José Isidoro de Oliveira Carvalho Netto**  
(Administrador)

---

**Gonçalo Xavier de Araújo**  
(Administrador designado pela Oliren, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

---

**José Luís Alvim Marinho**  
(Presidente da Comissão de Auditoria)

---

**José Manuel Félix Morgado**  
(Administrador designado pela Gestmin, SGPS, S.A. em 14/09/2011)

---

**Nota** – As restantes folhas do presente Relatório e Contas foram rubricadas pelo Secretário da Sociedade, Pedro Cabral Nunes, e pela Técnica Oficial de Contas, Maria Teresa Martins.

REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

CONTAS CONSOLIDADAS

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da actividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A. e empresas participadas, zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a revisão legal de contas, a eficácia dos sistemas de controlo interno e a gestão de riscos. Fiscalizou ainda a actividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, incluindo a sua independência e isenção.

A Comissão de Auditoria examinou igualmente a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da REN – Redes Energéticas nacionais, SGPS, S.A. e subsidiárias, as quais compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira, que evidencia um total de 4.473.675 milhares de Euros e capitais próprios de 1.037.439 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 120.576 milhares de euros, as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

No âmbito das análises efectuadas, a Comissão de Auditoria procedeu ainda à supervisão do cumprimento e adequação das políticas, procedimentos e práticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados, bem como da regularidade e qualidade da informação contabilística da Sociedade.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e o Relatório Consolidado de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 1 de Março de 2012

José Luis Alvim (Presidente)

José Frederico Jordão (Vogal)

Fernando António Portela Rocha de Andrade (Vogal)



REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

CONTAS INDIVIDUAIS

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da actividade da REN – REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SGPS, S.A., zelou pela observância da lei, regulamentos e contrato de sociedade, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira, a revisão legal de contas, a eficácia dos sistemas de controlo interno e a gestão de riscos. Fiscalizou ainda a actividade do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, incluindo a sua independência e isenção.

A Comissão de Auditoria examinou igualmente a informação financeira individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, que evidencia um total de 3.545.260 milhares de Euros e capitais próprios de 1.072.823 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 112.553 milhares de Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

A Comissão de Auditoria analisou a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira individual, elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o qual mereceu o seu acordo.

No âmbito das análises efectuadas, a Comissão de Auditoria procedeu ainda à supervisão do cumprimento e adequação das políticas, procedimentos e práticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados, bem como da regularidade e qualidade da informação contabilística da Sociedade.

Face ao exposto, a Comissão de Auditoria é de opinião que as Demonstrações Financeiras Individuais e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.

Lisboa, 1 de Março de 2012

José Luis Alvim (Presidente)

José Frederico Jordão (Vogal)

Fernando António Portela Rocha de Andrade (Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA  
CONTAS CONSOLIDADAS

**Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”) e subsidiárias (“Grupo”), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada que evidencia um total de 4.473.675 milhares de Euros e capitais próprios de 1.037.439 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 120.576 milhares de Euros, as Demonstrações Consolidadas dos resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

### **Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, aplicadas, de forma consistente entre exercícios, e que a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 1 de Março de 2012

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### CONTAS INDIVIDUAIS

#### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 3.545.260 milhares de Euros e capitais próprios de 1.072.823 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 112.553 milhares de Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

#### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

#### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2

### **Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, a posição financeira da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2011, os resultados e o rendimento integral das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### **Ênfases**

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme mencionado na Nota 3.2 do Anexo, as participações financeiras em subsidiárias encontram-se registados de acordo com o método de equivalência patrimonial. A Empresa preparou nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 1 de Março de 2012

---

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo

### Extracto da Acta n.º 1/2012

No dia vinte e sete de Março do ano de dois mil e doze, pelas dez horas e trinta minutos, reuniu no auditório da Sociedade sito na Rua Cidade de Goa n.º 4, em Sacavém, concelho de Loures, a Assembleia Geral anual da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., sociedade aberta (doravante simplesmente designada por “REN” ou “Sociedade”), com sede na Avenida dos Estados Unidos da América, n.º 55, em Lisboa, pessoa colectiva número 503 264 032, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número, com o capital social de € 534.000.000,00. A reunião realizou-se fora da sede da Sociedade porque as respectivas instalações não permitiriam que a reunião aí se efectuasse em condições satisfatórias, tendo em conta que, por se tratar de uma sociedade aberta, era expectável que o número de accionistas presente ou representado fosse elevado. -----

(...)

Verificou-se, assim, que estiverem presentes ou regularmente representados um total de 87 accionistas, que totalizam 84,869% do capital social (9 accionistas presentes, titulares de 87.990 acções que totalizam 0,016% do capital social e 78 accionistas regularmente representados, titulares de 453.111.676 acções que correspondem a 84,852% do capital social). Verificou-se ainda que, em momento posterior e antes da votação do Ponto Um da ordem do dia, estiveram presentes ou regularmente representados um total de 88 accionistas, titulares de 453.399.666 acções, que totalizam 84,906% do capital social (9 accionistas presentes, titulares de 87.990 acções que totalizam 0,016% do capital social, e 79 accionistas regularmente representados, titulares de 453.311.676 acções que correspondem a 84,890% do capital social). A lista de presenças organizada pelos serviços de apoio à Assembleia Geral e as cartas de representação ficam arquivadas junto com a acta da reunião. -----

(...)

O Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos com a seguinte ordem do dia: -----

**Ponto Um** – Deliberar sobre a aprovação dos documentos de prestação de contas em base consolidada e individual referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, designadamente o relatório único de gestão, a certificação legal de contas, o parecer do órgão de fiscalização, o relatório de actividade da Comissão de Auditoria e o relatório de governo societário. -----

**Ponto Dois** – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011. -----

**Ponto Três** – Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, nos termos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais. -----

**Ponto Quatro** – Deliberar sobre a concessão de autorização ao Conselho de Administração para aquisição e alienação de acções próprias pela REN e sociedades participadas. -----

**Ponto Cinco** – Deliberar sobre a concessão de autorização para aquisição e alienação de obrigações próprias e outros valores mobiliários próprios representativos de dívida, pela REN e sociedades participadas. -----

**Ponto Seis** – Deliberar sobre uma declaração da Comissão de Vencimentos acerca da política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização. -----

**Ponto Sete** – Deliberar sobre introdução de um novo artigo 7.º-A dos estatutos da REN. -----

**Ponto Oito** – Deliberar sobre a alteração do artigo 11.º dos estatutos da REN, mediante o aditamento de um novo número 3. -----

**Ponto Nove** – Deliberar sobre a alteração do artigo 12.º dos estatutos da REN, mediante a modificação do respectivo número 3. -----

**Ponto Dez** – Deliberar sobre a introdução de um novo número 3 no artigo 27.º dos estatutos da REN. -----

**Ponto Onze** – Deliberar sobre a eleição dos membros dos órgãos sociais da REN para um novo mandato relativo ao triénio 2012-2014. -----

(...)

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra por parte dos Senhores Accionistas, deu-se início ao processo de votação, tendo a proposta relativa ao **Ponto Um** sido aprovada por unanimidade dos votos emitidos (453.399.666 votos emitidos, representativos de 84,906 % do capital social e a que correspondem 453.399.666 acções - com 453.395.836 votos a favor, 0 votos contra e 3.830 abstenções). -----

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente do Conselho de Administração que enquadrou a proposta apresentada pelo Conselho de Administração relativamente ao **Ponto Dois** da ordem do dia, transcrevendo-se o seu teor na presente acta: -----

“Nos termos das demonstrações financeiras anuais da REN – Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. (doravante “REN”), no exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, apurou-se como resultado líquido do exercício, nas contas consolidadas em IFRS, o montante de 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), e nas contas individuais, de acordo com o SNC, o montante de 112 552 875,21 Euros (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e cinco euros e vinte e um cêntimos).-----

Considerando o exposto e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 28.º dos Estatutos da REN e nos artigos 31.º a 33.º, na alínea f) do n.º 5 do artigo 66.º, nos artigos 294.º e 295.º e no n.º 2 do artigo 376.º, todos do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2011, apurado nas demonstrações financeiras individuais no *supra* referido valor de 112

552 875,21 Euros (cento e doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil oitocentos e setenta e cinco euros e vinte e um cêntimos), tenha a seguinte aplicação: -----

Para reserva legal – 5 627 643,76 Euros (cinco milhões, seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e quarenta e três euros e setenta e seis cêntimos); -----

Para dividendos - 90 246 000,00 Euros (noventa milhões, duzentos e quarenta e seis mil euros) correspondente a uma distribuição de 75,845% do resultado consolidado da REN, SGPS, S.A. no exercício de 2011, que ascende a 120 576 499,52 Euros (cento e vinte milhões, quinhentos e setenta e seis mil quatrocentos e noventa e nove euros e cinquenta e dois cêntimos), o que equivale à distribuição de um valor de dividendo bruto por acção de 0,169€; -----

Para reservas livres - 16 679 231,45 Euros (dezassex milhões, seiscentos e setenta e nove mil duzentos e trinta e um euros e quarenta e cinco cêntimos).” -----

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta relativa ao **Ponto Dois**, referente à aplicação de resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, tendo esta sido aprovada por unanimidade dos votos emitidos (453.399.666 votos emitidos, representativos de 84,906 % do capital social e a que correspondem 453.399.666 acções - com 453.397.176 votos a favor, 0 votos contra e 2.490 abstenções).-----

(...)

O Senhor Presidente da Mesa, em seu nome pessoal e em nome dos restantes membros da Mesa, expressou o seu agradecimento aos órgãos sociais da REN e, principalmente, aos Senhores Accionistas pela forma como contribuíram para o bom andamento dos trabalhos, e deu por encerrados os trabalhos às treze horas e trinta minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelo Senhor Presidente, pelo Senhor Vice-Presidente e pelo Senhor Secretário da Mesa.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Agostinho Pereira de Miranda)

O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral

(Duarte Vieira Pestana de Vasconcelos)

O Secretário da Sociedade

(Pedro Cabral Nunes)



# ANEXOS



# RELATÓRIO DE GESTÃO



## 0.1 LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA PUBLICADA EM 2011

### ELETRICIDADE

**Despacho ERSE nº 122/2011,  
de 4 de janeiro, DR nº 2, série II**

Aprova o procedimento do sistema de comunicações, execução e controlo de serviço de interruptibilidade.

**Despacho ERSE nº 1549/2011,  
de 19 de janeiro, DR nº 13, série II**

Estabelece os perfis horários de perdas para as redes de BT, MT, AT e MAT entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2011 e alterações aos perfis em BTN e BTE.

**Portaria nº 71/2011,  
de 10 de fevereiro, DR nº 29, série I**

Altera as condições do serviço de interruptibilidade, a prestar por um consumidor de eletricidade ao operador da rede de transporte.

**Portaria nº 117/2011,  
de 25 de março, DR nº 60, série I**

Altera o regime transitório aplicável, durante o ano de 2011, à prestação de serviço interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muito alta tensão (MAT), alta tensão (AT) e média tensão (MT) ao operador da rede de transporte.

**Decreto-lei nº 62/2011,  
de 9 de maio, DR nº 89, série I**

Estabelece os procedimentos de identificação das infraestruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social da sociedade no setor da energia.

**Decreto-lei nº 78/2011,  
de 20 de junho, DR nº 117, série I**

Estabelece as regras comuns para o mercado interno de eletricidade.

**Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2011, de 1 de agosto, DR nº 146, série I**

Aprova o calendário para a extinção faseada das tarifas reguladas de eletricidade e gás natural.

**Regulamento nº 496/2011,  
de 19 de agosto, DR nº 159, série II**

Revisão regulamentar do setor elétrico – Regulamento de Relações Comerciais, Regulamento Tarifário e Regulamento do Acesso às Redes e Interligações.

**Despacho nº 13492/2011,  
de 26 de setembro, DR nº 194, série II**

Reconhece o relevante interesse público da infraestrutura de apoio e equipamento de produção de eletricidade por fonte de energia renovável, *WaveRoller* Peniche, na Praia da Almagreira.

**Lei nº 51-A/2011, de 30 de setembro,  
DR nº 189, série I, Supl.**

Elimina a taxa reduzida de IVA sobre a eletricidade, com a consequente sujeição deste bem à taxa normal.

**Portaria nº 286/2011,  
de 31 de outubro, DR n.º 209, série I**

Fixa o coeficiente Z para projetos eólicos *offshore* com utilização de plataformas flutuantes.

**Diretiva ERSE nº 5/2011,  
de 24 de novembro, DR nº 226, série II**

Estabelece os termos e condições de realização de Leilões de Colocação de PRE.

**Portaria nº 310/2011,  
de 21 de dezembro, DR nº 243, série I**

Revoga o regime de interruptibilidade por consumidor de eletricidade em muito alta tensão.

**Diretiva ERSE nº 6/2011, de 22 de dezembro, DR nº 244, série II**

Altera o Regulamento Tarifário do Setor Elétrico.

**Diretiva ERSE nº 7/2011, de 22 de dezembro, DR nº 244, série II**

Aprova as tarifas e preços para a energia elétrica e outros serviços em 2012 e parâmetros de regulação para o período de regulação 2012-2014.

## GÁS NATURAL

**Despacho ERSE, nº 3454/2011, de 21 de fevereiro, DR nº 36, série II**

Aprova os termos e condições de realização do leilão para o ano gás 2011-2012 e as respetivas regras.

**Portaria n.º 137/2011, de 5 de abril, DR n.º 67, série I**

Adota como Regulamento do Terminal de Receção, Armazenamento e Regaseificação de Gás Natural Liquefeito a norma NP 1473.

**Portaria nº 142/2011, de 6 de abril, DR nº 68, série I**

Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural.

**Despacho ERSE nº 6794/2011, de 14 de abril, DR nº 84, série II**

Aprova o Manual de Gestão Logística do Abastecimento de UAG.

**Decreto-lei nº 62/2011, de 9 de maio, DR nº 89, série I**

Estabelece o procedimento de identificação e proteção das infraestruturas essenciais para a saúde, a segurança e o bem-estar económico e social nos setores da energia.

**Decreto-lei n.º 77/2011, de 20 de junho, DR n.º 117, série I**

Estabelece as regras comuns para o mercado interno de gás natural.

**Diretiva ERSE nº 2/2011, de 26 de junho, DR nº 142, série II**

Aprova as condições comerciais de ligação às redes de transporte e distribuição de gás natural. Republica a metodologia de codificação universal das instalações.

**Despacho ERSE nº 8687/2011, de 28 de junho, DR nº 122, série II**

Aprova as tarifas e preços de gás natural para o ano gás 2011-2012.

**Decreto-Lei nº 87/2011, de 18 de julho, DR nº 136, série I**

Estabelece o regime aplicável ao reconhecimento e transmissão dos ajustamentos tarifários regulares devidos às entidades reguladoras do setor do gás natural.

**Lei nº 51-A/2011, de 30 de setembro, DR nº 189, série I, Supl.**

Elimina a taxa reduzida de IVA sobre o gás natural, com a consequente sujeição deste bem à taxa normal.

**Diretiva ERSE nº 3/2011, de 7 de outubro, DR nº 193, série II**

Aprova as condições gerais dos contratos de uso das redes de distribuição e transporte de gás natural.

**Regulamento nº 541/2011, de 10 de outubro, DR nº 194, série II**

Altera o Regulamento Tarifário do Setor do Gás Natural.

**Portaria nº 297/2011, de 16 de novembro, DR nº 220, série I**

Determina as reservas mínimas de segurança de gás natural de todos os consumos não interruptíveis.

# SUSTENTABILIDADE



## 1.1 TABELA DE CORRESPONDÊNCIA GRI

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ESTRATÉGIA E ANÁLISE</b>		
1.1 Mensagem do Presidente		Pag. 4-6
1.2 Impactes, riscos e oportunidades		Pag. 18-19, 93-95, 97-98, 105-107
<b>PERFIL ORGANIZACIONAL</b>		
2.1 Denominação		REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
2.2 Marcas e serviços		Pag. 8-9
2.3 Estrutura operacional		Pag. 9-13
2.4 Sede social		AV. EUA, 55 - 1745-061 Lisboa
2.5 Países em que opera		Portugal
2.6 Tipo e natureza legal de propriedade		Pag. 8-9, 92
2.7 Mercados abrangidos		Pag. 8-9
2.8 Dimensão		Pag. 20-23
2.9 Principais alterações		Pag. 4-9, 18-19
2.10 Prémios		Pag. 95-96
EU1 Capacidade instalada (MW), discriminada por fonte de energia e por país ou regime regulatório		A atividade da REN não inclui a produção de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU2 Exportação líquida de energia, discriminada por fonte de energia e por país ou regime regulatório		A atividade da REN não inclui a produção de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU3 Número de clientes domésticos, industriais e comerciais		A atividade da REN não inclui a distribuição de energia, não sendo por isso considerado um indicador aplicável.
EU4 Comprimento de linhas de transporte		Pag. 22-23
EU5 Distribuição das licenças de CO2, por país e por regime		A atividade da REN não inclui a produção de energia pelo que não está sujeita à atribuição de licenças de emissão, não sendo por isso considerado um indicador relevante.
<b>PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO</b>		
<b>Perfil do Relatório</b>		
3.1 Período abrangido		1 Janeiro 2011 a 31 Dezembro 2011
3.2 Data do último relatório		Relatório de Sustentabilidade 2010
3.3 Ciclo de publicação		Anual
3.4 Contactos		Pág. 454-455, sustentabilidade@ren.pt
<b>Âmbito e Limites do Relatório</b>		
3.5 Definição do conteúdo		Pag. 92-93
3.6 Limites		Pag. 92-93
3.7 Limitações específicas		Pag. 92-93
3.8 Base para a elaboração		Pag. 92-93
3.9 Técnicas de medição e bases de cálculo		Pag. 92-93, 448-449
3.10 Reformulações		Ocorreu a reformulação do valor de azoto consumido pela REN Atlântico, devido a um erro no factor de conversão utilizado.

## Continuação

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
3.11 Alterações significativas		Inclusão no âmbito da REN Telecom
<b>Índice de Conteúdo do GRI</b>		
3.12 Índice de conteúdo do GRI		Presente tabela
<b>Verificação</b>		
3.13 Política e prática atual relativa à procura de verificação externa para o relatório		Pag. 92-93
<b>GOVERNAÇÃO</b>		
<b>Governança</b>		
4.1 Estrutura de governação		Pag. 168-172
4.2 Papel do Presidente		Pag. 171, 231
4.3 Administradores independentes e/ou não-executivos		Pag. 171, 281-232
4.4 Mecanismos de comunicação com acionistas e colaboradores		Pag. 108
4.5 Relação entre remuneração e desempenho organizacional		Pag. 223-225
4.6 Conflitos de interesse		Pag. 211, 214
4.7 Qualificações e competências dos administradores		Pag. 232-235
4.8 Missão, valores, códigos de conduta e princípios		A missão, visão e valores da REN podem ser consultados em: <a href="http://www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Missao/Pages/Missao.aspx">http://www.ren.pt/vPT/GrupoREN/Missao/Pages/Missao.aspx</a>
4.9 Procedimentos de supervisão do desempenho económico, ambiental e social		Pag. 204, 210
4.10 Processos para avaliação do desempenho da administração		Pag. 204, 210
<b>Compromissos com Iniciativas Externas</b>		
4.11 Abordagem ao princípio da precaução	7	Pag. 135-137, 213-220
4.12 Participação em iniciativas que a organização subscreva	7	Pag. 125, UN Global Compact
4.13 Participação em associações e organismos nacionais/internacionais	7	Pag. 125, 130, 132
<b>Relacionamento com as Partes Interessadas</b>		
4.14 Lista das partes interessadas		Pag. 100-101, 105-107
4.15 Base para identificação das partes interessadas		Pag. 99
4.16 Abordagens do relacionamento com as partes interessadas		Pag. 99-108
4.17 Temas e preocupações das partes interessadas e resposta		Pag. 99-108

## DESEMPENHO ECONÓMICO

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>			Pag. 18-19, 75, 87-88, 97-98
<b>ASPETO: DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE</b>			
EU6	<b>Setorial</b>	Disponibilidade e fiabilidade do abastecimento de energia	Pag. 52-55
<b>ASPETO: GESTÃO DA PROCURA</b>			
EU7	<b>Setorial</b>	Programas de gestão da procura, incluindo programas residenciais, comerciais e industriais	A natureza da actividade da REN não permite desenvolver programas de gestão da procura.
<b>ASPETO: INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</b>			
EU8	<b>Setorial</b>	Abordagem de investigação e desenvolvimento	Pag. 129-131
<b>ASPETO: DESCOMISSIONAMENTO DE CENTRAIS</b>			
EU9	<b>Setorial</b>	Provisões para descomissionamento de centrais nucleares	Em Portugal, não existem centrais nucleares.
<b>ASPETO: DESEMPENHO ECONÓMICO</b>			
EC1	<b>Essencial</b>	Criação e distribuição de valor	Valor económico directo criado: € 342,203 M Valor económico directo distribuído: € 310,675 M Valor económico directo dos accionistas retido: € 31,529 M
EC2	<b>Essencial</b>	Implicações financeiras, avaliação de riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas	Os riscos e oportunidades decorrentes das alterações climáticas estão identificados pela REN, no entanto, ainda não são avaliadas as respetivas implicações financeiras.
			7
EC3	<b>Essencial</b>	Cobertura de planos de reforma na organização	Pag. 118, 329-330, 363
EC4	<b>Essencial</b>	Comparticipações financeiras ao investimento	Pag. 130,306,330-331
<b>ASPETO: PRESENÇA NO MERCADO</b>			
EC5	<b>Complementar</b>	Rácio entre o salário mínimo praticado na REN e o salário mínimo nacional	O montante do salário mínimo auferido na REN é 1,44 vezes superior ao salário mínimo nacional de 2011 (485€)
			6
EC6	<b>Essencial</b>	Contratação de fornecedores	O processo de contratação com vista à aquisição de bens, serviços e empreitadas tem por base as regras da contratação pública em vigor, designadamente, o Código dos Contratos Públicos. Este processo assenta na realização de concursos limitados, nos quais participam empresas que integram uma lista de fornecedores qualificados para diversas classes de fornecimento relevantes. A REN apresentou em 2011 um prazo médio de pagamento de 31 dias.
EC7	<b>Essencial</b>	Contratação de quadros dirigentes	A REN não possui uma política que limite a contratação de dirigentes a uma região específica de Portugal, país ao qual se confina a sua atividade.
			6

## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRETOS</b>			
EC8	<b>Essencial</b>	Desenvolvimento e impacto dos investimentos na comunidade de natureza comercial, pró-bono ou em espécie	Pág. 125-128 As iniciativas são desenvolvidas tendo em consideração a aviação efectuada às necessidades das comunidades e às acções espontâneas em resposta a pedidos formulados pelas instituições referidas.
EC9	<b>Complementar</b>	Descrição dos impactos económicos indirectos significativos para benefício público	Pág. 56-58, 68-69, 143
<b>ASPETO: DISPONIBILIDADE E FIABILIDADE</b>			
EU10	<b>Setorial</b>	Cobertura da procura no longo prazo (incluindo reserva)	A REN colabora com a Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) na monitorização da segurança de abastecimento do SEN e do SNGN tendo como referência dados prospectivos sobre a evolução do sistema electroprodutor e da RNTIAT no médio e no longo prazo. Para mais informações consulte: páginas 46 e 47 do relatório de sustentabilidade 2010 (disponível em <a href="http://www.ren.pt">http://www.ren.pt</a> )
<b>ASPETO: GESTÃO DA PROCURA</b>			
EU11	<b>Setorial</b>	Eficiência de geração média, por fonte de energia e por país ou regime regulatório	A REN não possui atividade de produção de energia pelo que não é efetuado este tipo de análise.
<b>ASPETO: EFICIÊNCIA DO SISTEMA</b>			
EU12	<b>Setorial</b>	Eficiência no transporte e distribuição de energia	Pág. 52-55
<b>DESEMPENHO AMBIENTAL</b>			
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>			Pág. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 135-137
<b>ASPETO: MATERIAIS</b>			
EN1	<b>Essencial</b>	Consumo de materiais	8 Pág. 139
EN2	<b>Essencial</b>	Percentagem de materiais utilizados que são reciclados	8,9 Pág. 139
<b>ASPETO: ENERGIA</b>			
EN3	<b>Essencial</b>	Consumo direto de energia	Pág. 145 Todos os combustíveis consumidos e contabilizados pela REN são de origem fóssil.
EN4	<b>Essencial</b>	Consumo indirecto de energia	Pág. 145 O fornecedor de electricidade da REN é a EDP Serviço Universal e a informação referente à energia primária associada à produção de electricidade pode ser consultada no seguinte link: <a href="http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/Pages/OrigensdaEnergia.aspx">http://www.edpsu.pt/pt/origemdaenergia/Pages/OrigensdaEnergia.aspx</a>
EN5	<b>Complementar</b>	Conservação de energia e melhoria de eficiência	8,9 Pág. 141-145

## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EN6	<b>Complementar</b>	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis e reduções nos consumos alcançados	8,9 Pág. 141-145
EN7	<b>Complementar</b>	Iniciativas para reduzir o consumo indireto de energia e reduções alcançadas	Pág. 141-145
<b>ASPETO: ÁGUA</b>			
EN8	<b>Essencial</b>	Consumo total de água	8 Pág. 140
EN9	<b>Complementar</b>	Recursos hídricos afetados	8 Pág. 140
EN10	<b>Complementar</b>	Água reutilizada	8,9 Pág. 140
<b>ASPETO: BIODIVERSIDADE</b>			
EN11	<b>Essencial</b>	Terrenos em áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas	8 Pág. 146
EU13	<b>Setorial</b>	Comparação entre a biodiversidade dos habitats recuperados e a dos habitats originais	Estão implementados planos de monitorização em obras de linhas e subestações, para os aspetos ambientais de maior impacte. A REN não tem meios para aferir qual o estado original dos habitats, visto se tratarem de instalações antigas das quais a REN não dispõe de informação acerca do seu estado original. Pág. 136-138
EN12	<b>Essencial</b>	Impactes significativos sobre áreas protegidas ou de elevado valor para a biodiversidade fora das zonas protegidas	Pág. 138, 146-150
EN13	<b>Complementar</b>	Habitats protegidos ou recuperados	8 Pág. 146-152
EN14	<b>Complementar</b>	Gestão de impactes na biodiversidade	8 Pág. 135-139,146-150
EN15	<b>Complementar</b>	Número de espécies referidas na Lista Vermelha da IUCN e na lista de conservação nacional de espécies com habitats em áreas afetadas pela REN	8 Pág. 148-149



## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS</b>			
EN16	<b>Essencial</b>	Emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa	Pág. 141-143
EN17	<b>Essencial</b>	Outras emissões indiretas de gases com efeito de estufa	Pág. 142 A REN tem intenção em 2012 de alargar o âmbito das emissões de GEE reportadas de acordo com o scope 3 do GHG Protocol.
EN18	<b>Essencial para para o setor REN</b>	Iniciativas para reduzir das emissões de gases com efeito de estufa	8,9 Pág. 141-143
EN19	<b>Essencial</b>	Emissões de substâncias depletoras da camada ozono	A REN não produz produtos nem possui serviços que utilizem substâncias depletoras da camada de ozono. Ao longo do tempo, têm sido substituídos os equipamentos de climatização que contêm gases depletoras da camada de ozono, de acordo com o plano de substituição de equipamentos da REN.
EN20	<b>Essencial</b>	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas	Decorrentes da atividade da REN não são consideradas materiais as emissões de NOx e SOx. Adicionalmente, este indicador não foi considerado relevante pelas nossas partes interessadas.
EN21	<b>Essencial</b>	Rejeição de águas residuais	8 Pág. 140
EN22	<b>Essencial</b>	Produção de resíduos por tipo e destino final	8 Pág. 140
EN23	<b>Essencial</b>	Ocorrências de derrames em atividades	Em 2011, ocorreram nove derrames de substâncias perigosas. Dos derrames registados apenas foi possível quantificar três destes todos de hidrocarbonetos: - 1 derrame de 200 l. - 2 derrames de 9 m3 É objetivo da REN, numa ótica de melhoria contínua, reforçar em 2012 a sensibilização dos colaboradores da REN e das equipas de acompanhamento ambiental no sentido de registarem sempre as quantidades derramadas de substâncias perigosas.
EN24	<b>Complementar</b>	Produção de resíduos segundo a Convenção da Basileia	Este indicador não é aplicável, uma vez que os resíduos produzidos pela REN são todos encaminhados para operadores de gestão de resíduos nacionais.
EN25	<b>Complementar</b>	Recursos hídricos e respetivos habitats afetados pela rejeição de águas residuais	8 Pág. 140

## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: PRODUTOS E SERVIÇOS</b>			
EN26	<b>Essencial</b>	Iniciativas para avaliar e mitigar impactes ambientais	8,9 Pág. 135-138
EN27	<b>Essencial</b>	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respetivas embalagens	8,9 Este indicador não é aplicável à actividade da ren uma vez que a Empresa não comercializa produtos com embalagem.
<b>ASPETO: CONFORMIDADE</b>			
EN28	<b>Essencial</b>	Processos e multas por incumprimento de legislação sobre assuntos ambientais	8 No ano de 2011 foram levantados doze processos de contraordenações ambientais, ainda em curso; Foram concluídos dois processos de contraordenações ambientais, nos quais não foi atribuída culpa (sem multa); Transitaram de anos anteriores sessenta processos, ainda sem resolução em 2011.
<b>ASPETO: TRANSPORTE</b>			
EN29	<b>Complementar</b>	Impactes ambientais resultantes do transporte	8 Pág. 142
<b>ASPETO: CERAL</b>			
EN30	<b>Complementar</b>	Custos e investimentos com proteção ambiental	8,9 Pág. 140
<b>DESEMPENHO SOCIAL – PRÁTICAS LABORAIS</b>			
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>			Pág. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
<b>ASPETO: EMPREGO</b>			
EU14	<b>Setorial</b>	Retenção e renovação de mão de obra especializada	Pág. 113-117
LA1	<b>Essencial</b>	Colaboradores por tipo de emprego	Não existem colaboradores a tempo parcial. A totalidade dos contratos de trabalho é a tempo inteiro. A REN não tem colaboradores supervisionados. Pág. 110-112
LA2	<b>Essencial</b>	Taxa de rotatividade de colaboradores por faixa etária, género e região	A taxa de rotatividade por região não é aplicável, uma vez que a operação da REN está concentrada em Portugal. Pág. 110
EU15	<b>Setorial</b>	Percentagem de colaboradores elegíveis para reforma nos próximos 5 e 10 anos	Pág. 110
EU16	<b>Setorial</b>	Políticas e exigências relativas à saúde e segurança dos colaboradores, empreiteiros e subempreiteiros	Pág.119-123

## Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EU17	<b>Setorial</b>	Média de colaboradores subcontratados		Pág.121
EU18	<b>Setorial</b>	Formação de colaboradores subcontratados		Pág. 122 O aumento quase 3 vezes superior ao do ano passado no número de entidades envolvidas em acções de formação, deveu-se na sua maioria às obras de expansão do terminal da REN Atlântico.
LA3	<b>Complementar</b>	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro	6	Pág.118
<b>ASPETO: RELAÇÕES ENTRE COLABORADORES E A GESTÃO</b>				
LA4	<b>Essencial</b>	Colaboradores abrangidos por acordos de negociação coletiva	3	Pág.118
LA5	<b>Essencial</b>	Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais	3	Os prazos de aviso prévio são os decorrentes da Lei Geral de Trabalho.
<b>ASPETO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO</b>				
LA6	<b>Complementar</b>	Colaboradores representados em comissões de segurança e saúde ocupacional		Pág.120
LA7	<b>Essencial</b>	Taxa de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos resultantes da atividade laboral		Pág.120-121
LA8	<b>Essencial</b>	Programas relacionados com doenças graves		Pág.120
LA9	<b>Complementar</b>	Tópicos relativos a saúde e segurança, abrangidos por acordos formais com sindicatos		Os tópicos abrangidos encontram-se descritos no Título XV e anexo IV do Acordo Coletivo de Trabalho.
<b>ASPETO: FORMAÇÃO</b>				
LA10	<b>Essencial</b>	Formação anual por colaborador		Pág.114-115
LA11	<b>Complementar</b>	Programas de gestão de competências		Pág.113-118
LA12	<b>Complementar</b>	Colaboradores com avaliação de desempenho e desenvolvimento de carreira		100% Pág.117-118

## Continuação

INDICADOR			GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES</b>				
LA13	<b>Essencial</b>	Efetivos por indicadores de diversidade	1,6	No universo de colaboradores da REN, existem dois colaboradores portadores de deficiência. Pág. 111
LA14	<b>Essencial</b>	Rácio entre os salários base do homem e da mulher por categoria funcional	1,6	A atribuição de salário na REN não depende do género mas da categoria profissional e competências demonstradas.
<b>DESEMPENHO SOCIAL – DIREITOS HUMANOS</b>				
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>				Pag. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
<b>ASPETO: PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA</b>				
HR1	<b>Essencial</b>	Acordos de investimento com cláusulas sobre direitos humanos	1,2,4,5,6	Em Portugal os aspectos relacionados com os direitos humanos estão contemplados na Constituição e da lei geral do trabalho. No entanto, a REN tem em preparação uma especificação, a incluir nos cadernos de encargo, que endereçará requisitos em matéria de responsabilidade social a cumprir em empreitadas e prestações de serviço, onde se incluem os direitos humanos.
HR2	<b>Essencial</b>	Fornecedores avaliados sobre direitos humanos	1,2,4,5,6	O cumprimento da legislação é validado durante a supervisão da subcontratação e durante a realização de auditorias. A REN cumpre a legislação portuguesa, garantindo os direitos humanos espelhados no Código de Conduta da empresa (ver resposta HR1).
HR3	<b>Complementar</b>	Formação dos colaboradores quanto a direitos humanos	1,4,5	0% Embora a REN não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre direitos humanos, o Código de Conduta da empresa contempla o cumprimento dos Direitos Humanos, sendo conhecido de todos os colaboradores. Adicionalmente a REN é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas.
<b>ASPETO: NÃO DISCRIMINAÇÃO</b>				
HR4	<b>Essencial</b>	Casos de discriminação e ações tomadas	1,6	A REN cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. Não foram identificadas situações de discriminação ocorridas durante 2011.

## Continuação

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA</b>		
HR5 <b>Essencial</b>		Direito de liberdade de associação e negociação coletiva
	1,3	A REN garante o direito de liberdade de associação e negociação colectiva de acordo com os princípios éticos e normas de conduta estabelecidos no Código de Conduta. Em 2011 não foram identificadas situações em que o direito de liberdade de associação e negociação colectiva estivesse em risco. Os mecanismos de gestão do direito à greve são garantidos pela legislação nacional em vigor.
<b>ASPETO: TRABALHO INFANTIL</b>		
HR6 <b>Essencial</b>		Risco de ocorrência de trabalho infantil
	1,5	A REN cumpre a legislação portuguesa que proíbe a contratação de trabalho infantil e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado aquando da supervisão e da realização de auditorias.
<b>ASPETO: TRABALHO FORÇADO E ESCRAVO</b>		
HR7 <b>Essencial</b>		Risco de trabalho forçado e escravo
	1,4	A REN cumpre a legislação portuguesa que proíbe o trabalho forçado e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado aquando da supervisão e da realização de auditorias.
<b>ASPETO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA</b>		
HR8 <b>Complementar</b>		Pessoal de segurança formado em direitos humanos
	1,2	0% A REN cumpre a legislação portuguesa no que respeita a garantia dos direitos humanos e é signatária dos princípios do Global Compact das Nações Unidas. O cumprimento da legislação é validado durante a supervisão da subcontratação e durante a realização de auditorias.
<b>ASPETO: DIREITOS INDÍGENAS</b>		
HR9 <b>Complementar</b>		Casos de violação dos direitos dos povos indígenas
	1	A atividade da REN é desenvolvida em Portugal pelo que este indicador não é aplicável.
<b>DESEMPENHO SOCIAL – SOCIEDADE</b>		
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>		
<b>ASPETO: COMUNIDADE</b>		
EU19 <b>Setorial</b>		Processos decisórios participados pelas comunidades
		Pág. 138
EU20 <b>Setorial</b>		Gestão de impactes resultantes de mudanças/deslocações involuntárias
		Os prazos de aviso prévio são os decorrentes da Lei Geral de Trabalho, sendo cumpridas as medidas definidas nos Capítulos II, secção I do ACT.

## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
EU21	<b>Setorial</b>		
			Planeamento e resposta a situações de desastre/emergência
			Pág. 120, 123
SO1	<b>Essencial</b>		
			Gestão de impactes nas comunidades
			Pág. 124, 125-128
EU22	<b>Setorial</b>		
			Deslocação de pessoas em resultado da expansão ou construção de centros de produção e linhas de transporte, do ponto de vista económico e físico
			A construção da infraestruturas a nível nacional tem uma forte componente suportada por subcontratação externa, a maioria realizada a nível local.
<b>ASPETO: CORRUPÇÃO</b>			
SO2	<b>Essencial</b>		
			Avaliação de riscos de corrupção
		10	As contas do Grupo são sujeitas a auditoria externa e são objeto de certificação legal, nos termos das normas aplicáveis, não sendo, por isso, nossa prática a análise de risco de corrupção dentro das unidades ou áreas de negócio. É de realçar que não existe, até à data, qualquer processo, designadamente em fase de inquérito, contra as empresas da REN.
SO3	<b>Essencial</b>		
			Formação dos colaboradores em práticas anticorrupção
			0%
			Embora a REN não tenha promovido qualquer ação de formação específica sobre políticas e procedimentos anticorrupção, o Código de Conduta da empresa define os mecanismos para comunicação de eventuais irregularidades ou infrações ao código (artigo 20º).
SO4	<b>Essencial</b>		
			Medidas tomadas em caso de corrupção
		10	Não foi identificado nenhum caso de corrupção em nenhuma das empresas da REN. Vide SO2
<b>ASPETO: POLÍTICA PÚBLICA</b>			
SO5	<b>Essencial</b>		
			Posição sobre políticas públicas e práticas de lóbingue
		10	A REN colabora na elaboração de estudos e em fóruns de debate ao nível governamental para o setor, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> <li>– Acompanhamento activo no processo de elaboração de legislação da União Europeia e estabelecimento de contactos com as suas instituições (Comissão Europeia e Parlamento Europeu).</li> <li>– Participação regular em diferentes projetos e em grupos de trabalho de organizações internacionais do setor elétrico e do gás natural, nomeadamente na ENTSO-E, ENTSO-G, Eurelectric e Cigré, que influenciam ativamente a definição das políticas europeias e promovem as boas práticas para o setor.</li> <li>– Articulação com a DGEG e a ERSE no estabelecimento dos novos códigos de rede europeus dos setores do gás natural e da eletricidade.</li> </ul>
SO6	<b>Complementar</b>		
			Financiamento de partidos políticos
			A REN não financia partidos políticos, sendo essa uma atividade não permitida por lei às empresas em Portugal.

## Continuação

INDICADOR	GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
<b>ASPETO: CONCORRÊNCIA DESLEAL</b>		
SO7 <b>Complementar</b>	Ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio	A REN é concessionária única para o transporte de energia em Portugal, cuja atividade está regulada, não tendo por isso qualquer interferência na definição de preços.
<b>ASPETO: CONFORMIDADE</b>		
SO8 <b>Essencial</b>	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não monetárias por não cumprimento de leis e regulações	Em 2011 não ocorreram multas ou sanções não monetárias.
<b>DESEMPENHO SOCIAL – PRODUTO</b>		
<b>FORMAS DE GESTÃO</b>		
		Pág. 18-19, 75, 87-88, 97-98, 113-114, 120, 135
<b>ASPETO: ACESSIBILIDADES</b>		
EU23 <b>Setorial</b>	Programas, inclusive em parceria com o Governo, para melhorar e manter o acesso aos serviços elétricos	Ver resposta dada ao indicador SO5.
<b>ASPETO: DISPONIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO</b>		
EU24	Práticas para lidar com barreiras linguísticas, culturais, educativas e físicas de acesso e utilização em condições de segurança dos serviços elétricos	A REN não faz distribuição de energia para retalho e ao consumidor final. No entanto, sempre que se justifique publica informação necessária para esclarecer o público em geral, sobre temas relevantes do impacto do transporte de energia.
<b>ASPETO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE</b>		
PR1 <b>Essencial</b>	Saúde e segurança relacionada com os produtos e serviços	Pág. 52-58, 66
PR2 <b>Complementar</b>	Casos de incumprimento legal relacionados com impactes dos produtos e serviços na saúde e segurança	Foram identificadas três não conformidades em auditorias por terceira parte à vertente segurança do SIGQAS da REN, certificado de acordo com os requisitos da OHSAS 18001, constatando-se uma redução de 50% face ao ano anterior.
EU25 <b>Sectorial</b>	Número de feridos e mortes, incluindo doenças, provocadas pelas infraestruturas da REN a pessoas externas à Empresa	Não foram registadas ocorrências em 2011.
<b>ASPETO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>		
PR3 <b>Essencial</b>	Informação sobre produtos e serviços exigida por regulamentos	8 Pág. 52-56, 65-67
PR4 <b>Complementar</b>	Casos de incumprimento legal relacionados com informação sobre produtos e serviços e rotulagem	8 Não foram registados casos de incumprimento relativamente à informação disponibilizada em 2011.

## Continuação

INDICADOR		GC	LOCALIZAÇÃO – AVALIAÇÃO
PR5	<b>Complementar</b>	Satisfação do cliente	Pág. 104
<b>ASPETO: PUBLICIDADE</b>			
PR6	<b>Essencial</b>	Programas de códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Os princípios pelos quais a REN se rege em termos de comunicação estão contemplados no Código de Conduta da empresa (artigo 14º).
PR7	<b>Complementar</b>	Casos de incumprimento legal relacionados com códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio	Não foram registados casos de incumprimento relacionado com a comunicação, marketing, publicidade, promoção e patrocínio, em 2011.
<b>ASPETO: PRIVACIDADE DO CLIENTE</b>			
PR8	<b>Complementar</b>	Reclamações registadas relativas à violação da privacidade do cliente	A REN cumpre o determinado pela legislação portuguesa no que respeita a confidencialidade da informação, estando este princípio contemplado no Código de Conduta da empresa. Não foram identificadas reclamações relativas à violação da privacidade do cliente.
<b>ASPETO: CONFORMIDADE</b>			
PR9	<b>Essencial</b>	Multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços	Não foram registadas em 2011 multas por incumprimento legal relacionado com a prestação e o uso dos produtos e serviços.
<b>ASPETO: ACESSIBILIDADES</b>			
EU26	<b>Setorial</b>	Percentagem da população não abastecida em zonas de distribuição concessionada, por área rural e urbana	A atividade da REN não inclui a distribuição de energia, pelo que este indicador não é aplicável.
EU27	<b>Setorial</b>	Cortes de abastecimento doméstico e respetiva duração devido a não pagamento	A atividade da REN não inclui a distribuição, pelo que este indicador não é aplicável.
EU28	<b>Setorial</b>	Interrupção do abastecimento	Pág. 52-53, 65
EU29	<b>Setorial</b>	Duração média das interrupções do abastecimento	Pág. 52-53, 65
EU30	<b>Setorial</b>	Coefficiente médio de disponibilidade de uma central por fonte de energia, país e regime regulatório	A atividade da REN não inclui a distribuição, pelo que este indicador não é aplicável.



## 1.2 NOTAS METODOLÓGICAS

INDICADOR		DEFINIÇÃO / CRITÉRIOS DE CÁLCULO
EN1	Óleos lubrificantes	O valor de densidade média utilizado para a conversão do volume de óleos lubrificantes para unidades de massa foi de 0,89 kg/dm <sup>3</sup>
EC1	Valor Económico Direto Criado	Corresponde ao somatório do valor acrescentado líquido, proveitos líquidos não inerentes ao VAB, proveitos financeiros e dividendos de empresas participadas, subtraído de outros custos e perdas.
	Valor Económico Distribuído	Corresponde aos custos com os colaboradores e corpos gerentes, dividendos pagos aos acionistas, pagamento de juros, pagamentos ao Estado em taxas, IRC e apoio à comunidade.
	Valor económico acumulado	Corresponde à subtração do Valor Económico Direto Criado pelo Valor Económico Distribuído.
EN3	Gasóleo	Poder calorífico inferior do gasóleo retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de junho): 43,3 GJ/t.
	Gasolina	Poder calorífico inferior da gasolina retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de junho): 44,8 GJ/t.
	Gás Natural	Poder calorífico inferior da gasolina retirado do Inventário Nacional de GEE publicado em 2008 pela Agência Portuguesa do Ambiente: 38,46 GJ/(Nm <sup>3</sup> x103).
	Propano	Poder calorífico inferior da gasolina retirado da legislação em vigor (Despacho 17313/2008 de 26 de Junho): 47,3 GJ/t.
EN16	Emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa	Quantidade total de emissões de gases com efeito de estufa, emitidos diretamente (SF <sub>6</sub> usado como isolador dielétrico, CH <sub>4</sub> das purgas do gasoduto e CO <sub>2</sub> da queima das caldeiras) e emitidos indiretamente (através do consumo de eletricidade e das perdas na rede).
	Eletricidade	Em 2011 o fator de emissão utilizado foi de 234 gCO <sub>2</sub> /kwh, que corresponde ao valor fornecido pelo fornecedor de energia da REN, a EDP Serviço Universal (média dos valores mensais de janeiro a novembro de 2011). <a href="http://www.erse.pt/pt/desempenhoambiental/rotulagemenergetica/comparacaoentrecomercializadores/Paginas/default.aspx">http://www.erse.pt/pt/desempenhoambiental/rotulagemenergetica/comparacaoentrecomercializadores/Paginas/default.aspx</a> .
	Gasóleo	Fator de emissão do gasóleo retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0741 tonCO <sub>2</sub> /GJ.
	Gasolina	Fator de emissão da gasolina retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0686 ton CO <sub>2</sub> /GJ.
	Gás Natural	Fator de emissão do gás natural retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0561 tonCO <sub>2</sub> /GJ.
	Propano	Fator de emissão do gás natural retirado da legislação em vigor (Decisão da Comissão n.º2007/589/CE de 18 de julho): 0,0631 tonCO <sub>2</sub> /GJ.

INDICADOR		DEFINIÇÃO / CRITÉRIOS DE CÁLCULO
EN17	Outras emissões indirectas de gases com efeito de estufa	<p>Calculado a partir do método de cálculo das emissões de GEE associadas ao transporte de passageiros por avião da DEFRA (2011 Guidelines to Defra/ DECC's GHG Conversion Factors for Company Reporting: Methodology Paper for Emission Factors). Apenas foram consideradas as emissões de âmbito 3 diretas, correspondentes às emissões associadas à queima do combustível nos voos. Foram assumidos os seguintes pressupostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Consideraram-se short-haul todos os voos efetuados dentro do espaço europeu, à excepção dos voos domésticos. Os voos long-haul correspondem a voos intercontinentais;</li> <li>• Todas as distâncias foram obtidas com recurso ao Google Earth;</li> <li>• Não sendo conhecido com exatidão o n.º de viagens efetuadas em classe económica ou em executiva, considerou-se que todas as viagens corresponderam a average seats;</li> <li>• O cálculo do indicador passageiro.km foi efetuado tendo em consideração que a cada bilhete emitido corresponde a um passageiro. No caso de voos que tivessem a indicação de viagem de ida e volta consideraram-se duas viagens.</li> </ul>
EN21	Rejeição de águas residuais	Rejeição de águas residuais associadas ao processo de regaseificação do GNL e lixiviação das cavernas para o armazenamento subterrâneo de gás natural.
LA2	Taxa de rotatividade	Quociente do número de saídas de colaboradores, ocorridas durante o ano de 2011, pelo número total de colaboradores a 31 de dezembro de 2011.
LA7	Taxa de absentismo	Quociente da soma das ausências remuneradas (por doença, sinistro, maternidade e outras razões) e ausências não remuneradas, pelo número total de horas teóricas de trabalho.
	Índice de incidência	Mede o número de acidentes de trabalho mortais e não mortais ocorridos num dado período por cada mil colaboradores expostos ao risco no mesmo período.
	Índice de gravidade	Mede o número de dias perdidos com acidentes não mortais que ocorrem num determinado período de tempo por cada milhão de horas trabalhadas nesse mesmo período.
EU27	Frequência média de interrupção do sistema (SAIFI)	<p>Quociente do número total de interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p><b>Eletricidade:</b> O SAIFI corresponde ao número médio de interrupções acidentais de tempo superior a três minutos verificado nos pontos de entrega num determinado intervalo de tempo.</p> <p><b>Gás:</b> O SAIFI corresponde ao número médio de interrupções acidentais verificadas nos pontos de entrega num determinado intervalo de tempo (um ano, geralmente).</p>
EU28	Duração média das interrupções do sistema (SAIDI)	<p>Quociente da soma dos tempos das interrupções nos pontos de entrega, durante determinado período, pelo número total dos pontos de entrega, nesse mesmo período.</p> <p><b>Eletricidade:</b> O SAIDI para um determinado período de tempo (um ano, geralmente) é o tempo médio das interrupções acidentais de tempo superior a três minutos nos pontos de entrega.</p> <p><b>Gás:</b> O SAIDI para um determinado período de tempo (um ano, geralmente) é o tempo médio das interrupções acidentais nos pontos de entrega.</p>

## 1.3 RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO

## RELATÓRIO DE REVISÃO

Ao Conselho de Administração da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

### **Introdução**

1. Efectuámos uma revisão à informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2011 da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A., a qual abrangeu:
  - A fiabilidade da informação de Estratégia e perfil e dos dados de 2011 dos indicadores de desempenho essenciais, incluindo os específicos do sector, conforme identificado na “Tabela de correspondência GRI” incluída no Relatório & Contas 2011, e a sua coerência com o restante conteúdo desse Relatório, e conformidade com os requisitos de divulgação de informação definidos pelas Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da Global Reporting Initiative, versão v3.0 de 2006, considerando o suplemento do sector eléctrico, para o nível de aplicação A+.
  - A informação prestada pela REN sobre a aplicação dos princípios da inclusão, relevância e capacidade de resposta, definidos na norma AA1000 *AccountAbility Principles Standard* 2008 (“AA1000APS (2008)”), descrita no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório & Contas 2011.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da REN a preparação do Relatório & Contas 2011, bem como a definição, implementação e execução de processos, procedimentos e critérios adequados para a recolha, tratamento, apresentação e validação da informação nele contida. A nossa responsabilidade é a de emitir um parecer, com base nos procedimentos adiante especificados, sobre a informação acima referida.

### **Âmbito**

3. A nossa revisão foi efectuada de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3000 – ISAE 3000, emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, referente a trabalhos de garantia de fiabilidade que não sejam auditorias ou exames simplificados de informação financeira histórica, para um nível de garantia limitada de fiabilidade. Foi também considerada a norma AA1000 *Assurance Standard* 2008, para revisão de tipo 2 e um nível de segurança moderado.
4. Estas normas exigem que sejam planeados e executados procedimentos e aplicadas técnicas e conhecimentos de auditoria, de modo a obter uma adequada compreensão dos assuntos em análise e, considerando as circunstâncias, obter evidências apropriadas e suficientes para basear o nosso parecer. Num trabalho de garantia limitada de fiabilidade (equivalente a segurança moderada), os procedimentos executados consistem principalmente em indagações a responsáveis da Empresa e procedimentos analíticos, incluindo a realização de testes numa base de amostragem, e por conseguinte, proporciona menos segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade.

5. Os principais procedimentos executados foram:

- Entrevistas com os responsáveis da REN pela gestão da sustentabilidade e pela preparação da informação de sustentabilidade, de modo a conhecer e compreender os princípios de gestão e de reporte, bem como os sistemas e os procedimentos adoptados;
- Revisão da conformidade dos conteúdos incluídos no Relatório & Contas 2011, conforme “Tabela de correspondência GRI”, com os requisitos de divulgação de informação das Directrizes GRI para o nível A+;
- Revisão dos conteúdos incluídos no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório Corporativo 2011, nomeadamente no capítulo “1. Abordagem de sustentabilidade” e “3. Diálogo com as partes interessadas”, relacionados com a aderência aos princípios da inclusão, relevância e capacidade de resposta da norma AA1000APS (2008);
- Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados quantitativos relativos ao exercício, relacionados com os indicadores por nós revistos;
- Revisão analítica dos dados e execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efectuados pela REN relacionados com os dados quantitativos sujeitos à nossa revisão, bem como de testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa inserida no âmbito do nosso trabalho, referida no parágrafo 1 acima, através da obtenção de evidências da mesma; e
- Verificação da consistência da informação de sustentabilidade constante do Relatório & Contas 2011 com o resultado do nosso trabalho e da sua concordância com o restante conteúdo desse Relatório.

**Parecer**

6. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que:
- A informação de sustentabilidade incluída no Relatório & Contas 2011 da REN referida no parágrafo 1 acima, não tenha sido elaborada de uma forma fiável e coerente e não esteja em conformidade, em todos os aspectos materialmente relevantes, com os requisitos de divulgação das Directrizes GRI para o nível de aplicação A+; e
  - A REN não aplique, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de inclusão, relevância e capacidade de resposta, definidos na norma AA1000APS (2008), conforme descrito no Separador 2 “Sustentabilidade na REN” do Relatório & Contas 2011.

**Independência e competência da equipa**

7. Cumprimos com as políticas de independência da Deloitte, as quais são em tudo similares ao Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants*.
8. A nossa equipa é composta por colaboradores da Deloitte que possuem a competência e experiência necessárias para a execução deste trabalho.

**Observações e recomendações**

9. Foram comunicadas à REN as seguintes principais observações e oportunidades de melhoria, as quais não afectam as nossas conclusões:

- Princípio da inclusão: A REN reviu o mapeamento e reavaliou a relevâncias dos vários grupos de partes interessadas e executou, tal como planeado, um processo de auscultação especificamente desenhado para obter imputes que tomou em consideração na revisão das prioridades estratégicas em matéria de sustentabilidade. Paralelamente a REN dispõe de diversos mecanismos de interacção periódica ou contínua, através dos quais consegue assegurar envolvimento e comunicação regular com estes agentes.

Recomendamos que durante o próximo ciclo estratégico de sustentabilidade (2013 a 2015), a REN pondere as oportunidades de melhoria referentes ao envolvimento/comunicação com os grupos “clientes e utilizadores de infraestruturas”, “comunidade” e “colaboradores” que foram identificadas durante os grupos de trabalho e o exercício de auscultação das partes interessadas, levado a cabo para efeitos de revisão das prioridades estratégicas.

- Princípio da relevância: A REN revê com regularidade os temas relevantes sobre os quais deve focar a sua gestão e comunicação em matéria de gestão e desempenho sustentável do negócio, utilizando processos e critérios objectivos para o efeito. Recomendamos que a comunicação externa do processo de definição dos temas relevantes (ou materialidade) inclua a identificação dos critérios considerados na atribuição de níveis de relevância e não apenas as fontes/mecanismos utilizados.
- Princípio da capacidade de resposta: A REN procura dar resposta às necessidades de informação e preocupações das suas partes interessadas e definir mecanismos suficientes para o efeito, o que se reflecte no respectivo reconhecimento. A adopção de normas e directrizes internacionais de referência na sua gestão, e no reporte de informação, garante a abrangência e relevância da informação de sustentabilidade gerida e comunicada.

Recomendamos que a demonstração dos compromissos e consequentes planos de acção em matéria de sustentabilidade seja melhorada, através da evidenciação da relação causa-efeito entre esses compromissos e as acções definidas e as sugestões e necessidades expressas pelas partes interessadas, bem como através da definição e comunicação de metas e respectivo desempenho face às mesmas.

Lisboa, 02 de Março de 2012



Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Frade



## Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A apresentou seu relatório "Relatório&Contas 2011" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 das GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 12 abr 2012

Nelmara Arbex  
Vice-Presidente  
Global Reporting Initiative



O "+" foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

*A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. [www.globalreporting.org](http://www.globalreporting.org)*

**Isenção de Responsabilidade:** No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 10 abr 2012. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

# GLOSSÁRIO



## GLOSSÁRIO FINANCEIRO

### CAPEX

Investimento, a custos totais, na aquisição ou melhoramento de ativo imobilizado corpóreo

### DEBT TO EQUITY RATIO

Dívida líquida/capital próprio

### DÍVIDA LÍQUIDA

Dívida financeira de curto e longo prazo – disponibilidades

### DIVIDENDO POR AÇÃO

Dividendo ordinário/número total de ações

### EBIT

Earnings before interest and taxes (resultado operacional)

### EBITDA

Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization (resultado operacional, mais amortizações, mais provisões, ajustado por itens não recorrentes)

### MARGEM DE EBITDA

EBITDA/Volume de negócios

### PAYOUT RATIO

Dividendos ordinários/resultado líquido

### RENTABILIDADE DO ATIVO (ROA)

EBIT/ativo líquido

### RENTABILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (ROE)

Resultado líquido/Capital próprio

### VOLUME DE NEGÓCIOS

Vendas e prestações de serviços

## GLOSSÁRIO TÉCNICO

### SIGLAS

#### ACC

Acordo de Gestão de Consumos de Gás Natural

#### AIE

Agência Internacional de Energia

#### AT

Alta Tensão

#### BEI

Banco Europeu de Investimento

#### CAE

Contrato de Aquisição de Energia

#### CE

Comissão Europeia

#### CER

Certified Emissions Reductions

#### CESUR

Contratos de Energia para Entrega ao Fornecedor de Último Recurso

#### CIGRÉ

Conferência Internacional das Grandes Redes Elétricas

#### CMVM

Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

#### DCEG

Direção Geral de Energia e Geologia

#### DR

Diário da República

#### DRS

Disaster Recovery System

#### DWDM

Dense Wavelength Division Multiplexing

**ECX**

European Climate Exchange

**EDP**

Energias de Portugal, S.A.

**EGIC**

European Gas pipeline Incident Data Group

**EMTN**

Euro Medium Term Notes

**ENF**

Energia Não Fornecida

**ERREG**

European Regulators Group for Electricity and Gas

**ERSE**

Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos

**ETS**

Emissions Trading Scheme

**ETSO**

European Transmission System Operators

**EUA**

European Unit Allowances

**EURELECTRIC**

Agrupamento Europeu de Empresas de Eletricidade

**FER**

Diretiva sobre Fontes de Energia Renovável

**GDP**

Gás de Portugal, SGPS, S.A.

**CEE**

Gases com efeito de estufa

**GMRS**

Gas Regulating and Metering Station

**GN**

Gás natural

**CNL**

Gás natural liquefeito

**CRM**

Estação de regulação e medida

**IFRS**

Normas internacionais de relato financeiro

**IHPC**

Índice Harmonizado de Preços do Consumidor

**IMIT**

Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis

**INE**

Instituto Nacional de Estatística

**IOPS**

Instituições Oficiais de Previdência Social

**IP**

Internet Protocol

**IRC**

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

**ISDA**

International Swap and Derivatives Association

**IVA**

Imposto sobre o Valor Acrescentado

**I&D**

Investigação e Desenvolvimento

**MLP**

Médio e Longo Prazo

**MAT**

Muito Alta Tensão

**MEFF**

Mercado Espanhol de Opções e Futuros Financeiros

**MIBEL**

Mercado Ibérico de Eletricidade

**OCDE**

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

**OMEL**

Operador del Mercado Ibérico de Energia – Polo Español, S.A.

**OMI**

Operador do Mercado Ibérico de Energia

**OMICLEAR**

Sociedade de Compensação de Mercados de Energia, S. A.

**OMIP**

Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.A.

**OPEX**

Custos de Operação e Manutenção

**PIB**

Produto Interno Bruto

**PNALE**

Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão

**PNBEPH**

Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico

**POC**

Plano Oficial de Contabilidade Português

**PPDA**

Plano de Promoção do Desempenho Ambiental

**PPEC**

Plano para a Promoção da Eficiência no Consumo de Eletricidade

**PRE**

Produtores em Regime Especial

**RAB**

Regulatory Asset Base

**RCCP**

Rendibilidade Corrente dos Capitais Próprios



**TDI**

Rede de Dados Industrial

**RECS**

Renewable Energy Certificate System

**RENTELECOM**

RENTELECOM – Comunicações, S.A.

**REORT**

Rede Europeia dos Operadores das  
Redes de Transporte

de Gás

**RNDGN**

Rede Nacional de Distribuição de Gás  
Natural

**RNT**

Rede Nacional de Transporte de Energia  
Elétrica

**RNTGN**

Rede Nacional de Transporte de Gás  
Natural

**RNTIAT**

Rede Nacional de Transporte,  
Infraestruturas de  
Armazenamento e Terminais de GNL

**ROA**

Rendibilidade do Ativo

**RQS**

Regulamento de Qualidade de Serviço

**SAP**

Sistema de aplicações e produtos para  
processamento  
de dados

**SDH**

Synchronous Digital Hierarchy

**SE**

Subestação

**SEI**

Sistema Elétrico Independente

**SEN**

Sistema Elétrico Nacional

**SEP**

Sistema Elétrico de Serviço Público

**SCNL**

Sociedade Portuguesa de Gás Natural  
Liquefeito, S.A.

**SCPS**

Sociedade Gestora de Participações  
Sociais

**SCRI**

South Gas Region Initiative (Plano de  
iniciativas para a zona  
sul da Europa)

**SNGN**

Sistema Nacional de Gás Natural

**SRPV**

Serviço de Redes Privativas de Voz

**TEE**

Atividade de Transporte de Energia  
Elétrica

**TEN**

Trans European Networks

**TIE**

Tempo de Interrupção Equivalente

**TSO**

Transmission System Operators

**UAG**

Unidades Autónomas de Gaseificação

**UCTE**

União para a Coordenação do  
Transporte de Eletricidade

**UE**

União Europeia

**UGS**

Tarifa de Uso Geral do Sistema

**URT**

Tarifa de Uso da Rede de Transporte

**VAB**

Valor Acrescentado Bruto

**UNIDADES**

<b>bcm</b>	109 metros cúbicos
<b>cent</b>	€ cêntimos de euro
<b>CO<sub>2</sub></b>	dióxido de carbono
<b>EUR</b>	euro
<b>€</b>	euro
<b>GHz</b>	gigahertz
<b>GJ</b>	gigajoule
<b>GW</b>	gigawatt
<b>GWh</b>	gigawatt hora
<b>k€</b>	milhares de euros
<b>km</b>	quilómetro
<b>kV</b>	quilovolt
<b>kWh</b>	quilowatt hora
<b>m<sub>3</sub></b>	metro cúbico
<b>m<sub>3</sub>(n)</b>	metro cúbico normal (volume de gás medido a 0o celsius e à pressão de 1 atmosfera)
<b>M€</b>	milhões de euros
<b>mEuros</b>	milhares de euros
<b>MVA</b>	megavolt-ampere
<b>Mvar</b>	megavolt-ampere reativo
<b>MW</b>	megawatt
<b>MWh</b>	megawatt hora
<b>p.p.</b>	pontos percentuais
<b>s</b>	segundo
<b>t</b>	tonelada
<b>tcm</b>	10 <sub>12</sub> metros cúbicos
<b>tCO<sub>2</sub>eq</b>	Tonelada equivalente de CO <sub>2</sub>
<b>TWh</b>	terawatt-hora

# CONTATOS



**DIREÇÃO RELAÇÕES COM O INVESTIDOR****Ana Fernandes – Diretora**

ana.fernandes@ren.pt

**Alexandra Martins**

alexandra.martins@ren.pt

**Telma Mendes**

telma.mendes@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,  
SGPS, S.A.  
Relações com o Investidor  
Avenida dos Estados Unidos da  
América, 55  
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 46  
Telefax: 21 001 31 50  
E-mail: ir@ren.pt

**DIREÇÃO COMUNICAÇÃO E MARKETING****Margarida Ferreirinha**

margarida.ferreirinha@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,  
SGPS, S.A.  
Direção Comunicação e Marketing  
Avenida dos Estados Unidos da  
América, 55  
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00  
Telefax: 21 001 31 50  
E-mail: comunicacao@ren.pt

**DIREÇÃO SUSTENTABILIDADE****Rui Vicente Martins - Diretor**

vicente.martins@ren.pt

**Francisco Parada**

francisco.parada@ren.pt

REN - Redes Energéticas Nacionais,  
SGPS, S.A.  
Direção Sustentabilidade  
Avenida dos Estados Unidos da  
América, 55  
1749-061 LISBOA - Portugal

Telefone: 21 001 35 00  
Telefax: 21 001 31 50  
E-mail: sustentabilidade@ren.pt

**FICHA TÉCNICA:**

**DESIGN:** WHITE\_BRAND SERVICES

**EDIÇÃO:** 150 EXEMPLARES



**REN**

REDES ENERGÉTICAS NACIONAIS, SCPS, S.A.

Avenida Estados Unidos da América, 55

1749-061 Lisboa

Telefone: +351 210 013 500

[www.ren.pt](http://www.ren.pt)